

Progresso e Religião

A República no Brasil e em Portugal 1889 • 1910

Amadeu Carvalho Homem
Armando Malheiro da Silva
Artur César Isaia
(Coordenação)



R E P Ú B L I C A

I
IMPRESSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA DA COLEÇÃO REPÚBLICA

Amadeu Carvalho Homem

COORDENAÇÃO EDITORIAL DA COLEÇÃO REPÚBLICA

Maria João Padez Ferreira de Castro

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: impresauc@ci.uc.pt

URL: <http://www.imp.uc.pt>

Editora da Universidade Federal de Uberlândia

Email: livraria@ufu.br

URL: <http://www.edufu.ufu.br>

CONCEPÇÃO GRÁFICA

António Barros

PRÉ-IMPRESSÃO

António Resende

Imprensa da Universidade de Coimbra

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

SerSilito • Maia

ISBN

978-989-8074-06-5

DEPÓSITO LEGAL

261317/07

OBRA PUBLICADA COM A COLABORAÇÃO DE:

2



C E I I 2 0
CENTRO DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
DO SÉCULO XXI
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

© JUNHO 2007, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Progresso e Religião

A República no Brasil e em Portugal 1889 • 1910

Amadeu Carvalho Homem
Armando Malheiro da Silva
Artur César Isaia
(Coordenação)



I
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U

EDUFU

SUMÁRIO

Amadeu Carvalho Homem, Armando Malheiro da Silva e Artur Cesar Isaia Para os Leitores.....	7
PARTE I - TEMPOS DE INSTABILIDADE E DE MUDANÇA	15
Sérgio Campos Matos Representações da crise finissecular em Portugal (1890-1910)	17
Maria Aparecida Rezende Mota Diálogos possíveis na periferia da Civilização: Eduardo Prado e Eça de Queirós	35
Cléria Botelho da Costa Progresso e desordem: o alvorecer da República brasileira	55
PARTE II - IDEOLOGIA E ACÇÃO REPUBLICANAS.....	87
Sandra M. L. Brancato A Repercussão em Portugal da implantação da República no Brasil	89
Eduardo C. Cordeiro Gonçalves Ressonâncias em Portugal da implantação da República no Brasil, 1889-1910	109
José Murilo de Carvalho Os três povos da República	131
Vitor Neto Igreja Católica e anticlericalismo, 1858-1910	165
PARTE III - RITUALIZAÇÕES CÍVICAS E REPUBLICANIZAÇÃO DO SAGRADO	193
Amadeu Carvalho Homem O problema do divino na idade contemporânea	195
Fernando Catroga Religião civil e ritualizações cívicas: o comemoracionismo nas festas nacionais portuguesas. Da Revolução Liberal ao Estado Novo salazarista	209

Maria das Graças Ataíde de Almeida A República Cristã: fé, ordem e progresso	271
Artur Cesar Isaia Espiritismo, República e Progresso no Brasil	285
PARTE IV - SENTIDO(S) DA HISTÓRIA	307
Luís Filipe Torgal Portugal/Brasil, 1889-1910: uma visão cronológica	309
Francisco J. C. Falcon Historiografia republicana e historiografia da República	389
Armando Malheiro da Silva Variações ideológicas da historiografia em torno da 1. ^a República Portuguesa	411

PARA OS LEITORES

1

A experiência histórica do republicanismo, seja onde for que se tenha concretizado, representou o triunfo do contratualismo social sobre as diversas formas de justificação teológica ou teocrática do Poder. Mas também é certo que a transição de legitimações políticas baseadas na transcendência para as que pretenderam fundamentar-se mais na imanência – quando não mesmo na demonstrabilidade – não se operou sem que tenham sobrado do passado noções, teorizações e concepções que tentam equilibrar-se no fio do compromisso. Quer isto dizer que a República, tanto a que alcançou estatuto de maioria no Brasil, em 15 de Novembro de 1889, como a que singrou em Portugal, em 5 de Outubro de 1910, não deixou de exprimir vinculações a formas de espiritualidade que, pela sua dimensão sistemática, bem podem qualificar-se de religiosas.

O positivismo, sobretudo o que se subordinou com inteira lealdade à versão que Augusto Comte lhe imprimiu no final da sua carreira de pensador, representará a matriz desta necessidade de avançar para o futuro sem ostracizar definitivamente o passado. É sabido, este filósofo deixou à sua descendência espiritual um dilema espinhoso: o de ter de optar entre a metodologia secamente racionalista do «Curso de Filosofia Positiva» ou a hermenêutica mais espiritualizada do «Sistema de Política Positiva». Comte

tudo fez para que esta dicotomia fosse entendida como artificial, sustentando a unidade do seu sistema de filosofia. Mas não pôde impedir que os seus discípulos se distribuíssem, após a sua morte, em dois ramos intelectuais: o de Littré e Wirouboff, valorizando a vertente racionalista do «Cours», e a de Pierre Laffitte, pondo o acento tónico na emotiva e passional concepção da Religião Humanitária, tal como se explanou no «Sistema» ou no «Catecismo Positivista». Apresentavam estas duas obediências um traço comum: o de considerarem o regime monárquico, tanto na sua expressão absolutista como na sua versão constitucional, um produto sociológico definitivamente superado na marcha da civilização humana. Porém, os adeptos de Émile Littré viam na Religião da Humanidade o resultado alucinatório de uma imaginação enferma, de uma loucura larvar, que já noutros momentos se tinha manifestado explicitamente. Muito diferente era a reacção do grupo laffittista, que sustentava ser essa fórmula o necessário remate de uma peregrinação mental que servia a emoção e o sentimento depois de ter servido a razão e a tábua axiomática das demonstrações.

A aclimação positivista em Portugal e no Brasil teve diferenças substanciais. O positivismo lusitano, através dos textos de Teófilo Braga, Júlio de Matos e Teixeira Bastos, encaminhou-se para uma síntese de sinal materialista, rejeitando todas as tentativas de institucionalização do imanentismo religioso que Augusto Comte havia propugnado e que o seu testamenteiro intelectual, Pierre Laffitte, procurava salvaguardar. Os positivistas portugueses correlacionaram o transformismo de Lamarck, o evolucionismo de Charles Darwin, o monismo materialista de Haeckel, o materialismo energético de Büchner e as doutrinas de Spencer, Taine e Renan, dando origem, com base em tudo isto, a uma atitude mental sincrética, ou seja, a um «espírito de positividade» genérico e não raramente vago. A máxima concessão que foi feita à Religião da Humanidade consistiu em derivar, a partir dela, uma doutrina ou teoria dos Grandes Homens, encarados como os mais qualificados intérpretes da marcha civilizacional. Contudo, o positivismo português recusou-se a instituir, a partir da consagração das grandes figu-

ras históricas, um culto humanitário ao serviço do qual pudesse vir a estar uma dogmática específica e um conjunto de práticas rituais.

Foi bem diferente o destino do positivismo brasileiro, sobretudo daquele positivismo que, pela mão de Miguel Lemos e de Raimundo Teixeira Mendes, criou e procurou difundir o «Apostolado Positivista do Brasil», nos inícios do decénio de oitenta do período oitocentista. Ele ficou muito mais vinculado à ideia de um positivismo integral, considerando a «segunda carreira filosófica» de Augusto Comte como o complemento necessário da primeira. Este positivismo negou-se, portanto, a estabelecer a dicotomia entre um Comte saudável e um Comte mentalmente desequilibrado. Por isso, ele viu no «Sistema de Política Positiva» o necessário aditamento de que carecia o «Curso de Filosofia Positiva» para que o sistema filosófico pudesse apresentar-se em todas as suas implicações. Os «sacerdotes sociais» do «Apostolado Positivista do Brasil» encetaram esforços tendentes a estabelecerem no seu país uma ambiciosa rede de templos positivistas, nos quais pudessem celebrar-se os rituais inerentes à aclamação religiosa da Humanidade. Tanto Miguel Lemos como Raimundo Teixeira Mendes começaram por ser discípulos de Pierre Laffitte, para depois entrarem em dissidência com a sua orientação. Contudo, não chegaram a pôr em causa a orientação do humanitarismo religioso, ao qual vieram a imprimir um forte cunho de intervenção social. O positivismo brasileiro envolveu-se fortemente na propaganda a favor do abolicionismo, sustentando tenazmente esta causa e contribuindo para a entrada em vigor da *lei áurea*, de 13 de Maio de 1888. A revolução republicana viria logo a seguir, em Novembro de 1889, coroando o trabalho teórico de um conjunto de militantes, ligados ao horizonte positivista em maior ou menor grau, como, por exemplo, Benjamin Constant Botelho de Magalhães e Demétrio Nunes Ribeiro. Não deveremos esquecer que a divisa «Ordem e Progresso», ainda hoje inscrita no estandarte nacional brasileiro, é o reflexo de uma sociedade na qual, de acordo com a lição de Augusto Comte, se combinam os aspectos da estática e da dinâmica sociais. E também pode ser recordado o facto de

ter sido fiel à ortodoxia política positivista a organização dos poderes institucionais previstos na *Carta Gaúcha*, de Julho de 1891.

10

Acresce a isto a pertinente e arguta observação de Raimundo Faoro de que o advento de uma república no Brasil, teve a dificultá-la, a persistência de um etos social caracteristicamente estamental e de um comportamento político dos governantes explicitamente baseado na confusão entre público e privado, próprio da noção weberiana de patrimonialismo. Para Faoro tais características, herdadas da formação histórica portuguesa, extrapolaram o período colonial, afirmando-se como uma realidade de longa duração na história recente do Brasil. Nada mais antagónico à noção de um governo de origem e feição popular, onde as funções governamentais e a divisão de poderes são prévia e legalmente estabelecidas do que essas permanências ancoradas em formas discricionárias de mando e no tratamento da coisa pública como património privado. A partir dessa idéia, chegamos a um ponto em comum nas possíveis reflexões sobre a instauração e a consolidação da república em Portugal e no Brasil. Poderíamos pensar em uma república diacronicamente consolidada, tanto no caso português quanto no brasileiro?

Duas experiências políticas diferentes, com diferente assimilação e evolução da matriz doutrinária comum – o positivismo – no Brasil e em Portugal, mas surgidas em dois países e culturas que estiveram alguns séculos unidos por estreitos e complexos laços coloniais, estimularam um projecto de historiografia comparada consubstanciado nesta obra, que um bem sucedido enlace de vontades e de amizades tornou possível, sustentado no bojo institucional do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS 20, unidade de investigação ligada à Reitoria da Universidade de Coimbra e animado pelo imediato e generalizado acolhimento recebido por parte dos colegas que contribuíram com os seus textos, bem como, em momento decisivo, da Imprensa da mesma Universidade, eficiente e ágil no processo de editoração e difusão pública da «ideia».

O que foi, de facto, possível delinear e construir, concentra-se, aqui, agrupado em quatro partes, cujos títulos reflectem a temática/problemática central da trajectória indagadora que assumimos em conjunto de um lado e de outro do Atlântico, a saber: Parte I – Tempos de instabilidade e mudança; Parte II – Ideologia e acção republicana; Parte III – Ritualizações cívicas e republicanização do sagrado; e Parte IV – Sentido(s) da História.

Na Parte I a sequência da apresentação dos estudos que a constituem principia com a análise de Sérgio Campos Matos sobre os vários factores e os contraditórios sinais emitidos pela crise finissecular vivida em Portugal na viragem do século XIX para o XX, mostrando que à ideia de decadência, profundamente glosada por poetas, escritores e publicistas, e à crise financeira, subsequente ao período fomentista dos governos presididos por Fontes Pereira de Melo, é possível contrapor elementos comprovativos do esforço de crescimento económico e de evolução nos hábitos e nas práticas sociais e culturais dentro da conjuntura de 1890 a 1926. A literatura é um espelho interessante para captar esta dinâmica de transição e disso nos dão conta, tendo em vista o que se passava acerca relações de intelectuais dos dois países, Maria Aparecida Rezende Mota analisa os diálogos possíveis entre a obra de Eça de Queiroz e Eduardo Prado. O primeiro, que de extremamente crítico ao Portugal tradicional, passa a louvar as excelências da aldeia e o segundo, refratário à ordem implantada no Brasil em 1889. Já Cléria Botelho da Costa analisa o universo ficcional de Lima Barreto, trazendo no sonho do personagem Policarpo Quaresma, um outro Brasil. Sonho este passível de transformar-se em realidade, segundo a ótica do narrador, com o advento do regime republicano. Sonho desfeito rapidamente na denúncia da autocracia florianista.

A Parte I encerra com a preciosa «visão» cronológica de Luís Filipe Torgal, instrumento basilar num projecto de pesquisa e estudo de História comparada: uma cronologia que não foi concebida, nem elaborada como

mero elenco de datas e de notas descritivas, mas um sistema de acontecimentos postos intencionalmente lado a lado para que cada leitor possa construir as suas inferências, formular as suas interrogações e estimular-se a avançar em inusitadas indagações.

Na Parte II há três momentos analíticos que correspondem à tentativa de mostrar como a ideologia republicana foi convertida em acção, desenvolvendo-se, primeiro, no Brasil, e como esta experiência se repercutiu em Portugal. Acresce ainda o intuito de esclarecer a importância que o anti-clericalismo teve na campanha anti-monárquica e na arrancada institucionalizadora da 1ª República portuguesa. Dois textos – um de Sandra Brancato e outro de Eduardo Cordeiro Gonçalves – dão-nos conta, sem se repetirem, mas sim complementando-se, das repercussões políticas, ideológicas e sócio-econômicas que a implantação da República no Brasil, em 1889, teve na imprensa e na consciência das elites políticas portuguesas. E merece ainda ser destacado o seguinte: a autora brasileira enfatiza que, apesar da relevância do assunto para o governo português, este esteve longe de tornar difícil o seu reconhecimento à nova república, contrariamente ao ocorrido com governos como o francês e o belga. Por seu turno, José Murilo de Carvalho analisa a formação e consolidação de um poder oligárquico, visceralmente oposto à igualdade republicana e, ao mesmo tempo, as diversas faces da participação popular, deste povo, a um só tempo incômodo e necessário para a nova ordem política pós 1889. E, a rematar este «bloco», Vitor Neto, um especialista do estudo das relações Igreja e Estado, em Portugal, ao longo do séc. XIX, convoca-nos para os meandros de um complexo processo de integração da Igreja Católica na ordem instituída pela Monarquia Constitucional (1834-1910), indispensável para que se compreendam as raízes e matizes do anticlericalismo republicano finissecular e posto em pratica logo após o 5 de Outubro de 1910.

Na Parte III concentram-se os estudos que versam e aprofundam o binómio central deste projecto historiográfico luso-brasileiro, a saber: como a afirmação republicana da idéia iluminista e capitalista de Progresso foi

assimilada, por um lado, a formas heterodoxas de religiosidade (um exemplo marcante é a religião revolucionária e cívica imposta no ardor da Revolução francesa) ou de espiritualidade humanitária e universalista (a Maçonaria vista nos seus princípios fundadores e doutrinários pode ser inscrita nesta categoria), e, por outro, na oposição à ortodoxia católica e romana. Os textos de Amadeu Carvalho Homem e Fernando Catroga são cruciais para a compreensão da essência do referido binômio quer numa abordagem geral, quer através de um enfoque mais específico centrado no comemoracionismo cívico celebrado em Portugal desde o liberalismo monárquico ao Estado Novo salazarista. Maria das Graças Ataíde de Almeida e Artur César Isaia debruçaram-se sobre a religião e sua importância na edificação da nova ordem republicana no Brasil. Os trabalhos destes dois autores sublinham a presença de dois componentes, postados na economia de forças do campo religioso brasileiro de maneira completamente diversa: o catolicismo e o espiritismo. Assim, Maria das Graças Ataíde de Almeida enfoca o convívio possível entre a antiga religião da monarquia e a ordem laica republicana, a partir do qual aparece o ideal recristianizador, de retomada de importância social e política do catolicismo, típico da segunda metade do século XX. Em relação ao espiritismo, Artur Cesar Isaia estuda a riqueza imagética do seu discurso, onde idéias de progresso, civilização, república e ciência aparecem alegoricamente dispostas, tentado o contraponto com o catolicismo, representado como baluarte dos valores tradicionais, do atraso de um Brasil dominado pela aliança trono e altar.

A Parte IV e última é o espaço reservado a contribuições que um estudo de História comparada impõe como imprescindíveis: a exposição desconstrutora dos discursos historiográficos produzidos em torno dos acontecimentos em foco (as implantações da República no Brasil e em Portugal) e suas conseqüências históricas, quer ainda em cima da dinâmica acontecimental ou depois disso e à luz de tendências e escolas historiográficas próprias. Francisco Falcon, a partir de uma reflexão sobre a produção historiográfica vinda a público após a proclamação da repúbli-

ca no Brasil, discute a tessitura das relações entre autores e contextos de diferentes formas assumidas pela república. Assim, procura a compreensão entre as «soluções» republicanas, vistas a partir de uma lente não essencialista e as diversas narrativas presentes na história republicana brasileira. Armando Malheiro da Silva recenseia as «variações» discursivas e interpretativas tecidas, até ao final de novecentos, a propósito da 1ª República (1910-1910) por diferentes autores e correntes. Alguns deles foram intervenientes, outros foram opositores declarados à experiência republicana e os restantes surgem como sujeitos comprometidos com o seu olhar (idéias, valores, sensibilidade) na análise mais ou menos objectiva que se propuseram alcançar.

Não pretendemos ser exaustivos nesta apresentação temática dos estudos que dão corpo ao projecto que conseguimos concluir e colocar diante do leitor, qualquer que ele seja, mas foi nosso intuito – assumimo-lo – condensar em traços fortes cada estudo de modo a que a sua leitura se torne irresistível. Tê-lo-emos conseguido? Sabe-lo-emos quando, algures no tempo que está para vir, nos chegarem indicações quantitativas e qualitativas da trajectória que este pedaço colectivo de quem o organizou e escreveu com prazer e empenho for capaz de desenhar de um lado e de outro do Atlântico. Que seja uma trajectória auspiciosa e amplamente profícua...

Amadeu Carvalho Homem
Armando Malheiro da Silva
Artur César Isaía

PARTE I

•

Tempos de instabilidade
e de mudança

Sérgio Campos Matos

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

REPRESENTAÇÕES DA CRISE FINISSECLAR EM PORTUGAL¹

1. A aplicação do conceito de crise ao caso português, no final do século XIX e princípios do século seguinte, apresenta um especial interesse atendendo à sua singularidade e na medida em que, desde o século XVI (mas sobretudo dos princípios de Oitocentos) a noção de decadência tendeu a dominar a interpretação do percurso histórico nacional. O mesmo se poderá dizer da vizinha Espanha, ainda que no caso desta nação de nações, que já não pode hoje considerar-se uma pequena potência à escala europeia, a desproporção entre o passado e o presente esteja longe de ser tão impressionante como na experiência portuguesa. Mas em ambas as elites contemporâneas — a portuguesa e a espanhola — o sentimento de decadência e de crise dominou desde a ocupação francesa, no princípio de Oitocentos. Ora esta consciência deprimida e crónica de declínio e atraso em relação às nações mais desenvolvidas do Ocidente (Inglaterra, França, Alemanha) antecedeu a eclosão de crises financeiras e políticas, crises de confiança nacional mais delimitadas como as crises portuguesas de 1845, 1876, 1890-92, 1926-33 ou o sexénio revolucionário espanhol (1868-74) e *el desastre* de 1898, para não falar das diversas guerras civis que afectaram o país vizinho nos séculos XIX e XX e das crises que levaram à queda das ditaduras nos anos 70 do século XX.

¹ Este estudo retoma e desenvolve o essencial das ideias expostas em «A crise do final de Oitocentos em Portugal: uma revisão», *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX* (coord. de S. Campos Matos), Lisboa, 2002, pp. 99-115.

O debate sobre a decadência e o atraso dos povos ibéricos desenvolveu-se extraordinariamente a partir do século XVIII, designadamente a partir das reflexões de Gibbon, Montesquieu, Voltaire e uma série de viajantes europeus que percorreram a Península Ibérica nessa época. Responsabilizaram-se a Inquisição, a Companhia de Jesus, o fanatismo religioso, o luxo e a deficiente administração das riquezas ultramarinas pelo declínio. No séc. XIX e no séc. XX alargou-se o diagnóstico das «causas»: o absolutismo, a ignorância e a dependência da Inglaterra (esta última no caso português), o peso excessivo do funcionalismo de Estado, o parasitismo e o modo como se estruturaram os sucessivos Impérios. Pode dizer-se que até aos anos 70 do século passado dominou uma teoria do declínio que embora nos trabalhos de alguns dos mais destacados historiadores portugueses desse tempo — Vitorino Magalhães Godinho, entre outros — já não perfilhasse a ultrapassada noção de decadência, era ainda marcada pela ideia da dependência económica e política de Portugal em relação à Inglaterra. Os trabalhos de Jorge Borges de Macedo e, posteriormente, já nos anos 80, de Jaime Reis², além de vários outros historiadores e economistas mais jovens, vieram iluminar de um novo ângulo a problemática da dependência. Esta não é negativa em si mesma. Tudo depende do modo como é gerida em determinados ramos e em situações concretas. Sendo certo que uma pequena potência tem sempre que administrar múltiplas variáveis e por vezes difíceis conjunturas de equilíbrio e pressão internacional (caso da crise que antecede a instauração da primeira experiência liberal portuguesa em 1820).

2. O período que medeia entre o Ultimatum britânico de 1890 e a implantação da I República (1910) tem sido interpretado pela historiografia portuguesa nos mais desencontrados sentidos. No entanto, em quase todas essas interpretações está implícita ou explicitamente presente a noção de

² Jorge Borges de Macedo, «Diplomacia, agricultura e comércio transitário: factores subalternizados no estudo do Tratado de Methuen», *Nova Economia em Portugal*, Lisboa, 1989, pp. 75-93 e Jaime Reis, *O atraso português 1850-1930*, Lisboa, s.d. [1993], pp. 9-32.

crise ou, pelo menos, o reconhecimento de crescentes dificuldades que então viveu o regime constitucional monárquico. Assim, por exemplo, na obra de um historiador republicano como José de Arriaga (um dos primeiros a tecer um balanço desse tempo) surge a ideia do agravamento da situação económica e financeira a par da analogia entre a acção dos políticos monárquicos no poder durante o reinado de D. Carlos, com destaque para João Franco, e o cabralismo³. Noutra campo, conservador e católico, Fortunato de Almeida faria uma rasgada apologia política de D. Carlos e de João Franco. Mas não deixaria de notar «a dolorosa crise económica e financeira» que afectava o país, ameaçando «os fundamentos da ordem pública pela quebra dos laços da disciplina política e social»⁴.

Para além de tempo de crise, os anos 90 do século XIX têm sido considerados por não poucos historiadores como um momento de viragem em que se manifestaram sinais inequívocos de que as estruturas económicas e sociais do Antigo Regime estavam a chegar ao fim (Albert Silbert, Joel Serrão). Outros autores, embora situem o fim do Antigo Regime noutra momento histórico — os meados do século XIX —, consideram o decénio de 1890 uma marcante baliza de periodização histórica. Deste ponto de vista, relevante não terá sido a mudança na forma do regime político em 1910, mas a crise que leva à substituição de um modelo de desenvolvimento económico por outro (Armando Castro, M. Halpern Pereira, António Telo, entre outros), com características diferenciadas, mais proteccionista. Sublinhe-se, aliás, que diversos historiadores britânicos adoptam os finais do século XIX como tempo de emergência da época contemporânea, aplicando o termo história moderna a um período longo, dos finais do séc. XV até àquele momento — é o caso de Geoffrey Barraclough. Nesses conturbados anos 90 ter-se-iam tornado evidentes diversos factores de mudança: a segunda revolução industrial (electricidade, motor de explosão), o novo imperialismo, a transição entre um padrão europeu em política internacional e um padrão

³ José de Arriaga, *Os últimos sessenta anos*, Lisboa, 1905, pp. 216 e ss.

⁴ Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, vol. VI, Coimbra, 1929, pp. 487-489 e pp. 549-550.

global, a emergência da democracia de massas e a distanciação relativamente aos valores do liberalismo clássico⁵. A crise finissecular teve pois, de diversos pontos de vista, relevância na demarcação de um novo tempo.

Note-se, todavia, que ao longo do século XIX, Portugal viveu múltiplas conjunturas de crise económica, financeira, política, moral. Pode até dizer-se que as elites intelectuais e políticas oitocentistas foram profundamente marcadas por uma consciência de crise que se acentuou em momentos bem precisos: nas invasões francesas (1807-10) e nos anos que imediatamente se lhe seguem, de perda do mercado brasileiro e de domínio britânico na metrópole; nas duas guerras civis (1832-34 e 1846-47), em que se confrontaram diversas opções políticas; nas crises financeiras de 1845, 1876 e 1890-92; nos frequentes abalos que sofreu a Monarquia liberal, do malogro da primeira experiência liberal vintista (1823) aos efeitos do Ultimatum britânico de 1890, passando pelo instável reinado de D. Maria II e pelos anos conturbados que se seguem à Janeirinha (1868-71). A consciência do declínio e do atraso do país relativamente às nações do Noroeste europeu acentuou-se com a perda do Brasil e com a distanciação, em termos de desenvolvimento económico comparado, com outras pequenas e médias potências (Suíça, Bélgica, Holanda, Espanha e Itália). Alimentou todo um debate acerca das condições de viabilidade de Portugal como Estado e nação multisseculares e independentes.

A crise financeira e económica que se torna evidente no início do decénio de 1890 tem raízes muito anteriores – um desenvolvimento assente no endividamento do Estado e no défice orçamental que caracterizou a política da monarquia constitucional, com destaque para o governo de Fontes Pereira de Melo. A conjuntura internacional afectou profundamente a vulnerável situação das contas públicas: a perturbação política que se viveu no Brasil, na sequência da instauração da República federal (1889), a quebra do câmbio da moeda brasileira e a brutal diminuição das remessas dos emigrantes tiveram um efeito devastador sobre as finanças do Estado português. A sin-

⁵ Geoffrey Barraclough, *An introduction to contemporary history*, Harmondsworth, 1979, pp. 24-26.

gularidade desta conjuntura relativamente às conjunturas de 1846, 1865-71 e 1876⁶ foi o seu agravamento com um factor de política internacional e de política interna: a reacção nacionalista ao Ultimatum britânico de Janeiro de 1890, aproveitada pelo republicanismo radical, afectou profundamente a confiança no regime constitucional e nas suas instituições: chefe de Estado, governos, partidos políticos monárquicos, parlamento. Ambiente que não terá favorecido a recuperação do mercado financeiro.

Não há consenso entre os historiadores portugueses acerca dos efeitos da crise financeira e das políticas então adoptadas sobre as actividades produtivas e a vida económica em geral. Entre outros aspectos, procura averiguar-se os factores que desencadearam a crise e em que medida ela afectou as actividades económicas — comércio, agricultura e indústria⁷. Diversos autores tem acentuado as proporções e incidências da depressão da economia nacional no último decénio do século XIX, coincidente com idêntica situação em diversos outros países europeus, procurando explicá-la a partir da grave crise financeira: queda da Baring Brothers (1890), com a conseqüente falência de bancos no Porto e Lisboa⁸. A crise teve como uma das suas manifestações a falência de empresas, contracção do comércio (em Lisboa teriam fechado cerca de 400 estabelecimentos comerciais) e incidência social, com desemprego na indústria e aumento da conflituosidade social relacionados com o agravamento do custo de vida. O crescimento do número de greves remonta, aliás, a 1889⁹.

⁶ Veja-se Eugénia Mata e Nuno Valério, *História económica de Portugal uma perspectiva global*, Lisboa, 1994, pp. 140-161.

⁷ Veja-se, entre outros, Pedro Lains, «A crise financeira de 1891 em seus aspectos políticos», *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX* (coord. de S. Campos Matos), Lisboa, 2002, pp. 57-79.

⁸ António Sousa Franco, «As finanças públicas no liberalismo monárquico: o desequilíbrio crónico», *História de Portugal* (dir. de João Medina), vol. IX, Alfragide, 1993, p. 44 e Luís Aguiar Santos, «A crise financeira de 1891: uma tentativa de explicação», *Análise Social*, vol. xxxvi, nº 158/159, 2001 pp. 202-206.

⁹ Acerca da dimensão social da crise veja-se Armando Castro, «Tensões e modificações económico-sociais (1890-1910)», *História de Portugal* (dir. de Hermano Saraiva), vol. IV, Lisboa, 1986, p. 238, José Tengarrinha, *Estudos de história contemporânea de Portugal*, Lisboa, 1983, pp. 73-74 e Rui Ramos, *A Segunda Fundação. História de Portugal* (dir. de José Mattoso), vol. VI, Lisboa, 1993, p. 184. Cf. A este respeito o testemunho coevo de Fialho de Almeida, *Os Gatos*, vol. IV, Lisboa, 1949 (texto datado de 1891), p. 263.

Não oferece dúvidas que a crise de 1890-92 teve uma dimensão social (ainda mal conhecida) e política bem evidente — instrumentalizada e dramatizada de um modo sem precedentes pelos sectores mais radicais. Os homens que a viveram encararam-na como uma crise global. Exemplo disso mesmo é o testemunho de Guerra Junqueiro, ao dramatizá-la do seguinte modo:

«A crise não era simplesmente económica, política ou financeira. Muito mais: *nacional*. Não havia apenas em jogo o trono do rei ou a fortuna da nação. *Perigava a existência, a autonomia da pátria. Hora grande, momento único. A revolução impunha-se*»¹⁰. E, na verdade, o ambiente revolucionário criado levaria, a curto prazo, à tentativa de derrube da monarquia, a 31 de Janeiro de 1891, no Porto.

Por seu lado, Augusto Fuschini considerou-a «uma das mais profundas crises» da história nacional. Tal como Silva Cordeiro, para além da dimensão financeira, associou-a à «derrocada moral» e ao desprestígio dos partidos e dos políticos monárquicos¹¹.

O desaparecimento de Anselmo José Braamcamp (1885), dirigente do Partido Progressista e, pouco tempo depois, de Fontes, líder regenerador — ambas personalidades carismáticas e referências históricas dos dois partidos do rotativismo — deixara um vazio difícil de preencher no meio político português, nos anos finais do reinado de D. Luís. Multiplicavam-se as facções políticas comandadas por interesses pessoais e acentuava-se um sentimento de orfandade política, perturbação e declínio.

Não surpreende assim a expectativa que diversos sectores da opinião pública depositaram no recém investido rei D. Carlos (1889), aquando da crise política do Ultimatum (1890), em larga medida construída e agudizada pela propaganda republicana. Acentuava-se então a distância entre os políticos monárquicos, e as camadas urbanas, facilmente permeáveis à reacção emocional e exacerbada contra a «afrota» britânica e ao clamor de

¹⁰ Guerra Junqueiro, *A Pátria*, Porto, s. d. (1ª ed. 1896), p. 190.

¹¹ Augusto Fuschini, *Liquidações políticas*, Lisboa, 1896, pp. 36-37

desagravo. O eleitoralismo fácil, os compadrios na obtenção de empregos e na concessão de obras públicas, entre outras práticas comuns, alimentavam o descrédito dos políticos. Num momento de crise de confiança nacional, motivada pelo sentimento de humilhação ante a Grã-Bretanha e pelas crescentes dificuldades económicas e financeiras, quando se revelava a incapacidade dos partidos políticos para enfrentá-la, tornava-se expediente fácil (e eficaz em termos de propaganda) responsabilizar a coroa pela situação que se vivia.

Neste contexto, o republicanismo era por muitos vivido como crença otimista e messiânica, sentimento e esperança redentora num futuro melhor. Desde 1878 o Partido Republicano encontrava-se representado no parlamento e até 1895 elegeria deputados em quase todas as legislaturas. Mas, neste último ano, o governo regenerador de Hintze Ribeiro e João Franco promulgava um decreto (28 de Março) que restringia a capacidade eleitoral. Em consequência, o potencial eleitorado reduzia-se de novo. Caminhava-se assim em sentido contrário à tendência para a democratização do sufrágio que se verificava noutros países europeus (Espanha, Bélgica, Holanda, etc.)¹². Sem representação das minorias, o sufrágio urbano — Lisboa e Porto, em que os republicanos tinham maior influência — diluía-se em grandes círculos plurinominais, que abrangiam extensas áreas rurais. E em 1901 (dec. de 8 de Agosto) persistiam as condições censitárias e capacitárias em vigor, agora no quadro de uma nova organização dos círculos eleitorais (lei de 26 de Julho de 1899). A representatividade do parlamento distanciava-se do país real e das dinâmicas sociais e políticas que nele se desenvolviam. Dificultava-se a possibilidade de uma futura alternância no poder das forças exteriores ao sistema. Estas eram relegadas assim, sobretudo no caso do Partido Republicano, para uma movimentação social e política de rua, instigada desde 1890 pela chamada geração do Ultimatum que, em 1910,

¹² Pedro Tavares de Almeida, «Introdução», *Legislação eleitoral portuguesa 1820-1926*, Lisboa, s.d., p. XIX. Segundo o decreto de 28-III-1895 votavam todos os cidadãos com um rendimento acima de 100 mil réis, alfabetizados ou chefes de família e com idade superior a 21 anos.

alcançaria o poder. Em 1890, com uma projecção sem precedentes, as massas afirmavam-se como factor político a ter em conta, primeiro em Lisboa, depois no Porto e noutros centros urbanos de província. Inicialmente de um modo espontâneo, num segundo momento logo instrumentalizadas politicamente pelo republicanismo radical¹³.

À irrupção deste «factor democrático» assinalado por Basílio Teles¹⁴, correspondeu o enfraquecimento da posição do poder político, mais vulnerável e exposto à crítica das forças da oposição. Por outro lado, afirmaram-se propostas no sentido do reforço do poder de Estado, a que aderiu a maior parte dos Vencidos da Vida, grupo de amigos de Oliveira Martins que, em Lisboa, por volta de 1888 e nos anos seguintes, depositavam esperanças na próxima subida ao trono do jovem príncipe D. Carlos. António Cândido, José Falcão, Augusto Fuschini e João Franco situam-se nesta linha. Bem como, no final do século (1898), os chamados Endireitas, grupo de intelectuais, políticos e militares das campanhas de África (Luís de Magalhães, Mouzinho de Albuquerque, Caldas Xavier, Aires de Ornelas).

Por essa época, a implantação da República no Brasil (1889) e a instabilidade política em Espanha animavam os republicanos portugueses. Também a política colonial e diplomática que se consubstanciou no célebre Mapa Cor-de-Rosa — tentativa de salvar o regime na interpretação de Basílio Teles — e conduziu ao Ultimatum de 1890 viria, indirectamente, a criar as condições para que o republicanismo se tornasse o grande arauto dos interesses nacionais e da integridade territorial contra a ameaça britânica. A tentativa revolucionária do 31 de Janeiro de 1891 no Porto — «essa espécie de ataque epiléptico» que encerrou a «longa sobre-excitação do cérebro nacional», nas expressivas palavras de Heliodoro Salgado¹⁵ — falhou por

¹³ Veja-se Amadeu Carvalho Homem, *Da Monarquia à República*, Viseu, 2001, pp. 95-109 e Sérgio Campos Matos, «O republicanismo radical e movimento estudantil numa conjuntura de crise (1890-1891)», *Uma vida em História. Estudos em homenagem a António Borges Coelho*, Lisboa, 2001, pp. 559-590

¹⁴ Basílio Teles, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro. Esboço de história política*, 2ª ed., Lisboa, 1968 (1905), p. 16.

¹⁵ Heliodoro Salgado, *A insurreição de Janeiro*, Porto, 1894, p.83.

razões que são sobejamente conhecidas. Mas a data ficaria gravada na memória histórica republicana como um momento cheio de simbolismo. O Centro Democrático Federal 15 de Novembro, grupo republicano cuja bandeira vermelha e verde saiu à rua Porto, em 31 de Janeiro, remetia no seu próprio nome para a data da instauração da República no Brasil. Esta teve um eco significativo na imprensa periódica, em sentidos diversos (favoráveis ou desfavoráveis), bem como na propaganda política republicana em Portugal, incentivando as acções anti-monárquicas¹⁶.

Perante o descrédito dos partidos do rotativismo, afastados do poder de Outubro de 1890 a Fevereiro de 1893, acentuava-se claramente a função do Chefe de Estado. Os governos extraparlamentares de João Crisóstomo (1890-91) e José Dias Ferreira (1891-93) que negociaram o tratado definitivo com a Grã-Bretanha para a definição do império africano e, em condições difíceis, tentaram debelar a grave crise financeira que colocara o Estado em face da bancarrota, evidenciavam já tal tendência. A ideia de uma ditadura militar como recurso possível emerge por esta altura. Numa sociedade em que as classes médias eram débeis, o espírito de cidadania e a opinião pública de alcance restrito, em momentos críticos, o exército tendia a tornar-se uma instituição chave. O século xx confirmaria uma constante que vinha de 1820.

No domínio da instrução pública, as reformas de Jaime Moniz (1894-95), de inspiração germânica, reestruturaram profundamente o sistema nos graus primário e secundário liceal, num conjunto integrado e coerente de propósitos culturais e pedagógicos a que não era alheio um propósito de formação nacionalista da juventude. Todavia, a taxa de analfabetismo manter-se-ia extremamente elevada, mesmo em comparação com outros países do Sul da Europa. Na verdade, entre a população com mais de 6 anos, baixaria tão-só de 79,2% em 1890 para 75,1%, em 1911, enquanto em Itália, nesta

¹⁶ Veja-se Eduardo Cordeiro Gonçalves, *Ressonâncias em Portugal da implantação da República no Brasil (1889-1895)*, Dissertação de Mestrado apresentada na FLUP, 1995, pp. 50-119 e Luísa Maria G. Teixeira Barbosa, *O ideário republicano nas relações Brasil/Portugal, 1880-91*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, 2002, pp. 37 e ss.

última data, se reduzia já a 38% e em Espanha, em 1910, a 50% (maiores de 10 anos)¹⁷. Em 1911, um intelectual americano que se correspondeu com o Presidente Manuel de Arriaga interrogava-o, incrédulo, se era verdade que, por esse tempo, 80% da população portuguesa pudesse encontrar-se, a este respeito, no estádio da Inglaterra em 1750¹⁸.

É certo que a população escolar nos diversos graus de ensino revelou, de uma maneira geral, uma tendência para o crescimento. Mas em 1890 a taxa de escolarização situava-se ainda no modesto valor de 22%, para em 1930 não ultrapassar os 27%¹⁹, mantendo-se muito aquém das taxas de crescimento dos outros países do Ocidente europeu, incluindo a Espanha e a Itália (num conjunto de catorze nações europeias, só era superior à da Roménia até ao dealbar do século XX). Este panorama cultural terá condicionado fortemente o desenvolvimento económico, sobretudo no que respeita ao ritmo de difusão das novas tecnologias aplicadas nas diversas actividades produtivas. Por outro lado, o baixo rendimento *per capita* da população portuguesa terá limitado consideravelmente a procura da escola e da alfabetização.

3. A crise de confiança de parte significativa das elites políticas e intelectuais nas possibilidades de regeneração nacional, acentuada na seqüência do Ultimatum britânico e das graves dificuldades financeiras de 1890-92, ficou bem documentada num conjunto muito variado de textos, da historiografia ao ensaio e à crónica de costumes, passando por diversos géneros literários: refiram-se, entre outras, as obras de Oliveira Martins, Augusto Fuschini, Teixeira Bastos, Silva Cordeiro, Manuel Laranjeira, Fialho de Almeida ou ainda dos poetas António Nobre ou Alberto de Oliveira.

¹⁷ Carlo M. Cipolla, *Instrução e desenvolvimento no Ocidente*, Lisboa, s.d., pp. 129-130.

¹⁸ Carta de C. Argue de 24-08-1911, *Correspondência política de Manuel de Arriaga* (Org. de Sérgio Campos Matos e Joana Gaspar de Freitas), Lisboa, 2004. Numa explicação parcial, Argue atribuía a razão desse atraso ao catolicismo dominante no país.

¹⁹ António Candeias (dir. e coord.), *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX. Os censos e as estatísticas*, Lisboa, 2004, p. 37.

Em 1879, na sua *História de Portugal*, de larga audiência, Oliveira Martins traçara um quadro crítico e muito negativo do Portugal posterior à Restauração de 1640. E concluía a sua narrativa histórica com um diagnóstico muito negativo em relação à situação que o país então vivia. Referia-se à ausência de um escol capaz de orientar um povo que, em seu entender, carecia de homogeneidade, de patriotismo e de espírito de cidadania. Interrogava-se ainda, em termos algo cépticos, acerca das possibilidades de ressurgimento nacional²⁰. No *Portugal contemporâneo* (1881) o historiador aprofundou a crítica ao funcionamento do regime liberal que já traçara anteriormente. Recorria com frequência a metáforas organicistas que remetem para a decadência e a morte da nação, aludia ao «pessimismo (...) do carácter português» e concluía equacionando duas possibilidades para o futuro do país: a solução iberista ou «ir vivendo, regeneradamente, à espera do que está para vir». Nenhum dos caminhos era para Martins satisfatório. Mas não duvidava que Portugal vivia uma crise²¹ (note-se que escrevia assim em 1881).

A par de Antero de Quental e de Eça de Queiroz, Oliveira Martins foi seguramente um dos mais influentes autores do seu tempo que deixou fortes marcas nas elites intelectuais dos finais do século. O seu devastador olhar sobre Portugal como uma «pequena Turquia do Ocidente», destituída de «carácter orgânico de nação»²² não podia deixar indiferentes os seus conterrâneos. Na verdade, o sentido crítico do seu diagnóstico e o tom melancólico subjacente às suas palavras contribuiu indelevelmente para a formação dos jovens que viveram a crise finissecular. Também a atitude mental daqueles seus amigos se caracterizou por um olhar marcadamente pessimista ressoando o pensamento de filósofos como E. Hartmann e Schopenhauer. Os poetas da época exprimem com especial acuidade um

²⁰ J.P. de Oliveira Martins, *História de Portugal* (introd. de Isabel Faria e Albuquerque e pref. de Martim de Albuquerque), vol. II, Lisboa, s.d., pp. 296-298.

²¹ J.P. de Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, vol. III, Lisboa, 1953, p. 310

²² *Ibid.*

acentuado sentimento decadentista de desengano, desistência e tédio²³. Veja-se, por exemplo, o caso de um António Nobre. O poeta de Só iniciava um dos seus mais conhecidos sonetos com a seguinte estrofe: «Em certo Reino, à esquina do Planeta, / Onde nasceram meus Avós, meus Pais, / Há quatro lustros, viu a luz um poeta / Que melhor fora não a ver jamais». E num outro poema datado igualmente de 1889, deparamos com o mesmo apelo nihilista, em termos radicais: «Falhei a Vida. Zut! Ideais caídos! / Torres por terra! As árvores sem ramos! / Ó meus amigos! todos nós falhámos... / Nada nos resta. Somos uns perdidos»²⁴. Atitude vencidista que já encontramos na ficção de Eça de Queiroz (lembrem-se Carlos da Maia e João da Ega). Como em 1893, deparamos no autor d'*Os Maias* a noção de que as certezas do positivismo e do cientismo estavam ultrapassadas, a elas se opondo uma certa espiritualidade religiosa e mística que se manifestava em torno de múltiplas crenças, fossem elas no domínio do cristianismo, do budismo ou do espiritismo²⁵. Face à confiança na ciência no progresso e na razão, de matriz iluminista, que marcou as filosofias finalistas da história oitocentistas, reagia um sentimento de desordem em relação à civilização industrial, um novo interesse pelo inconsciente e pelo irracional. Em sociedades que caminhavam na senda da secularização e do laicismo, caía-se na dúvida e na incerteza, a anunciar as perplexidades do homem moderno.

Já no início do século XX, não exprime a obra de Manuel de Laranjeira (embora noutros termos), com densa carga dramática, a consciência deprimida e pessimista a que atrás nos referimos? Em Fevereiro de 1909 o médico de Espinho registava no seu diário a convicção de que os Portugueses eram uma «raça perdida» e que a sua «decadência degenerativa» era manifesta²⁶.

²³ Para uma visão de conjunto sobre esta poesia finissecular, veja-se José Carlos Seabra Pereira, «Espírito e temas da poesia decadentista e simbolista», *Regards sur les deux fins de siècle (XIX^e-XX^e)*, Bordéus, 1996, pp. 73-82.

²⁴ António Nobre, *Poesia completa*, Lisboa, s.d. (poema datado de 1889), p. 205.

²⁵ Eça de Queiroz, «Positivismo e idealismo», *Notas contemporâneas*, Lisboa, s.d., pp. 185-196.

²⁶ Manuel Laranjeira, *Diário Íntimo* (pref. e notas de José M. Vasconcelos), Lisboa, s.d., p. 178.

Passagem tanto mais significativa quanto, no ano anterior, este autor rejeitara a teoria da degenerescência colectiva, tão em voga ao tempo²⁷, sobretudo pela influência da obra de Max Nordau (1892)²⁸. Mas Laranjeira ainda concebia a necessidade de um esforço voluntarista de reconstrução da sociedade portuguesa, por via da educação, se bem que o seu diagnóstico da situação fosse muito negativo, como que encerrando os problemas portugueses num círculo vicioso: «O nosso pessimismo quer dizer apenas isto: que em Portugal existe um povo, em que há, devoradas por uma polilha parasitária e dirigente, uma maioria que sofre porque não a educam e uma minoria que sofre porque a maioria não é educada»²⁹.

Os tópicos da decadência e da degenerescência dos povos latinos face à agressividade dos germânicos e anglo-saxões, do tédio, do nihilismo e da morte difundiam-se extraordinariamente entre a elite intelectual. Anos mais tarde, Camilo Pessanha abrirá a sua *Clepsidra* com um breve poema intitulado «Inscrição»: «Eu vi a luz em *um país perdido* / A minha alma é lânguida e inerme. / Oh! Quem pudesse deslizar sem ruído! No chão sumir-se como faz um verme...»³⁰ (sublinhado nosso). A problemática da desagregação e do vazio, num país também ele desencontrado, à deriva, à procura de si mesmo, exprimia-se assim superiormente pela voz de um dos mais originais poetas do seu tempo.

Nesta atmosfera de cepticismo em que se dramatizava a morte da pátria e o «epílogo da raça» compreende-se que uma atitude de enraizamento — o culto do passado de um Portugal de tradições rurais e autênticas, resistindo às culturas de importação — fosse entendido como um factor de continuidade e coesão nacional pelos autores da chamada Geração de 90: lembrem-se o neogarretista Alberto de Oliveira e, mais uma vez, António Nobre. Mas a memória histórica não era apenas lugar de redenção e con-

²⁷ Id., «Pessimismo Nacional IV», *O Norte*, 14-01-1908 in *Pessimismo nacional*, s.l., n.d., p. 40.

²⁸ Max Nordau, *Degenerescence*, Paris, 1894 (1ª ed., 1892).

²⁹ Manuel Laranjeira, *Op. cit.*, p. 41.

³⁰ Camilo Pessanha, *Clepsidra* (ed. crítica de Paulo Franchetti), Campinas, 1994, p. 81.

forto. Também se olhava o passado nacional como tragédia e naufrágio, metáforas que diversos autores — caso de Alberto de Oliveira, Manuel Laranjeira ou o seu amigo D. Miguel de Unamuno — retomam de Oliveira Martins. Lembrem-se as palavras crepusculares de Alberto de Oliveira a este respeito, em 1892, a propósito da morte de Antero e de José Falcão: «A impressão que todos sentimos, pobres criaturas sem iniciativa, últimas ruínas inúteis de gerações esforçadas e valorosas, foi desamparo e frio. *O epílogo doloroso da nossa raça, a cada morte destas se faz mais trágico e agoirento (...)* E a cada suicídio de um génio, a cada morte de um santo, mais precipitados são os nossos passos em falso, e a visão da fatalidade se nos faz mais próxima»[sublinhado nosso]³¹.

Toda uma antropologia acerca do português se desenvolvia, não raro investivando a sua passividade e resignação — a proverbial indiferença perante a vida política, uma constante no discurso político oitocentista, sobretudo republicano. Na senda de Oliveira Martins, multiplicavam-se as reflexões críticas sobre o carácter português, em sintonia com o determinismo rácico então em voga, por exemplo, na voz do republicano radical Basílio Teles: «Todo o mundo reconhece que somos fracos de carácter; que não somos excepcionalmente favorecidos em dotes de inteligência; que não podemos exhibir ao mundo, com orgulho, uma personalidade eminente na ciência, na filosofia, na invenção (...) não temos enfim uma fisionomia colectiva original, bem definida de linhas, e de pujante relevo»³².

Ou, no olhar fatalista de Guerra Junqueiro: «O português, apático e fatalista, ajusta-se pela maleabilidade da indolência a qualquer estado ou condição. Capaz de heroísmo, capaz de cobardia, toiro ou burro, leão ou porco, segundo o governante. Ruge com Passos Manuel, grunhe com D. João VI. É de raça, é de natureza. Foi sempre o mesmo»³³.

³¹ Alberto de Oliveira, «Duas almas» (texto de 1892), *Palavras loucas*, Porto, 1984, p. 135.

³² Basílio Teles, *Op. cit.*, p. 161.

³³ Guerra Junqueiro, *Op. cit.*, p. 191.

Este perfil seria aliás imortalizado por Rafael Bordalo Pinheiro no estereótipo do Zé Povinho, criado em 1875 e depois extraordinariamente difundido³⁴. Corrente se tornou a tese segundo a qual a crise se devia a este perfil débil do carácter português, acentuado por factores históricos³⁵. A teoria da decadência tal como foi formulada nos princípios do século XIX pela primeira geração liberal (José Liberato Freire de Carvalho e Rocha Loureiro, entre outros) e depois reelaborada por Herculano e por Antero de Quental continuava a alimentar uma consciência de crise crónica, num certo sentido uma consciência de auto-flagelação nacional. E sobretudo exprimia um olhar muito crítico sobre uma sociedade que maioritariamente resistia à modernidade.

Por outro lado, era muito comum a ideia da ausência de homens capazes de enfrentar a situação³⁶ que se traduzia numa expectativa messiânica: onde encontrar um salvador? Para Augusto Fuschini, num discurso pronunciado no parlamento, pouco após a tentativa revolucionária de Janeiro de 1891, só o próprio rei poderia salvar o país de uma revolução³⁷. E em 1892, Oliveira Martins fazia a apologia, em termos inequívocos, da «ditadura de um rei apoiado em homens capazes» como meio de evitar que o Estado entrasse em decomposição³⁸. Mas a ideia da ausência de estadistas de valor, que estivessem à altura da situação crítica que o país atravessava, tendia a generalizar-se. Para Fuschini a imprensa monárquica não mobilizava a opinião pública por se saber que esta última não se traduzia em força política. Os seus ataques ao poder moderador eram apenas comandados por interesses de facção³⁹.

³⁴ João Medina, «O Zé Povinho, estereótipo nacional: a autocaricatura do 'homo lusitanus'», *História de Portugal* (dir. de J. Medina), vol. xv, Alfragide, 1993, pp. 49-181.

³⁵ Basílio Teles, *Op. cit.*, pp. 150-158.

³⁶ Cf., por exemplo, Fialho de Almeida, *Os Gatos*, vol. III, Lisboa, s.d., p. 161 [texto de 12-X-1890].

³⁷ Augusto Fuschini, *Op. cit.*, p. 112.

³⁸ Oliveira Martins, «Aperçu sur la situation du Portugal», *Política e história*, vol. II, Lisboa, 1957, p. 314.

³⁹ Augusto Fuschini, *O presente e o futuro de Portugal*, Lisboa, 1899, pp. 329-330.

Entretanto, na política internacional dominava o darwinismo social – «a apoteose da força triunfante no caos obscuro e confuso do pensamento», de que falava Oliveira Martins, poucos dias depois do Ultimatum⁴⁰. Em 1898, ano da guerra hispano-americana, chegou a difundir-se o boato de um Ultimatum dos Estados Unidos a um Portugal neutral no conflito (que todavia permitira o reabastecimento da esquadra espanhola do almirante Cervera em Cabo Verde). De um modo geral, a opinião pública portuguesa colocou-se ao lado da Espanha — o paralelismo entre a situação das duas velhas potências ibéricas e coloniais era evidente. E os ecos do célebre discurso do primeiro ministro britânico, o conservador Lord Salisbury, em Maio de 1898, na Primrose League, em que se referia às «nações moribundas» em vias de perderem os seus impérios, perturbavam ainda a consciência das elites peninsulares⁴¹.

Para os republicanos, a alternativa à dominação dos anglo-saxónicos era a confederação dos povos latinos, abrangendo também, os estados da América do Sul, com destaque para o Brasil. Em 1890, esta proposta tornara-se muito comum⁴². Tal convergência era entendida como uma etape da federação de todas as nações. Na verdade pretendia ser uma resposta ao pangermanismo e ao imperialismo britânico. Não passava, todavia, de uma confortável utopia.

Já no início do século XX, a crise do constitucionalismo monárquico acentuou-se com as dissidências individuais e de grupo a complicarem o jogo político no campo dos partidos tradicionais. As cisões que deram origem ao Partido Regenerador Liberal de João Franco (1901) e à Dissidência Progressista de José de Alpoim (1905) vieram acentuar a fragmentação política e a ausência de uma convergência consistente no sistema rotativista em torno dos grandes problemas nacionais. Em Dezembro de 1903, nas

⁴⁰ J. P. de Oliveira Martins, «O desagravo», *A Província*, 15-1-1890, *Portugal em África*, 2ª ed., Lisboa, 1953, pp. 52-53.

⁴¹ Cf. João da Câmara, «Crónica ocidental», *O Ocidente*, vol. xx, nº 697, 10-05-1898, p. 98.

⁴² Cf., por exemplo, *A República*, nº 4, 22-04-1890, pp. 1-2.

suas memórias, Raúl Brandão registava: «Outro facto extraordinário da nossa política: é sempre no campo adverso que estes homens têm mais radicadas amizades. E também se percebe nitidamente que no fundo da luta só há uma força, o rei. Por isso mesmo o rei é sempre o culpado»⁴³.

Raúl Brandão tocava no ponto-chave: o desgaste do poder moderador, ou seja, da própria figura do monarca que se prendia com seu excesso de exposição e as insuficiências da elite política no poder. Em última análise, com a própria erosão do regime monárquico-constitucional.

Os finais de Oitocentos corresponderam a um momento de crise de confiança da elite política e intelectual portuguesa, crise do sistema rotativista que acabaria, a prazo, por comprometer a própria sobrevivência da monarquia constitucional. Numa economia semi-periférica, de lento crescimento, o modelo regenerador, assente nos empréstimos externos e na modernização possível dos transportes e comunicações, chegava ao fim. Um maior intervencionismo do Estado na vida económica tornava-se mais consensual.

Um nacionalismo cultural de acentuada dimensão histórica e colonial continuou a afirmar-se na época como contraponto a um enraizado sentimento de decadência da nação. A extraordinária difusão da cultura histórica nacional conviveu com uma consciência de crise que antecedeu a eclosão da conjuntura difícil de 1890-92. Como duas faces da mesma medalha, nacionalismo historicista e consciência de crise coexistiram estreitamente. E num ambiente cultural em que dominava o cepticismo e a inquietação em relação ao futuro, quando não um olhar negativo sobre a situação do país, não surpreende que o republicanismo, embora dividido em correntes e grupos muito diversos e enfermando de algumas das características dos tradicionais partidos rotativos, acabasse por tornar-se a alternativa possível.

Lisboa, Janeiro de 2005

⁴³ Raúl Brandão, *Memórias*, vol. 1, Porto, s.d. [1919], pp. 132-133.

Maria Aparecida Rezende Mota

Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisadora do Pólo de Pesquisa sobre Relações Luso-Brasileiras do Real Gabinete Português de Leitura - Rio de Janeiro e professora de Teoria e Metodologia da História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DIÁLOGOS POSSÍVEIS NA PERIFERIA DA CIVILIZAÇÃO:

EDUARDO PRADO E EÇA DE QUEIRÓS

1. É possível encontrar alguma semelhança entre as inquietações que afligiam os escritores das últimas décadas do século XIX, e as que ocupam, hoje, nesses primeiros anos do século XXI, a consciência letrada de sociedades periféricas como o Brasil? Os tempos evidentemente mudaram, mas, o que dizer acerca dos desafios que os brasileiros continuam enfrentando para viver, em plenitude, a cidadania? Ao longo de quase duzentos anos de autonomia nacional, aprendemos a conviver com modelos institucionais mais ou menos impostos, com padrões culturais aceitos de maneira acrítica, com a ausência de grandeza da esmagadora maioria dos projetos políticos. As realizações comumente associadas a um projeto civilizatório, no Brasil, acabaram por produzir uma das mais desiguais sociedades do mundo contemporâneo. Os processos de mundialização econômica, associados à ação historicamente deletéria de extensos segmentos das chamadas elites brasileiras, resultaram num aprofundamento da desigualdade interna e da dependência externa e numa perda progressiva da memória social. Nossa auto-imagem, como nacionalidade, encontra-se, hoje, portanto, irremediavelmente dilacerada pelo permanente e constante conflito com o Outro, afinal nós mesmos — a Barbárie social, econômica, política e cultural —, contra-imagem de nosso eu coletivo, reflexo distorcido de uma Civilização que o Ocidente Europeu ofereceu aos Trópicos, ou obrigou-nos a aceitar.

Não iremos, entretanto descrever, aqui, o inventário de nossas dificuldades e misérias. Estamos, apenas, propondo trazer à cena — sob a luz de fundo dessas indagações e percepções do nosso presente, nesse início de mais um milênio —, as formas de pensamento e as imagens textuais construídas por dois escritores oitocentistas no limiar do século XX — um português, Eça de Queirós, e um brasileiro, Eduardo Prado —, sobre o tema da Civilização. Para além, todavia, desse primeiro nível de leitura, queremos propor uma interpretação da presença e da recorrência do tema, como o afloramento, no plano do *logos*, isto é, da consciência racional, do desejo, da aspiração apaixonada, da esperança — compartilhados, àquela altura, por toda uma geração de intelectuais em ambos os lados do Atlântico — de que Brasil e Portugal pertencessem, de fato, ao Ocidente civilizado.

Nesse esforço de elaboração simbólica de um pertencimento, de uma inclusão — pertencimento de uma comunidade imaginada, uma Nação, a uma outra comunidade imaginada, a Civilização Ocidental —, nossos escritores enfrentaram impasses e dilemas, o que acabou por revelar, em suas páginas, o embate ideológico entre Tradição e Modernização travado no interior da consciência letrada de duas sociedades periféricas, no tempo em que o imperativo civilizatório chamava-se Paris, Londres, Berlim.

2. Eça de Queirós e Eduardo Prado pertenciam a uma geração de escritores que, para além de todas as diferenças políticas, sociais, ideológicas e literárias que os separavam, tinha em comum este traço: pensar a nação. E pensar a nação significava descrevê-la, criticá-la, apontar seus problemas, prescrever remédios, sugerir modelos, projetá-la idealmente no futuro. Entretanto, não eram eles apenas dois intelectuais que viveram o mesmo fim de século separados por um oceano geográfico e mental. Trata-se, aqui, de situá-los, preliminarmente, como um brasileiro e um português que se conheceram, não se sabe muito bem em que circunstâncias, em algum dia, ao final dos anos 1880, provavelmente em Londres, e que, muito a propósito, passaram a se encontrar sempre, no *locus amoenus* da Civilização, Paris, tornando-se fraternos amigos até o fim de suas vidas.

José Maria de Eça de Queirós — nascido em Póvoa do Varzim, em 1845, filho e neto de magistrados, formado em Direito, por Coimbra, em 1866 — sempre viveu acossado por problemas financeiros, em meio às suas múltiplas atividades de jornalista, editor, romancista e funcionário público da carreira diplomática, para a qual ingressara por concurso público, tendo servido, de 1872 a 1888, em Cuba, Newcastle e Bristol. Transferido para Paris, em 1888, assumiu o cargo de Cônsul de Portugal, até 1900, quando faleceu. Em terras estrangeiras, onde viveu vinte e oito anos, produziu, portanto, sua extensa obra.

Eduardo Paulo da Silva Prado, nascido em São Paulo, em 1860, também formado em Direito, porém, pela Academia de São Paulo, pertencia a uma abastada família paulista de proprietários rurais e homens de negócios. Seu irmão mais velho, Antônio Prado, era conselheiro do Império, membro do Parlamento, ministro de Estado e fazendeiro; seu outro irmão, riquíssimo negociante e membro do Partido Republicano Paulista. De sua mãe, Dona Veridiana da Silva Prado, os testemunhos da época referem uma grande dama que recebia seus convidados para freqüentes jantares e saraus no solar da família — no centro de uma chácara, à capital da província — prédio imponente, em estilo renascença, cujos ornamentos, «tapetes, alfaias, bibelôs, cadeiras de estilo, estofos e cortinas»¹, mandara trazer da Europa. Os biógrafos de Eduardo Prado narram que, em 1887, quando o Imperador Pedro II esteve em São Paulo, Dona Veridiana colocou todos os seus filhos e netos em fila, desde o portão da chácara até a porta principal de seu palácio, «como se fosse a família real de um Estado a receber um soberano amigo»². Nesse quadro familiar de abundância e prestígio, o filho mais moço de Dona Veridiana bacharelou-se na turma de 1881, após o que, por dilettantismo, dedicou-se a escrever artigos de crítica literária e política internacional para o «Correio Paulistano», aos estudos históricos e às viagens

¹ MOTTA FILHO, Cândido. *A vida de Eduardo Prado*, p. 25.

² *Idem*, p. 17.

pelo mundo. Durante um breve período trabalhou como adido na legação brasileira em Londres, mas, acabou estabelecendo-se em Paris, dividindo seus dias pelos alfarrabistas, antiquários, museus, arquivos e bibliotecas, e suas noites, pelos *cabarets* de Montmartre, os teatros e as ceias em seu apartamento à *Rue Rivoli*, onde recebia escritores, artistas e amigos brasileiros, portugueses e franceses. Inveterado gastador, volta e meia pedia socorro à família para manter essa vida mundana e cosmopolita. Vinha ao Brasil, pelo menos uma vez ao ano, e, aqui, ou melhor, em sua fazenda de café do Brejão, Município de Santa Cruz das Palmeiras, São Paulo, desfrutava, segundo suas próprias palavras, «sossego, árvores e flores, horta e pomar, cozinheira francesa, biblioteca...»³.

Com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, Eduardo Prado, que estava em Paris, abandona o mundanismo e as crônicas leves para atirar-se, num estilo irônico e veemente, contra as novas instituições do Brasil. Eça de Queirós, à época diretor da *Revista de Portugal*, abriu-lhe as páginas da publicação, onde, sob o pseudônimo de Frederico de S., o brasileiro que se notabilizara na Cidade Luz, por seu hedonismo requintado, apresentaria a série de artigos de denúncia aos atos praticados pelo governo republicano, e que seriam, poucos anos depois, reunidos em livro, sob o título *Fastos da ditadura militar no Brasil*.

Como explicar o espaço concedido a um conservador numa revista dirigida por um inovador, desde os tempos de Coimbra engajado no combate ao atraso e à rotina da sociedade portuguesa? Seria possível um português progressista em conluio com um brasileiro reacionário?

3. Para Eça de Queirós, Eduardo Prado, rico, elegante, refinado, culto e viajado, era uma espécie de síntese das qualidades supremas que a Civilização Ocidental fizera florescer nos Trópicos. A correspondência entre os dois testemunha o afeto e a admiração recíprocos, patenteados ainda, pelas

³ *Apud* MOTTA FILHO, Cândido. *Op. cit.*, p. 65.

referências elogiosas recorrentes nas cartas a amigos comuns e familiares. Contudo, além da origem social, da idade e do temperamento — Eça, tímido, franzino, metódico, feio; Eduardo Prado, exuberante, inquieto, alto, belo de feições — os dois eram diferentes em outros aspectos. O Eça de Queirós que ofereceu a *Revista de Portugal* aos artigos anti-republicanos do amigo, já não era mais, certamente, aquele que, numa carta a José Joaquim Rodrigues de Freitas, datada de 1878, ao fazer a apologia do Realismo, «a grande evolução literária do século», manifestava a esperança de que seus romances pudessem «ter na sociedade e nos costumes uma influência profunda». Expondo — assim dizia ele — «ao escárnio, à gargalhada, ao desprezo do mundo moderno e democrático», o velho mundo burguês «sentimental, devoto, católico, explorador, aristocrático», *O Padre Amaro* e o *Primo Basílio* preparariam a ruína dessa sociedade «balofa e atrasada», constituindo-se, portanto, em «um auxiliar poderoso da ciência revolucionária»⁴.

Já não sendo mais um revolucionário, à altura em que dirigia a *Revista de Portugal* (e sendo representante, afinal de contas, da monarquia portuguesa em Paris), Eça, entretanto, mantinha um implacável espírito crítico. Em 1887, publicara *A Relíquia*, romance de denúncia à hipocrisia social e religiosa que grassava na sociedade portuguesa. No ano seguinte, com *Os Maias*, ampliaria o quadro da sociedade portuguesa para além dos vícios do clero e da péssima educação das moças, temas recorrentes nas obras anteriores, expondo a futilidade e o tédio das camadas dominantes, a sordidez da política de futricas e as disputas estéreis da Academia. Que singular comunhão de interesses poderia unir o mordaz desenhista das *Cenas da Vida Portuguesa* e Eduardo Prado, católico, aristocrata, monarquista, diretor de um jornal anti-republicano, o *Comércio de São Paulo*, e amigo do Imperador Pedro II (a quem velaria em seu leito de morte, em Paris, em 1891)?

⁴ QUEIRÓS, José Maria de Eça de. Correspondência (Suplemento). In: *Obras de Eça de Queirós*, v. IV, p. 1178.

A rigor não julgamos possível responder de forma precisa a essa questão. Podemos, contudo, utilizá-la como pretexto para o exame dos modos através dos quais esses dois intelectuais, tão distantes e tão próximos, pensaram o Brasil e Portugal nos marcos civilizatórios.

É preciso ressaltar, no entanto, que essa operação simbólico-literária — integrar a um centro civilizacional, **na** e **pela** escrita, nações periféricas — implicava uma contradição tremenda, insuperável mesmo. O impasse pode ser ilustrado pela carta escrita em 1888, a Eduardo Prado, por Carlos Fradique Mendes — *alter-ego* literário de Eça de Queirós, como querem alguns, ou criação de Antero de Quental, Eça e Ramalho Ortigão, como querem outros — na qual, o fictício *dandi* e poeta satânico alertava o amigo, e, por extensão, a todos os brasileiros, para a civilização de arremedo que aqui se construía. Afirmando que o Brasil havia perdido a oportunidade de «fundar a civilização especial que lhe apetecesse», no começo do século XIX, quando se livrara do «ouro e do regime colonial», Fradique Mendes aponta o rumo que o país deveria ter tomado naquela ocasião: tornar-se um «povo rural», um país agrário. A verdadeira nação somente floresceria, quando o Brasil

se instalasse nos seus vastos campos, e aí, quietamente deixasse que, dentro da sua larga vida rural e sob a inspiração dela, lhe fossem nascendo, com viçosa e pura originalidade, idéias, sentimentos, costumes, uma literatura, uma arte, uma ética, uma filosofia, toda uma civilização harmônica e própria, só brasileira, só do Brasil, sem nada a dever aos livros, às modas, aos hábitos importados da Europa.⁵

O fragmento sugere o dilema central dos intelectuais brasileiros e portugueses das últimas décadas do século XIX, preocupados com o lugar retardatário de seus respectivos países na «marcha da civilização». Se o imperativo civilizatório impunha a modernização dos esquemas mentais e

⁵ Queirós, José Maria de Eça de. A correspondência de Fradique Mendes. In: *Obra completa*, v. I, p. 226.

das instituições sociais, conforme os modelos de Paris, Londres e Berlim, como seria possível, para uma nação (como o Brasil ou Portugal), adotar esses padrões, mantendo, entretanto, sua identidade, o «caráter nacional» de seu povo?

Ora, examinemos esta noção, tão difundida entre os intelectuais àquela altura: o *caráter nacional*. Construída sobre as bases cientificistas das teorias geo-climáticas e raciais em voga — como a pressentimos, por exemplo, no romance naturalista brasileiro, nomeadamente em *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, com seus personagens movidos pelos instintos da raça em meio a uma paisagem exuberante e hostil; elaborada como o resultado da trajetória histórica de uma coletividade dispersa em direção a uma unidade de interesses e aspirações, como a vemos em Teófilo Braga, conduzindo Portugal à marcha ascendente para o progresso, da mistura étnica original ao estado positivo ou, ainda, na outra face da moeda, em Oliveira Martins, trazendo à cena historiográfica, um povo desfibrado, apático, aprisionado pelos padres e pela monarquia decadente, uma nação fracassada, desde a morte de Camões... Ela também está presente, ainda que oculta pelo paroxismo, na proposta radical de Antero de Quental que, a certa altura, não vê melhor solução para o país do que «desnacionalizar-se» através da união à Espanha. A apresentação/representação do caráter nacional — o «verdadeiro português» ou o «verdadeiro brasileiro» — constitui-se, portanto, no sub-texto do Romance e da História de escritores brasileiros e portugueses oitocentistas, caracterizando, assim, o discurso historiográfico e o discurso ficcional do período, como lugares privilegiados para o exame da construção imaginária da nação.

O escopo do presente artigo, entretanto, não comporta uma análise exaustiva dos modos através dos quais a comunidade imaginada emerge do discurso da Geração de 1870⁶. Por ora, privilegiemos o binômio Nação-Civilização e, em torno dele, as aproximações e as fugas, as linhas sinuosas do pensamento de Eduardo Prado e de Eça de Queirós.

⁶ Ver a esse respeito MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Brasil e Portugal: imagens de nação na Geração de 70 do século XIX*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1998.

4. O Portugal escrito por Eça de Queirós pode ser interpretado como em permanente oscilação entre a Modernização, representada por Paris, Londres e Berlim — ou seja, por uma aspiração ao avanço técnico, à abundância material e ao cosmopolitismo espiritual —, e a Tradição, representada pelo encantamento das melodias dos cavadores e das ceifeiras nos campos do Minho, dos carros-de-boi levando o mato pelos estreitos caminhos rurais e até pelo cordeiro assado acompanhado por caçarolas de arroz.⁷ Tudo isso era autêntico! Tudo isso era o verdadeiro Portugal! Entretanto, Eça foi acusado freqüentemente de «estrangeirado», «afrancesado» e de promover o «desaportuguesamento» de Portugal, com seus romances «franceses», isto é, ao estilo de Flaubert, Balzac e Zola.

No ensaio intitulado *Francesismo*, publicado postumamente nos *Manuscritos Inéditos*, em 1912, Eça defende-se das censuras declarando-se, «muito pelo contrário, vítima de afrancesamento que, desde tenra idade lhe incutiram e que continuou durante todas as fases de seus estudos até à obtenção do seu diploma de bacharel, adquirido através de noções transmitidas por livros franceses ou traduzidos do francês»⁸.

Todavia, não apenas nos estudos jurídicos revelava-se a imitação do modelo francês, mas, afirmava Eça, no mesmo ensaio, «é sobretudo na minha especialidade, na literatura que esta cópia do Francês é desoladora». Se a literatura é interpretada como uma das manifestações essenciais da nacionalidade — conforme Johann Gottlieb Fichte preconizara em seus *Discursos à nação alemã*, no início do século XIX — a imitação do estrangeiro implicaria um delito de lesa-pátria ou uma incapacidade de ser coletivamente, ou, por outra, uma dificuldade do *caráter nacional*. A crítica de Eça, como é possível constatar nos trechos abaixo, tendia para a segunda hipótese. Acentuando com traços mais caricaturais do que analíticos, o «caráter nacional» dos dois povos, ele opunha a França, «um país de inteligência», a Portugal, que «por temperamento, ama sobretudo a elo-

⁷ Cf. QUEIRÓS, José Maria de Eça de. Carta a Eduardo Prado (datada de 29 de maio de 1892). In: *Obras de Eça de Queirós*. v. IV, p. 1596.

⁸ Transcrito por MATOS, A. Campos. *Dicionário de Eça de Queirós*. p. 442.

qüência e a imagem»; a literatura francesa é, «desde Rabelais até Hugo, social, ativa, militante»; a portuguesa, «por tradição, é instinto, é idílica e contemplativa»⁹. O símbolo da França, prossegue, é o galo «que canta claro, com uma limpidez de clarim»; o símbolo português, o rouxinol, «geme na espessura mal alumiada dos arvoredos». Dos heróis franceses destaca-se o rei Francisco I, «enorme», «robusto», «ligeiro», «radiante». O herói português é «o poético e pensativo D. Sebastião». O escritor conclui que Portugal é um parasita e que caberia perguntar se, aos portugueses seria conveniente, ainda, continuar a sugar a França, «como uma pulga obstinada que pica o seio ressequido da carcaça de uma velha» ou se não seria melhor «ir procurar noutra corpo social a vida do nosso espírito»¹⁰.

Na introdução que Eça preparou, para a edição francesa de *O Mandarin*, escrita em 1884, já tratara desse tema, afirmando que «*nous imitons ou nous faisons semblant d'imiter em tout la France, depuis l'esprit de nos lois jusqu'à la forme de nous chaussures*». Assegurava, entretanto, que, em matéria literária, a imitação era não inevitável, mas, necessária. Estando a literatura portuguesa alheia ao mundo real, «*s'isolant dans lês nuages, occupée à ciseler dês préciosités de style*», afastada, portanto, da verdade social e humana, era imperioso domesticar esse idealismo lírico, fantasista, emocional, com as armas da racionalidade e da objetividade da literatura francesa, nomeadamente, do naturalismo francês:

*On s'est donc impose bravement le devoir de ne plus regarder le ciel — mais la rue. Seulement, faut-il le dire?, on faisait cette noble besogne, non par une inclination naturelle de l'intelligence, mais par un sentiment de devoir littéraire — j'allais presque dire de devoir public.*¹¹

Entretanto, retornemos à questão posta em *O Francesismo*. Em que outro corpo social, deveria a pulga portuguesa procurar se nutrir? Muito provavelmente na Inglaterra, já que Eça de Queirós considerava-a «como

⁹ *Idem*, p. 442.

¹⁰ *Idem*, *ibidem*.

¹¹ QUEIRÓS, José Maria de Eça de, *O Mandarin*. In: *Obras Completas*, v. II, p. 1036.

nação pensante, talvez a primeira»¹². Todavia o autor de *Os Maias* frequentemente demonstrou estar consciente de que essa Civilização, cujos modelos supremos, França e Inglaterra, deviam ser imitados, não produzia apenas riqueza, técnica e sublimes criações do espírito. De Bristol, na Inglaterra, onde residiu de 1879 a 1888, como funcionário da diplomacia portuguesa, Eça enviava regularmente artigos para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, onde já era uma celebridade, após a publicação de *O primo Basílio*. Em um deles, datado de 1882, intitulado *O Brasil e Portugal*, comentava com humor característico o artigo que o correspondente do *Times*, enviado para redigir uma série de matérias sobre os países da América do Sul, escrevera sobre o Brasil. E aproveita a oportunidade para discorrer sobre o seu próprio país.

A matéria do *Times* teria excitado o interesse e os comentários de outros jornais e aí, segundo as palavras de Eça, «se rompeu a falar do Brasil com simpatia, com curiosidade, com essas admirações ingênuas pela sua rutilante flora, esse pasmo quase assustado pela sua vastidão»¹³. O jornalista inglês comparava o Brasil com outros países da América onde esteve — Peru, Bolívia, Equador, Venezuela —, com evidente desvantagem para estes últimos, porque além da natureza pródiga, o povo brasileiro herdara a nacionalidade portuguesa e o espírito semieuropeu, do que derivava o respeito dos brasileiros pela opinião da Europa. Mas, para Eça, o correspondente havia cometido um erro crasso, quando, identificando, no Brasil, «esta bela qualidade de obedecer aos juízos do mundo civilizado», atribuiu-a à herança portuguesa; na verdade, não havia, segundo ele, nenhum país no universo onde se desprezasse mais o julgamento da Europa do que em Portugal. A demonstração da tese, embora saborosa, revela uma tendência recorrente na Geração portuguesa de 1870: o autodenegrimto, uma es-

¹² Carta de Eça de Queirós a Mariano de Pina, datada de 6 de junho de 1885. *Apud* MATOS, A. Campos. *Op. cit.*, p. 443.

¹³ QUEIRÓS, José Maria de Eça de. Cartas da Inglaterra e Crônicas de Londres. In: *Obras de Eça de Queirós*, v. 10, p. 165.

pécie de nacionalismo masoquista que se compraz em apontar e mesmo exagerar certos aspectos do *caráter nacional*. Vale a pena, portanto, transcrevê-la:

Somos o que se pode dizer um povo de bem, um povo boa pessoa. E a nação, vista de fora e de longe, tem aquele ar honesto de uma pacata casa de província, silenciosa e caiada onde se pressente uma família comedida, temente a Deus, de bem com o regedor, e com as economias dentro de uma meia... A Europa reconhece isto: e todavia olha para nós com um desdém manifesto. Por que? Porque nos considera uma nação de medíocres: digamos francamente a dura palavra — porque nos considera uma raça de estúpidos. Este mesmo «Times», este oráculo augusto, já escreveu que Portugal era, intelectualmente, tão caduco, tão casmurro, tão fóssil, que se tornara um país bom para se lhe passar muito ao largo e atirar-lhe pedras (textual).

O «Daily Telegraph» já discutiu em artigo de fundo este problema: se seria possível sondar a espessura da ignorância lusitana! Tais observações, além de descorteses, são decerto perversas. Mas a verdade é que numa época tão intelectual, tão crítica, tão científica como a nossa, não se ganha a admiração universal, seja nação ou indivíduo, só com ter propósito nas ruas, pagar lealmente ao padeiro, e obedecer, de frente curva, aos editais do Governo Civil. São qualidades excelentes mas insuficientes. Requer-se mais: requer-se a forte cultura, a fecunda elevação de espírito, a fina educação do gosto, a base científica e a ponta de ideal que em França, na Inglaterra, na Alemanha, inspiram na ordem intelectual a triunfante marcha para a frente...

Dir-me-ão que eu sou absurdo ao ponto de querer que haja um Dante em cada paróquia, e de exigir que os Voltaires nasçam com a profusão dos tortulhos. Bom Deus, não! Eu não reclamo que o país escreva livros, ou que faça artes: contentar-me-ia que lesse os livros que já estão escritos, e que se interessasse pelas artes que já estão criadas. A sua esterilidade assusta-me menos que o seu indiferentismo. O doloroso espetáculo é vê-lo jazer no marasmo, sem vida intelectual, alheio a toda a idéia nova, hostil a toda a originalidade, crasso e mazorro, amuado ao seu canto, com os pés ao sol, o cigarro nos dedos e a boca aberta às moscas... É isto o que punge.¹⁴

¹⁴ *Idem*, p. 169-170.

Eça transcreve, ainda, as críticas do jornalista inglês ao fato de que o Brasil, embora possuidor de tantas riquezas naturais e de tão imenso território tenha que importar mão de obra estrangeira — «italianos, alemães, negros» — para os trabalhos agrícolas, porque aos donos das terras repugna «agarrar o cabo da enxada, ou tomar a rabiça do arado». Na conclusão, adverte os brasileiros: teriam que trabalhar com suas próprias mãos, «ou então largar a rica herança que é incompetente para administrar», assinando que, à medida que o tempo vai passando, «vai-se tornando uma positiva certeza que todos os grandes recursos da América do Sul entrarão no patrimônio da humanidade»¹⁵. Ora, Eça entendeu a ameaça semi-encoberta e alertou seus leitores brasileiros: como o *Times* podia ser considerado, segundo suas próprias palavras, «a consciência escrita da classe média da Inglaterra», o artigo, na verdade, estaria vocalizando e reforçando aquilo que largos segmentos da sociedade inglesa — e, por extensão, da sociedade europeia desenvolvida — entendiam por processo civilizatório: conquista e anexação de regiões inteiras do globo onde a incompetência dos naturais criasse obstáculos à «Marcha da Civilização». Na «tradução» de Eça, o verdadeiro enunciado da matéria do *Times* indicava uma intimidação:

... quer ele dizer que o dia se aproxima em que a civilização não poderá consentir que tão ricos solos, como os dos estados do Sul da América, permaneçam estéreis e inúteis: e que se os possuidores atuais são incapazes de os fazer valer e produzir, para maior felicidade do homem, deverão então entregá-los a mãos mais fortes e mais hábeis. É o sistema de expropriação por utilidade de civilização. Teoria favorita da Inglaterra e de todas as nações de rapina.¹⁶

É provável que essa percepção da outra face da Civilização Ocidental, o Imperialismo, aliada à consciência do próprio fracasso e dos companheiros de ofício na realização do projeto de modernização de Portugal, tenha

¹⁵ *Idem*, p. 173.

¹⁶ *Idem*, *ibidem*.

conduzido Eça de Queirós, Ramalho Ortigão e Oliveira Martins, quase duas décadas depois das Conferências do Casino — espécie de certidão de nascimento daquela que foi, talvez, a mais combativa geração que o mundo das letras jamais concebera, em Portugal —, aos jantares dos *Vencidos da Vida*, no Café Tavares ou no Hotel Bragança, na companhia de fidalgos da corte do rei Dom Carlos e da rainha Dona Amélia. Não por acaso opera-se a metamorfose de Portugal na escrita queirosiana: já não mais a «choldra» a ser necessariamente — quase despoticamente — submetida ao Progresso que chegava «aos pacotes», através dos caminhos de ferro, metáfora suprema da Modernização, mas o prístino encanto, a terna doçura das gentes e das terras interiores, onde se refugia Jacinto de Thormes, quando abandona Paris, enfermo de fatura da Civilização.

5. E Eduardo Prado? Ao contrário de Eça e de Portugal, ele e seu país ainda eram jovens, quando o século XIX chegava ao fim. Aqui não se tratava de perguntar *por que não somos mais o que fomos?* e sim, *o que somos?, o que poderemos ser?* No sentido inverso de sua geração — predominantemente cientificista, abolicionista, anticlerical e republicana —, empenhada em diagnosticar o atraso do Brasil, em preparar teorias que explicassem esse atraso e em propor soluções para integrá-lo à «marcha triunfante do Progresso», Eduardo Prado, por força de seu temperamento irrequieto e de seus recursos financeiros inesgotáveis, foi-se a viajar. Pelo Brasil, pelo Oriente, pela Europa. Com um apartamento montado em Paris, viveu a experiência do mundanismo e do diletantismo intelectual até que o Governo Provisório da República Brasileira iniciou seus «atos de violência» contra o que denominou de «índole histórica do Brasil».

De dezembro de 1889 a junho de 1890, Eduardo Prado publicou seis alentados artigos na *Revista de Portugal*, atacando o militarismo, nomeadamente o Chefe do Governo Provisório, Deodoro da Fonseca (que renunciaria em novembro de 1891); a «bacharelise revolucionária», encarnada no Sr. Rui Barbosa, Ministro da Fazenda, «letrado repentinamente transformado em

intérprete de um soldado ambicioso»¹⁷, e a «aventura jacobino-militar» que atentava contra a liberdade de expressão; que promovia o arbítrio da farda em detrimento dos direitos dos cidadãos; que expunha a nação ao ridículo no cenário internacional, pelos equívocos de sua diplomacia e de sua política financeira e, finalmente — supremo delito — que humilhara o Imperador Pedro II, «a única figura grande, a mais nobre personalidade», contra quem, o Manifesto Revolucionário do Governo Provisório, divulgado em 16 de novembro de 1889, «nem uma só acusação ousou formular e nem uma só queixa articulou»¹⁸.

Muito bem fundamentados pelas notícias que chegavam a Paris, via telégrafo, esses artigos revelam, para além do ressentimento próprio a um monarquista e amigo do monarca, face à *débâcle* do trono imperial, além dos estudos que Eduardo Prado desenvolvera — desde os tempos da Academia de Direito — acerca da História do Brasil, os traços de uma sociologia política da qual, é possível afirmar, teria sido um dos iniciadores no Brasil.

No primeiro artigo, «Os acontecimentos do Brasil», datado de 30 de novembro de 1889, o autor acentua o caráter civil das instituições monárquicas, então dissolvidas, responsáveis, segundo ele, pela inexistência, nas últimas décadas, dos pronunciamentos e quarteladas tão comuns no continente americano. Sobre esta vantagem da monarquia, sua opinião é categórica:

O divórcio do Imperador das coisas militares (...) foi o que salvou a civilização brasileira, mas foi o que perdeu a Monarquia. Num país sem instrução, onde a brutalidade da desordem militar devia primar sobre tudo, a Monarquia conseguiu, desde logo, formar a preponderância do elemento civil, coisa que, na América Latina, só o Chile conseguiu, muitos anos depois, e que a Argentina só ultimamente parece ter realizado.¹⁹

¹⁷ PRADO, Eduardo. *Fastos da ditadura militar no Brasil*, p. 22.

¹⁸ *Idem*, p. 15.

¹⁹ *Idem*, p. 16-17.

O ideário liberal, em sua formulação clássica, manifestado pela submissão à Lei como garantia dos direitos e liberdades individuais e limite à tirania do Estado ou das massas, pode ser identificado como a matriz do pensamento político de Eduardo Prado. Quando afirma que a Lei constitui a «força harmonizadora nas sociedades civilizadas», apresenta, por contraste, a instalação da Barbárie pela República, na medida em que o direito de fazer leis não mais pertencia à nação, já que, segundo ele «uns oficiais e uns civis quaisquer investiram-se a si mesmos dessa suprema atribuição»²⁰. E prossegue, no segundo artigo, «Ainda os acontecimentos do Brasil», datado de 9 de janeiro de 1890, denunciando a eliminação de todas as instituições representativas:

A liberdade do cidadão está confiscada. Hoje, no Brasil, não há tribunais, não há leis que protejam o indivíduo contra a violência, quando ela vem do governo. O cidadão é preso, deportado, sujeito a todas as agressões oficiais, sem ter recurso nenhum contra elas. O poder armado dos soldados e dos marinheiros não tem outro limite além da sua vontade tudo mostra que está destruída a civilização política do país.²¹

Não iremos, no entanto, prolongar esses comentários. Personalidades e instituições republicanas sofreram com a virulência dos ataques desfechados por Eduardo Prado, através das páginas da *Revista de Portugal*: o Generalíssimo Deodoro, beneficiário «de um ordenado superior ao de todos os presidentes da República do mundo, exceto o da República Francesa», cujos membros de sua «numerossíssima família», encontravam-se «muito bem empregados e largamente remunerados pela Ditadura»²²; Benjamin Constant, titular do Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos, oficial sem brilho, traidor do Imperador, de quem recebeu «os mais assinalados favores, ren-

²⁰ *Idem*, p. 41.

²¹ *Idem*, p. 26-27.

²² *Idem*, p. 23.

dosas comissões»²³; a Imprensa, completamente submissa, «nem sequer lamenta a perda da própria e antiga liberdade com que, em outro tempo, ridicularizava e, às vezes, insultava o velho imperador»²⁴; o Positivismo, «desvio cerebral de um gênio francês, fantasia que, no Quartier Latin, foi, há quarenta anos, uma *blague* sem espírito, já velha e fora de uso em Coimbra, há 25 anos»²⁵.

O estilo é veemente e os ataques, fulminantes. Entretanto, o que gostaríamos de destacar nesses artigos de Eduardo Prado, é a recorrência da palavra «civilização», muitas vezes acompanhada pelo complemento «brasileira». O sintagma *civilização brasileira* era, na verdade, um tanto incomum ao leitor da época, acostumado aos discurso cientificista. Supondo-se a noção de progresso como referente central desse discurso, é possível inferir o motivo da ausência do sintagma, em seu interior. Nas diversas modalidades cientificistas de enunciação da questão nacional, a idéia de *civilização* pressupunha o resultado de determinantes sócio-históricas ou biológicas. Neste sentido, o Brasil assumiria seu lugar ao lado dos Impérios, no *Concerto das Nações*, quando a sociedade brasileira atingisse o «estado positivo»; ou quando, entre as raças que habitavam o território, por origem ou por imigração, as superiores assimilassem as inferiores. Civilização, poderia também, significar o que jamais seríamos ou teríamos, porque éramos irremediavelmente mestiços. Todavia, para Eduardo Prado, a comunidade de origem, a raça, a língua, a religião idênticas não eram suficientes, nem para construir uma nação, nem para conduzi-la à civilização. A América Latina estava aí para prová-lo. O que favorecera o surgimento de uma «civilização brasileira», de acordo com suas palavras, teria sido a singularidade da nossa História, interpretada por ele, como o percurso de um povo disperso em direção à unidade, percurso este garantido contra as insurgências locais e separatistas, pela ação centralizadora da monarquia²⁶.

²³ *Idem*, p. 180.

²⁴ *Idem*, p. 98.

²⁵ *Idem*, p. 44.

²⁶ Cf. PRADO, Eduardo. *Op. cit.*, p. 14.

Essa era, portanto, a coordenada principal de sua censura ao governo republicano. A ditadura, conforme as palavras de Eduardo Prado, havia, já nos primeiros dias de seu triunfo, praticado «verdadeiros atos de vandalismo, destruindo monumentos públicos, removendo retratos, quebrando coroas». Mudara, inclusive, o nome do Colégio D. Pedro II pelo de Instituto Nacional de Instrução Secundária, eliminando e mutilando, enfim, os «vestígios da história brasileira»²⁷. O militarismo republicano, para o escritor paulista, significava mais do que a tirania do soldado-cidadão: ele, na verdade, temia a divisão do país em várias repúblicas, a partir da instauração do Federalismo. É neste sentido, ainda, que interpretava o surgimento, após a Guerra do Paraguai, desse novo exército — comandado por oficiais que nada mais eram do que «bacharéis discursadores, militares de livro francês, filosofantes do positivismo»²⁸ —, como uma ameaça à integridade nacional. O tema da civilização é, mais uma vez, retomado nesse exame crítico da nova liderança do Exército Brasileiro.

O soldado brasileiro que, na guerra do Paraguai, mostrou uma bravura tão constante, uma abnegação tão comovente nos maiores sofrimentos, tem ainda as mesmas qualidades. Infelizmente, não é boa a direção dada a essas qualidades. O oficial novo é, de um tipo bem diferentes do antigo. Já não existe mais o velho militar, descendente direto da milícia portuguesa das campanhas peninsulares, raça de oficiais aguerridos nas lutas do Sul do Brasil, que salvou a unidade do país sufocando as revoltas, sustentou a honra brasileira e defendeu a civilização, destruindo as tiranias militares de Rosas e de Lopez.²⁹

6. Eça de Queirós, decepcionado com os artifícios que o Ocidente Civilizado criara para multiplicar e desenvolver a ação e o conhecimento humanos, tão sedutores à periferia, — «todos os aparelhos reforçadores dos seus órgãos... todos os fios que disciplinavam ao seu serviço as forças

²⁷ PRADO, Eduardo. *Op. cit.*, p. 328.

²⁸ *Idem*, p. 64.

²⁹ *Idem*, p. 63-64.

universais... seus trinta mil volumes repletos do saber dos séculos»³⁰ — e desiludido com o alto preço cobrado pela Modernização — o tédio urbano, o fastio da utensilagem técnica, o desenraizamento do indivíduo, o desmantelamento da comunidade de origem —, propunha uma espécie de regresso de Portugal para o autêntico Portugal, duplamente representado pela rusticidade do Baixo Douro, com sua natureza «campestre e mansa»³¹, e pelo Fidalgo da Torre, Gonçalo Mendes Ramires, restituindo à nação abatida a «consciência de sua heroicidade», através da narrativa de proezas e lendas «só portuguesas, só nossas»³².

Para Eduardo Prado, a modernização do Brasil, na qual se engajara a consciência letrada de seu tempo, assumira a forma nefasta de uma República que, ao entronizar os novos costumes políticos, cometia um crime contra a nossa «índole histórica». As conseqüências danosas do pronunciamento militar seriam, no entanto, simplesmente interrompidas com o regresso da Monarquia, retomando a trajetória histórica da nação em direção ao seu destino coletivo.

Ambos, Eça de Queirós e Eduardo Prado, portanto, contrapõem à Modernização, a Tradição, numa operação semântica que favorece a associação da segunda (no quadro de referências no qual se inscreve a leitura da época) à construção imaginária de «uma comunidade compacta que se move firmemente através da história»³³. Ao propor o estabelecimento de uma continuidade com um determinado passado — em Eça, os séculos de conquista e glória e o tempo arcádico do *Portugal profundo*; em Eduardo, a época dos Orléans e Bragança, artífices da unidade nacional (e nós, sabemos, hoje, quanto tudo isso é relativo e discutível) — essa operação semântica desvela um significado meta-textual dos discursos historiográfico e ficcional oitocentistas; o Romance e a História produzidos àquela altura, podem ser interpretados como lugares privilegiados para a elaboração

³⁰ QUEIRÓS, José Maria de Eça de. A cidade e as serras. In: *Obra Completa*, v. II, p. 767.

³¹ *Idem*, QUEIRÓS, p. 869.

³² QUEIRÓS, José Maria de Eça de. A ilustre Casa de Ramires. In: *Obra Completa*, v. II, p. 488.

³³ ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*, p. 45.

simbólica dessa moderna forma de vida coletiva, a nação. Assim, um «passado histórico apropriado»³⁴, ou seja, adequado, é trazido ao presente para «demonstrar» a origem e a permanência, no tempo, de um ritual, uma instituição, uma coletividade.

Inventores de tradições, na tradição da escrita historicista e romântica, Eduardo Prado e Eça de Queirós, esses dois «civilizados da periferia» deixaram, entretanto, para nós — nesse presente saturado de indiferença e de projetos civilizatórios fracassados — o testemunho da palavra empenhada no exame da nacionalidade; o desejo e a ação, compartilhados ainda ontem, no último século, por outras gerações de intelectuais, de aperfeiçoá-la. Talvez seja necessário, hoje, recuperar a dimensão dessa utopia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ed. Ática, 1989 (Série Temas, 9).
- HOBBSAWM, Eric J. e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- MATOS, A. Campos (org.). *Dicionário de Eça de Queirós*. 2.^a ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1993.
- MOTTA FILHO, Cândido. *A vida de Eduardo Prado*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967 (Coleção Documentos Brasileiros, 129).
- PRADO, Eduardo. *Fastos da ditadura militar no Brasil*. Com um Prefácio do Visconde de Ouro Preto. 4.^a ed. São Paulo: Escola Typographica Salesiana, 1902.
- QUEIRÓS, José Maria de Eça de. A cidade e as serras. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: Cia. José Aguilar Ed., 1970, v. II (Biblioteca Luso-brasileira).
- . A correspondência de Fradique Mendes. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1970, v. I.
- . A ilustre Casa de Ramires. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: Cia. José Aguilar Ed., 1970, v. II (Biblioteca Luso-brasileira).
- . Cartas da Inglaterra e Crônicas de Londres. In: *Obras de Eça de Queirós*. Lisboa: Livros do Brasil S. A., 2000, v. 10.
- . Correspondência (Suplemento). In: *Obras de Eça de Queirós*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1986. v. IV.
- . O Mandarin. In: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1970, v. II.

³⁴ HOBBSAWM, Eric J. e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*, p. 9.

Cléria Botelho da Costa

Professora do Departamento de História da Universidade de Brasília

PROGRESSO E DESORDEM: O ALVORECER DA
REPÚBLICA BRASILEIRA

«A pátria que quisera ter era um mito;
era um fantasma criado por ele no
silêncio do seu gabinete».

Lima Barreto

Os dias que se seguiram à proclamação da República em 1889, foram de grande euforia, seguidos de muita incertezas e violências. E os intelectuais, entre estes os escritores, julgavam ter papel importante na tarefa seja de consolidação ou de descrédito da República, ancorados num difícil caos de um porto muito convulsionado, colocavam-se como cidadãos e representantes do novo espírito. Nessa compreensão escolhi *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto para reconstruir, neste texto, a fisionomia multifacetada do cenário republicano brasileiro, tentando identificar as esperanças e desesperanças dos homens comuns no governo do Marechal Floriano Peixoto iniciado em 1892, final do XIX e, que se estendera até 1894, primeiros anos do século XX. Intensamente envolvido pelo clima nervoso da época, o romance escrito em 1915, expõe com nitidez: o caminhar de um homem comum na construção de sua dignidade, equivalendo à sua inserção num movimento coletivo com vistas à tentativa de construção da nação brasileira.

Construindo o sonho

56

No romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, os recursos utilizados pelo autor/narrador conduz o leitor a uma viagem imaginária pelo passado (séc. XIX). Seus personagens, aportados no tempo comentam episódios cotidianos da época e o autor faz com maestria uma releitura do início dos tempos modernos no Rio de Janeiro. Apesar dos personagens, dos episódios narrados serem construções ficcionais, nos lembram personagens, diálogos e espaços que nos remetem a história do país, no alvorecer da Primeira República. Assim, embora Lima Barreto teça, os fios da narrativa do seu romance com adornos de ficção, esse não perde o seu valor histórico, ele se ampara na verossimilhança.

Lima Barreto, ao tecer a intriga de seu romance construiu como principal narrador, o personagem Policarpo Quaresma, homem simples, metódico, funcionário público que fora agraciado com o título de Major, como milhares de outros brasileiros da época percebia a República como «estágio da modernidade», da «civilização» e da «humanização» — princípios da filosofia comtiana que já se alastrara no país.

A recente separação política de Portugal intensificava esse sentimento ufanista, e a euforia transformava-se em instrumento de afirmação e justificativa ideológica para o projeto nacional que as elites já montavam para o país. Na terra das potencialidades tudo estava para ser feito, e a linguagem tinha de ser a de celebração. O advento da República simboliza a vitória do cosmopolitismo no Rio de Janeiro, a reorganização da desordem instaurada no fim da monarquia¹ a instituição do progresso no país e sobretudo, o culto a ciência e a pátria (Benjamin Constant: Apud Lins: 1964: 78) que o major se habituara a crer como a mais rica do mundo. O propósito civilizador/moderno do país era dissipado pelas elites sob a forma de abertura de escolas, de cuidados sanitários como água encanada e vacina-

¹ Sobre a desordem no fim da monarquia coloca Teixeira Mendes – «vi o final da monarquia e a grande desordem reinante em todos os departamentos da administração pública...» *Central da Igreja Positiva do Brasil*: 1913: 26.

ção, assim como pela expansão das obras urbanas, dentre outros. A República, comenta Lima Barreto (1985:190), «soltou dentro de nossas almas toda uma grande pressão de apetites de luxo, de fêmeas, de brilho social». Assim, o sonho do Brasil como uma «Nação Civilizada e Moderna», onde reinasse o progresso, onde predominasse a crença da determinação universal e a certeza na capacidade emancipatória do homem sobre a natureza, onde o passado escravo não fosse renegado, enfim, a tentativa de construção de uma nacionalidade, de uma identidade nacional para o país apresentava-se para Quaresma como a única franja de uma possível quimera. A sensação de desencanto com a monarquia parecia ensinar a Quaresma que, guardada em algum ponto da vida do homem, mantém-se viva a capacidade de sonhar com que nos defendemos do desespero total. Assim, o personagem como milhares de outros brasileiros, agarrou-se a esperança de transformar o país em Nação. Sobre essas esperanças depositadas na República narra o Coronel José da Costa, Comandante da 2ª Brigada e membro do Governo Provisório:

«...a massa da Nação já deu o seu apoio a nova ordem, e aguarda esperançosa medidas que lhe garantam a liberdade compatível com tal situação»...

(Diário Oficial de 14 de dezembro de 1889).

O narrador/autor movido por suas quimeras que eram as mesmas de muitos brasileiros: modernização do país transformá-lo em Nação, tornar a pátria uma primeira potencia mundial, dentre outras, se envolveu em três projetos: um projeto cultural, um projeto agrícola e um projeto político. (p. 33, 42, 56) e, juntamente com seus préstimos, os oferecera ao presidente. «A República precisava ser consolidada» pensava ele.

Quaresma parecia entender que era necessário o conhecimento da terra, e seus valores, que a estabilização da consciência nacional era uma condição básica para que a pátria se transformasse em nação, que era necessário atribuir àqueles projetos a missão de conferir unidade a um país recortado

por fendas econômicas, sociais, políticas e culturais e encobrir as marcas da cisão e da descontinuidade existentes — legado da estrutura colonial. A idéia de nação, de ordem e de consenso apresentava-se como fundamental para a existência do progresso expresso na idéia de Nação Civilizada que quase todos brasileiros, naquele momento, desejavam.

Porém, antes de se envolver nos projetos anteriormente mencionados o autor/narrador empenhou-se em muitas leituras e estudos sobre o Brasil. Foram trinta anos de leitura para compreender o país. Esse ato do personagem demonstra, no meu entendimento, sua fidelidade ao slogan «compreender para reorganizar» que orientava as atividades intelectuais européias para uma forma concreta do pensamento, princípio básico do positivismo (Lins: 1964: 12) e que se dissipara largamente na sociedade carioca. Embora Quaresma nunca tivesse sido ungido pelos rituais que conduzem ao diploma acadêmico contava, em sua casa com uma grande biblioteca: «era um vasto aposentó, ...fornado de estantes de ferro. Havia perto de dez, com quatro prateleiras, fora as pequenas com os livros de maior tomo...» (p. 21). Mas, «se não era formado, para quê livros? Pedantismo!» (p. 22) criticavam seus contemporâneos que se aportavam no imaginário reinante na sociedade carioca que instituía primazia aos títulos acadêmicos e desse modo, naturalizavam a imagem do país como a «República dos letrados». O autor/narrador mostra que no advento da República os cargos nobiliários passaram a existir somente nas lembranças do Império e, os cultos à aparência e o anel de doutor se tornam símbolos de consagração nacional. Sobre estes novos personagens da história republicana brasileira — os doutores, Lima Barreto, na voz do narrador Quaresma os representa como sendo, na maioria, «cretinos, cheios de anéis e impáfia... sem nenhum amor ao estudo, sem nenhuma vocação nem ambição intelectual» (p. 79). Penso que essa imagem do país como «República dos letrados», dos «doutores» pode encontrar significado na filosofia de Comte a qual propagava que as novas idéias científicas criariam uma sociedade diferente em sua estrutura e organização e assim, a educação devia ser universal abrangendo a todas as camadas da sociedade e a todos os ramos do co-

nhecimento humano (Moraes: 1984: 34). Princípio esse que, no Brasil, continua como sonho até o tempo presente, ano 2003.

59

Quaresma iniciara sua tarefa de construção da Nação pelas questões culturais á partir da compreensão de que aquelas questões sendo integrantes de uma sociedade, saturada de tensões, não podiam ser entendidas meramente, como atributos do vencedor, assim, o conceito de Nação abria espaço para os excluídos da sociedade. Inicialmente, ele tece críticas ao espaço urbano do Rio de Janeiro onde a elite carioca substituiu as varandas e os salões coloniais pelas amplas avenidas, praças, palácios e jardins deixando — nos entender que com elas se foram também muitas das historias sobre os tempos da Colônia e do Império. Mostra que os novos ricos como Coleone, que enriqueceu graças as empreitadas da construção civil moravam em palacetes e assim descreve o palacete de Real Grandeza onde aquele morava «...A casa ficava no centro do terreno, elevava-se sobre um porão alto, um razoável jardim em frente... No interior o capricho dominava, tudo obedecendo a uma fantasia barroca» (p. 53). Com isso, realça o narrador que os novos europeus, principalmente, os franceses, não traziam apenas novas formas de construção de casa, mobiliário e roupas, os figurinos, mas também, as noticias sobre as peças e livros em voga, o comportamento, as escolas filosóficas predominantes, o lazer, a estética, enfim, o imaginário modernizador europeu. Desse modo, Quaresma apontava para o perigo de que as elites cariocas tentassem fazer tabula rasa das tradições, dos valores culturais dos grupos excluídos daquela sociedade e ainda, para a possibilidade de homogeneização cultural do país facilitada pela utilização do conceito abstrato e universal de Nação. E escavando o outrora do país para não perdê-lo bem como para evidenciar que a cultura do país não era somente a das elites, o autor/narrador busca reconstituir as manifestações culturais africanas e afro-brasileiras, as festas populares, a musica popular, dentre outras. E com esse intuito faz desfilar, ao longo da obra, personagens como médicos, benzedeiros, feiticeiros e sobre os quais se expressa: «cada médico receita uma coisa, os espíritas são os melhores, dão homeopatia, os feiticeiros rezas e benzições» (p. 52). Ressalta a

presença de sinhá Chica, velha cafuza, espécie de Medeia esquelética, cuja fama de rezadeira parava por todo o município trazendo à baila a cultura dos afro descendentes, em geral ex-escravos que invocavam a proteção das forças cosmológicas africanas. E' com a mesma intenção que visita Maria Rita, ex-escrava que o decepciona ao não se lembrar do bumba-meu-boi. Desse modo, o autor/narrador, mais uma vez reafirma sua irreverência ao realismo no qual o escritor, o artista em geral, procurava nivelar sua atitude a do cientista e os fenômenos sociais deviam ser explicados, simplesmente à partir de seus aspectos materiais (Coutinho: 1997: 184).

Do ponto de vista temático o enfoque da literatura eram os problemas da realidade brasileira em destaque: a imigração e a exclusão social, sobretudo dos habitantes do subúrbio e do homem do campo, ou seja, o apego à terra e seus valores foram o ponto de partida que iam desnudando a dimensão política de uma iniciativa em princípio situada no âmbito cultural. O conhecimento da terra, de seus valores, a estabilização da consciência nacional era uma condição básica para que a pátria se transformasse em nação. Mas, uma vez que a mentalidade colonial coexistia com os primeiros anos da República, o resultado é a crueza de um mundo feito de carência e, a ilusão dos grandes sonhos que não se cumpriram. E a intensidade dos desafios se multiplica: numa ponta o apego ao passado monárquico que na obra fica bem explicitado na voz do personagem Caldas que sem dúvidas, representava o sentimento de muitos brasileiros quanto ao enaltecimento do ex-Imperador e as saudades da monarquia: «Ele se foi como um intruso. E era um homem bom... tinha feito tanto por toda a família...»; noutra a convicção de que era necessário apostar num futuro do qual essa sociedade, por força das relações de poder determinadas pela economia mundial, parecia apartada. No centro dessa engrenagem, o país mergulhado no subdesenvolvimento, produziu formas culturais que só podiam espelhar um conjunto de dilemas que acabam por compor a sua maneira de estar no mundo. Marca-se aí, a concepção de cultura como uma forma de resistência à dominação, erguendo-se para derrubar o senso comum, para estimular a consciência da historicidade, condição básica para

a instauração de uma nova ordem. À vontade de fazer, com letras a história do país, importava em alguns riscos com clareza assumidos pelos escritores.²

Movido pelo forte desejo de fazer do país uma nação, pela grande fé no progresso, a maior ousadia de Quaresma é propor a adoção do tupi como língua nacional. A reconstrução e revalorização das populações indígenas, nossos primeiros habitantes, era sua grande preocupação, não seriam esses os «genuínos» brasileiros? Obcecado por essa idéia, datilografava, por distração, um documento na língua indígena — o que lhe vale a expulsão do Arsenal de Guerra, onde trabalhava, a sátira impiedosa da imprensa e a internação em um manicômio por não suportar as chacotas de que fora vítima depois do caso do tupi. Ele mesmo começa a estudar a língua tupi e recebe a afilhada Olga, em casa, chorando e gesticulando como um tupinambá. Se suas idéias e ações rendem cenas de humor impagável, também expõem a face ridícula do personagem. Vivendo em uma terra assolada pelas desigualdades sociais e culturais, Quaresma expressando as vozes de muitos outros nacionalistas quis atribuir ao conceito de Nação a mágica função de assegurar ao país uma unidade que as contingências históricas de sua formação interditavam. A idéia central era de destrinçar e de retramar os fios emaranhados de uma história comum, a partir da língua tupi, uma vez que a nossa língua fora uma imposição dos colonizadores. Parece considerar apenas aquilo que, de modo mais uma vez mitificante e mitificador, era tido como essencialmente brasileiro — a língua falada pelos índios, nossos primeiros habitantes. A idéia de nação implicava em uma história a ser recosida desconsiderando a desigualdade lingüística e a variedade cultural rumo à construção de uma instancia ideal, a Nação.

² Em alguns casos, isso implicou mesmo o sacrifício da dimensão estética de algumas obras, onde o movimento de transfiguração das referências concretas revelava-se tão tímido a ponto de colocar em questão o próprio estatuto artístico de sua linguagem. É preciso, porém não esquecer que esse problema não fragiliza toda a produção da época, e ali podemos encontrar textos nos quais a noção de compromisso se associa positivamente à fantasia criadora que, afinal, define a obra literária.

O acentuado espírito nacionalista do autor/narrador o estimula a prender violão com Ricardo Coração dos Outros, compositor de modinhas que, para o major, representavam a genuína alma nacional. Por aprender violão foi criticado por seus contemporâneos — «um homem tão serio metido nestas malandragens» (p. 42) comentara um vizinho. Assim, tocar violão, cantar e tocar modinha eram práticas associadas às camadas populares da sociedade carioca. A cidade que tinha como seu espelho Paris condenava a coexistência de comportamentos tradicionais como a serenata e a boemia considerados desviantes diante do novo parâmetro modernizador. Mas, para o autor/narrador a modinha e o violão eram poucos para representar a alma nacional, era preciso um projeto de reconstrução da cultura nacional, reconstituir os folguedos e as cantigas do passado, da época da escravidão chaga ainda recente, na história do país. Vale realçar que no Rio de Janeiro do despertar republicano, o imaginário modernizador fora pautado na crença de um desenvolvimento contínuo, evolutivo e de plena aceitação racional expresso na República, (Moraes: 1983: 23) era comum a proibição de festas populares como Bumba meu boi, festas de Judas e o combate policial a todas as formas de religiosidade popular: líderes messiânicos, curandeiros, feiticeiros, dentre outros (Sevecenko: 1995: 33). Era a naturalização da exclusão em nome da ordem, condição básica utilizada para assegurar o progresso.

Esse imaginário modernizador, nacionalista nos remete a pensar o nacional a partir da exclusão do inautêntico e/ou importado, nos conduz a busca dos primeiros habitantes, da língua originária, dentre outros, como fatos «genuinamente brasileiros» e desse modo, a uma concepção de história que se direciona para a identificação do «começo» para o desvendar da «origem». Mas, afinal, como é que se pode reconhecer num ato, num gesto, numa palavra ou num texto, que é ali, exatamente, que tudo realmente começa? O lugar do início não se apresenta como uma noção auto-referencial? Penso que seria apenas aquilo que, por convenção, uma pessoa ou um grupo de pessoas decide assumir como início. Pura tautologia, em que a dimensão e a estrutura do começo são, na sua essência, puramente con-

vencionais e, na sua forma meramente ficcionais (Finazzi: 2001: 5). Trata-se então, de uma história linear e seqüencial que vai desde o início até o fim e faz do presente uma ponte continuamente reconstruída sobre um tempo que, infinitamente e sem parar, transcorre. E' esse o tempo que está subjacente na ordem e no progresso, o mesmo ao qual Nietzsche se pronuncia de modo cortante e decisivo. Ele critica os «falsos historiadores» que se dedicam a procura da «origem» assumindo que ela é o fundamento único de tudo aquilo que vem a ser depois em contraposição aos historiadores que trabalham para descobrir os «inúmeros inícios», as origens plurais desta realidade complexa e multifacetada.

A interpretação que faço do projeto cultural proposto por Quaresma é que Lima parecia entender que, na realidade daquela sociedade saturada de tensões, as questões culturais não podiam ser apreendidas meramente, como atributos do vencedor. Elas se manifestavam também pelo entendimento de que o lugar dos sujeitos sociais no mundo passa por investimentos simbólicos pelos quais eles se afirmam e negociam com outros, sua forma de inserção na sociedade (Babha: 2001: 26) e, nessa negociação de poderes, elas poderiam se configurar como uma forma de resistência dos excluídos. Ele reconhecia que se fazia importante manter viva na nova ordem republicana, por meio da memória, as manifestações culturais dos antepassados, forma que possibilitaria um encontro secreto entre vozes do passado e vozes do amanhecer republicano, o que me faz recordar, o grande escritor contemporâneo — José Saramago ao expressar na obra *Memorial do Convento*, que juntar vivos e mortos é uma forma de amar, de não esquecer aqueles que se foram. Aliás, o passado como ação revitalizadora do presente é uma idéia básica das obras de Saramago.

Quaresma por não suportar as chacotas de que fora vítima depois do caso do tupi acabara internado em um manicômio e, ao sair deste muda-se da cidade para o subúrbio do Rio de Janeiro. A sensação de desencanto, mais uma vez, ensina a Quaresma que, sem quimeras a vida se torna impossível. Acalentado pelo sonho, vai residir no Sítio Sossego em casa grande, onde poderia respirar ar puro, produzir alimentos, enfim usufruir

das maravilhas da doce vida campestre, imagem do campo como espaço da paz, da fartura, muito em voga na época, criada e disseminada pelo pensamento romântico. Além disso, o projeto civilizador estava intimamente ligado à «construção» e «expansão» do Estado, viabilizadas principalmente pelo trabalho na terra. Dessa maneira, a agricultura de exportação fazia parte do projeto civilizador.³

A agricultura constituía-se então, como um dos pilares da transformação do país em nação, disso estava ciente a elite carioca. Imerso no imaginário social de sua época o autor/narrado alicerça seu sonho na possibilidade de o Brasil deixar de importar alimentos da Argentina e da Europa, assim, na agricultura estaria a grandeza do país — «o que era principal à grandeza da pátria estremecida era uma forte base agrícola, um culto pelo seu solo ubérrimo, para alicerçar fortemente todos os outros destinos que ela tinha de preencher» (p. 71). Ou ainda, «A nossa terra tem os terrenos mais férteis do mundo... o milho pode até dar duas colheitas» (p. 70). Num diálogo mantido entre ele e o doutor Albanex, este sugere que as terras do sítio fossem enriquecidas com o uso de fertilizantes e Quaresma responde: «senhor doutor, o Brasil é o país mais fértil do mundo, as suas terras não precisam empréstimo para dar sustento ao homem. O senhor não é patriota!» (p. 97).

Mergulhado no imaginário que buscava a construção da identidade nacional, Quaresma imagina um país que a elite, na verdade, ainda não tinha podido criar. A nação brasileira, imaginada como seria pelos nacionalistas, resulta, pois, da urgência de reorganizar a sociedade, de naturalizar uma Hierarquia social pautada em critérios: biológicos e no letramento e instrução, os quais além do consenso eram expressões da ordem e condições básicas para a trajetória linear, para o progresso da nação tal qual desejava o pensamento comtiano.⁴ No país, além dos estrangeiros, vindos da

³ Ainda no Império o significado de sertão passa a incluir o «mundo rural», mesmo as áreas de pecuária e extrativismo. Ver Janaína Amado. «Região, Sertão, Nação», Rio de Janeiro,, vol. 15: 1995, p. 147-148.

⁴ A primeira referência feita, publicamente, ao Positivismo no Brasil foi na tese do Dr. Justiniano Gomes apresentada na Bahia, em 1844, dois anos após a publicação do Curso de

metrópole para exercer cargos públicos ou fazer o «Brasil», o que significava lançar-se à sorte como comerciantes e equivalentes, circulavam pelas ruas da cidade negros, mulatos e brancos, conferindo-lhes uma fisionomia muito misturada, calcada na grande variedade de tipos, de línguas e tradições que o nacionalismo desejava homogeneizar. Desse modo, o nacionalismo que mobilizou milhares de pessoas, movimentos culturais e políticos confirma o conceito defendido por Ernst Gellner em *Thought and Change*, para quem o «nacionalismo não é o despertar das nações para a auto-consciência: ele inventa nações onde elas não existem» (1989: 11).

No cotidiano de Quaresma no sítio, os infortúnios de muitas leituras anteriores sobre as ciências naturais — Biologia, Zoologia, Geologia, dentre outras, o conduziram à práticas rurais presididas pelos cânones científicos tais como: inventário dos vegetais, um museu no papel que se preocupava com a identificação dos animais e a localização espacial dos mesmos, uma biblioteca agrícola, comprou barômetro, hidrômetro e outros instrumentos. Aqui observo mais uma senha positivista explicitada no zelo do narrador pelo espírito científico nos seus fazeres cotidianos — era preciso a ciência sair do empirismo, fundamentalmente no campo social e político não confundindo os desejos do Estado e dos povos com a realidade. As ciências do homem encontravam-se voltadas ainda para dogmas absolutos, naturais ou sobrenaturais, baseados em providências, entidades e essências, quando se deve cuidar da existência social do presente (Comte: 1973: 26). Estas práticas de Quaresma carregadas de cientificismo confrontavam-se com as lidas na terra de Anastácio, ex-escravo que certamente aprendera a cultivar a terra por meio de histórias, das tradições que lhe foram repassadas por seus antepassados africanos, de forma oral, e com essas também recebera a experiência daqueles, vivificada sob a forma de sabedoria (Benjamin: 1989: 197). Por trabalharem a terra com práticas tão

Filosofia Positiva, em 1842. Mais tarde, Benjamin Constant, guiado pela educação positiva, organizou o movimento que implantou a República no Brasil e vários positivistas ocuparam postos importantes seja na Constituinte, seja na Administração. Ver Ivan Lins, *A História do Positivismo no Brasil*, Comp. Ed. Nacional, S.P, 1964.

diferentes, Anastácio perguntava com assombro: «seu majó, para que tanta coisa, tanto livro, tanto vidro?» e quando Quaresma lhe responde que estava vendo se ia chover muito, ele prontamente replica — «Para que isso patrão? a gente sabe logo de olho quando vai chover muito ou pouco» (p. 73). Se Anastácio não tinha o saber racional, privilégio dos bacharéis, presidido pela ciência positiva que exclui o senso comum, ele contava com o senso prático que tecido na substancia viva da existência se chama — sabedoria. E, no dia a dia ele transmitia a Quaresma, essa sabedoria — «Não é assim, seu majó. Não se mete a enxada pela terra adentro. E' de leve assim» (p. 73) e, dessa maneira ia desconstruindo as «certezas» da ciência na qual acreditava o Major.

Nessa troca de experiências entre os personagens Quaresma e Anastácio, o autor nos conduz a pensar na sabedoria como uma forma de humanizar o reino das relações humanas; nas tensões sociais recorrentes, nesse despontar da República, pela existência simultânea de um mundo oral composto, fundamentalmente, por ex-escravos e de um mundo da escrita constituído, em geral, por brancos letrados e que representava uma ruptura na forma de sentir e dizer tradicionalmente utilizada; nas tensões edificadas no mundo do trabalho redefinido pela Abolição e ainda, na forma de pensar que excluía o senso comum na construção da ciência e desse maneira, a configurava como distante das práticas dos homens. Acrescenta ainda o autor — «havia em Quaresma um entusiasmo sincero, entusiasmo de ideólogo que quer por em prática a sua idéia» (p. 74). O personagem representando vozes de muitos outros brasileiros, aceitava e lutava para implantar no Brasil, o ideário positivista. Desejava reorganizar a sociedade brasileira unindo os homens num regime de liberdade para o único domínio possível e desejável o da natureza — expresso na República, separar a teoria da prática, buscar um novo poder espiritual, capaz de trazer tranqüilidade e ordem à sociedade enfim, uma ciência positiva que possibilitaria ao homem conhecer o passado e dele extrair a linha evolutiva que o levaria a um futuro certo e inequívoco (Evaristo Morais: 1983:16). E o seu desejo se traduzira em trabalhar, trabalhar muito era o seu lema,

o que me faz lembrar Mário Quintana ao colocar: «que triste os caminhos, se não fora a presença distante das estrelas!». O sonho fora imprescindível a luta de Quaresma.

Imagens idealizadas do campo brasileiro construídas pelo autor/narrador ficam explicitadas no diálogo que se segue mantido entre este e sua irmã Adelaide. Esta preocupada com o sol ardente do campo, lhe recomendava não ficar exposto ao sol o dia inteiro para não ficar doente e ele, de pronto, contestou — «qual doente, Adelaide! Não estás vendo como essa gente tem tanta saúde por aí...» (p. 74). Ingênuo e sonhador, idealiza as condições de vida e de saúde do homem rural brasileiro nos primórdios republicanos. Não levava em conta na edificação dessa imagem que o campo era um espaço de doença cuja representação foi criada por Monteiro Lobato na figura de Jeca Tatu, camponês acometido de amarelão e sem vontade de progredir na vida. O campo era um espaço ansiando pela cura e por isso, palco das práticas de sanitaristas como Belisário Pena que o recomendava: botina, necatorina e latrina. E Bilac (1996: 912-913) complementa essa imagem do campo no despertar republicano:

«... as mais humildes camadas populares, mantidas na mais bruta ignorância, mostram só inércia, apatia, superstição, absoluta privação de consciência. Nos rudes sertões, os homens não são brasileiros, nem ao menos são verdadeiros homens.»

Imagens essas que confirmam a natureza quimérica das representações do personagem sobre o mundo rural. Ao mesmo tempo Bilac chama a atenção para o descompasso entre a realidade da população e a República que, em nome do nacionalismo escondia, sob matizes da ordem, as diferenças do país.

É na conversa de Olga com o tagarela Felizardo, também ex-escravo, que o autor nos faz chegar uma imagem mais próxima das condições de vida do lugar. No entabular da conversa, Olga pergunta por que Felizardo não plantava para ele o qual a responde: «Sá dona tá pensando uma coisa e a coisa é outra... Terra não é nossa. Nós não tem ferramenta... isso é bom

para italiano ou 'alamão', que governo dá tudo... Governo não gosta de nós...» (p. 96). Percebo aqui, que o autor na voz de Felizardo, tece críticas as políticas de assentamento e de incentivo à importação de força de trabalho para a agricultura e desse modo, toca em uma grande chaga da história brasileira no amanhecer republicano — a imigração estrangeira. Esta, no meu entendimento, se apresentou ideologicamente como a solução para o perigo da incorporação de ex-escravos à sociedade republicana bem como á construção de uma auto imagem nacional na qual o negro fizesse parte. Simbolizava ainda, a substituição da força de trabalho de ex-escravos por imigrantes europeus, em geral, brancos e que dominavam os códigos da escrita. Na prática estava posta a teoria de branqueamento que se pautava, em postulados racionais e progressistas e que fortalecera a hierarquia da sociedade carioca — os brancos letrados compunham a parte superior da pirâmide social e os ex-escravos, negros e não alfabetizados constituíam a parte inferior daquela. Era a doutrina positiva naturalizando a hegemonia dos brancos letrados na estrutura da sociedade carioca republicana.

Porém, o lidar com a terra, no cotidiano, mostrou a Quaresma as dificuldades de uma proposta agrícola para o país: dificuldades de mercado, a parca produção, solo fraco necessitando de corretivo, imigração européia, dentre outros. Essas dificuldades o fizeram entender que os fazeres cotidianos no campo não podiam ser apreendidos desassociados do modelo político que pautava o país. Assim, embora na aparência não revelasse as inquietações de sua alma, os hábitos, os gestos e as atitudes, deixavam escapar que o sossego e a placidez não moravam no seu pensamento. Era preciso atuar junto aos centros de decisão política do país. Volta então, ao Rio, elaborara um plano de «salvação nacional» e o entregara ao Marechal Floriano Peixoto. Nesse plano ele destacara a necessidade de: refazer a administração pública, ter o país um «governo forte, respeitado, inteligente»; defender a ordem republicana e superar dos entraves à agricultura, sobretudo aqueles oriundos da existência da grande propriedade, dentre outros.

Policarpo Quaresma representando muitos outros, achava que o governo republicano carecia de ser feito em bases fortes, para tornar-se respeitado e remover os obstáculos que dificultavam o progresso da pátria. Assim, quando certo dia abriu o jornal e «...deu com a notícia de que os navios da esquadra se haviam insurgido e intimado o presidente a sair do poder», lembrou-se de suas reflexões a respeito de «um governo forte, até a tirania...», que fizeram seus olhos brilharem «de esperança», e escreveu um telegrama ao presidente dizendo: «Marechal Floriano, Rio. Peço energia. Sigo já. — Quaresma» (p. 64-65).

Por trás do seu desejo de um governo forte se ocultam as premissas de um imaginário que se espalhou na sociedade carioca o qual identificava a modernização das sociedades com uma etapa teológica — militar necessária ao progresso do país na qual a população estaria sob o comando militar. Esse imaginário modernizador que via na República o estado normal da humanidade, acatava a supressão do parlamento, unicamente necessário para a elaboração do orçamento; sobre essa questão acrescenta Comte (Moraes: 1983: 26):

«Os individualistas e os letrados preferem o regime parlamentar, que favorece o isolamento e a ambição; ao passo que os comunistas e os proletários adotam a ditadura como mais adaptada à renovação».

O pensamento positivista combatia então, o parlamentarismo e a ação individual e proclamava a prática coletiva como negação ao pensamento liberal do século XVIII. Antiliberal e antiindividualista, o filósofo pregava a intervenção do Estado na vida econômica e na organização social. Esse imaginário que aclamava uma prática coletiva foi disseminado pelo governo republicano de Floriano Peixoto e mobilizou forças sociais. Assim, tal como o major, que ofereceu seus préstimos a Floriano, outros populares se mobilizaram, sobretudo, alistando-se nos batalhões patrióticos, como o «Cruzeiro do Sul», do qual Quaresma fez parte de sua formação. Vale lembrar que certamente, o governo florianista ao atribuir a denominação

«Cruzeiro do Sul» aclamava a grande constelação, um dos símbolos nacionais e assim, evocava a lembrança de pátria indicando sua dimensão nacionalista. Além da utilização de símbolos, os florianistas fabricaram a imagem do Marechal como um estadista, um grande chefe carismático, de «um ídolo político forte», «enérgico» as quais exaltavam através de representações engrandecedoras o poder cuja causa defendiam e para o qual pretendiam obter o maior número de adesões. Imagens que, no decorrer da obra Lima Barreto busca desconstruí-las ao colocar que «esse entusiasmo e (...) fanatismo, que o ampararam, que o animaram, que o sustentaram», só foi possível «depois de ter sido ajudante general do Império, senador, ministro, isso é, após se ter fabricado à vista de todos e cristalizado a lenda na mente de todos» (p. 73). Essa construção de imagens do Marechal como forte e enérgica aliada a símbolos que disseminavam a idéia de nação me remete a Baczkó (1984: 302) ao colocar que cada sociedade cria um sistema de representações e símbolos, ou seja, um imaginário social que incontestavelmente tem sua força de sedução e por isso, arrebanha multidões, ao mesmo tempo que naturaliza a ordem vigente. Aqui, o autor chama a atenção para a força do imaginário como legitimador do poder — preocupação básica dos florianistas já que a população brasileira fora alijada dos movimentos pela proclamação da República.

E a imprensa⁵, não tenho dúvidas, jogara forte papel na edificação e propagação dessas imagens do Marechal nos primeiros anos da República e ainda, difundira a crença na ciência, único caminho para o progresso, na ordem, na moda, no mobiliário importado, no hábito da leitura de literatura, dentre muitos outros, e sobretudo, o desejo de aburguesamento das elites, soterrando assim, a postura discreta e cortês da elite que a precedera. Os jornais aconselhavam à nação paz e harmonia, mostrando os inconvenientes e os perigos da resistência e indicando que o caminho republicano seria a ordem e o progresso. Esse forte desempenho da

⁵ Sobre a Imprensa no Brasil ver Maria Helena Capelato. Imprensa e História do Brasil, São Paulo, Contexto / EDUSP, 1998.

imprensa na propagação do progresso como caminho de mão única para a construção da República me remonta a Benjamin (1989: 227-228) ao afirmar que quando a fé obtusa no progresso se institui, é alto o preço que temos que pagar, por aderir a essa crença deixamos de perceber o passado⁶ como tempo vivo, pois o progresso só tem olhos para o futuro e assim, a História se alinha aos vencedores.

Contudo, se a imprensa divulgava o imaginário republicano, os fazeres da elite carioca, silenciava os opositores do regime ditatorial de Floriano Peixoto, a censura das redações, dentre outros. E, nas brechas possibilitadas pelas negociações políticas e culturais, em 1911, Lima Barreto publicara em folhetim, no *Jornal do Comercio*, *Triste Fim de Policarpo Quaresma* fazendo veicular a voz dos excluídos, dos amordaçados naquela sociedade e apontando a literatura como forma de denúncia, questionadora e que propunha soluções para as desigualdades sociais do país. Para muitos literatos da época a atividade literária e a militância política não eram excludentes como se expressa Bilac, a arte não é um trabalho à parte, sem ligação com as outras preocupações da existência. Ela é aberta, sujeita a todas as influencias do meio e do tempo: «por ser a mais bela representação da vida, ela tem de ouvir e guardar todos os gritos, todas as queixas, todas as lamentações do rebanho humano» (Apud. João do Rio: s/d: 8). Forjaram então, um contra imaginário que se contrapunha ao imaginário da elite europeizada que se portava como a disseminadora das novas idéias européias e defendia o utilitarismo cultural. O desejo desses literatos era descartar as propostas de cientificismo que reduziam a leis, conceitos e informações objetivas e criarem uma ciência sobre o Brasil que possibilitasse a transformação de sua realidade.

No contexto de sacralização e culto da figura do presidente-ditador e do sistema de governo, indispensáveis à celebração, eram os seus sacerdotes e altares. Assim, «uma chama de oficiais subalternos e cadetes» andava

⁶ Benjamin entende o passado como relação entre os vivos e os mortos, como forma de torná-los presente e não, como mera veneração àqueles.

a cercar o «ditador» e «os cadetes da Escola Militar formavam a falange sagrada» da República, possuindo «todos os privilégios e todos os direitos», dos quais «abusavam (...) para oprimir e vexar a cidade inteira», na busca de impor a naturalização do poder e do estadista. Contudo, Lima Barreto não vê os militares como grupo homogêneo, identifica diferenças entre eles, alguns estavam realmente comprometidos com a ordem republicana e outros apenas com o exercício do poder e as respectivas satisfações pessoais. Em uma sociedade estilhaçada por prisões e execuções, «os militares estavam contentes, especialmente os pequenos, os alferes, os tenentes e os capitães», pois para «a maioria a satisfação vinha da convicção de que iam estender a sua autoridade sobre o pelotão e a companhia, a todo esse rebanho de civis...». Para «outros muitos», «havia sentimento mais puro, desinteresse e sinceridade. Eram os adeptos desse nefasto e hipócrita positivismo que ... justificava todas as violências, todos os assassinios, todas as ferocidades em nome da manutenção da ordem, condição necessária, ao progresso e também ao advento do regime normal...» (p. 67). Na prática, o sistema positivista revelava-se como conservador tal a ojeriza que tinha Comte pela anarquia, á maneira de Goethe, também conservador, que preferia antes praticar uma injustiça, a sofrer a desordem.

No entanto, essa construção intencional de imagens do Presidente como herói, como salvador da pátria, imbuído de poder e de autoridade em nome da República, não diminuiu sua eficácia. Elas despertaram paixões, reconstruíram identidades e objetivaram regular a vida coletiva, expressar respostas aos conflitos, divisões e violências presentes na sociedade, enfim reafirmavam que governar é antes de tudo fazer crer (Baczko: 1984: 330).

Era ardente o desejo de Quaresma e de muitos outros brasileiros, de refazer a administração pública. No Império decorativo, sempre vencia no teatro das eleições quem manipulasse a fraude e aplicasse a violência com competência e a fração da elite derrotada ainda era agraciada com cargos e postos. A elite formada por advogados, se confundia com a burocracia do Estado e forjara um projeto político centrado no progresso, na civilização do país e o caminho para esse progresso, estava na agricultura e na

escravidão. Com essa prática buscava o Estado Imperial contribuir para a unidade e estabilidade da ex-colônia (Carvalho: 1996: 48). Sobre essa realidade em que a fraude tinha seu forte espaço, Lima Barreto, em sua obra *Isaias de Caminha* (1956: 190-191) denuncia com ironia o cotidiano do Estado Imperial bem como na República:

«...os arranjos, as gordas negociatas sob todos os disfarces, os desfalques, sobretudo a indústria política, a mais segura e a mais honesta. Sem a grande indústria, sem a agricultura, com o grosso do comércio na mão de estrangeiros, cada um de nós sentindo-se solicitado por um ferver de desejos caros e satisfações opulentas, começou a imaginar meios de fazer dinheiro à margem do código e a detestar os detentores do poder quem tinham a féérica vara legal de fornecê-lo a rodo».

O escritor realça que o imaginário edificado e propagado pela elite republicana seduziu as almas da sociedade carioca para o luxo, para o exagero, para o brilho social. E então, movida para a realização desse desejo justificava e naturalizava todos os meios de enriquecimento.

No plano estético para exercer o papel reparador de construção de uma instância ideal, a Nação, a elite, dentre outros procedimentos, recorria à valorização das coisas da terra, à temática nacional, à exaltação da natureza, louvando a magnitude de um espaço paradisíaco, excelente espaço, abrigo para aqueles sonhos de uma vida menos atormentada que os nossos escritores importavam da matriz. Nesse quadro de discussão, uma indagação tem lugar: como se pensar que essa elite intelectual do país que estudara em Portugal ou em outro país da Europa pudesse negociar com aqueles os valores de seu país colonizado dentro da tradição ibérica? Pensando a cultura como um espaço de negociação no qual se cruzam espaço e tempo para produzir figuras de diferença e identidade, inclusão e exclusão, que possibilita a enunciativa de vozes dissidentes conferindo assim, autoridade ao hibridismo cultural (Babha: 2001: 25-26), entendo que se aquela negociação cedeu espaço ao conformismo expresso na aceitação do

imaginário modernizador, também possibilitou a manifestação de vozes dissonantes na sociedade brasileira. Nessa compreensão posso entender porque Lima Barreto publicou em folhetim, *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*, em 1911; o diálogo entre doutor Campos, político de Curuzu e Quaresma sobre as eleições: «Como o Major sabe, as eleições se devem realizar por estes dias. A vitória é ‘nossa’». Todas as mesas estão conosco, exceto uma... aí mesmo, se o major quiser... Responde o narrador — mas, como se não sou nem eleitor, não me meto, e nem quero meter-me em política»... (p. 87). Esta é uma evidente sátira que faz Lima Barreto aos filhos da classe dominante brasileira do XIX, que buscavam as novidades teóricas da Europa, não para adotá-las em seu país de origem, mas para usá-las como instrumento de naturalização e preservação do poder político que tinha como esteio a ordem e o progresso bem como o poder pessoal. Esse desejo e prática de manutenção do poder político e pessoal pela elite, para Schwarz (1990: 22) seria o responsável pela falta de transparência social, imposta pelo nexos colonial e pela dependência que veio continuá-lo, nos primórdios republicanos.

No terreno da literatura, desde o Império, os literatos elaboraram um projeto literário que fortalecia a luta pela construção da identidade nacional o qual deram continuidade no período republicano. As letras foram um meio utilizado por eles para naturalizar a idéia de um país que eles, na verdade ainda não tinham podido criar. E os textos de muitos escritores da época revelaram esse intuito de imaginar uma nação objetivando a afirmação de um projeto que chamou para si a missão de conferir unidade a um país cortado por fendas de todas as ordens: diversidade étnica, coexistência de vários tempos culturais num só espaço geográfico, dentre outros, vetores que dinamizaram a organização do país na busca de sua identidade nacional. Na República, ao mesmo tempo, que a elite forjou, também procurou ocultar essas divisões ainda sensíveis em seu tecido social. Assim, coube aos escritores, enquanto representantes da elite intelectual, o papel de gerir um capital simbólico que pudesse encobrir as marcas da cisão e da descontinuidade impostas ao longo do tempo. Por fim, com esse proje-

to os homens das letras pretendiam compensar o atraso tecnológico e a precariedade de nossas instituições (Antonio Candido: 1987: 32). E ainda, suas palavras registram a vontade de ter na literatura um traço de identidade e a convicção de que era um pré-requisito para um mergulho mais fundo naquele universo que, de fato, diferenciava o país daquele de onde vinham os exploradores.

Desfazendo as Ilusões

O sonho na República acalentado por Quaresma e, muitos outros brasileiros de um país menos pontuado pelas frestas da desigualdade, do nepotismo, do favoritismo, da insegurança, dentre inúmeros outros males que assolavam o Brasil, pátria que o major se habituara a crer como a mais rica do mundo se dissipara ainda no começo do período republicano. Seus exercícios de imaginação — propostas por ele elaboradas — fizeram da subversão uma estratégia contra a paralisia de uma realidade tão avessa ao sonho e a esperança rompendo, desse modo, a cadeia que tende a automatizar os gestos e uniformizar as mentes, valorizando o inesperado da invenção.

Seus projetos não foram tecidos no reino do insólito, mas dos fazeres cotidianos dos homens comuns: dos camponeses, do negro ex-escravo, do trovador, dentre outros, que constituíam o cenário da sociedade carioca, mas, que não eram apreendidos pelos governantes como construtores da história de seu país. Assim, foram aliados de marcos importantes da história do Brasil como a proclamação da República, a Independência dentre outros. Essa exclusão continuara no governo do Marechal Floriano Peixoto, no qual o Exército continuara enfeixando todos os poderes; uma epidemia de varíola assolara o país e crescera também a criminalidade e a loucura, mal do qual o narrador sofrera e em cujas bases, na maioria das vezes, repousam as discriminações raciais, econômicas e culturais aos destituídos de poder. Essa forma de construção da história que exclui a participação

popular expressa o grande perigo para o qual chama a atenção Benjamin (1997: 224) a construção de uma história que se constitua como instrumento das classes dominantes.

Neste cenário de exclusão fora organizada a oposição como: a Revolta Armada, no Rio de Janeiro, quando uma parte da marinha se rebelou contra Floriano, em 1893 e a Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul, que se articulou com a Revolta Armada. Como resposta a esses movimentos oposicionistas, o governo republicano criara os batalhões patrióticos. Dentre as forças que apoiavam Floriano estavam os jacobinos,⁷ um grupo composto por civis e militares de orientação nacionalista que aspirava à consolidação da República. A sociedade construía sobre eles, imagens de intransigentes e para esses homens a moderação, a tolerância e o respeito pela liberdade e as vidas alheias eram crimes de lesão à pátria, vestígio, certamente, de um monarquismo criminoso. Contudo, como coloca Quaresma, nem toda mobilização fora espontânea, houve um recrutamento compulsório, «os editais chamavam todos a se apresentar às autoridades competentes». Com isto, mostra o autor/narrador que o cotidiano do Rio de Janeiro sofrera modificações. As estações de trem andavam cheias de «um grande numero de oficiais, ativos, reformados, honorários...». Porém, se «os militares palraram alegres» pela sua identificação com o chefe do governo que também era um militar, «os civis vinham calados e abatidos», apavorados. E continua «a cidade andava inçada de secretas familiares do Santo Ofício Republicano e as delações eram moedas que se obtinham postos e recompensas... Em nome do Marechal Floriano, qualquer oficial, ou mesmo cidadão, sem função publica prendia... Bastava a mínima crítica para se perder o emprego, a liberdade, quem sabe?... Os funcionários disputavam-se em bajulação, em servilismo. Era o terror, houve execuções. O autor/narrador também sublinha que «a simpatia dos desinteressados, da população inteira era pelos insurgentes» uma vez que o governo não cumprira as esperanças suscitadas pelo

⁷ Sobre os jacobinos ver Queiroz, Suely R. R. de - Os radicais da República, São Paulo, Brasiliense, 1986.

governo republicano, «o Estado republicano nasce falido no compromisso com a população mais desassistida».

Literatos como Olavo Bilac e Pardal Mallet, representando o pensamento de muitos outros, manifestaram-se contra a ditadura de Floriano Peixoto criando o jornal antiflorianista intitulado *O Combate* por meio do qual expressaram suas insatisfações com as práticas repressivas do governo. Aqueles escritores juntamente, com Coelho Neto e Aluísio de Azevedo, dentre muitos outros, foram perseguidos e presos. José do Patrocínio, por exemplo, refugia-se durante meses no porão da casa do sogro, enquanto todos o julgavam morto; Guimarães Rosa é recrutado para servir a guarda nacional, mas exila-se em Buenos Aires (Coelho Neto: 1928: 360-361). Tais práticas integravam um conjunto de violências que o governo vinha cometendo cotidianamente, além de deportações e fuzilamentos.

Relata Quaresma que um clima de terror fora instalado no Rio de Janeiro, qualquer ato que demonstrasse opinião contrária à do governo significava para esse, portar-se mal e logo, o castigo sob a forma de prisão ou morte chegaria. A pulverização de poderes antes identificada, me remonta a Foucault (1990: 16) ao apontar que o poder não se localiza apenas no Estado mas ele ganha formas locais que podem ser expressas em gestos, atitudes, comportamentos, discurso e outros, são os micro poderes. Nesse sentido, entendo que nos regimes autoritários essa disseminação de poderes fora do Estado além de ser uma forma de oferecer emprego aos seus aliados visa ainda estabelecer certa confusão junta à população que nunca sabe, ao certo, que autoridade considerar e, tampouco, onde o poder realmente se localiza.

Por entre as fendas dessa ditadura florianista observo a «mão de ferro» de um militar que acreditava acima de tudo na ordem como condição básica para o desenvolvimento da proposta civilizadora/modernizadora do país e, para consolidá-la espargira entre as camadas populares um imaginário conformista, de resignação diante dos males políticos julgado por eles como incuráveis; reduzia a atuação da imprensa a simples boletins informativos; naturalizara a hierarquia da sociedade; via na República o estado

normal da humanidade e, sobretudo acreditava no Exército como instrumento político soberano cuja prática deveria ser centrada na manutenção da ordem, fazer que ainda se constitui como prioritário no amanhecer do século XXI. Dessa forma, a liberdade seria exercida com responsabilidade.⁸ A partir desses princípios, o Marechal ia edificando sua utopia de um mundo positivo, ou seja, de um mundo no qual seria possíveis a regeneração da ciência e a reorganização da sociedade brasileira por meio do regime político republicano. Assim, as resistências organizadas contra o autoritarismo, as injustiças, a falta de transparência na administração, dentre outros, eram interpretadas pela elite no poder como formas de quebrar o consenso social, logo, como desordem. Contudo, embora mais de cem anos separe o tempo presente (2003) da República do Marechal Floriano, percebo que esse conceito de ordem positivista sofrera parca ressignificação pela elite republicana no Brasil contemporâneo, é comum ouvir-se ou ver-se na imprensa falada e/ou escrita frases tais como: «o movimento dos sem-terra com suas invasões às terras particulares está subvertendo a ordem» ou «a greve dos professores está atrapalhando o cotidiano da cidade», dentre muitos outros exemplos.

Descortinado os sentidos dessas frases observo que à transgressão a ordem estabelecida significa subversão à ordem, desordem e, sobretudo, significa resistência — fazer que exprime luta; disputa de poder e, fundamentalmente, dignidade humana. Assim, o outrora se faz presente no hoje ainda que recriado, confirmando que o passado se configura como fonte do presente. No entanto, ao se falar em ditadura no Brasil, quase sempre, associamos ao regime militar de 1964. Raramente lembramos dessa estabelecida pelo Marechal Floriano Peixoto na recém inaugurada República certamente, em parte, porque o século XX foi caracterizado simultaneamente por uma aceleração dos movimentos comemorativos e por um traço que a percepção histórica de Hobsbawm sintetiza como um «presenteísmo cons-

⁸ Ver Plano dos Trabalhos Científicos Necessários para Reorganizar a Sociedade, de 1822.

tante», uma espécie de presente contínua sem qualquer relação orgânica com o outrora, mas também porque uma outra ação daninha, sufoca a lembrança: a sociedade capitalista bloqueou os caminhos da lembrança, arrancou seus marcos e apagou seus rastros e nada mais punjente do que se ouvir dezenas de vezes repetidas em nosso cotidiano a frase: «já não me lembro mais». Aqui repousa, no meu entendimento, a importante tarefa da memória, reconstruir no presente, os significados do acontecido, do tempo que já se foi, mas que deixou suas marcas indelévels, possibilitar que esse passado não seja apagado da memória das novas gerações. Assim, a memória se delineia como redenção da História.

Policarpo Quaresma paulatinamente foi se inquietando diante das arbitrariedades, da vacilação da vontade do Presidente, das injustiças enfim, da forte repressão instalada no governo de Floriano Peixoto. Terminada a revolta, «o Marechal ficou como senhor da baía», o triunfo fortalecera sua crença no trabalho industrial enquanto progresso técnico, na exclusão das massas das decisões políticas; no trabalho que se dirige apenas aos progressos na dominação da natureza, dentre outros postulados da concepção positivista. Quaresma fora destacado para guarnecer a Ilha das Enxadas. Aceitara, mesmo com repúdio, o papel de carcereiro da prisão porque ainda existiam frestas de esperança no governo republicano. Naquela se encontravam os marinheiros prisioneiros, escreventes e operários de bordo « gente que se tinha metido em tal aventura pelo hábito de obedecer, gente inteiramente estranha à questão em debate, gente arrancada à força aos lares ou à calaçaria das ruas (...) ou que se haviam alistado por miséria» Como carcereiro presenciou constantemente, cenas em que os prisioneiros eram tolhidos de seus direitos individuais, as leis eram desconsideradas, dentre muitas outras injustiças. Os prisioneiros eram «escolhidos a esmo» e levados para a execução no Boqueirão. Essas práticas me fazem recordar Benjamin (1989: 225) ao nos ensinar que no cortejo triunfal do qual participam os vencedores, estes sempre espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão.

Quaresma ao acompanhar estas práticas que tolhiam aqueles homens do direito à cidadania, escreveu uma carta, ao presidente Floriano, protestando com veemência contra a barbárie que presenciara. Como resposta fora preso como «traidor», «um bandido», alargando as filas das vítimas do florianismo, «a indignação no palácio contra Quaresma fora geral». Assim, fora jogado numa «masmorra, engaiolado, trancafiado, isolado de seus semelhantes como uma fera, como um criminoso, sepultado na treva, sofrendo umidade, misturado com os seus detritos, quase sem comer» (p. 101-102). Tornara-se um dos novos inimigos, que deveria ser isolado e rebaixado, «a vitória tinha feito os vitoriosos inclementes e ferozes, e aquele protesto soou entre eles como um desejo de diminuir o valor das vantagens alcançadas». Para o governo republicano o conformismo, a resignação eram condições básicas para que a desordem não permanecesse no Rio de Janeiro e Quaresma se rebelara, como muitos outros brasileiros mostrara sua insatisfação com a República. Começara a questionar o alcance dos projetos do governo, que direito tinha o presidente de vida e morte sobre os cidadãos, se não se interessava pela sorte deles, pelo bem estar da população? (p. 70). Parecia começar a entender que era alto o preço a pagar por ter se associado a uma concepção de história que recusa cumplicidade com os vencedores. Embora houvesse terminado a revolta no porto da capital federal no Rio Grande do Sul, a oposição ao poder centralizador do Marechal continuava simultaneamente ao servilismo, à bajulação — «Toda a gente queria mostrar-se a Floriano, queria cumprimentá-lo, queria dar mostras de sua dedicação, provar os seus serviços, mostrando-se co-participante na sua vitória» (p. 102-103). Porém, após a celebração «o ditador tão acessível antes, agora se esquivava. Havia quem lhe quisesse beijar as mãos, como ao papa ou a um imperador; e ele já tinha nojo de tanta subserviência» (p. 103) . Essa mudança no comportamento do Marechal após a vitória alerta para o perigo a que estão sujeitas, sobretudo as elites de entregarem-se as classes dominantes como seu instrumento e assim, associar-se a construção de uma história que exclui os vencidos.

Contudo, as decepções de Quaresma não tiveram seu esteio apenas na política. A preocupação, em fazer do tupi a língua nacional foi motivo de soslaio, de escárnio e o levou a loucura; seu projeto agrícola rendeu-lhe outra decepção, as terras não eram férteis e fáceis de tratá-las como ensinavam os livros; quanto ao sentimento patriótico, este sim lhe motivou a mais profunda desilusão, prisioneiros mortos, fuzilados, funcionários civis e militares sugando o Estado em benefício próprio, sua integração ao batalhão patriótico Cruzeiro do Sul de nada servira, enfim a vitória tornou os vitoriosos inclementes e ele, acabara na prisão. E o desfazer das quimeras ficam explícitas num diálogo que mantém com sua irmã sobre as revoltas:

«a vida é absurda e ilógica, eu já não tenho medo, Adelaide... penso que todo esse sacrifício foi inútil. Tudo que nele pus de pensamento não foi atingido, e o sangue que derramei, o sofrimento que vou sofrer toda a minha vida, foram gastos, estragados e desmoralizados em prol de uma tolice política qualquer» (p. 155-156).

As palavras do personagem já não são apenas veículos de desconcerto do Brasil ou a desesperança de um tempo mais humano, em que as amarras ao sistema monárquico estivessem rompidas e a identidade nacional concretizada, mas incorporam sintomas que indicam a extensão da crise nas vidas ali encenadas. Elas desnudam a crença na invenção como meio de compensar a precariedade da vida sob os apertados limites de uma ordem opressiva fazendo-se motivação para muitos brasileiros que, como Quaresma, acreditaram e lutaram pela consolidação da República. E acompanhadas de dor, as palavras do narrador simbolizam também, a tomada de consciência do personagem, a perda de sua ingenuidade. Esses desapontamentos fizeram sangrar a chaga social que a República cravara no coração de Quaresma, significaram o adeus às ilusões do personagem sobre a possibilidade de construção da identidade nacional. Estas desilusões induziram o personagem a pensar na pátria como mito bem traduz a sua fala utilizada na epígrafe deste texto. Assim, as lentes coloridas com as quais

enxergava os fazeres do governo republicano foram substituídas por lentes negras e sombrias.

82

Mas, o narrador/autor «tinha um espinho n'alma», a inquietação presidida a sua vida assim, exprimindo uma polifonia, ao desfazer suas ilusões buscou desconstruir o fascínio ao culto individual e as imagens construídas em torno do Marechal. Desenha o perfil de Floriano Peixoto destacando sua ignorância, infantilidade e cumplicidade com a violência. Para ele a República do «caboclo de ferro» era um governo pautado numa concepção de «tirania domestica» na qual «se o bebê portou-se mal, castiga-se». Na tentativa de desmistificar a imagem do Marechal Floriano como homem forte e correto, denuncia-o de abafar um inquérito por «medo que as pessoas indicadas» não fizessem outra sedição, as quais ainda foram recompensadas pelo Marechal. Esse traço da política brasileira denunciada por Lima Barreto expresso no oportunismo que afeta os chefes do Executivo, os quais tentam abafar investigações para apurar fatos escusos no governo continua presente na política brasileira, confirmando o passado como fonte do presente. Para, além disso, Barreto continua desqualificando o ditador e as atitudes de fascínio atreladas ao culto individual erigido ao redor desse personagem para ele, figura «vulgar e desoladora», sem «algum dote especial além da preguiça de pensar e agir, a incerteza e vacilação da vontade». Acrescenta ainda, que o governo republicano prometera o que não podia fazer, e desse modo, estimulou o desespero na população. Outras vezes comungam com o personagem Quaresma, as esperanças malogradas das práticas republicanas, como se pode notar nas impressões de Olga, outro personagem, sobre o desprezo do governo ao mundo rural brasileiro: «o que mais me impressionou no passeio foi a miséria geral, a falta de cultivo, a pobreza das casas, o ar triste, abatido da gente pobre... Mesmo nas fazendas, o espetáculo não era animador. Todas soturnas, baixas, quase sem o pomar olente e a horta suculenta fora crescente o mal estar da população» (p. 95).

Contudo, o sentimento de desilusão convivía também com a sensibilidade e grandeza d'alma de pessoas que acreditavam na amizade, no amor,

tal foi o caso de Olga, afilhada de Quaresma que ao ser informada da prisão desse palmilhou a cidade para tentar libertá-lo. E ao percorrer caminhos dantes já trilhados as lembranças do outrora povoaram sua imaginação. Tribos indígenas que naquele espaço viveram há anos atrás, as velhas casas, as igrejas, os bondes e até mesmo as árvores tornavam presentes um cenário do passado, assim, ontem e hoje se confundiam nas lembranças da personagem. E nesse movimento de reconstrução do passado no presente, o narrador/autor mostra que os cenários, as vidas humanas são construções cotidianas reinventadas a cada instante pela memória que possibilita a existência de mudanças realizadas com marcas no espaço e no tempo, lembrando ao leitor a existência da História

E, por trás de suas muitas indagações sobre o cotidiano das vidas na República estavam postas questões substanciais relativas ao governo e a doutrina filosófica que o orientava — o positivismo. Assim, Policarpo Quaresma começara a indagar: porque o poder constituído nunca fora discutido e não podia ser atacado; porque o protesto soou entre os vencedores como um desejo de diminuir o valor da vitória; porque as camadas populares continuavam sem participar da República; porque o passado só deveria cantar os mortos como veneração e não como forma de aproximá-los do tempo presente; porque traços da cultura africana, constitutivos da cultura popular, eram rechaçados da composição da identidade nacional; porque a noção de «genuinamente nacional» estava sempre ligada a «origem», ou seja, ao índio, ao tupi etc.; porque o negro/escravo que ajudara a construir o país era considerado como estrangeiro; porque a noção de nação desejava reduzir o país a uma homogeneidade? E ainda, «onde estava a doçura de nossa gente» que eles e tantos outros supunham existir?

Os questionamentos apontados acima pela voz de Quaresma expressam a minha interpretação do texto, portanto, sugere a interpretação da interpretação do autor numa compreensão da literatura como narrativa. Narrar é contar nos ensina Ricoeur (1990: 213) mas, um contar que implica na atividade mimética, na disposição dos fatos, que realça o fazer humano mas, que também transgride o discurso oficial, que se vale da invenção na

tessitura da intriga — herança sem dúvidas do pensamento aristotélico. Na esteira do mesmo autor interpretar é decifrar o sentido oculto no sentido aparente, é aceitar que autor e leitor compartilhem valores, experiências e significados da obra, nesse sentido penso que é ainda, acolher a idéia de que a obra literária carrega um imaginário aberto a ser complementado pelo leitor, é pensar que a completude da obra literária se realiza na relação desta com o leitor. Assim, se Lima Barreto de forma magistral nos mostrara, pelas lentes de Policarpo Quaresma, muito da ordem e da desordem no alvorecer da República brasileira nos convida a refletir sobre os significados das práticas do personagem e sobretudo, dos sentidos que se escondem por trás delas, nas transgressões, dentre outros. Nesse sentido, tecerei alguns comentários a respeito daquelas indagações.

Julgo que os fazeres e as orientações da República brasileira, no período em tela, foram determinados por um conceito dogmático de progresso, herança das atividades intelectuais portuguesas que se orientava para uma forma concreta de pensamento. Para os republicanos, o progresso era em primeiro lugar, um progresso da humanidade em si, e não das suas capacidades e conhecimentos. Configura-se ainda como um processo sem limite, idéia correspondente à da perfectibilidade infinita do gênero humano. Um processo essencialmente automático, percorrendo, uma trajetória em flecha ou em espiral inseparável da idéia de um tempo vazio e homogêneo. Progresso esse que se abrigava na ordem o que levou os republicanos a firmarem — «para termos uma República estável, feliz e próspera, é necessário que o governo seja ditatorial e não parlamentar» (Lins: 1964: 43) estava assim, justificada a ditadura florianista bem como a não participação popular nas decisões políticas. A chegada do positivismo no Brasil, em 1944, dois anos após a publicação do Curso de Filosofia positiva de Comte, introduziu um novo calendário com novas festas comemorativas em homenagem aos grandes vultos do passado, aos heróis e que se alicerçava no tempo linear no qual o passado não tinha espaço para as vivências dos homens comuns como o ex-escravo sem domínio dos códigos da escrita, para a cultura e religiosidade popular, dentre outros, compreensão de pas-

sado que Quaresma muito se empenhou em modificar. O tempo do progresso só ganha sentido com a idéia de porvir, daí a grande preocupação dos republicanos em assegurar a continuidade da República florianista. Desse modo, se a ordem, o consenso era um imperativo do positivismo, garantir a mágica função de assegurar ao país uma unidade que as contingências de sua formação interditavam, ou seja, transformá-lo em nação era uma necessidade. Assim, a aparente desordem era sempre enquadrada pela ordem, se houve uma resistência ao governo republicano, foi parcial, não foi capaz de incluir os excluídos nos domínios da República, esta continuou a serviço da elite dominante, da ordem pré-estabelecida.

Por fim, o sonho de Quaresma de uma história nacional — tecida com as possibilidades de um passado comum — a continuidade da pátria, da língua, da cultura e, sobretudo do tempo nacional estava ancorado na utopia comtiana, esperança dizimada pela bajulação, pelo desmando, fraqueza e muita repressão. No entanto, apesar do triste fim de Quaresma, Lima Barreto na voz de Olga, passa para o leitor centelhas de esperanças quanto a possibilidade de mudanças naquela situação do país mostrando que quimeras e desilusões fazem parte do cotidiano humano.

BIBLIOGRAFIA

- BACZKO, Bronislaw. «Imaginação social». Em *Enciclopédia Einaud*, Porto, Casa da Moeda Nacional, 1985.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2001.
- BENJAMIN, Walter. *Obas Escolhidas*, São Paulo, Brasiliense, v. I, 1989.
- BENEDICT, Anderson. *Nação e consciência nacional*, São Paulo, Ática, 1989.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura Brasileira*, v. 2, São Paulo, Martins Ed. 1968.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política Imperial*, Rio, Ed UFRJ / Relume Dumará, 1996.
- COMTE, Auguste. *Em Auguste Comte e Emile Durkheim*. São Paulo, abril, 1973. (Os Pensadores, v. XXXIII).
- COUTINHO, Afrânio *et alli*. *A literatura no Brasil*, São Paulo, Global, 1997.
- CRUZ COSTA. *Augusto Comte e as Origens do Positivismo*, São Paulo, Ed. Nacional, 1951.
- FINAZZI,- Agro, Ettore. «Em formação a literatura brasileira e a configuração da origem». Em *Rev. Modernidade e Nação*, PUC, Rio de Janeiro, 2001.

- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*, São Paulo, Graal, 1997.
- GELLNER, Ernest. *Thought and Change*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999.
- *Nations and Nationalism*, Cambridge, Cambridge, University Press, 1995.
- LIMA, Barreto. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, Em obras de Lima Barreto. Organizadas sob a direção de Francisco de Assis Barbosa, com a colaboração de Antonio Houaiss M. Cavalcante Proença, São Paulo, Brasiliense, 1956.
- *Isaias de Caminha*, em op. cit.
- LINS, Ivan. *A História do Positivismo no Brasil*, São Paulo, ED. Nacional, 1964.
- *Perspectivas de Augusto Comte*, Rio, Livraria São José, 1965.
- MORAES, Evaristo Filho de. *Comte*, São Paulo, Ática, 1983.
- NETO, Coelho. *Livro de Prata*, São Paulo, Liberdade, 1928.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*, São Paulo, Papyrus, 1990.
- SEVECENKO, Nicolau. *A literatura como missão*, São Paulo, Brasiliense, 1983.
- SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*, São Paulo, Duas cidades, 1997.

PARTE II

•

Ideologia e acção republicanas

Sandra M. L. Brancato

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Porto Alegre, RS, Brasil

A REPERCUSSÃO EM PORTUGAL DA IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA NO BRASIL

Como no final do século XIX as ligações entre e Portugal e Brasil iam muito além de uma mera identidade resultante de um passado comum vivido com intensidade, é significativo apontar quais os principais setores da sociedade portuguesa que foram mais afetados com a instauração da república no Brasil, em 15 de novembro de 1889.

Pelo menos duas razões fundamentais indicam que dois importantes jornais de Lisboa — *Commercio de Portugal (CP)* e *Diário de Notícias (DN)* — são fontes valiosas para que se extraia conclusões sobre os setores sociais mais diretamente atingidos com as alterações políticas que ocorriam no Brasil. Em primeiro lugar, é preciso ter presente que os jornais em questão tinham uma postura pouco crítica em relação à monarquia, até mesmo porque, em 1889, havia uma forte censura à imprensa em Portugal.¹ Assim, seus respectivos discursos reproduziram, de uma maneira geral, os

¹ O governo presidido por António Rodrigues Sampaio, a partir de 1881, foi decisivo para acelerar a ação repressora. Em 1884, aconteceu em Lisboa um grande comício popular para protestar contra a reforma penal que voltava a cercar a imprensa. Participaram do comício aproximadamente 5000 pessoas, fora as que não conseguiram entrar no Chalet do Rato, onde se realizava o evento. Protestavam não somente os republicanos, mas também moderados e conservadores. Os processos e suspensões de jornais passaram a ser cada vez mais frequentes. Em 29 de março de 1890 um novo decreto reduziria ainda mais a liberdade de imprensa em Portugal. (Sobre a situação da imprensa em Portugal, veja: TENGARRINHA, José. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa: Editorial Caminho, 1989, especialmente p. 245 e seguintes, onde constam outras informações relativas à censura no final da monarquia, além das relatadas nesta nota.)

interesses da que se poderia chamar de facção áulica, interessada em preservar e defender o sistema monárquico. Por outro lado, o *CP*, como o próprio nome indica, tinha como principal alvo o setor ligado às atividades mercantis, que seria duramente prejudicado por medidas tomadas pelo governo republicano brasileiro. Logo, esse setor faria avaliações muito específicas sobre os efeitos da nova república em Portugal.

Os últimos anos do século XIX foram particularmente difíceis para o governo monárquico português assolado por uma galopante crise econômica e pela lenta, mas concreta mobilização dos republicanos. Essas circunstâncias incidiram sobre o modo como foi encaminhado o processo de reconhecimento da república brasileira por Portugal e que refletia com nitidez os interesses dos mesmos áulicos que controlavam o discurso dos jornais.

Portanto, examinar como o *CP* e o *DN* construíram e repassaram os acontecimentos brasileiros de 15 de novembro de 1889, ajuda a avaliar os efeitos desses acontecimentos em Portugal. Também o exame da correspondência diplomática do período em questão, bem como a forma como decorreu o processo do reconhecimento da nova república americana por parte do governo português, comparado com o mesmo processo levado a efeito por outros estados europeus, reúne um conjunto de questões esclarecedoras das relações Brasil/Portugal.

A república brasileira no *Commercio de Portugal* e no *Diário de Notícias*

Os dois jornais em questão, apesar de não estarem voltados para um mesmo público leitor, coincidiram ao destacar um enfoque específico no conjunto de matérias que publicaram sobre a proclamação da república no Brasil: a injustiça que, segundo entendiam, fora cometida com D. Pedro II².

² O *DN* e o *CP* coincidiram também no caráter nitidamente noticioso e na diagramação utilizada da primeira página, onde as matérias eram dispostas sem grandes manchetes. O *DN* tinha assegurada maior circulação em Portugal por ter um preço acessível (10 réis o exemplar) e por atingir a um público mais diversificado que o *CP*, o qual se voltava,

Nessa linha, o *CP* foi quase dramático:

«A velha frase — ingrato como um rei, já não tem valor depois do que está passando no Brasil. Agora pode dizer-se — ingrato como um povo, sem perigo de errar e sem receio de que faltem provas para justificar a mudança da palavra [...] É porque nada há que mais custe do que a injustiça, que o nosso espírito se insurge contra a iniquidade com que um povo inteiro fulminou um ancião, que deu 49 anos de sua vida para o exaltar, para o engrandecer, para o tornar respeitado, para o fazer feliz, recebendo como recompensa de sua lealdade, da sua dedicação, do seu civismo, a deposição e a expulsão! [...] O golpe, vibrado pela mão trêmula de um assassino desprezível, não lhe doeria tanto como lhe custou de certo ouvir essa sentença sem julgamento que o expulsava de sua terra bem amada, como um criminoso, como um réprobo, como um maldito!»³

Ainda em 8 de dezembro de 1889, por ocasião da chegada da família imperial a Lisboa, o *CP* voltava a lamentar o tratamento dispensado a D. Pedro na partida do Brasil:

«Estamos convencidos de que, depois de sua saída do Rio de Janeiro, foi ontem [chegada a Lisboa] o dia em que S.M. pôde mais desafogadamente afastar para longe, não diremos a saudade de sua pátria, que essas serão imorredouras, mas a triste lembrança das ingratidões que lhe foi dado conhecer no último quartel da vida, acabando de se desiludir acerca da inconstância dos destinos humanos e acerca da versatilidade das ambições dos que querem dirigi-los. E devia ser doloroso ao cabo de cinqüenta anos de benefícios generosos, ver reduzido a uns poucos leais o número dos agradecidos.»

preferencialmente, para questões ligadas ao comércio e a indústria. A análise do *CP* e do *DN* que aqui se faz, leva em conta tanto as diferenças, como as identidades entre eles, mas, acima de tudo o fato de atingirem segmentos distintos da população portuguesa.

³ «Questões do Dia-A República dos Estados Unidos do Brasil.» Lisboa, 19 de novembro de 1889. Nesta citação, bem como nas demais que constam deste trabalho, optou-se por atualizar a ortografia dos jornais e dos documentos citados. As matérias copiladas, tanto do *DN* como *CP* estão todas na primeira página de cada jornal, onde a questão trabalhada recebe maior destaque.

O *DN* reforçava o posicionamento do *CP*:

«A velhice é uma coisa sagrada e todos imaginavam que as cãs do velho soberano imporiam mais respeito que a própria coroa. As impaciências revolucionárias não lhe pouparam este desgosto, imaginando, por ventura que os interesses do país estavam superiores a qualquer consideração a pessoa.»⁴

Ao saudar o imperador, ainda na sua chegada a Lisboa, o *DN* formulava um desejo, que entendia como um verdadeiro «lenitivo para as dores, amarguras e ingratidões» sofridas por D. Pedro e sua família: que encontrassem «paz e serenidade.»⁵

O apelo emocional e reducionista dos jornais tirava do foco de análise as questões mais latentes que desencadearam a deposição de Pedro II. Não faltaria a ambos o conhecimento de que as sucessivas crises enfrentadas pelo império há muito prenunciavam o final da monarquia. Nenhuma palavra encontra-se sobre o esvaziamento da influência econômica dos produtores de açúcar, contrastando com a ascensão de uma nova aristocracia ligada ao café, e muito menos sobre o crescimento de uma classe urbana, mudanças essas que pouco refletiam na composição do Parlamento do império brasileiro. O *DN* foi o que andou um pouco mais perto de discutir essas questões⁶, mesmo assim se apropriando da apreciação de alguns jornais europeus que apontavam para o que lhes parecia ser uma das principais causas da revolução republicana: o descontentamento dos grandes proprietários com a abolição da escravatura efetivada sem oferecer uma indenização pela perda dos escravos.⁷

⁴ «Assuntos do Dia – A revolução brasileira – a queda do império». Lisboa, 19 de novembro de 1889.

⁵ «Assuntos do Dia – O Sr. D. Pedro II Imperador do Brasil – Sua chegada a Lisboa – Pormenores.» Lisboa, 8 de dezembro de 1889.

⁶ «A revolução brasileira e a libertação dos escravos.» Lisboa, 22 de novembro de 1889.

⁷ O jornal ainda fez considerações sobre a possibilidade, também referida por jornais europeus, de que os fazendeiros fizessem alguma tentativa para reverter o processo abolicionista. Terminou concluindo que a república brasileira «não cairia em semelhante absurdo, em erro tão condenável.» A questão encerrava em um juízo de valor, sem que fossem

O CP não identificava um movimento mais articulado de republicanos no Brasil. Referia-se a esses políticos como sendo «mais ou menos incubados», *esquecendo* de toda uma gestação republicana que marcara os últimos anos do império:

«Numa manhã, o desrespeito de um general e os erros de um ministério fizeram esquecer meio século de devoção cívica, e a ambição, que é apaixonada, fez em algumas horas o que a razão fria repeliria com horror, como uma afronta à retidão e à honestidade.»⁸

Dadas as condições da monarquia portuguesa em 1889, o aludido *esquecimento* pode ser melhor interpretado. A geração de 1865/1870 em Portugal, ao contrário daquela que no início do século XIX ensaiara alguns modestos avanços em direção ao republicanismo, conseguiu se organizar um pouco mais: em 3 de abril de 1876 foi constituído o Diretório do Partido Republicano em Portugal; em 1878 era eleito o primeiro deputado republicano para as Cortes e, em 1887, o Partido Republicano já mantinha «4 jornais diários e dezenas de semanários, além de muitas aulas e gabinetes.»⁹ Os republicanos ocupariam novos espaços a partir de outubro de 1889, quando Carlos I sucedeu ao pai no trono português, sem o prestígio e a popularidade do mesmo.

A situação da monarquia portuguesa poderia ter se agravado muito mais quando a Inglaterra enviou, em 11 de janeiro de 1890, um Ultimato ao governo português exigindo a retirada das tropas que garantiam a posse para Portugal de territórios situados na África, entre Angola e Moçambique.¹⁰ Contudo, nessa oportunidade, os republicanos ainda tinham uma organização deficitária para tentar liderar qualquer reação. Amadeu Carvalho

examinadas com mais consistência as implicações econômicas decorrentes da abolição que apressaram a queda do império.

⁸ «A República dos Estados Unidos do Brasil.» Lisboa, 19 de novembro de 1889.

⁹ Cf. TENGARRINHA, José. Op. cit., p. 236-237.

¹⁰ A questão do Ultimato será melhor explicitada mais adiante, quando se tratar das repercussões econômicas e financeiras da proclamação da república no Brasil.

Homem chama a atenção de que eram «raras e pouco escutadas as vozes que defendiam a mutação violenta do regime.»¹¹

Os movimentos republicanos subseqüentes — a revolução de 31 de janeiro de 1891¹², e outra¹³ que veio à tona em 28 de janeiro de 1908 — também não foram eficientes para derrubar a monarquia, mas deixaram à mostra fissuras que as bases do regime monárquico vinham apresentando¹⁴ desde o último quartel do século XIX.

Com o acúmulo de tensões, é compreensível que o *CP* e o *DN*, comprometidos com o regime monárquico português e controlados pela censura, tratassem de enfatizar os aspectos políticos menos polêmicos da implantação da república brasileira. Apesar de tudo, é possível identificar algumas brechas tanto no discurso do *CP*, como no do *DN*. Nesse último havia opiniões mais consistentes e independentes que no primeiro.

O *DN* comentava que o Brasil tinha vinte províncias, com mais de 12 milhões de habitantes, destacando que, entre elas, apenas duas províncias, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com uma população de aproximadamente 3 milhões de pessoas, tinham apoiado a república. A partir de tal constatação, concluía que faltava à república o endosso das demais províncias que somavam oito milhões de habitantes, bem como da população do Rio de Janeiro, de um milhão e trezentos mil habitantes. Logo, completava, se não houvesse uma maior adesão à república «no espaço que lhes há de ser marcado na convocação da constituinte», poderia haver crise com «muitos e espantosos riscos.»¹⁵

¹¹ Cf. *A propaganda republicana (1870-1910)*, Coimbra: Coimbra Editores, 1990, pp. 11-25.

¹² Os revolucionários do Porto de 1891 chegaram a proclamar a república, mas não conseguiram um apoio significativo além dos grupos estudantis e dos oficiais de baixa patente. Sua ação não ultrapassou a cidade do Porto.

¹³ Como a Revolução de 1891, a de janeiro de 1908 também não foi além de algumas escaramuças, apesar de contar com apoio de grupos de maior projeção.

¹⁴ É ilustrativo lembrar ainda que, em 1 de fevereiro de 1908, Carlos I e o príncipe herdeiro Luís Filipe foram assassinados em Lisboa, sendo o crime atribuído a elementos republicanos. Contudo, apenas em 5 de outubro de 1910, a república seria proclamada e a família real portuguesa se retiraria para o exílio.

¹⁵ «Aspectos do Dia – A revolução no Rio de Janeiro.» Lisboa, 18 de novembro de 1889. Mais adiante se verá que a questão referente à convocação de uma Assembléia Constituinte

O centro da argumentação do jornal, no entanto, ia além da constatação de que, até aquele momento, apenas 25% da população apoiara a república. Era destacado que caberia ao *povo* brasileiro decidir sobre o governo do país. Empenhava-se o *DN* em esclarecer que não desejava ver o Brasil numa situação difícil, voltando à carga sobre uma questão que julgava fundamental: o respeito devido à vontade popular, independente do regime estabelecido.

E acrescentava:

«Se a aspiração política do Brasil é o governo republicano, que ele satisfaça absolutamente a sua vontade e que entre no pleno domínio do seu ideal sem embaraços graves ou com o menor número de estorvos possíveis. É a lei fatal que os povos têm os governos que desejam ou antes que merecem.»¹⁶

A posição assumida era ousada dentro de um país como Portugal, onde a continuidade dinástica estava assegurada no próprio texto constitucional. O *CP* acompanhou a opinião do *DN*, sem ousar ir muito mais longe:

«Não contesta ninguém o direito que o povo brasileiro tinha de mudar a forma de seu governo, e todos devemos acatar o uso desse direito e aceitar como boas as conseqüências.»¹⁷

Pode-se identificar uma nova brecha no discurso do *DN* quando os comentários recaíram sobre o tema democracia. O jornal passou a idéia de que a república brasileira fora uma conquista da propaganda democrática que se tinha alastrado no país, «apoderando-se de todas as classes» tornando a mudança de regime «inevitável».¹⁸

será crucial em todo o processo que levou ao reconhecimento oficial da república brasileira pelo governo português.

¹⁶ «Assuntos do Dia – A revolução brasileira – A queda do império.» Lisboa, 19 de novembro de 1889.

¹⁷ «Questões do Dia – A república dos Estados Unidos do Brasil.» Lisboa, 19 de novembro de 1889.

¹⁸ «Assuntos do Dia – A revolução brasileira – A queda do império.» Lisboa, 19 de novembro de 1889.

Da afirmação, dois pontos chamam a atenção: em primeiro lugar, se a propaganda republicana alcançara a dimensão propalada, a queda do império se explicaria por razões mais consistentes não abordadas pelo jornal, preocupado em evidenciar, prioritariamente, a injustiça que fora cometida com o imperador deposto; em segundo lugar — e aí a brecha — foi estabelecida uma clara relação entre democracia e república, dando margem a que fosse pensado que a democracia seria incompatível com o império. O provável *deslize*, no entanto, seria amenizado mais adiante, não sem deixar à mostra uma clara contradição: «o império não era uma nódoa que envergonhasse as tradições democráticas da livre América. Um imperador filósofo hasteava também na sua mão a bandeira da democracia.» Ficava para o leitor tentar resolver, como, em definitivo, o *DN* estaria se posicionando em relação à democracia. Só não podia pairar dúvidas sobre os méritos do imperador deposto, mesmo quando admitia o jornal que a república podia representar uma evolução:

«Os erros dos homens podiam preparar os sucessos, dar-lhes o rastilho, apressar-lhe a explosão – podiam contribuir por todos os meios políticos para tudo – caminhar para a evolução, levantar sobre o império a república – o nome, porém, do sr. D. Pedro II ficará lá eterno.»¹⁹

As repercussões econômicas e financeiras

No final do século XIX, as relações bilaterais Brasil/Portugal eram marcadas pelas ligações económico-financeiras, principalmente devido ao expressivo número de emigrantes portugueses estabelecidos no Brasil.

Com a proclamação da república houve um temor generalizado em Portugal, em especial na cidade do Porto, de que os ingressos vindos até então do Brasil sofressem uma diminuição, num momento bastante difícil para a economia e as finanças portuguesas.

¹⁹ «Assuntos do Dia – O sr. D. Pedro II, imperador do Brasil – sua chegada a Lisboa – Pormenores». Lisboa, 8 de dezembro de 1889.

O CP, por se tratar de um órgão ligado ao comércio e a indústria, dedicou-se a examinar com mais vagar o impacto da nova situação brasileira sobre os interesses portugueses.

É preciso ter presente que, em novembro de 1889, a disputa pelos territórios africanos, notadamente entre Portugal, França e Inglaterra, afetava muito a atividade econômica portuguesa. Para tomarmos a questão africana em momentos mais próximos ao que se examina, em 1886, Portugal assinava, primeiro com a França e pouco depois com a Alemanha, um Tratado de Limites, onde era reconhecida a soberania portuguesa nos territórios entre Angola e Moçambique, na área conhecida como Mapa Cor de Rosa.²⁰

A reação ante estes acertos era inevitável. A fórmula de Cecil Rhodes «do Cabo ao Cairo», dá bem a proporção dos interesses ingleses na região, causa de vários incidentes com os portugueses. Os atritos tomaram um rumo definitivo em 11 de janeiro de 1890 por força do já mencionado Ultimato inglês que deixava duas opções para Portugal: ou renunciava aos territórios do Mapa Cor de Rosa retirando todas as forças atuantes na região, ou enfrentava uma agressão armada.

A ameaça de uma guerra, dobrou o governo português, combalido por crises que já vinham se arrastando, marcadas pela falência de alguns bancos, pelo aumento da dívida pública e pela queda de investimentos. O Ultimato de 1890, somado à crise política já examinada anteriormente, só não levou à derrocada da monarquia porque, além da desorganização dos republicanos, a mudança de regime, como alerta Amadeu Carvalho Homem, «difícilmente poderia alterar a posição relativa das potências coloniais europeias, envolvidas em complexos equilíbrios de interesses e nada interessados nos projetos expansionistas de um Portugal sem frota de guerra, sem marinha mercante e sem solvência financeira internacional.»²¹

²⁰ Como o local onde esses territórios se situavam estava colorido nos mapas em tom rosado, a região passou a ser conhecida como do Mapa Cor de Rosa.

²¹ «O 'Ultimatum' Inglês de 1890 e a opinião pública.» In: *Revista de História das Idéias*, vol 4, Instituto de História e Teoria das Idéias, Universidade de Coimbra, 1992, p. 284.

Assim, o abalo decorrente da nova situação vivida pelo Brasil, como deixavam claro o *CP* e o *DN*, fatalmente afetaria os investidores portugueses já fragilizados pelas sucessivas crises que se agravaram com a questão africana. O *CP*, transcorridos apenas dois dias da proclamação da república, já adiantava que os prognósticos eram pouco animadores:

«A gravíssima crise política por que está passando o Brasil, traz preocupados os ânimos dos que já têm os seus capitais empregados e agrava os receios dos que previam que uma crise econômica seria a curto trecho a consequência fatal do élan com que todos os dias anunciava a formação de importantes empresas, sobretudo bancárias.»²²

E arrematava os comentários com a indagação: «Apressará a crise política a manifestação da crise econômica?» Ao que o próprio jornal respondia: «Talvez. O pior, porém, para nós, são os graves prejuízos que ela há de acarretar, sobretudo, agora, que o capital português está fortemente interessado em instituições brasileiras.»

Os problemas financeiros que enfrentaria o Brasil após 15 de novembro confirmariam os temores do *CP*. Devido à desvalorização da moeda brasileira, diminuiriam as remessas de dinheiro por parte dos emigrantes portugueses para seu país. No período 1889/1891, a baixa de quase 80% das remessas procedentes do Brasil, viria a provocar a queda da moeda portuguesa em Londres.²³

A grande naturalização, decretada no Brasil pela lei de 14 de dezembro de 1889, aumentaria ainda mais o desconforto em relação à nova república, pois, em definitivo, a expectativa era de que essa medida também iria re-

²² «Revista Econômica e Financeira.» Lisboa, 17 de novembro de 1889.

²³ Cf. FERREIRA, Marie-Jo. «Transição à República no Brasil e relações diplomáticas Brasil-Portugal.» Comunicação apresentada no Colóquio Internacional «Portugal-Brasil no século XX: Sociedade, Cultura e Ideologia,» ocorrido em Curitiba (PR), em setembro de 2001, ex. mimeo., p. 3.

fletir sobre as remessas dos emigrantes. Tais temores repercutiram na Câmara de Deputados de Lisboa:

«Havia largos anos que vozes no Brasil pregavam a nacionalização do capital brasileiro, para evitar a emigração dos lucros do comércio entregue na sua maior parte para estrangeiros. O primeiro cuidado dessa república foi promulgar a lei de grande naturalização dos homens, como também dos capitais que eles detinham. Essa lei vem cortar para muitos portugueses o último laço que os prendia à Metrópole, e a baixa de câmbio deu-lhe pretexto para interromperem as remessas de dinheiro.»²⁴

Contudo, o *CP* vislumbrava uma saída otimista para a situação criada, sem ignorar que havia riscos:

«Os portadores de títulos de crédito do Brasil começam a reconhecer que o juro mais subido que lá usufruem é consequência do maior risco que correm. [...] Na situação atual do nosso mercado monetário a crise política do Brasil deve ter consequências imediatas, antes mais favoráveis do que desfavoráveis para o nosso momento econômico. É de crer que os capitais que ficavam no império e ainda os que daqui iam ultimamente, prefiram novamente os valores portugueses para emprego definitivo. O capital prefere antes de tudo a ordem e a segurança. Quais serão os valores que possam oferecer ao capital, a par de um bom juro, aquelas condições, nos países a que pertencem, em graus superior aos nossos? Nenhum. Por isso afigura-se-nos a crise política do Brasil como incentivo poderoso para o capitalista português voltar a dar sua preferência à dívida nacional.»²⁵

O *DN*, embora sem expressar tanto otimismo como o *CP*, também apostava que se não predominassem os interesses particulares e se a ordem fosse mantida os efeitos traumáticos da mudança de regime poderiam ser

²⁴ Apud, FERREIRA, Marie-Jo. Op cit., p. 3.

²⁵ «Revista Econômica e Financeira». Lisboa 17 de novembro de 1889.

atenuados. Argumentava o jornal que a transformação ocorrida no Brasil acarretara:

100

«...uma baixa perfeitamente natural dos fundos brasileiros, mas ainda pouco intensa porque as notícias subseqüentes dos sucessos políticos não foram de natureza a alarmar os interesses financeiros. Pode-se mudar de sistema governativo, sem que a propriedade, o trabalho, o comércio, a riqueza pública e o crédito nacional sofram no caso, é claro, de que não vivam do sistema ou à custa do sistema inúmeros interesses egoístas.»²⁶

No dia seguinte, o *DN* retornava a mesma linha de argumentação:

«O momento da explosão é que pareceu a todos inoportuno. Era precisamente na hora que vai decorrendo o Brasil, a praça do Rio sobretudo, estava engolfada no delírio das operações bancárias. A febre mercantil dominava todos os espíritos, e por isso não admira que o procedimento do exército, paralisando todos os negócios, viesse causar uma perturbação, que poderia ter tristíssimas conseqüências, se a ordem se não mantiver, se a confiança no crédito e na gerência do novo governo não renascer desde já.»²⁷

A mensagem esperançosa do *DN* em relação ao Brasil não se confirmaria. As conseqüências da febre de negócios no célebre período do Encilhamento, precipitou a especulação nas bolsas de valores, a alta do custo de vida e a criação de muitas empresas, algumas delas fantasmas. O ápice da crise ocorreria a partir de 1891 com uma sucessão de falências bancárias e de empresas, além da queda do valor da moeda brasileira.

Tantos percalços no campo econômico-financeiro, somados às razões de ordem política, iriam retardar a normalização das relações bilaterais entre Portugal e Brasil, como se evidencia no lento processo de reconhecimento da república desse país.

²⁶ «Mercado Monetário.» Lisboa, 18 de novembro de 1889.

²⁷ «Assuntos do Dia – A revolução brasileira – A queda do império.»

O reconhecimento da república brasileira por Portugal

A pressão para que o governo português reconhecesse prontamente a república brasileira foi exercida ainda em 1889, conforme se depreende da correspondência diplomática enviada pelo Barão de Aguiar D'Andrada, representante do Brasil em Portugal.

Contudo, em 20 de fevereiro de 1890, Aguiar D'Andrada ainda informava a Quintino Bocaiúva, Ministro e Secretário Estado das Relações Exteriores do Brasil, que continuava cobrando de Hintze Ribeiro, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, a promessa feita por seu predecessor Henrique de Barros Gomes, de que seu país seria «um dos primeiros, senão o primeiro, a reconhecer a República dos Estados Unidos do Brasil.»²⁸

Para pressionar uma definição por parte de Portugal, Aguiar D'Andrada chamava a atenção do Ministro português de que a numerosa colônia lusa existente no Brasil seria uma forte razão para que fosse legalizada «uma situação que a continuar no pé em que está atualmente», não poderia deixar de ser prejudicial aos dois governos.

Ficava a idéia de que a normalização das relações seria um dos caminhos viáveis para solucionar os problemas criados em Portugal com a proclamação da república no Brasil. Tudo indica que Hintze Ribeiro não entenderia a questão dessa maneira, pois, segundo Aguiar D'Andrade, o Ministro português teria argumentado que a Inglaterra, possuidora de «valiosos interesses financeiros no Brasil, a Itália e a Alemanha, com forte colônia estabelecida no Brasil, também não tinham efetuado o reconhecimento da república.» Se pode deprender que, para Hintze, as tensões existentes transcendiam a uma mera formalidade diplomática, pois ainda acrescentava, segundo a mesma fonte, que nem a França republicana normalizara as relações com o Brasil, logo: «não competia a Portugal dar o primeiro passo.»²⁹

²⁸ Cf. BRANCATO, Sandra M. L (coord.). *Arquivo Diplomático do Reconhecimento da República*, vol. II, Brasília: Ministério das Relações Exteriores; Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1993, p. 188, doc. 156.

²⁹ Ibidem, p. 189.

O governo de Portugal administrava o tempo. A instabilidade do regime monárquico, o reinado de Carlos I marcado pelas desastrosas conseqüências do Ultimato britânico de janeiro de 1890 e pela mobilização republicana, não aconselhavam qualquer precipitação no que se referia ao reconhecimento de uma república surgida de um golpe militar. Assim, ainda no início de setembro de 1890, decorrido quase um ano da proclamação da república, a diplomacia brasileira seguia pressionando para obter o reconhecimento que teria, no mínimo, forte conotação simbólica ante aos demais países europeus, também relutantes em formalizá-lo.

Foi novamente Aguiar D'Andrada, em ofício a Bocaiúva, de 3 de setembro de 1890, que sintetizou a situação das negociações, ao relatar as declarações confidenciais ouvidas de Hintze:

«...que o que obstou ao seu governo não ter ainda reconhecido oficialmente a República dos Estados Unidos do Brasil foi não estabelecer um precedente, que podia no futuro ser invocado por qualquer outra nação nas mesmas circunstâncias; que para obviar a este inconveniente e no intuito de abreviar a época do reconhecimento, resolveram ele e seus colegas em Conselho de Ministros provocar uma manifestação no Parlamento; que foram entabuladas negociações a este respeito, mas que os chefes dos partidos em oposição se negaram a cooperar com a maioria do Governo, deixando-lhe toda a responsabilidade do ato; que frustrada a primeira tentativa, o Governo, para mostrar sua boa vontade para com o Brasil, não aguardará para fazer o reconhecimento na reunião da Constituinte, como seria mais natural, só esperando que o telégrafo anuncie o resultado das próximas eleições como favorável às novas instituições e ao atual Governo.»³⁰

O governo português agiria exatamente como anunciara Hintze. Em 18 de setembro de 1890, era reconhecida oficialmente a república brasileira por Portugal, depois de efetuadas no Brasil as eleições para a Assembléia Constituinte e antes mesmo de se realizar sua sessão inaugural, no Palácio Imperial da Quinta da Boa Vista, em 15 de novembro de 1890.

³⁰ Ibidem, p. 190, doc. 157.

É interessante observar, que o governo português reagia de forma semelhante aos jornais examinados anteriormente, ao dar tanto peso à opinião popular em todo o processo de legitimação da nova república. Na comunicação oficial que informava sobre o reconhecimento se pode ler:

«Era porém indispensável, para que estas a um tempo justas e benévolas intenções [de reconhecer a república] pudessem legitimamente realizar-se, a adesão do povo brasileiro à ordem de coisas recentemente estabelecida por um ato público, solene e irrecusável. Este ato julga o Governo de Sua Majestade ter-se dado agora. Nas eleições gerais que vêm de realizar-se para as futuras cortes, que terão de pronunciar-se em nome de seus legítimos constituintes sobre o regime atual, a nação distinguiu de preferência com o seu sufrágio os candidatos que antecipada e publicamente se haviam declarado favoráveis à nova forma de Governo.»³¹

Os portugueses, por seu turno, esperariam até outubro de 1910 para ver chegar a república em seu país. Já os benefícios de uma participação popular nos rumos políticos de um país, tão exaltados pela imprensa portuguesa por ocasião da proclamação da república no Brasil, demorariam ainda mais para se firmar em Portugal. Oliveira Marques é taxativo sobre essa questão: «...o republicanismo veio findar também como uma espécie de utopia, no sentido em que implicava um regime perfeito 'do povo, para o povo', baseado em completa igualdade, liberdade e justiça democrática.»³²

O reconhecimento da república em outros países europeus

Outros governos europeus tiveram questões bem mais sérias do que as que obstaculizaram a normalização das relações de Portugal com o Brasil, após a mudança de regime nesse país. Os motins revolucionários tão

³¹ Ibidem, p. 192, doc. 158.

³² OLIVEIRA MARQUES, A. H. *História de Portugal*, Lisboa: Palas Editores, 1973, vol. II, p. 243.

comuns na América assustavam a velha Europa, especialmente em países como a Espanha, onde, da mesma forma que em Portugal, o sistema monárquico vigente já vinha enfrentando algumas represálias por parte dos republicanos. Desta maneira, aguardar uma definição mais segura do rumo político que seguiria o Brasil e o restabelecimento de sua ordem constitucional seria, pelo menos, uma atitude prudente³³ para o governo espanhol. Estaria fora de qualquer lógica que ele apoiasse prontamente, sem restrições, um regime contra o qual se defendia dentro de suas próprias fronteiras.

Já o governo inglês tinha uma situação mais delicada: se por um lado interessava garantir que a nova república não alteraria as vantagens econômicas conquistadas no Brasil, por outro, era importante assegurar que o prestígio monárquico, tão intimamente ligado às suas tradições, não ficasse arranhado com um apoio incondicional à república brasileira que expulsara o Imperador e sua família. Tais circunstâncias terminaram retardando o reconhecimento que só ocorreu em 3 de novembro de 1890. Logo após, a Áustria-Hungria, Holanda, Suécia-Noruega, que já haviam declarado a intenção seguir a orientação britânica, também reconheceram a república.

A Bélgica, que em um primeiro momento também anunciou que nortearia sua posição pelo modelo inglês, alterou posteriormente esse critério. Acionistas belgas da Companhia de Gás do Rio de Janeiro passaram a exigir que fosse protelado o pretendido reconhecimento, enquanto as autoridades brasileiras não reconsiderassem algumas atitudes. Ocorria que, por força da cláusula 18 de um contrato firmado entre a Companhia de Gás e o governo brasileiro, em 26 de junho de 1886, ficara estabelecido que haveria uma redução no preço do gás, a partir de janeiro de 1890. No entanto, a redução não se efetivou e o governo brasileiro, então, não só

³³ Em 4 de dezembro de 1889, com o sugestivo título «Brisas del Brasil», publica o jornal *El País*, de Madri, o seguinte comentário, na sua primeira página: «si la tranquilidad de los dinásticos tiene un fin estratégico; si con ella pretenden amortiguar algo de nuestras fundadas esperanzas, se equivocan por completo, porque tenemos muchas, muchísimas razones para creer que la Revolución en el Brasil es como un prólogo de una obra, en alguno de cuyos capítulos pensamos colaborar.»

estabeleceu uma multa, como exigiu que todas as contas distribuídas fossem devolvidas para que houvesse a revisão de seus valores.

Tal situação trouxe grandes preocupações ao governo brasileiro que pretendia normalizar o quanto antes as relações com a Bélgica, principalmente devido às ligações comerciais existentes. Importantes setores, como os da rede ferroviária, dependiam em grande parte, das importações belgas. A Bélgica procurou tirar vantagens dessa situação pressionando para que o Brasil sustasse as medidas repressivas à Companhia. Interessava muito de perto ao governo belga resolver a questão de forma favorável, já que, entre os prejudicados, estavam elementos ligados ao partido de oposição, o Liberal.

O Brasil foi obrigado a ceder devido aos altos interesses em jogo, assumindo o compromisso de reestudar o caso da Companhia de Gás. O reconhecimento oficial pela Bélgica foi formalizado a 6 de dezembro de 1890.

Os problemas que envolveram reconhecimento pela França não foram menos polêmicos. Era imprescindível para o Brasil contar com o apoio da grande república européia, que desfrutava de um inegável prestígio entre as demais nações. Sem o reconhecimento francês tornava-se mais problemático pressionar o reconhecimento das velhas monarquias, como já ficara evidenciado nas manifestações dos governos português e espanhol.

As primeiras notas oficiais emitidas pelo governo francês já revelavam que estava decidido a subordinar o reconhecimento à solução de duas questões fundamentais. A primeira delas estava relacionada ao já citado decreto da Grande Naturalização, de 14 de dezembro de 1889. Ao contrário do governo português, cuja preocupação mais importante referente ao decreto prendia-se ao fato de que afetaria a remessa de capitais para Portugal, o governo francês considerou o mesmo basicamente arbitrário. Argumentava, como faziam outros governos europeus, que o prazo de execução do decreto era curto, além de haver dificuldades de comunicação, tanto para os estrangeiros tomarem conhecimento do seu teor, como para chegarem até as autoridades competentes para registrar sua opção de nacionalidade.

Inicialmente o Ministro francês foi sensível à argumentação do Barão de Itajubá, representante do governo brasileiro em Paris, que procurava chamar a atenção sobre o caráter não obrigatório do decreto da Grande Naturalização. Além disso, havia a alegação de que fora prorrogado por mais seis meses o prazo estipulado para a declaração de nacionalidade. No desenrolar das negociações, a diplomacia brasileira conseguiu bons resultados e, já em abril de 1890, o governo francês se declarava satisfeito com as explicações recebidas.

Uma segunda questão, no entanto, ficava pendente: interessava ao governo francês voltar a negociar a demarcação da fronteira entre a Guiana Francesa e o Brasil, que, desde há muito, era discutida sem que fossem encontrados resultados definitivos. A leitura da documentação diplomática que se ocupa deste tema nos permite concluir, com muita segurança, que as autoridades francesas procuravam usar a concessão do reconhecimento como verdadeira barganha para alcançar os seus objetivos na Guiana.

Também nesse caso, a diplomacia brasileira resolveu o impasse de forma satisfatória, desvinculando o reconhecimento da questão de fronteira, que foi encaminhada, então, para o arbitramento do Conselho Federal Suíço. O reconhecimento oficial da república brasileira pela França ocorreu em 20 de junho de 1890, enquanto que a sentença final do Conselho Federal Suíço, aliás, favorável ao Brasil, só seria conhecida a 1º de dezembro de 1900.

Conclusões Finais

É inegável que a proclamação da república no Brasil repercutiu intensamente em Portugal. Tanto por razões de ordem política como econômica, os áulicos que cercavam o governo português trataram a questão com cautela e repassaram para a imprensa que podiam controlar, a conduta a ser adotada e que respaldava seus interesses.

Ficou evidente, ainda, que os setores mais ligados à atividade mercantil, acima de tudo, estavam preocupados com os riscos que corriam seus

investimentos relacionados aos negócios com o Brasil. Mesmo assim, o governo português, ao contrário de outros, como o francês e o belga, abriu mão de exercer qualquer tipo de barganha sobre o Brasil, não condicionando diretamente o reconhecimento da república à solução dos problemas bilaterais.

Em um ponto, no entanto, o governo português e vários governos europeus coincidiram: sem o retorno da ordem constitucional no Brasil, a normalização das relações não ocorreria, atitude essa bem diversa daquela que norteou os governos americanos. Enquanto na América os governos se apressaram em reconhecer a república, curvando-se à liderança exercida pelo Brasil no continente, na Europa foi o Brasil que teve que se curvar ante o prestígio dos principais governos, num esforço de vencer suas resistências em aceitar a nova ordem constituída.

Eduardo C. Cordeiro Gonçalves
Instituto Superior da Maia – ISMAI

RESSONÂNCIAS EM PORTUGAL DA IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA NO BRASIL (1889-1895)

«A História do Brasil e a de Portugal encontram-se tão intimamente ligadas que não se pode ter conhecimento completo de uma sem se conhecerem, mais ou menos profundamente, numerosos capítulos da de outra».

BASTO, A. de Magalhães – *Portugal e Brasil*.
Porto: Liv. Progredior, 1946, p. v.

1. Incidência da revolução republicana brasileira na crise portuguesa de 1891-1892

Proclamada de forma incruenta, a República Federativa do Brasil resultou de um longo e complexo processo de tensões político-sociais¹ que vão ter o seu clímax no ministério de Ouro Preto². Com efeito, a 15 de Novembro de 1889, uma revolução militar dirigida pelo marechal Deodoro da

¹ Para uma bibliografia sumária em torno da conjuntura e evolução política do Império à República, sugere-se: ANDRADE, Valente – *Evolução política: a queda das oligarquias, ensaio de crítica social*. Pará: S. C. P., 1913; BASBAUM, Leôncio – *História sincera da República: de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: São José, 1958; BOEHRER, George C. A. – *Da Monarquia à República do Brasil (1870-1889)*. Rio de Janeiro: MEC, 1954; BRASIL, J. F. Assis – *A República Federal*. 2ª ed. São Paulo: King, 1885; CARONE, Edgar – *A República Velha. II – Evolução política (1889-1930)*. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1983, p. 25 e segs.; SANTOS, José Maria dos – *A política geral do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

² Cf. CELSO, Afonso – *O visconde de Ouro Preto*. Porto Alegre: Globo, 1953.

Fonseca derrubou o regime imperial brasileiro e deu lugar à proclamação de uma nova República sul-americana.

Ora, através de nota circular do novo ministro das Relações Exteriores, Quintino Bocaiuva, de 18 daquele mês, a legação de Portugal no Rio de Janeiro foi oficialmente informada da mudança do regime e da intenção do governo provisório acatar todos os tratados e compromissos assumidos anteriormente com outros países³. No entanto, as nossas relações com o Brasil atravessaram algumas vicissitudes, sendo que a proclamação da república neste país teve entre nós omnímodas repercussões cujos efeitos se fizeram sentir por muito tempo. Já no dealbar da década de 1890, após um período de relativa estabilidade política, de reformas institucionais e de acentuado investimento prosseguindo a implementação regeneradora do projecto liberal, Portugal é assoberbado por profunda crise a que a mudança de regime político no Brasil não é alheia em algumas das componentes essenciais daquela⁴. Sem embargo, convém salientar, a crise que paira em Portugal na espessura temporal referida revela-se debaixo de múltiplas formas: crise económica, financeira, agrícola, industrial, monetária, de trabalho, política, e se tem, em parte, origem em causas de ordem interna, como os erros dos sucessivos governos, ou de um conflito internacional, tal a questão inglesa, deriva ainda do «conjunto de circunstâncias que caracterizam a situação das sociedades contemporâneas»⁵. Como diria Oliveira Martins, «a série de causas a que diversos autores atribuem as

³ Cf. ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (A.H.M.N.E.) – *Correspondência da Legação de Portugal no Rio de Janeiro*, Cx. 222. Ofício A – n.º 50, com cópia da nota circular do Ministério das Relações Exteriores do Brasil de 18 de Novembro de 1889. Sobre as nossas relações político-diplomáticas com o Brasil nesta conjuntura, veja-se: GONÇALVES, EDUARDO C. Cordeiro – *Ressonâncias em Portugal da implantação da república no Brasil (1889-1895)*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 1995, p. 143-150.

⁴ Sobre a influência dos designados «sobressaltos brasileiros de 1888-1891» no colapso financeiro português de 1891, veja-se a síntese de: MATA, Eugénia e VALÉRIO, Nuno – *História Económica de Portugal. Uma perspectiva global*. Lisboa: Presença, 1994, p. 162 e segs.; MATA, Eugénia – *As finanças públicas portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Banco de Portugal, 1992.

⁵ BASTOS, Teixeira – *A crise. Estudo sobre a situação política, financeira, económica e moral da nação portuguesa nas suas relações com a crise contemporânea*. Porto: M. Lugan Sucessor, 1894, p. VIII.

crises, veremos que todas elas são verdadeiras como causas, erroneas como causa única»⁶.

Importa, assim, acentuar a vertente financeira e monetária da crise⁷, instalada entre nós em 1891-1892, e tentar ver nela alguns reflexos dos acontecimentos brasileiros. Além da sua componente financeira se inserir numa conjuntura internacional de crise — a designada «crise Baring»⁸ —, acresce a incidência de um Brasil saído da revolução republicana, cuja influência funcionou com carácter cumulativo e de poderoso catalisador do descalabro financeiro português, definido pela «ruptura da tríade de variáveis macroeconómicas: deficit da Balança Comercial, deficit das contas do Estado, transferência de capital Brasil-Londres-Lisboa»⁹. E é este último vértice a contribuir de forma decisiva nessas rupturas.

Do lado brasileiro, a vida política após o 15 de Novembro de 1889, pejada de golpes militares e revoltas regionais, caracteriza-se, por sua vez, por profunda instabilidade¹⁰ e pelo concomitante descalabro financeiro da República¹¹. Somando a tudo isto a queda do preço do café¹², torna-se incontrolável a baixa do câmbio da moeda brasileira sobre a praça de Londres¹³. Demais, num quadro político-económico mais complexo, podíamos acres-

⁶ MARTINS, Oliveira — *Circulação fiduciária*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1883, p. 35.

⁷ Para uma explicação detalhada desta componente financeira e monetária da crise de 1891-1892, veja-se: SANTOS, Luís Aguiar — A crise financeira e monetária de 1891: uma tentativa de explicação. *Análise Social*. Lisboa. 35: 158-159 (2001) 185-207.

⁸ Sobre a conjuntura financeira internacional deste período, atente-se, entre outros, em: KINDLEBERGER, Charles P. — *Problemas históricos e interpretaciones económicas*. Barcelona: Crítica, 1993, p. 200 e segs.

⁹ JUSTINO, David — *A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1912*. Lisboa: Vega, 1988, vol. II, p. 93.

¹⁰ Cf. SANTOS, José Maria dos — *Ob. Cit.*, p. 159 e segs.

¹¹ Cf. BRITO, José Nascimento — *Economia e finanças do Brasil: 1822-1940*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1945.

¹² Cf. RAMOS, Rui — A crise. In REIS, António[dir.] — *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990, p. 166. Em 1890, o café correspondia a cerca de 65,7% do total das exportações brasileiras. Sobre o assunto, veja-se: SILVA, Maria Betriz Nizza da, *et alii* — *História do Brasil. Colónia — Império — República*. Porto: Universidade Portucalense, 1991, p. 157.

¹³ Cf. MATA, Maria Eugénia — *Câmbios e política cambial na economia portuguesa (1891-1931)*. *Cadernos da Revista de História Económica e Social* n.º 8. Lisboa: Sá da Costa, 1987.

centar a extinção da escravatura em 1888, o forte incremento da República à imigração, a lei da Grande Naturalização decretada um mês após a revolução republicana e outrossim as dificuldades, inerentes em parte a esta lei, da transferência de fundos para o exterior.

Ora, as relações económicas entre Portugal e o Brasil fazem deste último um regular devedor do nosso país, convertendo-se, assim, em importante credor da sua antiga colónia junto da Inglaterra. Sendo o mercado britânico o principal mercado para os produtos brasileiros mais exportados — o café e a borracha — e, simultaneamente, o nosso principal parceiro comercial de então, bem como o principal credor do Estado português, a praça de Londres converte-se num «intermediário forçado» da transferência de capitais que anualmente entravam em Portugal provenientes do Brasil. Londres é, desta forma, «o nosso banqueiro e, ao mesmo tempo, o banqueiro do Brasil»¹⁴, depreendendo-se daqui a inequívoca importância da evolução cambial brasileira para Portugal.

Da observação das séries de taxas de câmbio fornecidas pelo Banco de Portugal¹⁵, no que ao período subsequente à revolução brasileira diz respeito, conclui-se haver uma acentuada deterioração do câmbio Rio de Janeiro-Londres. Aliás, a «par» em 1889, o câmbio da moeda brasileira em relação à libra sofre violenta depressão em 1890, agravada ainda mais em 1891. A partir daqui, embora constante, a descida é mais lenta.

Parece-nos, pois, decisiva a influência da realidade económica e financeira do Brasil, nomeadamente a sua evolução cambial, no quantitativo das disponibilidades de ouro com que anualmente se podia contar, ou seja, à baixa do câmbio brasileiro corresponde a diminuição simultânea das remessas enviadas¹⁶ pelos nossos emigrantes no Brasil. Exercendo papel

¹⁴ SALAZAR, A. Oliveira – *O ágio do ouro. Sua natureza e suas causas (1891-1915)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1916, p. 95.

¹⁵ BANCO DE PORTUGAL. Lisboa – *Relatório do Conselho de Administração do Banco de Portugal. Gerência dos annos de 1891-1895*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892-1896.

¹⁶ Em torno do debate sobre os quantitativos das remessas do Brasil e do movimento de cambiais do Rio de Janeiro para Portugal, veja-se a síntese de: MURALHA, Pedro – *Portugal no Brasil*. Lisboa: Tipografia Luso-Gráfica, 1927, p. 72-73; SIMÕES, Nuno – *O Brasil e a emigração portuguesa (notas para um estudo)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934, p. 46 e segs.

primordial no equilíbrio financeiro português, a função desempenhada pelas remessas dos emigrantes¹⁷ foi sucessivamente evidenciada por nomes como Rodrigues de Freitas, Oliveira Martins e Ezequiel de Campos que, para o período de 1881 a 1890, estimaram montantes em torno dos 10 mil contos¹⁸. Ainda a este propósito, Bento Carqueja refere: «[...] segundo os melhores cálculos, essas remessas podem ser avaliadas em 20 000 contos, em cada ano»¹⁹. Pese embora alguma indefinição quanto aos montantes enviados, importa sublinhar a ruptura da nossa Balança de Pagamentos face à drástica redução do valor dessas remessas em cerca de 80%²⁰, no período de 1889 a 1891.

Em suma, confrontando os valores das remessas e os das taxas de câmbio Brasil-Londres, imediatamente se dilucida serem importantes indicadores que se articulam entre si. E se cotejarmos ainda a evolução das taxas de câmbio Rio de Janeiro-Londres com as de Lisboa-Londres observamos uma nítida correlação.

Foi justamente ao longo de 1890 que o Estado português começou a ver agravados os «embaraços» para sustentar o deficit orçamental, para «honrar os encargos da dívida e socorrer alguns bancos e companhias ferroviárias e coloniais que andavam à beira da falência»²¹. Neste sentido, já Oliveira Martins salientara a dependência, para o saldar das contas, das remessas dos emigrantes e do recurso aos empréstimos nos mercados europeus, sujeitando o Tesouro «à carga incomportável do juro composto»²².

¹⁷ Cf. PEREIRA, Miriam Halpern – *Política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Lisboa: Regra do Jogo, 1981, p. 36; ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Ed. Do Autor, 1994, p. 275-281.

¹⁸ Cf. MARTINS, Oliveira – *Política e economia nacional*. Lisboa: Lucas & Guimarães C^a, 1954, p. 134; FREITAS, J. J. Rodrigues, *et alii* – *O câmbio do Brazil. Collecção de artigos publicados no Commercio do Porto*. Porto: Ty. do «Commercio do Porto», 1886.

¹⁹ CARQUEJA, Bento – *O capitalismo moderno e as suas origens em Portugal*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1908, p. 167.

²⁰ Cf. BANCO DE PORTUGAL. Lisboa – *Relatórios do Conselho de Administração do Banco de Portugal*. Gerências dos anos de 1877, 1878 e 1891. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878-1892.

²¹ RAMOS, Rui – A crise. In REIS, Jaime. *Op. cit.*, p. 165.

²² MARTINS, Oliveira – *Fomento rural e emigração*. Lisboa: Guimarães Editores, 1956, p. 194.

Por isso, face aos escolhos com que o Estado português se defrontou para o saldar das contas, o ouro desaparecia da circulação em Portugal, acompanhando a profunda deterioração do câmbio da moeda portuguesa. Bastaria, pois, compulsar os balancetes hebdomadários do Banco de Portugal, entre 1 de Janeiro e 6 de Maio de 1891, para se verificar a forma clara com que se depauperavam as reservas de ouro do Banco, de tal forma que, «apenas chegadas a Portugal, ou [seguiam] para Londres ou se entesouravam»²³, invertendo-se a sua tradicional posição de importador de ouro. E é este fenómeno, adianta o *Relatório* de gerência de 1891, «a expressão mais frisante da acuidade da crise atravessada»²⁴. Com a «corrida aos bancos», a moratória geral de Maio de 1891 e a suspensão provisória da convertibilidade da nota de banco, o Banco de Portugal acaba por assegurar, numa posição algo esdrúxula, os pagamentos internos à custa dos créditos ali contraídos pelo Estado²⁵. Já os encargos da dívida pública externa, que só podiam ser assegurados com divisas, são precariamente atenuados com o decreto que determina a redução dos juros e a suspensão da sua amortização.

Longe de se pretender abarcar o debate sobre o fracasso do modelo regenerador-fontista sob o ponto de vista financeiro, visível no abandono do padrão-ouro em 1891 e na bancarrota parcial de 1892, cujo pormenor seria deslocado, impõem-se tão-só sublinhar a influência inequívocamente negativa, na conjuntura económica portuguesa de então, da crise brasileira subsequente à implantação da república, que, como avisadamente salientou Eugénia Mata, teve efeitos «bem mais duradouros do que os das ocasiões anteriores»²⁶.

²³ BANCO DE PORTUGAL. Lisboa – *Relatório do Conselho de Administração do Banco de Portugal*. Gerência do ano de 1891. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892, p. 11.

²⁴ IDEM - *Ob. cit.*, p. 8.

²⁵ Cf. SANTOS, Luís Aguiar – *Ob. Cit.*, p. 186 e segs.

²⁶ MATA, Eugénia – *As finanças [...]*, p. 276.

2. Sensibilidades políticas da imprensa portuense face à implantação da República Brasileira

115

Falar das ressonâncias em Portugal da implantação da República no Brasil não dispensa um inquérito aturado à imprensa diária da época, recolha que nos permite a leitura do facto no seu contexto, isto sem se olvidar a necessária articulação com outras fontes coevas e naquela perspectiva que o distanciamento permite.

Sendo, então, a imprensa diária portuense fortemente politizada²⁷, está já eivada de grande rigor e de um carácter «semiprofissionalizado»²⁸. Deste modo, o Porto constitui o núcleo onde aquele tipo de jornalismo se instalou mais cedo²⁹, contando com um alargado grupo de panfletários e jornalistas, destacados vultos da cultura lusíada oitocentista, muitos deles com vincadas preocupações em torno das nossas relações com o Brasil, naturais da cidade ou aí radicados, tal o caso de Bento Carqueja, Basílio Teles, José Caldas, Oliveira Martins, Queirós Veloso, Rocha Peixoto, Rodrigues de Freitas, Sampaio Bruno e muitos outros.

Para uma primeira avaliação das reacções das várias sensibilidades daquela imprensa aos acontecimentos brasileiros, fizemos a aferição dos fluxos noticiosos sobre o referido temário, no período que medeia 16 de Novembro de 1889 e 31 de Dezembro de 1895³⁰. Tal exercício incide sobre

²⁷ A este propósito, Ramalho Ortigão chega a considerar os jornalistas «mais homens de Estado do que homens de letras». ORTIGÃO, Ramalho e QUEIRÓS, Eça de – *As Farpas*. Lisboa: Liv. Clássica Editora, 1943, vol. I, p.150.

²⁸ Cf. SOUSA, Fernando de – *«Jornal de Notícias». A memória de um século (1888-1988)*. Porto: Jornal de Notícias, 1988, p.36.

²⁹ Cf. OLIVEIRA, Júlio de – O jornalismo no Porto. Evocação dum passado que se esconde nas últimas obras do século findo: jornais e jornalistas de há quarenta anos para cá. In GOMES, Luiz F.[Compilação] – *Jornalistas do Porto e a sua Associação*. Porto: Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, 1925, p.66.

³⁰ Num universo de 11 155 referências à revolução republicana brasileira e aos acontecimentos subsequentes, distribuídas tipologicamente por artigos de «opinião», «economia», «telegrafia» e «notícias», a nossa pesquisa alongou-se por mais de 25 mil números de jornais diários, a saber: *O Primeiro de Janeiro*. Porto. 21-27 (16 Nov. 1889-31 Dez. 1895); *Jornal de Notícias*. Porto. 2-8 (17 Nov. 1889-31 Dez. 1895); *A Actualidade*. Porto. 16-17 (17 Nov. 1889- 31 Dez. 1890); *A Voz Publica*. Porto. 1-6 (1 Jan. 1891-31 Dez. 1895); *O Commercio do Porto*. Porto.

O Primeiro de Janeiro em representação da imprensa progressista, o *Jornal de Notícias* da regeneradora, *A Actualidade* e *A Voz Publica* da republicana e, por último, sobre *O Commercio do Porto* em representação de uma imprensa designada de «independente». Verificado uma correlação no ritmo quantitativo de artigos em todas as sensibilidades políticas assinaladas ao longo do período proposto, este exercício revela que, em termos relativos, o último mês e meio de 1889 é o período a apresentar maiores fluxos noticiosos sobre o Brasil, isto além do ano de 1893 alcançar um pico em termos absolutos no volume noticioso, sendo este interesse derivado do progressivo agravamento das tensões entre Portugal e o Brasil, a propósito da questão gerada em torno da revolta da Armada Brasileira.

Ora, tomando em linha de conta um ambiente simultaneamente de exaltação e execração da República, a imprensa portuense, logo a seguir à revolução brasileira, reflecte a opinião pública portuguesa na avisada expressão: «Ai do meu dinheiro. Viva a República. Pobre do imperador»³¹. Com leves variantes, eram estas as expressões mais escutadas «por todos os patriotas de Lisboa, nos magotes políticos e brasileiros que [dissertavam] sobre o extraordinário caso à porta da Havaneza, ou sob as famosas Arcadas»³². Tudo isto porque, com a revolução, os «capitalistas» temiam pelos interesses que tinham fiados na prosperidade do império, os republicanos — especialmente os que não tinham negócios com o Brasil — celebravam a vitória das suas ideias; e o sentimento geral exprobrava a revolução pela forma com que havia afastado D. Pedro II.

Tal como a generalidade da nossa imprensa diária, o título progressista *O Primeiro de Janeiro* reagiu rapidamente e com «profunda sensação»³³ à notícia vinda do Brasil. Exacerbando junto da nossa opinião pública uma imagem de «zelo» do ministério progressista de José Luciano de Castro

36-42 (16 Nov. 1889-31 Dez. 1895). A este propósito, veja-se: GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro – *Ob. Cit.*, p. 53-5.

³¹ *O Primeiro de Janeiro*. Porto. 21: 350 (20 Dez. 1889) 2.

³² *O Primeiro de Janeiro*. Porto. 21: 350 (20 Dez. 1889) 2.

³³ *Ibidem*.

pelos interesses dos nossos imigrantes no Brasil, foi com algum aparato que noticiou a partida da corveta Bartolomeu Dias para terras brasileiras³⁴. Aliás, de um leque de temáticas sobre o Brasil, a eclosão da revolução brasileira é uma das mais abordada pela imprensa progressista, embora seja constante a ideia da inevitabilidade da revolução, ideia bem clara no comentário: «[...] o imperador [D. Pedro II] é o império e o império é o imperador». Entre as teses advogadas pela imprensa progressista fica secundarizado o facto do Brasil se ter transformado em República, não existindo, segundo a mesma tese³⁵, diferenças políticas significativas a separar «uma monarquia constitucional de uma república, logo, não se [poderem] afrouxar nem de leve os laços que [uniam Portugal] ao Brasil»³⁶. De um elenco assinalável de assuntos que motivam a abordagem do Brasil pela imprensa progressista³⁷, o republicanismo e a República são tidos como «exemplar excelente para um estudo de patologia política», devendo por isso ser seguidos «com interesse, n'aquelle organismo [...], a entrada do federativo *morbis* ou da republica *vastatrix*»³⁸.

Quanto às reacções da imprensa regeneradora releve-se, desde logo, a grande coincidência de posições assumidas pela de sensibilidade progressista face aos debates de fundo em torno do Brasil saído da revolução republicana. Assim sendo, se por um lado lamenta a queda do império e considera a revolução «uma calamidade»³⁹, por outro lado condescende com a nova situação, pois, «se a opinião ali pode e deseja a republica, seria loucura procurar contraria-la, ou tentar manter um regime, que todos estão

³⁴ Cf. *O Primeiro de Janeiro*. Porto. 21 : 317 (17 Nov. 1889) 2.

³⁵ Esta problemática pode ser perfeitamente articulada com a tese das «Repúblicas coroadas» que mais tarde será abordada por Wells. Cf. WELLS, H. G. – *A short history of the World*. Leipzig: Tauchnitz, 1923, p. 245.

³⁶ *A Provincia*. Porto. 7: 23 (29 Jan. 1891) 1.

³⁷ Matérias políticas como o «republicanismo», o «sistema eleitoral brasileiro», ou económico-sociais como a «questão financeira», o «comércio dos vinhos portugueses no Brasil» e a emigração, constituem as principais temáticas em torno da conjuntura criada com a revolução republicana. Cf. GONÇALVES, Eduardo Cordeiro – *Ob. cit.*, p. 74.

³⁸ *A Provincia*. Porto. 7: 169 (31 Ag. 1891) 1.

³⁹ *Jornal de Noticias*. Porto. 5: 81 (3 Abr. 1892) 1.

de acordo, só se conserva em atenção ao prestígio e consideração do imperador»⁴⁰.

118

Já a imprensa republicana, alimentando luta cerrada contra a sua congénere monárquica, aproveita para urdir, em sucessivos editoriais a propósito da revolução brasileira, fortes ataques aos Governos monárquicos e à sua política. Rejubilando com a revolução brasileira, aquela imprensa acusa o critério «judicioso» com que as folhas monárquicas «capitulam a revolução» e a incluem «no grupo das revoltas militares de carácter cazerneiro», tornando-a, por isso mesmo, «incapaz de servir as altas aspirações democráticas que mais intensamente eram invocadas no conflito»⁴¹.

Sublinhado o carácter «incrúente e patriótico» da revolução, as folhas republicanas consideram que esta terá exercido «grande influência nas ideias políticas do nosso paiz»⁴². A este propósito, também Basílio Teles releva o impacto «que teve entre nós o movimento político brasileiro, em Novembro d'aquelle anno de 1889»⁴³. Tido como «um acontecimento singular», o eco causado pelas primeiras notícias da revolução brasileira em Portugal são de «vivo sentimento de surpresa, e de quasi incredulidade. [...] Sabia-se da existencia de larga propaganda nos centros mais populosos do império, mas contava-se ao mesmo tempo com [...] a popularidade de que parecia gozar o imperador e a família impeial»⁴⁴, acrescenta o mesmo autor.

Consumada a implantação da Republica no Brasil, e confirmada entre nós por notícias ulteriores, passaria a figurar «com toda a certeza, entre os estímulos que provocaram a tentativa republicana do Porto em 31 de Janeiro de 1891, caso — continua ainda Basílio Teles — os sucessos africanos

⁴⁰ *Jornal de Noticias*. Porto. 2: 320 (20 Nov. 1889) 1.

⁴¹ *A Actualidade*. Porto. 16 : 296 (12 Dez. 1889) 1.

⁴² *A Voz Publica*. Porto. 5: 1206 (18 Març. 1894) 1.

⁴³ TELES, Bazilio – *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão Editores, 1905, p.108.

⁴⁴ TELES, Basilio – *Ob. Cit.*, 109. Esta precocidade da implantação da república está claramente explicada em: SILVA, Hélio – *1889: a República não esperou o amanhecer*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972. Sobre o assunto, ver ainda: SOUZA, Maria Campello de – O processo político partidário na primeira República. In CARDOSO, Fernando Henrique [Dir.] – *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difel, 1968, p. 187-192.

[não tardassem] a deslocar em Portugal as atenções da multidão»⁴⁵, isto como se pode claramente inferir da leitura da imprensa diária portuense no período subsequente ao *ultimatum* britânico de 1890.

Com um jornalismo bem menos ofegante, *O Commercio do Porto* mostra-se mais comedido na atenção dedicada à eclosão da republica no Brasil. Noticiando com «profunda sensação e indiscutível surpresa» o desenvolvimento dos acontecimentos brasileiros, aquele diário portuense considera ter havido «precipitação» na forma com que entre nós «foram apreciados e até censurados os sucessos que o telegrapho apenas sumarissimamente noticiára. Aquella precipitação [obrigava a ultteriores] contradições»⁴⁶.

De um leque de preocupações inscritas naquela folha afecta aos interesses da burguesia portuense, a propósito do Brasil saído da revolução republicana, salientam-se as de pendor económico, a saber: a actividade comercial entre Portugal e o Brasil em geral, nomeadamente do comércio dos vinhos, bem como as questões relacionadas com as finanças públicas brasileiras, especialmente as questões cambiais.

Próximo das posições da imprensa republicana em questões económicas, *O Commercio do Porto* defende a urgência em se estabelecer com o Brasil uma nova política de tratados de comércio. Neste sentido, de forma bastante clara, antevia a deslocação do eixo de interesses da nova República para os Estados Unidos⁴⁷.

Em suma, mantendo uma postura de grande imparcialidade e rigor face ao evoluir dos acontecimentos brasileiros, *O Commercio do Porto* termina a cobertura deste ciclo conjuntural convicto da necessidade de Portugal estreitar por todas as formas as relações com o Brasil, «consolidando por todos os meios os [...] laços seculares»⁴⁸ com a sua antiga colónia.

⁴⁵ TELES, Basílio – *Ob. Cit.*, p. 108.

⁴⁶ *O Commercio do Porto*. Porto. 36: 324 (17 Dez. 1889) 1.

⁴⁷ Cf. Revista financeira e comercial. *O Commercio do Porto*. Porto. 41: 110 (11 Mai. 1894) 1.

⁴⁸ Portugal e Brazil. *O Commercio do Porto*. Porto. 42: 64 (16 Març. 1895) 1.

3. O Brasil República nos meios culturais portugueses

3.1. A *Revista de Portugal* e a revolução brasileira

Fundada e dirigida por Eça de Queirós de 1889 a 1892, a categorizada *Revista de Portugal* foi, então, uma das expressões «mais elevadas da intelectualidade portuguesa»⁴⁹. «Séria e grave», a fazer lembrar a *Revue des Deux Mondes*, dedicou boa parte do seu espaço, entre 1889 e 1890, aos acontecimentos brasileiros após a revolução republicana.

É o próprio Eça, nas suas *Notas do mês*, a visionar as ressonâncias da proclamação da República Brasileira num depoimento que indicia ter sido «um acontecimento que se repercutiu muito mal [no seu] espírito»⁵⁰. Sobre ela escreve: «[...] a revolução do Brazil (tal como contam os telegramas passados através da censura republicana) é menos uma revolução do que uma transformação — como nas mágicas. O marechal Deodoro da Fonseca dá um sinal com a espada: imediatamente, sem choque, sem ruído, como scenas pintadas que deslisam, a Monarchia, o Monarcha, o pessoal monarchico, as instituições monarchicas desaparecem; e, ante a vista assombrada, surge uma República, toda completa, apetrechada, já provida de bandeira, de hymno, de sêllos de correio, e da benção do arcebispo Lacerda»⁵¹.

Defendendo também a «desimperialização» do Brasil pelo imperador, Eça considera: «entre Monarchia e Republica não havia realmente senão um fio, tão gasto e tão frouxo, que, para o cortar d'um golpe brusco, bastou a espada do marechal Fonseca»⁵².

⁴⁹ ANDRADE, Miranda de – *Eça de Queirós e a «Revista de Portugal»*. Lisboa: Ed. Álvaro Pinto, 1953, p. 6.

⁵⁰ LYRA, Heitor – *O Brasil na vida de Eça de Queiroz*. Lisboa: Edições «Livros do Brasil», 1965, p. 261.

⁵¹ GOMES, João [pseudónimo de Eça de Queirós] – *Notas do mês*. In *Revista de Portugal*. Porto: Editores Lukan & Genelioux, 1889, vol. I, p. 77-78.

⁵² GOMES, João [Pseudónimo] – *Notas do Mês*. In *Revista de Portugal*. Lisboa: Lukan & Genelioux, 1889, vol. I, p. 77-78.

Embora vaticinasse, para o Brasil saído da revolução republicana, a «desgraça» e o «cataclismo», Eça está longe das corrosivas *Farpas* dirigidas contra o monarca brasileiro, acabando por se ocupar de forma «séria» da figura de D. Pedro II a propósito da queda do império.

Entre os colaboradores da *Revista* que escreveram sobre a revolução brasileira destaca-se o paulista Eduardo Prado. Sob o pseudónimo de «Frederico S.», Prado, monarquista convicto, esgrimiu fortes ataques à implantação da república no Brasil, aliás «em diagnoses às vezes bastante lúcidas dos percalços do novo regime»⁵³. Mesmo antes da queda do império, Eduardo Prado antevia num artigo inscrito no número inaugural da *Revista*, sob a epígrafe *Destinos políticos do Brazil*, o que efectivamente se viria a desenrolar. E os grandes debates sobre o futuro político do Brasil resumia-os a duas interrogações essenciais: «[...] continuará a existir a monarquia? Continuará a existir o Brasil unido?»⁵⁴.

Com os acontecimentos políticos após o 15 de Novembro, Prado alimenta uma série de artigos de implacável violência contra o regime nascente no Brasil, levando Fidelino de Figueiredo a comentar: «[Eduardo Prado] encontrou echo nos meios intelectuais, ainda então, pouco atacados do mal do formalismo político, e achou facilmente razão nos erros e incertezas, nas inexperiências e ridiculezas dum regimen nascente»⁵⁵.

Além disso, as crónicas de Prado sobre o Brasil republicano acabam por causar algum embaraço ao próprio Eça quando vê alguns dos colaboradores da *Revista*, tal o caso de Teófilo Braga, mais sensíveis às críticas à República, ameaçarem suspender a sua colaboração. Dos que dedicaram a sua atenção às questões brasileiras, atente-se no artigo de Ramalho Ortigão que, inclusive, lhe valeu no Brasil apupos de «asno» e «poseur», artigo que

⁵³ SÁFADY, Naief – Eduardo Prado. In COELHO, Jacinto do Prado – *Dicionário de Literatura*. 4ª ed. Porto: Figueirinhas, 1990, vol. III, p. 866.

⁵⁴ PRADO, Eduardo – *Destinos políticos do Brazil*. In *Revista de Portugal*. Lisboa: Lagan & Genelioux, 1889, vol. I, p. 467.

⁵⁵ FIGUEIREDO, Fidelino de – Um século de relações luso-brasileiras (1825-1925). *Revista de História*. Lisboa. 14: 53-56 (1925) 171.

versa algumas das grandes problemáticas da sociedade brasileira de então, isto para nos explicar criticamente o movimento militar de 15 de Novembro de 1889.

Esta campanha de hostilidade à República Brasileira, urdida por alguns colaboradores da *Revista de Portugal*, vai cessar com o primeiro Governo eleito da República e o renascimento internacional do Brasil como República constituída.

3.2. José Pereira de Sampaio (Bruno) e *O Brazil Mental*

O publicista e polígrafo portuense José Pereira de Sampaio (Bruno), alto vulto da cultura lusíada na viragem do século XIX para o século XX, a quem cabe acção marcante da república, visível na doutrinação da revolta do 31 de Janeiro de 1891, assinala de forma clara a crítica política ao Brasil República onde o positivismo era dominante: «[...] uma corrente mental se concretizou em instituições políticas; e o republicanismo fluminense é a simples aplicação do positivismo parisiense»⁵⁶.

Ora, pouco tempo volvido sobre a revolução republicana brasileira, Bruno vem a lume, em *A Republica* e *A Republica Portuguesa*, com uma série de artigos dedicados aos acontecimentos brasileiros.

Partindo da crítica à incipiente política externa portuguesa, Sampaio Bruno considera a queda do Império Brasileiro mais um forte contributo para o progressivo isolamento internacional de Portugal⁵⁷. Porém, aponta uma solução: «se [...] Portugal fosse Republica, é claro que a Hespanha seguiria o seu exemplo a curto trecho. E ahí temos o primeiro aliado. O segundo aliado seria a França. E um terceiro [...] os Estados Unidos. Sem fallar já na immediata reconquista dos recursos perdidos do Brazil»⁵⁸.

⁵⁶ BRUNO – *O Brazil Mental*. Porto: Livraria Chardron, 1898.

⁵⁷ BRUNO, Sampaio – Portugal isolado por ser Monarchia. Com allianças se fosse Republica. *A Republica Portuguesa*. Porto. 1: 7 (7 Set. 1890) 1.

⁵⁸ BRUNO – Dialéctica. *A Voz Publica*. Porto. 7: 1841 (27 Jun. 1896) 1.

Associando a república ao «amor patriótico», para Bruno o advento daquela no Brasil não era sinal de decrepitude do Império, porque este não tinha «traído a pátria; não arrastara a bandeira nacional; não abdicara perante o estrangeiro, antes com ele frequentes vezes se batera»⁵⁹. Este temário é igualmente aproveitado por Bruno como lastro para fazer assentar a sua ideia de república em esteios fundamentais como os valores da «Justiça, Liberdade e Paz».

Ainda no rescaldo dos acontecimentos brasileiros, ao reflectir sobre figuras marcantes da nova República, Bruno elogia nomes como Alencar Araripe ou Assis Brasil. São destes e de outros nomes que Bruno vai partir em *O Brazil Mental* para analisar a fonte de todos eles, o sistema positivista de Augusto Comte⁶⁰ e, assim, mostrar o equívoco em que o Brasil teria incorrido ao subordinar-se à cultura francesa ou até à cultura alemã, «em vez de manifestar independência de pensamento e exprimi-la em amigável diálogo filosófico de alguém-e-além Atlântico»⁶¹.

Com *O Brazil Mental* a «ordem positiva» de Bruno já não se ajusta à sua versão de «Progresso», aos seus ideais de «Liberdade e Paz»⁶². Embora se considerem estas reacções anti-positivistas de algum modo «anti-Teófilo Braga», com *O Brazil Mental* Bruno pretendia contribuir para a aproximação e mútuo conhecimento luso-brasileiro, tanto mais que, mergulhado na crise finissecular, Portugal «carecia da solidariedade do país irmão».

Por fim, o Brasil com a «combatividade» que implantou a república devia, ironiza Bruno, «servir de exemplo à sufficiência infundada dos que, finando-se de susto, teem o topete de chamar bananas aos brasileiros, por sua suposta molleza». Com os factos a provar o contrário, confessa: «[...] os

⁵⁹ BRUNO, Sampaio – Depois da festa. *A Republica Portuguesa*. Porto. 1: 78 (17 Nov. 1890) 1.

⁶⁰ Cf. MORUJÃO, Alexandre Fradique – O itinerário filosófico de Sampaio Bruno. *Revista Portuguesa de Filosofia*. Braga. 54: 3-4 (1987) 231.

⁶¹ RIBEIRO, Álvaro – *Os positivistas. Subsídios para a História da Filosofia em Portugal*. Lisboa: Liv. Popular de Francisco Franco, 1951, p. 146.

⁶² Cf. VARELA, Maria Helena – «Sofia» e «Professia» na filosofia da História de Sampaio Bruno. Porto: B.P.M.P., 1990, p. 84.

bananas somos nós, abundosos de arremetidas e feros, mas cuja leiva ainda não conseguiu parir um marechal Deodoro e um almirante Vandenkolk. Por isso calocio. Prudentemente»⁶³.

Longe de ser um «livro de circunstância», *O Brazil Mental* «é directa e expressamente um programa de acção»⁶⁴. Deste modo, percorrendo do Brasil um país novo, Bruno termina com um apelo combativo: «[...] mais que um direito, era um dever»⁶⁵.

3.3. Os meios católicos e a revolução: o exemplo de *A Palavra*

Acolhendo a notícia da implantação do regime republicano no Brasil com grande reserva, *A Palavra*, órgão dos católicos constitucionais do Porto, considerava a revolução brasileira uma «tolice»⁶⁶. Aliás, ao longo dos meses subseqüentes à viragem de regime político no Brasil, subsume-se naquele título a questão do anticlericalismo republicano brasileiro⁶⁷.

Embora considerado um periódico politicamente neutro no domínio dos princípios, teria de o ser também com a república. Era, pois, seu entendimento que a Igreja não devia afrontar qualquer que fosse a forma de Governo, antes coexistir pacificamente com todos os sistemas políticos⁶⁸, isto apesar de relevar o facto desse programa não poder hostilizá-la nos seus fundamentos essenciais, ou seja, os da Moral e da Religião.

Já o claro repúdio de *A Palavra* pela revolução republicana brasileira significa, por sua vez, uma adesão da orbe católica ao regime constitucio-

⁶³ BRUNO – *Ob. cit.*, p. 467.

⁶⁴ SOVERAL, E. Abranches – Introdução ao pensamento de Sampaio Bruno. *Revista Portuguesa de Filosofia*. Braga. 42: 3-4 (1986) 415.

⁶⁵ BRUNO – *Ob. cit.*, p. 470.

⁶⁶ Correio de Lisboa. *A Palavra*. Porto. 8: 1333 (19 Nov. 1889) 3.

⁶⁷ Protesto do episcopado brasileiro. *A Palavra*. Porto. 19: 68 (31 Ag. 1890) 1; O Episcopado Brasileiro ao Congresso Nacional. *A Palavra*. Porto. 19: 162 (21 Dez. 1890) 1; A maçonaria e a republica. *A Palavra*. Porto, 19: 126 (8 Nov. 1890) 1.

⁶⁸ Cf. POLICARPO, João Francisco de Almeida – *O pensamento social do Grupo católico de «A Palavra» (1872- -1913)*. Lisboa, INIC, 1992.

nal português, ou de outro modo, a rejeição da tese da substituição de regime, facto que, todavia, não corresponde à aceitação das políticas e dos métodos seguidos na governação⁶⁹. Demais, no ensejo, *A Palavra* aproveitou para firmar o exercício por parte da Igreja de direitos consignados à sociedade civil, tal o caso da liberdade de associação, expressão e de informação sob o signo de uma interpretação cristã das «liberdades modernas»⁷⁰.

4. O poder e as instituições face à República Brasileira

4.1. O Parlamento

Quando a revolução republicana eclodiu no Brasil, as cortes portuguesas encontravam-se encerradas desde 10 de Julho de 1889, voltando a reunir somente a 2 de Janeiro do ano seguinte. Todavia, nos primeiros meses da legislatura aí iniciada, verificou-se algum silêncio em torno dos acontecimentos brasileiros. Já só no segundo semestre de 1890 se verifica o predomínio de três grandes segmentos de temáticas dedicadas ao Brasil pela Câmara dos Deputados, a saber: o exílio da família imperial brasileira; as consequências do decreto brasileiro da Grande Naturalização; o reconhecimento da nova República. Além destes temários, a Câmara dos Pares acrescenta o das relações comerciais de Portugal com o Brasil Republica.

Com a revolução republicana brasileira e a consequente mudança de regime político, transparece, quer nos discursos da coroa, quer no dos parlamentares ou membros do Governo, uma nítida consciência da fragilidade da posição portuguesa no Brasil, país que tinha assumindo importância

⁶⁹ Esta atitude surge na sequência da recepção da política do *ralliement* leonino em Portugal e do fim do «contencioso» com os governos liberais. Sobre o assunto, veja-se: GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro – *Católicos e Política (1870-1910): o pensamento e a acção do conde de Samodães*. Maia: ISMAI, 2004, p. 248 e segs.

⁷⁰ Cf. A republica brasileira. *A Palavra*. Porto. 19.149 (5 Dez. 1890) 1; O Catholicismo no Brazil. *A Palavra*. Porto. 19: 102 (10 Out. 1890) 1.

nodal para a nossa economia ao longo da segunda metade do século XIX. Além disso, os debates parlamentares em torno das questões relativas ao Brasil são também uma demonstração do mútuo desprestígio dos partidos políticos da monarquia constitucional portuguesa, bem como reveladores de um claro «divórcio» face aos imperativos do Estado.

4.2. Revolução e diplomacia

O primeiro gesto da diplomacia portuguesa quando rebentou a revolução no Brasil está ligado à autorização de acolhimento entre nós do imperador D. Pedro II e de sua família⁷¹. Em simultâneo, com significado político ou não, Gustavo Nogueira Soares, a exercer funções de ministro Plenipotenciário de Portugal no Rio de Janeiro, retirou-se dois dias volvidos sobre a revolução, deixando a Legação nas mãos de um Encarregado de Negócios.

Entretanto, o problema do reconhecimento da nova República foi largamente debatido na imprensa portuguesa de então, com mais intensidade nos títulos republicanos após o *ultimatum* britânico de 12 de Janeiro de 1890. A este propósito, o historiador brasileiro Rocha Pombo, que era republicano, considera o Partido Republicano Português responsável pela forte pressão na opinião pública com o objectivo de apressar o reconhecimento do novo regime brasileiro⁷².

Pese embora os esforços desenvolvidos pelo ministério de Hintze Ribeiro para o restabelecimento das relações oficiais entre os dois Governos, Portugal só reconhece oficialmente a República Brasileira após serem

⁷¹ Cf. A.H.M.N.E. – *Arquivo da Legação de Portugal no Rio de Janeiro*. Ano de 1889. Correspondência do Governo Português. Telegrama de Barros Gomes ao ministro Plenipotenciário de Portugal no Rio de Janeiro, de 16 de Novembro de 1889, autorizando em nome do Rei a vinda da família imperial brasileira.

⁷² Cf. POMBO, Rocha – *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguiar Editor, [s.d.], vol. X, p. 322.

conhecidos os resultados das eleições brasileiras de 15 de Setembro de 1890⁷³.

Ainda no quadro das conturbadas relações com o Brasil, a reflectirem um acelerado processo de deterioração, atente-se na lei brasileira da Grande Naturalização, diploma altamente inibidor dos interesses portugueses no Brasil⁷⁴, no fracasso do Tratado de Comércio e Navegação assinado no Rio de Janeiro em 1892, embora nunca ratificado pelo Governo da República⁷⁵, e no corte de relações diplomáticas entre Portugal e o Brasil, na sequência das interferências portuguesas na revolta da Armada Brasileira de 1893. Aliás, as relações diplomáticas entre os dois países só foram reatadas em 1895, altura em que se encetou um processo de tímida aproximação luso-brasileira⁷⁶.

Concluindo

A implantação da república no Brasil e a difícil situação politico-económica com que então este se viu confrontado revelou-se um fenómeno com múltiplas ressonâncias em Portugal.

Com efeito, no plano económico relevam-se alguns indicadores a ressentirem entre nós a viragem política do Brasil. Neste sentido, a quebra do curso da moeda brasileira sobre Londres e, por arrastamento, o da portu-

⁷³ A.H.M.N.E. – *Arquivo da Legação de Portugal no Rio de Janeiro*. Ano de 1890. Telegrama de Hintze Ribeiro a Garcia da Rosa, de 19 de Setembro de 1890.

⁷⁴ Cf. GONÇALVES, Eduardo Cordeiro – O decreto brasileiro da Grande Naturalização: uma lei inibidora dos interesses portugueses no Brasil. *Encontros*. Porto. 1: 1 (Abr.-Set. 1995) 75-88.

⁷⁵ Sobre o assunto veja-se o acervo documental citado por: GONÇALVES, Eduardo Cordeiro – *Ressonâncias [...]*. p. 38-46.

⁷⁶ «[...] excepção da arbitragem na pendência anglo-brasileira sobre a ilha Trindade, da projectada viagem do rei D. Carlos ao Brasil, malograda por um crime nefando, e os recentes actos políticos da viagem aérea, da visita presidencial ao Rio de Janeiro e da nossa megalomânica representação no centenário da independência brasileira, pouco temos feito para conservar a excepcionalíssima posição que tínhamos no coração do Brasil». DIAS, Carlos Malheiro – Relações Luso-Brasileiras. *Lusitânia: Revista de Estudos Portugueses*. Lisboa. 1:2 (Març. 1924) 196.

guesa sobre a mesma praça, é forte responsável pela drástica redução das remessas dos emigrantes após 1890. A diminuição dos fluxos das transferências privadas de capitais vem, pois, periclitando o papel que desempenhavam no equilíbrio do deficit normal da Balança Comercial. Em consequência, a Balança de Pagamentos após 1891, ao confrontar-se com a exportação maciça de ouro, regista uma súbita alteração do seu saldo e confirma a elevada escassez de liquidez internacional da economia portuguesa. Assim, apesar da crise que assoberbou Portugal, em 1891-1892, se inserir num contexto internacional de crise, o Brasil saído da revolução republicana teve um carácter cumulativo e funcionou como poderoso catalisador do descalabro financeiro português.

Já no plano das relações comerciais entre os dois países os efeitos da revolução não se ressentiram tão violentamente. A própria evolução das razões de troca das importações e exportações apenas denota deterioração lenta. Como a imprensa portuguesa propalava frequentemente, em matéria de relações comerciais «tanto dá que seja Império como República». De resto, prova-o a vontade unânime da celebração de um Tratado de Comércio com o Brasil, mau grado a relutância da nova República sul americana à prossecução de tal política aduaneira.

Da opinião pública portuguesa face ao Brasil República, a partir dos vários alinhamentos políticos da imprensa diária portuense, ressalta o confronto entre dois tipos de posições que, a partir de determinada altura, se tornaram irreduzíveis: o desejo, por parte dos republicanos, de emancipação e sucesso do novo regime político brasileiro, afrontado às críticas sobre a forma e momento em que foi implantada a República e consequente deposição do imperador. Tal viragem é tida pelos monárquicos portugueses como uma autêntica «inversão histórica» do Brasil. Deste antagonismo salienta-se ainda o desassombro demonstrado pelos republicanos, reflectindo já um fervoroso empenho na propaganda que soava como «solução da pátria moribunda». Aqui, são frequentes as acusações à família política monárquica da vontade sebastianista do regresso à situação anterior ao 15 de Novembro de 1889. Não ficou demonstrado que estes efectivamente o desejassem.

Se o advento da República Brasileira fermentou o gérmen da suspicácia em certos meios culturais portugueses, a sondagem feita ao mundo das relações diplomáticas entre os dois países fez-nos constatar um «acordar» repentino de Portugal, que levou, como o nota e bem Fidelino de Figueiredo, a um «delírio de intercâmbio» e à vontade, quase à viva força, de uma aproximação ao Brasil. Do lado brasileiro passou-se justamente o contrário: ao exacerbar do nativismo lusófono, com tudo o que continha de injusto, adveio uma política que acentuou o eixo Brasil-Estados Unidos da América em detrimento do europeu.

Com a guerra civil que envolveu o Brasil entre 1893-1894, as relações político-diplomáticas com Portugal vão acentuar um processo larvar conducente à ruptura diplomática. Com efeitos altamente negativos para Portugal, a pendência diplomática com o Brasil foi geradora de exigências de todos os quadrantes da nação, para que o ministério de Hintze pusesse termo ao conflito. Neste contexto, a acção de Carlos Lobo de Ávila ou Pinto do Soveral na pasta dos Estrangeiros, em relação à Inglaterra, vem alterar a orientação prosseguida por Barros Gomes durante o ministério progressista de José Luciano de Castro. Portugal, a braços com grande instabilidade interna, ainda no rescaldo da grave crise económico-financeira, no plano externo expõe-se ao alcance da esfera de acção britânica. Demonstrando as suas limitações — recursos esgotados e sistema político inoperante —, com pouca capacidade de decisão, de que é exemplo flagrante a inépcia revelada pela diplomacia no caso dos asilados da revolta da Armada Brasileira, Portugal acaba por se socorrer da mediação inglesa para a resolução do conflito pendente com o Brasil.

Em suma, as repercussões da revolução republicana brasileira entre nós levaram-nos a contemplar os três elementos preponderantes da política portuguesa da década de 1890: a crise que se revelou em omnímodas formas; as tentativas de «Vida Nova»; e o permanente confronto diplomático que pode também ser ilustrado com as relações luso-brasileiras na conjuntura.

José Murilo de Carvalho

Universidade Federal do Rio de Janeiro

OS TRÊS POVOS DA REPÚBLICA¹

A primeira quinzena republicana, que vai de 1889 até a Revolta da Vacina em 1904, foi turbulenta. Houve assassinatos políticos, golpes de estado, revoltas populares, greves, rebeliões militares, guerras civis. Ausente da proclamação do novo regime, o povo esteve presente nesses anos iniciais. Mas as oligarquias conseguiram inventar e consolidar um sistema de poder capaz de gerenciar seus conflitos internos que deixava o povo de fora. Inaugurou-se um período de paz oligárquica, baseado em uma combinação de cooptação e repressão, interrompido apenas em 1922, quando se deu a primeira revolta tenentista. O propósito deste capítulo é examinar a posição do povo, em suas várias faces, durante esse apogeu do sistema oligárquico, quando a órbita da República mais se distanciou da democracia.

O povo no início da República

O movimento republicano posterior a 1870 foi integrado sobretudo por fazendeiros, profissionais liberais, jornalistas, professores, estudantes de cursos superiores e oficiais do Exército. Era uma combinação de proprie-

¹ Publicado originalmente em Maria Alice Resende de Carvalho, org. *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2002, 61-87.

tários rurais, predominantes no partido paulista, e representantes de setores médios urbanos, mais presentes no grupo do Rio de Janeiro. Povo mesmo, no sentido de trabalhadores rurais e urbanos, operários, artesãos, pequenos proprietários, funcionários públicos de nível inferior, empregados, não havia. A proclamação do novo regime foi feita pelos militares. A única manifestação popular no dia 15 de Novembro deveu-se ao renegado José do Patrocínio que proclamou a República na Câmara Municipal.

No entanto, os conflitos entre os novos donos do poder, que se seguiram à proclamação, permitiram alguma participação popular durante os primeiros 15 anos do novo regime. Houve choques entre civis e militares, entre militares da Marinha e do Exército, entre republicanos presidencialistas e parlamentaristas, entre brasileiros e portugueses, entre monarquistas e republicanos, entre jacobinos e liberais. Daí a seqüência de golpes, revoltas militares, guerras civis, greves, e assassinatos políticos que agitaram os anos seguintes à proclamação. Em meio a essa turbulência, às vezes graças a ela, setores populares invadiram a arena política, agindo com variados graus de autonomia. A capital federal foi um polo de agitação, sobretudo durante o período jacobino que durou até 1897. Envolveram-se nas turbulências operários, artesãos, soldados, marinheiros, pequenos proprietários e contingentes do imenso setor informal característico da cidade. Na Revolta Federalista, no Rio Grande do Sul, muitos combatentes vinham da peãozada das estâncias, assim como na Revolta da Armada esteve presente o proletariado naval. Canudos, naturalmente, foi movimento puramente popular.²

A agitação, que se espalhava pelos estados graças às incertezas do processo eleitoral, não convinha aos governantes civis. Era particularmente danosa para a negociação de empréstimos e pagamento da dívida externa,

² Sobre o envolvimento popular na capital federal, ver José Murilo de Carvalho, *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. Sobre o movimento jacobino, ver Suely R. R. de Queiroz, *Os radicais da República*, e Lincoln de Abreu Penna, *O progresso na ordem. O florianismo e a construção da República*.

de vez que destruía a confiança dos banqueiros internacionais. Daí o esforço de construir um sistema de poder que pudesse reconstituir a estabilidade conferida pelo Poder Moderador durante o Império. A solução foi dada por Campos Sales por meio do sistema que batizou de política dos estados, já suficientemente estudado.³ Sua receita foi resumida na conhecida frase: «È de lá [dos estados] que se governa a República, por cima das multidões que tumultuam, agitadas, nas ruas da capital da União».⁴ A consolidação do regime passava, assim, pelo alijamento da participação popular. Organizar um governo republicano viável significava afastar-se da democracia. Que lugar coube ao povo nesse fase oligárquica? Ele foi, de fato, alijado da vida política nacional?

O povo das estatísticas

Pode-se dizer que havia três povos, ou três caras do povo, na Primeira República. A primeira cara, a mais visível, era a do povo das estatísticas. Por isso entendo o povo revelado pelos números censitários, o povo civil, a população em todas as dimensões de sua existência. A segunda cara era a do povo que aparecia nos momentos legalmente determinados para a manifestação política, as eleições. A terceira era a do povo da rua, do povo ativo, que agia por conta própria, direta ou indiretamente motivado pela política.

Começo pelo povo das estatísticas. A tarefa é facilitada pela existência de dados razoavelmente confiáveis provindos do melhor censo feito até então, o de 1920. Há muito o país estava sem recenseamento e o mais confiável era ainda o de 1872, velho de cinco décadas. Foi com base nesse censo de 1872 que o biólogo Louis Couty tentou pela primeira vez, em

³ Ver Renato Lessa, *A invenção republicana. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*.

⁴ Campos Sales, *Da propaganda à presidência*, p. 252.

1881, quantificar o povo político do Brasil. Seus cálculos podem ser resumidos como indicado na tabela I.

134

Tabela I - O Povo do Brasil segundo Couty, 1881

População total	11.000.000
Índios e escravos	2.500.000
Agregados, caipiras, capangas, capoeiras, beberões	6.000.000
Comerciantes, funcionários, criados, artesãos	2.000.000
Proprietários de escravos	500.000

Fonte: Louis Couty, *A escravidão no Brasil*, p. 102.

Segundo o cientista francês, os números indicavam a ausência de massas organizadas, agrícolas ou industriais, e de eleitores capazes de impor ao governo direção definida. A conclusão que tirou foi: «o Brasil não tem povo», querendo dizer com isso que o país não tinha povo político, como as nações «civilizadas»⁵. A conclusão seguinte era que diante de tal ausência de povo político a presença do Poder Moderador se tornava útil e necessária para administrar os estados-maiores políticos em que se dividiam as classes dirigentes.

Em 1916, o deputado Gilberto Amado repetiu a análise de Couty, sem, no entanto, dar o devido crédito ao francês ou a Sílvio Romero, que já a retomara em 1906.⁶ Sem dispor de dados atualizados, afirmou que nada teria mudado na situação social do país desde os tempos do Império. Os 15 milhões de habitantes do interior, afirmou, eram gente pouco produtiva, entregue à própria miséria, sem saúde, sem hábitos de trabalho, dominada

⁵ Louis Couty, *A escravidão no Brasil*, p. 102. Em clamoroso erro, a tradutora do texto traduz «le Brésil n'a pas de peuple» por «o Brasil não é povoado».

⁶ Ao receber Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras em 1906, Sílvio Romero retomou o texto de Couty sobre a ausência de povo dizendo que ele deveria estar em todas as mãos e em todas as escolas. Ver Sílvio Romero, *O Brasil Social*, p. 18-20.

por superstições, inútil como força econômica. E concluiu, exatamente como Couty em 1884: «Povo, propriamente, não o temos».⁷ Em 1925, Gilberto Amado retomou o exercício, já então com a ajuda dos resultados do censo de 1920. Resumo seus novos cálculos na tabela II.

Tabela II - Povo do Brasil segundo Gilberto Amado, 1920

População total	30.635.605
Pessoas alfabetizadas	7.493.357
Homens alfabetizados	4.470.068
Adultos brasileiros alfabetizados	1.000.000

Como a Constituição republicana eliminara a exigência de renda para o exercício do voto mas mantivera a da alfabetização, introduzida em 1881, Gilberto Amado deu ênfase aos dados sobre educação, desprezando as outras características da população. Do milhão de adultos brasileiros alfabetizados, isto é, daqueles que, segundo a Constituição, estariam aptos a votar, deduziu ainda os semi-analfabetos, chegando à conclusão de que o número de pessoas capazes de «formar qualquer idéia, por elementar que seja, das coisas», não deveria passar de 500 mil.⁸ Sua conclusão final também não se afastava muito da de Couty: diante de tal ausência de capacidade cívica, ganhava importância o governo dos mais capazes.

Os cálculos de Gilberto Amado podem e devem ser aprofundados e corrigidos. A educação era fator importante, uma vez que era impedimento legal ao voto, mas outras características também pesavam na caracterização da política oligárquica. Além disso, não se pode admitir que um coronel deixasse de votar por ser analfabeto (muitos de fato o eram). A população do país segundo o censo de 1920 está na tabela III.

⁷ In Homero Senna, *Gilberto Amado e o Brasil*, p. 123-25.

⁸ Gilberto Amado, *Eleição e representação*, p. 48.

Tabela III - População do Brasil, por estados, 1920

Estados	População (1000)	Estados	População (1000)
<i>Alagoas</i>	978	Paraíba	965
Amazonas	363	Paraná	686
Bahia	3.334	Pernambuco	2.154
Ceará	1.319	Piauí	609
D. Federal	1.157	Rio de Janeiro	1.559
Espírito Santo	457	Rio Grande do Norte	537
Goiás	511	Rio Grande do Sul	2.182
Maranhão	874	Santa Catarina	668
Mato Grosso	246	São Paulo	4.592
Minas Gerais	5.888	<i>Sergipe</i>	477
Pará	983	Terras do Acre	92
		Brasil	30.635

Fonte: *Recenseamento de 1920*, vol. IV, 1ª parte, p. IX-X

Demograficamente, o Brasil na época era muito distinto do atual. Tinha população menor do que a do Estado de São Paulo hoje. O estado mais populoso, Minas Gerais, era menor do que o atual município do Rio de Janeiro. Algo que não mudou muito em relação aos dias de hoje é a desigualdade demográfica. Os cinco maiores estados, Minas, São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco, respondiam por 59% do total da população. Minas e São Paulo sozinhos representavam 34%. A dominação da política nacional pelos grandes estados, sobretudo por Minas e São Paulo, tinha assim sólida base demográfica, uma vez que era a demografia que determinava o tamanho das bancadas na Câmara dos Deputados.

Dado relevante para a análise política é o que indica a ocupação da população. As informações, ainda de acordo com censo de 1920, estão na tabela IV.

Tabela IV - População segundo a ocupação, 1920

Ocupação	População (%)
Agricultura, pecuária, extração	70,2
Indústria	12,9
Transporte	2,8
Comércio	5,4
Administração pública, civil e militar	2,1
Administração particular	1,1
Profissões liberais	1,8
Pessoas que vivem de rendas	0,4
Serviço doméstico	4,0
Total	100
	N = 9.191.044
Ocupação mal definida	416.568
Profissão não declarada e sem profissão	21.027.993
Total	30.635.605

Fonte: *Recenseamento de 1920*, vol. IV, 5ª parte, p. XX, e 7

Dos 30,6 milhões de habitantes, 9,1 tinham ocupação conhecida e definida. Desses, 6,4 milhões ocupavam-se da agricultura, pecuária ou extração de minerais, ou seja, 70,2% da população empregada. Era um país de grande predominância rural, mesmo em comparação com os vizinhos sul-americanos. Na mesma época, o Chile tinha 43% da população no setor primário, o Uruguai 42%, a Argentina 24%. Ampliando a comparação, os Estados Unidos tinham 31% e a Bélgica 16%.⁹ A predominância agrária era generalizada, só escapando o Distrito Federal, como se pode ver na tabela V.

⁹ Os dados para outros países são fornecidos pelo próprio censo, vol. IV, parte 5ª, p. XXX.

Tabela V - Ocupação na agricultura e indústria, estados selecionados, 1920

Estados	Ocupação ligada ao solo (%)	Ocupação ligada à indústria (%)
Distrito Federal	6	32
São Paulo	62	16
Minas Gerais	78	9
Pernambuco	74	11
Bahia	72	10
Rio Grande do Sul	65	13
Brasil	69	13

Fonte: *Recenseamento de 1920*, vol. IV, parte v, p. XX. O total nesta tabela é de 69% por não estar incluída a extração de minerais.

Até mesmo o estado mais desenvolvido, São Paulo, era ainda predominantemente agrícola, sem falar no fato de que sua riqueza, e em boa parte a do país, provinha da economia cafeeira. Entre os grandes estados, Minas Gerais salientava-se como o mais rural. Havia outra característica mais importante, do ponto de vista político, do que a ruralidade. Era a grande desigualdade na distribuição da propriedade da terra. Dos 6,4 milhões de pessoas ocupadas na agricultura, apenas 577 mil, ou seja, 9%, eram proprietárias. O número não excede de muito o que foi calculado por Couty para os proprietários de escravos em 1881. Tirados uns 70 mil administradores e arrendatários, os 91% restantes eram trabalhadores rurais. Separando-se administradores, capatazes e artesãos, isto é, carpinteiros, pedreiros, ferreiros, que tinham salários um pouco melhores, o resto, os trabalhadores agrícolas propriamente ditos, viviam em condições que não se afastavam muito das do tempo da escravidão. Se as diárias a seco (sem alimentação) de um ferreiro valia a partir de 5\$000 em Minas Gerais em 1924, as de um trabalhador agrícola tinham um piso de 2\$500, as de um retireiro (tirador de leite) de 1\$500. Em Pernambuco e Bahia, os salários eram ainda mais baixos. A diária do trabalhador agrícola era de 1\$500 no primeiro caso e de 1\$000 no segundo. Salários um pouco mais altos podiam ser encontrados apenas em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Aos baixos

salários deve-se acrescentar a precariedade das relações de trabalho. Contratos de trabalho só existiam para trabalhadores imigrantes protegidos por seus cônsules. Os acordos eram orais e o pagamento se fazia das maneiras mais diversas — em salário, em mercadoria, numa combinação dos dois (o que era mais comum), por empreitada, por tarefas, por meação, por terça. O pagamento em mercadoria era particularmente perverso. O trabalhador comprava no barracão do proprietário a preços altos e tinha o valor descontado no salário. Na pecuária nordestina, quase não circulava dinheiro: o vaqueiro recebia seu pagamento em crias do gado.¹⁰

Levando a análise um passo adiante, verifica-se que entre os poucos proprietários havia ainda grande desigualdade no tamanho dos estabelecimentos, como mostra a tabela VI.

Tabela VI - Distribuição da propriedade rural, 1920

Estabelecimentos	N.º	%	Área (hectares)	%
Até menos de 100ha	463.879	72	Até menos de 100ha	9
100 a menos de 1000ha	157.959	24	100 a menos de 1000ha	28
1000ha a mais	26.315	4	1000ha a mais	63

Fonte: IBGE, *Estatísticas Históricas do Brasil*, p. 318

Os números indicam que os 72% de estabelecimentos que possuíam menos de 100 hectares, que podemos classificar de pequenas propriedades, ocupavam 9% da área total. As propriedades médias (de 100 a menos de 1.000ha) tinham posição equilibrada. Respondiam por 24% dos estabelecimentos e 28% da área. Já as grandes, os latifúndios, representavam apenas 4% dos estabelecimentos, mas respondiam por 63% da área. Como havia mais estabelecimentos do que proprietários, de vez que alguns fazendeiros possuíam mais de uma fazenda, o número de grandes proprietários era ainda menor do que os 26.315 da tabela. Somando médios e grandes pro-

¹⁰ Ver Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio. *Salários ruraes. Inquérito [...] sobre as oscillações dos salários ruraes em todo o paiz, durante o quinquênio de 1922-1926*. E também do mesmo Ministério, *Salários dos trabalhadores ruraes no Brazil*.

prietários, os que realmente detinham o poder econômico, social e político nos municípios, temos cerca de 180 mil pessoas. Eram os coronéis da República, os que mandavam diretamente nos municípios e, indiretamente, nos estados e na União.¹¹

A população urbana, definida como a das cidades com 20 mil habitantes ou mais (74 ao todo), representava apenas 16,6% do total. Nos estados hoje identificados como o Nordeste, ela não passava de 10%. Os operários industriais não chegavam a 300 mil, quase um terço dos quais no setor têxtil, concentrados na capital federal e em São Paulo. O grupo em melhor condição de constituir a base para uma opinião pública independente era o dos profissionais liberais, categoria na qual o censo incluía professores, juristas, engenheiros, religiosos, médicos e parteiras. Ele não passava de 168 mil pessoas.

A dependência da maioria em relação aos senhores de terra era agravada pela baixíssima escolaridade, como mostra a tabela VII.

Tabela VII - Alfabetização, estados selecionados, 1920 (%)

Estados	(%)
Alagoas	14,8
Bahia	18,4
Distrito Federal	61,3
Minas Gerais	20,7
Pernambuco	17,8
Piauí	12,0
Rio de Janeiro	24,7
Rio Grande do Sul	38,8
São Paulo	29,8
Santa Catarina	29,5
Brasil	24,5

Fonte: *Recenseamento de 1920*, vol. IV, parte 4, p. X-XI

¹¹ Sobre o sistema coronelista, ver o clássico estudo de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto*. Ver também Eul-Soo Pang, *Coronelismo e oligarquias, 1889-1943*.

Fora o Distrito Federal, só o Rio Grande do Sul superava os 30% de alfabetizados. Os índices mais altos desse estado, assim como os de São Paulo e de Santa Catarina, devem-se sem dúvida à presença de imigrantes europeus e seus descendentes. A taxa de alfabetização dos estrangeiros era mais que o dobro da dos brasileiros (52% e 23%, respectivamente). Havia no país 1,6 milhão de estrangeiros, concentrados no Distrito Federal, em São Paulo e nos estados do sul. O estado de São Paulo, sozinho, abrigava 53% deles. A população da capital desse estado era composta de 35% de imigrantes. Nos outros estados, a herança da escravidão pesava com mais força. O analfabetismo era um dos aspectos mais terríveis dessa herança.

Nem mesmo as capitais dos estados apresentavam panorama encorajador, embora, naturalmente, tivessem menos analfabetos. A melhor situação era a do Distrito Federal, com 61,3% de alfabetizados, a pior era a de Teresina com apenas 16,5%. Na média, os alfabetizados representavam cerca da metade da população das capitais.

A situação calamitosa da educação popular no Brasil fica mais evidente quando comparada com a de outros países. Os dados são fornecidos pelo próprio censo de 1920. Na população de 7 anos ou mais, o Brasil tinha 31% de alfabetizados, a Argentina tinha 62%, exatamente o dobro. O fosso cresce ainda mais se compararmos o país com a França ou os Estados Unidos. Na primeira, a alfabetização da população de 10 anos ou mais era de 89%, nos Estados Unidos, de 94%. Até mesmo Portugal, cujo estilo de colonização foi responsável pela tradição brasileira de descaso pela educação popular, tinha na época o dobro de alfabetizados na população total (53%), quando comparado com a ex-colônia.

Considerando que a Constituição excluía analfabetos, estrangeiros e menores de 21 anos do direito do voto (não mencionava as mulheres, tradicionalmente excluídas), conclui-se que a própria carta republicana reduzia a cerca de 10% a população capaz de participar do governo do país, como se pode ver na tabela VIII.

Tabela VIII - População apta a votar, 1920

População	N.º
Total	30.635.605
Menos analfabetos, sobram	7.493.357
Menos as mulheres, sobram	4.470.068
Menos os estrangeiros, sobram	3.891.640
Menos os menores de 15 anos, sobram	3.218.243

142

A população apta a votar era menor do que a da tabela VIII, uma vez que o limite de idade era de 21 anos e não de 15. O censo não fornece dados de alfabetização para a população de 21 anos e mais. Mas é possível fazer uma aproximação. Havia 6,0 milhões de homens com 21 anos ou mais. A taxa de alfabetização para os homens de 15 anos ou mais era de 40%. Aplicando essa taxa para os 6 milhões, tem-se 2,4 milhões como um número aproximado dos brasileiros adultos alfabetizados autorizados a votar. O número é bem maior do que o encontrado por Gilberto Amado. Mas, dependendo de como se interpreta seu conceito de semi-analfabetismo, pode ser que o número final a que chegou não fosse muito fora de propósito.

O quadro social do país que acaba de ser mostrado não destoa, assim, muito daquele entrevisto por Couty e Gilberto Amado. Mas antes de tirar as conclusões dos dois autores sobre a impossibilidade de fazer funcionar um sistema representativo com esse material humano, cabe examinar melhor o comportamento político desse povo aparentemente tão pouco preparado para compor uma nação de cidadãos. A participação política por excelência num sistema representativo moderno se dá via envolvimento eleitoral. Cabe, então, examinar o povo das eleições.

O povo das eleições

Começo documentando o impacto da demografia na representação dos estados na Câmara Federal (tabela IX).

Tabela IX - Número de deputados por estado

Estados	Número de deputados	Estados	Número de deputados
<i>Alagoas</i>	6	Paraíba	5
Amazonas	4	Paraná	4
Bahia	22	Pernambuco	17
Ceará	10	Piauí	4
Distrito Federal	10	Rio de Janeiro	4
Espírito Santo	4	Rio Grande do Norte	16
Goiás	4	Rio Grande do Sul	17
Maranhão	7	Santa Catarina	4
Mato Grosso	4	São Paulo	22
Minas Gerais	37	<i>Sergipe</i>	4
Pará	7	Terras do Acre	—
		Brasil	212

Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Directoria do Serviço de Estatística. *Estatística eleitoral da República dos Estados Unidos do Brazil*, p. 3-241.

Embora sub-representados, os cinco maiores estados em população, Minas, São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco, respondiam por 54% dos deputados. Minas e São Paulo sozinhos, com 34% da população, detinham 28% da representação na Câmara. As grandes bancadas, disciplinadas pelos partidos republicanos estaduais, eram a base da política dos estados, uma vez que garantiam maioria de votos na Câmara aos Presidentes da República. Como dizia Gilberto Amado em 1931: «No regime em que vivemos, o Brasil não é um país, não é uma nação; o Brasil é apenas São Paulo, Minas; Rio Grande; seria Bahia e Pernambuco se nesses estados houvesse maior riqueza e intensidade».¹² Não por acaso, só havia eleição

¹² *Eleição e representação*, p. 175. Sobre a política dos grandes estados, ver os capítulos escritos por Joseph Love (Rio Grande do Sul), John Wirth (Minas Gerais) e Robert Levine (Pernambuco) in Boris Fausto, org., *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano. Tomo III, vol. 1. Ver ainda Simon Schwartzman, *São Paulo e o Estado nacional* e Marieta de Moraes Ferreira, org., *A República na velha província*.

competitiva quando um ou mais dos cinco grandes, podendo-se incluir na lista também o estado do Rio de Janeiro, entrava em dissidência.

Passo ao exame da participação eleitoral. A principal eleição nacional no sistema presidencial é a do próprio presidente da República. Os resultados estão na tabela x.

Tabela x - Eleições presidenciais, 1894-1930

Candidato vencedor	Número de votantes (mil)	% de votantes sobre a população	% dos votos do vencedor sobre total de votantes
Prudente de Moraes (1894)	345	2,2	84,3
Campos Sales (1898)	462	2,7	90,9
Rodrigues Alves (1902)	645	3,4	91,7
Afonso Pena (1906)	294	1,4	97,9
Hermes da Fonseca (1910)	698	3,0	57,9
Venceslau Brás (1914)	580	2,4	91,6
Rodrigues Alves (1918)	390	1,5	99,1
Epitácio Pessoa (1919)	403	1,5	71,0
Artur Bernardes (1922)	833	2,9	56,0
Washington Luís (1926)	702	2,3	98,0
Júlio Prestes (1930)	1.890	5,6	57,7

Fonte: Adaptado de Guerreiro Ramos, *A crise do poder no Brasil*, p. 32. Os dados de votantes para 1910 foram corrigidos de acordo com Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio, *Estatística eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil*, p. 244-245.

Duas coisas ficam muito claras. A primeira confirma a tese de que o povo das estatísticas demográficas está quase totalmente ausente das estatísticas eleitorais. Nem mesmo os 7,8% de adultos alfabetizados aos quais a Constituição dava o direito do voto dele se utilizavam. No período coberto por esta análise, a participação eleitoral girou entre 1,4% e 3,4% da população. Pior ainda, a maior participação se deu na primeira eleição, a

de Rodrigues Alves. Em números absolutos, cerca de 550 mil pessoas votaram em cada eleição, número muito próximo dos 500 mil de Couty e de Gilberto Amado. Somente na última eleição da Primeira República é que houve um aumento considerável do comparecimento às urnas, não chegando, no entanto, a 6% da população. Os números são escandalosos se lembrarmos que antes da introdução da eleição direta, em 1881, a participação eleitoral se elevava a 13% da população livre.

A ausência quase total de participação verificava-se na própria capital da República onde o índice de escolaridade era mais alto. Com cerca de 20% da população apta a votar, votou apenas 1,3% dela na eleição presidencial de 1894, 0,9% na de 1910, e 2,2% na de 1922. A participação eleitoral só começou a subir na década de 1920.¹³ Era generalizado o receio de sair às ruas em dias de eleição devido à violência dos capangas a serviço dos candidatos. Na capital, como no país, aplicava-se o que Lima Barreto disse dos políticos da República dos Bruzundangas: «tinham conseguido quase totalmente eliminar do aparelho eleitoral este elemento perturbador — o voto.»¹⁴

Pode-se argumentar que as estatísticas eleitorais não são confiáveis por causa da corrupção generalizada que caracterizava as eleições. De fato, havia fraude no alistamento de eleitores, fraude na votação, fraude na apuração dos votos, fraude no reconhecimento dos eleitos. Todas as fases do processo eleitoral eram controladas por pessoas ligadas às chefias locais que se conectavam, por sua vez, às chefias estaduais e essas à nacional. Havia eleições feitas exclusivamente pelos chefes que se utilizavam de outras pessoas apenas para variar a caligrafia. Eram as eleições ditas a bico de pena. Mas a fraude apenas afetava a representação, reduzindo sua autenticidade. Ela não reduzia o número de votantes, podia mesmo aumentá-lo. Fica, assim, a conclusão, contrária ao ditado bíblico, de que poucos eram

¹³ Ver José Murilo de Carvalho, *Os bestializados*, pp. 85-86, e Michael L. Conniff, *Urban politics in Brazil*, p. 73.

¹⁴ *Os Bruzundangas*, p. 113. O romance é de 1917.

os chamados a votar e menos ainda os que votavam. E o voto dos últimos era manipulado pelos chefes locais, estaduais e nacionais.

A baixa participação eleitoral fica melhor demonstrada na tabela XI.

146

Tabela XI - Eleitores e votantes na eleição presidencial de 1910, por estados

Estados	Eleitores como % da população	Votantes como % dos eleitores*	Votos apurados como % dos votantes	Votos apurados como % da população
Alagoas	2,7	60,5	89,0	1,5
Amazonas	3,5	44,7	97,8	1,6
Bahia	4,0	91,5	66,7	2,4
Ceará	4,3	67,5	95,3	2,8
Distrito Federal	2,7	34,4	52,1	0,5
Espírito Santo	5,7	59,1	80,4	2,8
Goiás	5,1	51,6	95,9	2,5
Maranhão	4,8	42,6	85,7	1,7
Mato Grosso	4,8	43,9	99,7	2,1
Minas Gerais	5,7	54,9	96,9	3,1
Pará	10,2	66,9	77,4	5,3
Paraíba	3,8	54,1	61,1	1,3
Paraná	6,9	48,1	99,4	3,4
Pernambuco	4,3	53,0	93,2	2,1
Piauí	5,0	70,7	79,3	2,8
Rio Grande do Norte	3,4	66,4	81,0	1,9
Rio Grande do Sul	7,4	57,3	99,9	4,3
Rio de Janeiro	6,3	68,5	77,4	3,4
Santa Catarina	5,9	56,2	98,4	3,2
São Paulo	4,5	67,7	99,9	3,1
Sergipe	3,0	51,2	94,7	1,4
Brasil	5,0	60,3	89,9	2,7

Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio, *Estatística eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil*, p. 244-245. * Dados recalculados.

Lembre-se, para começar, que a eleição presidencial de 1910 foi uma das poucas competitivas do período. Nela, Rui Barbosa disputou a presidência com o marechal Hermes da Fonseca. Os dois grandes estados, Minas Gerais e São Paulo, tinham-se desentendido. O candidato da oposição, Rui Barbosa, apoiado por São Paulo, levou a cabo a primeira campanha eleitoral dirigida à população. Apesar disso, como demonstra a tabela XI, além de ser muito baixo o número de eleitores em relação à população, o comparecimento eleitoral foi também muito pequeno. No Brasil como um todo, o índice de abstenção dos eleitores foi de 40%. Em quatro estados, a abstenção superou os 50%. Índice tão alto de não comparecimento, fora do período aqui estudado, só se verificou na eleição presidencial de 1955 (40%). Nas eleições presidenciais da atual República, a abstenção tem girado em torno de 15%.

Além da abstenção, havia ainda a presença dos votos nulos, que atingiam 10% dos votos dados. Levando-se em conta apenas os votos válidos, a participação eleitoral no país cai para 2,7% da população, nenhum estado superando os 4,3% do Rio Grande do Sul. A taxa de 10% era o dobro das que se verificaram no período de 1945 a 1964, maior também do que a de 1989, mas a metade da de 1994 (19%).¹⁵ É difícil interpretar o sentido, na época, dos votos não aproveitados. O aproveitamento ou não do voto dependia mais do apurador do que do votante. Alta porcentagem de votos válidos podia indicar apenas maior controle oligárquico do processo eleitoral. Inversamente, baixa porcentagem podia indicar maior competição. Quanto maior o controle da máquina, menor o número de votos nulos. Os casos do Rio Grande do Sul e de São Paulo são exemplares. O índice de validade é de quase 100%, altamente improvável. Só pode ser creditado ao forte controle exercido pelo PRR e PRP. Já a Bahia, marcada por intensas lutas internas, teve um dos mais altos índices de nulidade. Já dizia Fran-

¹⁵ A *Estatística eleitoral* fala em votos apurados (válidos) sem mencionar voto nulo e branco. Para as eleições posteriores a 1945, ver Wanderley Guilherme dos Santos, coord., *Que Brasil é esse?*, p. 144-148 e Jairo Marconi Nicolau, org., *Dados eleitorais do Brasil (1982-1996)*, p. 23-28.

cisco Belisário, referindo-se às eleições imperiais, que as eleições que apareciam nas atas como as mais regulares eram, na verdade, aquelas feitas a bico de pena, à revelia do votante.¹⁶

O caso do Distrito Federal é o mais escandaloso. Em 1910, os eleitores representavam apenas 2,7% da população. Votaram 34% dos eleitores. Dos votos dados, apenas 52% foram validados. Ao final, os votos válidos correspondiam a 0,5% da população. Como a capital era o município com a maior taxa de alfabetização (61%), é preciso concluir que não era apenas o grau de instrução que afetava a participação eleitoral. Nos estados, as oligarquias afastavam os votantes das urnas, pois não lhes interessava promover a disputa eleitoral. Eleições eram caras, exigiam arregimentação de eleitores e compra de votos. Maior competição significava mais eleitores e, portanto, mais gastos. Na capital da República, a abstenção não era produzida por oligarquias. Era devida ao puro medo. As eleições eram batalhas comandadas por capangas armados de facas e navalhas. Quem tinha juízo ficava em casa.

Como era de esperar, nas eleições legislativas a abstenção era ainda maior. Em 1912, quando se renovou a Câmara e um terço do Senado, o comparecimento foi de 52%, índice muito mais alto do que os que se verificaram depois de 1945. Os votos nulos para senadores foram quase 20%. Hoje, nulos e brancos para eleições legislativas podem chegar a 41%, como se deu na eleição de 1994. Novamente, o Rio Grande do Sul aparece como modelo de controle político, exibindo 100% de votos válidos.¹⁷

Voltando à tabela X, observa-se outra informação que tem a ver com a competição política. Vê-se que no período de 1904 a 1922 apenas duas eleições presidenciais podem ser classificadas de competitivas, a de 1910 ganha por Hermes da Fonseca contra Rui Barbosa, e a de 1922, ganha por Artur Bernardes contra Nilo Peçanha. Foram as únicas em que o vencedor teve menos de 70% dos votos. Na de 1919, Rui Barbosa apenas incomodou

¹⁶ Francisco Belisário Soares de Souza, *O sistema eleitoral no Império*, p. 33.

¹⁷ *Estatística Eleitoral*, p. 244-245.

Epitácio Pessoa. A última eleição da Primeira República foi a mais disputada, mas não se pode dizer que a competição cresceu depois de 1922, porque a de 1926 foi quase unânime. A baixa competição mostra a eficácia dos estados-maiores políticos em neutralizar as oposições. O fantasma da dissidência oligárquica estava sempre presente e era necessário um esforço constante de negociação, ameaças e, muitas vezes, de pura repressão, para preservar o arranjo criado por Campos Sales. Como mecanismo de arbitramento entre elites, a política dos estados era menos eficiente do que o Poder Moderador. De qualquer modo, a conclusão que se pode tirar dos dados apresentados era que o eleitorado, o povo das eleições, o povo político oficial, por si só, era incapaz de constituir qualquer ameaça ao sistema.

O povo da rua

Tanto o texto de Couty como o de Gilberto Amado concluíam que não havia povo político, que o povo civil não agia politicamente. Vimos que, de fato, o povo eleitoral era muito reduzido e, além disso, tinha seus votos torcidos pela manipulação dos resultados. Mas havia um terceiro povo, ou uma terceira cara do povo, que nem era a massa dos cidadãos, nem os rebanhos eleitorais. Havia um povo que se manifestava, em geral à margem dos mecanismos formais de participação, quando não contra o próprio sistema político. Esse povo tanto existia nas cidades como no campo. Chamo-o de povo da rua para indicar que ele saía do âmbito doméstico para o domínio público sem, no entanto, enquadrar-se nas regras dos palácios. Sua ação nem sempre tinha conseqüência imediata para o sistema político, mas no mínimo denunciava suas fissuras e limitações.

O fenômeno vinha dos tempos do Império. No agitadíssimo período regencial, conflitos entre grupos da elite abriram caminho para várias revoltas populares que sacudiram o país de norte a sul. No início do Segundo Reinado, esses grupos chegaram a um acordo político em torno

do Poder Moderador. Eles entenderam que esse Poder tinha condições de arbitrar seus conflitos, garantindo que nenhuma facção fosse excluída da posse do governo. Como consequência, terminou a agitação regencial. Mas as manifestações populares não desapareceram: elas mudaram de natureza. Sem os conflitos entre elites que lhes abrissem brechas políticas por onde se esgueirar, elas assumiram um caráter defensivo em relação a iniciativas do Estado. Populações rurais e urbanas revoltaram-se contra políticas do Estado central que, embora legais, entravam em conflito com seus valores, tradições e costumes. Elas se revoltaram contra o recenseamento, o registro civil, a introdução do sistema métrico, o recrutamento militar, o aumento de tarifas de transporte coletivo, a secularização dos cemitérios. Eram medidas de racionalização e secularização do Estado que freqüentemente conflitavam com estilos tradicionais de vida. Chamei os agentes dessas revoltas de cidadãos em negativo para indicar sua postura reativa diante da política.¹⁸

Algo semelhante se passou na República após a consolidação oligárquica. A política dos estados que cumpria o mesmo papel do Poder Moderador no que se referia ao arbitramento dos conflitos entre grupos da elite. Até a consolidação, verificou-se algo semelhante ao que se passara no período regencial, talvez com maior gravidade, uma vez que a guerra civil atingiu a capital do país. O período turbulento acabou na Revolta da Vacina, que combinava o estilo negativo do Segundo Reinado com nova modalidade de conflito, típica dos primeiros anos do novo regime. A revolta de 1904 foi um protesto da população pobre do Rio de Janeiro contra a ingerência do Estado, considerada ilegítima, em suas vidas. Mas teve como aliados intelectuais positivistas e alunos de escolas militares, os últimos ainda imbuídos de positivismo e florianismo, e inconformados com a consolidação do ajuste oligárquico.¹⁹

¹⁸ José Murilo de Carvalho, «Cidadania: tipos e percursos». *Estudos Históricos*, 9, 18 (1996), p. 337-359.

¹⁹ Sobre essa revolta, ver Nicolau Sevcenko, *A Revolta da Vacina* e José Murilo de Carvalho, *Os Bestializados*, cap. IV.

A partir de 1904, até 1922, as multidões agitadas da capital, que tanto incomodavam Campos Sales, apareceram na Revolta da Chibata de 1910 e nas grandes greves de 1917-1919, que também atingiram o estado e a cidade de São Paulo. A revolta de 1910 foi protagonizada pelo que se poderia chamar de proletariado naval, ainda submetido a práticas disciplinares da época da escravidão. Os marinheiros deixaram os governantes estupefatos com sua capacidade de manobrar as modernas belonaves recém-compradas e levaram o pânico à capital da República. Pego de surpresa, o governo anistiou de início os revoltosos, mas logo a seguir os perseguiu, prendeu e deportou.²⁰

As greves operárias constituíram ingrediente novo, gerado no bojo da abolição da escravidão e do aumento da imigração estrangeira. A população operária era pequena mas salientou-se pela agressividade, sobretudo na cidade de São Paulo e na capital federal. Pequeno e dividido em várias tendências, que iam do governismo ao reformismo e ao anarco-sindicalismo, o movimento operário teve que enfrentar ainda a falta de tradição de organização e a ação repressora dos governos e dos patrões para defender os interesses da classe. Seu ponto alto verificou-se nas greves de 1917-1919 em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em 1917 houve 45 greves na capital e 29 no interior do estado de São Paulo, salientando-se as dos operários têxteis.²¹ Calculou-se em 236 as greves havidas no estado de São Paulo e na capital federal entre 1917 e 1920, envolvendo em torno de 300 mil operários. Em 1917, houve greves gerais nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Na greve geral do Rio de Janeiro, envolveram-se cerca de 100 mil operários.²²

Apesar das divisões ideológicas, o movimento operário tentou organizar-se. Entre 1915 e 1929 foram criadas cerca de 70 associações operárias

²⁰ Sobre a revolta dos marinheiros, ver Edmar Morel, *A Revolta da Chibata*. Para uma visão diferente, ver Hélio Leôncio Martins, *A revolta dos marinheiros, 1910*.

²¹ Cálculos de Azis Simão, *Sindicato e Estado*, p.149-158.

²² Ver Boris Fausto, *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*, p. 134-191. Ver ainda Francisco Foot e Victor Leonardi, *História da indústria e do trabalho no Brasil*, cap. 17.

no estado de São Paulo. Elas vieram somar-se a outras 66 fundadas desde o início do século.²³ Em 1906, foi realizado o primeiro Congresso Operário Brasileiro, envolvendo associações de vários estados. O segundo Congresso aconteceu em 1913, o terceiro em 1920. Em 1908, foi criada a Confederação Operária Brasileira (COB), sob liderança anarco-sindicalista. Apoiados por imprensa agressiva, as associações operárias lutavam por maiores salários, melhores condições de trabalho, contra medidas repressoras como a Lei Adolfo Gordo de 1907 que previa a expulsão de «agitadores» estrangeiros, e por causas mais amplas como o pacifismo.

O efeito direto das lutas operárias no sistema político foi limitado. Em parte, isso se deveu ao fato de que o anarco-sindicalismo era infenso ao envolvimento político; concentrava-se na ação econômica contra os patrões. Consequentemente, era contra a organização de partidos políticos e a participação eleitoral.

As tentativas de formação de partidos operários, até 1922, em geral promovidas por setores de orientação socialista, não tiveram êxito. No Rio de Janeiro, algumas organizações se aproximaram da política, mas o fizeram dentro do que se chamou de sindicalismo amarelo, isto é, num espírito clientelista e não militante. O marechal Hermes da Fonseca, quando presidente da República, tentou cooptar o movimento patrocinando, em 1912, a organização de um Congresso Operário, ao qual aderiram algumas associações de trabalhadores, mas que foi rejeitado pela maioria.

Outra razão para o escasso impacto político do movimento operário provinha do próprio sistema oligárquico. Como se viu, eram nulas as possibilidades de influenciar a política via participação eleitoral. Nessas circunstâncias, os setores militantes do movimento operário podiam mesmo ser atraídos por tentações golpistas. Foi o que de fato se deu no Rio de Janeiro em 1918, quando organizações anarco-sindicalistas planejaram um assalto ao palácio do Catete, a ser realizado no âmbito de uma greve geral e para o qual se contava com o apoio de praças do Exército. O plano fugia

²³ Azis Simão, *Sindicato e Estado*, p. 202.

da tradição anarco-sindicalista. Sem dúvida, inspirou-se, sobretudo no que se refere ao tipo de aliança pretendido, na revolução bolchevista do ano anterior. A conspiração foi denunciada e abortada. Após 1922, o movimento operário entrou em descenso. Seu maior impacto foi indireto e retardado. Após 1930, a política social e trabalhista entrou na agenda dos governos para não mais sair.

Além da ação espetacular dar greves e revoltas, havia também atividade, embora menos organizada, em torno de problemas cotidianos. No dia-a-dia, a população da capital da República, e certamente também de outras cidades, interagia com autoridades, sobretudo policiais, para protestar e para reivindicar. Encontrava mesmo canais de se fazer ouvir, que não passavam nem pela representação, nem pela rebeldia. Surpreendentemente, muitas das queixas da população do Rio na época não diferem muito das de hoje. Giravam em torno da de segurança, da qualidade dos serviços públicos urbanos, das condições de vida.²⁴

O povo da rua nas cidades era de militares, operários, trabalhadores. No campo, era de beatos e bandidos. Mais controlada nas regiões da grande agricultura, a população rural conseguia às vezes se fazer ouvir onde predominava a pecuária ou a pequena produção de subsistência. Na tradição do Segundo Reinado e início da República, os sertanejos eram freqüentemente movido por mistura de motivação religiosa e política. Os dois exemplos mais importantes desse tipo de manifestação, no período, foram os movimentos do Contestado e do Juazeiro. O primeiro se deu no sul do país, em terras contestadas pelos estados do Paraná e Santa Catarina; o segundo nos sertões do Cariri, estado do Ceará.

O movimento do Contestado sobreviveu por mais tempo que o de Canudos, com o qual apresentava semelhanças, graças a sua mobilidade e ao fato de se ter localizado em região de florestas, favorável à defesa contra

²⁴ Ver Eduardo Silva, *As queixas do povo*, p. 146. O autor examina queixas publicadas em seção que a população levava ao *Jornal do Brasil*. As relações da população com a polícia foram estudadas por Marcos Luiz Bretas, *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*.

expedições militares. Fora iniciado pelas pregações do monge João Maria, ainda no Império. Proclamada a República, o sucessor de João Maria reagiu negativamente à nova ordem, que chamava de «lei da perversão», expressão que lembrava a «lei do cão», que era como o Conselheiro se referia ao novo regime. O movimento reativou-se em 1911, sob a liderança de um soldado desertor do Exército, que se fez chamar de José Maria, pretendendo-se irmão de João Maria. Fazendo uso de seus conhecimentos militares, José Maria deu organização ao movimento e tornou mais explícita a posição monarquista. Lançou um manifesto monarquista e nomeou imperador a um fazendeiro analfabeto. Foi combatido com violência, inclusive com uso de canhões. Protegidos pela floresta, os crentes resistiram até 1915, quando foram dispersados por tropas federais. Calculou-se o número de crentes entre 5 e 12 mil.²⁵

O movimento baseava-se em valores igualitários e num estilo comunitário de vida. Não havia dinheiro, nem comércio, tudo era repartido entre os «irmãos». Práticas religiosas ocupavam quase todo o tempo dos fiéis. O livro sagrado era *Carlos Magno e os 12 Pares de França*. Havia uma guarda de honra, chamada precisamente Os 12 Pares de França, composta de 24 pessoas, e não de 12, pois escapava aos crentes o sentido da palavra Par de França. Movimento profundamente religioso e utópico, negava radicalmente os piores traços do mundo rural da Primeira República, a desigualdade e a dependência da população não proprietária em relação aos donos de terra. Os crentes acreditavam que o monge retornaria para estabelecer o reino da felicidade, acabando também com a República, símbolo do mal.

Formado por população também sertaneja, mas de características distintas, foi o movimento criado pelo padre Cícero Romão Batista em Juazeiro, Ceará. Iniciado também no Império, atingiu o auge durante a Primeira República, tendo o *Padim Ciço* vivido até 1934. O pequeno arraial

²⁵ Ver Maria Isaura Pereira de Queiroz, *O messianismo no Brasil e no mundo*, p. 268-282, e também Douglas Teixeira Monteiro, *Os Errantes do novo século*.

de Juazeiro, que tinha umas seis casas quando Padre Cícero começou a pregar, atingira 40 mil por ocasião de sua morte. Padre Cícero procurou também formar uma comunidade dominada pela religião. Juazeiro tornou-se a Nova Jerusalém, a que não faltavam um Horto das Oliveiras e um Santo Sepulcro. Mas paravam aí as semelhanças com Canudos e Contestado. O Padre não desafiava abertamente a religião nem se opunha à República. Seu movimento não era messiânico, nem utópico, não representava alternativa radical às realidades do mundo rural da época. O Padre meteu-se em política, nos conflitos entre coronéis, foi prefeito, vice-governador do estado. A seu modo, foi ele próprio um coronel paternalista. Tratava os fiéis como crianças, aconselhava, castigava. Nada mais revelador da postura paternalista do que o uso da palmatória para castigar homens barbados que se comportavam mal.²⁶

Juazeiro não foi uma república radicalmente distinta da república oficial, como o foram Canudos e Contestado. Mas, a seu modo, atendeu a um exigência feita pelos críticos republicanos da República, como Oliveira Viana e Gilberto Amado: aproximar o real do legal. Em seu conhecimento profundo da alma sertaneja, em sua habilidade em utilizar valores tradicionais para introduzir elementos de modernidade, Padre Cícero criou uma república paternalista mais próxima da população do que a dos bacharéis e dos coronéis. Ele próprio estava próximo do povo, era respeitado e amado, o que não se podia dizer de nenhum presidente da República.

Houve outros movimentos messiânicos de menor expressão. Em Caldeirão, no mesmo Ceará, os seguidores de Cícero, beatos José Lourenço e Severino, criaram sua própria comunidade. Seus métodos eram distintos dos do Padim. Sua comunidade se aproximava mais do radicalismo do Contestado, sem dinheiro, sem propriedade particular. Acusada de práticas comunistas, a comunidade foi bombardeada e destruída no início da década de 30. Mais de 400 seguidores de Senhorinho, um seguidor de Severino, foram massacrados por forças militares.

²⁶ Ver Maria Isaura, *O messianismo*, p. 253-268, e Ralph della Cava, *Miracle at Joazeiro*.

Nem só de religião se alimentou a rebeldia sertaneja. Os cangaceiros, bandidos sociais, eram produto do mesmo mundo dos coronéis de que surgiram Canudos e Juazeiro. Reagiam à situação de desigualdade e arbítrio que predominava no sertão, mas utilizavam as mesmas táticas e métodos mundanos dos coronéis, sobretudo a violência. Também negociavam com os grandes proprietários e até mesmo com o governo, como quando aceitaram combater a Coluna Prestes. Eram, no entanto, uma forma de organização popular, dotada de força própria. Como tal, escapavam ao controle dos proprietários e incomodavam as autoridades. Não por acaso, seu maior inimigo eram as polícias estaduais, formadas embora por pessoas da mesma extração social.²⁷

Beatos e bandidos representavam formas de organização e protesto da população rural que se davam à margem do sistema político. Apresentavam modelos alternativos ao da república oficial, com maior ou menor grau de radicalismo. À exceção de Juazeiro, foram todos destruídos a ferro e fogo e não deixaram traços a não ser na memória popular. Canudos teve pelo menos a sorte de encontrar em Euclides da Cunha um intelectual da elite que o imortalizou.

Canhões e vacinas

O povo civil era mantido sob controle pela própria estrutura social do país. O povo das eleições era enquadrado nos mecanismos legais de cooperação e de manipulação, o povo da rua era quase sempre tratado a bala.

A violência foi particularmente intensa no combate aos movimentos messiânicos rurais. De Canudos ao beato Lourenço, os crentes foram combatidos por tropas do Exército e da polícia, com uso de artilharia pesada. No caso do Conselheiro, havia a desculpa da suposta ameaça ao novo

²⁷ Sobre as bases sociais do cangaço, ver Rui Facó, *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*.

regime. A desculpa não existia nos outros casos, embora os rebeldes do Contestado se dissessem monarquistas. No Caldeirão, o pretexto já era o comunismo. Padre Cícero livrou seu movimento da repressão inserindo-o no conflito entre grupos de elite, sempre resolvido com menor grau de violência. O cangaço também teve alguma sobrevida enquanto fez parte do jogo coronelista. Lampião correspondia-se e negociava com coronéis baianos. Foi a Revolução de 1930, em seu esforço de combater o coronelismo, que ditou seu fim violento nas mãos da polícia baiana.

A violência também predominou no combate ao povo da rua urbano, tanto o dos movimentos tradicionais, como a Revolta da Vacina, como o de movimentos modernos, como as greves operárias, como o da revolta dos marinheiros. A famosa expressão da época de que questão social era questão de polícia tinha um sentido preciso: era o delegado de polícia que tratava do assunto de greves. Era com ele que grevistas tinham que negociar ou lutar. Mas a violência era menor do que no campo. O cenário urbano, a maior visibilidade, inclusive internacional por causa dos imigrantes, garantiam ao movimento operário maior proteção. Nas cidades não se verificaram os massacres dos sertões. Em todos esses movimentos, no entanto, emergia um traço comum: a incapacidade do regime de incorporar o povo da rua, o povo politicamente ativo.

Não foi apenas com violência que o governo tratou com os três povos da República. A elite ilustrada que se formara no último quartel do século XIX era obcecada pela idéia de ciência, progresso, civilização, modernidade. Parte dela acreditava que o povo brasileiro, por sua composição racial e características culturais, era incapaz de seguir outros povos no caminho da modernidade. Euclides da Cunha, mesmo exaltando o sertanejo, continuava descrente de sua aptidão para o progresso, prevendo mesmo sua extinção.²⁸ Outra parte dessa elite era menos pessimista. Julgava que ação civilizatória do Estado poderia ainda recuperar a população brasileira

²⁸ Euclides da Cunha, *Os sertões*, p. XXIX.

para a civilização. Missionários do progresso, saídos das escolas técnicas (medicina, engenharia, militares) combateram o atraso nas cidades e no interior. Nas cidades, os representantes típicos de tais missões foram o médico Osvaldo Cruz e o engenheiro Pereira Passos que empreenderam o saneamento e a reforma urbana do Rio de Janeiro. O primeiro, em seu esforço de vacinar compulsoriamente a população contra a varíola, acabou provocando a revolta de 1904.²⁹

No interior, os mais conspícuos missionários da civilização foram os médicos sanitaristas Artur Neiva e Belisário Pena e o general Cândido Rondon. Neiva e Belisário percorreram em 1912 boa parte do norte e nordeste, verificando que o país era um vasto hospital. Belisário criou a seguir uma campanha nacional em favor do sanitarismo, identificando nas precárias condições de saúde da população o problema central do país. Encontrou em Monteiro Lobato um divulgador entusiasta de suas idéias. Antigo descrente da capacidade do matuto, do jeca, que considerava um parasita, um piolho da terra, inadaptável à civilização, o escritor paulista, influenciado pelos sanitaristas, passou a dizer que o jeca não era assim, estava assim. A ciência e a medicina o salvariam.³⁰

O general Rondon, positivista ortodoxo, foi o primeiro diretor do Serviço de Proteção aos Índios, criado em 1910. Percorreu o oeste abrindo estradas, estendendo linhas telegráficas, distribuindo ferramentas aos índios. Na mesma região, uma tentativa insana de domar a natureza pela técnica resultou em desastre total. A construção da estrada de ferro Madeira Mamoré, ligando Brasil e Bolívia, obra de empresários norte-americanos, empregou 30 mil operários, seis mil dos quais morreram na que foi depois chamada de Ferrovia do Diabo.³¹

²⁹ Ver Nilson do Rosário Costa, *Lutas urbanas e controle sanitário: origens das políticas de saúde no Brasil*, e Jaime Larry Benchimol, «Pereira Passos, um Haussmann tropical», dissertação de mestrado.

³⁰ Ver Belisário Pena, *O saneamento do Brasil*, e Monteiro Lobato, «Velha praga», in Urupês, p. 269-276 e «Jeca Tatu», in *Problema vital*, p. 329-340.

³¹ Sobre Rondon, ver Esther de Viveiros, *Rondon conta sua vida*. Sobre a Ferrovia do Diabo, ver Francisco Foot Hardman. *Trem fantasma. A modernidade na selva*.

Os métodos usados pelos missionários da civilização, e mesmo sua visão do povo, eram muito superiores aos dos que descrevem a população e dos que só podiam conceber a força como instrumento de combate ao que consideravam rebeldia e atraso. No entanto, os reformistas ilustrados também não primavam pelas convicções democráticas. O povo permanecia massa inerte, doente, analfabeta, que só poderia ser tratado de maneira paternalista, quando não autoritária e tecnocrática. Lobato, após sua conversão, pregou a entrega de todo o poder aos higienistas. Os missionários do progresso, ironicamente, se viam como salvadores do povo, do mesmo modo que os messias do sertão. Apenas não tinham o apoio popular e a capacidade de mobilização dos últimos.

Saída por cima

Em 1922, revolta de jovens oficiais da Escola Militar do realengo e do Forte de Copacabana, provocada por nova questão militar ligada à campanha presidencial, inaugurou o início da crise da república oligárquica. O elemento perturbador foi a força armada, que se mantivera silenciosa desde o governo do marechal Hermes da Fonseca. O próprio marechal se viu à frente da revolta. Outra revolta se seguiu em 1924, ainda isolada do elemento civil. Mas, em 1930, a aliança da dissidência oligárquica com os militares pôs fim ao regime.³²

Dois anos depois da primeira revolta, para celebrar o 35º aniversário do regime, Vicente Licínio Cardoso organizou uma coletânea de ensaios escritos por autores nascidos com a República.³³ O tom da maioria dos ensaios era de crítica e desilusão. O próprio organizador, republicano convicto, afirmava na conclusão do livro: «A grande e triste surpresa da nossa gera-

³² Sobre o papel dos militares, ver José Murilo de Carvalho, «As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador». In Boris Fausto, org. *História geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano. Tomo III, 2º vol., p. 181-234.

³³ Vicente Licínio Cardoso, org., *À margem da história da República*.

ção foi sentir que o Brasil retrogradou». E ainda: «Foi profunda a nossa desilusão, por certo. [...] Vemos a cada momento, em torno a nós, a negação — não só de tudo o que sonhamos, também de tudo o que pensamos».³⁴ Partilhavam do desencanto e das críticas alguns dos mais respeitados intelectuais da época incluídos na coletânea, Gilberto Amado, Pontes de Miranda, Tristão de Atháide, Oliveira Viana. Tema recorrente era o da ausência de povo político no Brasil. Não havia povo, não havia classes organizadas, não havia opinião pública, não havia partidos, não havia governo representativo, não havia república, não havia democracia. Tratava-se de um diagnóstico que lembrava claramente a influência de Alberto Torres, autor da admiração de todos os participantes da coletânea. Torres escreveu em 1914: «Este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos».³⁵ Oliveira Viana elaborava a análise comparando o Brasil com a Inglaterra. Lá a ação do governo era dirigida de fora para dentro, vinha da pressão de classes, grupos, clubes. Aqui, ao contrário, o governo do povo era apenas governo de clãs e *côteries* politicantes que controlavam os candidatos eleitos. Não havia organização social, opinião pública capaz de se impor ao governo. Nosso problema, diagnosticava, não estava em atacar os governos por não serem patrióticos. Nenhum governo é espontaneamente patriótico, «...o nosso grande problema político está em obrigar os governos a serem patrióticos.»³⁶

Não se pode dizer que as críticas desses autores estivessem equivocadas. Todos comparavam um regime republicano idealizado com a dura realidade e tiravam a conclusão inescapável da distância entre o Brasil real e o Brasil legal. No entanto, havia em todos eles uma incapacidade de ver o povo sob luz favorável, de perceber o lado positivo das ações do que chamei de povo da rua. Esse povo ativo ou era considerado fanático, ou

³⁴ *À margem da história da República*, p. 303, 304.

³⁵ Aberto Torres, *A organização nacional*, p. 297.

³⁶ Oliveira Vianna, «O idealismo da Constituição». In Cardoso, org., *À margem da história da República*, p. 135-138.

obscurantista, ou desordeiro. O povo civil era simplesmente ignorante, analfabeto, doente, um Jeca Tatu. O povo das eleições era massa passiva de manobra. Como conseqüência, não viam saída para a República que passasse pela interferência popular, que passasse pela democracia. Pontes de Miranda clamava por uma Segunda República via reforma constitucional.³⁷ Gilberto Amado pedia a formação de «elites ilustradas de diretores mentais».³⁸ Oliveira Viana queria nova mentalidade dos legisladores. Por trás de todas as saídas propostas, estava a indicação de Alberto Torres no sentido de que o Estado deveria retomar a tarefa de organizar a nação.

A Primeira República não conseguiu unificar seus três povos. Não pôde, ou não buscou, transformar em cidadão o jeca de Lobato, o sertanejo de Euclides, o beato do Contestado, o bandido social do cangaço, o operário anarquista das grandes cidades. Liberal pela Constituição, oligárquica pela prática, não foi fruto de opinião democrática nem dispôs de instrumentos para promover essa opinião.

Mas seria esse um epitáfio justo para o regime que foi atropelado pela revolta de 1930? Afinal, 1930 foi versão muito melhorada do golpe de 1889. Em vez de uma parada militar pelas ruas da capital, houve um movimento nacional surgido no bojo da reação a mais uma eleição fraudada. Havia militares de novo e havia oligarquias dissidentes, mas havia também simpatia generalizada entre intelectuais, entre setores médios urbanos e mesmo entre operários. Sobretudo, o movimento de 1930 distinguiu-se do de 1889 pelos resultados. Ele redefiniu de imediato a agenda política nacional, recolocou o Estado na liderança da nação, trouxe a questão social e sindical para o centro do palco, gerou movimentos de mobilização popular, provocou uma explosão de criatividade entre os pensadores da sociedade e da política. De onde teriam saído essas forças renovadoras? Qual foi o terreno em que germinaram? Teriam sido flores de pântano?

³⁷ Pontes de Miranda, «Preliminares para a revisão constitucional». In Cardoso, org., *À margem da história da República*, p. 143-177.

³⁸ Gilberto Amado, «As instituições políticas e o meio social no Brasil». In Cardoso, org., *À margem da história da República*, p. 66.

Pode-se sugerir que o fracasso do regime foi decretado pelos critérios que ele próprio estabeleceu ao se definir como república liberal e que, por mecanismos não vistos nem previstos, continuaram movendo-se para a frente as forças da sociedade. De alguma maneira, o reprimido movimento operário da velha república impactou sobre a decisão de criar um Ministério do Trabalho e sobre a legislação social, trabalhista e sindical; o rígido domínio oligárquico gestou em seu próprio ventre uma intelectualidade crítica e renovadora que contribuiu, por caminhos muitas vezes divergentes, para repensar e reorientar o país; o rebelde, indócil e marginalizado povo das ruas das maiores cidades se viu, pela primeira vez, interpelado pelos novos governantes; a descrença anterior no povo civil, baseada em suas características raciais, foi subvertida pela valorização da mestiçagem promovida pelo próprio governo; a crítica ao exagero federalista, já feita pelos intelectuais dos anos 20, ajudou a restaurar a capacidade do governo central de definir políticas nacionais.

É como se, entre nós, ocultados pela distância entre o legal e o real, funcionassem mecanismos insuspeitados de representação dos povos, em construção tortuosa e passiva, mais tortuosa que passiva, de uma outra república.³⁹

BIBLIOGRAFIA

- AMADO, Gilberto. «As instituições políticas e o meio social no Brasil». In Vicente Licínio Cardoso, org. *À margem da história da República*. Recife: FJN/Editora Massangana, 1990, p. 66.
- *Eleição e representação*. Rio de Janeiro: Sá Cavalcanti Editores, 3ª edição, 1969. 1ª ed. de 1931.
- BARRETO, Lima. *Os bruzundangas*. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. «Pereira Passos, um Haussmann tropical. As transformações urbanas na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX». Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1982.

³⁹ A idéia de revolução passiva, de origem gramsciana, foi aplicada ao Brasil por Luiz Werneck Vianna em *A Revolução passiva*. Iberismo e americanismo no Brasil. Essa obra me serviu de inspiração para a redação dos três últimos parágrafos.

- BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- CARDOSO, Vicente Licínio org. *À margem da história da República*. Recife: FJN/Editora Massangana, 1990. 1ª ed. de 1924.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- «Cidadania: tipos e percursos». *Estudos Históricos*.
- «As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador». In Boris Fausto, org. *História geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano. Tomo III, 2º vol., p. 181-234.
- CONNIFF, Michael L. *Urban politics in Brazil. The rise of populism, 1925-1945*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1981.
- COSTA, Nilson do Rosário. *Lutas urbanas e controle sanitário: origens das políticas de saúde no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- COUTY, Louis. *A escravidão no Brasil*. Trad. de Maria Helena Rouanet. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.
- DELLA CAVA, Ralph. *Miracle at Joazeiro*. New York: Columbia University Press, 1970.
- FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, 2ª ed.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1977.
- , org. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano. Tomo III, vols. 1 e 2. São Paulo: Difel, 1975, 1977.
- FERREIRA, Marieta de Moraes, org. *A República na velha província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.
- FOOT, Francisco e Victor Leonardi. *História da indústria e do trabalho no Brasil (da origem aos anos 20)*. São Paulo: Global Editora, 1982.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma. A modernidade na selva*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Forense, 1948.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.
- LOBATO, Monteiro. «Velha praga», in *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1959, p. 269-276
- «Jeca Tatu», in *Problema vital*. São Paulo: Brasiliense, 1959, p. 329-340.
- MIRANDA, Pontes de. «Preliminares para a revisão constitucional». In Vicente Licínio Cardoso, org. *À margem da história da República*. Recife: FJN/Editora Massangana, 1990, p. 143-177.
- NICOLAU, Jairo Marconi, org. *Dados eleitorais do Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Revam, 1998.
- IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988*. Rio de Janeiro: IBGE, 2ª edição, 1990.
- MARTINS, Hélio Leôncio. *A revolta dos marinheiros, 1910*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Nacional/Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1988.

- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. DIRECTORIA DO SERVIÇO DE ESTATÍSTICA. *Estatística eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1914.
- MINISTERIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1926.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. SERVIÇO DE INFORMAÇÕES. *Salário dos trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Salários rurais*. Inquérito organizado pelo Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas sobre as oscilações dos salários rurais em todo o país, durante o quinquênio de 1922-1926. Rio de Janeiro: Oficinas Typographicas do Serviço de Informações do Ministério da Agricultura., 1927.
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.
- MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, 3ª ed.
- PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias, 1889-1943*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- PENA, Belisário. *O saneamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1918.
- PENNA, Lincoln de Abreu. *O progresso na ordem*. O florianismo e a construção da República. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.
- QUEIROZ, Suely R.R. de. *Os radicais da República*. Jacobinismo: ideologia e ação, 1893-1897. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RAMOS, Guerreiro. *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- ROMERO, Sylvio. *O Brasil social*. (Vistas syntheticas obtidas pelos processos de Le Play). Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues & C., 1907.
- SALES, Campos. *Da propaganda à Presidência*. São Paulo: s/ed., 1908.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos, coord.. *Que Brasil é este?* Manual de indicadores políticos e sociais. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado nacional*. São Paulo: Difel, 1975.
- SENNA, Homero. *Gilberto Amado e o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. Mentis insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado. Suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: Dominus, 1966.
- SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOUZA, Francisco Belisário Soares de. *O sistema eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal, 1979.
- TORRES, Alberto. *A organização nacional*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933. 1ª ed. de 1914.
- VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva*. Iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan. 1997.
- VIANNA, Oliveira. «O idealismo da Constituição». In Vicente Licínio Cardoso, org., *À margem da história da República*. Recife: FJN/Editora Massangana, 1990, p. 121-141.
- VIVEIROS, Esther de. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: Liv. São José, 1958.

Vítor Neto

Faculdade de Letras e Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20)

IGREJA CATÓLICA E ANTICLERICALISMO (1858-1910)¹

Num quadro político caracterizado pela confessionalidade do Estado e pela estreita ligação entre o poder civil e a esfera eclesiástica o regime de monarquia constitucional caracterizou-se pelo afrontamento entre clericalismo e anticlericalismo. Umbilicalmente ligadas estas manifestações ideológicas são as duas faces da mesma moeda e só podem ser entendidas na sua relação dialéctica. O clericalismo pretendia subordinar a sociedade civil à sociedade eclesial (teocracia) recorrendo a armas espirituais para fins temporais e procurando impor-lhe os métodos da Igreja. Durante este período, era frequente os clérigos pretenderem recorrer ao poder político para o triunfo da religião sobre a consciência individual. O anticlericalismo fez seu o axioma do individualismo segundo o qual a religião era vista como assunto privado. Por outro lado, a adversidade anticongreganista confundia-se com os grandes princípios que fundamentavam o laicismo: liberdade de pensamento, separação do religioso do profano, independência do Estado perante a Igreja e recusa da ingerência da Santa Sé e do clero na sociedade. Como René Rémond mostrou, a ideologia anticlerical não é redutível à dimensão política, embora os combates por ela suscitados se tenham centrado em torno do Estado, já que era aí que se situava o

¹ Este artigo é, em grande medida, uma reprodução adaptada do capítulo I, parte II, da nossa dissertação de doutoramento intitulada *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, INCM, 1998.

lugar privilegiado do confronto entre clericais e anticlericais. No seu significado último, o anticlericalismo tem uma dimensão totalizadora já que vai da ordem social ao ensino, das ideias aos costumes e tem relações com a religião, a cultura e os poderes. Assim, sendo um objecto privilegiado da história política, o anticlericalismo não deixa de suscitar o interesse da história das ideias².

Após o triunfo da revolução liberal em 1834, a Igreja católica perdeu bastante influência na sociedade, embora a nova elite política assumisse o catolicismo e pretendesse fazer da instituição eclesiástica um braço do Estado. Até aos inícios da década de 50, Portugal viveu uma situação político-eclesiástica conturbada e só com a Regeneração (1851), o país encontrou condições políticas para a realização do progresso social. Anteriormente, o anticlericalismo português fora mais uma forma de expressão anticongreganista. Na verdade, as ordens religiosas masculinas tinham sido extintas em 1834, enquanto as congregações femininas ficaram numa situação material muito precária. De modo que, os avanços da secularização resultantes também de várias reformas dos governos liberais tinham contribuído para o esboçar de um novo consenso social em torno das ideias, dos valores e dos símbolos do liberalismo monárquico. Os liberais no poder eram deístas, assumiam o catolicismo, defendiam a religião de Estado, mas faziam do anticongreganismo uma das armas do seu combate ideológico. A intelectualidade combinava o liberalismo com a cultura romântica importada dos países do norte da Europa. Como se sabe, o escritor Almeida Garrett jamais abdicou do seu catolicismo, mas também nunca deixou de combater o clero ultramontano. Para ele tratava-se de adequar o catolicismo à ordem política liberal e de fazer da religião um elemento de consensualização social. Para isso, tornava-se necessário recuperar as

² Sobre o anticlericalismo veja-se, René Rémond, *L'Anticlericalisme en France de 1815 à nos jours*, Paris, Éditions Complexe, s. d.; Alec Mellor, *Histoire de L'Anticlericalisme Français*, Paris, Maison Mame, 1966 e Manuel Revuelta González, «La recuperación eclesiástica y el rechazo anticlerical en el cambio del siglo», Miscelania Comillas, *Revista de Teología y Ciencias Humanas*, vol. 49, Madrid, 1991, pp. 183-193.

virtualidades do cristianismo primitivo e colocá-las de acordo com os fundamentos teóricos do liberalismo³. Por seu lado, Alexandre Herculano era um «Velho Católico» que acreditava, sobretudo, no valor dos Evangelhos e que contestava as novas dogmatizações proclamadas pelo papa, Pio IX — Imaculada Conceição (1854) e infalibilidade pontifícia (1870) — e a tendência centralizadora da política romanista. No plano institucional, mostrava-se defensor da religião oficial e da teoria política regalista que fundamentava a supremacia do Estado sobre a Igreja⁴. Como ideólogo combateu o clero regular, embora fosse sensível à sua pobreza material, ousou sonhar com o padre ideal para o liberalismo e, como historiador, sujeito às regras da crítica documental, rejeitou o milagre de Ourique na sua interpretação das origens de Portugal. Daí a virulência da polémica com o clero secular, na década de 50 e o seu empenhamento no combate à presença, entre nós, das Irmãs da Caridade francesas em finais deste decénio. Nos opúsculos *Eu e o Clero*, *Considerações Pacíficas* e *Solemnia Verba* (1850) Herculano acusou a classe eclesiástica de ignorante e ultramontana. Por seu lado, os sacerdotes reaccionários utilizaram o púlpito para criticar o historiador. Perante isso, Herculano envolveu-se numa polémica, que durou uma década, com o jornal miguelista *A Nação* e com alguns padres e leigos.

De facto, a presença das ordens religiosas masculinas em Portugal era ilegal, enquanto as freiras estavam sujeitas a regras próprias. Na concepção dos nossos liberais, que dominavam o poder político, a educação e a assistência deveriam ser funções do Estado. Contudo, o movimento de secularização que se alargava, correlacionado com o processo de desenvolvimento urbano, começou a ser contrariado com a reintrodução discreta das ordens regulares por volta dos anos 60. Primeiro foram as religiosas

³ Joel Serrão, «O anticlericalismo na literatura portuguesa», *Portugueses Somos*, Lisboa, Livros Horizonte, s. d., p. 188.

⁴ Alexandre Herculano, «A supressão das Conferências do Casino 1871 a J. F.», *Opúsculos*, t. 1, org., introd. e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia, Editorial Presença, s. d., pp. 160-161.

francesas que, a pretexto de um surto de cólera morbo e de febre amarela, se instalaram em Lisboa e se dedicaram a funções assistenciais e ao ensino de crianças pobres, depois reintroduziram-se os Jesuítas e os Franciscanos abrindo caminho a uma penetração paulatina das restantes ordens religiosas, processo que só terminaria com a revolução de 5 de Outubro de 1910. A questão das Irmãs da Caridade emergiu no contexto dos avanços da secularização das consciências especialmente nos meios urbanos e deu expressão a um aceso debate, durante quatro anos (1858-1862), entre os adeptos de uma sociedade livre das imposições clericais e os defensores da restauração de um modelo social dominado pelo clericalismo. Mas, se a contradição fundamental se situava entre liberais e absolutistas, a elite parlamentar também foi atravessada por divisões político-partidárias. A discussão sobre o congreganismo apaixonou a opinião pública e agitou a sociedade em cidades onde a consciência política era mais elevada como sucedia em Lisboa. Os polemistas interrogavam-se então se as corporações religiosas eram compatíveis com o regime constitucional, se o ensino eclesiástico contrariava a unidade ideológica da nação e se a liberdade de cultos deveria substituir a religião oficial. A imprensa desenvolveu uma verdadeira «guerra» a propósito das corporações religiosas, a polémica instalou-se no Parlamento (Câmaras Baixa e Alta), enquanto o legado pombalino era retomado, assim, como a ideologia anticongreganista dos alvares do liberalismo. Os jornais clericais contestavam a prática regalista e defendiam a Igreja no seu conjunto. Por seu lado, as populações dos meios rurais, influenciadas pelo clero ultramontano e religiosamente tradicionalistas desejavam a presença das Irmãs de Caridade em Portugal. De facto, o imaginário popular das comunidades aldeãs do centro e norte do país caracterizava-se pelo domínio dos valores do catolicismo difundidos pelo aparelho eclesiástico de uma Igreja bastante enraizado a nível local.

Nesse ensejo, constituiu-se a Associação Promotora da educação do sexo feminino, realizaram-se dois comícios anticlericais no teatro D. Maria II, enquanto Alexandre Herculano redigiu um manifesto dirigido ao país no qual o historiador combatia o jesuitismo, o lazarismo, o ultramontanismo

e a centralização absolutista do papado. Os liberais receavam a influência da congregação junto da mulher, uma vez que esta, pelas suas características sociais e psicológicas, era mais permeável à mensagem do clero regular. Herculano defendia a formação de uma ampla frente social que lutasse pela preservação da secularização no ensino e na assistência pública evitando, assim, a «invasão» clerical. As ideias do Mestre de Vale de Lobos, que balizaram o debate, eram partilhadas por figuras liberais como as de Oliveira Marreca e Vicente Ferrer Neto Paiva, enquanto no Parlamento uma facção político-partidária também as apoiava. Na Câmara Baixa destacou-se José Estevão, um dos maiores oradores parlamentares liberais, que se revelou como um adversário irredutível da presença das Irmãs de Caridade (francesas, ou portuguesas). No Parlamento, Neto Paiva chamou a atenção dos seus pares para o clima de agitação social existente em Lisboa e nas províncias. À semelhança do seu amigo Herculano, julgava que as Irmãs de Caridade não poderiam permanecer em Portugal, porque se sujeitavam a um prelado maior estrangeiro, se regiam por princípios opostos ao sistema constitucional e por exercerem funções no ensino sem que para isso estivessem habilitadas. Se na discussão parlamentar, o professor da Universidade de Coimbra se revelou como o principal adversário das religiosas francesas, o representante dos legitimistas, Zeferino Pinto Coelho, perfilou-se como o seu defensor mais tenaz. Apesar de não haver substanciais diferenças de ponto de vista na abordagem da questão religiosa em Portugal, os partidos rotativistas — Regenerador e Histórico — revelaram algumas diferenças na análise da questão das Irmãs da Caridade. Aqueles eram mais moderados, enquanto estes assumiam posições mais radicais. Na capital, o combate anticongreganista foi conduzido pela Sociedade Patriótica a qual viria a realizar um *meeting*, em 2 de Dezembro de 1860 (o primeiro a ser realizado em Portugal), no Passeio Público, para protestar contra a presença das Irmãs francesas entre nós. Os governos, neste quadro de crise religiosa, publicaram legislação abundante. Contudo, como os diplomas não eram cumpridos, a situação arrastou-se durante quatro anos e só terminaria com a vinda de um barco francês a Lisboa com a missão de levar as religiosas ao seu país de origem (1862).

As ordens religiosas foram penetrando em Portugal a partir de 1858 e, uma vez estabelecidas, dedicavam-se ao ensino e à assistência. Os Jesuítas fundaram os seus colégios — Campolide e S. Fiel — por onde passaram centenas de alunos, e através do sermonário, da confissão auricular, da imprensa e dos «retiros espirituais» exerciam uma influência social considerável. Os «retiros» eram uma verdadeira arma psicológica exercida sobre alunos dos colégios, seminaristas, leigos, a mulher e as classes populares, uma vez que colocavam os grupos sociais, que neles participavam, na dependência ideológica da Companhia de Jesus. De uma maneira geral, as populações dos meios rurais — e, em especial, o sexo feminino — eram muito receptivas ao sermonário dos missionários que se infiltravam na vida das comunidades aldeãs e influenciavam o comportamento dos seus habitantes. Daí que, em certas localidades fossem muito mal recebidos pelo clero secular⁵. A ordem religiosa tinha uma vasta rede de estruturas organizativas laicas, ramificava-se por quase todo o país e tinha uma certa implantação popular, enquanto a congregação de S. Luís Gonzaga se ocupava dos alunos dos colégios e dos seminários⁶. O Apostolado da Oração, fundado em 1871, fomentava o culto do Coração de Jesus, devoção muito em voga na época, e combatia a franco-maçonaria⁷. A actividade desta organização estendia-se por quase todo o país. Em 1902, dispunha de 831 centros, 1015282 associados (incluindo crianças e adolescentes) e 19161 zeladores. Nas vésperas da revolução republicana os Jesuítas vangloriavam-se de a associação dispor de 1501 centros locais formados por 2014232 membros⁸. Através do Apostolado, a Companhia desenvolvia a sua luta ideológica contra o livre-pensamento, a maçonaria, o republicanismo e o

⁵ M. Borges Grainha, *O Portugal Jesuíta*, Lisboa, Typographia e Stereotypia Moderna, 1893.

⁶ Trindade Coelho, *Manual Político do Cidadão Português*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, Livraria Editora, 1906, pp. 317-318.

⁷ *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. XI, *Portugal da Monarquia para a República*, coord. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 481.

⁸ Eurico de Seabra, *A Igreja, as Congregações e a República. A Separação e as Suas Causas*, vol. II, Lisboa, Typographia Editora José Bastos, s. d., p. 648.

socialismo. A organização promovia actividades religiosas como confissões, comunhões de devoção, missas, ladainhas, cânticos, festas, etc, e, não só difundia a chamada «boa imprensa» entre os associados, como procurava expulsar a «má» dos lares⁹. Com o decorrer do tempo uma parte do clero paroquial acabou por se envolver nos centros os quais tinham uma fraca implantação no sul do país. De facto, na parte meridional havia uma resistência à propaganda jesuítica o que pode ser explicado pela indiferença religiosa das populações desta região. Nas dioceses do sul, as dádivas das populações para a associação eram quase nulas, o que comprova a menor adesão das comunidades às ideias divulgadas pelos Jesuítas no Ribatejo, Alentejo e Algarve. Os noviços eram recrutados nos colégios, na escola apostólica de Guimarães, durante as missões, ou por influência do clero secular junto de famílias devotas. A Companhia encontrava, assim, a sua fonte de reprodução social, especialmente, nos meios rurais mais atrasados e onde a religiosidade era maior¹⁰. Por outro lado, os Jesuítas mantinham relações estreitas com as Irmãs Doroteias, especialmente, em Castelo Branco e na Covilhã.

A reintrodução dos Franciscanos iniciou-se em 1861 por iniciativa de um pequeno número de egressos e, a partir de um núcleo já existente, a ordem reorganizou-se de tal forma que, em 1891, a província foi restaurada. Porém, tal como aconteceu com as outras ordens religiosas o reinício das actividades destes frades era uma ilegalidade. Daí a polémica no Parlamento a este propósito. Os Franciscanos tinham apoios nalguns membros da aristocracia, no cardeal-patriarca de Lisboa e na nunciatura. Desenvolviam a sua propaganda através do púlpito, do confessionário, das missões e do ensino. O seu progresso nas cidades apoiava-se numa base económica razoável — legados, esmolas, heranças, missas, etc. — daí que os seus rendimentos fossem apreciáveis. A ordem religiosa era a segunda em prestígio e influên-

⁹ Sobre a propaganda favorável à imprensa católica, leia-se, *Cruzada a favor da «Boa imprensa»*, Lisboa, Typographia da Casa Catholica, 1902.

¹⁰ Borges Grainha, *A Propósito do Caso das Trinas. Os Jesuítas e as Congregações Religiosas em Portugal nos Últimos Trinta Anos*, Porto, Typ. da Empresa Litterária e Typographica, 1891, p. 93.

cia, logo atrás dos Jesuítas os quais não viam com bons olhos esta concorrência. Os Franciscanos recorriam ao ensino, mas publicavam também a revista *Voz de Santo António* (a partir de 1895) e organizaram a Juventude Antoniana assim como a «obra de Santo António para os Pobres». Os seus membros tiveram um papel muito activo no movimento social católico, especialmente nos Congressos das Agremiações Populares Católicas realizados entre 1906 e 1910. Nesta fase, a revista *Voz de Santo António* destacou-se como um dos principais órgãos doutrinários do catolicismo social. A sua publicação entrou em conflito com a revista jesuítica *Novo Mensageiro do Sagrado Coração de Jesus* e a Santa Sé acabaria por intervir encerrando o órgão franciscano. O jornalista e director da imprensa católica Abúndio da Silva assumiu-se como um dos mais acérrimos defensores dos Franciscanos e, após a supressão do mensário de Braga, prosseguiu a luta contra os Jesuítas nas colunas do jornal *Correio do Norte*. No decurso do conflito com os padres da Companhia, os Franciscanos não mantiveram a sua unidade, pois, enquanto alguns se identificavam com as posições mais abertas do convento de Montariol (Braga), outros opunham-se-lhes e colocavam-se ao lado dos Jesuítas. Estes evitavam atacar a ordem de S. Francisco, limitando as suas críticas à *Voz de Santo António*¹¹.

O crescimento das ordens religiosas foi de tal modo significativo que, nas vésperas da República, existiam em Portugal 31 congregações ou associações religiosas distribuídas por 164 casas. Os regulares (dos dois sexos) eram algumas centenas e exerciam uma influência social considerável. Para além dos Jesuítas e dos Franciscanos também se introduziram no país Dominicanos, Padres do Espírito Santo, Lazaristas, Beneditinos, Redentoristas, Salesianos, Doroteias, Irmãs Franciscanas, Missionárias de Maria, Hospitaleiras, Salésias, Ursulinas, Damas do Sagrado Coração de Jesus, Irmãs da Caridade, etc. Antes da implantação da República, o papel das congregações era significativo na assistência e na educação do país. Con-

¹¹ António Montes, «A restauração da província franciscana de Portugal em 1891», *Archivio Ibero-Americano*, t. XIII, nº 165-168, 1982.

trolavam inúmeros hospitais, sanatórios, asilos, dispensários, orfanatos, internatos, recolhimentos e dirigiam inúmeras escolas dos ensinos primário e secundário¹². Os conventos restaurados localizavam-se, quase exclusivamente, no norte (com exceção de Trás-os-Montes) e no centro do país. A sul do Tejo, as ordens religiosas primavam por uma ausência quase total.

Perante os avanços do clericalismo sustentados pela Igreja católica, os anticlericais reagiram e desencadearam uma vasta «batalha» em torno da desclericalização da sociedade, da secularização e do laicismo. Porém, o anticlericalismo tinha as suas «nuances» e, por isso, convém distinguir as suas formas de expressão. A elite liberal que realizou as reformas eclesiásticas na fase inicial do liberalismo era, em geral, portadora de um sentimento e de uma ideologia anticlericais. Filosoficamente deístas, os liberais aceitavam, ao nível das crenças, os dogmas católicos. A elite liberal, que dominava o poder, defendia a religião de Estado e via no catolicismo um elemento de sociabilidade e de consenso em torno da monarquia constitucional. A crítica dos liberais dirigia-se ao clero e, em particular, às congregações religiosas. Tratava-se, por isso, de um anticongreganismo, mais do que um anticlericalismo. Os grupos sociais, que perfilhavam o liberalismo, eram adversários da permanência de estruturas de poder paralelas que obstaculassem o funcionamento e a reprodução do Estado-vanguarda. Por seu lado, os republicanos e os socialistas iam mais longe ao juntarem a crítica ao clero, a oposição à própria religião. Nesta linha, eram agnósticos, ou ateus e foi, a esta luz, que se envolveram no combate contra o clero. Daí que, nos finais do século XIX, esta corrente anticlerical se identificasse com o laicismo filosoficamente sustentado pelo positivismo e cientismo¹³. Esta nova visão do universo, hegemónica na segunda metade de oitocentos,

¹² *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol XI, *Portugal da Monarquia para a República*, coord. de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 484.

¹³ Sobre o laicismo leia-se, por exemplo, Fernando José Almeida Catroga, *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal 1865-1911*, vol. I, Coimbra, 1988, (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra) e *Idem*, «O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)», *Análise Social*, vol. XXXIV (100), 1988 (1º).

rompia com a visão católica do mundo e opunha-se também à filosofia neotomista retomada por Leão XIII. Daí que os principais intelectuais, que sustentaram uma concepção dessacralizada do universo, se tivessem batido contra a clericalização da sociedade e pela diminuição da influência social da Igreja católica.

A partir de 1860 liberais e republicanos recorreram à imprensa, à organização de comícios políticos e às intervenções no Parlamento para protestarem contra a reintrodução das ordens religiosas e para contestarem o crescimento da sua influência na sociedade e na cultura. O anticongreganismo e, em particular, o antijesuitismo constituíram a expressão de uma verdadeira «guerra de religião», que se manifestou durante toda a vigência da monarquia constitucional e que se revelou, sobretudo, em determinadas conjunturas. Herdando o legado antijesuítico pombalino, os anticlericais defenderam a escola secularizada e o hospital laicizado. Os liberais mais radicais apoiavam a prática regalista dos governos liberais, o regime concordatário e o modelo de sociedade criado na fase pós-revolucionária. E, se bem que não hostilizassem o clero secular, eram adversários das ordens religiosas e lutavam pela sua expulsão de Portugal. Os republicanos reivindicavam a neutralidade do Estado em matéria religiosa, o que significava separar a política da religião, defendiam a independência nacional, rejeitavam a supremacia de Roma, afirmavam a responsabilidade do poder político na educação e remetiam a religião para a esfera da vida privada. A partir dos inícios do século XX, intensificou-se a luta dos republicanos pela laicização do Estado e da cultura. Neste contexto defendiam a liberdade de consciência, incompatível com a existência de uma religião oficial, a abolição do juramento religioso, o registo civil obrigatório, a liberdade de associação e a separação da escola da Igreja. Por seu lado, os socialistas, defensores da reorganização democrática da sociedade, e os anarquistas exigiam também a neutralidade do Estado em matéria religiosa. O projecto republicano, que viria a concretizar-se após o 5 de Outubro de 1910, opunha-se aos valores e às ideias do catolicismo e representava também uma oposição radical ao clericalismo e aos seus malefícios sociais.

No plano da luta concreta liberais e republicanos — em resposta aos avanços clericais — fundaram, em 1874, a Associação Liberal de Coimbra que viria a promover um comício antijesuítico nesta cidade. Entre 1875 e 1883, a organização empenhou-se na luta anticongreganista e levou a efeito várias manifestações cívicas em Coimbra¹⁴. No campo da literatura, António Enes publicou um opúsculo de literatura dramática contra os lazaristas denunciando a intromissão dos clérigos na vida familiar, através do confessor e da educação, assim como criticava as suas ambições materiais¹⁵. O seu opositor, padre Sena Freitas¹⁶, defendeu a ordem religiosa e acusou António Enes de pretender descatholicizar a sociedade e de estar ao serviço da maçonaria. A nível da medicina, o lente da Universidade de Coimbra, Costa Simões combateu a penetração das freiras nos Hospitais e, dotado de uma vasta informação sobre os sistemas hospitalares da Europa e dos Estados Unidos da América, pugnou pela laicização das instituições de saúde.

As medidas laicizadoras tomadas pela III República em França, na década de 80, tiveram grande impacto em Portugal e os republicanos¹⁷, animados com as transformações realizadas na sociedade francesa, realizaram vários comícios antijesuíticos em 1881 (Lisboa, Porto, Setúbal e Covilhã). Por seu lado, o centenário do marquês de Pombal (1882) foi uma resposta dos anticlericais ao catolicismo transformando-se numa grande manifestação antijesuítica levada a cabo pelo laicismo republicano¹⁸. O jor-

¹⁴ Para o conhecimento da história da Associação Liberal de Coimbra veja-se, *Idem, Mações, Liberais e Republicanos em Coimbra (Década de 70 do Século XIX)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1990, pp. 22-34.

¹⁵ António Ennes, *Os Lazaristas. Drama Original em 3 Actos*, Lisboa, Typografia do jornal Paiz, 1875.

¹⁶ Pe. Sena Freitas, *Os Lazaristas pelo «lazarista» Sena Freitas*, Porto, Livraria Central de J. E. da Costa Mesquita, 1875.

¹⁷ Sobre o combate republicano contra as congregações em França, nesta época, veja-se, Jean-Pierre Machelon, «L'État et les Congrégations», *Administration et Église. Du Concordat à la Séparation de l'Église et de l'État*, Genève, Librairie Droz, 1987, pp. 109-117.

¹⁸ Rui Bebiano, «O 1º centenário pombalino (1882). Contributo para a sua compreensão histórica», *Revista de História das Ideias*, nº 4, t. II, 1982, pp. 381-482.

nal *O Século* criou uma Associação Antijesuítica e nela colaboraram figuras como Magalhães Lima, Teófilo Braga, Consiglieri Pedroso, Ernesto Loureiro e António de Castro¹⁹. Dinamizada por republicanos e livre-pensadores, a organização abria-se a liberais de todas as tendências políticas desde que fossem anticlericais. Os objectivos da Associação eram a agitação da opinião pública contra os Jesuítas, a intervenção na vida política através da realização de conferências e da promoção de comícios, a luta pela secularização, o auxílio ao livre-pensamento e a contestação radical do ultramontanismo. No seu manifesto, declararam «guerra ao jesuíta» e revelaram a intenção de unir todo o campo liberal em torno do ideal secularizador. Mas, o combate anticongreganista não se limitava à capital: em Aveiro, Magalhães Lima, Albano Coutinho, Alves da Veiga, Manuel de Arriaga e outros participaram em dois comícios contra a entrada das Irmãs da Caridade no hospital da cidade²⁰, enquanto a tentativa de penetração das freiras em vários hospitais da província encontrava resposta da imprensa mais avançada (ex. *Vanguarda*, *Jornal do Comércio*, etc.).

Ora, seria numa conjuntura caracterizada pela intensificação da luta ideológica em torno da questão religiosa, que surgiu o caso do convento das Trinas (1891). A morte da noviça Sara de Matos levantou suspeitas na opinião pública alertada para o facto pelos livre-pensadores. Nos jornais republicanos (*O Século* e *A Vanguarda*) os seus redactores lançaram a ideia de que a jovem teria sido violada e, posteriormente, assassinada por envenenamento. Explorado pelos anticlericais, o acontecimento transformou-se num verdadeiro escândalo e acabaria por provocar grande agitação social. A Irmã Colecta, acusada de homicídio voluntário, ou involuntário, foi presa e sujeita a interrogatório pelas autoridades policiais²¹, embora nada se viesse a provar judicialmente. Perante as acusações, a Igreja argumentou que a maçonaria se serviu do incidente como simples pretexto para nova

¹⁹ *O Século*, ano 5º, nº 1433, 13-9-1885.

²⁰ *O Conimbricense*, nº 4287, 25-9-1888; *O Século*, nº 2306, 6-7-1888.

²¹ *Idem*, nº 4590, 29-8-1891; *Idem*, nº 3405, 27-7-1891.

campanha anticongreganista. Na sequência da polémica socialistas e republicanos procuram perpetuar a memória da vítima. Para isso, mandaram construir um pequeno mausoléu para onde foram transferidos os restos mortais de Sara de Matos, no 5º aniversário da sua morte. À cerimónia, realizada no cemitério dos Prazeres, teriam assistido, 20000 pessoas. Entre 1896 e 1910, socialistas, republicanos radicais e grupos maçónicos promoveram a realização anual de romagens ao túmulo de Sara de Matos que, em geral, reuniam milhares de participantes. Ao evocar-se a vítima do clericalismo estavam-se a criar elos sociabilitários entre os manifestantes capazes de contribuir igualmente para o aumento da contestação às ordens religiosas²².

Após o «31 de Janeiro de 1891», o Partido Republicano entrou em crise e, por isso, assistiu-se a um refluxo da luta anticlerical. No entanto, os socialistas continuaram a «batalha» contra o clero liderando-a até aos primeiros anos do século XX. Ao publicar a encíclica *Rerum Novarum* (1891), a Igreja procurou dar resposta à questão social. Através deste documento o catolicismo passou a dispor de uma doutrina destinada a resolver os conflitos entre o capital e o trabalho, através de uma conciliação entre os interesses antagónicos. Por outro lado, assistiu-se a uma contra-ofensiva da Igreja através da reintrodução das ordens religiosas, da formação do Centro Católico e da realização do Congresso Católico Internacional de Lisboa (1895). Isto mostra a reorganização da Igreja e a tentativa de resposta aos anticlericais. Contudo, na sequência das manifestações religiosas levadas a efeito na capital, para comemorar o centenário de Santo António²³, ocorreram tumultos em vários pontos da cidade. A chamada «caçada aos padres» teve a sua causa no boato propagado entre as camadas populares, segundo o qual os Jesuítas eram os culpados do desaparecimento de algumas crianças em Lisboa. O boato espalhou-se depressa estimulando o sentimento

²² Para o conhecimento pormenorizado do culto a Sara de Matos veja-se Fernando Catroga, *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal 1865-1911*, vol. II, Coimbra, 1988, pp. 888-890.

²³ *Novidades*, nº 3448, ano XI, 1-7-1895.

anticlerical de variadíssimos grupos sociais. A ocorrência de um incidente, na Praça da Figueira (Lisboa), com um candidato ao sacerdócio, originou uma perseguição aos membros do clero por parte da população anticlerical da capital²⁴. Face a estes acontecimentos, a imprensa católica defendeu a classe paroquial, enquanto o clero, de todo o país, protestou contra a perseguição.

O próprio regime monárquico-constitucional entrou em crise na década de 90 época em que era contestado pela oposição laica. Nesse ensejo, vários jornais liberais escolheram o caminho do silenciamento, ou o apoio da restauração das ordens religiosas. Ao contrário, os republicanos perderam a iniciativa política, apenas erguendo a sua bandeira de luta anticlerical na imprensa (ex. *O Século*, *A Vanguarda*, *A Batalha*, etc.). Apesar disso, *O Conimbricense* deu continuidade ao combate anticongreganista das décadas anteriores até 1898, ano da morte do seu director, Joaquim Martins de Carvalho. Nesse sentido, o jornal liberal de Coimbra denunciou a conivência do Estado com a Igreja, contestou a propaganda clerical levada a cabo pela imprensa reaccionária e chamou a atenção da opinião pública para o obscurantismo cultural semeado pelas ordens religiosas. Nesta postura anticlerical, o jornal liberal evocava as figuras do marquês de Pombal e de Joaquim António de Aguiar que simbolizavam o ideal secularizador. Os republicanos Teixeira Bastos e Rodrigues de Freitas usavam as colunas de *O Século* para o combate ao jesuitismo e para a denúncia dos avanços congreganistas facilitados por uma população maioritariamente rural e analfabeta. Por seu lado, os socialistas promoveram a realização de romagens ao túmulo de Sara de Matos, fundaram os círios civis²⁵ (1894), realizaram os Congressos Socialistas Anticlericais de 1895 e de 1900 e restabeleceram a Associação do Registo Civil (1895).

²⁴ *Diário de Notícias*, nº 10636, 31º ano, 31-7-1895.

²⁵ Criados essencialmente em Lisboa, eram organizações populares empenhadas na propaganda eleitoral.

Reduzido a uma dimensão ideológica, o anticlericalismo continuou a manifestar-se até à crise religiosa de 1901. Enquanto isto sucedia, os conservadores recorriam à imprensa para defenderem a legalização das ordens religiosas. Perante a introdução das Irmãs da Caridade no hospital da Guarda, os anticlericais insistiam na secularização da assistência pública e combatiam a clericalização das instituições e a difusão de ideias e valores anti-modernos. A imprensa laica não aceitava o apoio crescente conseguido pelas congregações religiosas na esfera do poder. Esta tensão entre a Igreja e os anticlericais desembocou nos acontecimentos dos inícios do século XX.

A campanha anticongreganista levada a efeito pela imprensa liberal e republicana, nos dois últimos decénios de oitocentos, contribuiu para o desenvolvimento de uma mentalidade oposta à presença de institutos conventuais em Portugal. Daí a amplitude ideológica que o incidente Rosa Calmon adquiriu. A filha do cônsul do Brasil, na cidade do Porto, influenciada pelos seus confessores, por frades e por alguns militantes católicos, pretendia ingressar numa ordem religiosa contra a vontade de seu pai. Depois de uma tentativa de fuga fracassada, Rosa Calmon tentou, de novo, abandonar (sem êxito) a sua família, ao sair da igreja da Trindade, depois de assistir a uma missa. A cena de 17 de Fevereiro de 1901, originou grande agitação entre os populares que a ela assistiram e, não só suscitou, de imediato, a polémica na imprensa como provocou nova onda de anticlericalismo nas ruas da cidade portuense.

A polícia investigou os acontecimentos que envolveram a família Calmon no adro da igreja referida, enquanto o Porto foi atingido por novos motins. A sede do jornal católico *A Palavra* foi apedrejada por populares e estudantes do ensino técnico superior. Uma multidão dirigiu-se à casa do diplomata brasileiro para o saudar e a agitação, suscitada pelo caso Calmon, funcionou como pretexto para nova «batalha» anticlerical no Porto e em Lisboa. Os psiquiatras — Júlio de Matos²⁶ e Miguel Bombarda — procura-

²⁶ Cf. Júlio de Matos, *A Questão Calmon: reflexos sobre Um Caso Médico-legal*, Porto, Livraria Moreira, 1901.

ram dar um fundamento patológico ao fanatismo religioso da filha do cônsul. No Porto, republicanos, socialistas e anarquistas organizaram uma manifestação antijesuítica interclassista. Nesse ensejo, os manifestantes (4000) invadiram as redações dos jornais portuenses — *O Norte*, *O Primeiro de Janeiro*, *Jornal de Notícias* e *Voz Pública* —, provocaram desacatos junto da Associação Católica e dirigiram-se a casa do militante católico José Pestana apontado como um dos indivíduos que tinha tentado «raptar» Rosa Calmon. Estes acontecimentos públicos terminariam com violentos recontros com a polícia que feriu vários estudantes e alguns operários²⁷. O caso Calmon encontrou eco em todo o país através da realização de múltiplas manifestações anticongreganistas. Especialmente nas capitais de distrito, estratos da pequena burguesia e trabalhadores contestavam os Jesuítas e reclamavam a reposição da legalidade (leis de marquês de Pombal e de Joaquim António de Aguiar).

Perante a «anarquia» o governador civil do Porto mandou apreender os jornais que fomentavam a desobediência às autoridades, ou perturbassem a ordem social. Os jornalistas reuniram-se e criticaram as ordens do poder político local. Por seu lado, *O Comércio do Porto*, que tinha uma orientação moderada exigiu a expulsão das ordens religiosas estabelecidas ilegalmente no país. Os acontecimentos tiveram impacto no Parlamento onde o deputado Sousa Avides responsabilizou os grupos clericais pelo caso Calmon. Pela voz de Hintze Ribeiro, o governo remeteu a questão para os tribunais, embora manifestasse a intenção de restabelecer a ordem pública. Atravessando uma fase de decadência, o Partido Republicano, com as estruturas partidárias esvaziadas pouco pôde fazer. Apesar disso, os seus líderes e muitos republicanos empenharam-se na luta anticongreganista. A larga participação dos estudantes do Ensino Superior de Lisboa e do Porto, nas várias manifestações anticlericais, mostra a republicanização do movimento de juventude.

²⁷ *A Vanguarda*, VI ano (XI), n.º 1551 (3496), 28-2-1901.

Em Lisboa os estudantes reuniam-se nos cafés Gelo, Suíço e Martinho e foi a partir destes lugares de sociabilidade que se preparou uma acção de protesto, em 6 de Março de 1901, que reuniria mais de 1000 populares e que terminaria com outra acção de repressão policial. Antes da sua saída discreta de Portugal, José Calmon seria saudado pelo Partido Republicano, pela Associação Liberdade e Progresso e pelo jornal *O Norte*. Entretanto, a nunciatura apressou-se a informar a Santa Sé de que a calma voltara à cidade de Porto²⁸. No entanto, a luta anticongreganista mantinha-se na capital e perante nova manifestação na Escola Politécnica, a polícia invadiu o estabelecimento de ensino e disparou contra os próprios estudantes. Face à gravidade dos acontecimentos o corpo docente solidarizou-se com os alunos e contestou o uso da força dentro da escola. O seu director, Luís de Almeida e Albuquerque, exigiu a retirada da polícia das imediações da edificação. O caso encontrou eco no Parlamento onde o deputado Fuschini condenou, na Câmara Baixa, o uso da violência no Rossio e na Escola Politécnica e culpou o governo pelos conflitos desencadeados noutras cidades²⁹.

A Santa Sé acusou a maçonaria de ser a principal responsável pelos ataques contra a Igreja católica. O cardeal Rampolla, secretário de Estado do Vaticano, aconselhou prudência ao núncio e sugeriu ao episcopado português que tomasse uma posição favorável às ordens religiosas. Nesse ensejo, Roma queria ver todos os bispos reunidos em torno do cardeal-patriarca de Lisboa e desejava que eles agissem em defesa das congregações. Rampolla ordenou a Mons. Aiuti que entregasse uma carta ao rei, D. Carlos, sobre a matéria e incitou a imprensa católica a entrar no debate para evitar que a opinião pública aderisse às posições anticlericais transmitidas pela imprensa mais avançada. No seu conjunto, os prelados obedeceram às

²⁸ ANL/ASV, cx. 346, «Relatório do núncio para a Santa Sé, 10-3-1901.

²⁹ DCD, nº 30, 7-3-1901. Ao debruçar-se sobre o problema concluiu: «as questões religiosas são sempre muito sérias em qualquer país, porque, em geral, não provêm nem de verdades filosóficas, nem de princípios científicos, mas nascem simplesmente de opiniões sentimentais». *Idem, Ibidem*.

orientações da Santa Sé tendo desenvolvido algumas iniciativas destinadas a defender os regulares.

182

Confrontado com uma situação de conflitualidade sócio-religiosa, o governo regenerador publicou um decreto sobre as congregações (10 de Março de 1901). O ministério pretendia saber, através dos governadores civis, se nos seus distritos existiam ordens religiosas dedicadas à vida monástica. Os delegados do governo, a nível distrital, teriam de o informar se, nas suas regiões, funcionavam estabelecimentos de propaganda, beneficência, ou caridade, dirigidos ou administrados por frades e de exigir a apresentação dos seus estatutos e regulamentos, num prazo de oito dias, para que fossem imediatamente encerrados. O legislador determinava ainda a aplicação do decreto de 5 de Agosto de 1833, que proibira a admissão a ordens sacras e aos noviciados monásticos. Entretanto, os republicanos organizaram uma manifestação no cemitério dos Prazeres, em memória de Anselmo José Braancamp e do seu decreto-lei sobre as Irmãs da Caridade publicado em 1862. Junto do seu túmulo, Heliodoro Salgado contestou o diploma de Hintze Ribeiro, enquanto França Borges o qualificava como «um verdadeiro logro com o fim de acalmar o espírito público». Após os discursos antijesuíticos, a multidão, formada por indivíduos de várias classes sociais e especialmente por operários e estudantes, dirigiu-se, em massa, à Escola Politécnica onde foi dispersa pela polícia³⁰.

Os estudantes de Lisboa fundaram uma Comissão Académica Antijesuítica com a finalidade de unificarem a luta anticlerical, enquanto o Centro Socialista promovia uma conferência proferida por Azedo Gneco sobre a questão religiosa. Perante a continuidade da conflitualidade a polícia prendeu, na capital, mais de 200 agitadores. Na província os protestos antijesuíticos sucederam-se (Viana do Castelo, Vila Real, Guimarães, Castelo Branco, Tomar, etc.). Entretanto, chegou a Lisboa uma comissão de portugueses presidida por Antero de Araújo, com o objectivo de protestar junto do rei contra os avanços do ultramontanismo. Os republicanos, socialistas

³⁰ A *Vanguarda*, VI ano (XI), nº 1563 (3510), 14-3-1901.

e anarquistas, transformaram a chegada à capital dos membros da União Liberal do Porto numa nova manifestação anticlerical. Neste evento fizeram-se representar os Centros Republicanos e as Comissões Paroquiais do Partido, as Associações Comercial, Industrial e dos Lojistas assim como os Grémios Lusitano e Popular. Na estação ferroviária do Rossio juntaram-se mais de 3000 indivíduos numa manifestação anticlerical. Os cidadãos do norte, reunidos no Palácio das Necessidades com o rei, exigiram a reposição da legalidade, único meio de pôr fim à agitação que atingia o país e, especialmente, o Porto. D. Carlos reconheceu a gravidade da situação, defendeu a religião de Estado e sugeriu a adopção de medidas que dessem cumprimento às leis existentes³¹.

Por seu lado, o cardeal-patriarca, D. José Sebastião Neto, promovia uma reunião com vários membros do Partido Legitimista, aristocratas e elementos do clero com a finalidade de exigir o restabelecimento completo das ordens religiosas em Portugal. Nesse mesmo dia, realizou-se uma nova manifestação anticlerical em Setúbal e, como já acontecera noutras cidades, a igreja do Coração de Jesus e o convento de S. Francisco foram apedrejados e ocorreram tumultos de uma certa gravidade. Por seu lado, a imprensa republicana — *O Século*, *O Mundo*, *A Folha da Tarde* e *A Vanguarda* — lançou uma campanha de recolha de assinaturas para reclamar a aplicação das leis anticongreganistas de 1759, 1833 e 1834, ao mesmo tempo que se propunha a transladação dos restos mortais do marquês de Pombal para o panteão nacional. Esta representação seria subscrita por 60000 cidadãos em Lisboa e 15000 na província³².

Atendendo às pressões da opinião pública e cumprindo a lei, o governo mandou encerrar vários estabelecimentos eclesiásticos: casa dos Jesuítas na rua do Quelhas, em Lisboa; colégio de Montariol, em Braga; conventos do Varatojo em Torres Vedras, de S. Bernardino, em Peniche, e da Torre da

³¹ No termo do diálogo concluiu com uma manifestação de fé política: «Sou liberal por princípio, por tradição, por educação e porque assim mo ensinou meu pai.» *A Vanguarda*, VI ano, nº 1575 (3523), 19-3-1901.

³² *A Vanguarda*, VI ano (XI), nº 1588 (3535), 9-3-1901.

Boa Fé, em Évora (Franciscanos); casa beneditina da Quinta de Singeverga, em Santo Tirso; colégio da Lapa em Sernancelhe, casa do Apostolado da Oração, em Vila Real (Jesuítas) etc. Face ao anticlericalismo nos meios urbanos os católicos intercederam junto do rei. As comissões católicas protestaram contra o decreto de 10 de Março e pediram a conservação das ordens religiosas³³. No momento em que assistia a uma tourada no Campo Pequeno (14 de Abril de 1901), D. Carlos foi ovacionado pelo público que lhe prestava, assim, homenagem pela declaração de fé política liberal por ele proferida diante dos elementos da União Liberal do Porto.

O representante português junto da Santa Sé comunicou ao governo que os acontecimentos do nosso país tinham causado uma «penosa impressão» no papa e no secretário de Estado do Vaticano. Na Cúria romana temia-se que o ressurgimento da questão religiosa em Portugal tivesse impacto em França, onde, nesse momento, se debatia o problema das congregações religiosas, e em Espanha, país sempre sensível aos problemas eclesiásticos. O diplomata pensava que Leão XIII não tencionava abandonar a causa das ordens religiosas em Portugal, embora não quisesse tomar quaisquer medidas que prejudicassem o governo num momento de grandes dificuldades para a monarquia constitucional. O papa apoiou as posições assumidas pelo episcopado nacional sobre a questão e não deixou de manifestar o seu desagrado a respeito da legislação de Hintze Ribeiro de 18 de Abril de 1911³⁴.

Através do decreto de 18 de Abril de 1901, o ministério pretendia «regularizar» a vida das congregações instaladas, à vista de todos, mas com uma existência ilegal. O inquérito realizado pelos governadores civis, na sequência da publicação da portaria de 10 de Março, comprovava aquilo que há muito já se sabia. Ou seja: existiam, em Portugal, várias comunidades e congregações com vida monástica, noviciados e profissões religiosas.

³³ Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Livraria Civilização, vol. III, Porto-Lisboa, 1970, p. 73.

³⁴ AHMNE, cx. 262 «Ofício de Miguel Martins de Quental para João Marcellino Arroyo», 6-5-1901.

Estes institutos desenvolviam ainda actividades no ensino e na assistência pública sem autorização e fiscalização do Estado e fora da jurisdição ordinária dos bispos. Perante esta realidade, Hintze Ribeiro decidiu submeter as corporações ao controlo do poder político. Assim, o governo legalizava as congregações religiosas bastando que elas apresentassem os seus estatutos às autoridades num prazo de seis meses. A lei, favorável às ordens regulares, permitia que elas se dedicassem à educação e ao ensino, ao exercício da beneficência e da caridade e à propaganda da fé nas colónias. Apenas se proibiam a clausura, as práticas do noviciado e as profissões ou votos religiosos. As congregações deveriam subordinar-se às autoridades eclesiásticas nacionais e, a nível temporal, às leis do país e à superintendência do Estado. Por fim, o decreto determinava que a direcção superior destas associações teria que ser formada por cidadãos portugueses, excepto se estes institutos fossem constituídos por estrangeiros. O governo legalizava, assim, as ordens religiosas, embora ficassem sujeitas à vigilância dos executivos. Após a aprovação dos seus estatutos, as congregações passaram a esconder-se atrás de designações diversas, como se comprova com o caso dos Jesuítas, definidos como Associação Fé e Pátria e dos Franciscanos designados como Associação Missionária Portuguesa. Antes do surgimento da crise religiosa de 1901, existiam no país mais de 230 casas religiosas e, depois deste ano, o seu número aumentou. Ora, tal facto contribuiu para um crescimento da sua influência na sociedade e nas instituições até ao «5 de Outubro de 1910»³⁵.

A União Liberal do Porto revelou a sua decepção a respeito do governo e dirigiu um manifesto ao país no qual afirmava que o decreto não satisfazia as aspirações liberais dos portuenses uma vez que apresentava «uma transacção que deixava sangrando as leis vigentes e iludidas as grandes aspirações da grande maioria da nação». Por razões opostas, o episcopado criticou a legislação de 10 de Março e de 18 de Abril de 1901 em carta

³⁵ Eurico de Seabra, *Os bens das congregações no direito português e no direito internacional. Commentário às leis nacionais*, Lisboa, Typographia A Editora Limitada, 1915, p. 56.

enviada ao rei. Os bispos entendiam que os princípios deste último documento atentavam contra as liberdades individuais e lesavam a «independência e unidade da Igreja Católica»³⁶. Nesta perspectiva criticavam o regalismo político e discordavam do encerramento das casas religiosas. Os prelados pensavam que as ordens regulares eram compatíveis com a modernidade e com as liberdades públicas argumentando que elas eram «um elemento de ponderação e de ordem, uma força conservadora»³⁷. Por isso, pediam ao governo a liberdade de associação religiosa e o exercício do noviciado e dos votos. Como é obvio, a lei de Hintze Ribeiro também seria contestada pelos republicanos os quais promoveram várias manifestações anticongreganistas nalgumas cidades. A imprensa mais radical mostrou-se surpreendida com os protestos dos bispos — uma vez que o governo favorecia as congregações — e criticou a subserviência do ministério perante o «partido ultramontano». Mas, não obstante estes protestos, o anticlericalismo deixou de se manifestar nas ruas de Lisboa e de outros meios urbanos. Depois da crise de 1901, o combate anticongreganista passou a fazer-se essencialmente na imprensa republicana, a qual exigia a extinção das ordens religiosas e a proibição de actividades educativas e de ensino a eclesiásticos estrangeiros sem a necessária habilitação³⁸.

O radicalismo da luta anticongreganista explica-se, em parte, pela estratégia da Igreja católica que, a partir de 1880, procurou expandir as ordens religiosas em Portugal. Ora, o conflito entre clericais e anticlericais tem de ser integrado no contexto do debate jornalístico e no movimento de contestação às ordens regulares vindo dos inícios da década de 60. O caso Calmon apenas despoletou uma situação de mal-estar latente nas hostes republicanas, socialistas e anarquistas causada pelos avanços do ultramontanismo. No entanto, a crise religiosa de 1901 comprova que a luta antijesuítica apenas era sustentada por minorias sociais urbanas. Os activistas anticlericais

³⁶ «Carta do Episcopado Português a sua Magestade El-Rei», *Correio Nacional*, IX ano, nº 2446, 26-4-1901.

³⁷ *Idem, Ibidem.*

³⁸ *A Vanguarda*, VI ano (XI), nº 1607 (3554), 28-4-1901.

ligavam a questão religiosa à questão do próprio regime político. Por isso, a «batalha» contra as congregações era inseparável da contestação à monarquia constitucional. Na conjuntura caracterizada por constantes ataques ao clero regular, o episcopado assumiu a sua defesa e pugnou pela legalização das casas religiosas. Os prelados não aceitavam fazer cumprir as leis que proscreviam os institutos religiosos e, se numa primeira fase procuraram adiar a resolução do problema congreganista, posteriormente tentaram conciliar as ordens regulares com o regime liberal. Entre a hipótese de expulsão das congregações e a eventualidade da sua legalização, Hintze Ribeiro escolheu esta segunda solução. Por isso, dos confrontos entre as militâncias laica e católica saiu parcialmente vitoriosa a posição daqueles que não concebiam a Igreja sem a existência das congregações religiosas. De acordo com uma estratégia frágil e inserida no movimento de cedências do Estado ao clericalismo, o líder regenerador tentou, pela primeira vez durante a vigência do constitucionalismo, compatibilizar esses institutos com o liberalismo. Os anos posteriores provaram que tal tentativa estava condenada ao fracasso. O catolicismo jamais se reconciliaria com as ideologias dominantes no século XIX (liberalismo, democracia e socialismo). Como instituição irreformável que era, a Igreja não poderia mudar e adotar princípios liberais. Se o «Ralliement» representou uma abertura de Leão XIII em relação às diferentes fórmulas políticas, esta tentativa de conciliação com sistemas políticos inspirados no racionalismo filosófico surgia apenas porque convinha politicamente à Igreja. Os conflitos político-religiosos que ocorriam conjunturalmente nada mais eram do que manifestações de uma convivência insatisfatória entre a Igreja e o Estado.

Após a batalha anticongreganista de 1901, a imprensa republicana continuou a combater o clericalismo e, em especial, o jesuítismo. Esta luta acentuou-se durante a ditadura de João Franco (1907-1908) e culminou com a grande manifestação anticlerical, realizada em Lisboa, em 2 de Agosto, de 1909. A maçonaria, os republicanos e os livre-pensadores já tinham transformado o enterro de Helidoro Salgado (1906), no qual participaram

milhares de pessoas, numa grande manifestação anticlerical³⁹. As romagens anuais ao túmulo de Sara de Matos, os comícios em memória dos liberais mais consequentes (ex., a José Estevão) e a denúncia das manifestações clericais, nalgumas localidades do país, inseriam-se na ofensiva do laicismo contra os grupos sociais mais retrógrados. A propaganda laica tinha como estratégia a realização de uma revolução cultural que passava pela descristianização da sociedade. Tal objectivo último, ligado à luta sócio-política, sustentada pelo republicanismo encontrava a sua base social de apoio em estruturas organizativas que se tinham desenvolvido, sobretudo em Lisboa, a partir dos finais do século XIX. Nos inícios de novecentos, a Junta Liberal e a Associação do Registo Civil eram as organizações contestatárias mais importantes. Fundada em 1900, a Junta tinha como finalidade o combate anticlerical mas, nos começos, a sua actividade fora bastante reduzida. Em 1909, foi reactivada e desempenhou um papel importante na organização das manifestações anticlericais então levadas a efeito. O líder da Junta liberal era Miguel Bombarda e dela também faziam parte António Aurélio da Costa Ferreira, Cândido dos Reis, Egas Moniz, José de Castro, António Macieira, José Pinheiro de Melo, Luís Filipe da Mata, Avelino Lopes Cardoso e Artur Marinha de Campos⁴⁰. A Associação do Registo Civil, criada em 1895, propunha-se lutar pela obrigatoriedade do registo civil de nascimentos, casamentos e óbitos e, como segundo propósito, o combate ao clericalismo e ao fanatismo religioso.

Foram estas duas estruturas que organizaram o comício de 1 de Agosto de 1909. Através dele, os republicanos pretendiam mobilizar as camadas populares da capital para a participação, no dia 2 de Agosto, no desfile previsto entre o largo de Camões e São Bento. Àquele comício acorreram milhares de pessoas e dele saiu um documento que sintetizava as seguintes reivindicações: instituição do registo civil obrigatório exercido por funcionários civis; abolição do juramento religioso e político e da recitação

³⁹ *Idem*, XI ano (XVI), n.º 3569 (6430), 15-10-1906.

⁴⁰ *Representação da Junta Liberal ao Parlamento Portuguez*, 2-8-1909.

de orações religiosas em actos da vida civil; promulgação de uma lei do divórcio; oposição ao decreto-lei de 18 de Abril de 1901 que legalizara as ordens religiosas; revogação do decreto de 24 de Dezembro de 1901 (sobre a reforma da Universidade) e da lei de 21 de Julho de 1899 que favorecia os padres romanos a respeito do provimento dos benefícios eclesiásticos; restabelecimento integral das leis do marquês de Pombal, de Joaquim António de Aguiar, de José da Silva Carvalho e Anselmo Braancamp que expulsaram os Jesuítas e as Irmãs da Caridade, proibiram a profissão de frade e dissolveram as ordens religiosas; secularização dos cemitérios para que se pusesse termo à divisão entre católicos e não católicos e revogação da lei episcopal que obrigava a pagar aos párocos serviços que ninguém lhes encomendara⁴¹.

O desfile de 2 de Agosto de 1909, promovido pela Junta Liberal e apoiado pelo Grande Oriente Lusitano Unido, pela Associação Promotora do Registo Civil, pelas associações populares, pela Associação dos Lojistas e por grupos republicanos e socialistas contou com a participação de dezenas de milhares de manifestantes. Na tarde desse dia, as lojas fecharam as suas portas para que os comerciantes se integrassem no desfile, enquanto as fábricas paralisaram para que os operários também participassem no acontecimento. A grandiosidade desta manifestação interclassista comprova que o anticlericalismo era assumido por uma parte significativa da população lisboeta. A luta ideológica contra o clericalismo iniciada, sobretudo, por volta de 1860 encontrava finalmente uma base social de apoio significativa, embora localizada geograficamente na capital do país. A sua ligação ao movimento político potencialmente revolucionário acabava por lhe assegurar uma força que não poderia ser menosprezada pelo regime monárquico e pela Igreja.

Os últimos governos monárquicos procuraram diminuir a influência republicana, tal como já acontecera com João Franco, através da apropriação de parte do seu programa. Assim, os ministros Francisco José de

⁴¹ *A Vanguarda*, XII ano (XIX), nº 4512 (7383), 2-8-1909.

Medeiros e Manuel Fratel tomaram algumas medidas que reafirmavam o regalismo e revelavam um cariz anticlerical (proibição da criação de seminários e recusa da admissão de professores sem o conhecimento do governo tal como o estipulava a lei de 28 de Abril de 1845 e apresentação de um projecto de reforma de registo civil). Na mesma linha se colocou Teixeira de Sousa que, confrontado com a propaganda republicana por um lado e atacado pelas forças do «bloco» monárquico pelo outro, tentou ultrapassar as contradições sócio-políticas através da acção legislativa. Na sequência da expulsão dos padres de Aldeia da Ponte (Guarda), ordenou aos governadores civis a realização de um inquérito às actividades das ordens religiosas para se apurar se estas associações cumpriam com o disposto pelo decreto de 18 de Abril de 1901. O executivo pretendia saber se havia congregações não autorizadas, se elas praticavam indevidamente a clausura, os noviciados e as profissões, ou votos e se se subordinavam às autoridades eclesiásticas portuguesas. A eclosão da revolução em 5 de Outubro de 1910 impediu a conclusão da sindicância. Apesar disso, Pedro de Castro ainda pôde apresentar os resultados do seu trabalho sobre os Jesuítas da rua do Quelhas (Lisboa)⁴². Pelo facto desta comunidade não ter estatutos aprovados o governo dissolveu-a⁴³, em 4 de Outubro de 1910. Sebastião Sampaio, encarregado de realizar uma sindicância à associação Fé e Pátria provou que se praticava o noviciado no colégio do Barro (Torres Vedras) em infracção às disposições legais. Perante a existência das ordens religiosas, Teixeira de Sousa apresentou um projecto de lei ao monarca destinado a encerrar todos os institutos da Companhia de Jesus, num prazo de três dias. Pressionado pelos clericais, D. Manuel II recusou promulgar o diploma, argumentando que tal decisão não era compatível com o título de rei Fidelíssimo. Enquanto chefe de um Estado com religião oficial, receava ser acusado de perseguir organizações eclesiásticas. Pouco depois, a monarquia

⁴² Pedro Castro, *Congregações Religiosas. Documentos para a Sua História em Portugal*, Évora, Livraria Nazareth Editora, 1910, pp. 31-34.

⁴³ Na casa dos Jesuítas, da rua do Quelhas, eram redigidas e administradas as revistas *Mensageiro do Coração de Jesus* e *Mensageiro de Maria*.

foi substituída pela república e, com a publicação da lei de 20 de Abril de 1911, o Estado separou-se da Igreja e entrou-se no caminho da laicização das instituições e das consciências. Com o triunfo da revolução republicana abria-se um novo ciclo nas relações entre a Igreja e o anticlericalismo que só terminaria em 1926.

PARTE III

•

Ritualizações cívicas
e republicanização do sagrado

Amadeu Carvalho Homem

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

A CRISE CONTEMPORÂNEA DA NOÇÃO DE DIVINO

A matriz cultural judaico-cristã manteve na Europa a sua hegemonia, com alguns acidentes de percurso, desde os tempos do Imperador Constantino até ao último quartel do século XVIII. O movimento filosófico do Iluminismo enciclopedista questionou-lhe as pretensões de validade eterna, introduzindo nas inteligências o fermento da relatividade e da questionação iconoclasta. O monoteísmo católico, que ofereceu o suporte teológico às monarquias europeias de direito divino, iria sofrer a arremetida crítica do pensamento adverso ao tradicionalismo, o qual encarava como espúria a aliança entre as camadas nobiliárquicas e clericais. As pranchas ilustrativas da *Encyclopédie*, de Diderot e D'Alembert, não sublinhavam cerimoniais sacros ou aristocráticos, mas antes celebravam a utilidade e a dignidade social de ocupações, de tarefas e de profissões que as camadas dirigentes da época tinham como excessivamente triviais e, por isso, indignas de tamanha atenção; as *Rêveries d'un promeneur solitaire*, de Jean-Jacques Rousseau, são o manifesto acabado de uma consciência que, longe de se abismar na adoração da transcendente Divindade, se compraz na identificação telúrica com a Natureza imediata e com o apelo do todo cósmico a que os homens se acham votados; as *Lettres Persannes* e o *Esprit des Lois*, de Montesquieu, aclimatam o fenómeno religioso e a fundamentação valorativa dos comportamentos humanos ao teor de condicionalismos geográficos e consuetudinários intrinsecamente mutáveis, divergindo de toda a pretensão de eternidade normativa; e a surpreendente obra de Voltaire é feita de

ondas de sarcasmo, com que estigmatiza as realidades do clericalismo e da superstição.

Não espanta, pois, que a burguesia revolucionária da deflagração de 1789 tivesse oposto ao catolicismo tradicional um alargado naípe de referências religiosas divergentes, que iam desde a celebração do panteísmo ingénuo, ilustrado pelo culto da árvore e pela exaltação da criatividade da pura Natureza, até à glorificação da saga da Humanidade, inerente ao culto das décadas do calendário republicano, sem esquecer aquela espécie de narcisismo humanitário, sentimental e afectivo, a que se reconduzem as teofilantropias, então amplamente preconizadas.

A filosofia iluminista fez recuar o prestígio da divina revelação e fez avultar, concomitantemente, o protagonismo normativo das simples opiniões humanas. E estas, que até então procuravam validar-se através do sustentáculo e da homologação da Transcendência, passaram a desejar o suporte de uma fundamentação rigorosa, sim, mas insofismavelmente humana. A caução justificativa da vida colectiva foi procurada dentro dos limites da sua expressão imediata. Ao atender-se à inserção dos homens no mundo material, celebrou-se na Natureza, pródiga mãe de todos os recursos, o sustentáculo justificativo que outrora lhe concedera a religião tradicional. Noutras formulações, foi a própria expressão colectiva do humano, ou seja, foi a idealização da própria Humanidade que serviu de base à diversidade das axiologias comportamentais.

De tudo isto se inferia que algumas elites pensantes dos fins do século XVIII e dos inícios do século XIX transferiam para o campo da imanência a sanção outrora reservada à Divindade metafísica.

A par das considerações marcadamente teóricas com que se assinalam os termos desta questão, teremos igualmente de aduzir ponderações de natureza sociológica e política. As revoluções liberais que se produziram no continente europeu, a começar pela Grande Revolução francesa de 1789, foram feitas por aquela burguesia que Charles Morazé, num livro célebre, considerou «conquistadora». O ataque desferido pelos burgueses, ao mesmo tempo que vitimou a nobreza, também tomou como alvo o alto clero.

É que não era ilusória a interpretação histórica do Antigo Regime como o produto de uma preferencial aliança entre o Trono e o Altar. Por isso, o liberalismo veio a apresentar-se, no seu primeiro desenvolvimento temporal, como um regime servido por cérebros reticentes ao teologismo, quer na sua expressão maioritária, de índole agnóstica, quer na sua versão minoritária, filiável no materialismo ateu.

Por outro lado, não devemos esquecer que os progressos da ciência oitocentista serão realizados de acordo com a distinção entre *fenómenos* e *essências ou númenos*, estabelecida por Emanuel Kant. Para Kant, a elaboração científica (e o conseqüente estabelecimento de leis universais) só se torna possível quando a cogitação interpretativa se aplica ao *fenómeno*, ou seja, se reporta a uma matéria-prima que surge de um modo directo e imediato no plano da consciência. O domínio do *essencial* ou do *numénico*, onde forçosamente se terão de inscrever as manifestações de religiosidade, fica excluído da área científica. Como é sabido, o século XIX atribuiu um prestígio ímpar ao progresso das diversas disciplinas científicas. A própria historicidade, ou seja, a linha evolutiva das diversas gerações humanas, que anteriormente era explicável em função de desígnios providenciais obscuros, veio a ser tida como o objecto de inovadores tratamentos científicos. A filosofia da História, a que Condorcet dera uma fisionomia específica no seu *Quadro sobre os progressos do espírito humano*, irá converter-se numa «física social» da historicidade. O caminho que conduziu a tal resultado foi preparado, num primeiro momento, por um vasto conjunto de autores, dentre os quais deveremos destacar Saint-Simon, Lacroix e Laplace, todos eles decididos a generalizar critérios de rigor e de previsibilidade a domínios anteriormente afectos à reserva de intenções do providencialismo. Ora, suprimindo a Vontade divina do cenário da evolução humana, ficaria esta reduzida ao aleatório do acaso. Esta mutilação da cognoscibilidade não poderia deixar de ser tida como intolerável para o espírito de um século que pretendia realizar a unidade gnosiológica e metodológica de todos os saberes convertíveis em disciplinas científicas. A Ciência, grafada com letra maiúscula, passava a reivindicar um espaço próprio, completamente dife-

renciao daquele que ocupava o «saber do sagrado». Em certos casos, não hesitava em invadir o próprio âmbito da sacralidade, como aconteceu com uma surpreendente proposta de Saint-Simon: este, completamente rendido às dilatadas implicações da lei da gravitação universal, chegou ao ponto de propor que se organizasse um «clero fisicista», cuja missão seria generalizar o princípio newtoniano a todos os domínios da realidade, sem excluir os da própria moral.

Durante uma parte da sua vida, Saint-Simon teve como secretário um colaborador metuculoso e atento, que dava pelo nome de Auguste Comte. Tratava-se de um espírito disciplinado e sistematizador, que frequentara a Academia Politécnica napoleónica e se encontrava preparado para encetar os trabalhos de uma nova Enciclopédia científica. Mas Comte encontrava-se numa posição pessoal especialmente privilegiada para surpreender a linha evolutiva do pensamento científico, uma vez que revelou desde muito cedo especiais dotes de curiosidade, não apenas incidentes sobre os saberes científicos, considerados em si mesmos, mas também sobre as respectivas evoluções históricas. A monumental síntese que Auguste Comte foi capaz de traçar no seu *Curso de Filosofia Positiva* é bem demonstrativa do eclipse teológico oitocentista. Com efeito, a metodologia aí praticada é medularmente agnóstica. Neste vasto tratado, Comte recusou-se a opinar sobre o Divino. Fiel à lição kantiana, considerou que matérias desta natureza eram estranhas, por definição, ao labor científico. Desta maneira, sendo a Divindade um *númeno*, um reduto *essencialista*, não tinha ela de ser afirmada ou negada pelos obreiros da síntese científica. A única atitude espiritual que lhes poderia ser consentida era a da suspensão do juízo. O positivismo comtiano, na parte que se identifica com o *Curso de Filosofia Positiva*, é um exercício de cerrado racionalismo que se cristaliza numa sistemática das ciências feitas — e da «ciência das ciências» ... a fazer. A esta «ciência das ciências» deu Comte a designação de «física social». Os seus seguidores, indo na sua esteira, deram-lhe depois o nome de sociologia. A nova disciplina mantinha-se inteiramente dentro das balizas de uma fenomenologia das agregações ou colectividades humanas, evitando deliberadamente, como

já ficou dito, a tomada de posição sobre quaisquer entidades ou supostas realidades transcendentais. Contudo, a famosa lei dos três estados, que Augusto Comte considerava ser a chave compreensiva da evolução social, permitia implicitamente desqualificar a esfera do sagrado. Comte sustentava que a mentalidade das agregações sociais primitivas conferia a nota do maravilhoso e do fictício às tentativas de explicação ou às provisórias racionalizações incidentes sobre ocorrências geradoras de perplexidades. O mundo aparecia, na diversidade das suas manifestações naturais, como o cenário da actuação de forças e virtualidades divinas, atribuindo-se-lhes o potencial gerador da sua existência e peculiaridade. A divinização desta reserva de maravilhoso era o preço que as colectividades humanas pagavam pelo seu difícil e gradual despertar para o esforço de cognição. E o historial deste empenhamento cognitivo, desde o mais remoto passado ao presente mais actual, definia a linha evolutiva da crescente autonomização humana relativamente ao império das explicações imaginárias. À medida que se reforçou a capacidade observadora e demonstrativa da espécie, a explicação teológica foi decaindo. Sucedeu-lhe a explicação metafísica, já bastante mais liberta da grilhetas teológicas, mas ainda não definitivamente emancipada de um vago espírito de generalização e de ilusão abstractiva. O último termo deste ritmo triádico seria o da mentalidade positiva ou científica, definitivamente liberta dos pressupostos teológicos e metafísicos. Nela vigoraria, em plenitude, o princípio da razão suficiente e a directriz segundo a qual só poderia existir um conhecimento verdadeiramente digno de tal nome se ele fosse susceptível de demonstração. Deste modo, o estado mental teológico foi qualificado, no *Curso de Filosofia Positiva*, como o balbuciar da razão humana nos seus mais recuados tempos. Era, por isso, fácil de concluir que a persistência intelectual do criacionismo teológico como hipótese explicativa, revelava a persistência, nas inteligências actuais, de vestígios pretéritos e anacrónicos.

Caracterizado este primeiro momento da fundamentação teórica do positivismo comtiano, é curial que nos debrucemos sobre o *Sistema de Política Positiva*, obra monumental escrita por Comte numa fase mais

avançada da sua vida. Nela se lançaram os alicerces da «Religião da Humanidade», a qual receberia no *Catecismo Positivista* a sua versão mais condensada e mais próxima das finalidades da vulgarização. Torna-se difícil compreender a lógica íntima desta religião humanitária sem algumas referências a certos episódios biográficos do autor. Tendo passado pela decepção de um casamento falhado, Auguste Comte viria a apaixonar-se, em anos bem maduros, por uma mulher consideravelmente mais nova. Chamava-se Clotilde de Vaux. A ligação afectiva, puramente platónica por vontade expressa de Clotilde, não irá durar muito, por ter sido efémera a vida dessa mulher. Ela irá expirar nos braços do filósofo positivista. Ora, será a vivência deste drama sentimental que obrigará Comte a rever os termos da sua filosofia.

Muitos dos sistemas filosóficos do século XIX comportaram a pretensão da exaustividade, assumindo-se como uma espécie de tábua conclusa através da qual se descodificavam todos os aspectos da realidade. Conta-se de Hegel a historieta de ter sido interpelado por um discípulo que lhe fez notar a insuficiência da sua ambiciosa construção mental, no que respeitava à inclusão e interpretação de certos factos. Ao que o filósofo de Iena, impávido, teria respondido: «pois tanto pior para os factos ...» ! Não foi esta a reacção de Auguste Comte, quando reavaliou, à luz da sua história afectiva, a ambição totalizante da sua obra. O *Curso* era um modelo acabado de racionalidade, quer quanto ao seu pendor rigorosamente demonstrativo, quer quanto ao repúdio de temas em que se vislumbraassem quaisquer concessões aos gratuitos jogos de imaginação. Mas a memória de Clotilde permitia discernir um ângulo novo, traduzido na seguinte pergunta: esgotava a racionalidade o fenómeno do humano? Pareceu a Comte que a vocação globalizante do sistema positivista obrigaria a anichar o emotivo e o passional ao lado do secamente racional. Afinal, como a sua própria história pessoal havia demonstrado, o tumulto dos afectos acabava por ser tão objectivamente demonstrável como as equações da pura razão. O pensador positivista descobriu então que a totalidade do humano não dispensava o concurso de fenómenos «de interioridade», de que ele procurara desembaraçar-se na sua carreira filosófica dos primórdios.

Abraçar o mundo *também* com a gramática da emoção, da sentimentalidade, até mesmo da passionalidade, repunha o problema religioso. Mas a reposição deste problema não significava a variação do método. Comte só reconhecia à espécie humana uma dimensão *religiosa* na medida em que a considerava referida ao *todo*, reportada ao conjunto factível das suas forças racionais e emocionais. E era com a integridade dessas forças que se operava a síntese entre o Homem e o Mundo, cumprindo-se assim, no seu grau mais alto e verdadeiro, a missão cognitiva. A manutenção do método implicava que se pudesse descobrir, para a dimensão afectiva do problema humano, um objecto tangível, desprovido de transcendência, a que pudessem votar-se as efusões emotivas e os transportes de passionalidade. Isto significava que o alvo desta espécie de religiosidade teria de ser *imane*nte, ou seja, referencialmente próximo e susceptível de uma visibilidade sem contestação. Auguste Comte encontrou na Humanidade o objecto imane nte que procurava. Mas para que esta Humanidade pudesse ser erigida em objecto religioso de celebração e de adoração, havia que a expurgar de contaminações reprováveis. Que se pretende dizer com isto? Pretende-se dizer que, de uma forma genérica, a Humanidade é apresentada como o conjunto das gerações passadas, presentes e futuras. Porém, torna-se necessário seleccionar, dentro destas, as existências individuais que se devam considerar integrantes do próprio conceito de Humanidade, em função da natureza altruísta dos serviços prestados ao colectivo social. Era, portanto, a partir de uma avaliação dos méritos e serviços ao todo social que se discernia o estatuto de pertença ao Grande Ser sociocrático. A Humanidade, assimilando as suas partes componentes através da valia altruísta, será o eixo de gravitação do dogma, do culto e do regime em que se traduz, especificamente, tal forma de religião laical.

Importa sublinhar que Comte conferiu forma feminina a este novo objecto religioso, projectando nele a figura de Clotilde de Vaux. E a Humanidade ou Grande Ser comportaria, dentro das proporções e limitações do imanentismo, algumas características similares às que as religiões tradicionais atribuíam às Divindades transcendententes. Convencionalmente, o

transcendentalismo religioso postula como notas caracterizadoras do Ser Supremo a eternidade, a onisciência e a onipotência. O Grande Ser sociocrático comtiano não reproduz exactamente tais propriedades, mas adequa-as ao quadro de maior contingência em que se move. Na ordem do tempo, a Humanidade não é certamente eterna, tanto mais que se lhe assinala um começo; porém, sendo formada por sucessivas e encadeadas gerações, ela move-se nas balizas de uma dilatada temporalidade, cujo perecimento ou fim se furta ou resiste à nossa capacidade de previsão. Não é também onisciente a Humanidade, quando avaliada no plano da aquisição de conceitos e noções; mas a revisão da sua dilatada história mental colectiva permite-nos divisar um colossal e nunca sustido alargamento de campo, desde o da exiguidade dos conhecimentos com que sobreviviam as comunidades primitivas, ao das complexas concepções ou teorizações ao serviço das sociedades contemporâneas. Não poderá igualmente sustentar-se que seja onipotente a Humanidade, nem que a Natureza lhe esteja definitivamente sujeita; porém, também aqui a história das técnicas e das tecnologias nos informa sobre a surpreendente marcha progressiva dos instrumentos de subordinação das forças naturais, sempre em processo de aperfeiçoamento e em aprofundamento de eficácia ao longo do ciclo das gerações humanas. Ficariam assim comprovadas as virtualidades de duração, de gnose e de dinamismo potencial que conferiam ao Grande Ser a legitimidade para que lhe fosse atribuível um altar de adoração mundana. Mas, mais do que de qualquer outra razão, esta reverência resultaria da circunstância insofismável de resultar a sobrevivência da espécie humana de uma solidariedade geracional e inter-geracional. A Humanidade deve estritamente a tal mutualidade de serviços as condições básicas da sua existência e do seu incremento perfectível.

Já ficou dito que a integração de cada um na «existência geral» da Humanidade se encontra dependente do serviço altruísta. Daí que a divisa positivista «viver para os outros» seja a directriz fundamental da ética societária. A interdependência das sociedades humanas e a divisão social do trabalho impõem partilhas mútuas de préstimos, sem os quais estaria com-

prometido o próprio exercício da sobrevivência colectiva. Destacam-se, porém, dentro desta especialização, em que assenta a mutualidade de serviços e funções, umas tantas personalidades excepcionais, verdadeiramente merecedoras da qualificação de Grandes Homens. A teoria positivista dos Grandes Homens espalha-se por considerações atinentes à filosofia da história e à axiologia do filantropismo. O positivismo comtiano não apresenta o Grande Homem como um demiurgo, ou sequer como um inovador, de ínsita originalidade. Nega-lhe o estatuto de herói messiânico, ou de criador *ex nihilo* de uma ordem existente apenas em função da sua actividade ou da aplicação dos seus talentos. Como a linha geral da evolução se encontra plasmada no próprio dinamismo social, a tarefa do Grande Homem traduzir-se-ia em discernir para si e em tornar evidente para os outros a lógica e o sentido do porvir. O Grande Homem não inventa; apenas descobre. E tal descoberta dimana do conhecimento de uma legalidade endógena à marcha do social. Ora, tal como essa marcha nos revela a progressão e o ritmo cognitivos, avançando da ilusão de abordagens provisórias à verdade terminal das explicações definitivas, assim também o Grande Homem servirá a espécie a que pertence com o manancial das aquisições e dos valores que em cada época singularizam o grau máximo de adequação ao futuro. Tais personalidades tornam-se, por isso, merecedoras de especiais venerações e homenagens, traduzidas sob a forma de um peculiar culto cívico-religioso.

Foi Thomas Huxley quem definiu a religiosidade positivista como «um catolicismo sem cristianismo». Que pretendia ele dizer com isto? Sublinhava que o positivismo tentara adequar às suas temáticas a armadura católica da propagação e do cerimonial, isentando-se, como não poderia deixar de ser, da substância doutrinal cristã. Foi uma apreciação certa, se pensarmos que a igreja positivista obedece a similares processos de hierarquização sacerdotal, que os ritos previstos ao longo do ciclo da vida pessoal reproduzem os que o catolicismo havia instaurado e que o calendário positivista não deixava de ser uma réplica do calendário católico, assentando apenas a sua especificidade na substituição das biografias dos santos por evocações

dos Grandes Homens. Esta espécie de santificação cívica corresponde ao reconhecimento, no plano da imanência e da filantropia social imediata, devotado pelo catolicismo tradicional aos servidores da Transcendência.

Mas não foram apenas estes os caminhos pisados pela época contemporânea, no seu labor de demarcação da crença religiosa hegemónica. O criacionismo bíblico era fixista por definição. De acordo com o relato do *Génesis*, a Divindade fizera sair do nada as espécies, tão completas e íntegras como a deusa Atena saíra, inteira e armada, da cabeça de Zeus. O fixismo criacionista da Bíblia inseria-se na longa tradição dicotómica que opunha a inércia, a passividade e a infecundidade da matéria ao dinamismo, à actividade e à fecundidade do espírito. Esta abordagem fez larga fortuna ao longo da história da cultura ocidental. Temo-la representada na distinção introduzida por Platão entre os domínios do sensível e do inteligível; também a encontramos nas teorias de Plotino e, através dele, na caracterização do real e do intelectual feita pelos Padres da Igreja; ecoa igualmente na discriminação entre a *res cogitans* e a *res extensa*, inerente ao pensamento filosófico de Descartes. Mas o fixismo bíblico iria ser posto em causa nos finais do século XVIII e sobretudo no decurso do século XIX. Dois autores concorrerão poderosamente para um outro tipo de abordagem: Lamarck e Darwin. O primeiro, fundador do transformismo, chamará a atenção para a variabilidade das morfologias animais decorrentes de endógenos mecanismos de adaptação ao meio ambiente. A sua *Filosofia Zoológica* (1809) faz avultar a transformação das espécies pelo meio e também chama a atenção para a hereditariedade dos caracteres adquiridos. Desta maneira, entrava em crise a noção de uma criatividade divina aplicada à génese de seres vivos que, de acordo com a narração bíblica, se revelariam imunes a quaisquer exigências de conformação aos diversos *habitats*. Foi Darwin, através da sua famosa obra *A Origem das Espécies* (1859), quem levou muito mais longe o ataque ao fixismo criacionista da Bíblia. A interpretação darwinista não se limitava a sublinhar, como a de Lamarck, que a «organização material» dos corpos animais se encontrava dependente de mecanismo de adaptabilidade ao meio natural e de

códigos de transmissão hereditária. O mérito de Darwin consistiu em ter provado que as diversas espécies dependem estritamente umas das outras, através de uma cadeia de filiações que atesta o princípio da sua mútua dependência genética. Os elos dessas cadeias que unificam as espécies e as diversificam em ramos familiares seriam construídos, por via puramente natural, através dos mecanismos de selecção natural e sexual, necessariamente resultantes da concorrência vital estabelecida entre tais espécies. Seria, em suma, a luta pela vida, a batalha implacável pela existência, que estaria na base do processo de diversificação dos seres vivos.

O trabalho de Darwin, fundando o evolucionismo e rematando as intuições menos sistemáticas de Lamarck, marcaria o ponto de partida de dois rumos explicativos fundamentais, um dos quais revelando maiores preocupações de análise pura e o outro desenvolvendo metodologias preferenciais de observação e de experimentação. Darwin, que levantou com a publicação da *Origem das Espécies* um clamor polémico extremamente vigoroso, começou por não atribuir à obra um significado materialista. Tentou sustentar que a questão do divino não se imiscuía no seu trabalho, o qual concretizaria uma simples abordagem científica. O evolucionismo filosófico de Herbert Spencer revelou um idêntico propósito de ressaltar a autonomia do campo teológico. Para Spencer, a exploração científica da realidade aplica-se ao domínio das coisas cognoscíveis. Mas esse domínio é plástico e de fronteiras moventes. Ao contrário de certas versões de cientificismo estreito e redutor, Spencer sustentará que os avanços científicos possuem o efeito duplo de fazer crescer a área do que se conhece e de amplificar continuamente o território do que fica por conhecer. As suas opiniões são por isso bem distintas das de um Vogt ou de um Moleschott, que remetiam a Divindade para a bolsa das coisas que *ainda* se ignoram mas que *futuramente* se explicarão em moldes científicos. De acordo com esta orientação, o Divino era a nomenclatura e o resultado da ignorância do homem. A sua justificação encontrava-se, portanto, na insipiência do próprio saber. Mas como se acreditava no continuado progresso das ciências, daqui resultava a ideia de uma progressiva contracção ontológica desse mesmo Divino.

No limite mais extremo, a Divindade sumir-se-ia quando o sábio pudesse desfazer o último dos enigmas do mundo e da vida.

Muito diferente é a concepção de Spencer. Para ele, a actividade cognitiva da ciência jamais esgotará o infinito reservatório do que permanece desconhecido. Mais: a Ciência, longe de fazer decrescer o âmbito do que permanece inexplicado, aumenta-o incessantemente. A cada resposta vitoriosa, a cada demonstração consistente, agrega-se uma nova galáxia de problemas por resolver. Ora, é precisamente neste Incognoscível que Spencer filia a ideia de Divino. Tal ideia jamais sofrerá infirmação ou colapso precisamente porque o Incognoscível é não apenas inexaurível como permanentemente expansível.

Houve, porém, quem tivesse feito uma leitura cerradamente materialista e ateísta do evolucionismo de Darwin. Referimo-nos ao naturalista e filósofo alemão Ernst Haeckel, professor de biologia na Universidade de Iena. Um dos domínios de investigação a que Haeckel se devotou foi o do estudo comparado dos embriões. As suas sucessivas observações encaminharam-no para a formulação da famosa «lei da recapitulação abreviada», a qual foi promovida pelos mais intransigentes materialistas no argumento capital, demonstrativo da filiação natural das formas de vida. Por isso, a hipótese da recapitulação abreviada foi apresentada como a «lei biogenética fundamental». Haeckel sustentou que os embriões pertencentes a um determinado grupo taxonómico não alcançavam uma maturação completa sem que passassem, no processo do seu desenvolvimento, por estádios evolutivos que apresentavam semelhanças transitórias referentes aos embriões dos seres vivos menos evoluídos do grupo correspondente. Esta síntese recapitulativa biológica, através da qual se estabelecia um nexu indestrutível entre a ontogenia e a filogenia, seria, para o biologismo materialista, a prova definitiva da unidade evolutiva da «natureza material». Assim, o único espaço que poderia conceder-se à ideia de Divino era a de se poder falar num «Deus intra-cósmico panteísta», ficando irrecuperavelmente comprometida a ideia de um criacionismo transcendente.

Foram estes os caminhos trilhados pela crise da ideia de Deus desde o período final do século XVIII ao dealbar do século XX. As vanguardas culturais e políticas que receberam esta herança, sobretudo as que, no plano europeu e português, reivindicaram o património do republicanismo e do socialismo, combinaram em graus diferentes os ingredientes desta mundividência. No entanto, não andaremos longe da verdade se dissermos que tais vanguardas reflectiram dramaticamente o impacto que o desenvolvimento das metodologias científicas não deixou de trazer a uma ideia de Divino que até então não tinha sido seriamente questionada pelos depositários do saber hegemónico. O desafio à visão tradicional do criacionismo transcendente foi assumindo feições harmonizáveis com o desenvolvimento dos métodos, das técnicas e das aquisições do conhecimento científico. E se, num primeiro momento, a alternativa ao criacionismo teológico é encontrada num tímido e vago panteísmo, de colorações poéticas e pagãs, em fases mais adiantadas a questionação irá encontrar outras vias explicitantes. O positivismo, abdicando do cerrado racionalismo em que se constituíra inicialmente, nem por isso deixou de interpelar severamente o teologismo da Tradição. A sua religião da Humanidade é já uma poderosa catapulta de demolição, ao opor à *fê* da crença católica a *demonstração* dos catecúmenos humanitaristas e ao contrapor ao apelo do *Transcendente* a moeda de troca de um quase imediato *Imanente*. Contudo, será o cientificismo sistemático, inerente às disciplinas biológicas, — nos momentos emblemáticos que lhes foram trazidos por Lamarck, Darwin e Haeckel — , que oferecerá ao materialismo ateu abundantes argumentos anti-criacionistas. A segunda metade do século XIX gerou os abundantes materiais de demolição que muitos dos republicanos e dos socialistas europeus não deixariam de invocar reiteradamente, não apenas no decurso da segunda metade de Oitocentos , mas igualmente na primeira metade do século seguinte. Dificilmente poderemos alcançar uma visão correcta das raízes do agnosticismo e do ateísmo do nosso tempo sem que nos reportemos a estes fundamentais (e fundamentantes) prolegómenos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

208

- ARNAUD, Pierre, *La pensée d'Auguste Comte*, Bordas, [Paris], 1969.
- BASTIDE, Georges, *Les grands thèmes moraux de la Civilisation Occidentale* Paris, Bordas, 1958.
- BOUTROUX, Émile, *Science et Religion dans la Philosophie Contemporaine*, Paris, Ernest Flammarion, Éditeur, 1925.
- BRAGA, Teófilo, *Traços geraes de philosophia positiva comprovados pelas descobertas scientificas modernas*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1877.
- BÜCHNER, Louis, *Force et Matière. Études populaires d'histoire et de philosophie naturelles*, Paris, C. Reinwald, Libraire-Éditeur, Leipzig, Théodore Thomas, Libraire Éditeur, 1869 (Troisième édition revue et augmentée d'après la neuvième édition allemande).
- BÜCHNER, Luiz, *O Homem segundo a Ciencia. O seu passado, o seu presente e o seu futuro ou d'onde vimos? quem somos? para onde vamos?*, vertido para portuguez segundo a tradução franceza de Letourneau por Alfredo Pimenta, Porto, Livraria Chardron, 1912.
- CAULLERY, Maurice, *Les étapes de la Biologie*, Paris, PUF, 1942.
- COMTE, Auguste, *Catéchisme positiviste*, in «Oeuvres d'Auguste Comte», Tomo XI, Éditions Anthropos, Paris, 1970.
- COMTE, Auguste, *Plan des travaux scientifiques nécessaires pour réorganiser la société*, in «Oeuvres d'Auguste Comte», Tomo X, Éditions Anthropos, Paris, 1970.
- COMTE, Auguste, *Traité philosophique d'astronomie populaire. Discours préliminaire sur l'esprit positif*, ibidem, Tomo XI.
- DAMPIER, W. C., *Historia de la Ciencia*, Madrid, Editorial Tecnos, 1972.
- HAECKEL, Ernest, *Anthropogénie ou histoire de l'évolution humaine*, (Traduit de l'allemand sur la deuxième édition par le Dr. Ch. Letourneau), Paris, C. Reinwald et C.^{ie}, Libraires-Éditeurs, 1877.
- HAECKEL, Ernest, *Origem do Homem*, Porto, 1908.
- HAECKEL, Ernesto, *Religião e Evolução*, Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmão, Editores, 1908. Tradução de Domingos Ramos.
- HILLER, Horst B., *Espacio. Tiempo. Materia. Infinito. Contribución a una historia del pensamiento científico-natural*, Madrid, Editorial Gredos, 1968.
- LAMARCK, *Philosophie Zoologique*, Paris, Librairie C. Reinwald, Schleicher Frères, Éditeurs, [1907?].
- LANGE, F. A., *Histoire du matérialisme et critique de son importance a notre époque*, Paris, Chez C. Reinwald et C.^{ie}, Libraires Éditeurs, 1878 (especialmente o Tomo II).
- MEYER, Hermann J., *La tecnificación del mundo*, Madrid, Editorial Gredos, 1966.
- ROSTAND, Jean, *Esquisse d'une histoire de la Biologie*, Sait-Amand (Cher), Ed. Gallimard, 1978.
- SPENCER, Herbert, *Creación y Evolución*, Valencia, F. Sempere Y C.^a, Editores, s. d.
- SPENCER, Herbert, *Les premiers principes*, Paris, Librairie Germer Baillière et C.^{ie}, s. d.

Fernando Catroga

Universidade de Coimbra

RELIGIÃO CIVIL E RITUALIZAÇÕES CÍVICAS
(EEUU E FRANÇA)

O COMEMORACIONISMO NAS FESTAS NACIONAIS PORTUGUESAS.
DA REVOLUÇÃO LIBERAL AO ESTADO NOVO SALAZARISTA

I. A religião cívica nos Estados Unidos e em França

De acordo com vários antropólogos e sociólogos (Frazer, Durkheim, Redichiffe-Brown, Mauss, Cazeneuve, Spiro, etc.), a religião também pode ser compreendida pelo papel *religador* que desempenha na reprodução social. E não será necessário aceitar-se todas as consequências da tese de Durkheim — para quem a Divindade é «la société transfiguré et pensée symboliquement» (Durkheim, 1957, 75) —, para se reconhecer que os seus efeitos se objectivam na produção e no reforço de sentimentos de *comunhão* e de *identificação*, de modo que os indivíduos passam constituir-se como sociedade, ou, talvez melhor, como comunidade. Assim sendo, ela terá que desempenhar tarefas tanto *cognitivas*, como *afectivas*, pois se, por um lado, possui uma vocação mundivisional — isto é, dá explicações globais e totalizantes acerca da origem, evolução e destino do universo e do homem —, por outro lado, a sua sacralidade manifesta-se em símbolos, ritos, gestos e atitudes, cuja inteligibilidade última parece remeter para o fundo ancestral da mentalidade mítica.

Nesta ordem de ideias, é ponto assente para muitos historiadores a ideia segundo a qual a secularização dos fundamentos, funções e finalidades da política moderna também gerou um certo halo de sacralidade, embora as suas justificações teóricas o não admitissem. Esta faceta tornou-se mais visível nas duas grandes revoluções modernas e no conseqüente desenvolvimento de um fenómeno que tem recebido várias designações: «religião civil», «religião política», «religião secular», etc.

Ao invocar argumentos jusnaturalistas e jusracionalistas para se legitimar, dir-se-ia que o novo conceito de soberania — base do Estado-Nação moderno — se situou num plano exclusivamente imanente e secular. Todavia, tem-se visto nesta maneira de pensar uma inversão do modelo jusdivinista. No caso português, é justo citar Oliveira Martins, em texto dos finais da década de 1870 (*As Eleições*). Com efeito, de acordo com o autor do *Portugal contemporâneo*, o velho princípio *Omnis potestas a Deo* foi substituído, numa operação que envolvia uma escondida divinização do homem, por este outro: *Omnis potestas ab homo*. Por sua vez, basta atentar nas estratégias de *inclusão afectiva*, que os novos poderes irão fomentar, para se ver que a moderna racionalidade política transportava consigo certas formas de sacralidade, tal como o corpo projecta a sua própria sombra. E, no campo das experiências históricas concretas, pode dizer-se que as revoluções americana e francesa miscegenaram o seu jusnaturalismo fundante — os direitos do homem — com justificações e ritos que visavam fazer do seu ponto de partida — o indivíduo-cidadão — um ser simultaneamente pessoal e comunitário, não dispensando invocações sacralizadoras. Com este objectivo, puseram em cena práticas que denotam algo que hoje parece mais evidente. É que, se o homem é *lógos*, ele também é *homo loquens*, *homo ludens* e *homo symbolicus*, e a religião civil comprova a existência de uma debilidade na proclamada auto-suficiência secular da política moderna, porque, objectivamente, ela mostra que a «frieza» da sua legitimação racional necessita de ser completada com afectividades e vivências socializatórias mais «quentes».

A religião civil americana emergiu numa sociedade em que era forte a memória das perseguições que tinham atravessado a Europa durante as guerras religiosas. Por isso, se as suas características tiveram a ver com as tradições anglo-saxónicas (Magna Carta), e com as lições do Iluminismo, elas também não foram estranhas à carga mítico-simbólica com que o Novo Continente foi conotado desde o tempo dos pioneiros. Só a analogia com a aventura do povo de Israel podia definir aquele espaço, qualificar o novo povo e profetizar a sua vocação na história universal. E o peso do Antigo Testamento na tradição puritana ajuda a perceber, em boa parte, a carga metafórica que começou a edificar a identidade americana, mesmo antes da Independência. No entanto, dada a memória da diáspora, compreende-se que, quando isso aconteceu, o respeito pela liberdade religiosa tivesse sido um dos primeiros direitos fundamentais a ser consignado no novo ordenamento constitucional. Assim, a formação da nova Nação não resultou de qualquer luta contra a(s) Igreja(s). Ao contrário, a Constituição pretendia evitá-la, como se confirma através da clarificação introduzida pela sua primeira emenda (1802). Mas, se a metáfora do «muro» introduziu uma novidade — a separação das Igrejas do Estado —, esta não resultou de qualquer reivindicação de cariz anticlerical ou laicista. Ela foi não só o resultado lógico de traumas históricos e do reconhecimento dos direitos do homem, mas também consequência de um imperativo que, como autolegitimação, reivindicava para si uma origem sacral e transcendente.

Por mais paradoxal que possa parecer, é um facto que a neutralidade do novo Estado não obistou a que se tivesse recorrido à mitologia bíblica para, de uma maneira distinta das Igrejas propriamente ditas, e sem quaisquer intuítos concorrenciais contra elas, se pôr em acção um conjunto de princípios, símbolos e ritos de matriz religiosa muito próximo da função que a religião civil, teorizada por Rousseau, devia desempenhar. De facto, esta modalidade de separação foi acompanhada pelo desenvolvimento e institucionalização de uma religião civil autónoma, embora inspirada nas

religiões do Livro. Isto é, os americanos foram-se reconhecendo como Nação, mediante um conjunto de crenças, símbolos, ritos e expectativas que, sem hesitação, R. Bellah (1984) designou por «religião civil». E esta terá exercido um papel crucial na criação e fundamentação das novas instituições e da própria mitologia nacional americana. Quais são as suas características essenciais?

Como premissa maior, ela postula a existência de um Ser Supremo, entidade transcendente que expressa a condição naturalmente religiosa do homem, princípio que, situando-se para além das suas concretizações históricas em Igrejas, permite congregar e tolerar as diversidades, função nodal em todas as sociedades, mas muito mais importante num país de imigrantes. Dir-se-ia que este Princípio evoca a presença do Deus do deísmo. Todavia, uma análise mais profunda — em particular, da retórica das cerimónias públicas e dos juramentos, bem como das tomadas de posse dos Presidentes dos EEUU, efectuadas desde a fundação do Estado americano — revela que a crença na Divindade ultrapassa o distanciamento mecanicista do Deus-relógio das filosofias deístas, pois Ele intervém nos negócios do mundo, como se do Deus do Antigo Testamento e do providencialismo se tratasse.

Neste horizonte, entende-se melhor a perspectiva americana sobre a raiz dos próprios direitos do homem. Segundo algumas interpretações, estes não decorriam, exclusivamente, da natureza humana, mas teriam sido colocados por Deus nas mãos de um novo «povo eleito» — o povo americano — para os fazer cumprir e propagar. Daí que o convencimento desta missão se tenha recoberto de uma linguagem directamente inspirada na Bíblia, à luz da qual o Atlântico surge como o novo Mar Vermelho, a Europa como o antigo Egipto, e a América como uma nova Terra Prometida, uma Nova Jerusalém, investida de um destino redentor, nem que para isso seja necessário o sacrifício.

Por sua vez, todo este tipo de analogias — que será apressado reduzir à mera retórica — foi enformado por práticas simbólico-rituais, postas ao serviço da socialização de uma cultura cívica de cunho patriótico. Com

efeito, desde as fórmulas e os ritos de juramento, passando pelos símbolos nacionais (hino, bandeira, moeda), pela calendarização cívica do tempo (*Memorial Day, Thanksgiving Day, Veteran Day*), pelo culto dos Pais Fundadores, pela eleição de espaços imbuídos de sacralidade cívica (Gettysburg, cemitério nacional de Arlington, Mont de Rushmore, memoriais, edifícios públicos como o Capitólio e a Casa Branca), as componentes desta religião civil formaram-se à volta de uma mitologia heróica e sacrificial, características que ganharam uma maior ênfase após o trauma provocado pela Guerra Civil (1862). Neste corpo religioso-cívico, não surpreende, portanto, o relevo dado aos mitos fundadores e, de certa maneira, refundadores (Lincoln), assim como ao culto dos símbolos nacionais (hino, bandeira). E entende-se, igualmente, o grande investimento que se fez (e faz) na comemoração dos mortos nos campos de batalha. Prova-o o lugar especial que, desde 1862 até hoje (I Guerra, II Guerra, Coreia, Vietname, etc.), tem sido conferido aos que lutaram e, sobretudo, caíram pela Pátria e, por isso, pela humanidade. (Ainda recentemente foi inaugurado, em Washington, e na presença de cerca de 200 000 pessoas, um memorial nacional da II Guerra Mundial, cuja construção havia sido determinada pelo Congresso em 1993) (*Público*, 31 de Maio de 2004).

Não é este o lugar próprio para se desenvolver tudo o que acaba de ser sintetizado. Por agora, importa sublinhar que esta religião civil nunca foi anticlerical e laicista, pois não pretendia substituir-se às Igrejas. Implantou-se, não para lhes disputar os seus poderes próprios, mas para mobilizar as consciências e para sacralizar o sentimento patriótico e uma certa ideia nacionalista de Nação. E isto desde os seus primórdios, característica logo registada pelo olhar atento de Tocqueville. Na verdade, o escritor francês, tão sensível à especificidade da revolução americana, não deixou de assinalar que, nas instituições políticas do novo país (e ao contrário do que acontecia em França), havia algo de religioso, que não rompia com as religiões transcendentais e se afirmava como poderosamente necessário «à manutenção da República democrática», inoculando, nas consciências e práticas, os valores cívicos, como se estes fossem «hábitos do coração» (Tocqueville, 2001, 338).

A nova República pôs em acção ideias análogas a algumas das que Rousseau expendeu acerca das características e funções do que chamou religião civil. De facto, quando se faz comparações, verifica-se que certas premissas do culto civil americano estão muito próximas das que o autor de *Émile* avocou como fonte da prática religiosa que deveria reforçar a dimensão sociabilitária dos indivíduos nas sociedades modernas. No entanto, a compreensão mais cabal do que se afirma passa por um melhor esclarecimento da definição que ele deu daquele conceito.

Deixando de lado as críticas que lançou às religiões históricas propriamente ditas, frise-se que, contrariamente a Locke, o pensador francês não confinava a nova religião à privacidade. Por conseguinte, não aceitava que ela estivesse separada do Estado, porque, ao ligar os indivíduos à sociedade de um modo imaginário e passional, ela iria condicionar a formação da virtude dos cidadãos. Caber-lhe-ia, em suma, interiorizar valores morais e produzir o civismo, mediante a sintetização do núcleo forte de duas outras atitudes religiosas, a que Rousseau chamou a religião do homem e a religião do cidadão.

A religião do homem não implicava a existência de templos, altares, ritos. Cingia-se a uma adesão puramente interior a Deus e aos deveres eternos da moral, intuídos a partir do interior da consciência, criação divina por excelência. Mais do que um deísmo, estar-se-ia perante uma posição teísta, crente na existência de um Ser Supremo — cuja vontade faria mover o universo, de acordo com uma ordenação racional —, na separação da alma do corpo, e na conseqüente esperança na vida *post-mortem*, com a recompensa ou a sanção dos actos praticados na terra e julgados pela justiça divina. Poder-se-á assim concluir que esta religião se saldava numa ética inferida a partir da essencialidade da natureza humana, base que daria às suas normas um valor universal. Como escreveu Julie Saada-Gendrom, que estamos a seguir, a religião do homem «est donc une religion

universelle enseignée dans l'intériorité de la conscience» (Jules Saada-Gendron, 1999, 139). Contudo, e diferentemente do que Kant virá a defender —, os seus princípios não eram meros postulados da razão prática, sem qualquer valor nomenal.

Bem vistas as coisas, a religião do homem coincidiria com o essencial da lição dos Evangelhos, mas não com o cristianismo histórico e institucional, isto é, com a «religião do padre». Contudo, também superaria o principal defeito da religião cristã, a saber: esta, ao separar a cidade dos homens da cidade de Deus, conduzia a que a sua moral e as suas expectativas não incitassem ao cumprimento de normas passíveis de reforçar a sociabilidade.

Contra o universalismo da religião do homem, a religião do cidadão relevava, sobretudo, a religação de um determinado povo à sua Pátria. Deste modo, os seus dogmas seriam directamente ditados pelo Estado, tendo em vista socializar o respeito tanto pela instância política que consubstanciava o contrato social, como pela lei civil dela emanada. E a sua fraqueza maior residia no facto de considerar como bárbaro tudo o que fosse estranho aos seus princípios, acabando por impor uma esfera de deveres ditada, não pela natureza da humanidade, no seu conjunto, mas de uma Pátria específica. O que a levaria a cair num defeito análogo, embora contrário, ao que Rousseau denunciava no cristianismo: o seu ecumenismo excessivamente abstracto e insociável.

Dir-se-ia que a religião civil devia conciliar o concreto com o universal, não lhe interessando tanto o problema da verdade, mas mais os efeitos sociabilitários da sua prática. Pelo que os seus dogmas teriam de ser, como na religião do homem, «simples, en petit nombre, énoncés avec précision, sans explications ni commentaires. L'existence de la Divinité puissante, intelligente, bienfaisante, prévoyante et pourvoyante, la vie à venir, le bonheur des justes, le châtement des méchants, *la sainteté du contrat social et des lois*, voilà les dogmes positifs». E os negativos reduzir-se-iam a um: «c'est l'intolerance: elle rentre dans les cultes que nous avons exclus» (Rousseau, 1971, 579).

Como a religião civil seria indissociável dos seus efeitos, ela poria em acção uma ética de cunho universal, porque inspirada na consciência humana. Na verdade, as preocupações de Rousseau não tinham um cariz teológico, mas filosófico-político. Interessava-o, sobretudo, solidificar a permanente renovação do contrato social, através da educação do sentimento colectivo, ou, por palavras suas, da «*sainteté du contrat social et des lois*», ou, melhor ainda, de «sentiments de sociabilité, sans les quelles il est impossible d'être bon citoyen ni sujet fidèle» (Rousseau, 1971, 579; os itálicos são nossos). Modo de confessar que a razão só desempenharia uma função social válida se estivesse geminada com o reconhecimento afectivo dos institutos que encarnavam a vontade geral, sentimento que teria de ser praticado como amor do dever.

Tal como a religião do cidadão, a religião civil também iria socializar o dever-ser cívico, isto é, o patriotismo, embora o inscrevesse num horizonte ecuménico. Com essa síntese, os excessos abstractos da religião do homem e do cristianismo seriam superados. No entanto, há que indagar se a mediação nacional e a índole estadualista das prescrições dos dogmas da religião civil não acabavam por limitar o ideal de tolerância que Rousseau — visando evitar futuras guerras religiosas — igualmente propugnava. É que, embora a sua religião civil não fosse, ao nível dos princípios, intolerante, pois, assim como a religião do homem, ela apontava para um horizonte universal, as suas ligações com o poder político, bem como a adesão ao velho preconceito (que, entre outros, Locke, ao invés de Pierre Bayle, perfilhou), segundo o qual um homem sem religião seria, por natureza, um ser social perigoso, abriam portas a que a chamada razão de Estado também se impusesse como uma nova religião de Estado, metamorfose em que este se transformava, igualmente, numa instituição religiosa.

É verdade que Rousseau reconheceu que os indivíduos não tinham que prestar contas ao Soberano acerca das suas crenças subjectivas. Todavia, esta liberdade seria mais privada do que pública, pois não valia para as escolhas que tivessem consequências na vida da comunidade. Isto é, conquanto cada indivíduo pudesse ter as opiniões que desejasse, e ao

Soberano fosse negada competência em matérias como as da vida *post-mortem*, o Estado não seria indiferente aos efeitos sociais e cívicos das opções individuais. Segundo o *Contrato social*, haveria «une profession de foi purement civile, dont il appartient au souverain de fixer les articles, non pas précisément comme dogmes de religion, mais comme sentiments de sociabilité». Ora, apesar desta destrição, o certo é que estas ideias potenciavam desenvolvimentos análogos aos que, antes do tratado de Vestefália (1648), obrigavam os súbditos a perfilhar a religião do Soberano (*cujus regio, ejus religio*), obrigação que, como se sabe, foi uma das causas das guerras religiosas. Ao mesmo tempo, elas não deixarão de ser campo fértil para desenvolvimentos ideológicos de índole totalitária. É certo que Rousseau não foi tão longe no elo que teria de existir entre o Estado e a religião civil. Mas, no seu modo de pensar, o reconhecimento da liberdade de consciência não impedia o seu contrário, pois o Soberano teria o direito de banir do Estado o descrente, «non comme impie, mais comme insociable, comme incapable d'aimer sincèrement les lois, la justice, et d'immoler au besoin sa vie à son devoir. Que si quelqu'un, après avoir reconnu publiquement ces mêmes dogmes, se conduit comme ne les croyant pas, qu'il soit puni de mort; il a commis le plus grand des crimes, il a menti devant les lois» (Rousseau, 1971, 579).

Como é lógico, sendo a religião civil justificada, não pela sua maior ou menor verdade, mas pelas consequências sociais e patrióticas que provocava, entende-se que, tendo em vista a interiorização dos deveres sociais, se corporizasse como *paideia*; e explica-se que, dentro do ideal educativo proposto — que Rousseau teorizou no *Émile* —, houvesse lugar para a dimensão lúdica, cuja melhor objectivação colectiva seria a celebração de festas cívicas em espaço público. Compreende-se. Como a religião do homem, também a religião civil não teria templos, orações e altares. Devia ser prática revivificadora do contrato social. Para isso, e tal como aconteceu nas Repúblicas que, modelarmente, tinha sabido concretizar a «liberdade dos antigos», o seu cenário só podia ser *ágora*. Mas, qual a sua encenação específica?

Na linha do que, já em 1758, Rousseau tinha defendido na sua *Lettre à M. D'Alembert sur les spectacles*, a nova *polis* necessitava de criar festas adequadas à formação da consciência cívica dos cidadãos (Rousseau, 1984, 168 e ss.). Contudo, o paradigma desses espectáculos não podia ser o do teatro clássico e o do seu cânone aristotélico, devido ao seu conteúdo dissolvente, à passividade em que a encenação colocava os espectadores (separando-os dos actores), e ao espaço fechado em que a representação se desenrolava. A nova festa seria a mais espontânea possível, tendo como actores os seus próprios espectadores, isto é, o povo reunido e em confraternização ao ar livre, em ordem a reviver-se e a cimentar-se o elo social (Jean Devallon, 1981, 187-195).

Da revolução como festa à festa cívica

É sabido que as ideias de Rousseau também influenciaram alguns dos principais protagonistas da Revolução Francesa e, em particular, Robespierre e Danton, bem como todos os que procuraram estabelecer novos cultos revolucionários e promover novos ritos. (Sublinhe-se que, em 1794, os jacobinos propuseram a institucionalização de 36 festas anuais). E, quando se comparam estas experiências com a americana, detectam-se evidentes semelhanças, a começar pelo reconhecimento da liberdade religiosa no quadro da aceitação primordial da liberdade de consciência. Mas se, quanto à origem dos direitos do homem, estes parecem promanar, igualmente, do Ser Supremo, a verdade é que a evolução da religião civil à francesa acabará por explicitar algumas diferenças.

De facto, a Deidade que esta propunha tinha características mais deístas, porque assentava num Deus indiferente e menos nacionalista do que O da religião civil americana. Dir-se-ia que os direitos do homem, enquanto fundamento da nova ordem constitucional revolucionária, seriam, pelo menos no seu momento inaugural, universais e só depois franceses, ao

contrário do caso americano, pois a suposição do mito do «povo eleito» doou-lhes, desde os primórdios, uma concretude mais patriótica. Por outro lado, a Revolução Francesa, se edificou uma nova ordem política e social, fê-lo dentro de uma tradição regalista (que subordinava a Igreja nacional ao poder monárquico) e em confrontação directa com o catolicismo, visto como um dos alicerces do Antigo Regime. Nesta perspectiva, se a religião cívica americana — filha da memória das guerras religiosas europeias e de um Estado estranho às tradições galicanas — sempre coabitou com as Igrejas (numa concretização do princípio da tolerância, só negado, em relação à sociedade civil, em conjunturas extremas de «caça-às-bruxas»), as versões francesas, mesmo reconhecendo o princípio da liberdade religiosa, encerravam um conceito de separabilidade antagónico às religiões históricas.

Nesta ordem de ideias, entende-se que a «separação amigável» do primeiro modelo tenha possibilitado uma coexistência pacífica não só entre o Estado e as Igrejas, mas também entre estas e a religião civil que aquele alimentava; ao invés, a Constituinte francesa arrogou-se logo do direito de reformar o catolicismo. Com efeito, o «comité revolucionário», que elaborou a Constituição Civil do Clero, pretendeu reconduzi-lo à sua «pureza primitiva», e a aceleração do processo revolucionário conduzirá à «descristianização» (Ano II) e a este outro desfecho: o aparecimento de novos cultos de finalidade revolucionária, assim como a implantação de ritos cívicos que visavam substituir os das Igrejas tradicionais. Daqui nasceram muitos cultos alternativos (Razão, Decadários, Ser Supremo, Panteão, etc.), novas expressões rituais (festas cívicas, músicas corais, novas fórmulas de juramento) e, até, um novo calendário. E tudo isto conspirava para a abolição da influência que o cristianismo (e o catolicismo) exercia na formação das almas.

No entanto, com o esvaziamento dos entusiasmos revolucionários, e com o crescimento da necessidade de se consolidar a nova sociedade nascida das transformações revolucionárias, a institucionalização daqueles cultos alternativos revelou-se muito conflituosa para poder funcionar como sua instância cimentadora de um novo consenso. Por isso, no século XIX,

assistir-se-á ao abandono da carismação directamente religiosa (Deus, Ser Supremo) da religião civil francesa, confinando-a a evocações, símbolos e ritos apostados, tão somente, em revestir de alguma sacralidade os alicerces e as expectativas de uma realidade sociopolítica crescentemente secularizada. Tarefa que, contudo, não se ancorava em qualquer entidade transcendente. Neste contexto, pode concluir-se que esta experiência, mais do que a americana, acabará por se afastar da «ortodoxia» do modelo rousseauiano, pois o seu culturalismo mover-se-á num fundo agnóstico, quanto aos princípios, e será anticlerical e laico no que tange ao relacionamento das Igrejas com o Estado. Característica que se tornou particularmente dominante no decurso da III República, isto é, após os inícios da década de 1870, quando, nas práticas que visavam formar a consciência cidadã, Deus começou a ser substituído pelo culto da Pátria. Este também foi sendo cada vez mais enfatizado, em detrimento do fundacional universalismo iluminista.

A centração terrena das raízes e das expectativas do homem e da sociedade operou, de facto uma mudança. Porém, esta constituiu mais uma inversão sucedânea, do que uma autêntica ruptura. É que o pôr-se entre parêntesis princípios explicitamente sacrais suscitou uma *transferência* e não tanto uma extinção. Foi o caso do maior relevo que foi dado à consciência humana como fonte axiológica, vertente privilegiada pelo espiritualismo republicano francês de inspiração neokantiana (Ravaisson, Étienne Vacherot, Jules Simon, etc). Também não se pode esquecer que aquele posicionamento se desenvolveu em miscegenação, ou em polémica, com o crescente peso de argumentos historicistas e sociologistas, perspectiva que especificava a concretização dos valores universais da tradição revolucionária (Fernando Catroga, II, 1991) e que foi mobilizada para dar um cariz quase providencial e escatológico à índole da própria Nação francesa. Na verdade, dir-se-ia que, se Deus não escolheu a França para o desempenho da missão de regenerar a humanidade, este desígnio ter-lhe-ia sido atribuído pela história. E basta ler Edgar Quinet e, sobretudo, Michelet, para que esta «sacralização» se torne mais visível. A própria Revolução Francesa aparece cantada como o pródromo da emancipação humana.

Ora, vendo bem as coisas, tal mitificação é igualmente filha da ideia de «povo eleito», embora, neste caso, esse estatuto não venha de um acto gracioso de qualquer Deidade, mas de imperativos que estariam inscritos na própria evolução histórica. Michelet é um bom exemplo desta «sacralização», ao fazer uma leitura do destino da França que será elevada a paradigma de educação cívica sob a III República. Pode então concluir-se que um ponto de partida mais universalista acabará por desaguar numa nova versão patriótica e, neste caso, francocêntrica, característica a que nem sequer escapou uma teorização aparentemente mais cosmopolita: a religião da humanidade, sistematizada por Augusto Comte, a partir do modelo cristão medievo e da experiência dos cultos revolucionários.

Com efeito, ao propor um novo calendário, uma nova hagiografia e uma nova Igreja universal, o autor do *Catéchisme positiviste* não deixava de colocar a França na vanguarda da épica função de internacionalizar o período positivo e, assim, regenerar não só à República Ocidental (a Europa), mas também toda a humanidade. E esta referência é importante, porque as propostas religiosas de Comte ajudaram a consolidar a religiosidade cívica praticada pela III República, particularmente no que diz respeito aos rituais comemorativos.

A justificação histórica aparecia naturalmente completado por uma outra, de cariz sociologista, óptica que teve como consequência maior a subalternização dos princípios mais universalistas, centrados na consciência, a uma moral pretensamente científica, mas que se firmava, não na natureza humana metafisicamente considerada, mas nas lições fornecidas pelas características concretas das sociedades, num dado período da sua diacronia e nas relações que teriam entre si e com o meio (social e físico) em que se inseriam. Por isso, a ética de inspiração kantiana foi sendo subsumida por uma outra, que se saldava numa moral social, e cujos efeitos se reproduziam através do sistema educativo, objectivados em valores de índole cívica (fraternidade, altruísmo, amor à Pátria e à humanidade, trabalho, etc.). Entende-se, assim, que a sua expressão ritual, no espaço público, fosse a face *móvel* desta *paideia*.

Neste modelo, os ritos são indissociáveis da experiência revolucionária. Daí que a sua génese tenha de ser explicada a partir da mundividência que deu credibilidade à ideia segundo a qual a Revolução estaria a inaugurar uma era nova, espécie de grau zero da história, e a iniciar um percurso que iria conduzir à definitiva libertação de humanidade. O que equivale a reconhecer que, pelo menos nos seus momentos fundantes, a festa cívica pressupunha uma ontologia do tempo oposta à que doou sentido à festa arcaica.

Na verdade, em França (e nos países por ela mais influenciados), a expressão lúdica da paideia cívica entronca nos cultos que a Revolução, movida pela paixão do futuro, institucionalizou. Por isso, neles, não estava em causa qualquer depreciação ôntica do tempo. É que, recorde-se, o rito antigo significava «uma actualização dos primeiros tempos do Universo, do *Urzeit*, da era original eminentemente criadora, que viu todas as coisas, todos os seres, todas as instituições fixarem-se na sua forma tradicional e definitiva». Emergência do sagrado no tempo profano, ele era momento repetitivo e de furiosa exuberância, no qual a sociedade retemperava o seu ser no «reservatório das forças todo-poderosas e sempre novas» da matriz (Roger Callois, 1988, 105). Deste modo, o rito arcaico pode ser definido como um cerimonial *ex-tático*, fusão colectiva que suspende a ordem do mundo e a ordem do tempo, representando, simbolicamente, a cosmogonia, ou melhor, o regresso ao caos, numa vivência regeneradora e ciclicamente repetida. Pelo que ele, ao objectivar-se num tempo e espaço de eleição, pode igualmente ser caracterizado como a *(re)presentificação* cénica de uma ontologia (Jean Jacques Wunenburger, 1977, 11).

Porém, seguindo Mircea Eliade, Jean Pierre Sironneau, ao estudar as tendências secularizadoras das sociedades modernas, comparou deste modo a festa arcaica com a festa revolucionária: se a mentalidade mítica atribuía ao rito uma função em que a ressurgência simbólica dos arquétipos visava anular a história profana, a fim de a regenerar, os das religiões civis, ao contrário, objectivam, explicitamente, a dimensão temporal do homem.

E se, em ambos, se encontra o mesmo apelo a uma origem paradigmática, bem como uma análoga preocupação em evitar-se a inexorável degradação da memória, o rito cívico moderno convoca o momento fontanal, mas para se (re)viver o tempo evocado como um irreversível ponto de partida da épica viagem sem regresso, que a humanidade irá percorrer até à realização plena do sentido perfectível da história. Em consequência, neles, a mimetização do arquétipo não é nostálgica, mas insinua uma esperança prospectiva, de tipo prometeico (o historicismo moderno secularizou o velho mito de Prometeu), encenando-o como uma espécie de teatralização do ideal de utopia.

Prolongando a paulatina secularização da festa política propriamente dita, já visível nas entradas régias e nas festas barrocas, a Revolução Francesa instaurou, de facto — e em directa oposição às festas aristocráticas e às festas católicas —, novas festividades, de finalidade educativa e cívica, movidas pela mística do tempo novo. Pela primeira vez, os ritos, directa ou indirectamente políticos, passaram a ser tecnologias do simbólico postas ao serviço da paixão do futuro. Daí que, como modelarmente se verifica na festa da Federação (14 de Julho de 1790), não estivesse em causa qualquer depreciação da riqueza ôntica do tempo, ou qualquer suscitação que indicasse o regresso à mítica Idade do Ouro. Solenizava-se, antes, a reivenção do contrato social.

No entanto, a posteridade acentuou aquilo que o rito também é: prática de repetição cíclica. Consequentemente, numa sociedade que «degrada» a sua origem sacral, os ritos cívicos imediatamente se transformaram em acções anamnéticas, bem consubstanciadas numa política da memória que programava a luta selectiva contra o esquecimento, em ordem a transformar-se em *memória histórica* e em *memória nacional*. O que lhes deu um tom predominantemente comemorativo. Como paga, eles foram perdendo a frescura original dos tempos inaugurais, como se fosse inevitável as revoluções transmutarem-se em comemorações de si mesmas. Por isso, se, em 1789 e 1790, as festas ainda gozavam de espontaneidade — a festa da Federação, conglomerando no Campo de Março representantes de toda a

França, funcionou como a confirmação simbólica, através do juramento colectivo, da génese da nova ordem —, o curso dos anos, com os avanços e recuos da Revolução e da sua própria memória, levou-as a perderem essa característica. Em certo sentido, pode exprimir-se este trânsito dizendo que se passou da *festa-instituinte* do novo Estado-Nação para a festa movida pela necessidade de, recorrentemente, este confirmar a sua *institucionalização*.

Com a passagem da *festa-instituinte* a *festa-instituída*, perdeu-se em novidade o que se ganhou em propósito comemorativo, isto é, em efeitos legitimadores e defensivos. De qualquer modo, apesar das homenagens periódicas e cíclicas feitas a acontecimentos, valores ou «grandes homens» exemplares, a mensagem não se queria regressiva, mesmo quando, do ponto de vista da funcionalidade ou do *décor* dos ritos, se seguia o ensinamento das festas políticas da Antiguidade. Com os ritos cívicos, criou-se um suplemento simbólico e sentimental que pretendia mobilizar as consciências para projectos em que o consenso requeria uma interiorização afectiva das novas representações do social. E isto explica que a sua teorização apareça interligada com o debate sobre a educação e com o fomento do patriotismo (Mona Ozouf afirma que, explícita ou implicitamente, a festa revolucionária e os seus avatares tinham por objectivo a idolatração da Pátria).

Num período de exaltação propício à irrupção de novas atitudes religiosas, devido à efervescência revolucionária (Durkeim, 1968, 306 e ss.), as festas geravam momentos entusiasmantes de comunhão, que convidavam a uma *intensiva* vivência do tempo, numa função quase mística e antecipadora da utopia. A esta luz, entende-se melhor a estratégia que comandava a sua encenação: esta representava a idealização do novo *cosmos social*, possibilitando que os indivíduos — quais átomos sociais, isolados pela destruição das sociabilidades tradicionais — se sentissem como *sujeitos sociais e cívicos*, isto é, como cidadãos participantes de uma colectividade espiritual, que os envolvia, apelava e mobilizava, chamada *povo*. Funcionalidade que levou alguns a definirem as festas cívicas como

máquinas produtoras de homogeneização, ou, no dizer de Guy Débord, como *instrumentos de unificação* (G. Débord, 1971, 9 e ss.).

O caso da festa da Federação ilustra isto mesmo, pois tratou-se de criar um momento de comunhão dos indivíduos com uma totalidade que os ultrapassava. E foi este propósito unificante que lhes fixou, como objectivo, a produção do consenso — só se pretendia excluir as minorias, tidas por inimigas do povo —, numa prática aglutinada à volta de símbolos adunantes, porque de pretensão universal (Ser Supremo, Razão, Pátria, Árvore de Liberdade, etc). Com o tempo, porém, estes princípios serão absorvidos pelo empolamento do culto da Pátria, embora a função do rito continue a ser a mesma: tomar o lugar, «dans les âmes de nos contemporaines...., de la foi évanoui», localizando, «ici bas, dans les lointains de l'avenir, sous la forme d'une ordre social à créer, le salut de l'humanité» (in Jean Pierre Sironneau, 1982, 205). Só que a escatologia transcendente, ainda pressuposta pela religião civil de Rousseau, assumia agora um cariz exclusivamente imanente, histórico e patriótico.

O modelo francês: dos novos cultos cívicos ao ritualismo comemorativo

Os efeitos sociais dos ritos cívicos são óbvios. Na sua simultaneidade colectiva, o indivíduo pode reconhecer-se como sujeito social e sentir-se integrado numa sociedade vivida como uma comunidade. Por isso, compreende-se que, a par da sua fundamentação racional, o novo Estado-Nação tenha produzido representações simbólicas capazes de simular a renovação do contrato social, de suscitar afectividades em relação a ideais abstractos e colectivos, e de desenhar visões do universo e da história que, em alternativa às religiões com escatologias transcendentais, conferem um sentido colectivo à vida individual. Daí, a necessidade de alimentarem a crença na auto-suficiência da própria sociedade (Bronislaw Baczko, 1984, 16) e de prometerem formas sucedâneas de imortalização, nem que seja no céu da memória colectiva (Fernando Catroga, 1999). Mas a índole dessas

representações leva a perguntar se, mesmo quando elas não se concretizaram como uma religião civil propriamente dita — como a evolução do caso francês parece demonstrar —, a sua cabal compreensão não exigirá que as entendamos à luz de uma certa *sacralização da política* (Mona Ozouf, 1976), ou melhor, «comme modèle d'*interdépendance civique*: aussi bien siège laïcisé d'une morale publique que lieu immatériel de l'appartenance politique et sanctuaire enseveli du lien social» (Olivier Ihl, 1996, 21). De facto, mesmo quando as práticas de reprodução sociabilitária deixaram de invocar Deidades e de pressupor o julgamento final e a imortalidade da alma — postulados essenciais da religião civil de Rousseau —, perdurará uma mitigada religião civil, ou melhor, uma espécie de religiosidade cívica, embora não tão explícita como a americana e igualmente inconfundível com as religiões do Livro.

Esta característica acentuar-se-á quando os ritos civis passaram a *festas-instituídas*. E estas, ao plasmarem-se como um *espectáculo*, tornaram-se mais controláveis e programadas, fazendo crescer a dicotomia entre os seus participantes e o público espectador; o que conduziu a este resultado: no século XIX, a festa revolucionária metamorfoseou-se em festa cívica, ou melhor, numa cerimónia de cunho comemorativo, encenado, amiúde, como um cortejo, um desfile, uma parada, degradando (ou recalçando) a força instituinte do modelo.

Com efeito, em França, os avanços, recuos e tentativas para se olvidar a herança da Revolução conduziram a que as festas revolucionárias tivessem sido domesticadas como festas da Nação, num processo que não foi linear. Com a Restauração, houve mesmo uma espécie de regresso à prodigalidade monárquica anterior a 1789. Chamadas indistintamente «festa nacional» ou «festa patronal do rei», estas manifestações, outorgadas, constituíam ajuntamentos e não punham em prática a mediação pedagógico-cívica exigida pela *cultura republicana*. Com a Monarquia de Julho, as solenidades introduziram alterações importantes, mormente com os festejos das *Trois Glorieuses*. Compreende-se. Tratava-se de fazer uma certa recuperação (liberal e monárquica) da Revolução: a 27 de Julho de 1830, foi colocada a primeira pedra na coluna a erguer na praça da Bastilha; no ano seguinte, a bandeira tricolor foi adoptada, enquanto o Panteão retomou o culto dos

«grandes homens». Instituiu-se, ainda, a festa do «Roi-Citoyen». Todavia, a pouco e pouco, esta deu lugar a homenagens a «Saint-Philippe», sintoma do regresso à finalidade típica da festa monárquica, a saber: reforçar o respeito para com o rei e os poderosos. E se a II República retomou, momentaneamente, a celebração de ritos consagradores da soberania nacional, o II Império deu uma maior ênfase ao modelo ordeiro do desfile e da parada militar (Ihl, 62-75). Entretanto, com a III República, reapareceu toda uma retórica exaltadora da herança revolucionária. Todavia, as suas festas já só podiam ser de cariz *comemorativo*, logo, promovidas mais para serem *vistas* do que efectivamente participadas (Jean Duvignaud, 1965, 238-263). É que se estava perante uma *cerimónia instituída*, que almejava reproduzir uma dada ordem estabelecida. E, não obstante as evocações escolhidas pela III República elegerem acontecimentos e símbolos que, em vez de produzirem consenso, podiam dividir (o *14 de Juillet*, a *Bandeira tricolor*, a *Marsellaise*), o certo é que elas secundarizavam o estigma da sua origem violenta e revolucionária, em nome da unidade nacional. Em conclusão: «l'unité de la nation sous l'égide d'une République laïque et démocratique: tels sont les termes politiques de la politique festive mise en oeuvre après 1880» (Ihl, 115).

Para se formar o indivíduo-cidadão seria necessário forjar, se não uma religião civil no sentido estrito e rousseauiano do termo (como alguns ainda propunham), pelo menos uma praticada religiosidade cívica. E esta tinha de pôr em acção símbolos e ritos, ainda que não fundamentados em qualquer entidade transcendente (como acontece na religião cívica americana, ou como ocorreu no período da Revolução), mas numa leitura teleológica da história, a qual, mesmo quando reivindicava o universal, se saldava numa lição patriótica. Portanto, o historicismo substituiu o teísmo, ou mesmo o deísmo, pois, agora, não existia «ni théologie ni mystère», porque «le culte patriotique détermine avant tout une subordination des droits individuels à l'appartenance civique que pose la Nation» (Ihl, 82). E o papel do sistema nacional de educação e de ensino foi decisivo neste processo socializador, ao exilar Deus da Escola para nela fazer entrar o ideal (sacralizado) de Pátria e do seu sinónimo: a República.

Como a Nação é uma abstracção, entende-se que este culturalismo celebrasse «grandes acontecimentos» e «grandes homens» históricos, atitude estribada no exemplo da Revolução e a que o positivismo de Comte (despido, porém, da sua explícita e ortodoxa forma religiosa) deu base teórica. O que conferiu às festas cívicas uma tonalidade predominantemente comemorativa, característica que não colidia com o facto de elas teatralizarem, igualmente, uma visão *linear e acumulativa do tempo*, rio no seio do qual o «grande homem» e o «grande acontecimento» emergiam aureados de uma capacidade precursora e profética. Sombras exemplares, as suas evocações (e invocações) caucionavam a prática dos vivos, inscreviam-na numa tradição, e davam fisionomia ao cumprimento do propalado desígnio nacional, ligando-o, todavia, ao universal (Jean-Marie Goulemet e Eric Walter, 1984, 407-408; Catroga, 1996, 547-619). Simultaneamente, este trabalho de glorificação aparecia como uma prova ontológica de que, agindo-se de acordo com ideais altruístas e patrióticas (mormente aceitando-se o sacrifício maior: o «morrer pela Pátria»), a conquista da imortalidade não era uma quimera.

Bem vistas as coisas, a historicização das expectativas carregava uma outra consequência: a colocação da história não só como o Juízo Final da *praxis* humana na terra, mas também como uma espécie de segundo (ou único) *além* imortalizador. Por conseguinte, as comemorações não podem ser interpretadas como se de actos exclusivamente passadistas e passivos se tratassem. Tal como em Comte, os mortos teriam de governar os vivos, tutela que, porém, devia ser mediada pelos interesses do presente e do futuro, de modo a funcionar como apelo revivificador e como emulação, isto é, como um incentivo para se alcançar uma fama pelo menos análoga à do evocado.

II. As festas cívicas em Portugal

Em Portugal, como a valorização das práticas simbólicas de índole cívica não foi uniforme, as suas relações com a religião também nem sempre foram as mesmas. Se se quiser ser sintético, elas podem ser resumidas a

duas: aquela em que o cultualismo cívico se desenvolveu dentro do reconhecimento, de direito (Monarquia Constitucional), ou de facto (Estado Novo), do catolicismo como religião oficial, e em que, por isso, se assistiu a uma maior confusão de planos e onde, não raro a Igreja, dentro da tradição regalista, foi posta ao serviço da política; e aquela outra que implicou a separação e se inscreveu num horizonte historicista e secular. Esta última vertente, teorizada pela cultura republicana de matriz francesa, foi-se tornando hegemónica nas elites culturais e políticas dos finais de Oitocentos, sobrepondo-se ao modelo de inspiração católica e monárquico-liberal, apesar de a República só ter sido implantada em 1910. Todavia, em qualquer das vias indicadas se encontra uma característica comum, a saber: o uso de práticas que revelam a necessidade de se conferir sacralidade a campos cada vez mais secularizados.

É certo que, na sequência da Revolução Liberal (1820-1823), se realizaram algumas festas cívicas inspiradas na Revolução Francesa. Porém, não se pode esquecer que esta «recepção» já levou em conta os excessos cometidos, e que, por outro lado, ela não se queria impor contra a religião transcendente estabelecida, pois os revolucionários liberais portugueses, pese o seu anticongreganismo, recorriam aos Evangelhos para legitimarem as suas ideias e para pugnam pela reforma do catolicismo, em ordem, não destruí-lo, mas a adequá-lo aos novos valores. E é ainda esta mesma coexistência que se depara na tentativa para se institucionalizar o culto cívico ao rei D. Pedro IV, falecido em 1834, e desde logo elevado, pelos seus companheiros de luta contra os absolutistas, a herói, cuja memória devia ser cultuada em panteão próprio. No entanto, este culto — então anualmente repetido na Igreja da Lapa (Porto), onde repousa o seu coração, doado à cidade — ir-se-á paulatinamente extinguindo (Fernando Catroga, 1990).

Como se sabe, na sequência das crises de 1848, a Europa entrou no período da «era das nacionalidades» e de um reordenamento político que dará origem quer a novos grandes Estados (Alemanha, Itália), quer a um novo surto imperialista e colonial, liderado pela Grã-Bretanha. Factores que farão crescer a consciência da pequenez e decadência de Portugal, e que

condicionarão o renovamento da *questão ibérica*, chegando alguns políticos e intelectuais a propor a união das coroas dos dois países peninsulares. Outros irão defender uma via federal republicana, enquanto a grande maioria diabolizará o tradicional medo face a Espanha, para fortalecer, contra o nacionalismo legitimista, um nacionalismo de orientação liberal (Fernando Catroga, 1985).

Com efeito, alguns intelectuais desta última corrente (Alexandre Herculano, Rebelo da Silva, etc.) estarão na base do lançamento de um mais empenhado enaltecimento da passagem do aniversário do *1º de Dezembro*, data comemorativa da reconquista da independência depois de um domínio espanhol de 60 anos (1580-1640). De facto, as festividades ganharam um maior peso a partir de 1861, com a formação da *Associação 1º de Dezembro*. Contudo, nesta conjuntura, as cerimónias limitavam-se à celebração de *Te Deum* e a orações fúnebres, e estiveram sempre longe da dimensão pública das que, a partir de 1880, irão celebrar a epopeia dos Descobrimentos e do Império. Isto só pode significar que, em Portugal, mesmo o «perigo espanhol» acabará por ser secundarizado, devido ao facto de os vários nacionalismos, incluindo o nacionalismo republicano, terem crescido numa relação directa com a campanha — *transversal a todas as ideologias políticas* — em defesa da manutenção do império colonial em África e na Índia (aqui Portugal governava Goa, Damão e Diu), ameaçado pelas pretensões não só da Grã-Bretanha, mas também da Bélgica, da Alemanha e, na década de 1930, da própria Itália.

Os momentos fortes do comemoracionismo português

O primeiro grande pretexto simbólico-ritual para a defesa de direitos históricos nas Colónias foi oferecido pela passagem do 3º centenário da morte de Camões (1880), o «grande homem» português que A. Comte não se esqueceu de pôr no calendário que devia pautar o novo tempo cívico,

de acordo com a liturgia da sua religião da humanidade. É certo que a mitificação do Vate é anterior ao século XIX. No entanto, foi nos primórdios do romantismo que, na música, na pintura e na literatura, a sua personalidade começou a ser mais glorificada. Por outro lado, recorde-se que, um pouco por toda a Europa, ao «homem de letras» (e não tanto ao político ou ao militar) foi reconhecida uma maior capacidade para gerar consenso; o que o guindou (sobretudo ao poeta) a «voz» essencial da «alma das Nações»: a Alemanha já tinha festejado Schiller; Petrarca havia sido enaltecido por franceses e italianos em 1874; em 1877, a Bélgica — uma exceção — glorificou Rubens; em 1878, a França celebrou Rousseau e, sobretudo, Voltaire.

Estas festas tocaram de perto alguns dos publicistas portugueses (professores, escritores, jornalistas) mais influenciados pelo positivismo e mais empenhados em fazer de Camões o «representative man» da nacionalidade. Mas como, em Portugal, a glorificação do «homem de letras» foi pretexto para se reavivar a aventura referida em *Os Lusíadas*, a junção do novo critério de nobilitação pelo mérito com o enaltecimento de uma empresa imperial — que já não tinha força política para se impor — teve uma consequência que não se encontra em outras experiências: a escolha do dia consagrado a um poeta, símbolo de uma epopeia e de uma época grandiosa, para «dia» da própria Nação.

Esta enfatização do «homem de letras» não era uma novidade portuguesa. Ela surgia no seguimento da consolidação de um ideal aristocrático assente no mérito, e não no sangue ou nas virtudes guerreiras. Ora, se esta perspectiva foi ganhando corpo e expressão institucional (Academias) nos séculos XVII e XVIII, o certo é que ela alcançou ainda maior visibilidade com o romantismo, conjuntura em que o filósofo tendeu a dar lugar ao poeta como o melhor mediador da verdade da história. E, como esta passou a ser indissociável da sua concretização nacional, ele também seria o essencial revelador dos sentimentos e das vocações mais profundas da «alma do povo».

Não é esta a ocasião para se fazer uma análise comparativa das transformações indicadas. Neste momento, basta assinalar a especificidade portuguesa dentro deste processo europeu geral, destacando o caso concreto das panteonizações. Se a Revolução Francesa «sacralizou» civicamente Rousseau e Voltaire como os «grandes homens» que a Pátria não podia esquecer, em Portugal, depois dos vários projectos falhados, o primeiro acto com grande eco na opinião pública somente ocorreu em 1880, quando, no contexto do centenário de Camões, as presumíveis cinzas do autor de *Os Lusíadas*, bem como as de Vasco da Gama, foram trasladadas, em espectaculares procissões cívicas, para o monumento-símbolo dos Descobrimentos: o mosteiro dos Jerónimos. Quer isto dizer que a tendência para colocar o poeta no cume do novo Eliseu cívico em construção recebia, agora, uma objectivação sobredeterminada pelo propósito maior que presidia ao comemoracionismo português: o avivamento defensivo da gesta imperial no contexto das reivindicações dos novos imperialismos.

No entanto, é igualmente indubitável que as panteonizações só parcialmente pareciam prolongar este casamento entre a exaltação dos valores poéticos com a aventura da expansão, exemplarmente presente na obra de Camões. Com efeito, os restos mortais dos primeiros eleitos para serem depositados nos Jerónimos — transformado, de facto, em Panteão Nacional — foram os dos também poetas Alexandre Herculano (1889), João de Deus (1896) e Almeida Garrett (1902). Mas se nos lembrarmos que, quando, em 1966, foi finalmente inaugurado (em Lisboa, Santa Engrácia) o Panteão Nacional propriamente dito — cuja institucionalização havia sido decretada, em 1916, pela I República —, as figuras aí perpetuadas não deixaram de dar continuidade à mitificação de «grandes homens» ligados aos Descobrimentos. É verdade que as cinzas de Camões se manterão nos Jerónimos, e que, para Santa Engrácia foram algumas das que tinham ido para o monumento manuelino: as de Almeida Garrett, João de Deus, Sidónio Pais e Teófilo Braga. No entanto, as sepulturas do poeta Guerra Junqueiro e de Óscar Carmona (o primeiro Presidente da República do Estado Novo), igualmente depositadas em Santa Engrácia, foram acompanhadas pela

instalação de cenotáfios erguidos à memória de D. Nuno Álvares, Infante D. Henrique, Afonso de Albuquerque, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e Luís de Camões. Como se vê, o perfil épico da hagiografia cívica, fixada desde as últimas décadas de Oitocentos, mantinha-se dominante quase um século depois.

Por sua vez, tudo isto criou esta situação paradoxal. Como as cinzas atribuídas a Camões se mantiveram nos Jerónimos, pode então dizer-se que existem dois Panteões Nacionais: um, de facto, em consequência da política da memória do século XIX e da força do mito camoniano; o outro, de direito, relativamente secundarizado, situação hoje um pouco alterada devido à repercussão popular do recente sepultamento, no seu espaço, da fadista Amália Rodrigues. Seja como for, é indiscutível que Santa Engrácia não conseguiu anular os Jerónimos. Dir-se-ia que, afinal de contas, é ainda o halo da glória do Vate que, na hierarquia dos «grandes homens» da história pátria, confere a máxima consagração cívica. Logo, não foi por acaso que, já depois da revolução democrática de 1974, as cinzas de Fernando Pessoa foram para o velho mosteiro manuelino (a 16 de Outubro de 1985), prova de que este espaço é o verdadeiro altar cívico da Pátria. Neste contexto, também se compreende que seja junto de Camões (e de Pessoa, afinal, o «segundo Camões») que os Chefes de Estado estrangeiros depositam flores quando, simbolicamente, desejam homenagear a Nação portuguesa (Fernando Catroga, 1996, 666-668; João Medina, 1994, 301).

Depois deste excursão, regressemos, então, ao campo em que o elo entre a glorificação comemorativa e os sonhos imperiais foi ainda muito explícito. Como se sabe, às festas camonianas de 1880, seguiram-se outras. E, não por acaso, as mais importantes estiveram todas ligadas aos Descobrimentos: a do Infante D. Henrique (1894), a da celebração do centenário do caminho marítimo para a Índia (1898), a da conquista de Ceuta e de homenagem a Afonso de Albuquerque (1915), a da independência do Brasil (1922), a do nascimento de Camões e da morte de Vasco da Gama (1924), a da fundação e restauração da nacionalidade (1940), a da descoberta da Guiné (1946), a da tomada de Lisboa aos mouros (1947), a de Mouzinho de Albuquerque (1955),

a do centenário do Infante D. Henrique (1960), etc. Em termos cronológicos, diga-se que estas celebrações, enquanto espectáculos cívicos, seguiram de perto o modelo das festas francesas e o cânone comtiano da festa cívica (comemorações, congressos, exposições). Aqui, só iremos explicitar a sua componente comemorativa.

Com a convocação dos indivíduos para espaços públicos e ao ar livre, montaram-se representações com explícitos propósitos pedagógico-cívicos, mormente na decoração, ordenação e composição dos desfiles. No entanto, merece destaque esta diferença essencial: enquanto as festas francesas mais espectaculares promovidas pela III República incidiam sobre acontecimentos que legitimavam um regime — o *14 de Juillet*, o centenário da Revolução (1889) e o da República (1892) —, e eram animadas pelo desejo de superar traumas (o da perda da Alsácia-Lorena, o das divisões provocadas pela Comuna e pela conseqüente agudização da *questão-social*), nas portuguesas, assistiu-se a uma maior personalização das evocações (Camões, Infante D. Henrique, Vasco da Gama, etc.), modo de dar rosto a um entendimento épico da história pátria. Daí que, na sua mensagem última, essas ritualizações *re-presentificassem* o período quase unanimemente aceite como sendo o zénite da Nação — os Descobrimentos —, em ordem a que a sua recordação pudesse criar momentos de comunhão colectiva e, utilizando uma expressão usada na época, de «revivescência nacional».

O que provocou esta outra característica: salvo raríssimas excepções, as festas cívicas portuguesas foram, sobretudo após 1880, comemorações e celebrações postas ao serviço do combate contra um arreigado sentimento de decadência. Daí, também, os seus anelos regeneracionistas, objectivo que ajuda a compreender por que é que os republicanos, mesmo antes de conquistarem o poder político, conseguiram, como promitentes de uma «Pátria Nova», influenciar boa parte das expectativas semeadas por este ritualizado diálogo entre as promessas de futuro e as releituras do passado. Com efeito, em termos de mensagem, os primeiros desfiles comemorativos — centrados na realização de cortejos cívicos com carros alegóricos, e promovidos com um forte impulso da «sociedade civil» — deram igualmen-

te forma à significação e enaltecimento dos valores morais e cívicos característicos da *cultura republicana* (o ofício das letras, a indústria, o comércio, o trabalho, a educação, a solidariedade, o municipalismo, o patriotismo).

Não obstante o modelo ter sido elaborado nos últimos anos do século XIX, não se errará muito se se defender que também o salazarismo o irá incorporar, modificando-o, porém, em consonância com o pendor mais nacionalista, imperialista, corporativo e católico da sua ideologia. Mostra-o as inúmeras exposições, congressos e comemorações que o regime ditatorial promoveu desde os inícios de 1930 e, em particular, no decurso das comemorações do Duplo Centenário, em 1940. Para além dos vários congressos (incluindo o Luso-Brasileiro de História), que então tiveram lugar, os momentos altos da festa foram os de maior espectacularidade e, por isso, os mais atractivos para a mobilização popular: a Exposição do Mundo Português e o Cortejo Imperial do Mundo Português.

Mais especificamente, este último constituiu um autêntico *rito móvel de história*. Toda a sua simbologia procurava veicular imagens tendentes a aurear o regime como se este fosse a culminação apoteótica do Império, isto é, do próprio sentido da história de Portugal. Depois de séculos de decadência, que o liberalismo monárquico e republicano teriam acelerado, a nova ordem — que também pretendia ser uma «ordem nova» — apresentava-se como um «Estado Novo». Inspirando-se no melhor do passado, aquele estaria, finalmente, a regenerar a Nação decaída.

Comprova esta intenção a própria sucessão interna do desfile: cada uma das suas partes coreografou, nas ruas de Lisboa, em alas sucessivas que ilustravam *quadros históricos móveis*, o «Portugal de Ontem», o «Portugal de Hoje» e o «Portugal de Amanhã». Por sua vez, a Exposição do Mundo Português foi encenada como uma «Cidade da história», ou melhor, como uma «Cidade simbólica», a qual, como ensinava um dos teóricos das comemorações, devia ser lida como um «documento da consciência nacional e da fé com que, forte no passado glorioso que celebra, a Pátria afirma a certeza inabalável no Futuro!» (Augusto de Castro, 1940, 49).

Por outro lado, será importante destacar a finalidade subjacente ao lançamento das comemorações de 1940: sufragar simbolicamente o regime, ou melhor, o seu Chefe, e concretizar uma manifestação capaz de ter uma grande repercussão internacional. Para este desiderato, pensava-se propagandear a iniciativa além-fronteiras e conseguir a presença oficial, na Exposição, de países importantes. Contudo, a agudização dos conflitos mundiais (a guerra civil de Espanha e a II Guerra Mundial) foram factores que fizeram diminuir estas possibilidades; o que acabou por ser aproveitado pelo Estado Novo, ao promover Portugal como um país em paz, em contraste com um mundo (demoliberal, ou comunista) em conflito. Obviamente, a ausência de representações estrangeiras na Exposição foi quase total. O Brasil foi a excepção.

O Brasil no comemoracionismo português

As tentativas para associar o Brasil à política comemoracionista portuguesa datam das festas promovidas nas últimas décadas de Oitocentos e, particularmente, das de Camões, do Infante D. Henrique e da Índia. Percebe-se. Como estas se realizaram numa conjuntura em que, a par da existência de um forte sentimento de decadência nacional, as críticas ao colonialismo português, vindas das novas potências, tinham aumentado de tom, o enaltecimento do Brasil (incluindo o do Brasil independente) servia para provar a capacidade portuguesa para dar novos mundos ao mundo.

De qualquer modo, a passagem do 4º centenário da chegada de Pedro Álvares Cabral a terras de Vera Cruz passou praticamente despercebida. O que é que pode explicar este alheamento? A situação interna da nova República brasileira e um certo cansaço dos activistas do comemoracionismo depois das festas da chegada à Índia (1898), podem ser alguns dos motivos deste quase silenciamento da efeméride. No entanto, a razão fundamental parece ter sido outra. Naquela conjuntura, a prioridade da política colonial europeia incidia sobre o Oriente e, sobretudo, sobre África. E eram as

colónias africanas que, em últimas instâncias, Portugal pretendia defender. Por isso, mesmo quando festejavam a Índia, os olhos das suas elites políticas estavam voltados para África, tanto mais que as principais cobiças das grandes potências (Grã-Bretanha, Alemanha) diziam respeito a Angola e a Moçambique. Pelo que, em termos de investimento simbólico, a «mais-valia» da lembrança de figuras como as de Vasco da Gama — cantada por Camões —, Infante D. Henrique, ou mesmo Afonso de Albuquerque, superava a de Pedro Álvares Cabral.

Não se pense, porém, que esta atitude significava a «morte» definitiva da memória do Brasil. Esta era forte, e a onda migratória dos finais de Oitocentos e primeiras décadas do século XX não só a reforçou, como a avivou. Daí que a nova República portuguesa (implantada em 5 de Outubro de 1910) tenha instituído, pouco depois (1912), o *dia 3 de Março* (tido como o da chegada de Cabral ao novo Continente), como feriado nacional, disposição que só será extinta pelo Estado Novo, em 1952. Ainda no plano simbólico, recorde-se que, em 1918, foi emitida uma nota de 100 escudos, alusiva a Pedro Álvares Cabral e à sua chegada a Porto Seguro. No entanto, o momento de maior explicitação do lugar do Brasil na retórica do patriotismo (e do comemoracionismo) português deu-se — por mais paradoxal que, à primeira vista, isso possa parecer — aquando dos festejos do 1º centenário da independência da antiga Colónia.

Como salientámos em outro lugar (Fernando Catroga, 1996, 570-571), a comemoração deste acontecimento fornecia um óptimo pretexto para a afirmação positiva de uma obra, ao mesmo tempo que oferecia uma boa oportunidade para o aprofundamento das relações entre ambos os países. Como momentos altos das cerimónias, destacam-se: a visita do Presidente da República portuguesa (António José de Almeida) ao Brasil; a edição de uma medalha comemorativa, na sessão solene realizada no Congresso da República no próprio dia 7 de Setembro de 1922; e, sobretudo, a concretização do primeiro voo de Lisboa ao Rio de Janeiro, pilotado por Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Analise-se as leituras que foram feitas desta aventura.

Os dois aviadores partiram do Tejo, simbolicamente, em frente dos Jerónimos e da Torre de Belém, a 30 de Março daquele ano. E, depois de várias peripécias — que aqui pouco interessam —, chegaram ao Recife, à Baía e ao Rio de Janeiro, tendo sido recebidos por multidões entusiasmadas, com particular destaque para a numerosa colónia portuguesa do Rio (amarraram na baía de Guanabara em 17 de Junho). É basta atentar nos títulos de alguns dos jornais da época para se ter uma ideia da exploração patriótica que imediatamente se fez da aventura: «Viva Portugal!», «Salvé Portugal!», «Horas da Glória», «A Alma da Pátria», «Glória a Portugal», «Venceram Guiados pela Cruz», « Por Mares e Ares Nunca Antes Navegados», etc.

Em termos de repercussão pública, a glorificação dos aeronautas secundarizou a própria viagem de António José de Almeida. Desta, ficou, sobretudo, a aplaudida afirmação, em que, parafraseando Garrett, o mais alto magistrado da Nação portuguesa declarou estar no Brasil, «em nome de Portugal, para agradecer aos brasileiros o favor que eles nos prestaram, a nós, proclamando-se independentes no momento em que o fizeram» (in *Portugal-Brasil. A hora gloriosa da raça*, 1922, CXXIV). Como quem diz: estando a independência brasileira ligada à Revolução Liberal, e sendo esta entendida, dentro da leitura historicista com que o republicanismo português se legitimava, como um dos momentos precursores da instauração da própria República, D. Pedro e os seus seguidores em Ypiranga terão ajudado, ainda que de um modo indirecto, a criar as condições para a futura republicanização de Portugal.

Por outro lado, a consagração dos aviadores permitiu criar a ilusão de que se estaria, momentânea e simbolicamente, na contemporaneidade dos feitos épicos de antanho. Como retoricamente se escrevia numa saudação enviada pelo Presidente da República portuguesa aos novos «nautas» (20 de Abril): «A Pátria agradece os louros com que enramais a sua fonte, aguardando que chegueis para atingir o êxtase, contemplando o rejuvenescimento definitivo da sua velha glória lendária» (in *Portugal-Brasil. A hora gloriosa da raça*, X). Mais uma vez, o período dos Descobrimentos era seleccionado

como sendo a «Idade do Ouro» de Portugal. A pretexto de uma jornada comemorativa, que parecia ser contraditória com os objectivos perseguidos pelas práticas comemorativas, procurava-se incentivar sentimentos de consenso e de solidariedade nacionais, passíveis de recalcar a pequenez contemporânea e de integrar as contradições sociais e políticas da hora que se vivia, crise que parecia estar a pôr em causa a própria sobrevivência do regime republicano. O que incitava à exaltação da aventura de Gago Coutinho e de Sacadura Cabral como um sinal de revivescência, pois ela estaria a mostrar que, «por detrás das cizânias e rebeldias», que dividem, «existe um Portugal em corpo e alma, sempre pronto a manifestar-se ardente, fremente e sequioso de glória» (*Diário de Lisboa*, 26.10.1922, 1).

Com efeito, Gago Coutinho e Sacadura Cabral entraram imediatamente na galeria dos grandes heróis nacionais. Popularizados pela literatura de intenções cívicas, por edições filatélicas e numismáticas várias, por consagrações toponímicas — ambos têm nomes em ruas e avenidas de várias cidades e vilas —, em projectos de estatuária (um foi logo proposto em 1922, mas a sua concretização só virá a ocorrer no contexto das comemorações do meio centenário da aventura em 1972), muitas foram, de facto, as manifestações em que a sua acção foi celebrada como uma espécie de irrupção do melhor heroísmo quinhentista em pleno século XX.

A esta luz, ganha sentido a grandiloquência que foi posta na adjectivação do feito: o hidroavião surgia metaforicamente comparado às caravelas, como se fosse uma nave que tinha sulcado «ares nunca dantes navegados», e os aviadores cantados como herdeiros directos do Infante D. Henrique (tido por especialista em náutica, tal como o era Gago Coutinho) e, sobretudo, de Pedro Álvares Cabral (sublinhava-se que Sacadura também era Cabral). Dir-se-ia que o passado estava a regressar ao futuro. E alguns jornais brasileiros afinaram pelo mesmo diapasão. Assim, para o *Correio Paulistano* (31.3.1922), naquela viagem, tinha sido o «velho Portugal heróico que ressurgia na grandeza do seu passado de epopeia pelo arrojo e pela audácia dos seus galhardos filhos, o génio da raça, que dormitou secular-

mente, reenceta as façanhas do ciclo homérico dos descobrimentos. A terra de Nun'Álvares, dos Gamas, a Pátria do príncipe taciturno e sonhador de Sagres envia os nautas do azul a renovar, *como navios que singram nuvens*, o gesto lendário de Pedro Álvares Cabral» (in *Portugal-Brasil. A hora gloriosa da raça*, 1922, VII. Os itálicos são nossos).

Diga-se que a iconografia também deu expressão visual a esta analogia. Num postal colorido, editado sob a epígrafe «Glória aos aviadores portugueses», figuravam: os dois «nautas», tutelados pelos anjos glorificadores (o da trombeta e o da coroa de louros); o escudo português e a esfera da bandeira do Brasil, com o lema positivista, «Ordem e Progresso», ladeando a representação do hidroavião; na parte de baixo, foi pintada a partida de Pedro Álvares Cabral e a sua chegada ao Novo Continente, perante a curiosidade dos nativos. Por sua vez, os motivos impressos no selo comemorativo da primeira viagem aérea de Portugal para o Brasil iam no mesmo sentido. Com efeito, nele se pode ver, em organizações paralelas: as figuras dos Presidentes da República de ambos os países; as datas de 1500 e de 1922; os retratos de Gago Coutinho e de Sacadura Cabral; o Pão de Açúcar e a Torre de Belém; a caravela de Pedro Álvares Cabral e o desenho do aparelho que os aeronautas pilotaram.

Como se vê, desde os discursos políticos, passando por relatos jornalísticos e por expressões simbólicas, tudo confluía para se exaltar, de uma maneira mais subliminar ou mais explícita, a gesta dos Descobrimentos, exploração historicista que visava desencadear efeitos de auto-estima e de regeneração nacional, de modo a caldear-se, como nas comemorações anteriores, o fomento do patriotismo com o sonho imperial. E se é verdade que se aceitava (e se saudava) a independência do Brasil, a recriação de uma espécie de viagem virtual de «Pedro Álvares Cabral» a bordo do «Lusitânia» funcionava como uma segunda «redescoberta» imaginária, agora em hidroavião. No entanto, tudo isto só ganha o seu verdadeiro sentido se se perceber o que é que, em última análise, se pretendia: continuar a mobilizar a opinião pública portuguesa para a necessidade de se defender o que restava do Império.

Como facilmente se aceita, a associação de uma visão (mitificada) do Brasil com o comemoracionismo regeneracionista português (que aliava patriotismo, nacionalismo e imperialismo) foi facilmente integrada e desenvolvida pelo Estado Novo salazarista, que tudo fez para que a representação brasileira nas comemorações de 1940 fosse significativa. E esta foi a conjuntura em que, finalmente, se implantou uma estátua de Pedro Álvares Cabral num espaço público de Lisboa. Também aqui este atraso é sinal de que a sua posterioridade não havia merecido um interesse prioritário, quando a comparamos com a de outros navegadores, a começar pelo Infante, por Vasco da Gama e por aqueles (Diogo Cão, Bartolomeu Dias) que deram rosto à chamada «estatuária de capelo», promovida pelo Estado Novo desde os inícios da década de 1930. As razões já ficaram esboçadas: o comemoracionalismo ligado ao ciclo imperial tinha por alvo privilegiado a aventura portuguesa em África e no Oriente, tendo em vista a defesa de direitos históricos, critério que o renovado colonialismo europeu, invocando capacidades efectivas de ocupação e de civilização, punha em causa.

Na verdade, Vasco da Gama foi nobilitado tanto no contexto das comemorações camonianas, como em 1898, na passagem do 4º centenário da sua chegada à Índia. E, recorde-se, os seus restos mortais receberam honras panteónicas logo em 1880, quando as suas cinzas foram transferidas — tal como os (presumíveis) restos mortais de Camões — para os Jerónimos. Nada de parecido acontecerá com Pedro Álvares Cabral, nem em 1900, nem em qualquer outra data posterior (a sua sepultura encontra-se em Santarém, e a sua panteonização só ocorreu em 1966, mas em cenotáfio). E algo de semelhante se deu com a perpetuação da sua memória em pedra.

É certo que, no seguimento das comemorações da independência do Brasil, foi anunciado esse propósito (1926). Contudo, a ideia ficou na gaveta. E o mesmo aconteceu ao projecto que, em 1933, foi pensado para Santarém. Só no contexto das comemorações de 1940 houve vontade política para concretizar a homenagem. Oferecida pela colónia portuguesa do Rio, uma sua estátua foi finalmente erguida num cruzamento de ruas da

capital do país (topo norte do jardim da Estrela). E não deixa de ter significado o facto de ela ser uma cópia da que se encontra no Rio, na Praça da Glória.

No entanto, a maior participação brasileira no comemoracionismo português ocorreu vinte anos depois, nas festas do 5º centenário da morte do Infante D. Henrique (1960). Referimo-nos à visita de Juscelino Kubitschek de Oliveira, realizada nesse âmbito. Significativamente, o Estado Novo decretou feriado nacional para o dia do falecimento do filho de D. João I (4 de Março) e possibilitou que houvesse dispensa de trabalho nas cidades que, sucessivamente, foram visitadas pelo convidado oficial do jubileu — o Presidente da República do Brasil.

Juscelino recebeu autênticos banhos de multidão (particularmente em Lisboa e no Porto) e foi o convidado de honra numa cerimónia há muito desejada por Salazar: uma romagem a Sagres, onde se realizou um desfile náutico internacional, tendo como cenário o mar que banha o promontório. Esta iniciativa contou com a presença de veleiros da Bélgica, Dinamarca, Espanha, França (3), Holanda, Noruega, Portugal (com a «Sagres»), República Federal Alemã, bem como de oito vasos de guerra pertencentes a treze países. A intenção de todo este espectáculo era clara. Segundo o próprio programa das comemorações, «Sagres é um Padrão vivo e natural a *lembrar aos peregrinos* a época culminante da sua história. No promontório ciclópico, viveu um gigante, que foi, em verdade, pela Epopeia que imaginou, frente à imensidade do mar oceano, onde o cabo avulta... Dominando a época — encarnando-a! — ergue-se em Sagres o vulto de Henrique, aquele que, como disse Fernando Pessoa, é 'o único imperador que tem, deveras, o globo do mundo em sua mão'» (*Programa Geral das Comemorações do V centenário da morte do Infante D. Henrique*, 1960. Os itálicos são nossos).

Frise-se que, no decurso da década de 1950, o problema da descolonização havia ganhado uma maior radicalidade. Nas principais Colónias portuguesas, tinham-se formado vários movimentos de libertação, e as disposições dos organismos internacionais, incluindo a ONU, exigiam o reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e à independência.

O que era recusado pelo Estado Novo. O investimento feito nas comemorações henriquinas de 1960 reavivou o propósito — conquanto num contexto cada vez mais difícil — de mostrar ao estrangeiro a existência de uma unidade interna em relação à política colonial. Daí, o grande esforço que foi feito para que estivessem presentes representações internacionais, mesmo de países que não concordavam com a orientação do Governo português.

Mais uma vez foi dado ao Brasil um lugar de destaque neste tipo de cerimónias. Recorde-se que Portugal já havia participado, activamente, nas festas da restauração pernambucana (1954). E, em 1960, tratava-se de mostrar — utilizando a retórica da época — que o «filho», apesar de emancipado, apoiava o «pai», como se estivesse a negar às outras Colónias aquilo que ele mesmo havia conquistado. Por outro lado, esta convivência objectiva vinha ao encontro do plano, que alguns políticos há muito sustentavam, para se consolidar a constituição de uma Comunidade Luso-Brasileira. E a realização de jogos entre atletas de ambos os países insere-se, obviamente, neste projecto.

Por sua vez, é ainda neste mesmo contexto que tem de ser entendida, no auge da luta dos povos das Colónias portuguesas pela sua independência, um dos modos como o Governo de Lisboa se associou às comemorações da passagem dos 150 anos da independência do Brasil. Marcelo Caetano — que havia substituído Salazar como Presidente do Conselho — aceitou entregar, com pompa e na presença dos Presidentes das Repúblicas de ambos os países, as cinzas de D. Pedro à Nação brasileira. (Em Portugal, ficou somente o seu coração, doado por testamento à cidade do Porto). E não será difícil detectar intenções políticas no gesto. A par do reforço da chamada Comunidade Luso-Brasileira, ele pretendia demonstrar que a negação do reconhecimento do direito à independência das Colónias em luta não era uma questão de princípio, mas de facto, pois insinuava-se que elas, afinal, ainda não reuniam as condições necessárias para serem novos «Brasis» em África (Fernando Catroga, 1990, 470).

O fim do Império

244

O que se seguiu durante a década de 1960 não foi de molde a confirmar estes sonhos imperiais serôdios. O imaginário e o simbólico criavam uma realidade virtual que, cada vez mais, ia perdendo base de sustentação. Em Fevereiro/Março de 1961, começou a guerra colonial, e Salazar respondeu com a célebre palavra de ordem: «para Angola, rapidamente e em força»; na Índia, os territórios de Goa, Damão e Diu foram invadidos (17 e 18 de Dezembro de 1961); em África, a guerra, iniciada em Angola, logo se estendeu à Guiné e, depois, a Moçambique (Setembro de 1964). Com isto, Portugal ficou mergulhado numa aventura que durará até à revolução de 1974, quando culminou um ciclo histórico de quinhentos anos. E, como o «regresso» à «casa europeia» não pôde ser preparado por um regime incapaz de compreender os novos tempos, o Estado Novo ficou indissolúvelmente enlaçado ao desfecho da situação bélica que não soube evitar.

Faltar-se-ia à verdade se não se dissesse que, nos seus primórdios, a opção militar contou com um inequívoco apoio popular. Nos quadros mentais da população — socializados por um planificado sistema de ensino e de ritos — estava arreigada uma visão patriótica e imperial da história pátria. No entanto, o desgaste humano e financeiro da guerra, a crescente percepção de que o problema só podia ter uma saída política, as divisões internas do regime, a agudização dos conflitos sociais, a entrada em cena de novos protagonistas nas lutas políticas (a juventude), a evolução no interior da própria Igreja, a política externa das grandes potências, foram alguns dos factores que, a par do choque petrolífero e das suas incidências na economia internacional e portuguesa, minaram aquele apoio. E a crise acelerou-se quando o descontentamento começou a atravessar as próprias Forças Armadas, tanto mais que as necessidades de alargamento das suas bases de recrutamento fizeram com que o tradicional elitismo castrense entrasse em perda. Com esta «democratização», a instituição que, em 1926, derrubou a I República e que sempre foi um dos sustentáculos mais sólidos do Estado Novo, virá também a ser o seu coveiro. De tudo isto nasceu o

25 de Abril de 1974, cujo programa inicial, hesitante na matéria, rapidamente evoluirá para teses descolonizadoras. No entanto, uma interrogação se impõe: a extinção da realidade referenciada pelos principais mitos cívicos, de talha predominantemente nacionalista-imperialista, terá provocado, só por si, a «morte» imediata destes últimos? Respondemos que não.

Ritualismo comemoracionista e educação cívica

Como se escreveu atrás, em Portugal, após a Revolução Liberal (1820), os cultos cívicos não se afirmaram como uma religião cívica propriamente dita, tanto mais que se desenrolaram num quadro que quis evitar os excessos da experiência revolucionária francesa e em que o Estado nunca abdicou de uma posição regalista em relação à Igreja. Foi assim durante a Monarquia Liberal, cuja Carta Constitucional conferia ao rei uma dupla legitimação: ele era rei hereditário e pela «graça de Deus», não obstante também se reconhecesse a primazia da soberania nacional. Deste modo, os ritualismos cívicos promovidos pelo novo poder não implicavam qualquer separabilidade entre a Igreja e o Estado. Ao contrário, este tutelava a Igreja, funcionalizando o clero e impondo o catolicismo como religião oficial.

Não se pode olvidar, contudo, que, após 1880, muitas das principais manifestações comemorativas tiveram características diferentes. As mais importantes nasceram da iniciativa da sociedade civil (intelectuais, associações de jornalistas, estudantes, centros escolares, agremiações maçónicas, etc.) e, em termos doutrinários, inspiravam-se no positivismo comtiano (e, como denunciou o poeta socialista Antero de Quental, no exemplo do «pão e circo» oferecido pela III República). Mas, também aqui, houve um explícito distanciamento crítico das teses do positivismo ortodoxo e, portanto, das ideias de Comte acerca da institucionalização de uma nova Igreja: a da religião da humanidade. Desta, os seus discípulos portugueses limitaram-se a valorizar as práticas comemoracionistas, inserindo-as numa religiosidade apostada em interiorizar princípios inspirados numa moral social e cívica. Daí o seu cariz secularizado e, em alguns casos, de oposição.

É que as suas funções e finalidades não se escudavam em qualquer entidade transcendente, mesmo de índole deísta. E as expectativas para onde apontava a sua pedagogia situavam-se no plano imanente do horizonte histórico, pelo que não pressupunham, à Rousseau, qualquer julgamento ou crença na vida *post-mortem*. Quando muito, assistiu-se a uma certa sacralização da ideia de Nação (e de Pátria) e à elevação da história, não só a fonte de virtudes cívicas, mas também a prova de que valia a pena lutar pela realização do bem comum, dado que o futuro saberia reconhecer os méritos dos seus maiores, libertando-os do esquecimento através da memória colectiva (Fernando Catroga, 2001). Assim sendo, compreende-se que o primeiro grande cortejo comemorativo que a capital do país viu desfilar — o de Camões, em 1880 — tivesse sido logo qualificado como «a primeira procissão, que se fazia em Lisboa, sem cruz alçada nas mãos de um devoto» (*Almanach Camões*, 1880).

O cariz secular destas manifestações recebeu mesmo uma contra-resposta dos meios católicos. Para fazer face a práticas que, criando uma nova hagiografia cívica, podiam conduzir à subalternização da hagiografia religiosa, a Igreja lançou, em 1895, as festas do centenário de Santo António. Para isso, mobilizou mais de cem mil pessoas para um cortejo em Lisboa, manifestação que não deixou de provocar incidentes. Por outro lado, em 1894, a Monarquia, que havia periclitado com a (falhada) revolta republicana do Porto (31 de Janeiro de 1891), tomou uma posição mais activa na comemoração do centenário do Infante D. Henrique, dando particular destaque à sua condição de cavaleiro da Ordem de Cristo.

Seja como for, o modelo dominante era de cariz secular, orientação que a I República, ao declarar a separação das Igrejas do Estado (Abril de 1911), e ao laicizar a educação e a escola, incluindo todo o tipo de juramento, reforçou. Deus foi exilado não só do ensino, mas das cerimónias e actos políticos, judiciais e militares.

Diga-se que, em boa parte, o Estado Novo teve a sua raiz na onda de choque provocada pela obra descaticizadora da I República, regime apostado em neutralizar religiosamente o Estado e, na linha de Jules Ferry, em

realizar o ideal do ensino obrigatório, gratuito e laico, de modo que a escola, qual «nova igreja cívica do povo», pudesse «fabricar» cidadãos emancipados da tutela religiosa e devotados ao culto da Pátria e ao cumprimento da *virtù* republicana. Ora, se é verdade que o salazarismo tudo fará para recatolicizar as elites (e o país), o certo é que não optou por uma ruptura no que respeita tanto às heranças de cunho patriótico e imperial, como ao modelo das práticas comemoracionistas, em vigor, pelo menos, desde 1880.

É certo que a aliança do Estado Novo com a Igreja católica não deixou de se repercutir na carismação das festas cívicas, em particular nas referentes a momentos inaugurais. Nestas, a autoridade religiosa passou a estar activamente presente, apelando, não raro, para a protecção de um Deus providencialista e padroeiro, tal como o catolicismo tradicionalista o representava. Contudo, como as duas componentes — o poder temporal e o poder espiritual — não se misturavam, e como Salazar nunca abdicou, mesmo com a Concordata de 1940, de alguns dos instrumentos regalistas vindos dos regimes anteriores, a análise das manifestações ligadas ao cultualismo político do Estado Novo (comemorações, estatuária, filatelia, numismática, toponímia) convida a perceber que a relativa recatolicização da festa cívica não fez diluir a sua especificidade. O contrário foi mais frequente, através de uma prática que selava o compromisso tácito existente entre o temporal e o espiritual, em ordem a cumprir-se, sem se pôr em causa a primazia temporal do Estado, a grande divisa programática do regime: Deus, Pátria e Família.

Os espaços da religiosidade cívica

Espectáculos rituais, as comemorações sacralizavam (civicamente) o *tempo* e o *espaço* em que tinham lugar. Quanto a este ultimo aspecto, foi o que aconteceu, em Lisboa, com a estátua de Camões (inaugurada em 1867) e com a respectiva praça (local privilegiado pela primeira celebração camoniana em 1880, por vários cortejos cívicos, e pelo «*Dia da Raça*»,

em 1924), bem como com os Jerónimos, velho panteão do rei D. Manuel, eleito «altar cívico da Pátria», quando, em 1880, passou a sepultar as presumíveis cinzas do Épico e as de Vasco da Gama. Esta mesma zona dos Jerónimos — completada pela Torre de Belém — foi palco de algumas das festas do centenário da viagem à Índia (1898) e virá a receber o nome de «Praça do Império», em cujo centro se instalará (1901) a estátua de Afonso de Albuquerque, o símbolo máximo da força portuguesa no Oriente. E compreende-se que a estratégia de recuperação de modelos, heróis e espaços, realizada pelo Estado Novo, tenha também escolhido a mesma área para a Exposição Histórica do Mundo Português em 1940. É que ela possuía «uma grandiosidade que dificilmente poderá ser excedida», tendo face a face os Jerónimos e o Tejo, dois símbolos que, na linguagem oficial, resumiam «a epopeia em pedra e o poema de prata dos Descobrimentos» (Augusto de Castro, 49).

Em termos cívicos, tão sacralizado como os Jerónimos foi, sem dúvida, o espaço de Sagres. Já em 1839, devido a uma iniciativa de Sá da Bandeira — impulsionada pela «redescoberta» de África, depois da perda do Brasil (1822) —, ali tinha sido colocada uma lápide evocativa; e, em 1882-1884, a Sociedade de Geografia havia proposto a construção de um monumento em honra do Infante. No entanto, se a presença do promontório está praticamente ausente do centenário de 1880, ela reaparece, com toda a ênfase, nas comemorações de homenagem ao Infante D. Henrique (1894) e, posteriormente, durante o Estado Novo. De facto, Salazar virá a dar grande importância à mitificação de Sagres e da sua pretensa «escola náutica», processo que caminhou a par com o da glorificação de Henrique, o Navegador, e com o reforço dos laços entre nacionalismo e sonho imperial.

Na verdade, depois de Camões, o Infante D. Henrique virá a ser o herói mais realçado. E a sua própria figuração foi ganhando novos contornos. Se, até ao aparecimento do retrato anónimo da *Crónica dos Feitos da Guiné*, de Zurara (livro inédito até 1841), ela teve por referência o rosto de barba e sem chapéu que está no portal dos Jerónimos, depois daquele acontecimento e da descoberta dos painéis de Nuno Gonçalves (1882), ficou

vincada a sua fisionomia — com bigode e chapelão —, ícone que as comemorações de 1894, as do Duplo Centenário em 1940 e, por fim, as de 1960, assim como a estatuária, a numismática e a filatelia, ajudarão a popularizar. E o facto do filho de João I ter sido cavaleiro da Ordem de Cristo justifica o maior investimento feito pelo Estado Novo: a sua evocação, em concomitância com a de D. Nuno Álvares Pereira (militar, mas depois monge) e com a de seu irmão D. Fernando (mártir que morreu no cárcere em Marrocos), possibilitava a recatolicização da heroicidade cívica e da explicação dos Descobrimentos. Simultaneamente, o perfil religioso e o exemplo de abnegação destes «grandes portugueses» sugeriam que o católico e celibatário António de Oliveira Salazar era a sua encarnação reactualizada, inferência que não é um produto da imaginação historiográfica, pois alguma iconografia e retórica da época não deixou de apontar para essa analogia (Fernando Catroga, 1996, 593-94).

Os mitos (re)fundadores

Nos finais da década de 1840, o historiador Alexandre Herculano deu um golpe de morte no mito do milagre de Ourique, segundo o qual Cristo teria aparecido a D. Afonso Henriques, quando este lutava contra os mouros. É certo que a evocação do primeiro rei não tinha sido esquecida pelos livros oitocentistas de divulgação histórica, e que o castelo de Guimarães foi-se fixando como «berço» da Nação. Mas é um facto que a passagem do 7º centenário da sua morte (6 de Dezembro de 1885), num momento em que a *questão colonial* estava na ordem do dia (relembre-se a célebre Conferência de Berlim), passou relativamente esquecida. Prova de que, nesta conjuntura, a «mais-valia» simbólica que se retirava dos Descobrimentos era politicamente mais rendível do que a resultante da exploração dos mitos fundacionais.

Com o salazarismo, as coisas alteraram-se, em parte. Os manuais e textos de divulgação histórica, sem nunca deixarem de enfatuar a gesta

imperial, empenharam-se, contudo, em articulá-la com a heroicidade das origens, estratégia que, como se sabe, teve o seu momento máximo nas comemorações de 1940, sintomaticamente iniciadas por Salazar no citado castelo. Através delas, o Estado Novo pretendeu festejar, em simultâneo, a *fundação* — arbitrariamente colocada em 1140 — e a *refundação* da Pátria (1640). No entanto, toda a retórica e cenografia dos festejos estavam apon-tadas para consagração da ideia de Império e do próprio Salazar.

Em suma: se o mito de D. Afonso Henriques já tinha antecedentes (tal como o que lhe será correlato, o de Viriato, guerreiro lusitano que comba-teu os romanos), o salazarismo deu-lhe um novo alento: não só continuou a insinuar a veracidade do milagre de Ourique, como intensificou a cam-panha tendente a santificar o fundador. E, para atenuar alguns defeitos da sua personalidade, o regime chegou mesmo a aconselhar que o rei primor-dial fosse representado, não como um filho que se rebelou contra a mãe, ou como uma espécie de *condottieri* de um bando de guerrilheiros, mas, numa exploração analógica com Salazar, como um «Chefe», cuja luta contra os «infiéis», tal como a de S. Luís, o tornava merecedor de beatificação.

Entretanto, com a mesma intenção (re)fundadora, ganhou força outra evocação: a da batalha contra os castelhanos em Aljubarrota (14 de Agosto de 1385) e a do seu herói, D. Nuno Álvares Pereira, condestável que, depois de ali ter saído vencedor, virá a optar pela vida religiosa. E são evidentes as similitudes deste processo com aquele outro que, em França, desaguou na beatificação de Jeanne d'Arc. Com efeito, também em Portugal, na mesma conjuntura, se detectam esforços, vindos igualmente dos meios conservadores e tradicionalistas, para se recatolicizar o imaginário nacional (relembre-se que o milagre de Fátima data de 1917), e para se combater o laicismo da República. Os discípulos portugueses de Charles Maurras, agru-pados no movimento *Integralismo Lusitano*, já tinham feito de D. Nuno Álvares Pereira o padroeiro da Nação; e, em 6 de Novembro de 1918, Bento XI consagrou-o como beato (decreto *Clementissimus Deus*). Entretan-to, sob o lema «*Pela Pátria*», formou-se a *Cruzada Nacional D. Nun'Álvares Pereira* para popularizar o culto, movimento que, posteriormente, se inte-grará no Estado Novo.

Tudo isto contribuiu para fazer de D. Nuno Álvares Pereira um dos grandes símbolos do nacionalismo português. Ele protagonizava um ideal rico de significado educativo, nomeadamente porque, com as alterações provocadas pelo golpe militar de 28 de Maio de 1926, o novo poder político (de onde virá a destacar-se Salazar) se alicerçava numa nova aliança com o Exército e com a Igreja. O Estado Novo irá escolhê-lo para padroeiro da Mocidade Portuguesa e da Legião Portuguesa (agrupamentos paramilitares e nacionalistas criados na década de 1930, segundo os modelos nazis e fascistas), ao mesmo tempo que incentivava o mito da batalha de Aljubarrota e da sua face mais popular, a heroicização da célebre *Pa-deira*, figura feminina que entrou na lenda por ter morto alguns castelhanos com a pá do seu próprio forno.

Por sua vez, o mosteiro da Batalha — monumento mandado erguer por D. João I, num local próximo da peleja e logo transformado em panteão da dinastia de Avis — já tinha recebido um reforço de sacralidade cívica, quando, em 1921, debaixo das suas abóbadas — e não sob qualquer profano Arco de Triunfo —, ali foram depositadas as cinzas e acesa a chama em honra do chamado Soldado Desconhecido, culto cívico a que o Estado Novo dará continuidade. O mesmo acontecerá com a estatuária consagrada dos mortos pela Pátria na I Guerra, erguida, tal como no exemplo francês, nas principais vilas e cidades do país. Iniciada sob a I República, esse projecto prolongar-se-á sob o novo regime.

Simbologia Nacional

Os símbolos nacionais conferem uma representação quase totémica ao patriotismo. Por eles, a Nação ganha «une forme de nature esthétique» (Guimar, 1990, 181), modo de reconhecimento e de integração das contradições regionais e sociais existentes dentro da territorialidade coberta pela sua una e indivisa soberania. Este tipo de representação, que tem raízes na Revolução Francesa, foi desenvolvido pela III República e teve

fortes influências em Portugal, sobretudo devido à acção dos republicanos (Catroga, 1991, 430-440).

A *Marseillaise* — o velho *Chant de guerre pour l'armée du Rhin*, composto por Rouget de Lisle (1792) — transformou-se, rapidamente, no «premier des hymnes modernes, à la différence de ses chants autour desquels se reconnaissait l'Europe monarchique à l'âge de l'absolutisme, l'expression volontaire d'une conscience nationale» (Michel Vovelle, 1986, 85). No entanto, este percurso — um pouco como o da bandeira —, nem se impôs de imediato, nem foi aceite sem controvérsias. De certa maneira, somente com a consolidação da III República se assistiu à sua institucionalização, em 1879, como «hino da Pátria».

Porém, os valores que a canção veicula — a liberdade, o patriotismo e a aspiração a um mundo novo — fizeram com que o seu poder emocional e congregador, típico da música vocal, fosse utilizado em momentos de resistência, mesmo em outros países, como aconteceu em algumas manifestações dos republicanos portugueses, onde, a partir da década de 1870, ele era cantado, a par com o hino *Maria da Fonte*. Assim sendo, não surpreende que aqueles não aceitassem os hinos ligados à Monarquia Constitucional como autênticos símbolos nacionais. Uma conceituada revista do professorado, por eles influenciada, perguntava em 1909: «Existe um hino nacional? Parece que toda a gente responde: — Não!» (J. Alves de Sousa, 1909, 171). Com os olhos postos no exemplo da *Marseillaise*, os republicanos sabiam que a música coral disciplina a multidão, interiorizando os traços impalpáveis, mas reais, da interdependência política (Ihl, 23). Pelo que o hino nacional «devia ter uma letra e música que a todos os portugueses satisfaça» (Sousa, 172). Esse seria o caso da canção que, nascida da crise do *Ultimatum* (lançado em 11 de Janeiro de 1890 pela Inglaterra contra Portugal, a propósito das fronteiras do sul de Moçambique e do acesso ao mar), funcionou como uma espécie de cântico de guerra (virtual) contra o imperialismo britânico e como um eco do clima patriótico da época. Chamou-se-lhe *A Portuguesa* e tinha letra de Henrique Lopes de Mendonça e música de Alfredo Keil.

A República, instaurada em 1910, transformá-lo-á em hino nacional. Mas o seu conteúdo não exalta a liberdade e o advento de um mundo novo. Releva, antes, os feitos dos «heróis do mar» e da «Nação valente», num contexto condicionado pela *questão colonial* e pela consciência decadentista. Daí que, também tente levantar, de novo, o nome de Portugal, fundo patriótico e imperial que talvez ajude a compreender por que é que, na linha da sua política em relação à bandeira, aos feriados nacionais e ao Panteão Nacional, o Estado Novo não o pôs em causa, apesar da sua génese republicana.

A bandeira: do azul e branco ao verde e vermelho

Não vamos fazer aqui a descrição da polémica levantada a propósito da criação de uma nova bandeira nacional em 1910 (João Medina, 1994, x, 143-168). Recorde-se que, ao contrário do debate francês que se seguiu à queda de Luís Napoleão Bonaparte, não se tratava de confirmar a oficialização de um símbolo anterior. Com efeito, em França, a bandeira tricolor era a bandeira que, independentemente das muitas vicissitudes por que passou, constituía uma referência patriótica desde a Revolução. Em Portugal, a República ousou impor um novo símbolo nacional, rejeitando o anterior (branco e azul), identificado com um dos ramos da Casa de Bragança.

Recorde-se que, imediatamente antes da Revolução Liberal, os laços, ou topes, dos chapéus militares eram escarlates e azuis escuros (decreto de 7 de Janeiro de 1796). Alguns anos depois, um novo decreto (19 de Maio de 1806) precisou que as cores oficiais seriam o azul ferrete e o escarlate, e determinou que as mesmas insígnias também deviam ser usadas nas barretinas. Contudo, o documento mais importante, no que toca aos símbolos de vocação nacional, foi a carta de lei de 13 de Maio de 1816, que legislou sobre a unificação dos símbolos do Reino Unido de Portugal, do Brasil e Algarves, «d'aquém, e d'além mar em África». Com efeito, o Príncipe Regente ordenou o seguinte: «que o Reino do Brasil tenha por Armas uma

Esfera Armilar de Ouro em campo azul»; «que o Escudo Real Português, inscrito na dita Esfera Armilar de Ouro em campo azul, com uma coroa sobreposta, fique sendo de hoje em diante as Armas do Reino Unido de Portugal e do Brasil, e Algarves e das mais Partes integrantes da Minha Monarquia»; «que estas novas Armas sejam por conseguinte as que, uniformemente, se hajam de empregar em todos os Estandartes, Bandeiras, Sellos Reais, e Cunhos de Moedas, assim como em tudo mais, em que até agora se tenha feito uso das Armas precedentes. E esta se cumprirá como nela se contém» (in José de Campos e Sousa, 1965, 7).

Como é lógico, a revolução vintista teve de se defrontar com o problema das representações simbólicas. Manuel Gonçalves Miranda, alegando que o reino de Portugal era o único que não tinha laço nacional, propôs, em Cortes, que as novas insígnias passassem a ter por cores o «verde salsa e o amarelo ouro» (tons que serão adoptados pelo Império brasileiro). Contudo, o alvitre não agradou aos deputados. Estes aderiram, antes, à proposta de Manuel Trigo de Aragão Morato, que defendia o azul e o branco, com este argumento: essas tinham sido as cores do escudo de D. Afonso Henriques. Foi assim que, por decreto de 23 de Agosto de 1821, se determinou que «haverá um Laço Nacional, composto na forma do modelo junto, das cores Brancas, e Azul, por serem aquelas que formaram a divisa da Nação Portuguesa desde o princípio da Monarquia em mui gloriosas épocas da sua história»; «Usarão de Laço Nacional no Chapéu, ou Barretina, todos os Oficiais, e Soldados do Exército, e Armada Portuguesa; bem como todos os Empregados Públicos, tanto Civis, como Militares, de qualquer Ordem Hierárquica, ou Graduação que sejam». «A todos os Cidadãos, que não são compreendidos no Artigo antecedente, é permitido usar Laço Nacional.» (in José Campos e Sousa, 1965, 10).

Perante estes signos, compreende-se melhor o gesto de D. Pedro junto ao ribeiro de Ypiranga. É que, segundo o relato presencial do padre Belchior Pinheiro de Oliveira, o regente do Brasil terá arrancado o tope azul e branco, que ostentava no chapéu, deitou-o por terra e, com a espada desembainhada, gritou: «Laço fora, soldados! Viva a independência, a liberdade, e a separação do Brasil» (in José de Campos e Sousa, 1965, 11).

Com a queda do vintismo em 1823, D. João VI, por carta de lei de 18 de Junho, substituiu o azul e branco pelo azul e vermelho, regressando o laço, ou tope, às cores anteriores. No entanto, em 15 de Outubro de 1830, um decreto da Regência repôs a bandeira azul e branca. E será esta que, em 8 de Julho de 1832, a guarnição do brigue «Conde de Vila-Flor» cravará na areia da praia, em Arenosa de Pampelido, dando início à invasão liberal que levará à derrota de D. Miguel.

Por sua vez, este, que reinou entre 30 de Julho de 1828 até 26 de Maio de 1834, «teve como bandeira nacional uma signa branca, e nela as armas reais» (José de Campos e Sousa, 1965, 15).

De acordo com a opinião de alguns especialistas, o azul e o branco eram as cores das armas reais, desde 1185 (reinado de D. Sancho I), por estas razões: o branco, representa a pureza e a obediência; e o azul, a temperança, a inocência e a piedade. Porém, de acordo com outras opiniões, elas também remetiam para «um recôndito simbolismo maçónico, ou recordavam as vestes de N.^a Senhora da Conceição» (José de Campos e Sousa, 1965, 15). Qualquer que tenha sido a sua origem e programada semântica, o certo é que, na modernidade, as duas cores ficaram identificadas com a causa da Revolução Liberal. Consequentemente, é compreensível a devoção que as gerações ligadas às lutas contra o absolutismo nutriam em relação à bandeira azul e branca. Todavia, para muitos adeptos do regime instaurado em 5 de Outubro de 1910, esta presença nos combates pela liberdade não bastava para representar o conceito republicano de Nação.

A esta luz, como é que a República criou a actual bandeira nacional portuguesa? Logo a 24 de Outubro de 1910, o Ministério do Interior (António José de Almeida) publicou o seguinte diploma: «considerando que a bandeira é o símbolo da Pátria, e importando definir e resolver sobre a representação moral da nacionalidade, hei por bem nomear em comissão, para apresentar um projecto de bandeira ao Governo Provisório da República, Abel Acácio de Almeida Botelho [escritor], Columbano Bordalo Pinheiro [pintor], primeiro tenente da armada António Ladislau Parreira,

capitão de artilharia José Afonso de Pala e José Chagas [publicista]» (Recorde-se que chefiava o Governo Provisório o positivista Teófilo Braga). Com esta decisão, iniciou-se um debate que envolveu amplos sectores da opinião pública, bem como a apresentação de dezenas de modelos alternativos.

Um número muito significativo de propostas (27 em cerca de 50 alvites) apostava na republicanização dos símbolos, mas defendia a manutenção, como fundo, do azul e branco. Por exemplo, essa era tanto a opinião de Sampaio Bruno, como a do próprio autor da letra de *A Portuguesa* (o novo hino nacional), conquanto Henrique Lopes de Mendonça achasse que a coroa devia ser substituída pelo «barrete frígio» da tradição republicana e revolucionária. Mas, de todos os projectos que se limitavam a renovar a anterior bandeira, o que teve maior adesão foi o apresentado por Guerra Junqueiro.

O poeta justificou-o deste modo: «a bandeira nacional é a idealidade duma raça, a alma dum povo, traduzida em cor. O branco simboliza a inocência, candura unânime, pureza virgem. No azul há céu e mar, imensidade, bondade infinita, alegria simples. O fundo da alma, visto com os olhos, é azul e branco». Em síntese: as suas cores teriam de consubstanciar a «alma nacional», ou o «espírito do povo», bem como as suas maiores encarnações históricas. Assim, deste fundo azul e branco iria emergir «o braço magnânimo; em campo de heroísmo, — vermelho ardente, sete castelos fortes, inexpugnáveis, cinco quinas sagradas e religiosas, e à volta, num abraço bucólico, duas vergontes de louro e de oliveira», constituindo, deste modo, «o escudo marcial e rural de um povo cristão de lavradores, que, semeando, orando e trabalhando, organizou uma Pátria». Não havia lugar, porém, para a coroa, porque ela se tinha transformado, «há mais de dois séculos, numa nódoa sinistra», pelo que, sem ela, «o nobre estandarte» não teria «mancha», ficando o escudo glorificado «com um diadema épico de estrelas: estrelas de sangue e estrelas de ouro, estrelas que cantem e que alumiem. Substituíam-se apenas o borrão infame por um círculo de astros imortais» (in José de Campos e Sousa, 1965, 25).

A polémica foi viva e os próprios positivistas ortodoxos brasileiros não deixaram de apresentar as suas sugestões. No contexto dos apoios e conselhos que imediatamente deram a Teófilo Braga, e que iam desde a pressão sobre o Governo do Brasil para um rápido reconhecimento do novo regime, até à recusa da política dos seus correligionários portugueses em relação à Igreja (que colidia com os ditames de Augusto Comte sobre a necessidade de se respeitar a liberdade religiosa e de ensino, e de se recusar o divórcio), o grupo liderado por Miguel Lemos e R. Teixeira Mendes opinou, igualmente, sobre o novo símbolo da Nação portuguesa em discussão.

Mais especificamente, em telegrama enviado a Teófilo Braga (datado de 28 de Shakespeare de 122, segundo o calendário positivista, isto é, de 7 de Outubro de 1910, dois dias depois da revolução), afirmavam esperar que, também nesta matéria, Comte servisse de inspiração, devendo a bandeira republicana conservar as «cores e símbolos que proclâmão concurso nóssa raça, sublime evolução humanidade. Permitti fraternalmente sugerir basta mantendo escudo substituir coroa por caravela [foi Miguel Lemos que teve a ideia deste símbolo], emblema espontâneo grandes navegações, Lusíadas, e filiação revolução franceza, recordando armas Paris. Que a diviza Ordem e Progrésso propósta pelo Mestre povos regenerados rezuma enfim programa republicano, atestando mais uma vês que *O homem se agita e a humanidade o condús*» (in R. Teixeira Mendes, 1911, 2).

Por razões que se prendem com o peso do sector republicano apostado em simbolizar um corte com o regime anterior e em ir ao encontro de cores que já circulavam, pelo menos desde o início da década de 1880, no clubismo do movimento antidinástico, aquela comissão, quase nove meses depois de ter sido nomeada (decreto de 19 de Junho de 1911, in *Diário do Governo*, n.º 141, 20 de Junho de 1911) propôs, e a Assembleia Constituinte decretou, a escolha que, de certo modo, o poder revolucionário já havia adoptado: «A Bandeira Nacional é bipartida verticalmente em duas cores fundamentais, verde escuro e escarlata, ficando o verde do lado da tralha. Ao centro e sobreposto à união das duas cores, terá o escudo das Armas

Nacionais, orlado de branco e assentando sobre a esfera armilar manuelina, em amarelo e avivada de negro». Em termos proporcionais, o verde ocupa dois quintos do comprimento, e este tem uma vez e meia a altura da tralha; a esfera armilar — centrada entre as duas cores e equidistante em altura — conta, como diâmetro, metade da tralha.

O verde e o vermelho — em muitos casos combinadas com outras — foram, de facto, as cores que receberam um acolhimento mais entusiástico, ainda que em versões diversas, como a que colocava ao centro um losângulo com a esfera armilar, sob um fundo amarelo, num claro diálogo com a bandeira do Brasil (projecto de A. Rigaud Nogueira); a que, em faixa horizontais, inseria uma outra (branca) entre o vermelho e o verde e, ao centro, inscrevia a esfera armilar; ou ainda a que propunha o verde e o azul, com o escudo ao centro, encimado por uma estrela, símbolos que, numa outra versão, aparecem num pano de fundo vermelho e branco, etc.

Qual o significado das cores e símbolos que acabaram por vingar? De acordo com a comissão encarregada de decidir, a bandeira teria de sintetizar o princípio da soberania popular, ou melhor, da «vontade nacional», assim como o seu «direito à vida no conflito universal». À luz deste desiderato, o azul foi rejeitado não só pela sua associação à Monarquia, mas também porque seria sinal de pouca virilidade e de «carácter dissolvente». Ao invés, o vermelho impunha-se como uma «das cores fundamentais, por ser a cor combativa, quente, viril, por excelência», lembrando o sangue e incitando à vitória. Além do mais, essa cor já tinha feito parte do estandarte do grande rei D. João II. Por sua vez, vermelha havia sido a bandeira da Comuna de Paris (1848), e os revoltosos de 31 de Janeiro de 1891, no Porto, tinham hasteada a bandeira do *Centro Republicano Federal 15 de Novembro* (data que homenageava a implantação da República no Brasil), igualmente vermelha, afinal a cor do federalismo português desde os inícios da década de 1870.

No entanto, o verde não era estranho às manifestações desta facção. É certo que ele evocava a cor da cruz de Avis. Mas também simbolizava a esperança e era a cor que Augusto Comte indicava para conotar a regene-

ração da humanidade, lição que os ideólogos do republicanismo português, a começar por Teófilo Braga, tinham bem presente, tanto mais que a bandeira brasileira também a mostrava. Por sua vez, a combinatória do verde com o vermelho não era nova na tradição do movimento republicano. E, no decurso da jornada que conduziu ao 5 de Outubro, os pendões hasteados pelos carbonários tinham essas tonalidades. Pelo que não surpreende a sua adopção, de facto, logo a seguir à vitória.

Ora, mais importante do que criar uma bandeira nacional era popularizar e interiorizar a sua representatividade sintética, assim como os seus efeitos identitários e pedagógico-cívicos. Sublinhe-se que, mesmo antes de ela estar oficializada, os novos governantes não perderam tempo em cultuá-la, associando, não por acaso, o recentemente instituído feriado nacional de matriz mais patriótica — o *1º de Dezembro* — à divulgação do novo hino e ao culto da «festa da bandeira» (decreto de 22 de Novembro de 1910). Com efeito, logo em 1 de Dezembro de 1910, o pendão verde e vermelho foi usado nos cortejos cívicos que se realizaram em Lisboa, os quais, partindo um do Município de Lisboa (casa de cujas varandas se proclamou a República) e, o outro, do alto da Avenida da Liberdade (onde se tinha dado o confronto decisivo em termos militares), se juntaram nos Restauradores (aqui, desde 1886, estava levantado o obelisco de homenagem aos que, em 1640, reconquistaram a Independência). Por tudo isto, não espanta que, nos anos seguintes, o novo regime tenha dado uma particular atenção à promoção deste rito cívico.

A análise dos signos inscritos no símbolo nacional não deixa de revelar, igualmente, a posição mais geral do republicanismo português perante a história. É que, se, por um lado, o novo regime prometia a ruptura, por outro lado, não deixava de recorrer a argumentos historicistas para se legitimar, necessidade que se tornou tanto maior quanto mais o movimento ganhou contornos desenhados pelo sonho de regeneração da grandeza colonial perdida. Portanto, partindo desta perspectiva — numa interpretação evolutiva e continuísta da ideia de Nação (embora, ao invés das leituras conservadoras, esta fosse exaltada como uma entidade de vocação

democrática) —, o corte tinha de conciliar heranças, de simbolizar expectativas e de saber casar a proclamada dimensão universalista da epopeia portuguesa com o sentimento patriótico, em crescendo nos primórdios de Novecentos.

É assim lógico que tenha ganho curso esta interpretação: a cor verde simbolizava a esperança no porvir; e a escarlata, o sangue, a energia e a força. (A cor vermelha já existia na bandeira com os castelos, aposta por D. Afonso III; a cor verde era a da cruz de Avis, acrescentada à bandeira de D. João I). As quinas representariam os cinco escudetes, em azul, da cruz de D. Afonso Henriques, posteriormente substituída pelos cinco escudetes em cruz, alusão às cinco bandeiras que o primeiro rei tomou aos mouros na batalha de Ourique. Os seus besantes simbolizariam as peças mais apreciadas em armaria, e significariam a soberania; por sua vez, os castelos, que rodeiam as quinas, a conquista do Algarve por D. Afonso III, isto é, a unificação do território. Num outro plano, a esfera armilar, manuelina, continuava a simbolizar os Descobrimentos, embora se diferenciasse da que representava o escudo de armas do Brasil, pois «contém armilas a figurar a concepção cosmogónica do Mundo que os portugueses descobriram» (J. R. da Costa Júnior, 1963, 5-6). Também não se pode olvidar que ela ainda dava guarida — conquanto num plano secundário — ao azul, ao branco e ao amarelo, cujas conotações remetiam para os primórdios da nacionalidade.

Leituras deste tipo não colidiam, no essencial, com os valores nacionalistas defendidos pelo Estado Novo. Daí, o prolongamento de interpretações como as que, vindas da I República, Tomás de Barros, em inúmeras reedições do seu livro didáctico, ensinava: a bandeira nacional tem ao centro o escudo de Portugal sobre a esfera armilar; as quinas representam os cinco reis mouros vencidos em Ourique por D. Afonso Henriques (modo indirecto de insinuar o milagre das origens); os cinco pontos brancos, que se vêem em cada quina, referem-se às cinco chagas de Jesus Cristo, e os sete castelos as derradeiras conquistas de terras aos mouros, feitas por D. Afonso III (Tomás de Barros, 1945, 117). Deste modo, o emblema consignava, simbo-

licamente, a heroicização e a sacralização das origens e do apogeu, e compaginava-se não só com as releituras de índole nacionalista e imperial, mas também com o projecto estadonovista de recatolicização do destino (providencialista) da Nação, a saber: no passado, dar «novos mundo ao mundo» (Camões); no presente, libertar o Ocidente da invasão dos novos infiéis — o comunismo ateu.

A génese e o desenvolvimento do culto da bandeira foram acompanhados pela instauração e popularização dos feriados nacionais. Como se sabe, estas celebrações quebram a banalidade do tempo quotidiano, fazendo irromper um tempo-outro, sob os auspícios da entidade que se pretende celebrar (Christian Amalvi, 1984, 421-471). E, se o modelo se encontra na festa arcaica e no calendário religioso, o feriado cívico (e nacional) está directamente ligado ao processo de politização (e secularização) das sociedades modernas.

Em Portugal, sob a Monarquia, alguns feriados políticos eram marcados pelo ciclo de vida da família real e pela celebração da outorga da Carta Constitucional (29 de Abril de 1826) e do seu juramento (31 de Julho do mesmo ano). Mas, a República laica não só anulou todos os feriados religiosos e monárquicos, como instaurou, de imediato (13 de Outubro de 1910), os dias *1 de Janeiro* (em honra da humanidade), *31 de Janeiro* (celebração da falhada revolta republicana de 1891), *5 de Outubro* (queda da Monarquia), *1º de Dezembro* («autonomia da Pátria»), *25 de Dezembro* (secularizado, este passou a ser o *Dia da Família*) como feriados nacionais. Posteriormente, foi ainda celebrado o *3 de Março* (presumida data da descoberta do Brasil).

O Estado Novo, explorando a sua ambiguidade como regime (instaurará uma República unitária, indivisível, corporativa e autoritária) não porá em causa, por razões táticas — e para não alienar o apoio que os republicanos mais conservadores deram à fundação do novo regime — esta calendarização: virá a repor, somente, alguns feriados de cariz religioso, sobretudo após a entrada em vigor da Concordata (1940). No entanto, em 1952, foram introduzidas algumas alterações, embora se continuasse a

respeitar os feriados civis mais importantes (*5 de Outubro, 1º de Dezembro, 1º de Janeiro, 10 de Junho e 25 de Dezembro*). A grande novidade consistiu no fim dos feriados do *31 de Janeiro* (evocação dos precursores da República) e do *3 de Março*, e na passagem do *10 de Junho* a «*Dia da Raça, de Portugal e de Camões*». E, no decurso do Estado Novo, esta última data foi elevada a festa cívica anual mais importante, não obstante ter assumido características predominantemente militares durante o período da guerra colonial (1961-1974). Na verdade, a partir de 1963, o momento mais alto da cerimónia consistia na atribuição de condecorações aos que se tinham distinguido (muitos a título póstumo) nas guerras coloniais (Maria Isabel João, 2002, 138). Com isto, o *10 de Junho* sobrepôs-se, em importância, à celebração do *1º de Dezembro*.

Também nesta matéria o salazarismo não inovou. Como se viu, o *1º de Dezembro* foi instaurado pela República, que o fez coincidir com o dia da «festa da bandeira». E o *10 de Junho* já tinha sido celebrado em 1880, e, sob a I República, voltou a sê-lo. De facto, após o 5 de Outubro de 1910, aquela data foi escolhida, pela Câmara Municipal de Lisboa, para feriado municipal, em substituição do dia de Santo António. Esta edilidade sentia-se herdeira do sucesso de 1880, pelo que promovia, anualmente, cerimónias de homenagem ao poeta junto do seu monumento, não raro sob a forma de cortejos cívicos. No entanto, o dia nunca ganhou o estatuto de feriado nacional, exceptuando o ano de 1920, quando, por decreto, o Governo fez coincidir a evocação do falecimento de Camões com o «dedicado à inauguração dos monumentos concelhios em homenagem aos portugueses mortos pela Pátria na Grande Guerra em África, na França e no Mar» (Lei n.º 983, de 4 de Junho de 1920). É certo que os festejos do 4º centenário do nascimento do poeta (1924) foram consagrados ao «Dia da Raça», e que, por decisão oficial (Lei n.º 1783 de 25 de Maio de 1925), o 10 de Junho de 1925 ao «Dia de Portugal» (alguns, como o integralista Fernando Sousa, sugeriam mesmo que este se devia designar «Dia da Raça Portuguesa»). No entanto, estas decisões não implicaram o seu reconhecimento como um feriado nacional institucionalizado. Este estatuto requeria uma deliberação anual.

A situação foi modificada pelo decreto n.º 17171, de 29 de Julho de 1929, promulgado pela Ditadura Militar, já com Salazar como Ministro das Finanças de um governo liderado por Artur Ivens Ferraz. Na verdade, a nova disposição reafirmou os feriados republicanos, com duas excepções apenas: o *1º de Dezembro*, antes dedicado à «autonomia da Pátria», passou a comemorar, mais explicitamente, a «restauração da Independência»; e o *10 de Junho*, o dia «comemorativo da Festa de Portugal». Assim sendo, este só a partir daqui ficou oficialmente reconhecida como feriado nacional (Luís Oliveira Duarte, 2001, 75-83).

Por sua vez, após a revolução democrática de 25 de Abril de 1974, os feriados anteriores mantiveram-se, mas foram introduzidos mais dois: o *1º de Maio* e o dia *25 de Abril*. Se o reconhecimento do primeiro revela as intenções progressistas da revolução, integrando uma jornada que, no Estado Novo, havia sido de luta, o que ocorreu com a caracterização do segundo não deixa de indiciar o peso identitário da mitologia nacional — socializada como memória histórica desde o século XIX —, mesmo numa conjuntura em que se descolonizava e se procedia à destruição do regime que melhor a soube explorar.

Com efeito, houve o imediato propósito de, embora continuando a festejá-lo, retirar ao dia *10 de Junho* a qualificação de «Dia da Raça, de Portugal e de Camões», devido à exploração abusiva que o salazarismo havia feito da efeméride. O «Dia de Portugal» devia coincidir com a comemoração do aniversário da própria revolução democrática — o *25 de Abril*. No entanto, perante os inúmeros protestos que surgiram, a situação anterior foi imediatamente reposta (em 1977), com ligeiras alterações: o *25 de Abril* passou a celebrar somente a *Liberdade*, e o *10 de Junho* o «Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades». Prova evidente de que, ao contrário do caso francês (*14 Juillet*), as exigências de consenso nacional lidam mal com o culto da Pátria simbolizado por acontecimentos políticos recentes, os quais, em vez de unirem, como se acreditava no calor das festas revolucionárias — particularmente no *1º de Maio* de 1974 —, começaram a dividir.

Não deve admirar esta reacção, se se tiver presente o cariz politicamente transversal da adesão ao núcleo forte do Olimpo cívico português, que se foi hegemонizando a partir da segunda metade do século XIX, e que só a conjuntura revolucionária parecia ir pôr em causa. Mas, qual foi a atitude dos novos poderes democráticos quando se reiniciou o novo ciclo comemorativo dos feitos que mobilizaram o país um século antes, agora num contexto em que os dividendos políticos, a retirar das evocações, teriam perdido todo o seu valor?

De facto, numa onda imparável, as antigas Colónias declararam a sua independência na sequência do 25 de Abril de 1974, extinguindo-se, num ápice, um Império que ainda não há muito a propaganda do Estado Novo prometia ser eterno. No entanto, a necessidade de não se olvidar o passado — tal como a Espanha não o fazia em relação a Colombo — levou o Governo, em 22 de Novembro de 1986, a criar a Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, com a finalidade específica de «celebrar alguns marcos importantes dos Descobrimentos, com especial relevo para a passagem do cabo da Boa Esperança (1487), a chegada à Índia (1498) e a descoberta do Brasil (1500)» (Decreto-Lei n.º 391/86). No entanto, os tempos tinham mudado. Daí, a pergunta: a intensidade da ruptura terá sido bastante para destruir a sobrevivência de uma memória histórica tão enraizada, mesmo quando o seu referente mais directo já não existia?

Comparando as justificações oficiais apresentadas com as de há um século e, sobretudo, com as esgrimidas durante o Estado Novo, nota-se, como primeira diferença, a ausência de qualquer visão dos Descobrimentos de tipo cruzadístico, bem como um claro empenho em mostrar as potencialidades de modernização que a aventura portuguesa no mundo possuiria. Com efeito, segundo o citado Decreto-Lei, «os Descobrimentos de há 500 anos tiveram lugar num momento histórico em que o povo português, ultrapassada grave crise interna e externa, se lançou de forma coesa, sistemática e arrojada na prossecução de novos objectivos, cuja realização assegurava a identidade e independência nacional, se inseria na defesa e projecção dos valores cristãos, e contribuiu decisivamente para a abertura das vias de comércio internacional».

Devido a estes factores, o sucesso da empresa marítima é apresentado como uma consequente e precursora aplicação de princípios de racionalização e de gestão planificada, que a modernidade desenvolverá, e cuja lembrança, pelos seus efeitos positivos no presente, se impunha. Como escrevia o documento: «o carácter científico, a cuidadosa preocupação, a definição firme de objectivos e a sua prossecução merecem ser recordados». Esta perspectiva foi melhor explicitada no *Plano estratégico da CNCDP*, aprovado depois de Outubro de 1995, já sob governação socialista: importava realçar o significado simultaneamente nacional e universal das Navegações, assim como a ideia de que estas representaram um «avanço científico e tecnológico que deu ao mundo os seus actuais contornos geográficos e que, pondo em contacto povos e culturas, contribuiu para que a humanidade se passasse a compreender, pela primeira vez, na sua dimensão universal».

Em certo sentido, as comemorações tinham-se desenrolado, desde as últimas décadas de Oitocentos, à luz de uma visão *lusocêntrica* e *eurocêntrica* do mundo, tópica desadequada à era da pós-descolonização. Por isso, o novo discurso oficial dispensou o vocabulário da apologética anterior — «missionar», «civilizacionar», «civilização ocidental», etc. —, distanciando-se da própria expressão «Descobrimentos». Recorde-se que o Decreto de 1986 já falava na importância de posicionar as Descobertas «no contexto das relações com os países para cuja formação e integração universal» contribuíram. E o *Programa estratégico* ia mais longe, assumindo uma posição crítica em relação ao eurocentrismo, ao declarar: «a própria expressão ‘descobrimento’ comporta um evidente eviesamento eurocêntrico. Porque, sendo descobridores, os portugueses (os europeus) foram também descobertos. O seu olhar sobre os outros não deve obliterar a forma como os outros nos olham ou como eles se olham em si mesmos».

Não é esta a ocasião para se fazer o balanço da concretização de todos estes propósitos. Seja como for, parece indiscutível que, com o encerramento do ciclo do Império, também se iniciou o fim da necessidade de se comemorar, à século XIX, as suas glórias. Tal não significou, porém, o apagamento da sua memória. É que, socializada pela tradição e pelo ensino — no qual os ritos cívicos desempenharam um papel não despidendo —,

o núcleo forte da mitologia nacional pôde manter-se por necessidades de auto-estima e de identidade, mesmo numa conjuntura em que o Estado-Nação clássico está a ser ultrapassado. Portanto, será errado ver nos imaginários sociais uma espécie de reflexo mecânico da realidade para onde acenam. Aqueles, enquanto mitemas, podem ter uma esperança de vida cujo termo será estulto prognosticar.

Caso existam dúvidas acerca da sua capacidade de perduração, atente-se no teor de um inquérito publicado nas vésperas das comemorações dos 30 anos da revolução do 25 de Abril de 1974 e feito a oficiais das Forças Armadas que participaram no derrube da ditadura (*O Público*, n.º 5145, 24 de Abril de 2004, 2-4). Responderam 372, numa taxa de resposta de 67,6% e numa cobertura de 60% do número de inquiridos previamente recenseado. Do entrecruzamento e hierarquização das opiniões dadas às muitas questões postas, resultou este perfil político: hoje, eles são homens de esquerda e europeístas. E algumas das suas opções concretas são interessantes para o nosso propósito de agora. Assim, sobre as figuras e acontecimentos da história de Portugal que consideram mais relevantes, 76% indicaram, em primeiro lugar, o *25 de Abril*, isto é, a revolução que eles mesmos ajudaram a fazer. Todavia, 60% colocaram, na posição imediata, *as descobertas do caminho marítimo para a Índia e para o Brasil*, à frente da *adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia* (49%). Depois, elegeram: a *Restauração de Portugal em 1640* (34%); a *instauração da República em 1910* (32%); e a *batalha de Aljubarrota* de 1385 (31%). Só 1 % destacou a importância do golpe militar do *28 de Maio de 1928*, de onde nascerá o Estado Novo de Salazar.

As respostas à pergunta, «se tivesse de escolher as três figuras da história de Portugal que mais admira, que nomes escolheria?», são igualmente ricas de significado. Não obstante o seu revolucionarismo e o seu anti-salazarismo, 40% deram primazia ao mito fundador (*D. Afonso Henriques*) e ao rei, não muito cultuado, mas que a historiografia portuguesa aprecia como o mais importante impulsionador da política dos Descobrimentos

— *D. João II*. Depois, situaram boa parte da galeria de heróis edificada desde as últimas décadas do século XIX, a saber: *Infante D. Henrique* (27%), *Marquês de Pombal* (27%), *Luís de Camões* (24%), *D. Nuno Álvares Pereira* (19%), *Vasco da Gama* (13%).

Geração formada durante o Estado Novo e, portanto, imbuída do núcleo forte da mitologia nacional socializada desde Oitocentos, o teor das respostas não deve surpreender. Mas elas também mostram que os mitemas, apesar de construídos, possuem uma espécie de vida própria, pelo menos no sentido em que não estão estritamente dependentes das condições materiais que lhes deram origem. Ao contrário, eles revelam alguma capacidade de sobrevivência, tanto mais que — conquanto em outros contextos — continuam a ser ensinados e reproduzidos tanto através da escola, como de ritos cívicos e da própria transmissão oral, interiorizando-se como memória histórica.

É hora de concluir. Como primeira nota, parece evidente que, em Portugal, a festa cívica se expressou, predominantemente, em termos comemoracionistas, justificados por um fundo teleológico e historicista, mesmo quando este surge aliado à sacralidade religiosa (Estado Novo). Dir-se-ia que a consciência da pobreza do presente incitava à exploração da «mais-valia» que se pensava poder extrair das grandezas do passado. O que provocou a inevitável gemação do fomento da auto-estima nacional com os sonhos imperiais. E se estas intenções já são detectáveis nas comemorações camonianas de 1880 e nas que se lhe seguiram, elas alcançaram a sua apoteose no Duplo Centenário em 1940. Quer isto dizer que o salazarismo soube fazer suas as interpretações que, desde o século XIX, caracterizaram a história pátria como um autêntico panteão. Bem vistas as coisas, o Estado Novo, se secundarizou certas figuras e acontecimentos anteriormente enaltecidos — exemplo: o Marquês de Pombal (déspota iluminado, que expulsou os jesuítas nos finais do século XVIII) —, reforçou a importância de outras já cultuadas, como as de D. Afonso Henriques, D. Nuno Álvares Pereira, Infante D. Henrique. Em simultâneo, deu uma orientação mais estadual à festa

cívica, ao inseri-la numa «política do espírito» totalizadora, isto é, num projecto que, doutrinado pelo ex-futurista António Ferro, se inspirava nos modelos de propaganda ideológica não só alemães e italianos, mas também soviéticos. Para se concretizar este plano de «formação das almas», foi criado, logo em 1933, o Secretariado de Propaganda Nacional.

Assim sendo, percebe-se por que é que só uma análise situada na média duração poderá apreender as continuidades e rupturas existentes neste processo, e explicar por que é que os protagonistas que democratizaram e descolonizaram o país em 1974 ainda se reconhecem — mesmo sem quaisquer intenções neocoloniais — na hagiografia cívica construída a partir dos finais de Oitocentos. Na verdade, só os mais apressados poderão pensar que esta foi uma criação exclusiva do salazarismo, e nunca entenderão que o enraizamento do Estado-Nação implicou não só uma (difícil) luta pela racionalização burocrática da política, mas também exigiu um forte e permanente investimento no campo simbólico, em ordem a inocular-se ideias, valores e comportamentos capazes de cimentar o elo social e de conduzir ao devotamento cívico, imperativo que tem no «morrer pela Pátria» a sua máxima exigência sacrificial.

BIBLIOGRAFIA

Almanach Camões para 1881, Lisboa, 1880.

AGULHON, Maurice, *Marianne au combat. L'imagerie et la symbolique républicaines de 1789 à 1880*, Paris, 1979.

AMALVI, Christian, «Les 14 Juillet. Du *Dies Irae* à jour de fête», in Pierre Nora *et al.*, *Les Lieux de mémoire. I - La République*, Paris, 1986.

ANDRADE, Luís Miguel de Oliveira, *História e memória. Restauração de 1640: do liberalismo às comemorações centenárias de 1940*, Coimbra, 2001.

ARENDT, H., *Le Système totalitaire*, Paris, 1972.

ARNAUD, Pierre, *Le Militaire, L'écolier, le gymnaste. Naissance de l'éducation physique en France (1869-1889)*, Lyon, 1991.

BACZKO, Bronislaw, «Former l'homme nouveau. Utopie et pédagogie pendant la Révolution Française», in *Libre*, n° 8, 1980.

- BACZKO, Bronislaw, «Le Calendrier républicain. Décreter l'éternité», in Pierre Nora *et al.*, *Les Lieux de Mémoire. I. République*, Paris, 1984.
- BARROS, Tomás de, *Sumário de história de Portugal*, 18.^a ed., Porto, 1945.
- BELLAH, Robert N., «La religion civile aux États-Unis», *Le Débat*, n.º 30, mai, 1984.
- BUISSON, Ferdinand, *La Foi laïque. Extraits de discours et d'écrits (1878-1911)*, Paris, 1912.
- CAILLOIS, Roger, *O Homem e o sagrado*, Lisboa, 1988.
- CASTRO, Augusto de, *A Exposição do mundo português e a sua finalidade nacional*, Lisboa, 1940.
- CATROGA, Fernando, *A Militância laica e a descristianização da morte em Portugal*, 2 vols., Coimbra, 1988.
- CATROGA, Fernando «Os primórdios do 1.º de Maio em Portugal. Festa, luto, luta», *Revista da História das Ideias*, vol. 11, 1989.
- CATROGA, Fernando, *La Religiosité civique du républicanisme pendant la période de propagande*, Paris, 1990.
- CATROGA, Fernando, *O culto cívico de D. Pedro IV e a construção da memória liberal*, Coimbra, 1990a.
- CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2 vols., Coimbra, 1991.
- CATROGA, Fernando, *Festa cívica, história e política*, Lisboa, 1991.
- CATROGA, Fernando, *Ritualizações da história*, Lisboa, 1996 (ver Luís Reis Torgal).
- CATROGA, Fernando, *O Céu da memória. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos*, Coimbra, 1999.
- CATROGA, Fernando, *Memória, história e historiografia*, Coimbra, 2001.
- CHAMBAT, Pierre, «La Messe republicaine», in *Traverses*, n.ºs 21-22, 1987.
- CONTAMINE, Phillipe, «Mourir pour la patrie», in Pierre Nora, *Les Lieux de mémoire. II. la Nation****, Paris, Gallimard, 1986.
- COSTA, Pietro, *Civitas. Storia della cittadinanza in Europa. 2. L'Età delle rivoluzioni*, Bari, 2000.
- DÉBORD, Guy, *La Société du spectacle*, Paris, 1971.
- DEVALLON, Jean, «Les fêtes révolutionnaires: une politique du signe», *Traverses*, n.ºs 21-23, 1981.
- DURKHEIM, Émil, *Les Formes élémentaires de la vie religieuse*, Paris, 1968.
- DUVIGNAUD, Jean, «La fête civique», Guy Dumur *et al.*, *Histoire des spectacles*, Paris, 1965.
- DUVIGNAUD, Jean, *Fêtes et civilisations*, Paris, 1984.
- GARCIA, Manuel Emídio, «As comemorações cívicas em honra e para gloria da Humanidade», in Francisco Xavier Esteves, *Album litterario comemorativo do terceiro centenario de Luiz de Camões*, Porto, 1880.
- GILLIS, John R. (ed.), *Commemorations. The politics of national identity*, Princeton, 1994.
- GUIOMAR, Jean-Yves, *L'Idéologie nationale. Nation, représentation, propriété*, Paris, Champ Livre, 1974.
- GUIOMAR, Jean-Yves, *La Nation entre l'histoire et la raison*, Paris, 1990.
- HAYES, Charlton J. H., *The Historical evolution of modern nationalism*, New York, 1950.
- IHL, Olivier, *La Fête républicaine*, Paris, Gallimard, 1996.

- JOÃO, Maria Isabel, *Memória e império*, 2 vols., Lisboa, 1999.
- MILO, Daniel, «Le nom des rues», in Pierre Nora, *Les Lieux de mémoire. II. La Nation****, Paris, 1986.
- NORA, Pierre, «Le Dictionnaire de pédagogie de Ferdinand Buisson. Cathédrale de l'école primaire», in P. Nora, *Les Lieux de Mémoire — La République*, Paris, 1986.
- ORY, Paul, «La République en fête. Les 14 juillet», *Annales Historiques de la Révolution Française*, n.º 241, 1980.
- OZOUF, Mona, *L'École, l'église et la république. 1871-1914*, Paris, 1963.
- OZOUF, Mona, *La Fête révolutionnaire. 1789-1799*, Paris, 1976.
- PEREIRA, Firmino, *O Centenário do Infante D. Henrique. Livro comemorativo do centenario henriquino*, Porto, 1894.
- PINHEIRO, Magda, *O Liberalismo nos espaços públicos: a memória das revoluções através dos monumentos que as celebram*, Oeiras, 2000.
- PLENEL, Edwy, *La République inachevée. L'État et l'école en France*, Paris, 1997.
- ROUSSEAU, «Du Contrat social», *Œuvres complètes*, t.º II, Paris, 1971.
- ROUSSEAU, *Lettre a Mr. D'Alembert sur les spectacles*, Genève, 1984.
- SAIAL, Joaquim, *Estatuária portuguesa dos anos trinta. 1926-40*, Venda Nova, 1991.
- SANTOS, Francisco Reis, «O Tricentenário de Camões em 1880. O acordar da nação e o movimento republicano», in Luís Montalvor et al., *História do Regimen Republicano em Portugal*, Lisboa, 1935.
- SCHAEFFER, Boyd C., *Le Nationalisme. Mythe et réalité*, Paris, 1969.
- SIRONNEAU, Jean-Pierre, *Sécularisation et religions politiques*, Paris, 1982.
- SOUSA, J. Alves de, «Hino Nacional», *Educação Nacional*, XIII anno, n.º 647, 7-II-1909.
- TOCQUEVILLE, Aléxis, *Da Democracia na América*, Cascais, Principia, 2001.
- TORGAL, Luís Reis, José Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da história em Portugal. Séculos XIX-XX*, Lisboa, 1996.
- VARGUES, Isabel, *A Aprendizagem da cidadania em Portugal: 1820-1823*, Coimbra, 1997.
- VIROLI, Mauricio, *Republicanesimo*, Roma-Bari, 1999.
- VOVELLE, Michel, «La Marseillaise. La guerre ou la paix», in Pierre Nora et al., *Les Lieux de mémoire. I. La République*, Paris, Gallimard, 1986.
- WINOK, Michel, «Jeanne d'Arc», in Pierre Nora, *Les Lieux de Mémoire. III. Les Frances. 3. De l'archive à l'emblème*, Paris, Gallimard, 1992.
- WUNENBURG, Jean Jacques, *La Fête, le jeu et le sacré*, Paris, 1977.

Maria das Graças Ataíde de Almeida

Universidade Federal Rural de Pernambuco/Brasil

A REPÚBLICA CRISTÃ: FÉ, ORDEM E PROGRESSO

A República trouxe em seu bojo a laicização do Estado brasileiro, a partir de então instaura-se a grande tentativa da Igreja de retomar o poder político perdido com emergência do Estado Laico. Até então, a Igreja católica durante o império e a colônia viveu sob a égide do Padroado, assim, o sustento econômico levava a Instituição a estar sob o âmbito do domínio do Estado.¹

A laicização crescente na política brasileira, após 1889, suscita a discussão que perpassa sempre pela crítica ao paradigma liberal, apontado como gerador do laicismo, levando as sociedades ao comunismo. Nesta visão, o comunismo era apontado como conseqüência fatal do liberalismo da revolução francesa.² O fio condutor deste discurso constrói sentidos que se voltam para a ordem *versus* a desordem, num discurso maniqueísta onde a desordem estava vinculada ao socialismo. Quando trabalhamos aqui os conceitos de ordem *versus* desordem, seguimos a linha teórica de Balandier³.

O objetivo deste ensaio é desconstruir e analisar o discurso da Igreja Católica acerca da República e da ruptura nas relações do poder religioso

¹ DIAS, Romualdo. *Imagens da Ordem*. Campinas: Ed. UNESP, 1999, p. 20.

² MENDES, Oscar. «*O Liberalismo no Brasil sob o ponto de vista católica*». In *A ORDEM*, 1932, p. 31-45. Esta discussão é presente nos jornais diariamente, como doutrinação e persuasão.

³ BALANDIER, G. *O Poder em Cena*. Brasília: UNB, 1989.

e do poder laico, nos anos subseqüentes à laicização do Estado brasileiro – 1889 à 1933. Este corte temporal se justifica por conseguir englobar dois momentos importantes na luta da Igreja para recuperar o Poder político perdido.

O primeiro momento representa o período pós Constituição Republicana e as duas décadas seguintes, quando a Igreja se constrói um discurso responsabilizando a República pela «desordem» trazida no bojo da Carta magna republicana. A principal acusação apontava para o fato da mesma não trazer em sua letra o respeito pela «consciência religiosa» do cidadão:

*«A Constituição passou pelas coisas da fé como gato por braças: ou porque assim convinha a seus organizadores, para no futuro nos ser vibrado bote mais certo, ou porque realmente lhes merecia pouca importância, como querem alguns, a consciência religiosa de cada cidadão».*⁴

Junte-se a esse discurso, a luta pela recristianização⁵ do Brasil encetada por D. Sebastião Leme e Jackson de Figueiredo a partir de 1920, que aponta para a necessidade do retorno do Brasil aos caminhos da fé católica e da ordem.

O segundo momento se dá quando da instalação da Segunda República brasileira, a chamada República Nova em 1930, e a organização da Constituinte que votaria a nova Constituição em 1934. A Igreja se volta numa tentativa desesperada de interferir nesta nova Constituição, alegando que *«uma constituição é a forma política de um povo, a base de seu governo, a sua política»*.⁶ A fim de dirimir dúvidas sobre o papel dos dois poderes — laico e o religioso — acrescenta: *«religião e política são coisas bem irmãs, ou antes, a política é filha da religião»*⁷

⁴ «Os Católicos e os governos». In: A Gazeta, Recife, 20/04/1919, p. 1. (grifos nossos).

⁵ Sob a temática vide nosso trabalho: A Construção da Verdade Autoritária. SP: Humanitas, 2001.

⁶ CYRILLO, Manoel. A Constituinte. In: A Tribuna, Recife, 27-10-1932, p. 1.

⁷ Idem.

A produção de discursos construída pela Igreja neste período, é extremamente reveladora dos sentidos que a Instituição conferia na sua análise do temporal e do espiritual no Estado brasileiro pós República.

O Laicismo e a desordem

Associar o laicismo à desordem foi o fio condutor do discurso da Igreja em sua crítica ao racionalismo da modernidade. A produção de discurso trabalha na construção de um imaginário social, onde o paradigma positivista se apresenta como construtor de deuses efêmeros:

«Deus falso do positivismo deixará vasio o templo de vossas almas, mas neste brilhará, fulgurante, o deus verdadeiro, o Deus catholico, o Deus pessoal que a humanidade adora.»⁸

Apresentando-se como «remedio à desordem intellectual», aponta a cura na humildade e na temperança, que teria o poder de sanar as «*desordens do espirito*»:

«quando a razão não lhes chegue para compreender os mysterios do mundo, recorram, sem respeito humano, à religião. Façam-na calcando aos pés toda e qualquer vaidade intellectual, porque não é vergonhoso ao seu corpo ser contingente e incapaz de operar, na esphera da sciencia, sem certos instrumentos.»⁹

Trabalhava-se em prol de divulgar que ser moderno não era pré-requisito para afastar-se dos ensinamentos da Igreja. Veicular pela imprensa os feitos de intelectuais que se converteram e se orgulhavam de serem católicos praticantes era recorrente na imprensa sagrada. Um desses depoimentos, é bem elucidativo, e se refere a um Ministro da Colombia, Dr. Meja, que em pleno Parlamento colombiano, dá seu testemunho de conversão:

⁸ MARIA, Julio. «*O remedio a desordem intellectual*». In: A Gazeta, Recife, 10-11-1918, p. 1.

⁹ Idem.

«quando jovem fui radical fanático e exaltado. Meu pae, meus antepassados foram radicaes, respirei o radicalismo em família, no Collegio, na Universidade. Persegui raivosamente a idéa christã. Tornei-me inimigo jurado de Jesus Christo e da Igreja. Combati-o com todas as armas que me viam às mãos. Mas tive a fortuna de reconhecer meu erro e hoje, arrependido, profundamente arrependido, olho com horror para a minha vida passada.»¹⁰

O importante era mostrar a mudança, a transformação, que deveria servir como exemplo a ser seguido:

«da vida passada só me resta o ardor. Com o mesmo entusiasmo com que combatia a Jesus, confesso hoje que sou crente e catholico. Meus companheiros antigos podem oppor-se a mim e de mim chasquear... pouco importa.»¹¹

Uma manchete de jornal, sob o título de «Magnífico Exemplo!», os governadores de São Paulo, Santa Catarina e Espírito Santo, são ovacionados por serem católicos praticantes. O artigo faz uma analogia com os Estados Unidos, onde

«Os homens de Estado, as figuras mais illustres e prestigiosas da política e da administração, seja qual for a sua crença, não se sentem diminuídos nem offuscados praticando publicamente os seus deveres e sentimentos religiosos. No Brasil- triste realidade! – há quem tenha medo de ser catholico.»¹²

É muito significativo a convocação da paróquia da Boa Vista – reduto da intelectualidade do estado- através do seu jornal A Gazeta, em Recife, concitando a população masculina recifense a vir participar das festas eucarísticas:

¹⁰ «Leiam os homens que têm vergonha de ser catholicos». In: A Gazeta, Recife, 6-10-1918, p. 1.

¹¹ Idem

¹² «Magnifico Exemplo!» In: A Gazeta, Recife, 16-02-1919, p. 1.

«Homens do Governo, homens de letras, estadistas e pensadores, homens do commercio e da indústria, cidadãos de todas as classes, vinde á Igreja celebrar as festas de amor ao Deus Hóstia. Tende a coragem moral, o desassombro cívico das vossas convicções. Sem serdes bom catholico não sereis bom patriota. Não vos humilha, não vos abate, não vos diminue a affirmação publica, a demonstração collectiva dos vossos sentimentos religiosos. Ela vos eleva tanto ou mais, vos fortalece e dignifica como quando testemunhaes publicamente a vossa solidariedade e a vossa dedicação a vossa Pátria. *Por que esta existe, prospera, feliz e grandiosa, sob o amparo e a protecção de Deus.*»¹³

Associar o progresso da nação à protecção da Igreja foi um dos sentidos produzidos pela Igreja no discurso que vincula progresso/ordem/Igreja, em contraponto à desordem/laicismo. Construindo um discurso maniqueísta, afirmava-se as conseqüências «tenebrosas e homicidas» do paradigma das luzes:

«depois de expulsar a Deus da intelligencia da sociedade e das leis, chegará o momento de querer expulsar da vida. Será a hora de os christãos darem o seu testemunho de sangue. O laicismo não é somente estéril, elle é assassino!»¹⁴

A emergência do Estado laico teria relegado a Igreja à mercê dos governos que se sucederam. Acusava-se o Presidente da República Nilo Peçanha de ter «*fechado as portas*» do Brasil aos jesuítas portugueses que fugiam de Portugal em 1910 — quando da proclamação da República em Portugal — «*expulsos pela salsugem carbonaria da foz do Tejo*».¹⁵

Em 1919, a sucessão presidencial de Rodrigues Alves traz à baila o medo da Igreja de um presidente que não fosse católico praticante. Na possibilidade de Borges de Medeiros ser eleito, a Igreja tece severas críticas à sua

¹³ A Gazeta, Recife, 6-10-1918, p. 1, grifos nossos.

¹⁴ WANDERLEY, Arnóbio Tenório. Discurso proferido no II Congresso Eucarístico Nacional, Recife, 1939. In: ANNAES DO III CONGRESSO EUCHARISTICO NACIONAL. Recife: Ed. Jornal do Commercio, 1940, p. 347.

¹⁵ «Os Catholicos e os governos» In: A Gazeta, Recife, 20/04/1919, p. 1.

posição religiosa, apontando-o como um candidato em «*completo antagonismo com os interesses e aspirações do país*», por ter um

«espírito sectarista ferrenho, tudo subordinando a um dogmatismo positivista que a cultura e o sentimento do povo brasileiro repellem. Na presidência da República, como na presidência do Rio Grande do Sul, S. Ex. imprimiria aos seus actos essa feição personalíssima das suas crenças, chocando-se com as crenças catholicas, liberaes e progressistas, inextirpaveis e enaltecedoras do povo brasileiro».¹⁶

Justificativa para este exercício do direito da Instituição em compartilhar em toda a sua plenitude, é dada como uma lei natural inerente à Igreja Católica no Brasil: «*os nossos homens de governo trazem do berço, a predestinação christã*»¹⁷.

Assim, a predestinação, um fenômeno transcendental, não pode ser questionada, daí a afirmação do Interventor de Pernambuco, Agamenon Magalhães «*raizes, pois, tão profundas, nem as tempestades, nem as fúrias da natureza, nem os desvarios dos homens poderiam arrancá-las*».

A tese da maioria católica no Brasil torna-se recorrente no discurso da hierarquia, justificando o repúdio ao divórcio que teria se instalado entre a Igreja e o Estado no Brasil. Esse argumento foi muito utilizado por D. Sebastião Leme, em momentos decisivos da nação. Lembramos aqui, quando da deflagração do Estado Novo, conjuntura considerada propícia pela Igreja para efetuar um pacto com o Estado. Este discurso ficou claro, quando do Congresso Eucarístico nacional, em Recife, em 1939, nas palavras de D. Leme:

«*agora é a vez do povo brasileiro, a voz de todos os quarenta milhões de consciências! Somos quatro séculos de história christã do Brasil, somos o passado, o presente e o futuro da gente brasileira*».¹⁸

¹⁶ «Deus inspire e guie os homens responsáveis pelos destinos do Brasil», In: A Gazeta, 2-2-1919, p. 1.

¹⁷ MAGALHÃES, Agamenon. Discurso proferido no III Congresso Eucarístico Nacional. Recife, 1939. In ANNAES DO III CONGRESSO EUCHARISTICO NACIONAL, *op. cit.* p. 377.

¹⁸ LEME, D. Sebastião de Cintra. Discurso proferido no III Congresso Eucarístico Nacional. Recife, 1939. In: ANNAES DO III CONGRESSO EUCHARISTICO NACIONAL, *op. cit.* p. 351-352.

Ordem e Progresso: o lema da República Cristã

277

Sob o olhar da Igreja, o liberalismo francês havia corrompido os costumes, disseminado o «gérmen» da desordem, e o Brasil estava fadado a feneceer vendo suas instituições destruídas. Afirmando que o Brasil «é a terra da promessa» o discurso empunha a bandeira cujo lema era salvar a nação e preservá-la da avalanche bolchevista, das greves operárias, conduzindo-a ao progresso sob o manto da ordem:

«o Brasil voltará ao caminho do verdadeiro progresso, pelo trabalho e pela tranquilidade da ordem – que é a verdadeira paz. Queremos uma era de trabalho, de paz, da ordem e tranquilidade para a família brasileira».¹⁹

Parte dos intelectuais brasileiros, saíam em defesa da Igreja, entre eles, destacamos Ruy Barbosa, Pedro Lessa e Lacerda de Almeida. Rui Barbosa, em dois momentos, em 1903 no Rio de Janeiro, e em 1910 em Minas Gerais fez severas críticas ao divórcio entre a Igreja e o Estado. Apoiava a tese tão cara à Igreja, da maioria católica brasileira ter o «direito» de exigir a «presença» de Deus na Constituição.²⁰

Lacerda de Almeida, em seu livro *A Igreja e o Estado*, acusava a Revolução Francesa de um discurso voltado para uma *verbiagem ôca e retumbante*, onde liberdade, igualdade e fraternidade não representavam na práxis os interesses do povo, mas sim *a opressão e a tyrania a desmentir nos actos*.²¹

Da trilogia Liberdade, fraternidade e Igualdade emergem outros sentidos, que apontam para a desordem. Acusavam-se as idéias revolucionárias francesas de terem contribuído para um sentimento de revolta contra a gênese donde decorreria todo o poder e autoridade:

¹⁹ Revista do Clero, Rio de Janeiro, abril/1930, p. 250.

²⁰ ROHDEN, P.º Huberto. O Decreto do Ensino Religioso: ligeiras reflexões sobre o aspecto histórico, jurídico, social e pedagógico da questão. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1932, p. 7.

²¹ ALMEIDA, Lacerda de. *A Igreja e o Estado*. Rio de Janeiro: Typografia Revista dos Tribunaes, 1924, p VII e VIII.

«os ateus querem apregoar a fraternidade sem Deus. Mas que coisa é fraternidade? Porque são os homens irmãos, senão porque são todos filhos de Deus»²²

A idéia de revolução, tão repudiada pela Igreja Católica é associada ao papel dos militares quando da deflagração da República. Romualdo Dias, em excelente trabalho sobre a reação da Igreja naquele momento, traduz os sentimentos da Instituição:

«ao implantar a República, os militares teriam trazido a desagregação nacional. Por serem inaptos ao manejo das idéias com armas de uma outra luta, teriam se deixado manipular pelos políticos liberais, pelos adeptos da Religião da Humanidade e pela maçonaria e, como conseqüência, teriam legitimado uma Constituição contrária às tradições católicas»²³

Acrescentava-se que o erro dos legisladores de 1889, residira no fato de que a direção das mentes católicas estava nas consciências atéias, laicas e liberais, dando como conseqüência um lamentável dissídio, entre a legislação que surgiu e o povo que a mesma devia servir.²⁴

Para isto fazia-se necessário a interferência do laicato católico nos cargos decisórios da política local e nacional e através deste, efetuar-se-iam os ganhos da Constituição de 1934. Esses intelectuais católicos, alguns políticos, deveriam concretizar os objetivos da Igreja junto à sociedade civil, assumindo a luta contra os «*ateus comunistas*». Segundo a versão corrente, estes tinham-se tornado desbravadores de um caminho que levaria as novas gerações para o advento do socialismo integral e revolucionário.²⁵

A Igreja trabalhava em prol de um consenso social entre o operariado e o Estado. Criticava-se as greves, e apregoava-se que o operariado per-

²² CIRILLO, M. «A Constituinte». In A Tribuna, Recife, 17-11-1932, p. 1-4.

²³ DIAS, Romualdo. *Imagens da Ordem*, *op cit.* p. 21.

²⁴ VIANA, Artur Gaspar. «*Os Católicos e a Educação*». In A TRIBUNA, 16.02.1935, p. 1.

²⁵ A TRIBUNA, Recife, 16.02.1935, p. 1

nambucano era «*indiferente e tranquilo, a essas campanhas anarquistas*»²⁶ e amante da ordem e do trabalho. A Igreja oferecia seu discurso catequético, onde a tradição e a valorização do conceito de ordem, era um prenúncio de apoio que a sociedade necessitava. Falava-se em progresso, mas, subordinava-se este progresso à ordem e ao esvaziamento dos conflitos de classes. Esta paz social era apresentada como consequência do papel catequético da igreja junto às «classes perigosas»²⁷.

Os ensinamentos da Igreja representariam o elo de paz, uma vez que se voltavam para a conciliação e repúdio à plataforma de idéias igualitárias. O imaginário construído pelo discurso da Igreja acerca da questão social se voltava para a submissão e para a divisão «irreversível» das classes sociais. A ênfase à preservação da propriedade privada e a «misericórdia» que os patrões deveriam ter para com seus operários, são *marcas* importantes do discurso que constrói o imaginário social do consenso. Este imaginário tornou-se o interdiscurso — a memória discursiva — da Igreja nos anos subsequentes, quando dos anos críticos após a revolta comunista, em 1935. Baczko, trabalhando o conceito de imaginário social, observa que

«Através dos seus imaginário sociais, uma coletividade designa sua identidade; elabora uma certa representação de si, estabelece a distinção dos papéis e das posições sociais»²⁸

A liturgia eucarística que prega a união dos fiéis, foi utilizada como instrumento simbólico na construção do imaginário social que associava a união em torno da mesa eucarística, com a união entre as classes sociais: «*no momento de receber a eucaristia todos se unem. Irmanam-se ricos e pobres na mesma refeição espiritual*».²⁹

²⁶ «Atitude ordeira e generosa do operariado Pernambucano, neste grave instante histórico do mundo». In: A Gazeta, Recife, 19-01-1919 p. 1.

²⁷ GUIMARÃES, Alberto Passos. «As Classes Perigosas». SP: Vozes, 1958.

²⁸ BACZKO, B. «Imaginação Social». In: Enciclopedia Einaudi. Portugal: Imprensa Nacional Casa-da-Moeda, 1985, v. 5, p 309-310.

²⁹ ANNAES DO III CONGRESSO EUCHARISTICO NACIONAL, *op. cit.*, p. 273.

Lembramos aqui as considerações teóricas de Bourdieu, quando analisa a relevância do discurso catequético em momentos decisórios e de crise política³⁰.

Procurando mostrar sua força catequética, a igreja aciona medos e receios da sociedade, recuperando o interdiscurso do século XIX, quando o espectro do separatismo³¹ era acionando no movimento regressista, em 1937. Naquele momento, liberais se metamorfoseavam em regressistas, porque temiam que idéias separatistas pudessem aparecer como consequência da descentralização advinda com o Ato Constitucional de 1834³².

A recristianização da política: a Carta Pastoral de 1916

A Carta Pastoral de 1916, assinada por D. Sebastião Leme, recém-egresso de Roma, Arcebispo de Olinda e Recife, constitui um expressivo documento acerca das intenções de Roma para a recuperação e inferência da Igreja Católica junto ao Poder político no Brasil. Seu discurso perpassa por dois pontos básicos que seriam adotados pelo catolicismo e pelo governo de Getúlio Vargas a partir da década de 30: ensino religioso obrigatório e organização da Ação Católica — grupo de intelectuais leigos fiéis à doutrina romana — em todo o território brasileiro. D. Leme assegurava que estes itens eram os pontos cardeais do ministério sacerdotal.³³

³⁰ BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. SP: Perspectiva, 1989.

³¹ «Educação Religiosa». In: A ORDEM, maio, 1931, p. 257-258.

³² Sobre o movimento Regressista, ver: ALMEIDA, M. das Graças A.A. *A Guarda Nacional em Pernambuco - a metamorfose de uma instituição*. Dissertação de mestrado. Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco, 1986; MERCADANTE, Paulo. *A Consciência Conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

³³ LEME, D. Sebastião de Cintra. *Carta Pastoral de 1916*. Petrópolis: Vozes, 1937, p. 12. Acerca da importância da Carta Pastoral de 1916 de D. Leme, ver os seguintes trabalhos: CURY, C. R. J. *Ideologia e Educação Brasileira: católicos e Liberais*. São Paulo: Cortez, 1981; DELLA CAVA, Ralph. «Igreja e Estado no Brasil no Século XX. Sete Monografias recentes Sobre o Catolicismo Brasileiro». In Estudos CEBRAP, nº 12, junho, 1975; TODARO, Margareth Patrice. *Pastors, prophets and politicians; a study brazilian church: 1916-45*. Columbia University. Ph. D. 1971.

A Carta Pastoral que sai de Recife em 1916 tornou-se na verdade, a gênese da recatolização do Brasil, lançando as raízes de uma trajetória que viria a ser plenamente realizada com o advento do Estado Novo, em 1937, data em que a Igreja e o Estado se uniram em um pacto de colaboração recíproca.³⁴

No entanto, tais argumentos constituíam-se em vozes espaiadas, representando meros paliativos. D. Leme pensava em algo mais concreto; talvez na formação de um grupo coeso, uma elite que fosse os «olhos» e os «ouvidos» da Igreja. Esta possibilidade apresentou-se na década de 20, através da conversão de Jackson de Figueiredo que empreendeu uma verdadeira revitalização do catolicismo no Brasil, através da formação de um grupo de intelectuais fiéis aos preceitos romanos, e que tornariam, nos anos 30 fiéis escudeiros na luta contra o Estado laico.³⁵

A estratégia usada para a recristianização do Brasil por Jackson de Figueiredo, tinha sua base na criação de pólos de disseminação do catolicismo por toda a nação. Nesta linha, em 1922, foi criado o *Centro D. Vital* no Rio de Janeiro, que se espalha por todo o Brasil. Fundou-se a Revista *A Ordem*, tendo início o processo de recatolizar o Estado, através do doutrinação da elite laica católica.

Sob a égide de um catolicismo conservador, apresentado como barreira às doutrinas «exóticas», estrangeiras, Jackson de Figueiredo doutrinou essa elite, com o objetivo de organizar uma verdadeira Cruzada Santa contra o laicismo. Contava com o total apoio do Cardeal D. Sebastião Leme — mentor deste trabalho catequético — que vislumbra no jovem sergipano a possibilidade de vir a ser seu veículo junto à sociedade civil cooptando um segmento social, que aceitasse se colocar sob a fidelidade e obediência aos dogmas romanos. A estratégia de D. Sebastião Leme consistia na ingerência

³⁴ Sob o tema vide Almeida, M. das Graças A Ataíde. *Poder Político e Poder Religioso*. CATANI, A In: *América Latina, e os Desafios da Nova Ordem Mundial*. (org) SP: PROLAM/USP, 1996.

³⁵ Acerca de Jackson de Figueiredo, ver: IGLÉSIA, Francisco. *História e Ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981; a Revista *A ORDEM*, dedicou todo o número de novembro de 1938 ao décimo aniversário da morte de Jackson de Figueiredo, 1928-1938. p. 409 a 545.

deste laicato católico junto ao palco do poder político, com o objetivo claro de ter acesso aos cargos políticos decisórios. Esses intelectuais católicos deveriam fazer frente às teorias liberais e anti-clericais abrindo espaço para a retomada do poder perdido desde o final do século passado.³⁶

Liga Eleitoral Católica: a redenção política sob a égide da sotaina

Buscando para si um lugar de força em sua fala, a Igreja se auto intitulava a salvadora política do Estado. A instrumentalidade junto à política foi colocada em pauta através da criação da Liga Eleitoral Católica, A LEC. Criada com o objetivo de eleger Constituintes em 1933, os quais deveriam assegurar os 2/3 de votos necessários às reivindicações — programa mínimo — da Instituição, frente à nova Carta Social. A LEC estava subordinada à *Ação Católica*. Esta, organizada na Encíclica *Ubi Arcano Dei*, de 1922, tinha como objetivo a formação de um laicato fiel, interlocutores entre a Igreja e o Estado.

Assim, a LEC tinha a função de eleger constituintes comprometidos com os postulados da Igreja. Não importava que esses fossem católicos praticantes; o essencial era a anuência de uma carta compromisso, onde se comprometiam a «votar de acordo com a Liga»³⁷, e lutar por uma Constituição que reconhecesse a religião católica como representante da «maioria absoluta» do povo brasileiro.

A igreja contabilizava seus votos, e a ingerência da Instituição na escrita da nova constituição deveria estar garantida. Ao acenar com possibilidades de eleger quem indicasse, a Igreja demonstrava que tinha plena consciência do seu poder de barganha junto aos fiéis e junto ao Estado:

³⁶ MENDES, Oscar. «O Liberalismo no Brasil sob o ponto de vista católico», In: A ORDEM, 1932, p. 31-45.

³⁷ «Os Estatutos da Liga Eleitoral Catholica». In: A Tribuna, Recife, 24-11-1932, p. 2.

«há em Pernambuco 102 paróquias, em cada paróquia um mínimo de 10 pessoas. Ora 102 paróquias com 10 desses eleitores em cada uma, formam um total de 1.020 votos em Pernambuco, o quasi bastante para eleger-se em outubro próximo um deputado estadual».³⁸

O discurso da LEC tem tom de conclamação, afirmando que a nova Constituição será feita pelas consciências católicas, e que os constituintes sejam «*illustres brasileiros, que estejam possuídos do nosso sentimento manifestado, concretizado no sublime e grandioso monumento*»,³⁹ referindo-se à estátua do Cristo Redentor, inaugurada em 1931.

D. Becker, Arcebispo de Porto Alegre, em Carta Pastoral, adverte acerca das exigências da nova Constituição:

«os catholicos brasileiros, além de exigirem que na futura constituição federal não se inscreva nenhum artigo ofensivo a sua fé, estão convencidos da necessidade de figurarem nela alguns parágrafos que interessam fundamente a vida religiosa da nação.»⁴⁰

Na mesma linha, D. Sebastião Leme, afirmava:

«aqui estamos não só para cantar hynnos de amor à Divina Eucharistia, mas para também proclamar na praça pública os direitos inalienáveis de nosso Deus e da Santa Madre Igreja Católica Romana.»⁴¹

Do discurso da Igreja Católica que busca a reintegração do país nos caminhos da fé, emergem sentidos relevantes à configuração da participação da Igreja, no espaço político da Carta Magna que substituiria a «*Constituição sem Deus*» de 1891. Assim, este discurso aponta sentidos para:

³⁸ A TRIBUNA, Recife, 27.07.1935, p. 4.

³⁹ A TRIBUNA, Recife, 27-10-1932, p. 1.

⁴⁰ Idem, 24-11-1932, p. 2.

⁴¹ LEME, D. Sebastião de Cintra. Discurso proferido no III Congresso Eucarístico Nacional, Recife, 1939. In ANNAES DO III CONGRESSO EUCHARISTICO NACIONAL, *op. cit.*, p. 351-352.

- o apelo à tradição católica emerge no culto ao passado religioso, apresentado como hierarquizado, ordeiro, em detrimento de um presente laico, permeado pela desordem. Que se expressa através da afirmação pelo Estado de que o Brasil não é uma nação sem Deus;
- a tese da maioria da população brasileira ser católica, portanto representar o passado e o presente da nação;
- a tradição católica apresentada como única regra de fé para o Brasil;
- reivindicando o passado de luta da Igreja e do Estado na defesa da Pátria;
- um compromisso de atuação nos moldes da *Ação Católica*, cooptando o laicato fiel da Igreja para os cargos políticos;

Artur Cesar Isaia

Professor do Departamento de História / Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil.

ESPIRITISMO, REPÚBLICA E PROGRESSO NO BRASIL

Terceira Revelação e tríade revolucionária

Em 1857, vinha a público na França o «Livro dos Espíritos», que marcaria o início do chamado Pentateuco, as cinco obras, nas quais Allan Kardec¹ codificou o Espiritismo. Vindo de uma família de juristas, da burguesia liberal lionesa, Kardec teve uma formação comprometida com os ideais revolucionários do século XVIII. Educado no célebre internato suíço de Pestalozzi, em Yverdon, Kardec absorveu a confiança na educação como meio de transformação social rumo a uma sociedade livre, laica e que estendesse a todos as prerrogativas da cidadania.

Em consonância com a conjuntura pós-revolucionária do século XIX, a codificação do Espiritismo apresentou uma capacidade notável de composição com uma constelação de idéias que ia do liberalismo às utopias

¹ Denizard Hyppolyte Leon Rivail era seu nome, O pseudônimo Allan Kardec, evocava o passado céltico na França. Segundo a «revelação» dos espíritos, era essa a identidade de Rivail em uma passada encarnação entre os celtas. Para autores como Aubrée e Laplantine, essa identidade, revelava a tentativa de anulação do peso do passado católico e cristão da França, apelando para um passado pré-cristão e para um povo que endossava a crença reencarnacionista. AUBRÉE, Marion; LAPLANTINE, François. *La table, le livre et les esprits*. Paris: JC Lattès, 1990.

As cinco obras formadoras do Pentateuco são: *O livro dos espíritos*, publicado em 1857; *O livro dos médiuns*, publicado em 1861; *O evangelho segundo o Espiritismo*, publicado em 1865; *O céu e o inferno*, publicado em 1865 e *A Gênese*, publicado em 1868.

socialistas, passando pelo positivismo e pelo evolucionismo.² De importância capital na obra de codificação, o positivismo comtista aparecia na própria metodologia prescrita por Kardec para a observação dos contatos com os espíritos. Buscando, a partir de Rudolf Otto, a historicidade do que é endossado pela fé, Ceres Medina realizou um estudo evidenciando a importância de Augusto Comte na obra de Kardec, principalmente no que concerne à explicação das «comunicações» entre mortos e vivos. Para a autora:

«A idéia de Comte de que a ‘aquisição de um sentido novo nos desvendaria uma classe de fatos, de que não temos agora idéia alguma’, deve ter se constituído para Kardec em um estímulo para o prosseguimento das suas investigações, ainda mais que as doutrinas científicas, a despeito de suas diferenças, são variações graduais resultantes da análise de fatos de ordens singulares, mas que se processam segundo a invariabilidade de leis naturais. Cabia procurar a nova lei que conduzia ao aperfeiçoamento científico.»³

Endossamos a postura acima, se bem que enfatizamos, além dos parentescos com o positivismo, por um lado, a extrema capacidade de adaptação do Espiritismo com um prisma bastante desigual de idéias e interesses engendrados pelo mundo pós-revolucionário e, por outro, a capacidade mimética que terá, revelando o sucesso que essas idéias vão lograr, adaptando-se e ressignificando-se em contextos muito diversos do francês pós-1789⁴ Além disso não podemos esquecer de que, se Kardec recorria à experimentação como caminho capaz de atestar a sobrevivência do espírito, esse procedimento só ratificava a ascendência de um plano

² Sobre o sucesso do Espiritismo em compor-se com diferentes idéias e interesses pós-revolucionários, ver ISAIA, Artur Cesar. *Espiritismo, conservadorismo e utopia*. In: PINTO, Elizabete & ALMEIDA, Ivan. A. (orgs.) *Religiões: tolerância e igualdade no espaço da diversidade*. São Paulo: Fala Preta, 2004.

³ MEDINA, Ceres. *O pensamento kardecista*. In: CONSORTE, Josildeth, Gomes; COSTA, Márcia Regina. *Religião, política, identidade*. São Paulo: EDUC, 1988, p. 59.

⁴ Para um estudo sobre o relacionamento entre o Espiritismo e o prisma de idéias pós-revolucionárias ver ISAIA, Artur César. *Op. cit.*; AUBRÉE, Marion & LAPLANTINE, François. *Op. cit.*

extra-material. Assim, mesmo que influenciado pelo positivismo, o Espiritismo não vai endossar a total autonomia da ciência pós-revolucionária. Apesar de negar o hiato entre matéria e espírito, a obra de codificação reconhecia uma ordem superior governando o mundo e a história. A ciência passava a ser vista como capaz de revelar com clareza a obra da criação, atestando as «verdades» proclamadas pela «terceira revelação»⁵. A fusão entre ciência e revelação levava a obra de codificação a afirmar que a recusa ao conhecimento científico equivalia a um repúdio à obra de Deus⁶, abandonando o moderno hiato entre o científico e o sagrado. Christine Bergé, inclusive, salienta a peculiaridade da proposta espírita, capaz de escapar à tendência à polarização entre ciência e religião anunciada por Max Weber em relação à modernidade.⁷ O grande arranjo do Espiritismo, na sua composição com a ciência do século XIX, foi, para Lewgoy, ao lado do reconhecimento de um patamar teológico com ascendência sobre a matéria, a aceitação da possibilidade experimental de atestar-se essa supremacia.⁸

Kardec procurou realizar uma síntese entre a «revelação divina» e a «revelação científica», oposta, tanto ao materialismo científico do século XIX, quanto à herança dos esquemas dualistas, platônico ou kantiano. Apostando numa explicação racional, natural e científica para todos os fenômenos, Kardec tentava dotar a crença de um substrato científico e endossada na observação experimental, ao mesmo tempo em que, através da «comprovação» da sobrevivência do espírito, tentava consorciar em bases novas, o pensamento ocidental com a crença religiosa. A tarefa proposta por Kardec,

⁵ A obra de codificação espírita era apresentada como a terceira revelação, que sucedeu as de Moisés e Jesus Cristo.

⁶ KARDEC. Allan. *Oeuvres Posthumes*. Paris: DERVY, 1978, p. 133.

⁷ «La versant positiviste étant alié au versant spiritualiste, on peut noter ici que le spiritisme échappe à cette forme de loi générale que Max Weber énonce: 'Tout accroissement de rationalité dans la science empirique s'accompagne d'un déplacement de la religion qui de plus en plus passe du domaine du rationnel à celui de l'irrationnel'. BERGÉ, Christine. *La voix des esprits. Ethnologie du spiritisme*. Paris: Métailié, 1990, p. 67.

⁸ LEWGOY, Bernardo. *Os espíritas e as letras: um estudo antropológico sobre cultura escrita e oralidade no Espiritismo Kardecista*. São Paulo: USP: 2000 (tese de doutoramento em Antropologia Social), p. 75.

sem dúvida nenhuma, aproximava-se da tentativa de Comte de consorciar razão e emoção através da ascendência moral do conhecimento positivo. Para Comte, o conhecimento positivo deveria desempenhar a função unitiva entre razão e emoção que o catolicismo desempenhara, com sua ascendência na sociedade feudal.⁹ Um outro ponto comum entre ambos era em relação ao papel preponderante da educação como capaz de edificar, tanto o novo poder moral proposto por Comte, quanto a sociedade do futuro preconizada por Kardec. Não podemos esquecer que, tanto em um caso como em outro, enfatizava-se o papel condutor das elites letradas. Essas tinham, no Espiritismo, a função de espalharem o conhecimento das «leis» que explicavam a origem e o destino humano, a natureza e a história., de forma unitária, negando o hiato entre o mundo físico e o espiritual. Assim, a obra de codificação espírita vai pregar a inevitabilidade do progresso, sujeita que estava toda a humanidade e todo o mundo físico, à «grande lei da evolução». A presença saliente da lei da evolução no discurso espírita denota a familiaridade da codificação kardecista com o pensamento pós-revolucionário. Aubrée e Laplantine mostram a contemporaneidade da codificação com as obras de Darwin, Maine, Huxley, Coulanges e Morgan, que, guardadas as suas peculiaridades, endossavam a idéia evolutiva, que apostava no aperfeiçoamento da humanidade. O Espiritismo criou, para Aubrée e Laplantine, sua própria leitura do evolucionismo do século XIX.¹⁰ Assim, ao mesmo tempo em que ressignificou a evolução, a partir de um ponto de vista moral (as etapas sucessivas seriam necessárias para varrerem a ignorância e o egoísmo da face da terra), unificou o processo evolutivo, cujas leis atingiriam, toda a criação, sujeitando tanto os vivos quantos os mortos. Pensamos que a ressignificação do evolucionismo pelo Espiritismo do século XIX precisa levar em conta, tanto a leitura peculiar da história nele presente, quanto à teodicéia por ele inaugurada. Nelas redimensionava-se

⁹ COMTE, Auguste. Discurso sobre o espírito positivo. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 75-76.

¹⁰ AUBRÉE, Marion & LAPLANTINE, François. *Op. cit.*, 57-59.

a questão do sofrimento humano, cuja inevitabilidade apontava na direção de uma, também inevitável, utopia. Tanto uma quanto outra são fundamentais para entendermos as imensas possibilidades de composição do Espiritismo com o prisma social engendrado no período pós-revolucionário, bem como sua capacidade de adaptação a contextos diferentes do francês do século XIX.

O Espiritismo, ao mesmo tempo em que, à sua maneira, tentou a reproximação entre conhecimento e revelação, trouxe uma leitura da história extremamente próxima da modernidade, com uma proposta de cunho macro-explicativo. O reconhecimento, pelo Espiritismo, da inevitabilidade do progresso como sentido da história humana, levava à necessidade de confrontar as propostas sócio-políticas à «grande lei da evolução». Assim, o Espiritismo pregava que os reacionários, ligados a antigos privilégios de um mundo dominado por trono e altar, se retardavam o progresso, jamais poderiam impedi-lo. Os inimigos do progresso são vistos pela obra de codificação como «pauvres êtres que Dieu châtier: ils seront reversés par le torrent qu'ils veulent arrêter».¹¹ Dentro dessa concepção, as lutas pela supressão do antigo regime serão saudadas pelo Espiritismo como essencialmente vinculadas ao irresistível movimento da história. Caberia ao homem adequar sua intervenção na esfera pública às leis que regem o universo e a história. Uma intervenção assentada nessas leis acenaria na direção da supressão das diferenças de nascimento, da laicização do estado, das lutas pela igualdade entre os sexos, pela universalização do ensino, endossando totalmente a tríade revolucionária. A alusão aos ideais de igualdade, fraternidade e liberdade é freqüente na imprensa espírita do século XIX, evidenciando sua intenção em aliar o Espiritismo às conquistas pós-1789. Contudo, não endossava o Espiritismo a luta revolucionária, encarando as transformações necessárias para adequar as instituições humanas à ordem divina, dentro de uma perspectiva processual e baseada na educação, de «aperfeiçoamento das massas», de acordo com as «leis de harmonia que

¹¹ KARDEC, Allan. *Le livre des esprits*. Paris: DERVY, 1996, p. 347.

regem o universo». Se a luta revolucionária mais radical não é endossada pelo Espiritismo é devido à sua visão processual e evolutiva da história, aliada a uma concepção messiânica da ciência e da educação (mais uma aproximação com Comte), capaz de adequar as instituições humanas aos desígnios divinos. O Espiritismo, ao endossar a tríade revolucionária e opor-se às «convulsões sociais», ia totalmente ao encontro das idéias pós-revolucionárias francesas, direcionadas à preservação da ordem, contra o espetáculo das barricadas. Daí a possibilidade de composição com uma economia de propostas políticas que ia do liberalismo do século XIX ao positivismo, todas familiares à «prudência romântica» pós-1789, assinalada por Paulo Mercadante¹² e existente nas propostas conciliatórias (guardadas as suas peculiaridades) de pensadores como Benjamin Constant, Victor Cousin, François Guizot e mesmo Augusto Comte. Se os «excessos» jacobinos eram execrados, juntamente com o revolucionarismo socialista, o Espiritismo endossava explicitamente a idéia de um estado republicano, laico, que estendesse à toda população o direito pleno de cidadania. A república passou a ser vista como uma conquista do espírito humano, totalmente previsível através das leis divinas, expressas na natureza e «desvendadas» pela obra de codificação. Como conquista e como «atestado» da efetivação da lei do progresso, a república passava a ser ligada à obra de codificação espírita, aprofundando a oposição, explorada pelo imaginário kardecista entre o passado legitimista, representado pela Igreja Católica e o presente e o futuro, que consagravam as liberdades defendidas pelo Espiritismo. Essa vinculação é tão evidente que a obra de codificação torna explícito o elogio à cidadania. Esta é vista como uma condição tão natural quanto a do homem tomado individualmente ou como membro de uma família. Todas dimensões comprometedoras da ação humana aos desígnios da moral divina. Referindo-se à extensão das leis divinas a todas as dimensões da vida, Kardec frisava a necessidade do homem comprometer moralmente sua vida, tanto na esfera pública quanto privada. A fim de não aumentar seus «débitos

¹² MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

cármicos», não poderia haver contradição entre o cidadão comprometido com o bem público, o homem que luta para sobreviver e o bom chefe de família:

«Em todos os homens há três características: a do indivíduo, a do ser comprometido com seus próprios interesses; a do membro de uma família e a do cidadão. Sob cada uma dessas três características o homem pode agir como criminoso ou com virtude. Isto é, o homem pode ser virtuoso como pai de família e ao mesmo tempo agir um criminoso enquanto cidadão e reciprocamente. (...) E como nós falamos, há as faltas típicas do indivíduo e do cidadão; a expiação de umas não leva à expiação de outras... As virtudes da vida pública não coincidem com as da vida privada...»¹³

Com uma proposta que endossava diretamente os valores cívicos, o Espiritismo vai aprofundar em seu discurso a defesa da ordem republicana, vista como sintoma do novo homem e da nova terra anunciados pelos espíritos. O comprometimento da doutrina espírita com as virtudes cívicas, com o elogio à cidadania, acentuaria sua oposição ao catolicismo, encarado como um baluarte de preservação dos antigos privilégios. Ao imaginário católico, povoado de referências monárquicas e rurais, oporá o Espiritismo um arsenal imagético extremamente familiar à sociabilidade urbana e à defesa da igualdade, fraternidade e liberdade. Ao catolicismo, que durante o século XIX, aprofundou uma visão pessimista do mundo moderno, refugiando-se na defesa da tradição, no reforço de seu magistério e sua autoridade, oporia o Espiritismo, um discurso com ênfase na confiança do progresso, na defesa intransigente da ciência como caminho epistemológico comprovador da «terceira revelação» e nas fórmulas políticas pós-revolucionárias. Particularmente na França da segunda metade do século XIX, onde a Igreja Católica reforça sua posição junto ao estado, sob o II Império, o Espiritismo contará com aliados anticlericais expressivos: maçons, republicanos, socialistas, liberais, positivistas. Maçon e socialista foi o escritor

¹³ KARDEC, Allan. *Oevres Posthumes*. Paris: DERVY, 1978, p. 128.

Léon Denis, que radicaliza, após a morte de Kardec, em 1869, as cores do anticlericalismo espírita. Esse anticlericalismo republicano, que sucedeu à proeminência católica no II Império, atingiu seu ponto culminante com as leis anti-congregacionistas de 1901-1904 e com a laicização do estado francês em 1905. É nesse contexto que Léon Denis fez ver a Combes, então Presidente do Conselho, a contribuição do Espiritismo à obra de laicização do ensino e do estado francês.¹⁴

Espiritismo e República no Brasil

A importação do Espiritismo pelo Brasil foi acompanhada por uma ressignificação do mesmo, que, com notável capacidade, adaptou-se a um contexto sócio-cultural diverso do francês da segunda metade do século XIX. Em uma sociedade escravocrata, que teimava na manutenção de conteúdos legais ou imagéticos tipicamente estamentais, uma proposta com ênfase na urbanidade e nas virtudes da cidadania, como a do Espiritismo, longe esteve de representar um corpo estranho e desarticulado. O Espiritismo que admiravelmente vingou no Brasil atesta a capacidade de adaptação da doutrina em um contexto completamente diferente do original, revelando uma reelaboração de longa duração, na qual seus adeptos estabeleceram um diálogo fluente com a nova realidade cultural, fenômeno observável plenamente, a partir do avanço do Espiritismo no mercado religioso brasileiro, o que ocorrerá, sobretudo, a partir do segundo quartel do século XX. Na conjuntura que viu nascer a república no Brasil, o panorama era outro. O Espiritismo longe estava de ser visto como um fenômeno de massas, sua importação e o cultivo de suas idéias dava-se, sobretudo, entre uma elite letrada, em um país com alto índice de analfabetismo. Por outro lado, em terras brasileiras, o Espiritismo teve que partir para jogos identitários bastante complexos, tentando fugir do descrédito e da marginalização social.

¹⁴ AUBRÉE, Marion & LAPLANTINE, François, *Op. cit.*, p. 75.

Se na França, tinha como principais opositores a Igreja e o materialismo, no Brasil, o Espiritismo precisou lutar contra a equiparação de suas práticas com o universo cultural africano e, a longo prazo, aclimatar-se à hegemonia do imaginário católico, vivido de forma não necessariamente sacramental e institucional por grande parte da população.¹⁵

O discurso espírita do progresso teria que conviver no Brasil com o preexistente contato com os mortos, familiar a alguns grupos africanos.¹⁶ Isso colocava para o nascente Espiritismo um problema sério, uma vez que, numa sociedade escravocrata, acenava para interdições simbólicas extremamente graves. Há que se notar que a importação do Espiritismo foi obra de uma elite letrada, nucleada inicialmente em Salvador e após no Rio de Janeiro, durante a segunda metade do século XIX. Assim, as fontes já consultadas mostram-nos o trabalho dos detratores do Espiritismo em acentuar, das mais diferentes formas, uma pretensa ligação com o universo simbólico africano. Essa ligação aparecia, sobretudo, no discurso médico, no católico e no jurídico, onde negritude e Espiritismo apareciam entrelaçados, no afã de descredenciarem as suas práticas¹⁷. Na virada do século XX, essa

¹⁵ Para um estudo da importância do catolicismo na cultura brasileira, ver:

SANCHIS, Pierre. O campo religioso será ainda hoje o campo das religiões. In: HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja na América Latina e no Caribe. 1945-1995*. Petrópolis: Vozes, 1995.

— O repto pentecostal à cultura católico-brasileira. *Revista de Antropologia*. (37) São Paulo: USP, 1994.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Identidade nacional, religião, expressões culturais: a criação religiosa no Brasil. In: SACHS, Viola, et al. *Brasil versus Estados Unidos, religião e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

¹⁶ O transe mediúnico, que Bastide denominou de «incorporação mística dos espíritos» estava longe de ser uma prática comum entre os africanos aqui chegados. Se para os bantos o contato com os espíritos era algo culturalmente aceitável, ligado ao culto dos antepassados, para os iorubanos o mesmo representava um tabu. Bastide já mostrava a oposição entre o Candomblé baiano (de feição iorubana) e a possessão pelos espíritos dos mortos. Mesmo no caso do culto aos eguns, (mortos), há apenas a evocação dos mesmo e nunca a incorporação. Já a familiaridade dos bantos com o mundo dos espíritos, através dos antepassados é que parece ser linear com o surgimento da Umbanda (onde há a incorporação de espíritos), no sudeste do Brasil. Ver BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. Rio de Janeiro: Pioneira, 1971. SANTOS, Juana Elbein dos. *Os nagôs e a morte*. Petrópolis: Vozes, 1976. CARNEIRO, Edson. *Candomblés da Bahia*. Rio de Janeiro: TECNOPRINT, 1970.

¹⁷ Entre os estudos recentes que trabalharam as peculiaridades e as reelaborações que sofreu o Espiritismo no Brasil, ver: AUBRÉE, Marion & LAPLANTINE, François *Op. cit.*; STOLL, Sandra Jacqueline. *Entre dois mundos: o Espiritismo da França e no Brasil*. São Paulo: USP,

vinculação está presente na adoção, pela elite brasileira, de teorias raciais como chave interpretativa da realidade nacional. Lilia Schwarcz¹⁸ analisou a produção de alguns nomes, nucleados em instituições como museus etnográficos, o Instituto Histórico e Geográfico, as faculdades de Medicina e Direito. A mestiçagem como fator inibidor do progresso do país já estava presente na visão pessimista de viajantes estrangeiros como Buckle, Agassis e Gobineau desde a primeira metade do século XIX. A essa visão pessimista, sucedia para Schwarcz, o modelo de análise social científico-evolucionista, característico das elites profissionais do último quartel do século XIX.¹⁹ Assim, podemos avaliar os jogos que se estabeleciam entre o Espiritismo, que desenvolvia um esforço identitário com o progresso e a civilização e, tanto os preconceitos circulantes na sociedade, quanto os discursos tidos como a vanguarda do conhecimento no país.

As elites que importaram o Espiritismo, ao mesmo tempo em que divulgavam um discurso tido como em sintonia com as idéias de progresso e evolução, precisavam neutralizar importantes vozes, que reforçavam os interditos contra a doutrina, remetida à vinculação com o atraso do que de pior havia na sociedade. Essa vinculação com as camadas ínfimas da sociedade aparece claramente na *Bahia Ilustrada*, na segunda metade do século XIX, onde o Espiritismo é apresentado como «Candomblé de brancos».²⁰ Na primeira metade do século XX, o estigma da negritude foi fundamental no esforço identitário dos primeiros intelectuais da Umbanda no Brasil. Esses, tanto assumiram a leitura processual, evolutiva e republicana da história nacional, proposta pelos espíritas, quanto tentaram representar a Umbanda em oposição ao «primitivismo» negro, indo em

1999 (tese de doutoramento em Antropologia); GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos. Uma história de condenação e legitimação do Espiritismo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

¹⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹⁹ Idem, p. 28.

²⁰ *Apud* MACHADO, Ubiratan. *Os intelectuais e o Espiritismo*. Niterói: Lachâtre, 1996, p. 100.

direção às expectativas e preconceitos sociais.²¹ A vinculação entre Espiritismo e atraso, via negritude, seria reforçada pelos interditos «científicos» da escola de Nina Rodrigues, tanto em relação à cultura negra quanto à mestiçagem, encarada do ponto de vista racial e cultural. O negro como objeto da ciência, se bem que surja nas preocupações de Silvio Romero, vai aparecer de forma sistemática e com um esforço classificatório ímpar, em Nina Rodrigues. Como um perigo à sociedade civilizada e branca, o «contágio» (genético e cultural) com o negro poderia conspurcar, degenerar, envolver as populações brasileiras.

«A civilização ariana está representada no Brasil por uma fraca minoria da raça branca, a quem ficou o encargo de defendê-la não só dos atos anti-sociais – os crimes – dos seus próprios representantes, como ainda contra os atos anti-sociais das raças inferiores, sejam estes verdadeiros crimes no conceito dessas raças, sejam ao contrário manifestações do conflito, da luta pela existência entre a civilização superior da raça branca e os esboços de civilização das raças conquistadas ou submetidas...»²²

A periculosidade do «contágio» do negro na sociedade, via familiaridade com a invocação dos mortos aparece na literatura brasileira da virada do século. Tomemos aqui como exemplo o romance de Coelho Neto e a crônica de João do Rio. Em Coelho Neto (que de detrator do Espiritismo, acabou adepto do mesmo), no romance *Turbilhão*, é uma ex-escrava, Felícia que, usando de todo um jogo argumentativo consegue levar sua patroa a uma sessão espírita. O autor descreve o desespero da patroa em função do desaparecimento da filha e a forma como a ex-escrava «joga» com a situação, para levar aquela a uma casa na periferia, onde os espíritos eram invocados.

²¹ Sobre o esforço identitário dos primeiros intelectuais da Umbanda no Brasil ver. ISAIA, Artur César. Ordenar progredindo: a obra dos intelectuais de Umbanda no Brasil da primeira metade do século XX. *Anos 90*. Porto Alegre: UFRGS, 11 (11): 97-120, 1999.

²² NINA RODRIGUES, Raimundo. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Salvador, Livraria Progresso, 1957, p. 162.

A sessão era descrita pelo autor como o terreno propício para o aparecimento de perturbações mentais. A ex-escrava, que acaba completamente louca, é o elo de ligação entre os valores aceitos (a boa mãe e dona de casa, temente a Deus e praticante de um catolicismo devocional) e marginais (o obscuro culto dos mortos, reduto das camadas perigosas e potencialmente patológicas). Felícia, que havia perdido o filho marinheiro, sintomaticamente durante a revolta da Armada, acentua, não só a ligação com o obscuro mundo dos espíritos, remetido às idiossincrasias de sua raça, como também com o passado, com persistências teimosamente presentes no Brasil dos inícios do século XX. Nesse sentido é reveladora a expressão com a qual se referia a sua patroa: «minh'ama», acentuando a ligação de Felícia com o Brasil arcaico, escravocrata e monárquico.

Na historiografia brasileira contemporânea, coube a José Murilo de Carvalho o estudo da dissociação entre as camadas populares do Rio de Janeiro do final do século XIX e o universo simbólico republicano²³. Para esse autor, as correntes republicanas não conseguiram criar um imaginário que sensibilizasse uma população, para quem os símbolos e valores da cidadania apareciam em oposição à rede de significados que secularmente referenciara suas vidas.

Em uma perspectiva completamente inserida na obsessão racista que se abateu sobre boa parte da elite pensante brasileira do final do XIX, Raimundo Nina Rodrigues, cuja importância, não só em relação à Antropologia, ao Direito e à Medicina Legal, mas a própria opinião pública, foi fundamental, lamentava o divórcio entre a imensa maioria de negros e mestiços e a república no Brasil. Escrevendo sobre o que considerava «a loucura epidêmica de Canudos», Nina Rodrigues asseverava que ao negro, tal qual às populações sertanejas, carecia «a capacidade mental para compreender e aceitar a

²³ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

— *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

substituição do representante concreto do poder pela abstração que ele encarava — a lei.»²⁴ A potencialidade subvertora dos negros e dos sertanejos explicava-se através da cristalização de seu «fetichismo», que levava a postarem-se à margem da cidadania, do comportamento codificado inerente à ordem republicana. Era esse «fetichismo» que os levava à fixação a uma forma de governo, como a monarquia, tida como própria de um estágio menos desenvolvido da civilização. Assim, negros e sertanejos, submersos em uma mentalidade, primitiva, careciam de um rei, de um chefe, de um condutor:

«... por muito tempo ainda o presidente da república, os presidentes dos estados, os chefes políticos locais, serão o seu rei, como, na sua inferioridade religiosa, o sacerdote e as imagens continuam a ser os seus deuses. Serão monarquias como são fetichistas, menos por ignorância do que por um desenvolvimento intelectual, ético e religioso insuficiente ou incompleto.»²⁵

Para Nina Rodrigues, negros, sertanejos e loucos, estavam submersos em um estado mental primitivo, em uma dimensão essencialmente mitológica, incapazes, portanto, do reconhecimento das normas da cidadania republicana. Esse posicionamento levava, como consequência, à sua tese sobre, por um lado, a periculosidade do negro e, por outro, sobre a necessidade de revisão do Código Penal republicano, introduzindo-se a irresponsabilidade penal do mesmo.²⁶

A representação da república como umbilicalmente ligada à civilização e ao progresso, circulava, guardando as devidas peculiaridades de propostas, nas vertentes teóricas do republicanismo brasileiro estudadas por José

²⁴ NINA RODRIGUES, Raimundo. *Coletividades Anormais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1939, p. 69.

²⁵ Id. *Ibidem*.

²⁶ Para uma análise da escola de Nina Rodrigues no Brasil ver CORREA, Marisa. *As ilusões da liberdade. A escola de Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

Murilo de Carvalho²⁷. Tanto o que o autor denomina de «república socio-crática», de inspiração positivista, de Benjamin Constant Botelho de Magalhães, quanto a «república liberal» de Quintino Bocaiúva, de inspiração norte-americana, credenciavam-se como caminhos necessários para saída do Brasil da estagnação monárquica.

A vinculação entre Espiritismo, negritude e negação da cidadania aparece nas crônicas de Paulo Barreto, mais conhecido como João do Rio. Em *As religiões do Rio*, o autor desenvolve uma argumentação bastante peculiar, com o objetivo de diferenciar o Espiritismo praticado pela elite republicana, do vivenciado pelas «populações perigosas», à margem da cidadania. O autor opunha um Espiritismo à francesa, experimental, praticado pela Federação Espírita Brasileira (FEB), a outro, marginal e próprio da periculosidade social das classes populares. João do Rio salienta a «degradação» sofrida pelo Espiritismo francês, no contato com a crença dos negros, que, em terras brasileiras, «substitui a feitiçaria e a magia».

«O Rio está minado de casas espíritas, de pequenas salas misteriosas onde se exploram a morte e o desconhecido. Esta pacata cidade, que há 50 anos festejava apenas a corte celeste e tinha como supremo mistério a mandinga, o preto escravo, é hoje como Bizâncio, a cidade das cem religiões, lembra a Roma de Heliogábulo, onde todas as seitas e todas as crenças existiam. O espiritismo difundiu-se na população, enraizou-se, substituindo o bruxedo e a feitiçaria. Além dos raros grupos onde se procede com relativa honestidade, os desbriados e os velhacos são os seus agentes. Os médiuns exploram a credulidade, as sessões mascaram coisas torpes e de cada um desses viveiros de fetichismo a loucura brota e a histeria surge. Os ingênuos e os sinceros que se julgam com qualidades de mediunidade, acabam presas de patifes com armazéns de cura para a exploração dos crédulos; a velhacaria e a sem-vergonhice encobrem as chagas vivas com a capa santa do espiritualismo. Quando se começa a estudar esse mundo de desequilibrados, é como se vagarosamente se descesse um abismo torturante sem fundo.»²⁸

²⁷ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. Op. cit.

²⁸ RIO, João do. *As religiões no Rio*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976, p. 163-164.

A visão elitista do autor, em sintonia com as teorias raciais circulantes nos primórdios da república, evidenciava o «perigo» do «baixo Espiritismo», que na sua visão, tentava «poluir» a civilização com o «fetichismo» dos negros. Os negros e os «mulatos pernósticos» que praticavam a invocação aos mortos, são descritos por João do Rio em íntima relação com o crime e com a loucura, evidenciando a articulação entre o olhar do autor e as teorias raciais predominantes nesse momento, que acentuavam a periculosidade do contato do negro com a civilização. Assim, os centros do «baixo Espiritismo», quando não apareciam ligados ao crime, à exploração e à «mais desfaçada imoralidade», eram vistos como «casas de fabricação de loucuras, levando à histeria senhoras indefesas.»²⁹

Por outro lado, o Espiritismo kardecista, praticado pela elite freqüentadora da Federação Espírita Brasileira, aparecia em João do Rio identificado com os foros de civilidade e progresso, capaz de congregar membros da elite republicana. Se não fosse pelo emprego da expressão «baixo Espiritismo», com a qual os espíritas nucleados na Federação não concordavam (para eles havia um único Espiritismo, o codificado por Kardec, oposto às práticas familiares ao universo simbólico afro-brasileiro), poderíamos ver nas crônicas de João do Rio uma ligação com o esforço legitimante dos primeiros espíritas brasileiros, insistindo no aspecto letrado, científico e moderno da doutrina. Assim, João do Rio, na sua visita à Federação Espírita Brasileira, registra como adeptos da doutrina, importantes nomes ligados à vida republicana, que, na sua opinião, davam a nota distintiva da evocação dos mortos entre os, por ele qualificados, de «sinceros». A ligação entre a nova elite republicana e o Espiritismo já é evidente com a citação do nome de Quintino Bocaiúva, signatário do Manifesto Republicano de 1870 e figura chave para legitimação do movimento de 15 de novembro de 1889.³⁰ Outro nome apontado por João do Rio e de alta proximidade com

²⁹ Id. *ibidem*.

³⁰ Para José Murilo de Carvalho, a presença de uma liderança civil como a de Bocaiúva no 15 de novembro, foi fundamental para tentar dar ao movimento uma face menos militarizada. CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas*. *Op. cit.*, p. 49.

o governo republicano foi o do Marechal Francisco Raimundo Everton Quadros, presidente do Clube Militar no mandato do primeiro presidente civil, Prudente de Moraes, comandante da Escola Militar da Praia Vermelha e um dos maiores auxiliares de Floriano Peixoto durante a revolta de 1893-1894, tendo comandado as operações militares no Paraná.³¹ Foi o primeiro presidente da Federação Espírita Brasileira, fundada em 1884, dentro do esforço em centralizar a luta das diferentes sociedades espíritas pela afirmação institucional da doutrina e contra o status privilegiado desfrutado pelo catolicismo durante a monarquia³². João do Rio cita, igualmente, como adeptos do Espiritismo, os generais Girard e Piragibe, de grande proximidade com o governo republicano. O primeiro, chefe de uma desastrada brigada governamental na campanha de Canudos, de acordo com o registro de Euclides da Cunha³³ e o segundo, de destaque junto às forças do governo no esforço para manutenção da ordem militar durante a Revolta da Vacina.³⁴

Além dos nomes citados por João do Rio, a ligação entre os primeiros espíritas e a república no Brasil aparece reiteradamente nas biografias de homens como Antonio Pinheiro Guedes, senador e membro da Constituinte que elaborou a carta de 1891. Como Augusto José da Silva, médico e chefe político republicano no interior de Minas Gerais. Como Bitencourt Sampaio, republicano histórico, que acompanha Quintino Bocaiúva na assinatura do Manifesto de 03 de dezembro de 1870. Ainda é o caso do cognominado «Kardec brasileiro», Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti, figura exponencial na ressignificação do Espiritismo no Brasil³⁵, que, mem-

³¹ Ver WANTUIL, Zeus. *Grandes espíritas do Brasil*. Rio de Janeiro: FEB, 2002, p. 326-332.

³² DAMAZIO, Sylvia. *Um pouco da história do Espiritismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994, p. 08.

³³ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

³⁴ Ver CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. *Op. cit.*, p. 108.

³⁵ WARREN, Donald. A terapia espírita no Rio de Janeiro por volta de 1900. *Religião e Sociedade*. 11 (3) 1984.

bro da bancada do Partido Liberal no império, assumiu a campanha abolicionista e republicana.³⁶

A existência de um ideário e de inimigos comuns, a defesa do estado laico e da república, aproximava o nascente Espiritismo da Maçonaria na segunda metade do século XIX. Apontando Alcindo Guanabara como o protótipo do político com esse perfil, escreve Ubiratan Machado: «maçom, espírita e republicano poderia ser a tríplice divisa para identificar o comportamento político-social-religioso de vários homens notáveis do ocaso imperial em oposição ao reacionarismo católico.»³⁷ Por outro lado, não era apenas circunstancial a ligação entre Espiritismo e Maçonaria. Entre ambos havia um importante parentesco cultural, através da coabitação em um universo de significados. Assim, a concepção de trabalho como o impulsionador do progresso humano, aliada a outras, como construção e harmonia, vistas em uma perspectiva cósmica, aparecem reincidentemente na obra de codificação espírita e nos ideais maçônicos. Um exemplo dessa relação está no documento que codifica a franco-maçonaria, as «Constituições de Anderson», que firmam a idéia maçônica, na qual o trabalho aparece como veículo de progresso humano e de instrumento indispensável à busca da verdade.³⁸

A idéia de evolução contínua, de aperfeiçoamento via trabalho, sem sobressaltos revolucionários, que caracterizam a proposta social do Espiritismo, aparece claramente no seu posicionamento frente à questão abolicionista. Endossando totalmente a luta abolicionista, o órgão oficial do Espiritismo brasileiro, *O Reformador*, posiciona-se pela necessidade da anterior escolarização do negro, para impedir que a sua libertação viesse ameaçar o convívio civilizado.³⁹ O mesmo posicionamento processual,

³⁶ Dados biográficos desses primeiros espíritas encontram-se registrados em WANTUIL, Zeus. *Op. cit.*

³⁷ MACHADO, Ubiratan. *Op. cit.*, p. 146.

³⁸ Ver LIGOU, Daniel. *Dictionnaire de la franc-maçonnerie*. Vendôme: Presses Universitaires de France, 1987.

Para a relação entre Maçonaria e Espiritismo. Ver: ISAIA, Artur César. *Op. cit.*

³⁹ *O Reformador*. Rio de Janeiro, 15^{de} abr. de 1896, p. 01.

avesso à luta revolucionária, mas preocupado em sintonizar-se com os ideais de igualdade, fraternidade e liberdade, aparecia no tocante à proclamação da república. A lei do progresso aparecia como critério capaz de avaliar e viabilizar as propostas sócio-políticas:

«O nosso dever diante de um desses cataclismas humanos é afe-ri-los pelo estalão espírita: a lei do progresso; se lhe for conforme, aplaudi-lo e auxiliá-lo e, se lhe for contrário, estigmatizá-lo e comba-tê-lo.»⁴⁰

A república, sendo considerada pelos espíritas brasileiros a «alavanca de Arquimedes para a consecução do alto destino humano»⁴¹, ia totalmente ao encontro das «leis do progresso». Quanto à sua proclamação no Brasil, *O Reformador* não poupou adjetivos para elogiar um movimento, cuja ausência de uma articulação popular parece ter sido a nota distintiva⁴²:

«Felicitando o Governo Provisório pelo brilhante resultado do incruento triunfo, vem testemunhar a cada um de seus membros em particular, um voto de gratidão e reconhecimento pelos esforços inte-ligentes, zelo e abnegação com que cada um concorreu para a solução pacífica do mais temeroso problema político-social.»⁴³

A folha espírita claramente credenciava-se junto ao Governo Provisório, como importante agente viabilizador da idéia republicana no Brasil:

«Militando por seus membros, espalhados pela superfície do Brasil inteiro, nas fileiras da liberdade na paz; côm-scio de haver contribuído para se operar lenta e gradualmente, sem sobressaltos, a modificação das tendências e transformação das idéias políticas; a Federação Es-pírita não podia conservar-se indiferente à realização de seus votos,

⁴⁰ *O Reformador*. Rio de Janeiro, 01 de dez. de 1889, 01.

⁴¹ Id. Ibidem.

⁴² Sobre a ausência de articulação popular no movimento que levou ao 15 de novembro, ver: CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a república que não houve*. Op. cit.

⁴³ Mensagem ao Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil. *O Reformador*. 01 de julho de 1889, p. 04.

principalmente pela feição da mais pura democracia, que imprimistes ao movimento, assestando sobre o sólido alicerce da confraternização dos povos e a grandeza dos Estados Unidos do Brasil»⁴⁴

Endossando o esforço do Espiritismo francês do século XIX em apresentar a «terceira revelação» como em total sintonia com as conquistas revolucionárias de 1789, os espíritas brasileiros viam a adoção da república como sintoma do «progresso evolutivo» proposto na obra de codificação. Vinculavam-se ao que Nicolau Sevcenko denomina de «esforço prometéico» da geração intelectual de fins do século XIX e inícios do XX, seduzida pela idéia de uma república promotora do progresso e amparada na ciência.⁴⁵ A monarquia era vista, acentuando o que entendiam ser o seu divórcio da emancipação do espírito humano, ao manter-se presa à religião oficial e contrária a uma ordem social que já aparecia entre os povos «civilizados», marcada pela «igualdade cívica», pelo «nivelamento dos direitos», pela «evolução do homem pelo trabalho» e pela «liberdade de pensamento.»⁴⁶ A vinculação entre monarquia, ultramontanismo e escravidão aparecia subliminarmente nas páginas de *O Reformador*, que muitas vezes expressava-se de forma codificada ao acentuar a oposição entre monarquia-catolicismo-atraso e república-espiritismo-progresso. O Espiritismo pregava que a vivência pública da tríade revolucionária seria tarefa conjunta da educação e da caridade, que por ele espalhadas pelo mundo, anulariam as injustiças herdadas do antigo regime. Dentro dessa perspectiva, Everton Quadros opunha o «orgulho», representado pelos vícios do passado, à caridade regeneradora, trazida com o progresso, atestado pelo aparecimento do Espiritismo. O orgulho seria esmagado, sintomaticamente, por uma figura feminina. Everton Quadros, representante da vanguarda republicana da oficialidade brasileira da segunda metade do século XIX, socorria-se da

⁴⁴ Id. *ibidem*.

⁴⁵ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 84-89.

⁴⁶ *O Reformador*. 01 de julho de 1887, p. 01.

figura feminina, familiar a representações comuns ao habitat simbólico de republicanos e positivistas, no qual a mulher aparecia, entre outras, associada, à república, humanidade, ciência, evolução, virtude: «Ele (o orgulho) será esmagado aos pés da humanidade regenerada pela ciência e pela virtude, dando cumprimento à velha profecia bíblica — A hidra do mal sucumbirá sob as plantas de uma mulher.»⁴⁷ Everton Quadros, na sua proximidade com os militares republicanos, ao recorrer à figura feminina, regeneradora do mal, invocava um recurso imagético bastante presente, tanto na campanha republicana, quanto no imaginário católico e positivista.⁴⁸ Ainda de maneira reticente, mas ricamente alegórica, o «satus quo» é atacado como «cativeiro moral» que tolhe o movimento irresistível da história., em mensagem «ditada» pelo espírito do escritor José de Alencar, em setembro de 1888:

«Oh minha idolatrada pátria... um dia, talvez breve, quem sabe?... as trevas do cativeiro moral que te intimidam as forças e tolhem-te os movimentos, serão espancados pelos raios do esplêndido sol da liberdade... Esperai um pouco mais e o ponteiro que marca as eras dos povos, se moverá e verá o dia da regeneração.»⁴⁹

Mesmo em uma conjuntura difícil para o relacionamento entre o Espiritismo e a república, como foi a promulgação do Código Penal de 1890, que criminalizou as atividades espíritas, equiparando-as à magia e cartomancia, reafirmou-se o perfil republicano da Federação Espírita Brasileira. Nessa ocasião, foi em nome dos princípios republicanos de estado laico e liberdade de crenças, consagrados pelo decreto 119, de 1890 e assumidos pela vanguarda do Espiritismo brasileiro, que a Federação Espírita conduziu seu protesto ao Governo Provisório.⁵⁰ As excelências da república

⁴⁷ *O Reformador*. Rio de Janeiro, 15 de abril de 1884, p. 01.

⁴⁸ Para um estudo sobre a importância das alegorias femininas evocando liberdade, revolução e república entre os republicanos brasileiros., ver: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. Op. cit., p. 75-96.

⁴⁹ *O Reformador*. Rio de Janeiro, 01 de nov. de 1888, p. 01.

⁵⁰ Ver as edições de novembro e dezembro de 1890, bem como a de janeiro de 1891 de *O Reformador*.

nunca foram postas em dúvida. Ao contrário, apelava-se para a necessidade de efetivação dos princípios republicanos.

A leitura do jornal da Federação Espírita Brasileira no final do século XIX evidencia que, para muito além do mero assistencialismo aos menos favorecidos e das peculiaridades de sua inserção no mercado religioso brasileiro, o Espiritismo desenvolveu um esforço para credenciar-se como aliado não desprezível das forças contrárias à perpetuação da monarquia. Posicionando-se em contato íntimo com discursos que advogavam a superioridade da república, a vanguarda da Federação Espírita articulou a «terceira revelação» a uma leitura processual e evolutiva da história nacional em íntima ligação com o discurso republicano brasileiro de várias matizes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUBRÉE, Marion; LAPLANTINE, François. *La table, le livre et les esprits*. Paris: JC Lattès, 1990.
- BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. Rio de Janeiro: Pioneira, 1971.
- BERGÉ, Christine. *La voix des esprits. Ethnologie du spiritisme*. Paris: Métailié, 1990.
- CARNEIRO, Edson. *Candomblés da Bahia*. Rio de Janeiro: TECNOPRINT, 1970.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- COMTE, Auguste. Discurso sobre o espírito positivo. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- CORREA, Marisa. *As ilusões da liberdade. A escola de Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- DAMAZIO, Sylvia. *Um pouco da história do Espiritismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.
- GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos. Uma história de condenação e legitimação do Espiritismo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- ISAIA, Artur Cesar. Espiritismo, conservadorismo e utopia. In: PINTO, Elizabete & ALMEIDA, Ivan. A. (orgs.) *Religiões: tolerância e igualdade no espaço da diversidade*. São Paulo: Fala Preta, 2004.

Para um estudo do posicionamento da FEB frente à promulgação do Código Penal Republicano, ver GIUMBELLI, Emerson. *Op. cit.*, p. 79-87.

- Ordenar progredindo: a obra dos intelectuais de Umbanda no Brasil da primeira metade do século XX. *Anos 90*. Porto Alegre: UFRGS, 11(11): 97-120, 1999.
- KARDEC, Allan. *Oeuvres Posthumes*. Paris: DERVY, 1978.
- *Le livre des esprits*. Paris: DERVY, 1996.
- LEWGOY, Bernardo. *Os espíritas e as letgras: um estudo antropológico sobre cultura escrita e oralidade no Espiritismo Kardecista*. São Paulo: USP: 2000 (tese de doutoramento em Antropologia Social).
- LIGOU, Daniel. *Dictionnaire de la franc-maçonnerie*. Vendôme: Presses Universitaires de France, 1987.
- MACHADO, Ubiratan. *Os intelectuais e o Espiritismo*. Niterói: Lachâtre, 1996
- MEDINA, Ceres. O pensamento kardecista. In: CONSORTE, Josildeth, Gomes; COSTA, Márcia Regina. *Religião, política, identidade*. São Paulo: EDUC, 1988.
- NINA RODRIGUES, Raimundo. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Salvador, Livraria Progresso, 1957.
- *Coletividades Anormais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1939.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Identidade nacional, religião, expressões culturais: a criação religiosa no Brasil. In: SACHS, Viola *et al.* *Brasil versus Estados Unidos, religião e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- RIO, João do. *As religiões no Rio*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976
- SANCHIS, Pierre. O campo religioso será ainda hoje o campo das religiões. In: HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja na América Latina e no Caribe. 1945-1995*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- O repto pentecostal à cultura católico-brasileira. *Revista de Antropologia*. (37) São Paulo: USP, 1994.
- SANTOS, Juana Elbein dos. *Os nagôs e a morte*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- Stoll, Sandra Jacqueline. *Entre dois mundos: o Espiritismo da França e no Brasil*. São Paulo: USP, 1999 (tese de doutoramento em Antropologia).
- WANTUIL, Zeus. *Grandes espíritas do Brasil*. Rio de Janeiro: FEB, 2002.
- WARREN, Donald. A terapia espírita no Rio de Janeiro por volta de 1900. *Religião e Sociedade*, 11 (3), 1984.

PARTE IV

•

Sentido(s) da História

Luís Filipe Torgal

Professor do Ensino Básico e Secundário e Mestre em História Económica e Social Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

PORTUGAL/BRASIL, 1889-1910

UMA VISÃO CRONOLÓGICA

Nota introdutória

A cronologia que se apresenta pretende invocar, relatar e contextualizar uma série de eventos — sobretudo de carácter político e religioso — das histórias do Brasil e de Portugal, que se sucederam entre 1889 e 1910.

Tais balizas cronológicas foram por nós definidas de forma a respeitar a estrutura desta obra luso-brasileira de *história comparada*, ou, pelo menos, de *história paralela*, que tem como temática nuclear os movimentos republicanos brasileiro e português. Por isso, as datas que marcam o início e o fim da nossa cronologia coincidem com dois acontecimentos emblemáticos e paradigmáticos do tema em análise: 1889 foi o ano em que eclodiu um golpe militar que depôs o imperador D. Pedro II e proclamou uma república federativa no Brasil; em 1910, ocorreu a revolução republicana que originou a queda da monarquia constitucional e do último rei, D. Manuel II, em Portugal.

Neste período de vinte e um anos, o Brasil assistiu à génese e difícil consolidação do seu regime da Primeira República (ou «República Velha») — 1889-1930. Durante esta fase embrionária da história da república neste país é porventura possível considerar a seguinte periodização política: os governos centralistas dos Marechais; a reconquista do poder pelas (novas)

oligarquias regionais sobretudo ligadas à produção e comercialização do café; e o início de um processo de ruptura que pretendeu uma regeneração e consequente democratização do regime (ou «a republicanização da República»)¹.

Entretanto, em Portugal, emergia uma nova geração republicana — a «geração do *Ultimatum*» (de 1890) — disposta a romper com os tradicionais processos de combate legalista, ordeiro e convencional contra um regime monárquico agónico. Seria essa mesma geração, note-se, profundamente influenciada pelas experiências republicanas de França e, sobretudo, do Brasil, que se tornaria mentora e protagonista directa da implantação da república no país. É, portanto, mormente a partir de 1890/91, no âmbito da estruturação de uma nova conjuntura económico-social e cultural, que se deve compreender o nascimento e a organização do complexo processo político-ideológico que irá confluir na Primeira República portuguesa.

Ao mesmo tempo que os projectos republicanos, ambos inspirados numa eloquente assunção messiânica, se foram plasmando — no poder (no Brasil) ou na oposição (no caso português) —, por via do confronto dialéctico entre as doutrinas demoliberais, socialistas, positivistas/cienticistas, federalistas, laicistas e nacionalistas, mas, também, da acareação entre as correntes citadas e as ideologias mais conservadoras ou contra-revolucionárias (e depois «revolucionárias conservadoras»), ocorreram nos dois países aqui invocados, outros fenómenos complementares, também de natureza político-ideológica e religiosa, que merecem ser evidenciados. Referimo-nos, para citar porventura os fenómenos mais expressivos, aos conflitos entre os Estados (constitucionais) e a Igreja (Católica), às confrontações entre o clericalismo e o anticlericalismo, e às maturações dos movimentos socialistas.

¹ Cf. Francisco Iglésias, *Trajectória política do Brasil, 1500-1964*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993, pp. 193-228.

Todos estes acontecimentos encontram-se retratados na nossa cronologia, por vezes até com relatos e enquadramentos assumidamente longos. Porém, poder-se-á argumentar que a selecção de eventos por nós efectuada deixa na sombra ou não desenvolve a preceito muitos outros factos dignos de relevância. Pensamos que essa é uma crítica previsível e incontornável que um trabalho desta natureza está destinado a acolher. Quanto a isso, desejamos apenas adiantar uma explicação: neste projecto, *a priori* condicionado por limitações de espaço, pretendemos escolher (e este acto supõe sempre um grande grau de subjectividade) uma sucessão não excessivamente exaustiva de eventos que na sua época contribuíram para a formação, no Brasil e em Portugal, de duas conjunturas políticas, culturais e mentais mais ou menos coerentes.

Importa, por fim, também esclarecer que o desiderato fundamental desta cronologia comentada será servir professores, estudantes e/ou outros cidadãos interessados no estudo ou conhecimento elementar dos movimentos republicanos brasileiro e português. Para cumprir este duplo propósito, de índole científica e didáctica, procurámos conciliar a clareza e objectividade da linguagem com o rigor historiográfico. Foi, de resto, essa preocupação com o rigor que determinou a necessidade de nos apoiarmos nas interpretações consubstanciadas nas obras de vários especialistas — oportunamente identificados — do estudo do republicanismo (ou de temáticas com ele relacionadas) no Brasil e em Portugal, bem como de por vezes optarmos mesmo por convocar para o corpo do nosso texto as apreciações expressas por esses autores.

1889

312

[15 de Novembro]

Golpe militar, onde praticamente não foram disparados tiros, que determinou a deposição do Imperador D. Pedro II (1825-1891), o consequente fim da estrutura política imperial e a proclamação da república no Brasil. O novo regime foi implantado por uma elite heterogénea constituída por militares positivistas (sobretudo jovens «científicos» oriundos da Escola Militar da Praia Vermelha) – que aspiravam a uma república centralista e tecnocrático-científica, entregue aos cuidados de sábios sociólogos –, por políticos civis progressistas – que advogavam uma república federal e (em alguns casos) demoliberal – e até por militares e civis ex-monárquicos e, portanto, recém-convertidos à República. Entre os seus líderes destacam-se as seguintes personalidades: o mais graduado oficial do exército – herói da guerra do Paraguai, ex-monárquico e amigo do Imperador –, marechal Manoel Deodoro da Fonseca (1827-1892), o tenente-coronel Benjamim Constant, o chefe de esquadra Eduardo Wandenkolk, os civis Aristides Lobo, Campos Salles, Rui Barbosa, Quintino Bacaiúva, Demétrio Ribeiro e Francisco Glicério. Os revoltosos beneficiaram do apoio das classes médias urbanas e das elites regionais, sobretudo do Oeste Paulista, ligadas ao negócio do café,

1889

[26 a 28 de Abril]

I Congresso Católico da Província eclesiástica de Braga, promovido pelo «católico constitucional», conde de Samodães, e presidido pelo bispo de Lamego, D. António da Trindade de Vasconcelos. Esta iniciativa foi organizada num ambiente marcado pelo avanço da secularização, a prática regalista dos governos liberais, a ofensiva do anticlericalismo liberal, republicano e socialista, mas também pelas cisões político-ideológicas (entre constitucionalistas e legitimistas) existentes no seio dos militantes católicos. Os participantes neste areópago advogaram o integralismo religioso e procuraram actuar nos terrenos privilegiados da assistência e do ensino em ordem a promover o renascimento e unificação do catolicismo, bem como a (re)cristianização da sociedade portuguesa. Assim, atacaram o protestantismo, aprovaram a promoção da catequese, propuseram o desenvolvimento das escolas católicas e a formação de uma editora destinada a difundir livros e folhetos religiosos. Solicitaram ainda ao cardeal e aos párocos a protecção das Conferências de S. Vicente de Paulo. Além disso, protestaram contra a supressão do poder temporal dos Papas.

as quais irão determinar a construção de um regime político marcado por uma renovada matriz oligárquica que excluiu as massas populares. As fontes e as interpretações divergem quando analisam a participação popular nos acontecimentos. Aristides Lobo afirmou que as massas populares terão assistido a tudo «bestializadas, atónitas e surpresas». Esta tese de apatia e alheamento cívico do povo do Rio de Janeiro perante a proclamação republicana foi na altura corroborada por outros observadores nacionais e estrangeiros, mas, entretanto, também rejeitada por alguma historiografia que, evocando certas revoltas populares que ocorreram durante a Primeira República, não deixou de associar o novo regime ao despertar e consequente irrupção do povo na política. O Governo Provisório – chefiado por Deodoro da Fonseca –, que tomou posse após o triunfo imediato da «revolução nacional» republicana, assumiu uma conduta moderada, ao manter as ligações e compromissos externos e preservar os órgãos e as funções da administração civil e militar. Porém, acabou com as principais instituições do sistema monárquico representativo: dissolveu as Câmaras, destituiu os governos provinciais e revogou o Conselho de Estado. Importa ainda destacar que o primeiro decreto do Governo Provisório – redigido por um dos mais prolíficos legisladores da Primeira República, Rui Barbosa (1849-1923) – instituiu

[19 de Outubro]

Morte de D. Luís (1838-1889) e subida ao trono de D. Carlos (1863-1908). O novo rei distinguiu-se também como pintor naturalista e cientista ligado à oceanografia e ornitologia. O seu reinado coincidiu com o crepúsculo da monarquia, a qual será minada por uma sucessão de graves acontecimentos: o Ultimatum inglês e o consequente golpe republicano de 31 de Janeiro de 1891; a ditadura de João Franco – com o patrocínio do rei – e a questão dos adiantamentos à Casa Real, que irão desembocar na revolução republicana fracassada de 1908 e, depois, no trágico regicídio. O reinado de D. Carlos caracterizou-se, também, no plano da política externa, pela normalização das relações luso-brasileiras (depois de um grave incidente ocorrido em 1894, causado pelo facto de os navios da armada portuguesa terem concedido asilo a militares brasileiros intervinientes na Revolta da Armada que eclodiu naquele país em 1893) e luso-britânicas (após o Ultimatum inglês), assim como por um périplo diplomático do rei pela Espanha, França, Alemanha e Inglaterra que foi retribuído pelos chefes de Estado destes países. Destacou-se ainda por uma política de reforço da soberania nos territórios africanos, concretizada na «pacificação» de Moçambique (1894-95), numa viagem pelas colónias africanas (1907) e nas campanhas do Cuamato em Angola (1907).

uma velha reivindicação do Partido Progressista e do movimento republicano: a República Federativa dos Estados Unidos do Brasil.

Logo após a queda da monarquia, a pouco consistente frente revolucionária (que integrava uma parte do Exército, a burguesia e a oligarquia rural) desagregou-se e eclodiram de imediato movimentos sediciosos que disputaram o poder no seio do recém-constituído regime republicano.

Porque caiu a Monarquia e se proclamou a República? Esta não é uma questão simples e consensual. Tem mesmo suscitado sucessivas e contraditórias interpretações historiográficas que vale a pena aqui aflorar. As teses mais tradicionais invocaram os seguintes motivos: a Questão religiosa – consubstanciada num agudo e impopular conflito entre a alta hierarquia da Igreja Católica (nomeadamente, os bispos de Recife/Olinda e Pará), defensora intransigente do ultramontanismo, e o Estado liberal Imperial, que professava o regalismo e o anti-romanismo; a Questão Militar – que terá resultado de uma política de enfraquecimento e de desmobilização das forças armadas decretada pelo Governo após a guerra do Paraguai (1864-1870); a abolição da escravatura sem indemnizações (1888), que terá originado a adesão dos fazendeiros às ideias republicanas; em suma, os sucessivos excessos e as inabilidades da Coroa teriam conduzido ao desprestígio e conseqüente impopularidade

[Dezembro]

Apesar da inesperada proclamação da República no Brasil, e não obstante o imperador deposto e a família real brasileira terem desembarcado em Lisboa, no dia 7 de Dezembro, provenientes do Brasil, para um breve exílio em Portugal (seguiram depois para França), a monarquia constitucional portuguesa reconheceu o novo regime, em 18 de Setembro de 1890, e procedeu a um esforço diplomático no sentido de manter as relações de aproximação com aquele país. É verdade que esse esforço, que pretendia salvaguardar muitos interesses que Portugal tinha na jovem República, foi momentaneamente interrompido em 1894, por decisão do Governo do Brasil, quando (conforme foi dito atrás) um grupo de marinheiros revoltados contra o Governo de Floriano Peixoto procurou e obteve refúgio em dois navios portugueses ancorados no Rio de Janeiro. Mas as relações diplomáticas entre os dois Estados restabeleceram-se logo em 1895. O próprio rei D. Carlos agendou depois uma viagem ao Brasil, que definiu como «infinitamente política e duma importância capital para a sua obra», e que só não se concretizou por que entretanto se deu o Regicídio.

Por seu lado, o Partido Republicano Português saudou de imediato, e com óbvio júbilo, a mudança de instituições no Brasil.

da Monarquia junto das elites civis, militares e eclesiásticas. Uma posterior revisão historiográfica desenvolveu outras interpretações porventura mais complexas e objectivas da questão e que assentam no seguinte axioma: a proclamação da República resultou de profundas transformações nas estruturas económico-sociais que ocorreram no país na segunda metade do século XIX e que acabaram por minar as conservadoras instituições monárquicas.

[Novembro]

Tomada de posse do Governo Provisório, presidido pelo marechal Deodoro da Fonseca. No novo executivo estão, sobretudo, representados alguns «republicanos históricos» e as grandes correntes organizadas da época: o Exército e o Partido Republicano Paulista. Eis a composição do Ministério: Campos Salles (Justiça), Aristides Lobo (Interior), Rui Barbosa (Fazenda), Benjamin Constant (Guerra), Eduardo Wandenkolk (Marinha), Quintino Bocaiúva (Relações Exteriores), Demétrio Ribeiro (Agricultura, Comércio e Obras Públicas). O Governo Provisório foi incumbido de manter a ordem e dirigir a Nação até a futura Assembleia Constituinte sufragar um governo definitivo. O período de consolidação do regime republicano – também conhecido por «República das Espadas» – tem assim início e prolongar-se-á até 1894. Caracterizou-

se, sobretudo, por uma forte presença dos militares no poder e por um combate acirrado entre estes, que eram maioritariamente defensores do centralismo e de uma ditadura republicana, e sectores civis, que advogavam o federalismo.

- Eclodem várias reacções monárquicas inconsequentes contra a República, que serão, de resto, exacerbadas pelo novo poder instituído. Tais sublevações foram sucessivamente protagonizadas, primeiro por forças do exército, em Desterro (depois de 1895, rebaptizada de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina), depois pelos marinheiros da corveta Niterói e, por fim, pelo 2.º R.A. aquartelado em São Cristóvão. Na sequência dessas revoltas, o Governo avaliou de imediato e severamente os implicados, desterrou do Brasil alguns líderes proeminentes da reacção monárquica (Ouro Preto, o seu filho Carlos Afonso e Silveira Martins), criou um tribunal militar destinado a julgar os sublevados e todos aqueles que viessem a ser acusados de promover a subversão civil e militar contra a República, assim como restringiu com intolerância a liberdade de imprensa. Esta última medida será utilizada pelo poder como uma arma repressiva contra os opositores irredutíveis do regime, mas também para conter e silenciar, de forma arbitrária, a onda de críticas que vai crescendo contra as políticas do Governo.

- Na capela de Juazeiro – local próximo da cidade do Crato (no Ceará) onde se fixou o padre Cícero Romão Baptista, após ter sido aí protagonista de uma presumível experiência mística – ocorreu um suposto milagre com uma das suas beatas (a sua boca verteu sangue no momento em que recebeu a hóstia de Cícero) e que voltará a reproduzir-se em outras ocasiões semelhantes. Em torno do local e do seu sacerdote gerou-se mais tarde um amplo e duradouro movimento regional de catolicismo rústico de cariz milenarista, que entrou em conflito com a hierarquia da Igreja e com os poderes políticos republicanos entretanto instituídos. O desejo do padre de elevar Juazeiro à condição de bispado, os desentendimentos pela posse de terras e a ambição de emancipação municipal da vila originaram um confronto aberto com o Crato que se prolongará até 1911 e revelará a forte influência religiosa e política do padre Cícero no Ceará. Com efeito, este líder religioso beneficiou da veneração de milhares de camponeses do sertão do Cariri e, em 1911, chegou a ser eleito prefeito de Juazeiro com o apoio dos coronéis cearenses, firmando com eles, contra a vontade do então Presidente da República Hermes da Fonseca, um pacto que permitia a permanência da família Acioli no poder estadual do Ceará. No início dos anos 30, este sacerdote foi discretamente excomungado pelo bispo de

Fortaleza e perdeu relevância política, vindo a morrer em 1934, com 91 anos. Porém, permaneceu durante muito tempo como eminência parda da política cearense e ainda hoje é venerado por muitos sertanejos, tornando-se uma figura de referência do imaginário brasileiro.

1890

[17 de Janeiro]

O ministro da justiça do Governo Provisório, Campos Salles, promulga um conjunto de decretos, de inspiração liberal e positivista, que visam introduzir reformas moderadas em matéria de religião em ordem a separar o Estado das Igrejas, a saber: assegura a todos os Estados Federais a plena liberdade de crenças e o exercício do culto; estabelece a liberdade de associação religiosa, que pode ser usufruída pelos indivíduos, pelas Igrejas e pelos institutos; garante o respeito da República pelos bens das Igrejas; o Governo Federal compromete-se a assegurar a sustentação dos serventários do culto católico e a subvencionar, por um ano, as cadeiras dos seminários; institui ainda o casamento civil obrigatório, a secularização dos cemitérios, bem como o registo civil obrigatório. Estas leis laicizadoras, que davam sequência, mas, afinal, pareciam também solucionar o litígio entre o Estado e a Igreja aberto no ocaso do Império,

1890

[11 de Janeiro]

Ultimatum britânico a Portugal. As economias europeias capitalistas mais industrializadas – a braços com problemas de pressão demográfica e ávidas de alcançar novos mercados e de controlar novas fontes de matérias-primas – iniciaram, na segunda metade de Oitocentos, uma agressiva e litigiosa política expansionista em África, que foi depois disciplinada na Conferência de Berlim (1884-85). Aí se consagrou que os territórios africanos poderiam ser efectivamente ocupados pelos países que tivessem meios para o fazer. As novas leis de direito colonial internacional, definidas em Berlim pelas potências europeias, anulavam porém o velho argumento dos «direitos históricos de descoberta», esgrimido por Portugal. Este país sonhava, entretanto, «criar um novo Brasil em África», através da ocupação das regiões compreendidas entre Angola e Moçambique («mapa cor-de-rosa»). A Inglaterra, que tinha já planos para essas regiões (do Chire

irão suscitar uma oposição prudente do clero católico ao regime republicano. Refira-se que as medidas atrás citadas (e outras mais radicais não contempladas na nova lei) reflectiam, enfim, o programa republicano de matriz positivista, laica e anticlerical definido desde 1870. Com efeito, nele constavam a plena liberdade de cultos e a igualdade de todos os cultos perante a lei, a abolição do carácter oficial da Igreja, a sua separação do Estado e emancipação do poder civil pela supressão de encargos temporais outorgados aos seus representantes, a instituição do registo civil para nascimentos, casamentos e óbitos, a secularização dos cemitérios e a abolição do ensino da doutrina cristã nas escolas públicas.

Num outro plano, o ministro Campos Salles instituiu também a dupla soberania judicial da União e do Estado. Ou seja, um poder judiciário federal (ou da Nação) habilitado a julgar causas exclusivamente federais, e um poder local (ou do Estado) licenciado para julgar causas estaduais.

[17 de Janeiro]

Perante a crescente escassez da moeda, resultante da abolição da escravatura e do aumento da imigração que permitiram o crescimento, no campo e na cidade, do trabalho assalariado e do consumo, o ministro da Fazenda do governo provisório, Rui Barbosa, adopta uma política emissionista

e dos territórios dos Macololos e dos Machonas), exige a retirada imediata das forças militares portuguesas aí estacionadas, ameaçando, através de um lacónico telegrama, com uma intervenção armada. O Governo português acabará por ceder às exigências daquele que seria então o mais poderoso país do mundo. Mas o *Ultimatum* inglês desencadeou um amplo, espontâneo e emotivo movimento de protesto popular nacionalista e xenófobo contra o imperialismo britânico, que convergiu – por acção da propaganda republicana, mas, sobretudo, devido às restrições impostas pelo governo regenerador ao exercício das liberdades públicas – numa revolta contra o secular regime monárquico: organizaram-se manifestações de desagravo junto da Casa da Legação Britânica; boicotaram-se os produtos ingleses; recomendou-se o banimento dos anglicismos; lançou-se uma grande subscrição nacional destinada a recolher fundos em ordem a reorganizar a frota naval portuguesa; realizaram-se prêmios cívicos aos monumentos tumulares de Camões e Vasco da Gama. Tal agitação inspirou ainda a criação de uma (inconsequente) agremiação de fundo ético e supra-partidário presidida por Antero Quental (1842-1891) – Liga Patriótica do Norte – que ambicionava regenerar o país; teve também, como consequência directa, a eclosão da intentona republicana de 31 de Janeiro de 1891, desencadeada por sectores mais radicais do movimento republicano.

(emissão de papel-moeda em grande quantidade) conhecida, ironicamente, *por encilbamento* (alusão ao local do hipódromo onde são feitas as apostas). O país foi dividido em quatro zonas – Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia – onde são instalados banco emissores. O propósito de tal medida era responder às novas necessidades financeiras, expandir o crédito e estimular a criação de novas empresas nessas regiões. O resultado foi desastroso: a inflação disparou, chegando a atingir os 115%, cresceu a especulação financeira, que permitiu a eclosão de fortunas fáceis, e verificou-se uma grande desvalorização da moeda. Em 1891, Rui Barbosa ainda procurou rectificar a sua política financeira. No entanto, a demissão colectiva do ministério, nesse mesmo ano, frustrou as suas intenções. Estes problemas serão depois parcialmente resolvidos no governo de Campos Salles (1898-1902).

[19 de Março]

O episcopado brasileiro promulga uma famosa Pastoral Colectiva, redigida pelo arcebispo da Bahia e primaz do Brasil, D. António de Macedo Costa (1830-1891). Neste texto conciliatório (e expectante) para com o novo regime republicano, os bispos católicos, em perfeita sintonia com as doutrinas da Santa Sé, rejeitam o princípio da separação de poderes e a consequente abolição do Estado confessional. Contudo, argu-

Muitos historiadores do movimento republicano sustentam que o Ultimatum contribuiu para o início do colapso da monarquia constitucional, porquanto determinou o advento de uma segunda geração republicana mais activa e decidida a romper com os anteriores processos de luta legalista, ordeira e convencional contra o regime monárquico.

- No 1.º período da sessão legislativa deste ano foram eleitos para o Parlamento do regime monárquico constitucional português os seguintes deputados do PRP: José Maria Latino Coelho (1825-1891) e José J. Rodrigues de Freitas (1840-1896) (que não tomou posse do seu lugar). Este último, que beneficiava de grande prestígio pessoal, havia sido, após a eleição de 13 de Outubro de 1878, o primeiro deputado declaradamente republicano que entrou no Parlamento português. Para o 2.º período da sessão legislativa de 1890, que se iniciou em Abril, foram eleitos os deputados republicanos Bernardino Pereira Pinheiro, Elias Garcia, Latino Coelho e Manuel de Arriaga.

[1 de Maio]

O 1.º de Maio foi pela primeira vez comemorado em Portugal, através de manifestações organizadas por sectores socialistas em Lisboa e no Porto em favor das oito horas de trabalho, que ocorreram num clima de receosa expectativa sentida por parte das autoridades. Na capital, a afinal ordeira

mentam que a união, entendida como tutela da Igreja pelo Estado – tal qual se apresentou depois da «questão religiosa», aberta em 1872 entre o poder temporal e o poder espiritual – é intolerável para aquela e que, nessa situação concreta, a separação equivalia a uma libertação.

[Agosto]

Novo documento emitido pelo episcopado brasileiro, presidido por D. António de Macedo Costa. Trata-se de um protesto, assente em argumentos teológico-políticos, dirigido ao chefe do Governo Provisório, contra um conjunto de artigos consubstanciados no projecto da nova Constituição (tornado público em 22 de Junho de 1890), os quais, no entender do episcopado, eram ofensivos dos direitos e liberdades da Igreja Católica. O texto terminava com uma promessa de luta pelos interesses da Igreja, «usando energeticamente de todos os meios legais». Refira-se que o texto Constitucional definitivo, aprovado em Fevereiro de 1891, acabou por outorgar certas concessões à Igreja. Designadamente, os seus bens foram preservados e as ordens e congregações foram admitidas no país sem qualquer reserva. Interessa ainda aqui acrescentar – como observaram Sérgio Lobo de Moura e José M. Gouvêa de Almeida – que durante a Primeira República se verificou uma progressiva aproximação da Igreja Católica no Brasil (cada vez mais romanizada) em

jornada de luta e confraternização dos trabalhadores – que incluiu uma manifestação (transferida à socapa para a Rua Nova da Piedade, depois de um polémico e dissimulado acordo entre alguns dos organizadores e as autoridades monárquicas), uma romagem ao Cemitério dos Prazeres, para homenagear José Fontana, e um passeio ao campo –, foi minada por rivalidades pessoais e divergências entre tendências socialistas («marxistas»/«possibilistas») e destas com os «anarquistas». No Porto as celebrações terão corrido melhor, não obstante o movimento proletário estar também fragmentado. O comício socialista foi organizado no Monte Aventino e teve, de acordo com algumas estimativas, a adesão de vinte a trinta mil indivíduos, obrigando mesmo algumas fábricas da cidade a fecharem por falta de operários. Fernando Catroga afirma que em outras localidades do país, como Silves, Tomar, Leiria, S. Tiago do Cacém e Arronches, as comemorações do dia do trabalho «foram de natureza restrita e quase exclusivamente simbólica». O mesmo historiador enumera as principais reivindicações avançadas pelos socialistas portugueses no contexto das celebrações do 1.º de Maio de 1890: proibição do trabalho aos menores de 12 anos, e redução das horas de trabalho dos menores entre 14 e 18 anos para 6 horas; interdição do trabalho das mulheres em todos os ramos da indústria

relação ao regime e mesmo à sua ideologia liberal: «beneficiada dos favores [e do respeito] do Estado, mas expulsa por este das benesses do poder, ela exerce sobre o conjunto da população certo tipo de autoridade não oficial, mas implicitamente reconhecida pelo regime e por ele valorizado dentro de seus limites».

- Fundaram-se no Rio de Janeiro – capital da República e detentora de uma estrutura social heterogénea, onde começava a emergir um significativo sector operário – três Partidos Operários. O primeiro, foi encabeçado pelo ex-militar e jornalista Gustavo de Lacerda. Defendeu a criação de cooperativas, em vez de sindicatos, e considerou que a greve apenas deveria ser utilizada em último recurso. O segundo, fundado por Luís França da Silva, declarou-se, também, contrário às greves e sustentou a necessidade de conceder direitos aos trabalhadores através de negociações. O terceiro partido, foi presidido pelo tenente da marinha e filho de uma família burguesa de nacionalidade portuguesa, José Augusto Vinhaes. Este pioneiro da causa operária brasileira teve um curioso percurso político: foi abolicionista, republicano e participante activo na revolução de 15 de Novembro, deputado da Assembleia Constituinte, opositor de Deodoro da Fonseca, «florianista», depois defensor do contra-almirante Custódio José de Mello na Revolta da

considerados incompatíveis com o organismo feminino; abolição do trabalho nocturno para as mulheres e para os menores de 18 anos; descanso semanal de 36 horas para todos os operários; proibição de certos géneros de indústria e de certos sistemas de fabricação que prejudicavam a saúde dos trabalhadores; responsabilização dos patrões nos acidentes de trabalho; protecção dos velhos e dos inválidos do trabalho; inspecção do trabalho por inspectores profissionais e eleitos, pelo menos em parte, pelos trabalhadores.

1890-92

O Estado português abre falência, minado por uma grave crise económica e bancária que se enquadra na última grande depressão cíclica do capitalismo mundial do século XIX. Tal crise resultou, *grosso modo*, de uma conjugação de factores estruturais e conjunturais, a saber: crescimento da dívida comercial nacional, causado por um crescente saldo negativo entre as importações e as exportações; diminuição conjuntural das remessas de capital dos emigrantes, mormente dos que se encontravam sedeados no Brasil (que pela mesma altura enfrentava uma aguda crise financeira, em parte causada pela instabilidade política que se seguiu à proclamação da Repú-

Armada e cúmplice de uma conspiração contra Campos Salles, a qual envolveu, em 1899/1900, monárquicos e republicanos desencantados. Não obstante o seu sinuoso itinerário, Boris Fausto afirma que Vinhaes representou «uma das raras vozes democráticas e progressistas no rústico cenário parlamentar da época». Com efeito, a agremiação socialista moderada, liderada por José Augusto Vinhaes, nascida no contexto da transição do Império para a República, defendeu um conjunto de direitos sociais básicos, como por exemplo: proibição do trabalho infantil; descanso semanal obrigatório; jornada de trabalho de oito horas; pensões de reforma por velhice e invalidez; tribunais específicos para arbitrar conflitos laborais. Enquanto representante da Câmara dos Deputados, José Vinhaes denunciou ainda os efeitos da política inflacionista de Rui Barbosa sobre os salários reais da população trabalhadora, defendeu, em 1891, a greve dos ferroviários da Central do Brasil, advogou a eleição directa do Prefeito do Distrito Federal e o direito do voto dos estrangeiros nas eleições municipais da capital da República. O seu Partido Operário foi extinto em 1893, por ter aderido à Revolta da Armada.

[15 de Novembro]

Tomada de posse da Assembleia Constituinte republicana, eleita, em 15 de Setembro, por todos os cidadãos

blica, em 1889, e que se saldou pela consequente baixa do câmbio Rio de Janeiro/Londres); aumento acelerado do já proverbial défice orçamental, provocado pela contracção corrente de empréstimos a bancos estrangeiros (nomeadamente ao *Baring Brothers* e ao *Crédit Lyonnais*) em ordem a subsidiar as despesas efectuadas pelo Estado, designadamente, nos sectores das obras públicas, educação, expansão colonial e, em última análise, para pagar os juros de outros empréstimos. Esta crise originou, em 1891, a queda abrupta da moeda portuguesa (face à libra), a inconvertibilidade temporária das notas bancárias, uma acentuada contracção dos negócios, a falência de lojas, empresas e bancos, o desemprego e a consequente emigração de muitos portugueses. Em 1892, o ministro da Fazenda Oliveira Martins (1845-1894) – escritor consagrado, notável membro da Geração de 70, que depois evoluiu de um republicanismo social para a defesa de uma democracia socializante num Estado forte –, e o seu novo, independente e efémero Ministério da «Vida Nova», iniciaram uma política de contenção drástica de despesas públicas e pressão fiscal que conduziu, nos anos seguintes, a uma acentuada redução do défice. Este Governo, que advogava uma maior interferência do poder régio na condução dos negócios públicos (consubstanciada no axioma «o Rei reina, o Rei governa, e governar é

brasileiros no gozo dos seus direitos civis e políticos que soubessem ler e escrever. O órgão integrava 205 deputados e 63 senadores, cabendo as maiores representações a Minas Gerais, São Paulo e Bahia. Os responsáveis pela elaboração e aprovação da futura Constituição e pela eleição do Presidente da República eram sobretudo juristas, médicos, engenheiros e militares provenientes da pequena e média burguesia urbana assim como da aristocracia detentora de terras, a qual se expressava política e economicamente no «coronelismo». Os novos deputados e senadores professavam correntes político-ideológicas distintas: alguns dos seus elementos eram republicanos históricos, mas havia também muitos positivistas e alguns monárquicos recém-convertidos à República. Por isso este acto foi precedido por sessões preparatórias, marcadas por um forte confronto entre tendências distintas, que representavam interesses heterogéneos: estaduais, militares, governativos e ideológicos. A polémica residia desde logo no facto de os militares alinhados com Deodoro da Fonseca, terem sido acusados de pretenderem restaurar a monarquia e de fraude e manipulação eleitoral. Tais antagonismos – cujo epicentro era a luta por cargos-chave, assim como os projectos sobre a soberania do poder executivo e as limitações do poder legislativo – terão, doravante, tendência para se agudizar e radicalizar.

mandar»), defendeu um programa estatizante e proteccionista e instaurou uma nova pauta alfandegária com o desiderato de combater o défice comercial e relançar a economia nacional. Um desaguado entre Oliveira Martins e o chefe do Governo, Dias Ferreira, relacionado com concepções diferentes de política económica, ditou, porém, a demissão precoce do ministro da Fazenda e de outros ministros, ainda no ano de 1892. Tal facto pronunciou o inglório fim do Gabinete da «Vida Nova».

[24 de Fevereiro]

Promulgação da Constituição de 1891, a qual esteve em vigor, formalmente, até 1930. O documento, inspirado na Constituição norte-americana, resulta dos interesses imediatos e heterogêneos da Assembleia Constituinte. Assenta num conjunto de princípios essenciais: forma de governo republicana; federalismo mitigado, apoiado num predomínio do poder central – em matérias essenciais como sistema legal, civil, comercial e criminal – sobre o poder estadual; Estado laico; eram eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, com excepção de mendigos, mulheres, analfabetos, praças e membros de ordens religiosas; sistema bicameral, constituído por Senado e Câmara dos Deputados, eleitos por voto directo; regime presidencialista com livre escolha dos ministros pelo Presidente da República (eleito, por quatro anos, por sufrágio directo da Nação); e Governo de três poderes independentes: o executivo (Presidente da República e Governo e, nos Estados, Governador de Estado), o legislativo (Congresso Nacional, composto por Câmara de Deputados e Senado Federal), e o judiciário (Supremo Tribunal Federal, Juizes e Tribunais Federais e, nos Estados, Tribunais e Juizes Estaduais). Esta Constituição, não obstante aparentar ser representativa e formalmente «democrática», foi criada pelas oligar-

[5 a 7 de Janeiro]

O Congresso do Partido Republicano Português (PRP) aprovou um manifesto-programa oficial do partido. O documento, escrito por Manuel de Arriaga, Teófilo Braga, Francisco Homem Cristo, Bernardino Pinheiro, Azevedo e Silva e Jacinto Nunes, definiu os seguintes ideais: conciliou um federalismo reformulado com o unitarismo, ao salientar a opção nacionalista e colonialista; sustentou, também, o municipalismo, o cooperativismo, um interclassismo de matriz positivista (que apenas excluía as elites dirigentes e o clero reaccionário directamente ligados ao poder monárquico), a revolução cultural, a emancipação feminina, o laicismo e o anticlericalismo mais radical (inspirado na III República Francesa). Fernando Catroga advoga que, no plano programático e propagandístico, o republicanismo de finais de Oitocentos pretendeu afirmar-se como um «social-republicanismo», que se demarcava do liberalismo extremo, mas também dos socialismos revolucionários e das suas propostas colectivistas e estatistas.

[31 de Janeiro]

Revolta republicana no Porto, nascida no rescaldo do Ultimatum, que pretendeu depor a monarquia. Tratou-se de uma revolta regional precipitada e pré-apregoadá, quase só prota-

quias do Estado para, na prática, excluir da intervenção política largos sectores da sociedade.

[25 de Fevereiro]

Deodoro da Fonseca foi eleito, pela Assembleia Constituinte, primeiro Presidente da República. E o seu inimigo público, Floriano Peixoto (1839-1895), foi sufragado para Vice-Presidente. O sufrágio – ao qual também se apresentava, como forte candidato a vencedor, Prudente de Moraes (1841-1902) – decorreu num clima de grande tensão e expectativa, com ameaças de reacção pelas armas caso Deodoro não fosse eleito. Desde então a acção governativa do novo presidente – que se desenvolve dentro de uma lógica política autoritária e de tradições monárquicas – será sistematicamente bloqueada pelo parlamento que, afinal, só o terá escolhido coagido pela ameaça de uma intervenção armada.

[3 de Novembro]

Deodoro da Fonseca suspendeu a Constituição e dissolveu o Congresso Nacional. Tais medidas foram tomadas depois de alguns sectores do Congresso contestarem os nomes das suas nomeações para governadores dos Estados, pretenderem limitar as atribuições presidenciais no poder executivo, não sufragarem por unanimidade a sua candidatura efectiva a Presidente da República, reprovarem as reformas económicas entretanto

gonizada pelas baixas patentes do exército (sobretudo sargentos e cabos – por isso foi também apelidada de *Sargentada*), os quais planearam o golpe por conta própria, movidos por interesses patrióticos, mas, também, corporativos. O Directório do PRP nunca controlou esta acção conspirativa e por isso não desempenhou um papel activo nesta conjuração, que *a priori* desaprovou e considerou inoportuna. Apenas um sector limitado da Maçonaria portuense terá participado na conspiração. A adesão de civis provenientes da burguesia e da inteligência portuguesa foi escassa. As associações operárias e os líderes socialistas do Porto foram de igual modo previamente excluídos. Tratou-se, portanto, de uma sedição mal planeada e prematura que – sugere Fernando Catroga – terá ocorrido numa época e local errados, uma vez que eclodiu num meio ainda pouco urbano, conservador, fortemente catolicizado e, por isso, ainda pouco republicanizado. De facto, a mentalidade da sociedade portuense (e até lisboeta) parecia, por ora, estar longe do espírito democrático interclassista, anticlerical e secularizador do ideário republicano. Poucas horas depois de começar, o movimento revolucionário foi esmagado pelas forças monárquicas e os seus líderes presos ou degredados. Depois desta contrariedade, o movimento republicano sofreu um notório declínio e desorientação que irá durar até 1906.

programadas, vetarem sistematicamente ou embaraçarem a acção administrativa do «Gabinete [do Barão del] Lucena», por si nomeado em Janeiro de 1891, assim como pugnarem pela sua demissão. Amplos sectores do Congresso Nacional reagem, logo no mesmo dia, lançando um manifesto à Nação Brasileira (assinado por 114 deputados e senadores de todos os Estados) onde se repudia o acto ilegal e sem precedentes de Deodoro da Fonseca e do Governo. Contudo, salvo raras excepções, os Estados não terão censurado de imediato e inequivocamente as decisões do Governo federal. Certo de que controla a situação, Deodoro da Fonseca apenas decreta o estado de sítio no Rio de Janeiro e Niterói e promete corrigir a Constituição em ordem a fazer prevalecer e perpetuar a «unidade da Pátria dentro da Federação», através do fortalecimento do poder executivo da União e da atribuição aos Estados de uma autonomia comedida.

[22/23 de Novembro]

Revolta da esquadra do Rio de Janeiro (na baía de Guanabara) contra a decisão do Presidente da República Deodoro da Fonseca, tomada em 3 de Novembro, de suspender a Constituição federal e dissolver o Congresso Nacional. Este golpe legalista surge no contexto de um movimento de resistência civil e militar generalizada (contra a ditadura e a reforma constitucional), que se organiza e alastra

[6 a 10 de Abril]

Realização do II Congresso da Província Eclesiástica de Braga, convocado pela Associação Católica desta cidade. Neste importante areópago católico estiveram presentes cinco bispos e, na sessão de abertura, mais de duas mil pessoas. As suas principais conclusões foram as seguintes: apoio à soberania temporal do papa; reivindicação do restabelecimento das ordens religiosas; proposta de realização regular de um Concílio nacional de prelados; e criação da Obra dos Congressos Católicos com o objectivo de dar continuidade à iniciativa.

a vários Estados, e que parece conduzir o Brasil à iminência da eclosão de uma guerra civil. Para evitar tal tragédia, e depois de concluir não ter manifestos apoios políticos, Deodoro da Fonseca resolveu renunciar ao seu mandato presidencial e encerrar assim a sua carreira política e militar. Será interinamente substituído, em 23 de Novembro, pelo vice-presidente Floriano Peixoto. Este, com o apoio do PRP (Partido Republicano Paulista), de sectores das Forças Armadas (Exército e Marinha) e da classe média urbana, ordena a anulação do acto de 3 de Novembro, restabelece aparentemente a ordem constitucional e convoca um novo Governo. Mas, com o consentimento do Congresso, não deixará de demitir todos os governadores estaduais (com excepção do governador do Pará) que apoiaram o golpe ditatorial do presidente demissionário, situação que originou inevitáveis choques armados em vários Estados. Ao mesmo tempo, em ordem a garantir expressivas bases de sustentação no poder, toma decisões populares: controla e especulação financeira, inaugura o tabelamento de preços no Brasil, fixa valores máximos para os géneros alimentícios, congela os preços dos alugueres e apoia os interesses dos cafeicultores paulistas.

Floriano Peixoto (cognominado de «marechal de ferro») foi, porventura, o primeiro chefe populista e carismático da República. Irá criar uma

mística de poder nacionalista – o «florianismo» – e reger o país através da execução de uma política pragmática, despótica e centralista, que não respeitará os preceitos constitucionais. Paradoxalmente – ao lançar as bases de uma ditadura de «salvação nacional» – afirmou-se como o «consolidador da República» perante as ténues ameaças de uma restauração monárquica.

1891-92

[Dezembro-Janeiro]

A oposição deodorista condenou, na Câmara e no Senado, a política intervencionista, autoritária e «dissimulada» de Floriano Peixoto, que se saldou pela deposição dos governadores estaduais e pela consequente dissolução dos Congressos de quase todos os Estados. Após uma contestação legal, os deodoristas militares e civis optam por acções revolucionárias. Primeiro foi a revolta do couraçado «1.º de Março»; depois a tomada das Fortalezas de Santa Cruz e Lage (Rio de Janeiro), seguida das tentativas frustradas de sublevações no Rio Grande do Sul, Mato Grosso e São Paulo.

1892

- Fundação, no Rio Grande do Sul, do Partido Republicano Federal (ou Partido Federalista), presidido por Gaspar Silveira Martins. No Congresso

de Bagé, realizado em 31 de Março, foi aprovado o seu programa político que assentava nos seguintes princípios: substituição da Constituição Contista do Estado por uma Constituição representativa, modelada segundo os princípios do governo parlamentar; eleição do presidente por 4 anos, não podendo ser reeleito para o período seguinte; eleição da Câmara pelo período de 4 anos por distritos eleitorais; iniciativa do governo e Câmara na apresentação das leis, com excepção das que competiam exclusivamente a esta; autonomia municipal; poder judiciário dos Estados; liberdade de imprensa; sujeição do julgamento das publicações criminais aos tribunais ordinários; condenação do governo estadual do Rio Grande do Sul e apresentação do nome do general João Nunes da Silva Tavares para futuro candidato à presidência do Estado.

[6 de Abril]

Manifesto a Floriano Peixoto, assinado por 13 oficiais (generais e almirantes). Os signatários denunciam a «desorganização», o «terror» e o «luto» em que se encontram os Estados, «devido à indébita intervenção da força armada nas deposições dos respectivos governadores». Apela ao Presidente da República para ordenar o fim de «tão lamentável situação» e manifestam-se favoráveis à convocação de eleições presidenciais, «como determina a Constituição

Federal». Este acto ocorre numa ambiência marcada por uma crescente oposição a Floriano Peixoto, protagonizada por deodoristas civis e militares, mas também por grupos favoráveis ao governo, os quais invocam as determinações constitucionais para sustentarem a realização de novas eleições em ordem a legitimar o Presidente da República. A reacção de Floriano Peixoto ao documento dos generais será, contudo, implacável: demite os militares, desterra-os e reforma-os administrativamente.

[10 de Abril]

A oposição deodorista procurou desencadear novo acto revolucionário contra Floriano Peixoto, ao convocar um comício onde se gritou «morras à tirania e a Floriano». Na sequência de tal acto, o Presidente da República suspendeu as garantias constitucionais por 72 horas, declarou o estado de sítio para o Distrito Federal e mandou prender e desterrar dezenas de notabilidades implicadas ou suspeitas na sedição. A oposição ainda pediu um *habeas-corpus* a favor dos presos banidos, que, no entanto, será negado pelo Supremo Tribunal Federal. Porém, após ter sido reposta a normalidade constitucional, o Congresso Nacional acabará, em Junho, por amnistiar os sublevados.

[23 de Agosto]

Morte, após doença prolongada, do Marechal Deodoro da Fonseca.

Decorre, no Rio Grande do Sul, a Revolução Federalista. Esta degenera numa longa e violenta guerra civil pelo controlo do poder estadual e a deposição do Presidente da República Floriano Peixoto, que depois se alastra aos Estados de Santa Catarina e Paraná. Nesta guerra confrontam-se os republicanos históricos, então no poder no Rio Grande do Sul, e o Partido Federalista. A primeira facção, liderada pelo governador do Estado do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, será apoiada pelo Governo de Floriano Peixoto e por forças e armamento do Exército (onde se destacam os oficiais positivistas). A segunda, que tem como ideólogo principal Gaspar Silveira Martins, será, por sua vez, apoiada por tropas coronelísticas civis e destacados chefes políticos locais. A derrota da segunda facção levará os sublevados ao exílio no Uruguai de onde irão desencadear, sucessivamente, três incursões militares contra os que consideravam ser «inimigos da Pátria, arvorados em governo legal». Porém, tais incursões serão repelidas pelos partidários de Júlio de Castilhos, que irão contar ainda, para além do natural apoio federal, com o auxílio material oferecido pelo Estado de São Paulo, o qual defende a política de Floriano Peixoto. A guerra termina com a capitulação dos federalistas assinada na cidade de Pelotas, em Agosto de 1895.

1893

[6 de Setembro]

Revolta da Armada, que eclodiu na baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, contra o vice-presidente Floriano Peixoto. Esta sublevação, comandada pelo ex-ministro da Marinha (deposto em 30 de Abril do mesmo ano), contra-almirante Custódio de Mello, conjugou-se com a Revolução Federalista, iniciada no Rio Grande do Sul, e será responsável pelo alastramento da guerra civil aos Estados de Paraná, Santa Catarina e a São Paulo em ordem a desgastar e derrotar o Governo. Este amplo movimento protagonizado pela marinha, e depois também apoiado e financiado por monárquicos e elementos deodoristas, acusou Floriano Peixoto e o Poder Executivo Federal de procederem de modo ditatorial, de desrespeitarem a Constituição, de afrontarem o princípio da autonomia dos Estados e de manterem uma luta fratricida. Floriano Peixoto, com a anuência do Congresso Federal, recusa as pretensões dos revoltosos, entretanto comandados pelo contra-almirante e monárquico Saldanha da Gama, e irá apresentar-lhes um inflexível ultimato. Assim, durante algum tempo desenrola-se uma violenta guerra civil entre *legalistas e revolucionários federalistas*, a qual parece ter um desfecho incerto. Contudo, a vitória acabou por pender para o lado dos

1893

[22 de Fevereiro]

José Dias Ferreira e o seu governo demitiram-se depois do ministro ter solicitado, sem êxito, ao rei D. Carlos a dissolução das Cortes a fim de poder negociar o convénio do pagamento da dívida externa sem a fiscalização do Parlamento. Esta demissão significou a falência e a conseqüente interrupção das experiências extra-partidárias – assumidas desde 1890 pelo rei e sustentadas por alguns sectores intelectuais mais politizados –, as quais se tinham perfilado como uma espécie de «terceira via» alternativa ao sistema político rotativista, então marcado por um incontornável caciquismo e clientelismo e, por conseguinte, por uma imagem ilusória e fraudulenta de democraticidade nacional. A resignação de Dias Ferreira conduziu depois ao reinício de um novo período de constitucionalismo rotativo, marcado pela alternância no poder, até 1906, dos partidos (ou, talvez mais exactamente, dos grupos de elites aristocrático-burguesas) mais representativos da cena política portuguesa: Regenerador e Progressista.

333

primeiros que, sob o beneplácito de Floriano Peixoto, irão depois exercer uma implacável e arbitrária perseguição sobre os derrotados. Saldanha da Gama – declarado por Floriano Peixoto traidor e desertor (e que mais tarde acabaria por morrer em combate na Revolução Federalista) – e os seus oficiais exilaram-se, entretanto, em navios portugueses. Este incidente gerou, de resto, uma grave questão diplomática entre os governos dos dois países, a qual seria, porém, ultrapassada logo em 1895.

Floriano Peixoto ganhou desde então, entre um vasto segmento popular e certos sectores militares, o título de grande patriota, salvador e consolidador da República, perante o perigo de uma restauração da monarquia ou do desmembramento do Brasil.

1893-97

Afirmção, no pequeno arraial de Canudos (depois rebaptizado como Belo Monte), no sertão baiano, do movimento messiânico e rústico, liderado pelo pregador místico e carismático *Antônio Conselheiro* (Antônio Vicente Mendes Maciel – 1828-1897). Tratou-se de uma agitação popular, protagonizada por uma grande massa de gente pobre (caboclos, mestiços e negros analfabetos, na sua maioria descendente de antigos

escravos) e sublimada por rústicas crenças religiosas que, pelo menos desde 1893, ansiava por reordenar um mundo minado pela desigualdade e injustiça e edificar no lugar miserável e caótico de Canudos uma espécie de antecâmara do Céu. O guia e arauto desta nova ordem social acusou a República de ser ilegítima (porque o seu poder não emanava de Deus), ateia a anticatólica («exterminadora da religião» e «opressora da Igreja e dos seus fiéis»), condenou a imoralidade dos costumes, a ausência de fé, que seria penalizada – segundo o pregador – com o castigo divino, censurou a separação da Igreja do Estado, o casamento civil, a secularização dos cemitérios e recusou-se ao pagamento de impostos municipais. A hierarquia de uma Igreja Católica, em fase de reorganização e romanização, condenou oficialmente, desde 1882, estas doutrinas, que classificou de «subversivas», e excomungou virtualmente o *Conselheiro* e os seus sequazes. Por sua vez, a propaganda do ainda jovem regime republicano oligárquico rotulou esta sublevação de anti-republicana e de monárquica saudosista, considerando mesmo que o asceta sertanejo ameaçava a própria sobrevivência da República. Sobretudo por isso, e por minar os interesses dos latifundiários (e do clero), este movimento, de aparência ortodoxa ou reformista conservadora, será brutalmente reprimido

pelas autoridades civis. Após quatro expedições militares (entre 1896 e 1897), as forças de jagunços que defendiam Belo Monte, os fiéis, muitos deles mulheres e crianças, e o próprio *Antônio Conselheiro* foram mortos e decapitados e o seu «arraial santo» arrasado pelo exército republicano. O drama foi imortalizado na obra *Os Sertões*, onde o autor e testemunha dos acontecimentos, Euclides da Cunha, condena simultaneamente o fanatismo e a idiotice dos vencidos e denuncia a selvajaria brutal dos vencedores.

Mais tarde, entre 1911 e 1915, seguir-se-ão nos sertões brasileiros do Nordeste e do Sul outros movimentos sociais liderados por beatos místicos e visionários (mormente, a Guerra do Contestado e a Sedição do Juazeiro), onde emergem, simultaneamente, uma religiosidade rústica, de sentido milenarista e apocalíptica, e críticas contundentes à ordem professada pela «República Velha». Estes movimentos têm sido hoje revalorizados por alguma historiografia que os interpreta como etapas importantes da luta dos camponeses pobres pela sua emancipação.

[Março]

Realizam-se eleições presidenciais directas que dão a vitória ao paulista Prudente José de Moraes Barros, proposto pelo Partido Republicano Federal Paulista. O primeiro presidente civil da República Federal do Brasil será empossado em Novembro desse ano. Floriano Peixoto – a quem não agradavam as lideranças civis – e as autoridades federais do seu Governo não o apoiarão, nem tão pouco estarão presentes na cerimónia da transferência do poder para o novo magistrado supremo da Nação. Contudo, perante uma ameaça latente de nova guerra civil, Floriano Peixoto prefere respeitar as regras democráticas e ceder pacificamente o poder. O novo Governo – onde está sobretudo representada a oligarquia agrária paulista ligada ao negócio do café – começa por apostar numa política de conciliação nacional, mas depois não deixará de afrontar os interesses dos sectores afectos ao florianismo e «jacobinismo carioca». Estes, por sua vez, reagem através de sucessivas manifestações e sublevações contra o poder estabelecido, bem como por meio do boicote, na Câmara dos Deputados, a várias iniciativas governamentais.

[1 de Maio]

Realização do Congresso Nacional das Associações de Classe. Aí fundou-se a Confederação Nacional das Associações de Classe, que virá a integrar quase todas as associações operárias do país. O seu secretariado, de tendência socialista, foi constituído, entre outros, por Azedo Gneco, António Ernesto da Silva, Sena Freitas, Manuel Martins Correia e António Joaquim de Oliveira.

1894-95

Reforma do ensino secundário, da autoria de Jaime Moniz (professor do Curso Superior de Letras) e promulgada pelo ministro do Reino, João Franco. Previa um curso liceal de sete anos, processado em regime de classes, dividido num Curso Geral de cinco anos e num Curso Complementar, propedêutico da universidade, constituído por dois anos. Implementou também um novo plano de estudos, o qual perdeu o carácter utilitarista e recuperou um teor clássico e humanístico. O seu currículo integrava as seguintes disciplinas: Português, Latim (que maior peso tinha no horário), línguas vivas, Geografia, História, Filosofia, Desenho, Matemática, Física, Química e História Natural (as três últimas numa só disciplina). Esta reforma modelar vigorou, embora com algumas rectificações, durante cerca de um quarto de século.

[29 de Julho]

Morte do marechal Floriano Peixoto. Durante as cerimónias fúnebres, realizadas no Rio de Janeiro, produzem-se discursos políticos violentos onde se pronunciam vivas a Floriano e morras a Prudente de Moraes. Entretanto, é divulgada uma carta dirigida por Floriano Peixoto, quando se encontrava na fase final da sua vida, a uma comissão de jovens republicanos que pretendia visitá-lo. Essa epístola, convertida pelo jacobinismo florianista em «testamento político» do seu líder, já que sistematiza a essência do pensamento político do autor, apelava ao Exército Nacional, a sectores da Armada fiéis às leis constitucionais, aos corpos da polícia da capital e do Estado do Rio, aos jovens das escolas civis e militares e ao Partido Republicano para se baterem pela consolidação da República que – segundo ele – estava ainda ameaçada pela restauração monárquica.

[23 de Agosto]

A assinatura do acordo de paz, no Rio Grande do Sul, entre as forças federalistas e o Governo de Prudente de Moraes, põe fim à revolução federalista que remonta ao tempo da presidência de Floriano Peixoto e que se tornou na mais longa guerra da Primeira República. Os revoltosos comprometem-se a depor as armas.

[28 de Março]

Publicação de uma nova lei eleitoral, pelo Governo do Hintze Ribeiro – João Franco, em ordem a controlar as forças oposicionistas, sobretudo a minoria republicana, nos processos eleitorais. O decreto diminuiu o peso eleitoral das cidades de Lisboa e do Porto (onde se concentravam os votos republicanos) e baixou a cota censitária para metade, embora retirasse depois a qualidade de eleitor aos chefes de família que não soubessem ler nem escrever. Tal disposição excluía do sufrágio as camadas sociais mais desfavorecidas onde justamente o Partido Republicano teria maior expressão.

[25 a 26 de Junho]

Realização em Lisboa do Congresso Católico Internacional (comemorativo de 7.º centenário de Santo António). Deste areópago saíram as seguintes conclusões: o apelo à união da Igreja, a refutação da filosofia moderna pela teologia, a defesa da liberdade de associação católica e do ensino religioso, a promoção da «boa imprensa» e a necessidade de difundir a doutrina católica. O Congresso terminou com alguns incidentes provocados por sectores anarquistas, os quais boicotaram a procissão final que se dirigia da igreja de S. Vicente de Fora para o Rossio.

Em contrapartida, pretendem, entre outras condições, a reposição da normalidade constitucional no Rio Grande do Sul e uma amnistia. Tal acordo, firmado em Pelotas, com algumas rectificações, foi aprovado pelo Congresso. No entanto, será contestado por sectores florianistas, os quais teimam em advogar a rendição incondicional dos rebeldes.

- Fundação, em São Paulo, do Partido Monarquista. No ano seguinte nasceu também, no Rio de Janeiro, um Centro Monarquista. Importa recordar que a reacção monárquica contra a proclamação da República não foi politicamente poderosa e expressiva, a ponto de não ter conseguido comandar sublevações contra o novo regime. Apenas coadjuvou movimentos como a Revolta da Armada (1893), no Rio de Janeiro, o golpe de Estado de 1902, que visou derrubar o presidente Campos Salles, e a Revolta da Vacina (1904).

- Criação do Centro Socialista da cidade de Santos, por Silvério Fontes, Sóter de Araújo e Carlos Escobar. Esta efêmera organização, embora de algum relevo nos primórdios do movimento socialista brasileiro, divulgou o seu pensamento e acção no órgão quinzenal *A Questão Social*. O seu manifesto de apresentação, não obstante citar K. Marx como *primus inter pares* da filosofia política socialista, revelou a influência da

[25 a 28 de Junho]

Realização de um Congresso Anti-clerical, por iniciativa de Azedo Gneco (1849-1911) e do Centro Socialista de Lisboa, em resposta às comemorações do 7.º centenário de Santo António e do Congresso Católico Internacional. Nele tomaram parte cinquenta e nove delegados, representando várias associações operárias, organismos socialistas e organizações liberais. Foram discutidas nesta reunião as seguintes questões: o ensino religioso nas escolas; o movimento católico nos finais do século XIX em frente do socialismo; a unidade religiosa, científica e política; a questão do operariado; e as doutrinas da Igreja. Depois de o Governo proibir um cortejo cívico previsto no âmbito da realização do Congresso, o Partido Socialista promoveu, em alternativa, uma romagem ao túmulo de Sara de Matos (noviça de 14 anos que os livre-pensadores suspeitavam ter sido vítima de sevícias no interior de um convento). Para esta iniciativa foram mobilizadas cerca de doze mil pessoas, as quais reivindicaram um conjunto de moções aprovadas no Congresso: liberdade integral de cultos, com abstenção religiosa do Estado; registo civil obrigatório; secularização dos cemitérios; abolição do ensino religioso nas escolas oficiais e proibição do clero secular e regular de ensinar nas escolas públicas; união e doutrinação das forças operárias contra a influência

corrente socialista evolucionista, assim como uma propensão para o reformismo, ao mesmo tempo que rejeitou a agitação revolucionária na conjuntura coeva do país.

do catolicismo; emancipação e superioridade da ciência sobre a fé; etc. O propósito supremo desta iniciativa terá sido – sustenta Fernando Catroga – «servir de alavanca para o relançamento tanto do movimento socialista como da militância livre-pensadora». Refira-se ainda que na sequência do Congresso Anticlerical, fundaram-se no mesmo ano e propagaram-se os Círios Civis. Tratavam-se de agremiações populares (sobretudo constituídas por operários e artesãos) criadas e doutrinadas por sectores socialistas e republicanos de matriz laica e anticlerical. As suas actividades, de sentido lúdico e catártico, deixavam transparecer todo um mimetismo ritualista, decalcado do catolicismo, que visava exorcizar a atracção religiosa e inocular nos seus associados o germe do anticlericalismo. A saber: excursões colectivas pela província, arraiais civis, cortejos acompanhados pelo som das filarmónicas e estudantinas, sociedades de canto coral, etc.. Estes agrupamentos de feição urbana (cuja implantação se confinou quase só a Lisboa) multiplicaram-se e prosperaram até 1900. Depois decresceram, para se animarem de novo no contexto da luta contra a ditadura de João Franco. Importará aqui denunciar o carácter radical e virulento do confronto ideológico verificado entre o anticlericalismo e o clericalismo durante a monarquia constitucional e, mais tarde, o período da 1.^a República.

Como Fernando Catroga bem afirmou, o sentimento de intolerância recíproca manifestado pelos dois referidos movimentos «não possibilitou a pacífica introdução da liberdade religiosa e obstou à instauração de um diálogo que modernizasse a Igreja e não dogmatizasse os que se julgavam portadores de espírito crítico».

[14 a 16 de Outubro]

Conferência nacional do Partido Socialista Português, realizada em Tomar. Esta assembleia revelou, de forma inequívoca, as divergências existentes entre «marxistas» e «possibilistas» e conduziu à consequente cisão destas correntes no seio do PSP. Conduziu, também, à eleição de um Conselho Central de tendência «marxista», constituído por Azedo Gneco, Ernesto da Silva, Teodoro Ribeiro, José Nunes de Oliveira e Silva, José do Carmo, Carlos Rio de Carvalho e Domingos Henriques Nunes da Silva, bem como à formulação de um conjunto de propostas de reforma da sociedade, a saber: a abolição do Estado; o sufrágio universal; a ampla participação directa do povo; a educação igual e gratuita para todos; a igualdade de direitos adquirida pelo trabalho; e a assistência social. Entre 1896 e 1897 a facção «marxista» do PSP irá por sua vez fracturar-se. Com efeito, Ernesto da Silva e Teodoro Ribeiro rompem com Azedo Gneco por sustentarem que o Partido Socialista se devia

integrar na campanha da propaganda republicana. Importará ainda aqui salientar que este partido tinha na época uma escassa implantação num país pouco urbanizado e industrializado. De facto, a sua expressão limitava-se quase só a um pequeno grupo de intelectuais e operários qualificados.

[Agosto]

Fundação da Associação Propagadora da Lei do Registo Civil. Esta agremiação foi, em abono da verdade, relançada nesta altura, uma vez que a Associação Promotora do Registo Civil havia sido já criada em 1876. Integrava socialistas, anarquistas e, sobretudo, republicanos radicais, todos eles de convicções ateias e anticlericais, os quais advogavam, de forma apologética e militante, a prática do registo civil obrigatório e exclusivo para nascimentos, casamentos e óbitos no contexto de uma lógica de separação das Igrejas do Estado. Esta associação propunha-se ainda, em última instância, combater o clericalismo e o fanatismo religioso. Refira-se que Mouzinho da Silveira, quando consignou as bases de um novo Estado liberal, havia instituído, em 1832, o registo civil, embora o não tornasse obrigatório. Mais tarde, o programa republicano retomou e incorporou esta causa e, pouco depois da revolução de 5 de Outubro de 1910, veio a promulgar os decretos que consagraram o registo civil obrigatório.

[Fevereiro]

Fundação do Partido Republicano Nacional. Afirma-se como partido de carácter conservador, que pretende manter a ordem republicana e respeitar a Constituição. Contudo agrupa sectores florianistas/«jacobinistas» e o seu desejo efectivo parecia ser depor o Governo e o Presidente da República, Prudente de Moraes.

- Criação, em São Paulo, do Partido Democrata Socialista. Nos anos seguintes fundam-se novas organizações socialistas moderadas, que terão um carácter efémero e fraca representação eleitoral: o Partido Socialista do Rio Grande do Sul; o Partido Operário Socialista (1898); o Partido Operário Brasileiro (1906); etc.. As doutrinas socialistas e o movimento sindical, introduzidos na década de 70 do século XIX, ganharam sobretudo expressão e difundiram-se pelo país após a proclamação da República, não obstante os governos oligárquicos do regime terem sempre reprimido as suas actividades reivindicativas. Com efeito, apenas a partir do decénio de 90, eclodiram e proliferaram no Brasil importantes movimentos grevistas, os quais, no entanto, não obtiveram melhorias imediatas e definitivas para as classes trabalhadoras.

[3 de Abril]

3.º Acto Adicional à Carta Constitucional de 1826. Estas emendas e alterações surgem numa conjuntura marcada pela ressaca da grande crise económica de 1890-92 e pela ascensão do movimento republicano, o qual havia tentado derrubar a monarquia de forma subversiva em 1891. Perante a instabilidade económica, social e política, cresceu, sobretudo dentro de sectores monárquicos mais conservadores, a tese da implantação de um Governo forte e do reforço do poder pessoal do rei. Esta solução, de matriz antiparlamentarista, intervencionista e até autocrática (inspirada nas teses do Cesarismo germânico), começou a tomar forma neste Acto Adicional, sancionado por D. Carlos, e que compreendia um conjunto de inovações essenciais: suprimiu os pares electivos, passando a Câmara a ser composta por membros vitalícios em número de 90, nomeados pelo rei, além dos pares por direito próprio; conferiu ao poder moderador o direito de dissolver as Câmaras; estabeleceu que os conflitos parlamentares seriam resolvidos por uma comissão mista composta por igual número de membros das duas Câmaras; autorizou os ministros a nomear, dentro dos funcionários superiores da administração do Estado, delegados especiais para tomarem parte, perante as Câmaras

legislativas. Esta reforma constitucional conservadora e centralizadora complementou dois outros decretos antidemocráticos: a reforma eleitoral de 1895, a qual restringiu a capacidade eleitoral (a 2/3 do que era antes) e alargou os círculos eleitorais de forma a inviabilizar a representação das minorias oposicionistas, mormente, do Partido Republicano e, também, das forças políticas católicas; e a criação do Juízo de Instrução Criminal, que reconheceu ao seu juiz responsável o poder de expedir mandatos de detenção sem culpa formada.

1897

Cisão no seio da maior organização partidária do Congresso, o Partido Republicano Federal. O acontecimento desponta no contexto da substituição provisória de Prudente de Moraes (por motivos de saúde) pelo vice-presidente Manoel Vitorino, o qual, entretanto, irá procurar coagir o presidente eleito a renunciar. O cisma resulta, em primeira análise, do PRF ser um aglomerado híbrido de tendências politico-ideológicas, a saber: «radicais» ou «florianistas», que rejeitam Prudente de Moraes; «reaccionários», constituídos por antigos revolucionários e antiflorianistas; e moderados, que oscilam entre os dois extremos. As constantes contendas culminaram numa divisão definitiva em duas alas:

1896-97

Ressurgimento da Carbonária. Importa esclarecer que a primeira Carbonária portuguesa terá surgido aquando da revolução liberal (1820). Todavia, depois de uma vida acidentada e intermitente, ter-se-á dissolvido. Entretanto, no proémio dos anos 90, nasceu em Coimbra a Carbonária Lusitana. Pela mesma altura, apareciam em Lisboa dois núcleos secretos independentes do grupo anterior: um de origem anarco-republicano (Carbonária Lusitana, ou «Carbonária dos Anarquistas»), e outro de base maçónico-académica (Carbonária Portuguesa). A fusão de estes últimos agrupamentos terá originado o ressurgimento da Carbonária Portuguesa. Esta tomou um carácter social in-

uma maioritária, apelidada de concentração pró-Prudente e com maioria no Congresso; e outra minoritária, afecta a Francisco Glicério (líder do PRF), chamada de «Republicana» e que continuará a dirigir os destinos do Partido e irá opor-se ao Presidente da República Prudente de Moraes e ao seu Governo.

[5 de Novembro]

Tentativa frustrada de assassinar o Presidente da República Prudente de Moraes. O golpe terá sido planeado pelas oposições ao Governo e ao Presidente da República, constituídas pelas alas paulistas, lideradas por Francisco Glicério, pelos republicanos históricos, chefiados por Quintino Bocaiúva, e por militares exaltados, florianistas e positivistas, do Rio Grande do Sul. Na sequência do acto o Ministro da Guerra, marechal Bittencourt, morre depois de ter sido esfaqueado. O Congresso sanciona de imediato a declaração de estado de sítio para, deste modo, combater – por meio de um inquérito policial – «a conspiração contra a estabilidade do Governo da República». Entretanto, o até então polémico presidente capitaliza apoio popular, derrota a corrente radical do exército e o seu suporte civil, e converte-se momentaneamente num ídolo, acabando, no ano seguinte, por terminar o seu mandato de forma triunfante.

terclassista e empenhou-se na organização da revolução. Com efeito, a Carbonária integrou empregados de escritório, jornalistas, militares das baixas e médias patentes, operários e estudantes que se reuniam em actos cerimoniais «rocambolescos» e marcados por um certo ultra-romantismo (cujo modelo foi inspirado nos núcleos carbonários criados em Itália, por Mazzini e Garibaldi). No plano do ideário político, interessa salientar que a associação secreta aqui retratada (que teve como chefe principal Artur Luz de Almeida) possuía uma matriz republicana anticlerical, encontrava-se em estreita ligação com a Maçonaria e estava decididamente empenhada em fazer uma revolução imediata em ordem a depor a monarquia. Por isso, secundou a intentona de 28 de Janeiro de 1908 e desempenhou um papel fundamental no 5 de Outubro de 1910. Após a proclamação da República e, sobretudo, depois das incursões monárquicas, a Carbonária perderá a sua mística, acabando por esmorecer e desaparecer.

[15 de Novembro]

O paulista Manoel Ferraz de Campos Salles (1841-1913), que havia vencido as eleições presidenciais de Março desse ano, tornou-se no quarto Presidente da República do Brasil. A sua postura contemporizadora e de independente, o prestígio de republicano histórico e as qualidades administrativas evidenciadas no Governo Provisório, assim como na direcção do Governo do Estado de São Paulo, determinaram a proposta da sua candidatura. Confrontado com a deficiente situação financeira, com um ambiente de anarquia e consecutivas lutas partidárias, define um rumo político para o país, o qual assenta na seguinte premissa: o executivo é quem regula o interesse público; os outros poderes limitam-se a auxiliá-lo, pois o governo não é uma soma de vontades, mas a vontade soberana do presidente. Com estes princípios, Campos Salles reafirma a necessidade da imposição de uma república federativa e presidencial, sobre uma república unitária e parlamentar.

Para cumprir tal desiderato, Campos Salles idealizou e implementou um verdadeiro pacto oligárquico, depois designado de «política dos Estados» ou «política dos governadores». Tal sistema, assentava afinal numa lógica aristocrática e antidemocrática de que à minoria deliberativa no plano

Fundação, na cidade do Porto, do primeiro Círculo Católico Operário. Este organismo (e outros similares, que emergiram até 1906, sobretudo no noroeste do país) foi inspirado pelas encíclicas papais de Leão XIII, que condenavam as doutrinas liberais e socialistas e propunham uma nova orientação, de matriz corporativista, para superar a «questão social». O objectivo da Igreja e dos militantes católicos seria subtrair os operários do utopismo socialista através de acções de doutrinação e propaganda, de caridade, bem como de reivindicações protagonizadas por estes círculos em prol de uma mais justa situação laboral dos operários (melhores salários, higiene no trabalho, segurança na doença e na velhice, etc.).

federal deveria corresponder uma minoria deliberativa nos Estados. Este pragmático entendimento caracterizou-se então pela seguinte praxis política: o presidente da República obtém um apoio total à sua política, fazendo acordos com os governadores dos Estados que por sua vez controlavam todos os representantes: deputados e senadores. Em compensação, compromete-se a não apoiar as dissidências locais, que sejam susceptíveis de ameaçar os poderes instalados; por sua vez, os grupos no poder nos diferentes Estados apoiam o candidato «oficial» indicado pelo presidente da República. Deste modo, os governadores dos Estados passavam a actuar como instância intermediária e moderadora entre o poder local dos grupos oligárquicos, que o amparavam, e o poder central corporizado no Presidente da República. Esta política de conciliação, imposta durante a Primeira República, garantiu, portanto, acordos tácitos incondicionais entre o Presidente da República e os governadores dos Estados. Todavia, excluiu as minorias, extinguiu o debate ideológico e potenciou a corrupção, porque fortaleceu a permanência das oligarquias estaduais e locais vigentes no poder (o coronelismo afirmou-se e converteu-se mesmo na base deste sistema político: os «coronéis» eram os fazendeiros ou comerciantes mais ricos dos municípios e, simultaneamente, os notáveis políticos ou «caciques» locais e regionais, os quais

influenciavam os processos eleitorais, se necessário fosse, até através do recurso à violência). Esta política significou, também, uma distorção do federalismo, ao dividir o Brasil em Estados de primeira classe (que escolhiam Presidentes da República – São Paulo e Minas Gerais), de segunda (que designavam vice-presidentes e ministros), de terceira (que forneciam autoridades menos importantes) e até de quarta classe (que não davam quaisquer autoridades), e contribuiu ainda para que os governos se afastassem cada vez mais do povo e do ideal de uma república demoliberal. A fórmula política atrás exposta foi depois denunciada com o sarcástico epíteto de «café com leite» porque forjou, afinal, uma hegemonia bicéfala de São Paulo – que, no início do século XX, representava metade da produção mundial de café – e Minas Gerais – por ser então o segundo Estado cafeeiro e, sobretudo, uma grande região de criação de gado e produtora de leite.

1899

Desencadeamento de violentas hostilidades no Estado de Mato Grosso, entre as duas famílias de maior prestígio político e económico local: Murtinhos e Ponces. Os dois grupos, outrora aliados, desentendem-se aquando da sucessão do governador António Corrêa da Costa, que se havia demitido por atritos com o

general Ponces. Efectua-se nova eleição onde as duas partes apadrinham candidatos que se consideram vencedores. Durante cinco dias ocorrem sangrentas confrontações perante a indiferença do general Câmara, mandatário do Presidente da República Campos Salles para resolver o problema. Este acabará por se limitar a testemunhar o convénio entre as partes, o qual declara a derrota momentânea do general Ponces e do seu candidato. Acontecimentos análogos a este, onde as oligarquias estaduais se confrontam em ordem a controlar o poder, eclodiram noutros Estados do Brasil durante a Primeira República, não obstante terem sido atenuados após a aplicação da «política dos Governadores» por Campos Salles. A sua multiplicação demonstra o vigor do fenómeno sociológico do coronelismo, herdado do Império, e que durante a República Velha terá atingido o seu auge.

1900

[Fevereiro]

Conspiração, no Rio de Janeiro, que envolveu monárquicos e republicanos desencantados, protagonizada por militares do Exército e da Marinha e alguns civis. Decorre no contexto de um forte descontentamento popular contra o Governo, motivado pelo agravamento da crise económica. A revolta, logo abortada, tinha em vista a prisão do PR e do Ministro da

1900

O PRP elegeu, nas eleições legislativas, três deputados para o Parlamento, todos pela cidade do Porto: Afonso Costa, Francisco Xavier Esteves e Paulo José Falcão. Contudo, importa esclarecer que se tratou de um êxito conjuntural, que decorreu do descontentamento demonstrado pelos eleitores do Porto com a forma como o governo combateu, em 1899,

Guerra, a formação de um triunvirato constituído por militares, monárquicos e republicanos, assim como o restabelecimento das províncias estaduais, cujos presidentes seriam nomeados pela Junta Provisória.

a epidemia de peste bubónica que se propagou pela cidade. Os referidos deputados, e especialmente Afonso Costa (1871-1937), bater-se-ão na Câmara dos Deputados de forma destemida pelos interesses e ideais do movimento republicano. Tal procedimento provocará a inquietação de muitos deputados e membros dos partidos e das instituições monárquicas, os quais tudo farão nas eleições seguintes para esbulhar o poder eleitoral do PRP.

- Fundação da Junta Liberal com o objectivo de combater o clericalismo militante e propagandear os ideais republicanos demoliberais. Esta associação irá renascer em 1909, liderada pelo médico e cientista republicano de formação positivista, Miguel Bombarda (assassinado por um doente mental nas vésperas do 5 de Outubro de 1910). Integrava ainda personalidades como Cândido dos Reis, Egas Moniz, José de Castro, António Aurélio da Costa Ferreira, António Macieira, Avelino Lopes Cardoso, Artur Marinha de Campos e José Pinheiro de Melo. Na quaresma de 1910, a Junta Liberal e a Junta Federal do Livre Pensamento promoveram uma «quaresma anticlerical», a qual culminou numa série de conferências onde participaram alguns intelectuais republicanos e anticlericais: entre outros, Teófilo Braga, Manuel de Arriaga e Miguel Bombarda.

[16 de Setembro]

Início da publicação do jornal *O Mundo*. Este periódico, dirigido por França Borges, irá depois converter-se na grande tribuna da ala «democrática» do Partido Republicano (afecta a Afonso Costa e a Bernardino Machado). Adoptando um estilo frontal, claro e vivo, foi demolidor na oposição implacável ao Trono e ao Altar.

1901

[Março]

Publicação em São Paulo, do primeiro número do jornal *A Lanterna*, que teve como director o jurista franco-maçónico e anarquista Benjamim Motta. O referido periódico, que chegou a atingir os 26 mil exemplares, terá representado o veículo impresso mais consistente do anticlericalismo de matriz anarquista. Num estilo frontal, irreverente, popular, mas, também, maniqueísta, privilegiou sobretudo duas temáticas: o combate contra a Igreja enquanto produto do «obscurantismo medieval», que atraiçooou os princípios do cristianismo primitivo ao colocar-se ao lado dos tiranos e opressores; e a denúncia da violação das normas sexuais de continência por parte do clero.

1901

[17 de Fevereiro]

Ocorreu, no Porto, o chamado «escândalo Calmon». Foi o nome por que ficou conhecido o caso da tentativa frustrada de fuga de uma filha do cônsul do Brasil no Porto – chamada Rosa Calmon – para professar, contra a vontade dos pais, numa ordem religiosa. Este acontecimento agitou a opinião pública. Os sectores anticlericais, nomeadamente os jornais republicanos, aproveitaram o facto para retomar uma campanha nacional contra as actividades do clero em geral e dos Jesuítas em particular. Perante isso, o governo regenerador de Hintze Ribeiro (1849-1907) foi impelido a promulgar leis em ordem a disciplinar e regulamentar a existência de casas religiosas no país. Contudo, o seu decreto de aparência anticongregacionista acabava por contrariar habilmente a legislação de 1834, ao

legalizar a existência das ordens religiosas consagradas ao ensino e à beneficência. Tal medida, expelida por um regime acusado por republicanos, socialistas e anarquistas de favorecer a Igreja, longe de atenuar a questão religiosa, relançou-a e agravou-a. A propósito da crise religiosa de 1901, Vítor Neto sustenta que os sectores anticlericais ligavam a «questão religiosa» à questão do próprio regime. Por isso, para estes militantes laicos, o combate contra o clericalismo e o jesuitismo era inseparável da contestação à monarquia constitucional.

[11 de Abril]

Nasceu, em Coimbra, o Centro Nacional Académico, designado em 1903 por Centro Académico da Democracia Cristã (CADC). Este organismo laico e juvenil, de reflexão e propaganda – que obedecia à trilogia metodológica «piedade, estudo e acção» –, foi no início criado por um grupo restrito de estudantes católicos de Teologia e de Direito em ordem a combater de forma unida e organizada a «sectária» acção das lojas maçónicas contra a religião e as congregações religiosas. De acordo com Alberto Dinis da Fonseca, o seu supremo desiderato seria, afinal, recristianizar o ambiente universitário e, através dele, lançar no país «entre o povo da cidade e dos campos, a semente da regeneração religiosa, moral, política e económica da sociedade portuguesa».

Por volta de 1913, os estudantes católicos do CADC já dominavam a academia de Coimbra. Os «ceadecistas» distinguiram-se, portanto, pela sua resistência e combate cultural contra o socialismo e o republicanismo demoliberal e pela defesa da liberdade integral da Igreja. Por isso, desempenharam de facto um papel fundamental no movimento de reorganização, recristianização e renascimento católico que brotou sobretudo no contexto da 1.^a República. Convém aqui mencionar outras organizações que procuraram unir e reorganizar a Igreja, combater os avanços das ideias seculares e anticatólicas, promover o renascimento religioso, e visaram também – em sintonia com as directrizes do Vaticano, consubstanciadas na encíclica *Rerum Novarum*, emitida, em 1891, por Leão XIII – responder à «questão social» emergente na sequência da estruturação da economia industrial capitalista da segunda metade de Oitocentos: União Católica Portuguesa (1882); Círculos Católicos de Operários (1898); Centro Nacional (1901); Partido Nacionalista (1903); Liga da «Boa-Imprensa» (1905); Centros Académicos da Democracia Cristã de Lisboa e do Porto (1909); Congressos das Agremiações Católicas Populares de Portugal (1906-1910); Federação das Juventudes Católicas Portuguesas (1913); Noelistas (1913); União Popular Católica (1913); Centro Católico Português (1917); Centro Académico

Feminino Católico (1923); *Scouts* Católicos Portugueses (1923); Juventude Católica Feminina (1924).

[6 de Julho]

Fundação do Centro Católico. Este organismo protopartidário formou-se como reacção da Igreja e dos católicos militantes às campanhas anticongregacionistas, sobretudo protagonizadas por republicanos e socialistas, os quais pugnavam por uma secularização total da sociedade. A comissão directiva desta organização seria constituída por Jacinto Cândido, Gonçalo Xavier de Almeida Garrett e pelo Conde de Bertiandos. O Centro beneficiou depois do apoio explícito dos dois patriarcas que se sucederam em Lisboa durante o período da sua existência; contou com a adesão e a militância de muitos padres e eclesiásticos, assim como integrou a maioria das personalidades leigas (intelectuais e, sobretudo, grandes proprietários fundiários) ligadas ao movimento católico. Do seu programa destacamos as seguintes ideias: a luta pelos direitos e liberdades da Igreja (sistematizada na divisa «Religião e Pátria»); o apelo à união das forças conservadoras de todo o país e à convergência das forças católicas (legitimistas e constitucionalistas); a preocupação com a «questão social» e com o problema colonial; a defesa de uma agricultura pré-capitalista; a apologia da descentralização político-administrativa e do controlo do ensino pela Igreja.

Esta associação de católicos viria, em 1903, a dar origem à fundação do Partido Nacionalista.

355

[8 de Agosto]

O Governo regenerador de Hintze Ribeiro promulgou a lei eleitoral de 8 de Agosto, a qual iria reger todas as eleições legislativas até à proclamação da República. O decreto não alterava substancialmente a capacidade eleitoral quando comparado com a anterior lei de 26 de Julho de 1899. Assim, podiam votar todos os cidadãos maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever e pagassem ao Estado contribuição directa não inferior a 500 réis. As grandes alterações consagravam, sobretudo, a reorganização dos círculos eleitorais. Estes passaram a totalizar, no Continente e Ilhas Adjacentes, 26 maioritariamente plurinominais (por contraposição com os anteriores 129 círculos uninominais e dois plurinominais), correspondendo cada qual a um distrito, à excepção das cidades de Lisboa, Porto, Coimbra e Viseu que foram divididas em dois círculos, sendo que nas duas primeiras os referidos círculos integravam as freguesias urbanas e os municípios rurais contíguos. O propósito de tal medida seria asfixiar os votos urbanos – de possível tendência republicana ou ultraliberal – com os disciplinados votos rurais. Por este facto a oposição franquista cognominou esta lei de «ignóbil porcaria».

- Reforma do ensino primário, promulgada pelo chefe do governo regenerador, Hintze Ribeiro. Decretou o ensino obrigatório e gratuito durante três anos, concluindo-se com o exame do 1.º grau (3.ª classe). O 2.º grau (4.ª classe) ficava destinado a quem desejasse ser admitido no curso liceal. As escolas foram classificadas em centrais e paroquiais. As primeiras eram separadas para os dois sexos; só as segundas podiam ser mistas. O ensino foi centralizado no Ministério do Reino, decretou-se o aumento do ordenado dos docentes e previu-se também o crescimento das construções escolares. Não obstante algumas disposições avançadas para o tempo, mormente quanto às novas tendências da pedagogia, a nova reforma não atingiu os desígnios desejados. Assim, os ordenados destes professores continuaram a situar-se entre os mais baixos da função pública, os serviços de ensino permaneceram demasiado centralizados, o crescimento das infra-estruturas e rede escolares mantiveram-se aquém das necessidades e a taxa de frequência escolar continuou a quantificar percentagens demasiado baixas (isto é, menos de metade das crianças recenseadas).

[Março/Novembro]

O paulista e ex-monárquico convertido à república, Rodrigues Alves (1848-1919), proposto por Campos Salles, pelo Partido Republicano Paulista e pela maioria dos Estados brasileiros, com exceção do Rio, Pernambuco e Maranhão, é eleito (com a maioria esmagadora dos votos) Presidente da República. Depois da posse do novo presidente, em 15 de Novembro desse ano, Campos Salles retira-se – entre vaias, mas também aplausos – para São Paulo. O manifesto inaugural do novo presidente – que tinha, para os seus promotores, o carisma de administrador competente – acentua as suas preocupações políticas e administrativas. Assim, prevê a reforma da lei eleitoral, o desenvolvimento moral e material do país e a remodelação urbanística do Rio de Janeiro em ordem a transformar a caótica e insalubre capital federal numa metrópole moderna.

[Agosto]

Eclodiu, em São Paulo, uma revolta armada contra o governo federal de Campos Salles, protagonizada por uma aliança pragmática e oportunista entre monárquicos, militares republicanos jacobinos, elementos do novo Partido Dissidente de São Paulo e mesmo elementos situacionistas, como Francisco Glicério. Os revoltosos

anunciam um manifesto de cariz nacionalista, saudosista e regenerador. Contudo, o movimento será sufocado pelo governo paulista.

[Junho-Julho]

Realizou-se, em São Paulo, o II Congresso Socialista. Os pouco mais de 50 participantes elegeram uma comissão encarregada de organizar o partido e de executar o programa aprovado. O seu manifesto doutrinal revelou uma junção pouco ortodoxa entre o materialismo histórico marxista e o apelo a um partido democrático interclassista. O objectivo essencial era instaurar, através de uma estratégia reformista e gradativa, uma sociedade igualitária. O seu programa de matriz democrática e de feição moderada – que em muitos pontos reproduz o programa do partido socialista argentino – assentava *grosso modo* no seguinte: várias reivindicações para a classe operária, que deveriam ser alcançadas através da pressão sobre o Estado (oito horas de trabalho, proibição do trabalho de menores de 14 anos, limitação do trabalho das mulheres, lei da greve menos limitativa, maior inspecção do Estado sobre as condições de trabalho nas fábricas, oficinas e fazendas, etc.); lei do divórcio; instrução laica e obrigatória aos menores de 14 anos; voto universal, incluindo o das mulheres; reconhecimento da cidadania brasileira a todos os estrangeiros com um ano de residência no país; esta-

belecimento do imposto proporcional sobre a renda; abolição do imposto alfandegário (como forma de reduzir o preço dos bens de consumo). Estas propostas de uma modernização política de tendência socializante acabaram, contudo, por ter pouco impacto na sociedade brasileira de então.

1903

[Agosto/Setembro]

Greve geral dos trabalhadores têxteis do Rio de Janeiro. Este acontecimento foi emblemático na história do movimento operário deste país porque envolveu muitas empresas de um ramo difuso e, por isso, com limitada capacidade organizativa. Originou o primeiro sindicato industrial do Distrito Federal (a Federação dos Operários em Fábricas de Tecidos) e lançou as bases de um sindicalismo mais activo e agressivo no Rio de Janeiro. Não obstante, a greve foi ferozmente reprimida e nenhuma das reivindicações dos operários foi deferida.

- Fundação da Liga Anticlerical de São Paulo. Pretendeu agrupar pessoas de diferentes áreas sociais e políticas, mas que se identificavam como adversárias da Igreja de Roma. Esta associação pugnou pelas seguintes causas: a liberdade de consciência; a negação dos privilégios concedidos

1903

[Junho]

Constituição formal do Partido Nacionalista, o qual se afirmará conservador, contra-revolucionário, de tendência eminentemente monárquica e secular (embora nunca se tenha conseguido desvincular do clericalismo), defensor da garantia integral dos direitos e liberdades da Igreja e da implantação de uma «economia social cristã» inspirada na encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII. Este partido nasceu no Porto, no contexto da inflamação da «questão religiosa», reaberta a pretexto do «escândalo Calmon», e da consequente ofensiva anticatólica. Derivou da formação dos Centros Nacionais, lançados em 1901, que advogavam o nacionalismo católico. Tal concepção era alicerçada na filosofia neotomista e neoescolástica, radicalmente anti-modernista e que estava em plena concordância com as teses jesuíticas e a Igreja católica romana. O seu programa político, sobretudo da autoria

ao clero e às congregações religiosas; a educação laica; e a descatoalização das mulheres e dos trabalhadores. O anticlericalismo assumia no Brasil – tal como aconteceu na Europa – a forma de um combate contra a velha ordem cultural, política e económica e social, em nome de uma nova ordem edificada sobre o axioma positivista que sustentava a conexão entre a ciência e o progresso.

de Jacinto Cândido, assentou num conjunto de princípios essenciais: descentralização administrativa; divisão e autonomia dos poderes do Estado; moralização (segundo os padrões valorativos cristãos-católicos) da vida pública e governativa, tendo em vista a regeneração da Nação; combate ao «personalismo» e ao «partidarismo»; preocupação com a «questão social»; resolução do problema financeiro; particular inquietação com os problemas colonial e agrícola; conservação das tradições nacionais; harmonização das relações entre a Igreja e o Estado; liberdade de imprensa, de reunião, de expressão e de associação (incluindo a liberdade de reconstituição das congregações religiosas); conservação do princípio religioso na educação. Amaro Carvalho da Silva distinguiu duas fases evolutivas no breve percurso do Partido Nacionalista. A primeira, que decorreu até 1908, foi de afirmação, enquadramento institucional e de procura de identidade. Correspondeu, também, ao seu período áureo (chegou a eleger 6 deputados) e a um tempo em que mobilizou e anestesiou a pluralidade dos católicos laicos e clericais – nomeadamente, a maioria dos membros do episcopado português que nunca deixaram de determinar a acção política do partido. A segunda fase, foi marcada pelo regicídio e consequente dissolução do franquismo (com quem o

partido havia colaborado), pela agonia das instituições monárquicas, o eclodir de nova agitação anticlerical e a iminência da revolução republicana. Esta última fase correspondeu à decadência do Partido Nacionalista, minado pelo debate político-ideológico no interior dos sectores católicos nacionais (entre os tradicionalistas e ortodoxos, que professavam a unicidade política e religiosa, e os democratas-cristãos e «modernistas», que tendiam a aceitar a pluralidade de opções políticas desde que estas não atacassem a religião), as dissidências, o abandono e o desânimo de uma parte importante dos seus membros. Em 1911 o PN extinguiu-se em definitivo. Mas o nacionalismo católico, nas suas vertentes conservadora, monárquica, orgânica, tradicionalista e clerical, não morrerá.

- Início de uma vaga de fundo grevista, sobretudo orientada pelos movimentos anarquistas e socialistas, que se prolongou, quase sem interrupções, até 1907. Começou em Coimbra, em Março (primeiro, entre as vendedeiras do mercado, alastrando depois a comerciantes e operários), espalhando-se de imediato aos tecelões do Porto, aos chapeleiros de S. João da Madeira, aos metalúrgicos e trabalhadores portuários de Lisboa, etc.. O movimento grevista não deixará de estar activo mesmo depois da eclosão da revolução de

5 de Outubro. Em 1907, atinge os corticeiros, os mineiros de S. Domingos, as fábricas de têxteis do Porto, a construção civil em Matosinhos, várias fábricas da Covilhã e os Armazéns do Chiado. Já em 1910, atingirá as fábricas de fiação de tecidos localizadas nas margens dos rios Vizela e Ave, os operários de diversas fábricas do Barreiro, etc.. Apesar de esta agitação operária não discutir frontalmente o problema do regime, não deixou, como é óbvio, de servir as aspirações políticas republicanas.

1904

[Outubro]

Revolta das massas populares no Rio de Janeiro contra a lei da vacinação e a revacinação obrigatória anti-varíola – «Revolta da Vacina». Tratou-se de um levantamento que emergiu no contexto da execução do plano geral revolucionário de saneamento e reconstrução da cidade do Rio de Janeiro, sustentado pelo Governo de Rodrigues Alves, pelo prefeito da cidade, Pereira Passos e pelo director-geral do Serviço de Saúde Pública, o médico e cientista Oswaldo Cruz. Não parece fácil circunscrever as motivações objectivas que estiveram por de trás desta revolta. Ela opunha-se desde logo aos alegadamente despóticos métodos modernos de profilaxia defendidos

1904

[14 de Julho]

Foi celebrado, pelo governo regenerador, o contrato provisório de renovação do monopólio com a Companhia de Tabacos de Portugal, o qual previa, mediante o pagamento de uma renda anual fixa ao Estado, a exploração exclusiva da importação, fabrico e venda daquele produto pela Companhia já citada. Tal acordo provocou um grande escândalo político (designado por «questão dos tabacos»), pois gerou as suspeitas de que os partidos monárquicos conluídos tinham favorecido a Companhia dos Tabacos (em prejuízo da Companhia dos Fósforos) contra os interesses do Estado, e originou uma cisão no seio do Partido Progressista, que conduziu à formação de um

por higienistas (que supunham a vacinação obrigatória, a vistoria e desinfestação das casas e cortiços), mas também protestava contra a miséria urbana e a exclusão política e social que atingia na época largas camadas populares da cidade do Rio de Janeiro. Parece plausível considerar que a sublevação terá deflagrado em nome da legítima defesa dos direitos dos cidadãos de não serem arbitrariamente tratados pelos poderes estatais. Por isso, uma vez fracassada a ameaça de um golpe militar, a revolta degenerou depois em amotinções fragmentadas que visaram denunciar e contestar as injustiças dos poderes públicos e privados estabelecidos: os militares, conjugados com os centros operários e a oposição parlamentar, pretenderam derrubar o Governo; o proletariado mal pago contestou o patronato; as classes populares dos «aventurosos e belicosos» combateram as forças policiais; os consumidores protestaram com as companhias dos serviços públicos. O episódio provocou cerca de trinta mortos, milhares de detenções e centenas de desterros. Pelo exposto, importa reter que a Revolta da Vacina terá contribuído – como, de certo modo, sugeriu José Murilo de Carvalho – para a formação de expressões que revelam a busca de cidadania do povo do Brasil e refutam o mito da passividade brasileira perante os momentos críticos da nação.

núcleo de dissidentes, agremiados em torno de José Maria Alpoim (monárquico que, após o 5 de Outubro, veio a engrossar a legião de «cristãos-novos», ou «adesivos» da jovem República). Por sua vez, o partido republicano não deixará de aproveitar mais esta oportunidade para assumir a defesa dos interesses públicos e desacreditar a monarquia e as suas instituições.

Conferência nacional do Partido Socialista Português. Aí foi redigido, sobretudo pelo «marxista» Azedo Gneco, um programa renovado do PSP, o qual, não obstante a sua carga claramente utópica para o tempo, irá ser sancionado nos posteriores congressos socialistas até à proclamação da República. O texto propunha, *grosso modo*, os seguintes objectivos a alcançar, a curto ou a médio prazo: abolição do Estado; autonomia e livre federação dos municípios; substituição do governo por uma «simple administração dos negócios públicos», livremente aceite; sufrágio universal; o princípio da legislação directa do povo, com recurso frequente ao plebiscito; educação igual e gratuita para todos; completa laicização do Estado e da escola; igualdade de direitos adquirida pelo trabalho; assistência a crianças, doentes e inválidos; organização social e colectiva da produção e dos mercados; organização comunista de todos os serviços sociais, com salvaguarda da iniciativa e trabalho individuais; nacionalização de bancos, caminhos-de-ferro, águas, iluminação pública, minas, etc..

1906

[27 de Fevereiro]

Convénio de Taubaté, onde os governadores de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais decidiram adoptar uma política de protecção e valorização da monocultura do café, que dominava a política financeira deste período. Tal política, que contou com o apoio do governo federal e de financiamentos estrangeiros, consistia na compra, pelos governos estaduais, na estocagem e, mesmo, na destruição da mercadoria, com o objectivo de evitar a superprodução e assim preservar ou recuperar o preço internacional do produto. Este acordo, que será a longo prazo desastroso, demonstra mais uma vez a influência que nesta época a aristocracia cafezeira dispunha junto do poder político republicano. Na verdade esta elite era a cúpula do regime uma vez que a maioria dos seus governadores, deputados, senadores e presidentes da república estavam ligados a este sector.

- Fundação da Confederação Operária Brasileira (COB), por iniciativa dos sindicatos do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Este evento foi um dos mais importantes marcos no processo de mobilização do operariado brasileiro. Até à década de 20, o movimento operário será sobretudo ideologicamente influenciado pelas doutrinas

1906

[1 de Janeiro]

Nascimento do jornal *A Luta*, dirigido pelo médico militar republicano Brito Camacho (que fundou em 1911 a União Republicana). Este periódico, mais tarde identificado como órgão oficial do Partido Unionista, não obstante os desaguisados pontuais que teve com *O Mundo*, complementou-o na acção de informar e doutrinar as massas republicanas.

[Julho]

Importante congresso do Partido Republicano, realizado no Porto, onde foi eleito um novo directório composto pelos seguintes elementos: António José de Almeida, António Luís Gomes, Bernardino Machado, Afonso Costa e Celestino de Almeida.

[19 de Agosto]

Realizaram-se eleições legislativas. O Partido Republicano conseguiu eleger 4 deputados, todos eles pelos círculos eleitorais de Lisboa: Afonso Costa, Alexandre Braga, António José de Almeida e João de Meneses.

anarquistas e anarco-sindicalistas inspiradas em Proudhon, Bakunine e Kropotkin. A substituição do anarquismo pelo socialismo ocorre principalmente depois da emergência do difuso movimento grevista de 1917-18, iniciado em São Paulo e no Rio de Janeiro, e da revolução bolchevique na Rússia (1917).

[Maio/Julho]

Greve dos trabalhadores da Companhia Paulista. Tratou-se da principal greve ferroviária do Estado de São Paulo em toda a história da Primeira República (atingiu, entre outras, as cidades de Jundiaí, Campinas e Rio Claro). Foi motivada pela modernização da empresa – ocorrida na sequência da introdução de novas máquinas – que afectou o nível de emprego e o salário dos operários. A administração e o Estado recusaram anuir às reivindicações de quase 4 mil trabalhadores que paralisaram uma empresa que era fundamental para os interesses da cafeicultura. Iniciou-se então a repressão policial. A Federação Operária reagiu e convocou uma greve geral que foi correspondida sobretudo por gráficos, sapateiros, chapeleiros, peleiros e trabalhadores da indústria mecânica. Os ferroviários contaram também com o apoio e a solidariedade de comerciantes, da classe média do interior e dos estudantes de Direito, que consideraram as suas reclamações procedentes.

Apesar desta cooperação, a greve dos trabalhadores da Companhia Paulista terminará com a demissão dos principais dirigentes grevistas e sem que nenhum dos objectivos da paralisação fosse alcançado.

[25 de Novembro]

Após uma longa e aguda polémica em torno da escolha dos nomes dos candidatos presidenciais – como porventura não houvera nas sucessões anteriores – o mineiro Afonso Augusto Moreira Pena (1847-1909), depois de ter sido proposto pelo Partido Republicano Mineiro, é eleito PR. O presidente que entretanto cessa funções, Rodrigues Alves, regressa com obra feita a São Paulo, onde é aplaudido pela multidão. Executou importantes obras públicas em vários Estados do Brasil, remodelou, do ponto de vista urbano, a capital e consolidou a situação financeira do país. Por sua vez, o novo presidente, no seu manifesto inaugural, defendeu a estabilidade da moeda, a criação da Caixa de Conversão e a garantia de empréstimos para a valorização do café. Sustentou, também, que o Governo e o Congresso deveriam conservar-se dentro dos princípios definidos pela Constituição. Neste sentido, «nem o Poder Executivo deve procurar legislar, nem o Congresso governar».

[Janeiro]

Decreto 1 637, de 5 de Janeiro, que definia a orgânica dos sindicatos e das cooperativas. Esta legislação criava uma série de restrições práticas ao enquadramento das sociedades operárias existentes, determinando, por exemplo, que apenas os brasileiros ou estrangeiros com mais de cinco anos de residência no Brasil pudessem fazer parte das suas direcções.

- O movimento anarquista brasileiro, que a partir de 1906 passou a liderar o I Congresso Operário, funda a Federação Operária, que congregava vários sindicatos. O movimento anarco-sindicalista foi no Brasil sobretudo marcado pela chegada dos emigrantes italianos, portugueses e espanhóis. Tratou-se, em geral, de um movimento radical que professou uma política capaz de substituir o Estado por federações de comunas ou cooperativas de trabalhadores. A sua acção saldou-se pela organização de comícios, greves, festivais operários, escolas e jornais. Não obstante a sua limitada eficácia revolucionária, os anarquistas causaram temor entre a burguesia industrial, a ponto de inspirarem, depois da greve geral decretada em São Paulo, em Maio 1907, a promulgação de uma lei, proposta pelo deputado Adolfo Gordo (Decreto n.º 1 641, de 7 de Janeiro

[Abril]

Greve académica, proclamada pelos estudantes da Universidade de Coimbra e que posteriormente suscitou a adesão dos alunos de outras escolas do ensino superior e secundário do país. O rastilho que provocou esta «questão académica» terá sido a injusta e impiedosa reprovação nas provas de doutoramento do estudante de Direito José Eugénio Dias Ferreira, filho do político José Dias Ferreira. Mas o motivo capital desta ampla e espontânea acção estudantil – que originou mesmo o encerramento oficial da Universidade, decretado pelo Governo de João Franco, e a exclusão de sete alunos, depois indultados e readmitidos – teria sido o protesto contra os regulamentos e métodos alegadamente obsoletos e senis de um ensino universitário ainda profundamente marcado por uma herança religiosa e eclesiástica. A mocidade reclamava, afinal, por uma reforma da Universidade em consonância com as novas ideias filosóficas e político-sociais que percorriam a Europa e, em última análise, por uma regeneração moral, intelectual e política da própria Nação. No apogeu deste protesto estudantil, o número de grevistas terá chegado a atingir seis mil em todo o país. O seu grito de protesto será ouvido pelos líderes nacionais do Partido Republicano, os quais não deixaram de se solidarizar

de 1908), que expulsava do país, após um processo sumário que inativava a defesa dos condenados, todos os estrangeiros acusados de «comprometer a segurança nacional e a tranquilidade pública». Entre 1908 e 1921, verificaram-se pelo menos 556 expulsões ao abrigo deste decreto.

[Maio]

O movimento operário inicia em São Paulo, Ribeirão Preto e Campinas uma greve geral programada em prol da jornada de oito horas. Nela participam operários das fundições, da construção civil, da indústria metalúrgica, da alimentação, gráficos, sapateiros, empregados da limpeza pública e trabalhadores têxteis. Segue-se a repressão policial, o encerramento provisório da Federação Operária e a promulgação da lei antigrevista de Adolfo Gordo. Os resultados do movimento grevista foram, porém, divergentes. Em alguns sectores as reivindicações foram atendidas no todo ou em parte; noutrós a intransigência do patronato foi absoluta.

com a sua causa. Note-se ainda que deste evento resultou a ampliação do descrédito da governação franquista e da própria monarquia. Resultou, também, o aumento da militância republicana entre os estudantes da Universidade de Coimbra e de outras escolas do ensino superior de Lisboa e do Porto.

[10 de Maio]

João Franco (1855-1929), com o patrocínio e a colaboração (senão mesmo imposição) do rei D. Carlos, inicia pela segunda vez um período de ditadura, depois de decretar a dissolução da Câmara de Deputados, sem designar data para novas eleições. Desde Maio de 1906 que este ex-Regenerador, e depois fundador do Partido Regenerador-Liberal, havia sido escolhido por D. Carlos para governar o país. Propunha-se então, com o auxílio de homens novos, sem experiência governativa, «regressar às normas do verdadeiro sistema representativo» – governar «à Inglesa», como ele próprio afirmara – e, portanto, corrigir os abusos tradicionais do poder. Mas rapidamente as suas promessas éticas, «neo-regeneradoras», demoliberais, legalistas e pacifistas degeneraram numa prática governativa «à Turca» – como sarcasticamente apregoaram então os seus opositores. A partir de Maio de 1907, censurou a imprensa, dissolveu as autarquias que se opunham à sua política e reprimiu, de forma arbitrária e

autoritária, as oposições. A sua política, rotulada, sobretudo pelos republicanos e os progressistas dissidentes, de ditatorial, ambígua e demagógica, pretendeu desacreditar os tradicionais partidos «rotativos» (Regenerador e Progressista) e acabou também – sobretudo devido à «questão dos Adiantamentos à Casa Real» (que pôs em causa a legalidade dos pagamentos das despesas da família régia) – por contribuir para enfraquecer a própria monarquia, levando, inclusive, várias eminentes personalidades monárquicas a converterem-se ao ideal republicano. Por isso se imputou ao franquismo, na sua fase ditatorial e repressiva, a responsabilidade pelo clima moral e social que culminou no regicídio, em Fevereiro de 1908. De resto, o seu ministério acabará por se dissolver três dias depois da consumação deste acto violento.

1908

[28 de Janeiro]

Revolta republicana nascida de um conluio pontual entre conspiradores republicanos, anarquistas e dissidentes monárquicos progressistas afectos a José de Alpoim. O mal organizado movimento subversivo, operado pela Carbonária, que previa o rapto (ou mesmo o assassinato) de João Franco, foi dominado e alguns dos seus chefes principais – António

José de Almeida, Luz de Almeida, João Chagas, França Borges, Afonso Costa e os dissidentes Egas Moniz e Visconde da Ribeira Brava – capturados. Na ressaca do golpe, o governo de João Franco preparou um decreto (assinado por D. Carlos em Vila Viçosa) que legitimava o degredo dos incriminados por crimes políticos para as províncias ultramarinas. Tal acto viria a constituir o atestado de óbito da ditadura franquista e do próprio rei.

- Organização, por iniciativa da Associação do Registo Civil, do I Congresso Nacional do Livre Pensamento. Foram aí proferidas várias conferências, de matriz ideológica laica e anticlerical, em reuniões que ocorreram em colectividades populares. Nelas participaram cerca de 400 delegados que representavam associações liberais, grémios excursionistas, instituições maçónicas, associações de classe, cooperativas, imprensa, corporações de estudo e ensino escolar e centros políticos. Este evento revelou a emergência, contra o Trono e o Altar, de uma «frente maçónica, carbonária e republicana», que congregou sectores mais radicais do Partido Republicano, socialistas (dissidentes de Azedo Gneco) e anarquistas. Como sugere Fernando Catroga, esta frente anticlerical radical constituirá depois, nos anos subsequentes à implantação da República, o principal núcleo de

apoio à política de Afonso Costa de combate implacável contra a reacção católica, mas também contra os republicanos mais críticos em relação aos excessos da política religiosa decretada pelo novo regime.

[1 de Fevereiro]

Assassinato do rei D. Carlos e do príncipe real Luís Filipe, no Terreiro do Paço. Tratou-se de um acto acirrado, surgido na sequência de uma conjuntura política absolutamente adversa ao regime monárquico, então já em situação agónica, a saber: a insustentável ditadura, protagonizada por João Franco e sancionada pelo próprio rei D. Carlos, assim como o reforço da legislação repressiva do Governo promulgada na sequência da conspiração de 28 de Janeiro (de 1908). Os regicidas, o caixeiro de comércio, editor e revolucionário militante, Alfredo Luís da Costa, e o professor primário e do ensino secundário, Manuel dos Reis da Silva Buíça, foram mortos de imediato no local pela polícia. Outros atiradores envolvidos na operação conseguiram fugir no meio do caos que entretanto se instalou. A quem deve ser assacada a responsabilidade do regicídio? Muito se tem especulado sobre o assunto, uma vez que o processo criminal instaurado aos depois rotulados de conjurados da Quinta do Ché aos Olivais (onde o plano terá sido arquitectado, na madrugada de 1 de Fevereiro) desapareceu após a pro-

clamação da República. Uma coisa parece certa: não se tratou de um simples «acto de abnegação espontânea» perpetrado por dois anarquistas exaltados e fanáticos, como na altura se procurou fazer crer. O regicídio terá resultado antes de um conluio bem planeado, onde não estarão isentos de culpa determinados sectores da oposição: dissidentes progressistas, afectos a José Maria Alpoim, republicanos e sociedades secretas. Importa, de resto, referir que o acto dos regicidas foi justificado e colheu *a posteriori* o apoio (mais ou menos velado) de republicanos consagrados e de amplos sectores populares mais politizados de Lisboa, identificados com os ideários republicano e socialista, os quais rumaram em homenagem póstuma às suas campas. Os assassinos do rei foram ainda celebrados como «redentores da Pátria» e deste modo transformados em mártires e heróis nacionais, após o 5 de Outubro de 1910.

[4 de Fevereiro]

O ministro João Franco, por decisão do novo rei D. Manuel II (tinha então 19 anos) – 1889-1932 – e do Conselho de Estado, cedeu o lugar a um governo de coligação monárquica, presidido pelo vice-almirante Francisco Joaquim Ferreira do Amaral. O novo governo, liderado por este militar independente, depois sufragado pelas eleições legislativas de 3 de Abril, optou por uma política

de «acalmação», a qual se consubstanciou na libertação de presos políticos, na autorização do regresso dos exilados, no evidente abrandamento da censura e da repressão, assim como na recondução das câmaras municipais e juntas de paróquia dissolvidas pela ditadura de João Franco. Esta espécie de Governo de Salvação Nacional, constituído por regeneradores, progressistas e independentes, acabou por cair, no Natal de 1908, depois do Partido Regenerador lhe retirar a confiança. Foi, então, reintroduzido o rotativismo partidário, num clima de crise e sucessivos escândalos políticos, que desacreditava a monarquia e profetizava a sua irreversível ruína.

[5 de Abril]

Nas penúltimas eleições legislativas do regime monárquico, o PRP elegeu sete deputados. Assim, além dos quatro nomes eleitos na legislatura de 1906, tomaram ainda posse no Parlamento Estevão de Vasconcelos, José Maria de Moura Barata Feio Terenas e Manuel de Brito Camacho.

[25 de Abril]

Congresso extraordinário do Partido Republicano, realizado em Coimbra. Nesta assembleia confrontaram-se duas estratégias políticas divergentes no combate contra o regime monárquico, a saber: a revolucionária, que exigia a queda do regime vigente por meio de um pronunciamento armado;

e a evolucionista, que sustentava o derrube da monarquia pela via do sufrágio. No rescaldo do polémico debate, o Directório, então contestado pelos mais radicais, aprovou uma moção oficial moderada e legalista, a qual apenas legitimava a acção dos seus membros que estivesse em sintonia com as leis vigentes.

[1 de Novembro]

Realização de eleições municipais que permitiram aos republicanos ganhar, de forma esmagadora, a Câmara de Lisboa e ainda outros municípios nas zonas do vale do Tejo, do Alentejo e do Algarve.

1909

[14 de Junho]

Morte do Presidente da República Afonso Pena, motivada pela idade avançada, mas também por um «traumatismo moral» decorrente da forma como se processou a questão da sua sucessão presidencial. O candidato proposto por ele – David Campista, então seu ministro das finanças – não obtém apoios suficientes. Ciente deste facto, o próprio David Campista desiste. Na mesma altura, outra candidatura é apresentada com o apoio dos militares: a do ministro da guerra, marechal Hermes da Fonseca (1851-1923), sobrinho do primeiro presidente brasileiro Deodoro da Fonseca. Este, após um momento de

1909

[27 de Fevereiro]

Fundação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Tratou-se de uma organização feminista de âmbito nacional que foi criada por iniciativa de Bernardino Machado (1851-1944), Magalhães Lima (1850-1928) e António José de Almeida (1866-1929), e presidida pela escritora Ana de Castro Osório (1872-1935). As suas militantes definiram as seguintes prioridades: substituição da Monarquia pela República, protecção, educação e instrução da mulher e da criança, independência económica da mulher e conquista dos seus direitos civis e políticos. Esta associação acabou por fracturar-se em 1912 e extinguir-se

indecisão, aceita esse combate político e entrega a carta de demissão de ministro da guerra ao PR Afonso Pena.

- Nilo Peçanha assume interinamente a presidência e remodela o Governo com partidários de Hermes da Fonseca. A sua curta governação (1 ano e 5 meses) será marcada por diversas sublevações e agitações resultantes dos confrontos entre as oligarquias locais nos Estados da Bahia, Goiás, Amazonas e Rio de Janeiro. Foi também durante o seu governo que, perante um processo acelerado de dizimação das tribos indígenas, se criou o Serviço de Protecção aos Índios (SPI).

[19 de Agosto]

Um vasto grupo de chefes políticos reuniu-se numa convenção no Rio de Janeiro para manifestar o seu apoio formal à candidatura presidencial de Rui Barbosa. O objectivo era apresentar um candidato civil, que advogasse uma «República civilista», por oposição ao candidato militar e à presumível manutenção de um regime republicano oligárquico e militarista sustentado por Hermes da Fonseca. O programa eleitoral de Rui Barbosa era manifestamente reformista: dele ressaltam a revisão da Constituição, do Código Civil, do problema do culto, da questão financeira e do sistema eleitoral. Importa salientar que a «campanha

no final de 1918, minada por divergências insanáveis entre Ana de Castro Osório e Maria Veleda, relacionadas sobretudo com as questões da tolerância religiosa e do sufrágio feminino. A primeira, advogava que a Liga devia respeitar e não discutir as opções religiosas das suas sócias e reivindicar o voto restrito das mulheres, atendendo ao predomínio do analfabetismo e da influência clerical que minava a sociedade portuguesa. A segunda, porventura inspirada pela corrente livre-pensadora, sustentava que a mulher devia ser resgatada da influência clerical. Maria Veleda – que chegou a assumir-se como anti-sufragista, pois não acreditava que essa conquista melhorasse as condições económicas das mulheres – defendeu também que, a exigir-se o voto feminino, este devia ser integral e não discriminatório.

[23 a 25 de Abril]

Congresso do Partido Republicano Português, realizado em Setúbal. Nesta assembleia, onde esteve representada, pela primeira vez, uma organização feminina – a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1909) –, foi eleito, com o apoio da Carbonária, um novo Directório, de características mais radicais, composto pelos seguintes elementos: Teófilo Braga (1843-1924), Basílio Teles (1856-1923), José Relvas (1858-1929), José Cupertino Ribeiro (1848-?) e Eusébio Leão (1864-1926). Aí tam-

civilista» nacional, protagonizada por Rui Barbosa e uma certa linha de republicanos históricos remanescentes, procurou esclarecer e envolver amplos sectores populares que até então estavam excluídos do processo político.

bém se definiu uma estratégia de combate sem tréguas à monarquia, consubstanciada na seguinte expressão de Machado Santos: «auxiliar ou fazer a revolução». Para cumprir esse desiderato radical, o qual assentava num plano operativo de acção directa, o partido afastou os chefes da ala legalista e constituiu dois comités revolucionários: um civil, dirigido, por indicação da Alta Venda da Carbonária, por António José de Almeida, Afonso Costa e João Chagas; e outro militar, presidido pelo vice-almirante reformado Carlos Cândido dos Reis (1852-1910). Este último comité tinha como missão central preparar um plano militar de insurreição revolucionária que deveria ser executado com o apoio da Carbonária.

377

[2 de Agosto]

Grande comício anticlerical (que desfilou entre o largo de Camões e São Bento, em Lisboa), organizado pela Junta Liberal (fundada em 1901, no rescaldo do «Caso Calmon») e a Associação do Registo Civil. Esta iniciativa foi ainda apoiada pelo Grande Oriente Lusitano Unido, pela Carbonária e por outros grupos de republicanos e socialistas. Nele terão participado, segundo algumas fontes, cerca de cem mil pessoas, facto que demonstra bem a expressão que o anticlericalismo tinha entre a população de Lisboa. Desta manifestação saiu um documento onde ressaltam as seguintes reivindicações: registo

As eleições presidenciais ocorrem, em Março, num clima de grande tensão, com ambos os candidatos – Rui Barbosa e Hermes da Fonseca – a proclamarem-se vencedores. Após longos debates, em Julho o Congresso reconhece a vitória do gaúcho Hermes da Fonseca (que havia beneficiado do apoio das oligarquias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco), o qual toma oficialmente posse em Novembro. O seu governo será marcado por diversas rebeliões: Revolta da Marinha (ou da Chibata) (1910), Questão do Contestado (1912-16) e Sedição de Juazeiro (1911).

[1 a 6 de Outubro]

Chegada a Lisboa, para uma visita oficial, do presidente eleito da

civil obrigatório; abolição do juramento religioso nos actos civis; promulgação da lei do divórcio; secularização dos cemitérios; oposição ao decreto-lei de 18 de Abril de 1901, que legalizou as ordens religiosas; restabelecimento integral das leis do marquês de Pombal, de Joaquim António de Aguiar, de José da Silva Carvalho e Anselmo Braancamp que expulsaram os Jesuítas e as Irmãs de Caridade, proibiram a profissão de frade e dissolveram as ordens religiosas.

1910

[29 e 30 de Abril]

Congresso do Partido Republicano, realizado no Porto. Será dominado pelo receio da Inglaterra poder vir a não aceitar a implantação da República no país. Por isso, foi eleita uma comissão para sondar as potências europeias sobre esta questão.

[28 de Agosto]

Eleições para o Parlamento, onde o Partido Republicano obteve catorze deputados, conseguindo mesmo a maioria por Lisboa. Eis a lista dos deputados republicanos eleitos: 10 por Lisboa (Afonso Costa, Alexandre Braga, Alfredo de Magalhães, António José de Almeida, António Luís Gomes, Bernardino Machado, Cândido dos Reis, João de Meneses, Miguel Bombarda e Teófilo Braga); 3 por Setúbal (António Aurélio da Costa

República brasileira, o marechal Hermes da Fonseca. Foi saudado, de forma entusiástica, por um grande número de republicanos que pretendiam desse modo homenagear a República brasileira. A sua visita ficará indelevelmente associada à queda da monarquia em Portugal, uma vez que ele foi testemunha histórica dos acontecimentos revolucionários que se seguiram. Por isso, foi também o Brasil o primeiro país a reconhecer a nova República de Portugal, em 22 de Outubro.

Ferreira, Estevão de Vasconcelos e Feio Terenas); e 1 por Beja (Brito Camacho). Estes resultados, apesar de expressivos – constituíram a maior representação de sempre do partido –, não deixaram de demonstrar que o poder da mobilização republicana obtido em Lisboa e no Sul não era extensivo ao resto do país. Por isso, muitos militantes mais radicais e pragmáticos advogavam não ser possível derrubar a monarquia pela via eleitoral, optando então pela tese da revolução armada, a qual, de resto, se encontrava já a ser delineada.

[4 e 5 de Outubro]

Golpe militar e popular republicano que levou à queda definitiva da monarquia. A insurreição foi organizada pela Maçonaria e a Carbonária e contou com o apoio directo do Directório do Partido Republicano. Foi sobretudo protagonizada por sargentos, cabos, soldados e a oficialidade inferior da Marinha e do Exército. Estes, comandados, entre outros, pelo vice-almirante Carlos Cândido dos Reis e pelo comissário naval António Machado Santos, iniciaram o movimento revolucionário cerca da 1 hora do dia 4 de Outubro. Serão posteriormente secundados por algumas centenas de civis armados (sobretudo filiados na Carbonária). Depois de um dramático momento de indecisão quanto ao desfecho do golpe (que, inclusive, originou o suicídio de Cândido dos Reis), um dos núcleos principais de revoltosos,

entrincheirado na Rotunda – beneficiando de maior poder de fogo, do auxílio decisivo da Marinha de Guerra e da infiltração de oficiais e soldados republicanos no seio das forças governamentais –, acabou por resistir, contra-atacar e derrotar as forças leais ao rei. A República foi então solenemente proclamada, às 11 horas da manhã, do dia 5 de Outubro, da varanda do edifício da Câmara Municipal de Lisboa, e anunciada de imediato a constituição do Governo Provisório. Eis o seu elenco: Teófilo Braga (Presidente do Governo Provisório), António José de Almeida (Interior), Afonso Costa (Justiça), Basílio Teles (Fazenda) – que recusou o cargo, sendo por isso substituído por José Relvas –, António Xavier Correia Barreto (Guerra), Amaro de Azevedo Gomes (Marinha), Bernardino Machado (Negócios Estrangeiros) e António Luís Gomes (Obras Públicas). O novo regime será depois, como profetizou João Chagas (1863-1925), decretado por telégrafo ao resto do país. D. Manuel II e a família real, fugiram na véspera para Mafra e embarcaram depois na Eriçeira com destino a Gibraltar e ao posterior exílio na Inglaterra. Importa esclarecer que esta insurreição não terá sido uma simples revolta de caserna. Pelo contrário – como sustenta Vasco Pulido Valente – tratou-se de um movimento popular, que envolveu alguns milhares de pessoas, militares e civis (muitos deles carbonários), das camadas sociais mais baixas da

cidade de Lisboa. A tese da participação de uma larga «plebe urbana» nesta revolução – que, note-se, não é subscrita por outros historiadores – pode, em certa medida, ser confirmada quando consultamos muitos dos relatórios dos combatentes do 5 de Outubro, ou observamos a proveniência sócio-profissional dos mortos (c. de 72) e feridos (c. de 308) que foram vítimas dos confrontos armados. No rescaldo dos acontecimentos, o republicano histórico Manuel de Arriaga (1840-1917) reconheceu expressamente, através de um compreensível rasgo retórico, que os «humildes» haviam feito o golpe e que só eles garantiam a sua respectiva sobrevivência. Mas, como alerta Amadeu Carvalho Homem (que, note-se, advoga, inequivocamente, a tese que associa o republicanismo a um momento decisivo na construção do conceito de uma cidadania democrática em Portugal), passada aquela hora heróica em que a agremiação republicana pode legitimamente invocar o epíteto solene de «partido do povo», a história da Primeira República (1910-26) encarregar-se-á depois por questionar a identificação efectiva do discurso e da praxis política republicanos com os reais interesses e expectativas das massas populares. De resto, esse terá sido um dos motivos pelo qual a esperança milagrosa e messiânica, que muitos depositaram na República, depois degenerou e diluiu-se num sentimento de desencanto e frustração.

CONCLUSÃO

Ao terminar esta cronologia, desejamos apenas registrar as seguintes observações sinópticas relativas às histórias dos movimentos republicanos aqui retratados.

No caso do Brasil, desde 1889, têm sido avançadas várias interpretações sobre as origens e o significado da Primeira República. O novo regime, que instituiu a República Federativa (e laica) dos Estados Unidos do Brasil, terá, em primeira análise, resultado de um conjunto articulado de importantes causas e transformações que abalaram a monarquia — mormente, a Questão Religiosa, a Questão Militar, a abolição da escravatura, a decadência das oligarquias tradicionais, o risco do separatismo e o avanço do ideal federalista sustentado pelas novas oligarquias paulistas, a imigração, o processo de industrialização e urbanização, o papel doutrinador do partido republicano, etc.. E, depois, terá a República representado um momento decisivo na afirmação do processo democrático neste país? Talvez. Mas o golpe de 1889 não foi, evidentemente, uma revolução popular e de tendência demoliberal que promoveu uma ruptura imediata e inequívoca com o período Imperial brasileiro. Assim, o sistema político e social oligárquico, ainda que renovado — agora constituído sobretudo pelos fazendeiros de café do Oeste Paulista —, perpetuou-se. Por isso, a grande massa proletária rural e urbana continuou a ser politicamente excluída e a experimentar duras condições laborais. Por outro lado, no plano económico, poder-se-á dizer que se mantiveram até

bastante tarde a orgânica colonial e a dependência do país em relação aos mercados e capitais estrangeiros.

384

Não obstante, importa também não omitir o seguinte: entre 1889 e o final da década de 20 do século passado — ou seja, durante os primeiros vinte e um anos da Primeira República, esboçados de forma não exaustiva nesta cronologia —, ocorreram, paulatinamente, um conjunto de transformações demográficas, urbanísticas, económico-sociais, político-ideológicas e culturais que moldaram um Brasil renovado e conduziram à revolução (anti-oligárquica) de 1930, que será responsável por um novo período da história deste país — designado pela historiografia por «Era Vargas» (numa alusão declarada ao nome de uma das mais complexas figuras da política brasileira do século XX, Getúlio Vargas, que assumiu, quase continuamente, as funções de presidente da República, entre 1930 e 1954).

Quanto a Portugal, compreendemos desde logo que foi sobretudo depois de 1890 — no contexto das crises económica, financeira (1890-92) e moral que afectaram o país e o seu (oligárquico) regime monárquico constitucional — que o movimento revolucionário republicano, de matriz positivista e laica, nacionalista e regeneradorista, demoliberal e anti-oligárquica, ganhou um novo *élan* que confluuiu e se materializou no pronunciamento militar, popular e urbano de 5 de Outubro de 1910. Mas, após o triunfo da revolução, a esperança messiânica que muitos depositaram na República, enquanto sistema capaz de promover a regeneração democrática e moral do regime liberal monárquico, degenerou e dilui-se num sentimento de desencanto e frustração.

O conturbado e instável período que se seguiu, designado por Primeira República (1910-1926), tem merecido interpretações diferentes (embora complementares) por parte dos historiadores. Por exemplo, Joel Serrão identifica-o como um demoliberalismo em clara oposição à feição cartista-conservadora, vencedora e usufrutuária do liberalismo português; Amadeu Carvalho Homem, especialista do «período revolucionário» de formação do movimento republicano, seguindo uma linha interpretativa análoga, associa-

o a um projecto democrático, racionalista, livre-pensador e interclassista, refractário ao autoritarismo e militarismo. Por seu lado, Vasco Pulido Valente vê no regime republicano um carácter de «ditadura de massas», planeada e dirigida por «notáveis» jacobinos; e Armando Malheiro da Silva sustenta existir uma deriva corporativa, estatista e autoritária no seio do republicanismo, que depois se irá projectar no Estado Novo.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Luís Machado de, «O discurso do anticlericalismo português (1850-1926), separata da *Revista da Universidade de Aveiro – Letras*, n.º 16, 1999, pp. 129-172.
- ALMEIDA, António da Rocha, *Dicionário de História do Brasil*, Porto Alegre, Editorial Globo, 1969.
- ALMEIDA, Fortunato, *História da Igreja em Portugal*, volume III, Porto, Livraria Civilização, 1970.
- AMARO, António Rafael; SEABRA, Jorge; e NUNES, João Paulo Avelãs, *O C.A.D.C. de Coimbra, a democracia cristã e os inícios do Estado Novo 1905-1934*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1993.
- AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001.
- AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.), *História Religiosa de Portugal*, volume 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002.
- BAËNA, Miguel Sanches, *Diário de D. Manuel e Estudo sobre o Regicídio*, Lisboa, Edições Alfa, 1990.
- BASBAUM, Leôncio, *História sincera da República de 1889 a 1930*, Rio de Janeiro, Livraria São José, 1958.
- BATALHA, Cláudio, *O movimento operário na Primeira República*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.
- BENNASSAR, Bartolomé, e MARIN, Richard, *História do Brasil, 1500-2000*, Lisboa, Teorema, 2000.
- CARDOSO, Fernando Henrique, «Dos governos militares a Prudente-Campos Salles, in *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1977.
- CARONE, Edgard, *A Primeira República (1889-1930)*, 2.ª edição, São Paulo, 1973.
- CARONE, Edgard, *A República Velha (evolução política)*, 2.ª edição, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1974.
- CARVALHO, José Murilo de, *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de, *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a república que não foi*, 3.ª edição, São Paulo, Editora Schwarcz Ltda, 1991.
- CASTRO, Celso, *A proclamação da República*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.
- CATROGA, Fernando, «O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911), in *Análise Social*, vol. XXIV, 1988.

- CATROGA, Fernando, «O livre-pensamento contra a Igreja. A evolução do anticlericalismo em Portugal (séculos XIX-XX)», in *Revista de História das Ideias*, vol. 22, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 2001.
- CATROGA, Fernando, *O Céu da Memória. Cemitério Romântico e culto Cívico dos Mortos*, Coimbra, Livraria Minerva Editora, 1999.
- CATROGA, Fernando, *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Editorial Notícias, 1991.
- COSTA, Emília Viotti da, *Da Monarquia à República*, 7.^a edição, São Paulo, Editora Unesp, 1998.
- CRUZ, Manuel Braga da, «Os católicos e a política nos finais do século XIX», in *Análise Social*, vol. XVI, números 61 e 62, 1980 (1.º e 2.º), 259-270.
- CRUZ, Manuel Braga da, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1980.
- CUNHA, Euclides da, *Os Sertões*, Lisboa, Edição «Livros do Brasil», 2000.
- Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, 2 volumes, Lisboa, Publicações Alfa, 1990.
- ESTEVES, João, *As origens do sufrágio português*, Lisboa, Bizâncio, 1998.
- FAUSTO, Boris (Dir.), «Tomo III. O Brasil republicano», in *História geral da civilização Brasileira*, 2.º volume, tomo III, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.
- FAUSTO, Boris, *Trabalho urbano e conflito social*, 3.^a edição, São Paulo, Difel, 1983.
- FERREIRA, Olavo Leonel, *História do Brasil*, São Paulo, Ática, 1983.
- História da República*, Lisboa, Editorial Século, s/d.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.), «II. O Brasil Monárquico. 5. Do Império à República», in *História geral da civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, «Memória sobre as causas do Ultimato inglês», in *Biblos*, vol. LXI, 1985, pp. 453-471.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, *A ideia republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, *A propaganda republicana, 1870-1910*, Coimbra, Coimbra Editora, 1990.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, *Da Monarquia à República*, Braga, Palimage Editores, 2001.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, «Uma interpretação do significado da Primeira República Portuguesa», in *Portugal-Brasil: uma visão interdisciplinar do século XX. Actas do Colóquio 2 a 5 de Abril de 2003* (Coord de Maria Manuela Tavares Ribeiro), Coimbra, Quarteto, 2003.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, «Liberalismo, democracia e socialismo na História contemporânea de Portugal», in *Portugal-Brasil no século XX - Sociedade, Cultura e Ideologia*, Edusc, 2003.
- IGLÉSIAS, Francisco, *Trajectória política do Brasil, 1500-1964*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- MARQUES, A. H. Oliveira (Coord.), «Portugal da Monarquia para a República», *Nova História de Portugal*, vol. XI, Lisboa, Editorial Presença, 1991.
- LEAL, Victor Nunes, *Coronelismo, enxada e voto*, (6.^a edição), Editora Alfa-Omega.
- MALTEZ, José Adelino, *Tradição e revolução. Uma biografia do Portugal político do século XIX ao XXI*, volume I (1820-1910), Lisboa, Tribuna da História, 2004.
- MARQUES, A. H. Oliveira (Dir.), *História da 1.^a República. As estruturas de base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, s.d..
- MARQUES, A. H. Oliveira, *Guia de História da 1.^a República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

- MARQUES, A. H. Oliveira, *História de Portugal*, vol. II, 2.^a ed., Lisboa, Palas Editores, 1976.
- MEDINA, João (Dir.), *História Contemporânea de Portugal*, «Monarquia Constitucional» (tomo I e II) e «Primeira República» (tomo I e II), Lisboa, Amigos do Livro, 1985.
- MEDINA, João (Dir.), *História de Portugal*, «A Monarquia Constitucional» (vol. XIII), «República» (vol. XIII), Lisboa, Ediclube, 1993.
- NETO, Vítor, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.
- NEVES, Margarida de Souza e Alda HEIZER, *A ordem e o progresso*, São Paulo, Atual Editora, 1991.
- OLIVEIRA, Padre Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1994.
- PERES, Damião (Dir.), *História de Portugal*, vol. VII, Porto-Barcelos, Portucalense, 1935.
- RAMOS, Rui, «A Segunda Fundação», *História de Portugal*, Dirigida por José Mattoso, volume VI, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- REGO, Raúl, *História da República*, 5 volumes, Lisboa, Círculo de Leitores, 1986.
- REIS, António (Coord.), *A República ontem e hoje*, Lisboa, Edições Colibri, 2002.
- REIS, António (Dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. II, Lisboa, Alfa, 1990.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (Coor.), *Portugal-Brasil. Uma visão interdisciplinar do século XX*, Quarteto, Coimbra, 2003.
- RODRIGUES, Simões (Dir.), *História Comparada. Portugal, Europa e o Mundo*, volume II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.
- RODRIGUES, Simões (Dir.), *História de Portugal em datas*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- ROSAS, Fernando, *Portugal século XX (1890-1976). Pensamento e acção política*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.
- SARAIVA, José Hermano (Coord.), *História de Portugal – 1640-Actualidade*, Lisboa, Publicações Alfa, 1983.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vols. X e XI, Lisboa, Verbo, 1988-90.
- SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1990.
- SILVA, Amaro Carvalho, *O Partido Nacionalista no contexto do nacionalismo católico (1901-1910)*, Lisboa, Edições Colibri, 1996.
- SILVA, Armando Malheiro da, *Sidónio e Sidonismo. História e Mito*, Dissertação de Doutoramento policopiada, Braga, Universidade do Minho, 1997.
- SILVA, Armando Malheiro da, «A República e o Reformismo democrático autoritário (1890-1926): uma proposta interpretativa», in *Portugal-Brasil: uma visão interdisciplinar do século XX. Actas do Colóquio 2 a 5 de Abril de 2003* (Coord de Maria Manuela Tavares Ribeiro), Coimbra, Quarteto, 2003.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, e António Costa PINTO (Coord.), *A Primeira República Portuguesa. Entre o autoritarismo e a democracia* Lisboa, Edições Colibri, 2000.
- TELO, António José, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980.
- VALENTE, Vasco Pulido, *A «República Velha» (1910-1917)*, Lisboa, Gradiva, 1997.
- VALENTE, Vasco Pulido, *O poder e o povo. A revolução de 1910*, 3.^a edição, Lisboa, Gradiva, 1999.
- VENTURA, António, *A Carbonária em Portugal, 1897-1910*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

Prof. Dr. Francisco J. C. Falcon

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

HISTORIOGRAFIA REPUBLICANA E HISTORIOGRAFIA DA REPÚBLICA

«... o momento presente leva a uma combinação entre história da historia e método, ou melhor, entre historiografia e epistemologia. O termo historiografia basta, a meu ver, para designar essa mescla» (Hartog)¹.

1. Historiografia

No trecho acima, Hartog sintetiza com precisão o sentido atual do termo «historiografia», acrescentando, ainda: «trata-se de uma abordagem atenta dos conceitos e contextos, das noções e dos meios, e sempre mais ciosa de suas articulações, preocupando-se com a cognição e a historicização mas vigilante frente às seduções dos reducionismos». Ao tentarmos empreender este breve estudo da historiografia da República, queremos evitar, se possível, aquelas abordagens tradicionais preocupadas em enumerar, segundo algum critério mais ou menos óbvio — cronológico, temático, autoria — os trabalhos de história relativos a determinado período ou acontecimento. Pensamos que o trabalho historiográfico enquanto história

¹ HARTOG, François, *O Século XIX e a História. O caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2003, p. 22.

da história, comprometido com as condições de produção e o embasamento epistemológico dos diferentes discursos históricos, tem sempre diante de si uma questão essencial quando se trata de abordar determinado período histórico: a diferença, para nós inevitável, entre os textos produzidos durante a própria época estudada e aqueles elaborados a posteriori. Tal diferenciação entre textos *contemporâneos* e textos posteriores à época em exame, constitui hoje em dia uma questão teórica essencial. Afinal, as narrativas e interpretações dos contemporâneos não constituem propriamente *histórias*, em sentido mais rigoroso, mas tão somente *crônicas*, em sentido lato. Histórias, enquanto *narrativas* de acontecimentos passados, são aquelas produzidas depois de encerrado o período em foco. Seria assim como estabelecer uma distinção entre aqueles escritos produzidos no calor da hora, engajados ostensivamente, quer política, quer ideologicamente, e os trabalhos posteriores, menos comprometidos ou interessados em assumir esta ou aquela posição, bem mais fiéis, portanto, à conhecida afirmação de que Minerva sempre alça vôo no crepúsculo, ao findar do dia. Uma distinção como esta que acabamos de propor colide não apenas com as maneiras habituais de empreender estudos historiográficos mas, também, com algumas das propostas teóricas ditas *pós modernas* acerca de conceitos como passado e presente, fontes documentais e evidências, relatos enquanto simples *crônicas* ou já estruturadas como narrativas. Todavia, esta não é propriamente a ocasião mais adequada à discussão de tais questões. Fiquemos, portanto, como hipótese central, com a diferença que supomos existir entre as obras *históricas* produzidas entre 1889 e 1930 e aquelas que são posteriores a este período.

2. A idéia de *república*

Não é de hoje que nos vemos diante da tendência a essencializar a idéia mesma de *república* atribuindo-lhe o caráter de entidade eterna e universal. Contra essa metafísica conceitual julgamos que o método mais adequado

é ainda a historização do conceito. Foi assim que procedemos em trabalho que produzimos acerca da «idéia de republica no século XVIII», a propósito do que poderia ser realmente o ideal «republicano» em Tiradentes². Adotamos como nosso ponto de partida a noção da não transparência de sentido, ou melhor dizendo, a idéia do pluralismo de sentidos quase sempre associados a uma determinada palavra em lugares e tempos históricos diferenciados. Assim, talvez seja possível pensar que os sentidos de *republica* podem variar e de fato variam conforme a época que se tenha em vista. Tal perspectiva já fora por nós explicitada quando redigimos um capítulo sobre *História das Idéias*, na coletânea intitulada *Domínios da História*³. Hoje em dia, por sinal, podemos observar a importância assumida por esta perspectiva dita *contextualista* através dos trabalhos de Skinner, Pocock, Dunn⁴ e, entre nós, nos textos de Bignotto e Furtado⁵, nos quais se discute a presença de um certo ideal republicano antigo, ou romano-renascentista, muito anterior à Revolução Francesa.

3. O caso brasileiro

No caso brasileiro, a história dita republicana compreende de fato as histórias das republicas que se sucederam entre nós a partir de 1889. Ideologicamente, é claro, a crença na permanência de algo assim como um certo *ideal republicano* que sobrevive às mais variadas contingências his-

² FALCON, Francisco J. C., «O Imaginário Republicano do Século XVIII e Tiradentes», in: Tiradentes Hoje. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1994, pp. 101-138.

³ Idem, História das Idéias, in: Cardoso, Ciro F. S. e Vainfas, Ronaldo, (Orgs.) – Domínios da História. Rio de Janeiro, Campus, 1997, pp. 91-125.

⁴ SKINNER, Quentin, Liberdade antes do liberalismo. S. Paulo, UNESP/CAMBRIDGE, 1999, tradução de Raul Fiker. Pocock, J.G.A., Linguagens do Ideário Político. S. Paulo, EDUSP, 2003. Tradução de Fabio Fernandez. Dunn, John, Western Political Theory in the Face of the Future. Cambridge, University Press, 1993, Canto Edition.

⁵ BIGNOTTO, Newton, Pensar a República. Belo Horizonte, UFMG, 2000; FURTADO, João Pinto, O Manto de Penélope. História, Mito e Memória da Inconfidência Mineira de 1788-1789; PAGDEN, Anthony (Ed) – The Languages of Political Theory in Early-Modern Europe. Cambridge, University Press, 1990.

tóricas é sempre possível. Para o historiador, no entanto, fica um tanto complicado deixar de lado as diferenças reais entre épocas caracterizadas pela existência de formas ditas *republicanas* mas muito diferentes entre si, como, aliás, tem sido reconhecido pelos historiadores nas últimas décadas. Na prática historiadora a tendência que se tornou aos poucos dominante foi a de estudar as varias republicas como realidades distintas, com características próprias, sem se perder de vista entretanto as relações entre elas. Apenas no caso de uma historiografia mais antiga, produzida entre os anos de 30 e 50, aproximadamente, encontramos autores empenhados em produzir algo assim como histórias gerais da Republica a qual, na verdade, se identificava praticamente com a chamada *Republica Velha*, podendo ou não abranger também o período posterior a 1930. Tais vêm a ser os casos, por exemplo, das obras de J. M. Bello, L. Basbaum, P. Calmon, J. C. Costa, entre outros. Aos poucos, no entanto, os diversos períodos ditos *republicanos* foram se constituindo enquanto objetos históricos distintos, com características específicas, tal como se observa, apenas para exemplificar, nos trabalhos produzidos por E. Carone e B. Fausto. Aos poucos, também, o próprio desenvolvimento teórico-metodológico da historiografia contemporânea levou a uma espécie de *fragmentação* temática, traduzida em trabalhos e estudos dedicados a aspectos históricos específicos em função de recortes ditados pelas especializações dos próprios historiadores.

Julgamos necessárias as explicações acima apresentadas, pois, constituem a justificativa necessária à nossa decisão de circunscrever este estudo ao período situado entre 1889 e 1930, ou seja, à época da Primeira República, ou *República Velha* — notando-se neste caso que estas denominações foram produzidas *a posteriori*, pois, em sua própria época, ela era apenas a Republica, adjetivada ou não, é claro, porém segundo perspectivas contemporâneas, ainda não temporalizadas. Para o efeito desta visão algo sumária que aqui vamos apresentar, nosso trabalho deverá compreender duas partes principais: A – os textos produzidos entre 1889 e 1930; B – os textos posteriores à Revolução de 1930.

A – Os textos *contemporâneos* distribuem-se ao longo de três períodos ou *momentos* sucessivos, os quais, no entanto, não devem ser vistos como totalmente separados entre si: 1.º – O período inicial da República, logo após a proclamação do novo regime e a promulgação da Constituição de 1891. Defrontam-se então, durante alguns anos, republicanos e monarquistas, moderados ou radicais. 2.º – O período das reivindicações reformistas expressas sobretudo na campanha *civilista*, em nome dos princípios e ideais da Constituição federalista republicana; 3.º – O período posterior à Primeira Guerra Mundial, a década de 1920, marcado por diversas crises, sobretudo aquela associada ao movimento *tenentista*, e que irá desaguar no movimento revolucionário de 1930⁶.

1.º período – de 1899 ao final do século XIX

Abrange obras nas quais o tema principal é a explicação/interpretação para o fim do Império e o advento da República, através de versões produzidas pelos contemporâneos. Trava-se uma verdadeira batalha entre uma documentação contraditória e os argumentos invocados pelos autores a respeito dos acontecimentos históricos. À visão dos republicanos⁷ contrapõe-se a dos monarquistas⁸. Mais eclético, Max Leclerc, viajante francês, testemunha da proclamação da República, registrou no livro *Cartas do Brasil*⁹, uma síntese das versões então mais aceitas sobre a queda da monarquia e a instauração do regime republicano.

⁶ COSTA, Emilia Viotti da, «Sobre as origens da República», in: Idem, *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. S. Paulo, Grijalbo, 1977, pp. 243-290.

⁷ SUETÔNIO, *O Antigo Regime, Homens e Coisas*. Rio de Janeiro, 1896, *apud* Costa, Emilia Viotti, *op. cit.* p. 245; Eduardo Prado, *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*, S. Paulo, 1902; Visconde de Ouro Preto, *Advento da Ditadura Militar no Brasil*, Paris, 1889; Visconde de Taunay, *Império e República*, S. Paulo, 1933; todos citados em Costa, Emilia Viotti da, *op. cit.*, pp. 246-248.

⁸ Segundo Viotti da Costa, houve numerosos historiadores que se filiaram à tendência monarquista, ora por serem conscientemente monarquistas, ora por se fiarem em documentos testemunhais sem submetê-los à devida crítica, podendo-se citar como exemplos: Rocha Pombo, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, ou, em período bem mais recente, João Camilo de Oliveira Torres. *cf. op. cit.*, p. 250.

⁹ LECLERC, Max, *Cartas do Brasil*, tradução, prefácio e notas de Sergio Milliet, S. Paulo, Cia. Editora Nacional, 1942.

Os conflitos que marcaram os primeiros anos da República¹⁰, sobretudo o chamado *florianismo*, bem como as questões políticas e econômico-financeiras que conduziram, nos anos 90, à hegemonia das oligarquias cafeeicultoras, culminando, sob Campos Sales, na imposição da «política dos governadores», tiveram sua síntese na obra de Sertório de Castro¹¹. Americanismo e anti-americanismo, protecionismo e liberalismo econômico, foram alguns dos muitos temas então debatidos, em obras profundamente engajadas¹², devendo aí mencionar-se um livro, de 1906, publicado por Coelho Rodrigues¹³ onde o autor associa as motivações ideológicas das lideranças políticas aos interesses dos fazendeiros como razão de ser do movimento republicano.

2.º período - As duas primeiras décadas do século XX

São típicos desta época os debates entre os partidários das perspectivas *civilistas* e os das posições *militaristas*¹⁴. Embora não fosse propriamente uma novidade, pois a tensão entre civis e militares era anterior à República, a disputa que se estabeleceu então em torno dos argumentos civilistas e militaristas teve ainda como complicador as tomadas de posição monarquistas em termos de franca hostilidade aos militares, do ponto de vista das interpretações acerca do papel destes em 1889. Um dos efeitos mais importantes desse conflito de perspectivas foi o de contaminar por muito tempo as interpretações dos historiadores acerca do período final do Império e dos começos da República. Trata-se de um período extremamente rico em termos do debate de idéias entre filósofos, literatos e cientistas sociais, muitos deles citados, ainda hoje, como expoentes do pensamento

¹⁰ Cf. Viotti da Costa, Emilia, *op. cit.*, p. 251-254.

¹¹ Sertório de Castro, *A República que a Revolução destruiu*. Rio de Janeiro, Oficinas Mundo Médico, 1932.

¹² Eduardo Prado, *A ilusão americana*. S. Paulo, Brasiliense, 1958, 3.ª ed.; cf. Luz, Nícia Vilela, *A luta pela industrialização do Brasil*. S. Paulo, DIFEL, 1959.

¹³ Coelho Rodrigues, *A República na América do Sul*. Eiseleden, 1906.

¹⁴ Cf. Viotti da Costa, Emilia, *op. cit.*, pp. 255-259.

político e social brasileiro. Foram eles, na realidade, grandes ensaístas preocupados com questões tidas então como fundamentais acerca do povo e das instituições brasileiras. Embora não fossem propriamente historiadores, esses intelectuais produziram estudos e crônicas muito importantes para o conhecimento do clima cultural e mental da época, como é o caso, por exemplo, de Lima Barreto e Tobias Monteiro¹⁵ assim como também Euclides da Cunha¹⁶. Tampouco é possível deixarmos de mencionar a importância dos textos de Rui Barbosa¹⁷, Silvio Romero¹⁸ e Manoel Bomfim¹⁹. Apesar de muito diferentes entre si, esses pensadores procuravam responder ou explicar de maneira adequada a questões há muito formuladas pela intelectualidade, acerca do país, do povo e das instituições políticas e sociais vigentes. Da crítica aos *males do presente* passaram alguns à crítica das origens e, a seguir, às propostas supostamente adequadas para reformar o país. Afirmou-se então uma corrente de pensamento autoritário, representada por Alberto Torres e principalmente por Oliveira Vianna²⁰, destinada a uma longa permanência na história brasileira²¹. A campanha eleitoral de 1910, na qual o candidato civilista, Rui Barbosa, concorreu contra o candidato militarista, Marechal Hermes da Fonseca, acirrou ainda mais os ânimos entre opositores e defensores da presença dos militares na política; às

¹⁵ Lima Barreto, Afonso Henriques de, Numa e a Ninfa. Rio de Janeiro, Gráfica Editores, 1950; Tobias Monteiro, Pesquisas e Depoimentos para a História. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1913.

¹⁶ Euclides da Cunha, À Margem da História. S. Paulo, Cultrix /INL, 1975. Cf. a III Parte – Esboço de História Política, pp. 155-218.

¹⁷ Rui Barbosa, República: Teoria e Prática. Petrópolis, Vozes /Brasília, Câmara dos Deputados, 1978.

¹⁸ Silvio Romero, Realidades e Ilusões no Brasil. Parlamentarismo e Presidencialismo e outros Ensaio. Petrópolis, Vozes / Rio de Janeiro, Edit. Tropicália, 1978.

¹⁹ Manoel Bomfim, O Brasil na América. Caracterização da Formação Brasileira. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, 2.^a ed. (1.^a Ed.1929); Sussekind, Flora e Ventura, Roberto, História e Dependência. Cultura e Sociedade em Manoel Bomfim. S. Paulo, Editora Moderna, 1984.

²⁰ Alberto Torres, O Problema Nacional Brasileiro. S.Paulo, Editora Nacional/INL , 1978, 3.^a ed. (1.^a Ed. 1914); Idem A Organização Nacional. S. Paulo, Editora Nacional , 1978, 3.^a ed. (1.^a Ed, 1914); Marson, Adalberto, A Ideologia Nacionalista em Alberto Torres. S. Paulo, Duas Cidades, 1979. Oliveira Vianna, Problemas de Política Objetiva. Rio de Janeiro, Record, 1974, 3.^a ed. (1.^a Ed. 1930); Vieira, Evaldo Amaro, Oliveira Vianna & o Estado Corporativo. S. Paulo, Grijalbo, 1976.

²¹ RODRIGUES, José Honório, História da História do Brasil, Vol. II, Tomo 2 – A Metafísica do Latifúndio: O Ultra-reacionário Oliveira Viana. S. Paulo, Cia. Editora Nacional, 1988.

críticas de Eduardo Prado, Tobias Monteiro e Lima Barreto, antes mencionados, veio juntar-se, já nos anos 20, José de Souza Soares, em 1925²².

3.º período – corresponde à década de 1920

Grandes mudanças econômicas e sociais tiveram lugar após a Primeira Guerra Mundial. Os levantes militares, o de 1922 no Rio de Janeiro, e o de 1924, em S. Paulo, trouxeram à tona os projetos do movimento *tenentista* e fizeram, ao mesmo tempo, ganhar novo alento a oposição entre civilistas e militaristas. Descontentamentos com as práticas políticas vigentes, inquietação social, traduziam-se em demandas reformistas nas quais conflitavam propostas mais ou menos radicais e reinterpretações históricas tendentes a buscar no passado republicano as origens das mazelas atuais. Os admiradores do Império, por sua vez, empenhavam-se em exaltar o parlamentarismo e a tradição monárquica como sinônimas daquela ordem e progresso que a República parecia ter circunscrito apenas à bandeira nacional. Expressão destas idéias é o livro de Oliveira Vianna, «O Ocaso do Império»²³. Boa parte dos argumentos interpretativos expostos por Oliveira Vianna — sempre de admiração em relação ao Império e de críticas ao regime republicano, sobretudo aos militares — reapareceu, logo depois, nos livros de José Maria dos Santos e Pandiá Calógeras²⁴.

Nem todos, no entanto, aceitaram acriticamente o esquema explicativo incorporado pela história oficial²⁵, podendo-se mencionar neste caso as posições assumidas por Vicente Licínio Cardoso²⁶ e Manuel Bomfim²⁷.

²² José de Souza Soares, *O militarismo na República*. S. Paulo, Ed. Monteiro Lobato, 1925.

²³ Oliveira Vianna, *O Ocaso do Império*. S. Paulo, Melhoramentos, 2.ª ed. (1.ª ed. 1925).

²⁴ José Maria dos Santos, *Política Geral do Brasil*. S. Paulo, J. Magalhães, 1930; Pandiá Calógeras, *Formação Histórica do Brasil*. S. Paulo, Cia. Editora Nacional, s/d.

²⁵ Cf. Viotti da Costa, Emilia, *op. cit.*, p. 267, nota 51.

²⁶ Vicente Licínio Cardoso, *À margem da História do Brasil (Livro Postumo)* 2.ª ed., S. Paulo, Cia, Ed. Nac., 1938 (1.ª ed., 1933).

²⁷ Manoel Bomfim, *op. cit.*, e *Brasil Nação. Realidade e Soberania Brasileira*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1931.

A importância de Licínio Cardoso é tanto maior na medida em que ela traz ao debate historiográfico a questão da presença e da importância do positivismo, cuja influência era então relativamente ampla, abrangendo, entre outros Euclides da Cunha e João Ribeiro, além, é claro, do próprio Licínio Cardoso²⁸, cujas idéias sobre a participação dos militares em 1889 rompem com as interpretações derivadas da visão de Oliveira Vianna. Iglesias, no livro sobre *Historiadores do Brasil*²⁹, analisou alguns dos mais importantes textos de valor histórico, publicados no período republicano. A importância das análises de Francisco Iglesias consiste exatamente na discussão do estatuto de historiador atribuído por uma certa tradição aos grandes intelectuais daquela época, sem que se possa saber ao certo quais eram os historiadores propriamente ditos. Capistrano de Abreu, o maior historiador vivo então, praticamente nada escreveu sobre a República. Eduardo Prado, segundo Iglesias, não passou de uma promessa que não nos deixou a esperada obra e seu livro mais conhecido, *A ilusão americana*, publicado em 1894, é um ensaio virulento contra os Estados Unidos e suas relações com a América Latina³⁰. Totalmente diverso é o caso de Oliveira Lima, autor de uma obra histórica respeitável, embora mais voltado para o estudo do período colonial e o processo da Independência de 1822, tendo ficado famoso sobretudo em função do livro *D. João VI no Brasil*, editado em 1908. Segundo Iglesias, Oliveira Lima representa, na historiografia brasileira, a superação da crônica e do *eruditismo*, sendo sua posição conservadora e monarquista³¹.

«Caso mais perturbador para quem se aventura a trabalho do gênero aqui tentado», escreve Iglesias, é o de «autores que marcaram o pensamen-

²⁸ Cf. Viotti da Costa, Emilia, *op. cit.*, pp. 268-269; A. Carneiro Leão, À margem da história da República. Ideais, Crenças e Afirmações. Inquérito por escritores da geração nascida com a República, Rio de Janeiro, 1924.

²⁹ IGLESIAS, Francisco, *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Belo-Horizonte, UFMG, 2000.

³⁰ *Idem*, *op. cit.*, pp 131-135.

³¹ Sobre a obra de Oliveira Lima, cf. Iglesias, F., *op. cit.*, pp. 135-142.

to brasileiro em diferentes campos, só episodicamente tratando de história». Entre eles, lembrem-se nomes como os de Silvio Romero, José Veríssimo, Euclides da Cunha, Ronald de Carvalho, João Ribeiro³². A estes autores Iglesias acrescenta uma boa análise dos livros de Manoel Bomfim e das obras, respectivamente, de João Pandiá Calógeras e de Tobias Monteiro³³.

4. A construção de uma historiografia – textos posteriores a 1930

4.1. Denominados de *intérpretes do Brasil*, os historiadores Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Junior³⁴, não se detiveram muito em analisar a República especificamente. A análise dos fundamentos, a busca do sentido da *formação do Brasil* perpassam os trabalhos desses três cientistas sociais, tão diferentes entre si mas ao mesmo tempo tão próximos, como bem assinalou Antônio Cândido, em face do objetivo comum de produzir uma reinterpretação do Brasil.

Na verdade, as primeiras tentativas de síntese da história republicana vieram de horizontes teóricos bastante diversos: da historiografia *positivista*, nos livros de José Maria Bello e Pedro Calmon, e da historiografia marxista, nos textos de Leôncio Basbaum e Nelson Werneck Sodré.

A *História da República*, de José Maria Bello, foi editada em 1940, no Rio de Janeiro, pretendendo ser apenas o 1.º dos três volumes que o autor pensava dedicar ao assunto; todavia, a partir da 3.ª edição, passou a abranger o período de 1889 a 1954, com o subtítulo *síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira*. Na realidade, porém, de seus vinte e cinco capítulos cerca de vinte e dois são dedicados à Primeira República. O autor, já na primeira edição expressa o seu temor em «escrever a história de um

³² IGLESIAS, Francisco, *op. cit.* p. 143.

³³ IGLESIAS, Francisco, *op. cit.*, pp. 149-158, 159-162, e 162-168, respectivamente.

³⁴ Dossiê Intérpretes do Brasil – Anos 30, in: Revista USP/Coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de S. Paulo, n.º 38, junho/julho/agosto 1998, pp. 10-92.

regime que mal completa meio século de existência». Ser sincero, objetivo e benevolente no julgamento dos homens constitui o principal compromisso do historiador. Suas referências internacionais são D. L. Dumond, Jacques Bainville, Benedetto Croce, e H. I. Marrou. No Prefácio à 3.^a edição, talvez o melhor dentre aqueles que escreveu, José Maria Bello defende-se de seus críticos e tenta justificar-se em face da crítica de Barbosa Lima Sobrinho — a ausência dos movimentos das massas. Crítica esta bastante pertinente, pois, embora declare não ignorar a importância dos fatos econômicos, sua história é uma narrativa eminentemente política na qual o realce maior cabe a Floriano Peixoto, vindo a seguir, em seqüência, os quadriênios presidenciais. Seja como for, no entanto, trata-se de um texto que durante muito tempo foi talvez a única obra de conjunto sobre a história factual do primeiro período republicano³⁵.

A História Social do Brasil. Volume 3 – A Época Republicana, de Pedro Calmon. Editada em 1939, esta obra faz parte da *História Social do Brasil*. Os pressupostos que norteiam o historiador são tipicamente positivistas, embora se faça presente ao longo do texto uma certa subjetividade dramática através da qual Calmon tenta, aqui e ali, introduzir a sua própria visão de alguns fatos. Tratava-se, segundo ele, de «apreciar agora, numa síntese compreensiva e larga, a movimentação, as forças próprias, o sentido desse regime, e como o país o entendeu». Sem detalhes, sem regionalismo, haveria apenas *o interesse informativo e realista de uma reportagem com a tolerante serenidade das narrações*³⁶. Mais interpretativo que a história escrita por J. M. Bello, este livro, bem mais sintético, inclui aspectos interessantes de história social e econômica, ainda que de maneira superficial. Sua bibliografia, na parte brasileira, é mais rica e atualizada do que a de seu contemporâneo.

³⁵ BELLO, José Maria, *História da República*. S. Paulo, Cia. Editora Nacional, 1959, 4.^a ed. (1.^a edição, 1940).

³⁶ CALMON, Pedro, *História Social do Brasil. Volume 3 – A Época Republicana*. S. Paulo, Martins Fontes, 2002, 2.^a ed. (1.^a edição, 1939).

Caio Prado Junior, em *Evolução Política do Brasil*, livro publicado em 1933, embora não tivesse em mira fazer um estudo aprofundado da República, deu início às interpretações de cunho marxista na historiografia brasileira. Evitando tratar apenas das elites, as oligarquias cafeicultoras no caso da República, Caio Prado chamou atenção para as forças econômicas e a atuação de novas camadas sociais³⁷. Pouco tempo mais tarde, em 1939, Nelson Werneck Sodré publicou *Panorama do Segundo Império*, onde analisa a queda da Monarquia em termos da emergência de novas forças sociais e transformações na estrutura social e econômica; em 1944, *Formação da Sociedade Brasileira* aprofunda as linhas explicativas presentes naquela obra e acentua a perspectiva teórica marxista que iria, a partir de então, identificar cada vez mais a sua produção historiográfica³⁸.

Em 1958, Leôncio Basbaum publicou na sua *História Sincera da República, de 1889 a 1930*, o segundo volume de uma obra, cujo primeiro volume fora publicado em 1957, compreendendo o período *Das origens a 1889*. Seu método é o materialismo histórico, ou seja, «a interpretação materialista dialética da História, que nos foi legada, há cem anos, por Marx e Engels». Assim, são desprezados, segundo o autor, alguns fatos históricos menos importantes, dando-se particular relevo ao povo, «considerado como fator máximo e ao mesmo tempo o objetivo último da História». A infraestrutura do país, isto é, a economia, assim como a luta de classes, constituem os objetos estudados nos diversos capítulos, com destaque para a questão do imperialismo — o inglês e o americano³⁹. Pode-se, certamente, criticar bastante o tipo de visão marxista do autor, de fato um tanto mecânica e marcada por um empirismo acentuado, além de simplificações excessivas no plano da história das idéias. É interessante observar que Basbaum re-

³⁷ Prado Junior, Caio, *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. S. Paulo, Brasiliense, 1957, 2.^a edição (1.^a edição, 1933); Iglésias, Francisco (Org.) Caio Prado Junior. S. Paulo, Ática, 1982.

³⁸ SODRÉ, Nelson Werneck, *Panorama do Segundo Império*. S. Paulo, Cia. Editora Nacional, 1939; Idem, *Formação da Sociedade Brasileira*, Cia. Edit. Nacional, 1944.

³⁹ BASBAUM, Leôncio, *História Sincera da República, de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro, Livraria S. José, 1957, Vol. II.

futa a importância atribuída por alguns historiadores ao papel político e ideológico do Partido Republicano, pois, segundo ele não havia uma tradição republicana no Brasil, sendo a afirmação em contrário mais um dos falsos mitos da história⁴⁰.

Neste primeiro grupo de historiadores do primeiro período republicano reunimos alguns autores que, apesar de muito diferentes entre si, representam ainda uma época na qual a escrita da história era praticada por intelectuais sem formação específica de historiadores, isto é, por autodidatas, o que caracteriza um certo tipo de *historiador*, embora isto não signifique, evidentemente, um prejulgamento da qualidade histórica dos livros que escreveram.

4.2. Novas sínteses

Dentre aqueles historiadores que podemos chamar de *contemporâneos*, e cujos trabalhos buscaram produzir sínteses mais ou menos amplas do período republicano, podemos mencionar aqui os nomes e obras de Cruz Costa, Carone, Boris Fausto e Lincoln Penna, aos quais se poderia acrescentar, só para exemplificar, os autores de livros bastante resumidos sobre a República tais como Hamilton Monteiro e Joaquim Felizardo. Ao contrário dos historiadores mencionados no bloco anterior, basicamente autodidatas, os que agora vamos abordar correspondem já a uma nova etapa na construção da identidade do historiador entre nós, pois, eles têm em comum a formação acadêmica no âmbito das faculdades de filosofia criadas na década de 30, sendo bacharéis e/ou licenciados em História, na maior parte, ou em campos das ciências sociais ou das ciências humanas, em alguns outros casos⁴¹.

⁴⁰ Cf. Viotti da Costa, Emilia, *op. cit.*, pp. 284-285.

⁴¹ IGLESIAS, Francisco, *op. cit.*, p. 142 e segs.; Falcon, Francisco Calazans, «A Identidade do Historiador», in: Estudos Históricos, vol. 9, número 17, Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 25 e segs.

Cruz Costa publicou, em 1968, uma *Pequena História da República*, em cujo Prefácio reconhece o *impressionismo* de sua própria narrativa, e considera seu trabalho um depoimento capaz de servir aos futuros historiadores. Uma boa parte do texto narra e também tenta explicar os primeiros anos da nova República, até o fim do período florianista, enquanto todo o tempo que daí transcorre até 1930 é apresentado no capítulo IV – A Ordem Civil. O historiador cita com maior frequência as obras de José Maria Bello e Nelson Werneck Sodré, cuja visão do processo histórico tende a partilhar. Trata-se a bem dizer de uma síntese inteligente mas ainda um tanto comprometida com a narrativa factual, onde se destaca a abordagem sobre a história das idéias, um campo já bastante familiar ao autor⁴².

Edgard Carone foi sem dúvida alguma o historiador mais seriamente dedicado às pesquisas documentais e ao estudo da República Velha como um todo. Publicou, em 1969 um volume intitulado *A Primeira República (1889-1930) – Texto e Contexto*. Ao selecionar e organizar os textos e documentos que constituem o livro, Carone dividiu-os em quatro grandes tópicos: os sistemas políticos, a economia, as classes sociais, e as forças armadas, com um interessante epílogo intitulado *O Grande ausente: o povo*. A perspectiva teórica do autor, o materialismo histórico, se faz presente nas próprias escolhas documentais, na disposição temática e na atenção dispensada ao operariado, em contraposição à *classe agrária* e à burguesia⁴³. No intuito de aprofundar questões fundamentais abordadas no volume anterior, Carone, em 1970, publica *A República Velha (Instituições e classes Sociais)*, onde analisa as formas institucionais e as classes sociais. O livro reúne e sistematiza um significativo elenco de fontes documentais, o que lhe confere talvez, à primeira vista, uma certa feição *empírica*, embora, na verdade, o material empírico esteja organizado, em última análise, do ponto de vista teórico, segundo uma perspectiva marxista bastante ampla que

⁴² CRUZ COSTA, J. – *Pequena História da República*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

⁴³ CARONE, Edgard, *A Primeira República*. S. Paulo, DIFEL, 1969.

perpassa toda a exposição e lhe confere o sentido explicativo. O mesmo autor publicou, em 1971, o 2.º volume sobre a *A República Velha (Evolução Política)* que complementa o volume anterior. Segundo Carone, seu texto oscila entre dois métodos igualmente válidos: a análise interpretativa e a análise descritiva dos fenômenos *que também é interpretação*. Neste segundo volume permanecem as características teórico-metodológicas já apontadas em relação ao primeiro. Vale notar, agora, da página 431 à 483, uma bibliografia extremamente rica, principalmente em termos de textos contemporâneos — documentos e *crônicas*⁴⁴.

Sob a direção do historiador Boris Fausto, foram publicados, em 1971, dois volumes do Tomo III da História Geral da Civilização Brasileira, o 8.º e o 9.º, sendo o 1.º sobre a «Estrutura de Poder e Economia» e o 2.º sobre «Sociedade e Instituições», abrangendo ambos o período de 1889 a 1930. Trata-se de um trabalho coletivo onde colaboram alguns dos mais eminentes especialistas nas diferentes temáticas nas quais foi dividido o estudo do Brasil Republicano⁴⁵. No vol. 8, por exemplo, há um capítulo sobre *O Poder dos Estados. Análise Regional*, o qual, muito significativamente foi escrito por J. Love, J. Wirth e Roberto Levine, isto é, três *brasilianistas* bastante representativos de uma tendência historiográfica típica dos anos 70 entre nós. Noutro capítulo, Maria Isaura Pereira de Queiroz apresenta *O coronelismo numa interpretação sociológica*. Assim, nos demais capítulos, historiadores como Boris Fausto, Warren Dean, e cientistas sociais como Francisco de Oliveira e Paul Singer estudam temas de política e economia. Também no vol. 9, apenas para exemplificar, destacam-se capítulos como *A crise dos anos vinte e a revolução de 1930*, de autoria de Boris Fausto; *A formação de um pensamento político autoritário na primeira república. Uma interpretação*, capítulo escrito por Bolívar Lamounier; e *As forças*

⁴⁴ *Idem*. A República Velha (Instituições e Classes Sociais). S. Paulo, DIFEL, 1970; *Idem*, A República Velha (Evolução Política). S. Paulo, DIFEL, 1971.

⁴⁵ FAUSTO, Boris (Dir.), O Brasil Republicano – 1. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). Vol. 8, Parte III, da História Geral da Civilização Brasileira. S. Paulo, DIFEL, 1977, 2.ª edição; *Idem*. O Brasil Republicano – 2. Sociedade e Instituições (1889-1930). Vol. 9, Parte III, da História Geral da Civilização Brasileira. S. Paulo, DIFEL, 1977.

armadas na primeira republica: o poder desestabilizador, elaborado por José Murilo de Carvalho. Trata-se aqui apenas de alguns exemplos, pois, na verdade, nesses dois volumes se encontram diversos outros capítulos igualmente brilhantes.

A História Geral da Civilização brasileira assinala muito bem, de um ponto de vista historiográfico, os começos da tendência que se tornou dominante a partir dos anos 70 — a fragmentação temática e teórico-metodológica. Já não encontraremos mais, a partir daí, salvo algumas exceções muito pontuais, grandes estudos de um único historiador acerca do período republicano como um todo. Por outro lado, cada colaborador produz seu texto de acordo com as suas opções teóricas e seus pressupostos metodológicos, embora só muito raramente se dê ao trabalho de explicitá-los, cabendo assim ao leitor, de um modo geral, tentar perceber tais opções e pressupostos caso esteja interessado.

Em 1980, Lincoln de Abreu Penna, publicou «Uma História da República», cujo subtítulo, significativamente, era: *Um século de República descrito num texto claro e objetivo*. O autor reconhece as dificuldades inerentes ao seu projeto, daí haver optado por uma exposição narrativa, cronológica, em respeito ao leitor menos familiarizado com os fatos. Alguns elementos interpretativos e um certo desafio à reflexão completam, segundo o historiador, o seu trabalho. Seu objetivo principal é o de *sistematizar a história da República brasileira, procurando ressaltar a participação do povo neste processo, sobretudo dos grupos sociais organizados da sociedade*⁴⁶. Enfim, trata-se de uma tentativa de síntese dirigida ao leitor não especializado. Em plena época de obras coletivas, esta aqui se apresenta como uma espécie de manual acessível ao universo não acadêmico. Como curiosidade, observe-se o fato de que o seu *Capítulo I – As origens da República no Brasil*. A idéia de República nas revoltas constitui um exemplo perfeito daquilo que criticamos logo ao início deste texto a respeito da tendência a conferir à idéia de República uma antiguidade absolutamente a-histórica.

⁴⁶ PENNA, Lincoln de Abreu, *Uma História da República*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.

A tendência registrada no livro de Lincoln Penna — a elaboração de resumos bastante sucintos sobre o período republicano, materializou-se em livros como os de Joaquim J. Felizardo — História Nova da Republica Velha — do Manifesto de 1870 à Revolução de 1930, publicado em 1980⁴⁷, e de Hamilton M. Monteiro — Brasil Republica, de 1986⁴⁸.

Entretanto, estas iniciativas individuais constituíram apenas exceções à tendência já então dominante voltada para a produção ou de obras coletivas, ou de estudos monográficos cada vez mais circunscritos à pesquisa e interpretação de temas específicos.

4.3. Obras coletivas recentes

Somente para exemplificar, tomamos aqui duas dessas obras coletivas mais recentes: *A República no Brasil*, organizada por Ângela de Castro Gomes, Dulce Chaves Pandolfi, e Verena Alberti, no âmbito do CPDOC, da FGV⁴⁹, cuja publicação teve lugar em 2002; *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente, da Proclamação da República à Revolução de 1930*, obra organizada por Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado, publicada em 2003.⁵⁰ Enquanto a primeira constitui uma produção típica dos principais pesquisadores/historiadores do CPDOC, a segunda reúne um leque bastante amplo de colaboradores pertencentes a diversas universidades e centros de pesquisa.

A República no Brasil compreende as diversas *republicas* que se sucederam desde 1889 aos dias atuais. Sua principal originalidade consiste na

⁴⁷ FELIZARDO, Joaquim J., História Nova da Republica Velha. Do Manifesto de 1870 à Revolução de 1930. Petrópolis, Vozes, 1980.

⁴⁸ MONTEIRO, Hamilton M., Brasil República. S. Paulo, Ática, 1986.

⁴⁹ GOMES, Ângela de Castro, Pandolfi, Dulce Chaves e Alberti, Verena (Orgs.). A República no Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira /CPDOC, 2002.

⁵⁰ FERREIRA, Jorge e Delgado, Lucilia de Almeida Neves, (Orgs.) O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

inclusão tanto de estudos tradicionais, como também de outros dos mais interessantes a respeito de temas ou questões raramente tratados em boa parte da historiografia republicana. Assim, dentre os primeiros, podemos mencionar: *As bases republicanas dos Estados Unidos do Brasil*, por Américo Freire e Celso Castro; *Voto e participação política nas diversas repúblicas do Brasil*, por Dulce C. Pandolfi; *Através do Brasil: o território e seu povo*, por Ângela de Castro Gomes. Quanto aos segundos, vale aqui citar: *O século do moderno: modos de vida e consumo na República*, por Verena Alberti; *A escola republicana: entre luzes e sombras*, por Ângela de Castro Gomes. Observe-se que o livro se destina a um público amplo e diversificado, pretendendo assim contar a história do período republicano de forma simples e motivadora. Enfim, tal como é comum hoje em dia entre os historiadores, a estrutura do livro não segue uma ordem cronológica, estando os capítulos organizados por temas.

O Brasil Republicano é uma coletânea de textos bastante diversos, não só do ponto de vista dos temas por eles abordados, como também da perspectiva teórico-metodológica de seus respectivos autores, em função de suas formações intelectuais diferenciadas. Segundo seus organizadores, o fio condutor dos quatro volumes que constituem o conjunto da obra é constituído por um dilema e um desafio que atravessam os diversos períodos republicanos — a construção e consolidação da cidadania e da democracia. Convém ainda observarmos que a ordenação temática segue em linhas gerais a cronologia dos acontecimentos, salvo algumas poucas exceções. Vale a pena aqui citar, sem desmerecer os demais, os textos de: Margarida Neves – *Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX*; Maria Efigênia Lage de Resende – *O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico*; Jaime Benchimol – *Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro*; Isabel Lustosa – *O texto e o traço: a imagem de nossos primeiros presidentes através do humor e da caricatura*; Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto – *A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930*.

4.4. Apenas alguns exemplos de obras voltadas para temas específicos no âmbito da história da Primeira República

407

Não nos seria possível aqui mencionar as inúmeras obras que, nestas duas ou três últimas décadas, materializaram de certa maneira a tendência historiadora no sentido de estudar temas ou aspectos muito específicos da realidade histórica republicana. Citaremos, a seguir, somente alguns poucos exemplos dessa produção, escolhidos quase ao acaso, visando unicamente dar ao leitor uma primeira idéia desse universo historiográfico que cresce a olhos vistos. Temos então: Telaarolli, Rodolpho, *Poder local na Republica Velha*. S. Paulo, Cia. Editora Nacional, 1977; Leal, Victor Nunes, *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro, Forense, 1949; Dean, Warren, *A industrialização de S. Paulo*. S. Paulo, DIFEL/EDUSP, 1971; Schwartzman, Simon, *S. Paulo e o Estado Nacional*. S. Paulo, DIFEL, 1975; Pang, Eul-Soo, *Coronelismo e Oligarquias - 1889-1943. A Bahia na Primeira Republica Brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1979; Love, Joseph, *A Locomotiva. S. Paulo na Federação Brasileira, 1889-1937*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982; Wirth, John D., *O Fiel da Balança. Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982; Levine, Robert, M. *A Velha Usina. Pernambuco na Federação Brasileira, 1889,1937*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980; Love, Joseph L., *O Regionalismo Gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. S. Paulo, Perspectiva, 1975; Lessa, Renato, *A Invenção Republicana. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira Republica Brasileira*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1999; Ferreira, Marieta de Moraes, *Em busca da idade de ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira Republica (1889-1930)*. Rio de Janeiro, Edit. UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994; Andrade, Manuel Correia de, *Gilberto Freyre e os grandes desafios do século XX*. Petrópolis, Vozes, 2002; Sevcenko, Nicolau, *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira Republica*. S. Paulo, Brasiliense, 1983; Cury, Carlos Roberto J., *Cidadania Republicana e Educação. Governo provisório do Marechal Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891*. Rio de Janeiro, DP & A, 2001; Paim, Antonio (Org.), *Plataforma Política do*

Positivismo Ilustrado. Brasília, Edit. da UNB, 1981; Gomes, Ângela de Castro, *A invenção do trabalhismo*. S. Paulo, Vértice, 1988; Idem, *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro, Campus, 1979; Hahner, June E., *Relações entre civis e militares no Brasil*. S. Paulo, Pioneira, 1975; De Decca, Edgar, *O silêncio dos vencidos*. S. Paulo, Brasiliense, 1981; Diniz, Eli, *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. R. J., Paz e Terra, 1982; Fausto, Boris, *Pequenos ensaios de história da República, 1889-1945*. S. Paulo, Cebrap, 1970; Janotti, Maria de Lourdes M., *Os subversivos da República*. S. Paulo, Brasiliense, 1986; Lapa, José Roberto do Amaral, *Historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis, Vozes, 1981; Oliveira, Lucia Lippi, *A questão nacional na Primeira República*. S. Paulo, Brasiliense, 1989; Pesavento, Sandra J., *A burguesia gaúcha*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988; Prestes, Anita Leocádia, *A Coluna Prestes*. S. Paulo, Brasiliense, 1990; Queiroz, Suely R. de, *Os radicais da República*. S. Paulo, Brasiliense, 1987; Saes, Décio, *Classe média e política na Primeira República brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1975; Sampaio, Consuelo Novais, *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador, UFBA, 1978; Santos, Wanderley G. dos, *Ordem burguesa e liberalismo político*. S. Paulo, Duas Cidades, 1978; Silva, Eduardo (Org.), *As idéias políticas de Quintino Bocaiúva*. Brasília e Rio de Janeiro, Senado Federal/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986, 2 v.; Silva, Helio, 1889: *a República não esperou amanhecer*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972; Silva, Marco Antônio, *República em migalhas*. S. Paulo, Marco Zero, 1989; Topik, Steven, *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro, Record, 1980; Vilella, Aníbal V. e Suzigan, Wilson, *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975, 2.^a ed.; Witter, Sebastião, *Partido político, federalismo e República*. S. Paulo, Arquivo do Estado, 1984.

Tal como já afirmamos, este elenco de citações não faz jus, como gostaríamos, ao universo de obras produzidas nos dois ou três últimos decênios sobre aspectos os mais variados da história republicana até 1930. Tampouco foi possível analisar aqui as características teórico-metodológicas dessa

produção historiográfica. Apenas em termos bastante gerais é possível sublinhar que os historiadores hoje em dia tendem a interrogar-se sobre o sentido dos fatos, formulando hipóteses explicativas, e analisando e criticando os documentos pertinentes assim como a bibliografia mais atualizada. A pesquisa, momento essencial, deve ter aquele rigor necessário ao pensamento analítico e crítico, sobretudo em relação à malha de conceitos. Em suma, predomina mais do que nunca o empirismo como método e a utilização de pressupostos teóricos os mais diversos como metodologia.

Armando B. Malheiro da Silva

*Membro colaborador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS 20)
da Universidade de Coimbra*

VARIAÇÕES IDEOLÓGICAS DA HISTORIOGRAFIA EM TORNO DA 1ª REPÚBLICA PORTUGUESA

1. Intróito

Há uns anos, no âmbito de um longo projecto de investigação académica sobre a vertente ideológico-política da conjuntura 1890-1926¹, tornou-se indispensável traçar uma panorâmica bastante ampla sobre a literatura historiográfica relacionada com a génese, o impacto e a evolução do republicanismo e da 1ª República portuguesa percebida por protagonistas, adeptos, opositores e estudiosos críticos, coevos e não coevos. O resultado desse esforço sinóptico foi uma extensa Introdução² que viria, mais tarde, a ser vertida, com adaptações, em artigo publicado numa revista especializada³.

Esse trabalho terminaria como artigo de revista se não surgisse a oportunidade específica de uma obra colectiva, centrada nas relações Portugal e Brasil, a propósito de uma profunda e marcante vivência doutrinária, ideológica, religiosa (*versus* laicismo e agnosticismo) em ambos os países e em torno de uma alteração formal de regime — a implantação da

¹ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da – *Sidónio e sidonismo: história e mito*, 2 vols. Braga: Universidade do Minho, 1997; dissertação de doutoramento.

² Cf. *Ibidem*, vol. 1, p. 1-132.

³ Ver SILVA, Armando B. Malheiro da – A Escrita (vária) da história da I república portuguesa *Ler História*, Lisboa, 38 (2000) p. 197-254.

República — que foi, como é sabido, muito mais do que isso. O intuito e o plano do livro, a que este texto está vinculado, justificam plenamente um olhar contido e dirigido às narrativas, a quente, da História de um processo sócio-político complexo e intenso, balizado no tempo e no espaço, mas sem que essas balizas impeçam exercícios comparativos fecundos.

De fora ficaram itens respeitantes à historiografia urdida entre 1974 e o momento actual, porque estão publicados⁴ e são redundantes face ao interesse central da desconstrução dos registos interpretativos (mais próximos, que distantes da ocorrência) acerca do processo histórico-republicano português e brasileiro. Registos dos dois lados do Atlântico. Não podem, por isso, faltar para a comparação e o debate que aprofundam e enriquecem o complemento subsidiário do ilustre historiador Francisco Falcón.

2. A República e a História

O que foi a 1ª República Portuguesa instituída em 1910 e derrubada em 1926?

Foi uma «epopeia» demoliberal regeneradora da Pátria decadente e humilhada? Foi «*a Perversão e a Miséria, a Bancarrota e o Desprestígio*» sob o «signo maçónico» internacional?⁵ Ou foi, no reverso destas sectárias e reductoras fixações histórico-políticas, um fenómeno político-ideológico e cultural inscrito numa conjuntura balizada cronologicamente entre 1890 e 1926, marcada pela semi-periferia sócio-económica de Portugal e sujeita a múltiplas vicissitudes e contradições?

O discurso apologético das virtudes cívicas e políticas da República decorre da militância afectiva e intelectual dos seus adeptos, visando

⁴ Cf. *Ibidem*, p. 210-254.

⁵ Cf. COUCEIRO, Henrique de Paiva — *A Democracia nacional*. Coimbra: Edição do Autor, 1917, p. 93 e 86. A tese de que a 1ª República Portuguesa foi urdida no «xadrez» da diplomacia maçónica europeia aparece expendida num opúsculo pelo monárquico CASTRO, Luís Vieira de — *A Europa e a republica portuguesa*. Londres, Berlim, Madrid. Coimbra: [Edição do Autor], 1922.

claramente o «juízo» favorável do Tempo (Cronos) e da História (Clio), investida, desde a Antiguidade Clássica, como fonte legitimadora do Poder. E idêntico objectivo contamina e anima o discurso oposto, sempre dentro das três categorias que enformam a explicação e a compreensão históricas, a saber: a temporalidade, a factividade e a memorialidade⁶.

A defesa da obra republicana, bem como todo o ataque dirigido contra ela, exploram, compreensivelmente, a crónica fragilidade da narrativa histórica — esta pressupõe sempre um sujeito condicionado pelo seu tempo, predisposto a zelar pela sua *verdade* e tentado a controlar a reprodução futura do seu *sentido*. É, pois, uma inevitabilidade epistemológica, uma característica intrínseca ao conhecimento histórico, mesmo quando se empregam os recursos metodológicos mais objectivos e sofisticados à luz do paradigma da cientificidade moderna. Assim sendo, não há que estranhar o excesso de subjectividade (e os ímpetos propagandísticos...) surgidos no calor da refrega política e no seu rescaldo.

A visão destrutiva, simplificada para efeitos de propaganda, que tanto os adversários da 1ª República (re)construíram e padronizaram, estimulados pela evolução no domínio interno, caracterizado pelos inúmeros escolhos e contradições da prática republicana e pelo advento do Estado Novo salazarista, nacionalista, anti-parlamentar, corporativista e filofascista, e no domínio externo, afectado pela crise europeia de entre Guerras, exemplifica a distorção da realidade histórica em pólos extremos e a «preto e branco».

O *Século* de 7 de Fevereiro e de 1 de Março de 1934, sob o significativo cabeçalho *1910 — Efemérides dum Passado sem Grandeza — 1933*, publicou, à maneira de cronologia e ao longo de três páginas em cada número, um balanço e um juízo implacáveis sobre a situação política vivida até ao 28 de Maio de 1926, data da proclamada «redenção nacional», do alegado fim do «caos» e início da «ordem nova»⁷.

⁶ Ver MACEDO, Jorge Borges de — História, in *Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 10. Lisboa: Editorial Verbo, 1970, cols. 282-288.

⁷ São sugestivos os encabeçamentos de ambos os números: «Capítulo de Revoluções e Tumultos. Mortos e feridos aos montes — Luto — Odios — Ruínas — Humilhações — Centenas de

Estamos, sem dúvida, perante um exercício de propaganda em pleno campo da História-lição, da História-exemplo para meditação no presente e remédio no futuro⁸. Enfim, estamos diante de uma intencional e clássica exploração didáctica da memória social ou das memórias, entendida(s) como o cruzamento dinâmico e complexo da historiografia, do ensino e da divulgação histórica e ainda de «objectos» concebidos e derivados da reprodução mnemónica, como as festas comemorativas, as estátuas, as exposições, os filmes épicos, etc.⁹ Operar cultural, ideológica e politicamente sobre essa instância racional e colectiva que é a memória, tornou-se, pois, uma função trivial graças à incontornável cumplicidade da História.

Quando, em 1911, o comissário naval e um dos indefectíveis combatentes da Rotunda, Machado Santos, mandou, para o prelo, o relatório sobre *A Revolução Portuguesa*, elaborado com base na sua vivência dos acontecimentos e na ajuda de relatórios parcelares redigidos por outros revolucionários¹⁰, teve o cuidado de declarar, em jeito de nota de abertura,

milhar de contos atirados à voragem em lutas fratricidas. Eis os resultados de uma política devassa e anti-patriótica de que o País ainda sofre e sofrerá, por largo tempo, as duras consequências; e «Formiga branca», 'Legião Vermelha' & C^a Como se condena à morte num País onde não ha a pena ultima, – Um bando de sicarios, ao serviço de facções politicas, mantem a Nação durante largos anos sob um autentico regime de terror. O rol de crimes, de atentados e de violencias, que vai ler-se, servirá para avivar a memoria duns e para chamar ao cumprimento dos seus deveres aqueles que podem impedir o regresso a semelhante sudario de vergonbas» (Cf. 1910 – Efemerides dum passado sem grandeza – 1933. O Seculo, Lisboa, 7 de Fevereiro de 1934, p. 1 e de 1 de Março de 1934, p. 1).

⁸ Atente-se no seguinte extracto: *«Leiam todos os portugueses de boa vontade, – escreveu o articulista anónimo e reverenciador do emergente Salazarismo – que não querem o regresso a um passado tenebroso, que os martirizou física e moralmente, o rol que vai seguir-se. Leia-o, sobretudo, a mocidade generosa, que os não presenciou. E lendo-o, meditem no que os esperaria, se os bandos sanguinários voltassem a instalar-se em Portugal, mais enfurecidos e mais dementados do que nunca. Talvez essa meditação os chame definitivamente ao cumprimento dos seus deveres, que consistem em cada qual defender a ordem e a paz publica conforme puder, porque só assim será possível impedir o renascimento da anarquia de outros tempos»* (Cf. Ibidem, 1 de Março de 1934, p. 1).

⁹ Ver TORGAL, Luís Reis – História... da «ciência» (ou «arte») à memória, in TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando – *História da história em Portugal, sécs. XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 371.

¹⁰ Os relatórios de Machado Santos (relatório restrito), Afonso Pala, Mariano Choque Junior, José de Ascensão Valdês, Caetano do Carvalho Correia Henriques, Ernesto Gomes da Silva, Francisco de Sousa Marques e António Joaquim Ferreira Dinis, todos eles militares participantes no 5 de Outubro, encontravam-se inéditos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e foram publicados com o título *Relatórios sobre a revolução de 5 de Outubro, com*

que escreveu em nome da Verdade e da Justiça, sugerindo, também, que a sua narrativa devia servir para desmascarar os «cobardes» e os «oportunistas» que haviam usurpado a República a quem ela, «de direito», pertencia: «*Depois da proclamação da Republica, os heroes e os organizadores da revolução cabiram sobre o Paiz como nuvem de gafanbotos. O Governo Provisorio tomou-os a serio e os verdadeiros foram postos de banda. Seria caso virgem na historia não succeder assim. O nosso relatorio desmascara-os, porque, no momento da acção, ninguem sabe onde se esconderam*»¹¹.

Pelo estreito ângulo auto-biográfico, era, assim, iniciada a construção da memória republicana, ou seja, a exaltação apologética dos actos cometidos na hora do «combate glorioso» e da «promissora obra» subsequente, exibindo de permeio alguns «ajustes de contas» domésticos e pessoais. As limitações deste tipo de testemunho não o invalidam, porém, enquanto fonte das narrativas de recorte mais historicizante, destinadas a fixarem para a posteridade uma certa «verdade» histórica de todo o processo revolucionário. De um vasto rol¹² podemos citar o livro de Hermano Neves intitulado *Como triumphou a Republica*¹³, *A Revolução portugueza. O 5 de Outubro* por Jorge Abreu¹⁴, os dois pequenos volumes d'*A Revolução*

prefácio e notas introdutórias de Carlos Ferrão. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal, 1978. Subsiste, porém, um número indeterminado de relatórios inéditos, inclusive no Arquivo Pessoal de Machado Santos (em posse de familiares). A sua publicação vem ocorrendo de forma avulsa e esporádica: RODRIGUES, Fernando de Matos – *O 5 de Outubro visto por um participante*. Ao redor da revolução. Inédito apresentado por ... *História*, Lisboa (48) Out. 1982, p. 25-36; e RODRIGUES, Vitor Luis Gaspar – *Implantação da república em Portugal*. Serviço de campanha. Relatório apresentado pelo Tenente Fernando Mauro d'Assumpção Carmo. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 7 (tomo 2) 1985, p. 463-497.

¹¹ Cf. SANTOS, Machado – *A Revolução portugueza. 1907-1910. Relatorio de ...* Lisboa: Papelaria e Tipografia Liberty de Lamas & Franklin, 1911, p. [5]. Nota: consultámos o exemplar com dedicatória do Autor e por ele oferecido a Sidónio Pais, durante o período de actividade da Assembleia Nacional Constituinte (Arquivo Pessoal de Sidónio Pais – Secção Militar, Lente e Político, Publicações).

¹² Ver resenha bibliográfica em MARQUES, A. H. de Oliveira – *Guia de história da 1ª república portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1981, p. 140.

¹³ NEVES, Hermano – *Como triumphou a republica. Subsídios para a historia da revolução de 4 de Outubro de 1910*. Lisboa: Empresa Editora «Liberdade», 1910.

¹⁴ ABREU, Jorge de – *A Revolução portugueza. O 5 de Outubro (Lisboa 1910)*. Lisboa: Edição da Casa Alfredo David, 1912.

*portuguesa*¹⁵, incluídos na colecção «Biblioteca do Povo e das Escolas», e a extensa «crónica» de Armando Ribeiro, desfiada desde o reinado de D. Manuel até aos dias da Revolução republicana¹⁶, ou, ainda, com o mesmo intuito causalista, a obra, de José Arriaga, *Os Últimos 60 anos da monarquia*¹⁷. Mas a notória parcialidade política destes fastos do republicanismo português não os diminui como registo fáctico de um tempo e de uma cultura, nem tão pouco como expressão de uma mentalidade, que identificava República com Progresso e a convertia em «missão redentora» da Pátria.

Daí o balanço optimista e hagiográfico de um César da Silva, ao contemplar os cerca de doze meses de Governo Provisório, durante os quais se elegeram e reuniram as Constituintes que promulgaram uma nova Constituição¹⁸. Daí, também, a divulgação apologética do novo regime português entre as elites políticas, intelectuais e a opinião pública francesas. Philéas Lebesgue, na sequência de uma visita efectuada em 1911, não conteve o orgulho chauvinista de quem via frutificar, em terra alheia, o modelo concebido na sua Pátria, apressando-se a contribuir para que a velha aliada da rival Inglaterra entrasse decididamente na esfera de influência francesa: «*Une République en Portugal, cela fait songer. (...) Les Portugais sont nos amis très sincères: toutes leurs admirations vont à la France, à ses penseurs, à ses savants, à ses artistes. Le mouvement démocratique portugais est positiviste essentiellement: il est né d'une colonisation intellectuelle française*»¹⁹.

¹⁵ *A Revolução portuguesa, 2 vols.* Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1912-1913.

¹⁶ RIBEIRO, Armando – *Historia da revolução portuguesa, 6 vols.* Lisboa: João Romano Torres, s.d. O título indicado não é uniforme e extensivo a todos os volumes. Outros títulos que encabeçam volumes da obra: *O Começo de um reinado. Elementos para a história do reinado de D. Manuel II e A Caminho da republica, 2ª parte.*

¹⁷ ARRIAGA, José de – *Os Últimos 60 annos da monarchia. Causas da revolução de 5 de Outubro de 1910.* Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1911.

¹⁸ Cf. SILVA, Cesar da – *Salvé!...*, in *Vultos republicanos. Edição magnificamente ilustrada contendo as biographias dos homens mais illustres da republica portuguesa.* Lisboa: Editor e proprietario Henrique Bregante Torres, [1911], p. 12.

¹⁹ Cf. LEBESGUE, Philéas – *La République portugaise. (Le Sentiment national. Les ouvriers de l'ère moderne. La République vivante).* Paris: Bibliothèque Internationale d'Édition E. Sansot, s.d., p. 30.

Ao longo de cerca de trezentas e noventa páginas, emerge o retrato optimista de um Portugal pequeno, mas singular no seu castiço sentimentalismo sebastianista, assimilado pelos republicanos que se assumiam como uma força construtiva do porvir. Um país pequeno, mas capaz de tirar partido do seu importante domínio colonial, empenhado na resolução do crónico problema financeiro e cioso da sua autonomia. Adverso, por isso, a federalismos dissolventes (uma Federação ibérica podia ameaçar os interesses geo-políticos da França...), embora aberto a um novo, estreito e fecundo relacionamento com a Espanha.

O cepticismo pragmático do sociólogo Léon Poincard, tido em grande consideração por Lebesgue, colidia com tal retrato demasiado optimista, como se infere da parte final do *Portugal ignorado*²⁰. A sua descrença na capacidade da revolução, como meio eficaz para se obter a reconstituição social de um povo, afigurou-se-lhe confirmada, uma vez mais, pela postura superficial e irrealista dos políticos republicanos, responsável, segundo ele, por um futuro bem pior que a tão contestada herança monárquica...

Os excessos e os desencantos do processo revolucionário haveriam, pois, de fracturar as próprias hostes «outubristas». A desilusão, a derrota e o irresistível apelo à *révanche* justificarão, quer um memorialismo²¹ amargo, auto-probatório e modelador da «verdade» histórica, útil do ponto de vista informativo, mas ardiloso no plano das (re)interpretações, quer uma narrativa didáctica sobre as virtudes potenciais e os erros cometidos pelo novo regime, exemplificada, entre outras, pela *História da República. Noites do avôzinbo* de José Agostinho de Oliveira²².

²⁰ Cf. POINCARD, Léon – *Portugal ignorado. Estudo social, economico e politico. Seguido de um appendice relativo aos ultimos acontecimentos*. Porto: Magalhães & Moniz, Lda Editores, 1912, p. 281.

²¹ Ver com proveito em MARQUES, A. H. de Oliveira – *Guia de história da 1ª república portuguesa*, ob. cit., fontes e estudos dos vários capítulos da obra e, em especial, os que correspondem aos diferentes domínios temáticos da História.

²² Ver AGOSTINHO, José – *História da república. Noites do avôzinbo*, 3 vols. Porto: Livraria Figueirinhas, 1915. Do mesmo autor foi, então, publicada pelo mesmo editor Idem – *História de Portugal*, 5 vols. Porto: Livraria Figueirinhas, s.d.

A acção dos vencedores não tardaria, também, a repercutir-se negativamente na vida dos vencidos. Queixaram-se, por isso, os monárquicos e os católicos das mais diversas iniquidades e ataques ao seu universo de valores, deixando para a História a sua defesa no *Álbum dos vencidos* de Pereira de Almeida²³ e em outros registos²⁴. Matéria suficiente para ser lavrada a memória monárquica e conservadora dos erros próprios, das suas desavenças e antagonismos, da sua «cultura política», mas sobretudo dos crimes sofridos e da acção quixotesca de Paiva Couceiro e dos seus homens. Para essa memória contribuíram Júlio de Vilhena²⁵, Teixeira de Sousa²⁶, António Cabral²⁷, Malheiro Dias²⁸, Joaquim Leitão²⁹ e outros «cronistas» menores.

²³ Cf. ALMEIDA, Alberto Pereira de – *Album dos vencidos, por...* (Com valiosas colaborações). Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial, 1913-1914, p. inum.

²⁴ Ver, por exemplo, SILVA, Armando B. Malheiro da – Os Conspiradores no Sul da Galiza. As incursões monárquicas (1911-1912) na literatura portuguesa. *Bracara Augusta*, Braga, 47, 100 (1997).

²⁵ Ver VILHENA, Júlio de – *Antes da republica. (Notas autobiográficas)*, 4 vols [2 volumes e 2 suplementos]. Coimbra: França & Arménio Editores, 1916-1918.

²⁶ Ver SOUSA, Teixeira de – *A Força publica na revolução. (Réplica ao ex-coronel Albuquerque)*. Coimbra: Moura Marques, 1913.

²⁷ Ver CABRAL, António – *Alexandre Cabral. Memórias políticas. Homens e factos do meu tempo*. Lisboa: Editores J. Rodrigues & C^a, 1923; Idem – *As Cartas d'el-rei D. Carlos ao sr. João Franco. Cartas d'el-rei a José Luciano. A dictadura. Os Adiantamentos. O regicídio*. Lisboa: Portugal-Brasil Sociedade Editora, s.d.; Idem – *As Minhas memórias políticas. 4 vols*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1929-1932; Idem – *Os Culpados da queda da monarquia. De João Franco a Teixeira de Sousa. Outros culpados. Cartas históricas e inéditas. memórias políticas*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1940.

²⁸ Ver DIAS, Carlos Malheiro – *Do desafio á debandada. Vol. 1 - O Pesadêlo. Vol. 2 - Chéque ao rei...* Lisboa: Livraria Classica Editora de A. M. Teixeira & C^a, 1912; e Idem – *Em redor de um grande drama. Subsídios para uma historia da sociedade portuguesa (1908-1911)*. Lisboa/Rio de Janeiro: Livraria Aillaud & Bertrand/Livraria Francisco Alves, s.d.

²⁹ Ver LEITÃO, Joaquim – *A Comédia politica. (Entrevistas com os homens dos ultimos dias da monarchia e com os dos primeiros dias da republica)*. Lisboa: Aillaud & Bertrand, 1910; Idem – *Diário dos vencidos*. Porto: Lopes & C^a, 1911; Idem – *A Bandeira dos emigrados*. Porto: Edição do Autor, 1912; Idem – *Os Cem dias funestos. (Processo e condemnação do ultimo presidente do conselho de 1910, Antonio Teixeira de Sousa, e do seu livro, «Para a Historia da Revolução»)*. Porto: Edição do Autor, 1912; Idem – *Couceiro, o capitão phantasma. Dos acontecimentos da Galliza a marcha para a segunda incursão monarchica*. Porto: Edição do Autor, 1914; Idem – *Em marcha para a 2ª incursão. Da concentração ao erguer do bivaque de Soutelinho da Raia para o ataque a Chaves*. Porto: Edição do Autor, 1915; e Idem – *O Ataque a Chaves*. Porto: Edição do Autor, 1919.

À medida que a experiência republicana foi sendo submergida e «corroída» pela conturbada conjuntura nacional e internacional dos anos vinte, cresceu inexoravelmente, à direita e à esquerda (destaque para António Sérgio³⁰ e para o grupo da *Seara Nova*³¹, a crítica implacável ao Estado republicano num contexto de indiscutível crise do modelo democrático e de assinalável vigor das propostas nacionalistas, anti-positivistas, integralistas, neoescolásticas e ultracatólicas. A génese e a expansão de ideologias totalizantes como o fascismo e o comunismo (marxismo-leninismo e estalinismo) não tardariam a reflectir-se, também, na produção historiográfica, como se verá mais adiante.

3. A Reabilitação histórico-política da República

Neste esquemático cenário percebe-se, antes de mais, o inalterável predomínio de uma abordagem histórica de matriz político-militar, diplomática e ideológica, mais ou menos entrosada na corrente historiográfica erudito-metódica³², que fez escola e deixou semente desde o último quartel do

³⁰ Ver SÉRGIO, António – *Breve interpretação da história de Portugal. Edição crítica orientada por Castelo Branco Chaves, Vitorino Magalhães Godinho, Rui Grácio e Joel Serrão e organizada por Idalina Sá da Costa e Augusto Abelaira*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1989, p. 144-145.

³¹ Para uma síntese actualizada do ideário e da actividade deste movimento cultural e ideológico-político ver BARREIRA, Cecília – *Sondagens em torno da cultura e das ideologias em Portugal (Sécs. XIX-XX)*. Lisboa: Editorial Polemos, 1983, p. 101-119; VENTURA, António – *O Imaginário seareiro. Ilustradores e ilustrações da Revista Seara Nova (1921-1927)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, p. 15-62; CARDIA, Sttomayor – *Seara Nova. Antologia. Organização, prefácio e notas de ...* Lisboa: Publicações Alfa, 1990; e AMARO, António Rafael – *A Seara Nova nos anos vinte e trinta (1921-1939). Memória, cultura e poder*. Viseu: Universidade Católica Portuguesa, 1995.

³² Não podemos tomá-la, porém, como um bloco homogéneo do ponto de vista metodológico-teórico. A par dos mais proeminentes professores de História do antigo Curso Superior de Letras (embrião da Faculdade de Letras de Lisboa), como David Lopes, José Maria Queirós Veloso, António Ferrão e Manuel Maria de Oliveira Ramos, cultores de uma pesquisa documental rigorosa, mas pobre em termos de problematização histórica, surgiram alguns arautos de uma «história-problema», como Fidelino de Figueiredo ou Francisco Lopes Vieira de Almeida, que, sem negarem a relevância adquirida pela heurística, abriram caminho, nomeadamente na *Revista de História* (1912-1928), a uma reformulação epistemológica do trabalho histórico e à necessidade de um nexu interpretativo (de um plano teórico) no seio da narrativa historiográfica.

séc. XIX. Será, aliás, sob a sua influência que, em plena formação do Estado Novo, uma certa historiografia demoliberal e pró-republicana ousará reagir contra a detracção que se abatera sobre os valores e os ideais proclamados em 1910.

Surgiu, assim, um marco importante para os ulteriores, se bem que escassos, esforços de reabilitação histórica, mais ou menos credível, da 1ª República. Referimo-nos à obra colectiva, dirigida e editada por Luís de Montalvor em dois volumes, colaborada por republicanos históricos, dois deles conceituados professores universitários, e centrada, apenas, nas origens (literalmente remotas...) do movimento republicano. O seu plano temático denuncia, de modo claro, essa flagrante limitação: na Introdução sub-intitulada *História das ideias republicanas em Portugal*, epígrafe colhida no trabalho precursor de Teófilo Braga³³, foram incluídos três capítulos, tendo sido o primeiro *Os factores democráticos na formação de Portugal*, da autoria de Jaime Cortesão, o segundo, *A Vida política do povo português, de 1500 a 1820*, por Agostinho Fortes, e, o terceiro, *Formação da ideologia republicana (1820-1880)*, por Joaquim de Carvalho; na 1ª Parte — *A Formação do espírito político republicano* — temos dois capítulos, de cariz memorialístico, *O Movimento republicano e a consciência nacional*, por Francisco Reis Santos, e *A Revolta de 31 de Janeiro de 1891*, pelo coronel Manuel Maria Coelho (um dos seus intervenientes); na 2ª Parte, consagrada à *Obra da propaganda republicana*, mais dois capítulos, um com idêntico título, por José Lopes de Oliveira, e, o outro, *A Obra revolucionária da propaganda. As Sociedades secretas*, por Luz de Almeida, o célebre reorganizador da Carbonária Portuguesa; e, na 3ª Parte, tecida *Da Ditadura à revolução*, surge o mesmo Lopes de Oliveira, com o capítulo 1 - *O Termo da propaganda doutrinária republicana e o período revolucionário* e o jornalista, propagandista republicano e participante na Revolução, Afonso de Bourbon e Meneses, com o capítulo 2 *O Movimento revolucionário de 4 de Outubro de 1910 e a proclamação da República*. Em síntese, pode

³³ Ver BRAGA, Teófilo – *História das ideias republicanas em Portugal*. Lisboa: Vega, 1983 (1ª ed. 1880).

dizer-se que esta monumental obra, de excelente qualidade gráfica e muito ilustrada, combina alguns esforços analíticos e interpretativos, que se tornarão muito apreciados e citados nas décadas seguintes — foi o caso dos estudos de Jaime Cortesão e de Joaquim de Carvalho —, com notas e testemunhos directos da fase revolucionária, com inegável valor informativo, mas moldados pelo espírito geral da iniciativa, expressamente pró-democrático³⁴.

A grossa obra dirigida, por Luís de Montalvor, seguiu, afinal, um «programa» mais político-ideológico, do que historiográfico, ao qual, nas décadas seguintes, se mantiveram fielmente apegados o referido José Lopes de Oliveira, por meio da sua incompleta *História da república portuguesa*³⁵ e da brochura, redigida em colaboração com Rocha Martins, sobre o 5 de Outubro³⁶, Carlos Ferrão, operoso e apaixonado defensor da obra republicana³⁷, Ramos de Almeida³⁸ ou ainda o porfiado militante republicano e socialista Raul Rego. Todos, e cada um a seu modo, em combate estrénuo contra a «*premeditada táctica do inimigo*».

³⁴ Cf. MONTALVOR, Luís de — *História do regime republicano em Portugal. Publicada por ...*, vol. I. Lisboa: Editorial Ática, 1930, p. 7-8. Ver comentário crítico a esta obra de TORGAL, Luís Reis — A História em tempo de «ditadura», in TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando — *História da história em Portugal, sécs. XIX-XX*, ob. cit., p. 272-274.

³⁵ Ver OLIVEIRA, Lopes de — *História da república portuguesa. A Propaganda na monarquia constitucional*. Lisboa: Editorial Inquérito, [1947].

³⁶ Ver MARTINS, Rocha e OLIVEIRA, Lopes de — *A Revolução de 5 de Outubro de 1910*. Lisboa: Edições Excelsior, s.d.

³⁷ Ver [FERRÃO, Carlos] — *História da república. Edição comemorativa do 50º aniversário da implantação da república*. Lisboa: Editorial Seculo, [1960]; Idem — *Em defesa da verdade*. Lisboa: Editorial «O Seculo», 1962; Idem — *A Obra da república*. Lisboa: Editorial «O Século», 1966; Idem — *Desfazendo mentiras e calúnias*. Lisboa: Editorial «O Seculo», 1967; Idem — *O Integralismo e a república. Autópsia de um mito*, vols. 1 e 2. Lisboa: Editorial Inquérito, 1964 e 3º vol. Lisboa: Editorial «O Seculo», 1965; e Idem — *Em defesa da república*. Lisboa: Edições Inquérito, 1963; Idem — *História da 1ª república*. Lisboa: Terra Livre, 1976.

³⁸ Subscreveu um folheto publicado por ocasião do 45º aniversário da proclamação da República, onde é resumida a luta do Povo português pela Liberdade ao longo dos séculos, evocadas as razões, protagonistas e momentos altos da implantação da República e, no fim, exortada a resistência dos verdadeiros democratas em prol da Democracia (Cf. ALMEIDA, Ramos de — *5 Outubro 1910. Proclamação da República. Comemoração do 45º aniversário 1955*. [Porto]: [Comissão das Comemorações composta por Dr. Armando Castro, Arq. Artur Andrade, Dr. Guedes Pinheiro, Dr. Júlio Semêdo, Dr. Mário Cal Brandão, Silva Petiz e Oliveira Valença], 1955, p. 13).

4. A Tática integralista

422

Esse inimigo estava estribado nas instituições políticas instauradas após a ditadura militar de 1926 ou na historiografia nacionalista, em que avulta a influência do *Integralismo Lusitano*, movimento ideológico de pendor monárquico-tradicionalista, corporativista e municipalista, inspirado na *Action Française* de Charles Maurras e pontificado por António Sardinha, Luís de Almeida Braga, Hipólito Raposo, Alberto Monsaraz ou Fernando Campos. Não servindo, é certo, de modelo exclusivo, até porque, como bem observou Luís Reis Torgal, o «*movimento nacional e nacionalista, que se desenvolveu no seio da classe política e intelectual, é anterior à República e acompanha, muitas vezes, as lutas e as desilusões de liberais, republicanos e até de socialistas durante a Monarquia Constitucional*»³⁹, o legado integralista foi, sem dúvida, determinante na definição dos parâmetros teóricos e doutrinários da escrita, do ensino e da divulgação da História desenvolvida em tempo de «ditadura»⁴⁰. Explicitou-os, de forma lapidar, nos seus fundamentos últimos, o mais polémico e irreverente dos historiadores integralistas e salazaristas. Alfredo Pimenta, no seu estilo «abrasivo» e inimitável, escreveu: «*A verdade é a verdade? É. Mas a verdade, fora da Revelação, não existe. Se tenho de tomar uma verdade relativa, adopto a verdade que serve a minha Pátria, e não a que pode prejudicá-la ou diminuí-la. Por isso, tenho para mim, sinto-o e proclamo-o, que a minha Pátria é a mais bela, a mais nobre, a maior de todas as Pátrias, e que são estas que devem servir a minha, e não a minha que deve servir a dos outros. (...) Numa palavra: em história de Portugal é verdadeiro tudo quanto glorifique a Nação Portuguesa; é falso tudo quanto a deprima, a diminua, a enerve e a enxovalhe*»⁴¹.

³⁹ Cf. TORGAL, Luís Reis – Sob o signo da «reconstrução nacional», in TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando – *História da história em Portugal, sécs. XIX-XX*, ob. cit., p. 219.

⁴⁰ Seguimos a epígrafe e a orientação analítica de TORGAL, Luís Reis – A história em tempo de «ditadura», in *Ibidem*, p. 241-276.

⁴¹ Cf. PIMENTA, Alfredo – *Novos estudos filosóficos e críticos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1935, p. 106-107.

Ressalvado o extremo subjectivismo, prescrito por Alfredo Pimenta, é dentro desta «moldura» programática que cabem as opções traçadas nas instituições de investigação (a Academia Portuguesa de História), de ensino (as Faculdades de Letras do Porto, Coimbra e Lisboa) e de propaganda (o Secretariado de Propaganda Nacional) do regime salazarista. Opções temáticas intencionalmente dirigidas para as grandes épocas da «gesta nacional» — a Idade Média e o período dos Descobrimentos — e adversas, portanto, a eventuais surtidas «independentes» pela Época Contemporânea, anatemiizada como «muito próxima» do historiador e «pouco ou nada exemplar» da vida interna e da afirmação exterior da Nação portuguesa.

Os séculos XIX e XX serão, assim, proscritos ou, pelo menos, muito «retocados» e diminuídos nos programas escolares de todos os níveis de ensino e na produção historiográfica «tutelada» e premiada oficialmente. Não surpreende, por isso, a sucessão de imagens, de representações negativas, por exemplo, do liberalismo, do republicanismo e do sistema parlamentar, encadeadas numa «revisão» valorizadora do miguelismo⁴², do franquismo ou do sidonismo, culminando na apologia do Estado Novo.

Um punhado de obras ilustram essa tendência.

A *História de Portugal*, de João Ameal⁴³, mais precisamente no seu «livro VIII», composto de três breves e elucidativos capítulos: «Balbúrdia Sanguinolenta», «Reconquista da Ordem» e «Para Além da Hora que Passa». A *Histoire de la république portugaise*, de Artur Ribeiro Lopes, mais sóbria no estilo, mas abertamente comprometida com uma filosofia política anti-iluminista, nacionalista e contra-revolucionária, legitimadora do papel

⁴² Ver a análise das diferentes leituras suscitadas por este fenómeno histórico e político-ideológico em SILVA, Armando Barreiros Malheiro da – O Miguelismo na história contemporânea de Portugal. Retrospectiva e subsídios bibliográficos. *Itinerarium*, Braga, 39, 1993, p. 537-647.

⁴³ Ver AMEAL, João – *História de Portugal das origens até 1940*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1974, p. 689 e ss. (1ª edição 1940).

histórico-político de António de Oliveira Salazar⁴⁴. *Revolutionary Portugal (1910-1936)* por V. de Bragança-Cunha, baseada na estratégia narrativa que contrapõe o Portugal de gloriosos feitos passados ao país doente, moribundo, do séc XIX, presa fácil da revolução, geradora da «República e do caos», da desordem e da instabilidade a que só o Estado Novo conseguiu pôr termo. E, ainda, *A Revolução Portuguesa* do historiador nacionalista espanhol Jesus Pabón, obra galardoada com o *Prémio Camões* de 1951 e em cujo prólogo, da edição portuguesa, pode ler-se uma inequívoca preferência ideológico-política «*por D. Carlos contra Afonso Costa, por Sidónio Pais contra Bernardino Machado; numa palavra, pelo Estado Novo contra o regime demo-liberal.*»⁴⁵. Bem escrita e alicerçada num apreciável acervo bibliográfico de testemunhos históricos e memorialísticos, mais ou menos coevos, dos acontecimentos narrados, esta obra não pode ser vista como uma mera diatribe contra a 1ª República ou uma apologia primária do Estado Novo, suplantando, do ponto de vista historiográfico, as obras do mesmo período, nacionais e estrangeiras. Com efeito, Jesus Pabón, não obstante a sua confessada parcialidade, investiu os seus dotes de historiador profissional e pôde, assim, «pintar» um «mural» impressionante, cujos traços salientes são, naturalmente, a desordem, a demagogia e a instabilidade governativa que impeliaram o país para o abismo, evitado, porém, *in extremis* pelas «forças» do 28 de Maio, que derrubaram «o Partido Democrático, senhor da República, novamente ao leme, condenado irremediavelmente na consciência pública» e tornaram possível a entrada em cena de um «homem providencial» — Salazar.

⁴⁴ Ver LOPES, Artur Ribeiro – *Histoire de la république portugaise*. Paris: Les Oeuvres Françaises, 1939. A Introdução da obra tem o sugestivo subtítulo *Le Probleme de la liberté dans le temps et dans l'espace* e condensa a posição do A. Ao conceito universal de Liberdade, destilado pelos revolucionários do séc. XVIII, contrapõe a noção humana de Liberdade natural e relativizada.

⁴⁵ Cf. PABÓN, Jesus – *A Revolução portuguesa*. Lisboa: Editorial Aster, 1961. A 1ª edição da obra saiu em espanhol: Idem – *La Revolución portuguesa, 2 vols.* Madrid: Espasa-Calpe S.A., 1945.

5. Em busca da objectividade perdida...

425

Entre o programa da obra de Luís de Montalvor e o da historiografia integralista e nacional-salazarista, foram cabendo, naturalmente, contribuições diversas, eivadas também de ideologia, mas mais permeáveis ao critério factológico e/ou ao primado positivista e erudito-metódico de pretensa objectividade histórica.

Espaço intermédio e difuso, onde cabe, por exemplo, a «crónica» da vivência directa dos acontecimentos, cerzida num estilo misto de descrição factual e de narrativa viva, cativante, inexacta, fantasiosa e apoiada em abundante ilustração fotográfica ou de *repórter* de jornal. Trata-se, aliás, de um género bem representado por Francisco da Rocha Martins, prolixo publicista monárquico, sidonista e, na última fase da sua vida, tenaz opositor ao Estado Novo, que deu largas à sua capacidade cronística, em trabalhos de diverso tipo, vertidos alguns deles nas páginas do *ABC* ou do *Arquivo Nacional* e reunidos em livro. Testemunha activa do processo de transição da Monarquia para a República e da atribulada vida desta, publicou, em fascículos, mas incompleta, *A Republica (Memórias para a historia do novo regimen)*⁴⁶, *João Franco e o seu tempo*⁴⁷, os dois volumes de *D. Manuel II (Memorias para a historia do seu reinado)*⁴⁸, as *Memorias sobre Sidonio Paes*⁴⁹, *A Monarquia do Norte*⁵⁰ e essa volumosa galeria de retratos de destacadas figuras nacionais intitulada *Portugal dos nossos dias. Vermelhos, brancos e azuis. Homens de estado, homens de armas, homens de letras*⁵¹.

⁴⁶ Ver MARTINS, Francisco da Rocha – *A Republica (Memórias para a história do novo regimen)*. Lisboa, s.d.

⁴⁷ Ver Idem – *João Franco e o seu tempo. [E Comentários livres às cartas d'el-rei D. Carlos]*. Lisboa: Edição do Autor, s.d.

⁴⁸ Ver Idem – *D. Manuel II. (Memorias para a historia do seu reinado)*, 2 vols. Lisboa: Sociedade Editora «José Bastos», 1931.

⁴⁹ Ver Idem – *Memorias sobre Sidonio Paes*. Lisboa: Edição da Sociedade Editorial ABC Limitada, 1921.

⁵⁰ Ver Idem – *A Monarquia do Norte*. Lisboa: Editorial ABC, 1922.

⁵¹ Ver Idem – *Portugal dos nossos dias. Vermelhos, brancos e azuis. Homens de estado, homens de armas, homens de letras*, 4 vols. Lisboa: Vida Mundial Editora, 1948.

Incluído na colecção *Portugal Histórico* para adolescentes e dirigida por A. Duarte de Almeida, saiu a público, em 1936, um volume intitulado *Regimen republicano*, concebido como *documentário* e materializado numa exposição cronológica, fáctica e política, algo esquemática e tendencialmente neutra⁵².

No ano anterior — em 1935 — fora publicado o sétimo volume da monumental *História de Portugal*, editada pela Portucalense Editora, de Barcelos, e comemorativa do 8º Centenário da Fundação da Nacionalidade⁵³. O primeiro volume da conhecida «edição de Barcelos» saiu em 1928, tendo por director científico o professor universitário Damião Peres e, por director artístico, Eleutério Cerdeira. Projecto de grande fôlego, nascido e terminado curiosamente durante a fase de transição da Ditadura Militar para o Estado Novo, impôs-se não apenas pelo aparatoso aspecto gráfico, mas pelo elenco de mais de duas dezenas de colaboradores (especialistas nas diferentes áreas da História de Portugal), pela qualidade, ainda que desigual, dos seus textos e pela estrutura interna repartida, para cada época, em «história política», «organização económica», «cultura», «assistência», etc., não seguindo apenas um critério dinástico. Mas apesar disto, pode dizer-se, como observou recentemente Luís Reis Torgal⁵⁴, que a *História de Portugal* manteve-se dentro dos parâmetros da historiografia política e cultural, sem a correlativa incidência sócio-económica. E isto ainda é mais evidente no último volume consagrado à história contemporânea. A perspectiva adoptada é quase meramente política e no que concerne, ao período republicano, os vários capítulos, insertos nesse sétimo volume, não foram além dos primeiros anos do regime. E só em 1954 foi, finalmente,

⁵² Ver ALMEIDA, A. Duarte — *Regimen republicano. Documentário, 1910-1934*. Lisboa: João Romano Torres & Cª, 1936.

⁵³ Ver PERES, Damião e CERDEIRA, Eleutério — *História de Portugal. Edição monumental comemorativa do 8º centenário da fundação da nacionalidade profusamente ilustrada e colaborada pelos mais eminentes historiadores e artistas portugueses*, 7 vols. e 2 suplementos. Barcelos/: Portucalense Editora, Lda/Livraria Civilização, 1928-1981.

⁵⁴ Cf. TORGAL, Luís Reis — A história em tempo de «ditadura», in TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando — *História da história em Portugal*, ob. cit., p. 271.

superado o parco e deficiente tratamento conferido no volume sétimo à conjuntura republicana, com a publicação de um primeiro suplemento⁵⁵ escrito *a solo* por Damião Peres, balizado entre 1911 e 1933, e estruturado em quatro partes — *História Política, História Económica, Vida Cultura e Ultramar Português* —, sendo a segunda subdividida em *população, moeda, vias de comunicação e actividades económicas*, a terceira em *instrução e instituições e sucessos culturais* e, a quarta, em *delimitação e ocupação, economia e política* e a *acção civilizadora*. A formação erudito-metódica e o positivismo historiográfico do autor não o impediram, porém, de manifestar ao longo de uma narrativa factológica, profusamente ilustrada, um certo pendor pró-nacionalista e pró-salazarista. Seja como for, há que reconhecer a importância deste contributo para a fixação de um registo historiográfico sobre a agitada vida política da 1ª República e sobre o advento do Estado Novo.

A *História de Portugal*, de Damião Peres, dentro das condições político-ideológicas em que surgiu e foi difundida, e, apesar das limitações metodológicas de que enfermou⁵⁶, pôde exercer, segundo José Mattoso, uma influência positiva na investigação histórica portuguesa dos anos 30 a 60⁵⁷. E podemos mesmo acrescentar que no respeitante ao estudo da 1ª República essa influência se prolongou, pelo menos, até à década de setenta — período em que começou a ser publicada a *História de Portugal* de Joaquim Veríssimo Serrão⁵⁸, obra de um só autor, filiada directamente na matriz da *História de «Barcelos»* —, atendendo a evidentes constrangimentos

⁵⁵ Um segundo suplemento será editado pela Livraria Civilização do Porto, muito mais tarde, em 1981, intitulado *História de Portugal. 1933-1974. II Suplemento* da responsabilidade do embaixador Franco Nogueira, colaborador e biógrafo de António de Oliveira Salazar. O volume de Índices relativos aos 7 vols. (excluídos os suplementos) saiu em 1937.

⁵⁶ Ver TORRALBA, Luís Reis Torgal – A história em tempo de «ditadura», in TORRALBA, Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando – *História da história em Portugal*, ob. cit., p. 267-272.

⁵⁷ Cf. Mattoso, José – Apresentação, in Idem (dir.) – *História de Portugal*, vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 10.

⁵⁸ Ver SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal, 12 vols.* Lisboa: Editorial Verbo, 1977-1990. O último vol. é sobre *A Primeira República (1910-1926). História diplomática, social, económica e cultural*.

político-institucionais e a carências humanas e técnicas (incluímos aqui as dificuldades de acesso à informação arquivística dos sécs. XIX-XX), que bloquearam o ensino, o estudo e a pesquisa históricas sobre o Portugal contemporâneo.

6. Nota final

Em Portugal, a historiografia sobre os sécs. XIX e, particularmente, o XX está na moda e tende a crescer cada vez mais. Tendência reforçada pelo forte incentivo em nível académico, pela atribuição de prémios⁵⁹ ou ainda pela ampla cobertura e adesão dos média.

Actualmente a produção historiográfica, seja com assumidas pretensões científicas, seja, ao invés, com convicções relativistas fundantes do pós estruturalismo e da História narrativa⁶⁰, não tem paralelo, como facilmente se compreende, com a relutância e o tabu ideológico segregados durante, sobretudo, a ditadura salazarista. Esse foi um tempo de proibição e de exclusão do contemporâneo na escrita crítica e exigente da História, mas, simultaneamente, um tempo impregnado e até saturado de empenhamento e de combate político-ideológico como se infere da retrospectiva atrás esboçada. Um tempo que fica também, indissolúvelmente articulado, para os hojes e os amanhãs que se multiplicam sem fim, com o tempo republicano.

⁵⁹ Destacamos o Prémio de História Contemporânea instituído pelo Professor Doutor Vítor de Sá (1910-2003) e a Universidade do Minho e o Prémio da Fundação Mário Soares mais recente, mas com indiscutível projecção nacional.

⁶⁰ Ver, como possível leitura propedêutica, BONIFÁCIO, Maria Fátima – *Apologia da história política*. In Idem – *Apologia da história política: estudos sobre o século XIX português*. Lisboa: Quetzal Editores, 1999, p. 17-129.



Colecção
República

•
Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press
2007

